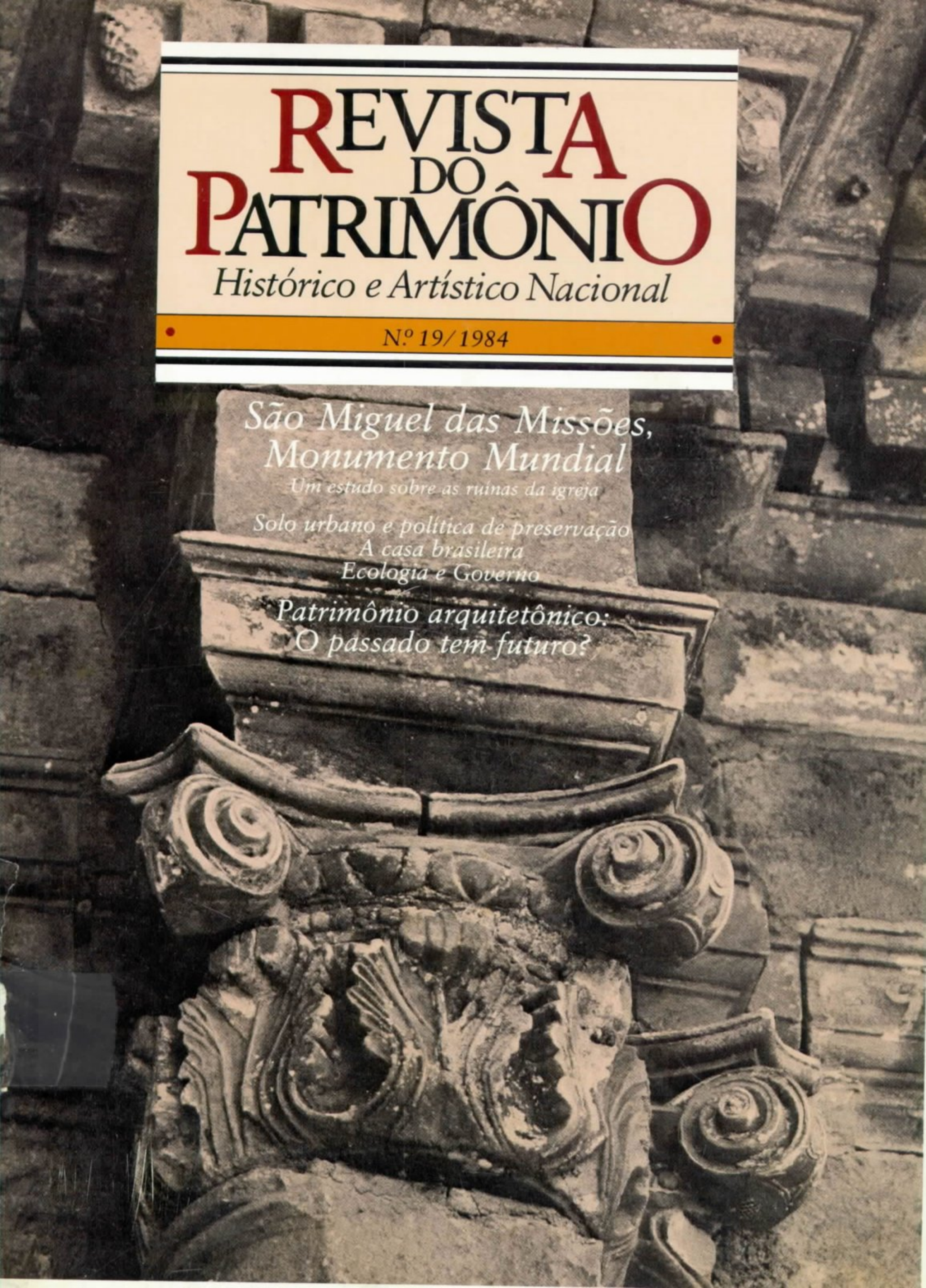
REVISTA DO PATRIMÔNIO

Histórico e Artístico Nacional

Nº 19/1984



São Miguel das Missões, Monumento Mundial
Um estudo sobre as ruínas da igreja

Solo urbano e política de preservação
A casa brasileira
Ecologia e Governo

Patrimônio arquitetônico:
O passado tem futuro?

Na capa, detalhe da fachada
das ruínas da igreja
de São Miguel das Missões.

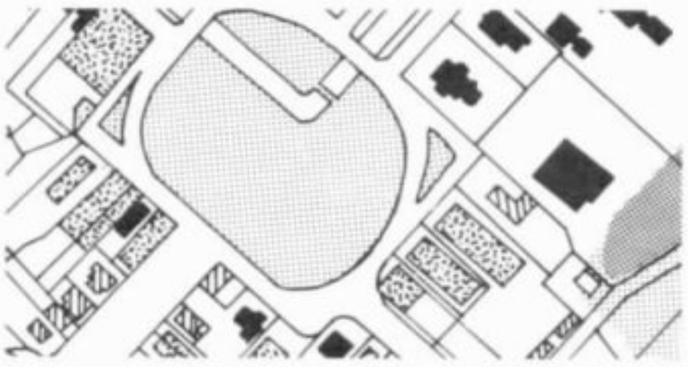
Foto de Pedro Lobo/1982

TEMAS

1. A CASA BRASILEIRA

Casa, rua & outro mundo: reflexões sobre o espaço e a sociedade, *por Roberto DaMatta* 4

A influência do Ecletismo na arquitetura baiana, *por Godofredo Filho* 15



2. SOLO URBANO E POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

Centros Históricos: notas sobre a política brasileira de preservação, *por Augusto C. da Silva Telles* 28

O planejamento urbano como instrumento de preservação *por Maurício Nogueira Baptista* 33

3. ECOLOGIA E GOVERNO

O tombamento na preservação de áreas naturais, *por Antônio Luiz Andrade* 40

Pelo conhecimento amplo de nossos ecossistemas, *por Iêda Lúcia Carneiro da Paixão* 45

Patrimônio natural: utilitarismo *versus* ética ecológica, *por Ângela Tresinari Bernardes Quintão* 48

REVISTA DO PATRIMÔNIO
Histórico e Artístico Nacional

Estamos relançando a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Depois de quatro anos de interrupção, ela volta a circular, com novo formato e novas características editoriais. Da série original, de dezoito números, mantém-se, contudo, o compromisso fundamental com a pesquisa e o debate, firmado por Rodrigo M.F. de Andrade, o fundador da SPHAN, ao apresentar, em 1937, a edição de estréia, cuja capa se reproduz abaixo.*

A publicação – multidisciplinar por excelência e aberta à colaboração acadêmica, inclusive estrangeira – pretende, antes de tudo, incorporar e refletir a inquietação teórica em torno do que é cultura, do que é patrimônio cultural e de como preservá-lo, mesclando artigos especializados à discussão de conceitos e idéias de interesse geral.

Neste número de relançamento ensaia-se cumprir este objetivo.

P
A-19
09.81
2014
RE X.2

DOCUMENTO

A arquitetura e as Belas-Artes, *por Le Corbusier* 53

PROJETOS

São Miguel das Missões: estudo de conservação e estabilização das ruínas da igreja, *por Fernando Machado Leal* 70

Morro da Conceição, Rio: uma proposta de preservação sem tombamento, *por Jurema Kopke Eis Arnaut* 97

IDÉIAS

O futuro do patrimônio arquitetônico, *por Michel Parent* 112

ENSAIOS

O Barroco no Brasil: análise da bibliografia crítica e colocação de pontos de consenso e de dúvida, *por Augusto C. da Silva Telles* 124

Produção de artesanato popular e identidade cultural, *por Lélia Gontijo Soares* 138

Rio: uma capital nos trópicos e seu modelo europeu, *por Giovanna Rosso Del Brenna* 149

RESUMOS 157

CARTAS 166

TEMA 1: A CASA BRASILEIRA

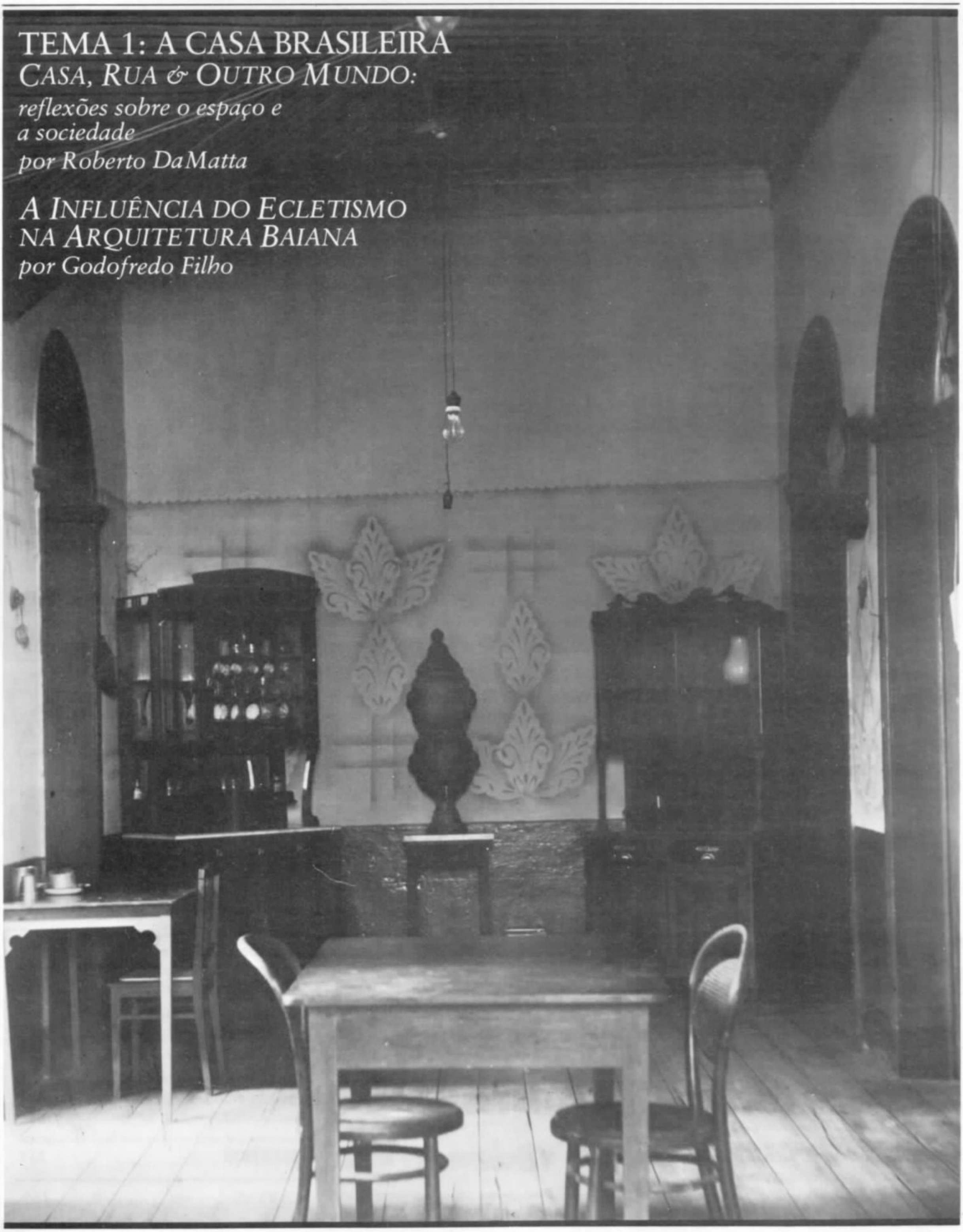
CASA, RUA & OUTRO MUNDO:

reflexões sobre o espaço e a sociedade

por Roberto DaMatta

A INFLUÊNCIA DO ECLETISMO NA ARQUITETURA BAIANA

por Godofredo Filho



CASA, RUA & OUTRO MUNDO:

reflexões sobre o espaço e a sociedade

ROBERTO DAMATTA*

O espaço é como o ar que se respira. Sabemos que sem ar morremos, mas não vemos nem sentimos a atmosfera que nos nutre de força e vida. Para sentir o ar é preciso situar-se, meter-se numa certa perspectiva. No avião sabemos que o ar existe não só como coisa inefável, mas como força e densidade, já que é o que sustenta o aeroplano de várias toneladas que nos conduz em viagem rápida para onde desejamos.

Do mesmo modo, para que se possa "ver" e "sentir" o espaço, torna-se necessário situar-se.

Nós, antropólogos sociais, que sistematicamente estudamos sociedades diferentes da nossa, realizamos isso sempre que viajamos. Em contato com sistemas sociais diferentes, tomamos consciência de modalidades de ordenação espacial diversas que surgem aos nossos sentidos de modo singular, apresentando até mesmo problemas sérios de orientação. No Cairo, uma vez, fiquei completamente perdido, pois as ruas não seguiam o mesmo padrão a que estamos habituados no Ocidente. E foi curioso e intrigante descobrir em Tóquio que as casas têm um sistema de endereço pessoalizado e não impessoal como o nosso. Tudo muito parecido com as cidades brasileiras do interior onde, não obstante cada casa ter um número e cada rua um nome próprio, as pessoas informam ao estrangeiro a posição das moradias de modo pessoalizado e até mesmo íntimo: "a casa do Seu Chico fica ali *em cima*... do lado da mangueira velha... é uma casa com cadeiras de lona na varanda... tem janelas verdes e telhado bem velho... fica logo depois do armazém do Seu Ribeiro...". Aqui, como vemos, o espaço se confunde com a própria ordem social de modo que sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores não se pode interpretar como se demarca o espaço. Aliás, nestes sistemas, pode-se dizer que o espaço como uma dimensão social independente e individualizada não existe, estando sempre misturado, interligado ou "embebido" em outros valores que servem para a orientação social geral.

No exemplo dado acima, sublinhei a expressão "em cima" para revelar precisamente esse aspecto, dado que a sinalização tão banalizada no universo social brasileira do "em cima" e "embaixo" nada tem que ver com altitudes topograficamente assinaladas, mas exprimem regiões sociais muito mais convencionais e locais. Às vezes querem indicar antiguidade (a parte mais velha da cidade fica mais "em cima"), em outros casos pretendem sugerir segmentação social e econômica: quem mora "embaixo" é mais pobre e tem menos prestígio social e recursos econômicos. Tudo isso contrasta claramente com o modo de assinalar posições das cidades norte-americanas, onde as coordenadas de indicação são positivamente geométricas, topográficas e, por causa disso, pretendem-se mais universais e racionais. Deste modo, as cidades dos Estados Unidos se orientam muito mais em termos de pontos cardeais – Norte/Sul; Leste/Oeste – ou em termos de um sistema numeral para ruas e avenidas – Nova Iorque sendo o exemplo mais bem acabado disto que é, porém, comum a todos os Estados Unidos. Se lá, então, é mais difícil para um brasileiro navegar socialmente nas cidades e estradas, é simplesmente porque ele não está acostumado a uma forma de denotar o espaço onde a categoria surge de modo muito mais individualizado, aparecendo como tal. Pela mesma lógica, é muito mais comum o uso de mapas para a orientação nos Estados Unidos, ao passo que, entre nós, como vimos, a orientação é feita dentro de um espaço "embebido" socialmente.

Nas cidades brasileiras a demarcação espacial (e social) se faz sempre no sentido de uma gradação ou hierarquia entre centro e periferia (confira, por exemplo, a expressão brasileira: "centro da cidade"; e também a conotação altamente negativa do espaço suburbano, novamente em contraste com os Estados Unidos); dentro e fora. Isso provavelmente explica a ausência de uma ocupação sistemática dos morros e elevações pelos segmentos dominantes, pois como é possível montar a equação brasileira centro = dentro = superior (ou dominante) se o morro isola e individualiza? De qualquer modo, a especulação pode ser interessante e isso nos remete a diferentes formas de concepção do espaço que o estudo comparativo ajuda a descobrir.

Mas como o espaço se exprime em diferentes sociedades?

É bom começar com uma observação que já fiz alhures quando insistia que a sociedade brasileira se singulariza pelo fato de ter muitos espaços e muitas temporalidades que convivem simultaneamente.(1) Mas como podemos descobrir isso? Ou seja: como é que o espaço é dividido ou demarcado? A questão aparentemente é banal: o espaço é demarcado quando alguém (ou uma instituição) estabelece fronteiras separando um pedaço de chão do outro. Mas as coisas não são tão simples assim, porque é preciso explicar de que modo tais separa-

(*) Roberto DaMatta é professor do Museu Nacional, Quinta da Boa Vista. É autor de *Ensaios de Antropologia Estrutural; Um Mundo Dividido; Índios e Castanheiros* (com Roque Laraia); *Universo do Carnaval; Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social; Carnavais, Malandros e Heróis* e organizador dos livros *Universo do Futebol* e *E. R. Leach*. Atualmente ultima o lançamento de mais um livro, intitulado: *Religião, Mulher e Poder no Brasil*. Roberto DaMatta tem sido professor-visitante em Paris, Cambridge (Inglaterra), Universidade de Wisconsin – Madison e Universidade da Califórnia – Berkeley.

ções são feitas e como são legitimadas e aceitas pela comunidade como um todo.

Não posso entrar aqui na discussão da propriedade privada e suas origens, mas a divisão espacial evidentemente é tão complexa quanto a divisão do tempo. Tomando uma sugestão de Edmundo Leach, relativamente ao tempo, pode-se dizer que tanto o tempo (ou a temporalidade) quanto o espaço são invenções sociais.(2) Não existe uma medida orgânica ou fisiológica de uma categoria de pensamento tão complexa quanto o espaço, do mesmo modo que não há um órgão do corpo para medir o tempo. Ambas as categorias são fundamentais – e houve e ainda há quem argumente que são inatas – porque ambas têm um processo de construção social complexo, sendo ele mesmo constitutivo da própria ordem social. Em outras palavras, o que estou querendo dizer é que não há sistema social onde não exista uma noção de tempo e outra de espaço e, em muitas sociedades, os dois conceitos se confundem e operam num *continuum*, isto é, dentro de uma gradação complexa.

É o caso do sistema social dos Nuer, um grupo tribal do Sudão, estudado por Evans-Pritchard.(3) Nesta sociedade, o tempo é calibrado por condições ecológicas (o ritmo do dia e da noite, as estações do ano), mas é também referido a aspectos singulares da vida social Nuer, como as classes de idade. Assim, do mesmo modo que ocorre entre os Apinayé do Brasil Central, grupo que eu mesmo pesquisei, a organização de grupos de idade ajuda a sublinhar etapas de tempo, pela referência a sua formalização que é típica e, obviamente, não depende de nenhuma característica ecológica.(4)

Além disso, os Nuer assinalam o tempo por meio de certas atividades. Mas ele jamais é individualizado como algo concreto, conforme acontece conosco.

É Evans-Pritchard quem diz: "os Nuer não possuem uma expressão equivalente ao 'tempo' de nossa língua e, portanto, não podem, como nós podemos, falar do tempo como se ele fosse algo concreto, que passa, pode ser perdido, pode ser economizado, e assim por diante. Não creio – continua Evans-Pritchard – que eles jamais tenham a mesma sensação de lutar contra o tempo ou de terem de coordenar as atividades com uma passagem abstrata do tempo, porque seus pontos de referência são principalmente as próprias atividades sociais, que, em geral, têm o caráter de lazer". E conclui Evans-Pritchard, ironicamente: "os Nuer têm sorte".(5) Não seria preciso insistir que as unidades de tempo só podem ser visíveis como tais na medida em que estão ligadas a alguma atividade. É isso que o caso Nuer nos diz.

Agência JB/s.d.

Subúrbio: conotação negativa na demarcação espacial das cidades brasileiras.

Mas o ponto que desejo demonstrar é o seguinte: as atividades diferenciadas que demarcam o tempo ou até mesmo, como sugere Leach, ajudam a construí-lo, provendo uma base para a noção de duração e de passagem, são atividades que ocorrem sempre em espaços distintos uns em relação aos outros. Há um sistema de contraste ou oposição no espaço, como há atividades igualmente distintas. Assim, o ano Nuer se divide em dois grandes períodos que correspondem à cheia dos rios e a sua vazante, mas que são vividos, respectivamente, em aldeias e acampamentos. O tempo, assim, corresponde a um espaço evidentemente oscilante que contrasta entre períodos de vida social num ambiente compacto (as aldeias) e disperso (os acampamentos). De modo significativo para o que vou sugerir mais adiante ao analisar o espaço em nossa sociedade, o sistema ritual Nuer realiza casamentos, iniciações, festas mortuárias e outros cerimoniais no período entre esses dois momentos, como que ligando dois espaços e atividades que certamente salientam a apreciação de duas durações diferenciadas.

Tudo isso indica que não se pode, de fato, falar de espaço sem falar de tempo, o que nos leva a acentuar novamente que deve ser somente no sistema Ocidental anglo-saxão que tais categorias se apresentam de modo mais individualizado, encapsuladas num sistema homogêneo e hegemônico do ponto de vista social e político. Quer dizer: é possível que seja somente nos países Ocidentais e sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra que o tempo e o espaço têm medidas oficiais que estão coordenadas num sistema também universal de medidas, fazendo parte de um sistema cultural igualmente dominante. Aqui há notavelmente uma noção única e dominante de tempo e espaço que tende a ser exclusiva – ou que pelo menos não é complementada por nenhuma outra de modo contundente.

Tempo e espaço precisam, como estamos vendo, de um sistema de contrastes. Cada sociedade precisa desta gramática de espaços e temporalidades para poder existir enquanto um todo articulado e isso depende fundamentalmente de atividades que se ordenam também em oposições diferenciadas, permitindo lembranças diferentes. É certamente isso que inventa o tempo e o espaço como categorias sociológicas. No caso do tempo, conforme revelou Leach no trabalho mencionado, o contraste mais abrangente é aquele existente entre rotinas diárias e situações extraordinárias, anôma-

las ou fora do comum, mas que são socialmente programadas e inventadas pela sociedade. Estas situações se chamam rituais, cerimoniais, festas, solenidades.

Nestas ocasiões não só há uma mudança do modo de conceber e medir a duração, como também se faz uma modificação do espaço. Realmente, se o tempo ordinário é medido por dias, horas e minutos, num espetáculo esportivo, os segundos é que passam a ser fundamentais. Já nos grandes festivais populares, os dias é que podem ser as unidades de duração mais significativas. A idéia de tempo muda e com ela varia a estrutura e a dinâmica dos grupos que estão atuando socialmente. Pode-se até mesmo dizer que a temporalidades e "especialidades" diversas corresponde a atuação de unidades sociais diferentes.

Assim, o tempo ordinário do trabalho é marcado pela família e pelas rotinas da manutenção do corpo: comer, dormir, reproduzir-se, sustentar níveis de satisfação mínimos com a comunidade em geral e com o grupo primário em particular. Mas o momento ritual passa pela transformação da família; ou melhor, pelo arranjo social no qual a família passa para uma posição secundária sendo substituída por um outro grupo. Por um partido político, se o ritual é cívico-político; por um clube, se o cerimonial é esportivo; por uma associação voluntária presa a um espaço da cidade, se o ritual é o carnaval. Do mesmo modo, existem variações se o foco do ritual é um evento ou uma pessoa individualizada, como acontece na comemoração de um acontecimento histórico (digamos, a Queda da Bastilha) ou se ele é uma festa de aniversário onde o foco é um indivíduo e o rito acentua sua singularidade enquanto tal. Mas tudo muda de figura se o foco é uma relação, como ocorre num casamento ou num batizado.

Noto, incorrendo o risco de ser mal entendido, que no "nosso" sistema Ocidental e individualista, a vida ordinária sempre corre tendo como foco o indivíduo, e isso certamente corresponde a tempos e espaços bem marcados. Lembro apenas que no cotidiano de sociedades assim constituídas temos "cadeiras individuais" para o cinema e teatro, ônibus, aviões e locais de comida; as cabinas telefônicas também são individuais bem como a maioria dos aparelhos domésticos e de mesa; ao passo que o momento extraordinário nos torna complementarmente coletivos: ou somos dupla ou somos torcida, partido, multidão etc... O inverso parece ser verdade nas chamadas sociedades tribais, onde o normal é a relação (o clã, a família extensa, o laço de nominação, a aldeia etc...) sendo o extraordinário marcado precisamente pela individualização (sem individualismo). Dir-se-ia, se fosse possível uma argumentação mais precisa, que a individualização corresponde à doença ou a estados patológicos e anormais num sistema tribal; enquanto que para nós, membros de um sistema individualista, o patológico é certamente o estado coletivo, que fica de algum modo implícito na distinção do indivíduo como agente moral, normativo e ideológico de todas as coisas.

Seria pelo menos assim que as coisas se passariam no caso norte-americano já que no Brasil, como tenho mostrado sistematicamente, o individualismo vem acompanhado de hierarquia e de muitas possibilidades de gradação.(6) Ou seja: não haveria realmente nenhum sistema sem indivíduo e coletividade, mas o ba-

Nas gravuras de Debret, a casa brasileira, do século XIX, em duas cenas de rotina: a pessoa individualizada como foco do ritual.

O Largo do Paço, no Rio, segundo intérprete do século XIX: igreja e palácio na sala de visitas coletiva.

lanço, a tonalidade e o peso de seus discursos oficiais seriam certamente diferentes. Para nós, modernos, o problema estaria sempre no coletivo e na multidão (vale lembrar as teorias de Gustavo LeBon e outros neste contexto), esses "estados" que seriam o inverso do indivíduo que o sistema consagra como normal e ideal. Para sistemas tribais, entretanto, o problema seria sempre o individual e o individualizado que o sistema não consagra como normal e ideal. A cada um desses "estados" há um tempo e um espaço correspondente. Vejamos alguns destes espaços.

Não é preciso especular muito para descobrir que temos espaços concebidos como eternos e espaços transitórios, espaços legais e espaços mágicos, espaços individualizados e espaços coletivos. Tudo o que diz respeito ao poder político é, na nossa sociedade, conotado como duradouro ou eterno e marcado pelos monumentos e palácios. O poder como ordenador supremo do nosso mundo penetrado por todo o tipo de conflito situa-se naqueles espaços de confluência do tempo e de unidades sociais contraditórias ou problemáticas. Assim, nas cidades Ocidentais, as praças e adros (que configuram espaços abertos e necessariamente públicos) servem de foco para a relação estrutural entre indivíduo (o líder, o santo, o messias, o chefe da igreja ou do governo) e o "povo", a "massa", a coletividade que lhe é oposta e lhe complementa. Servem também como ponto de encontro entre alguém que interpreta (ou inventa) uma mensagem e a multidão que a recebe e cristaliza socialmente num drama que sugere ser a sociedade algo inventado pelo indivíduo que, nestes momentos, passa sua verdade para a massa. Tais zonas também assumem a mediação de temporalidades diferenciadas e certamente problemáticas, pois uma coisa é o tempo da pessoa e da biografia individual com sua fragilidade e contundente finitude; outra coisa, porém, é o mistério da história e da continuidade da sociedade que, conforme nos disse sabiamente Durkheim, existe antes de nós e continuará existindo depois...

Pois bem, esses espaços são marcados por monumentos cuja função seria a de estabelecer em pedra, bronze, aço, concreto ou tijolo – algum material que seja supostamente imperecível, essa aliança entre o intérprete e a massa, o líder e o povo, já que a rigor os dois são complementares e ambos sujeitos a determinações maiores que vêm do passado e do sistema de valores que opera por inércia e inconscientemente. Não é, pois, por mero acaso que sinalizamos os espaços urbanos que se pretendem eternos como palácios e igrejas, mercados e quartéis; ou seja, tudo aquilo que representa a possibilidade de emoldurar a vida social num sistema de valores e de poder. Nas nossas cidades, então, e agora me refiro às cidades brasileiras e ibéricas, a praça abre um território especial, uma região do "povo". Uma sala de visitas coletiva onde se situam em nichos especiais o poder de Deus, cristalizado na igreja da matriz (ou igreja central, freqüentemente a primeira a ser fundada naquele local e que deu origem à cidade), e o poder do Estado, manifesto no palácio do governo.

É curioso que as cidades brasileiras tenham surgido assim, como monumento à vontade do colonizador e só mais raramente como decorrência de trocas comerciais, como foi o caso de muitas cidades da Europa Ocidental, na demonstração clássica de Max Weber.(7) O mesmo ocorreu na América do Norte. Basta lembrar que o centro de Nova Iorque é Wall Street, zona de comércio, porto e bolsa de valores: ao passo que o Rio de Janeiro, como Brasília, crescem em volta do Largo do Paço, tal como Lisboa, que fazia a junção tipicamente ibérica entre realeza altamente centralizada com as atividades comerciais, tudo isso orquestrado por um poderoso estamento tecno-burocrático, a camada dos letrados.(8)

Mas nossos espaços nem sempre são marcados pela eternidade. Há, conforme disse, espaços transitórios e problemáticos que recebem um tratamento muito diferente. Assim, tudo que está relacionado ao paradoxo, conflito ou contradição – como as regiões pobres ou de meretrício – ficam num espaço singular. Geralmente são regiões periféricas ou escondidas por tapumes. Jamais são concebidas como espaços permanentes ou estruturalmente complementares às

áreas mais nobres da mesma cidade, mas são sempre vistas como locais de transição: "zonas", "brejos", "mangues" e "alagados". Locais liminares, onde a presença conjunta da terra e da água marca um espaço físico confuso e necessariamente ambíguo.

Mas esses espaços eternos e essas "zonas" problemáticas fazem parte de uma estrutura social que necessariamente inclui espaços e temporalidades permanentes que operam em todos os níveis da sociedade. No caso da sociedade brasileira, que espaços são esses que de certo modo permitem a atualização da própria vida social?

Tenho tentado mostrar (Cf. DaMatta, 1979; 1982 e 1983) que, no caso da sociedade brasileira, o que se percebe muitas vezes como diferença é apenas um pedaço de um sistema diferenciado, uma constelação sociológica com pelo menos três perspectivas complementares entre si. Realmente, se eu falar com uma pessoa de classe média em casa, ela pode falar da moralidade sexual, dos seus negócios, de religião ou da moda de modo radicalmente diferente daquele que falaria caso estivesse na rua.

Pela mesma lógica, uma pessoa numa igreja, num funeral, terreiro de Umbanda ou centro espírita, pode marcar suas atitudes diante do mundo por discursos diferentes daqueles que espaços como a casa e a rua requerem. Sustento que essa observação não é uma mera questão de mudança de contexto, isto é, do fato plenamente conhecido e trivial que todo ser humano muda de opinião dependendo das circunstâncias. Não é desse fato universal que estou falando. Sei que ele também ocorre entre nós. Mas estou me referindo a espaços, a esferas sociais – casa, rua e outro mundo – que fazem mais do que separar contextos e formar atitudes. É que eles contêm visões de mundo ou códigos de interpretação do mundo que são particulares. Não se trata de cenários ou de máscaras que um sujeito usa ou desusa – como nos livros de Goffman – de acordo com suas estratégias diante da "realidade", mas de esferas de significação social onde o comportamento é normalizado (e moralizado) por perspectivas próprias.

Sustento então que, embora existam muitos brasileiros que falem a mesma coisa em todos os espaços sociais, o normal (o esperado e o legitimado) é que *casa, rua* e *outro mundo* demarquem fortemente mudanças de atitudes, gestos, roupas, papéis sociais e quadro de valores em todos os membros de nossa sociedade. Quer dizer: o comportamento esperado não é a conduta coerente na casa, rua e outro mundo; mas um comportamento diferenciado de acordo com o ponto de vista de cada uma dessas esferas de significação.

Nesta perspectiva, as diferenciações que se podem encontrar são complementares e jamais exclusivas ou paralelas. Em vez de serem alternativas, com um código dominando e excluindo o outro, estamos diante de codificações complementares de uma realidade que é sempre vista como parcial; tendo, sempre como conseqüência, um outro lado. Assim, qualquer evento pode ser sempre "lido" (ou interpretado) por meio do código da casa e da família (que é avesso à mudança e à história, à economia, ao individualismo e ao progresso); pelo código da rua (que está aberto ao legalismo jurídico, ao mercado, à história linear e ao progresso individualista) e por um código do outro mundo (que focaliza a idéia de renúncia do mundo com suas dores e ilusões e, assim fazendo, tenta sintetizar os outros dois).

Os três códigos são diferenciados, mas nenhum deles é exclusivo ou hegemônico, em teoria. Na prática, porém, um desses códigos pode ter hegemonia sobre os outros, de acordo com o segmento ou categoria social a que a pessoa pertença. Suponho, então, e digo isso somente para não perder a oportunidade de desenvolver o que considero ser um bom *insight*, que – no caso da sociedade brasileira – as camadas dominadas ou populares: massas trabalhadoras, migrantes de zona rural, empregados domésticos, marginais do mercado de trabalho; crianças, mulheres e líderes religiosos populares tenderiam a tomar como hegemônico o código da casa; ao passo que os segmentos dominantes tenderiam a tomar como dominante o código da rua.

A síntese, caso pudesse realmente existir uma zona neutra, seria proporcionada pela perspectiva do "outro mundo" que simplesmente abre as portas para a renúncia ritualizada deste mundo com suas contradições, lutas, falsidades e divisões. A grande questão, porém, é que temos um sistema social onde a diferenciação seria estrutural, sendo necessária a própria operação da sociedade. É aqui, creio, que jaz a especificidade da variante católica e brasileira, em termos do mundo ocidental. Trata-se, conforme afirmei uma vez, de um sistema que relaciona de modo intrigante a igualdade com a hierarquia, recusando-se a tomar um desses códigos como exclusivo.(9)

Por tudo isso, não se pode misturar o espaço da rua com o da casa sem criar alguma forma de grave confusão ou até mesmo conflito. Sabemos e aprendemos muito cedo que certas coisas só podem ser feitas em casa e, mesmo quando em casa, dentro de alguns dos seus espaços. Devo comer na sala de jantar, posso comer na varanda no caso de uma festa, mas não posso urinar na sala de visitas. A sugestão é suficiente para provocar risos ou mal-estar, sinal marcante de que temos dentro da própria casa uma rigorosa gramática de espaços e, naturalmente, de ações e reações.

Aliás, isso foi percebido por todos quantos visitaram o Brasil e o Rio de Janeiro, conforme revela o texto de John Luccock que, entre 1808 e 1818, observava a nossa clássica divisão em sala de visitas e sala de jantar, com a rígida separação dos quartos (que eram, então, alcovas) e varanda. E como o espaço corresponde a atividades e categorias sociais, Luccock nos informa daquilo que até hoje continua sendo um dado permanente em nossa sociedade. Diz ele: "A família em geral fica na varanda, na parte de trás da casa, lugar em que se acha quase tão isolada do mundo como se se encontrasse nas profundas de uma floresta. As mulheres, sentadas em roda, na postura costumeira, costuram, fazem meia, renda, bordados ou coisas semelhantes, enquanto os homens se encostam a tudo quanto possa servir para isso ou ficam usando de uma velha tábua colocada sobre dois cavaletes..."(10) Mas isso ocorria também em relação a certas atividades, como refeições em comum e ocasiões sociais em geral, onde a divisão por sexo e por idade era (como até hoje ainda é) a norma.

Assim, Luccock demonstra estranhamento quanto ao modo de homens e mulheres se acomodarem à mesa no Brasil. Diz ele novamente: "Neste caso, a disposição à mesa parecia-nos estranha: ou bem as damas ficavam juntas de um lado e os cavalheiros do outro, ou bem a dona da casa sentava-se ao lado do marido, tendo junto dela uma outra senhora e, então, o marido desta, de tal maneira que duas esposas fiquem sempre no

meio dos seus respectivos cônjuges; moda indicativa de uma precaução zelosa, mas não de todo desarrazoada entre um povo de cabeça tão quente".(11) Ainda mais contundente é a observação de Saint-Hilaire que nos visitou em 1816 e 1822; falando do espaço das casas diz este viajante: "Nas casas dos pobres, assim como nas dos ricos, existe sempre uma peça denominada sala, que dá para o exterior. É aí que se recebem os estranhos, e se fazem as refeições, sentados em bancos de madeira em torno de uma mesa comprida.

A gente abastada tem o cuidado de reservar na frente de sua casa uma galeria ou varanda, formada pelo teto que se prolonga além das paredes, e é sustentado por colunas de madeira. Fica-se geralmente nessas galerias e em todas as estações aí se respira um ar fresco, igualmente ao abrigo da chuva e do ardor solar. O interior das casas, reservado às mulheres, é um santuário em que o estranho nunca penetra, e pessoas que me demonstravam a maior confiança jamais permitiram que meu criado entrasse na cozinha para secar o papel necessário à conservação de minhas plantas; era obrigado a acender o fogo fora, nas senzalas ou em algum alpendre. Os jardins, sempre situados por trás das casas, são para as mulheres uma fraca compensação de seu cativeiro, e, como as cozinhas, são escrupulosamente interditados aos estrangeiros."(12)

Tal observação denotativa de um espaço sexualmente motivado é confirmada na observação de Louis e Elizabeth Agassis que nos visitaram em 1865-66. Assim, eles nos informam que "Os brasileiros, com efeito, tão hospitaleiros e bons, são muito formalistas, enfatuados de etiqueta e cerimônias. As damas, ao chegarem (no baile), vão sentar-se em fila nas banquetas colocadas ao longo das paredes do salão de danças; de tempos em tempos, um cavalheiro avança corajosamente até essa formidável linha de encantos femininos e diz algumas palavras; mas só bem mais tarde, depois que as danças dividem os convidados por grupos que se misturam é que a festa começa a tornar-se realmente alegre".(13)

Essa mesma observação de que somos "formalistas" foi feita por Thomas Ewbank, que nos visitou em 1845 e escreveu muitas observações penetrantes sobre os costumes religiosos do Rio de Janeiro. Também ele percebeu essa divisão entre casa, rua e outro mundo, havendo notado como demarcamos com rigidez as entradas e saídas de todas as situações em geral, mas das casas em particular. Assim, as visitas sempre foram um capítulo especial de nossa vida social, existindo um espaço nas casas só para elas: as salas, ou sala de visitas. O ritual de receber uma visita tinha (e ainda tem) requintes quase barrocos pois significava ter que abrir o espaço da casa para um estranho. Mas a gramática social da casa brasileira não fica nisso. Ela transborda num sem número de expressões tais como "vá para a rua!" que exprimem o rompimento violento com um grupo social como acontece quando se diz: "fiquei na rua da amargura" para significar a solidão ou a ausência de solidariedade de um dado grupo.

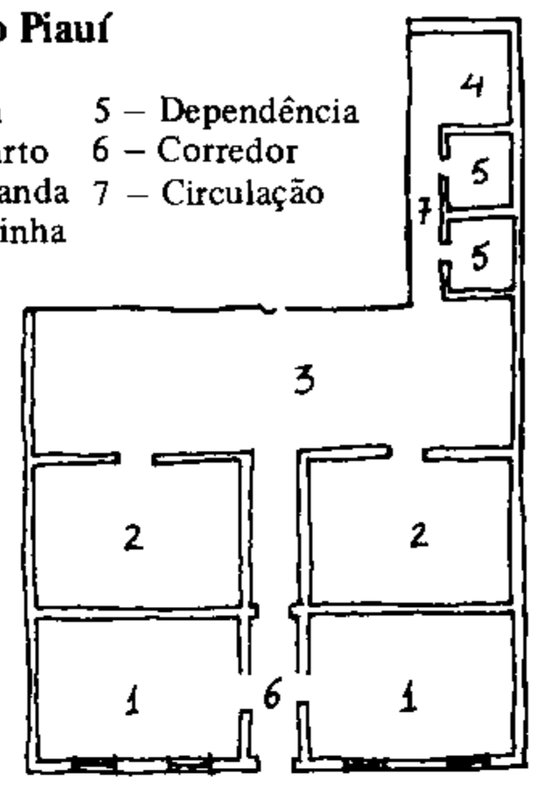
Metáforas e símbolos onde a casa é contrastada com a rua são, pois, abundantes numa sociedade onde a casa é utilizada não apenas como um espaço que pode abrigar iguais (como é o caso da família norte-americana), mas como uma área onde não existem indivíduos e todos são pessoas, isto é, todos que habitam uma casa se relacionam entre si por meio de laços de sangue, idade, sexo e vínculo de hospitalidade e simpatia que permite tornar a casa como o grande ideal da própria sociedade brasileira.

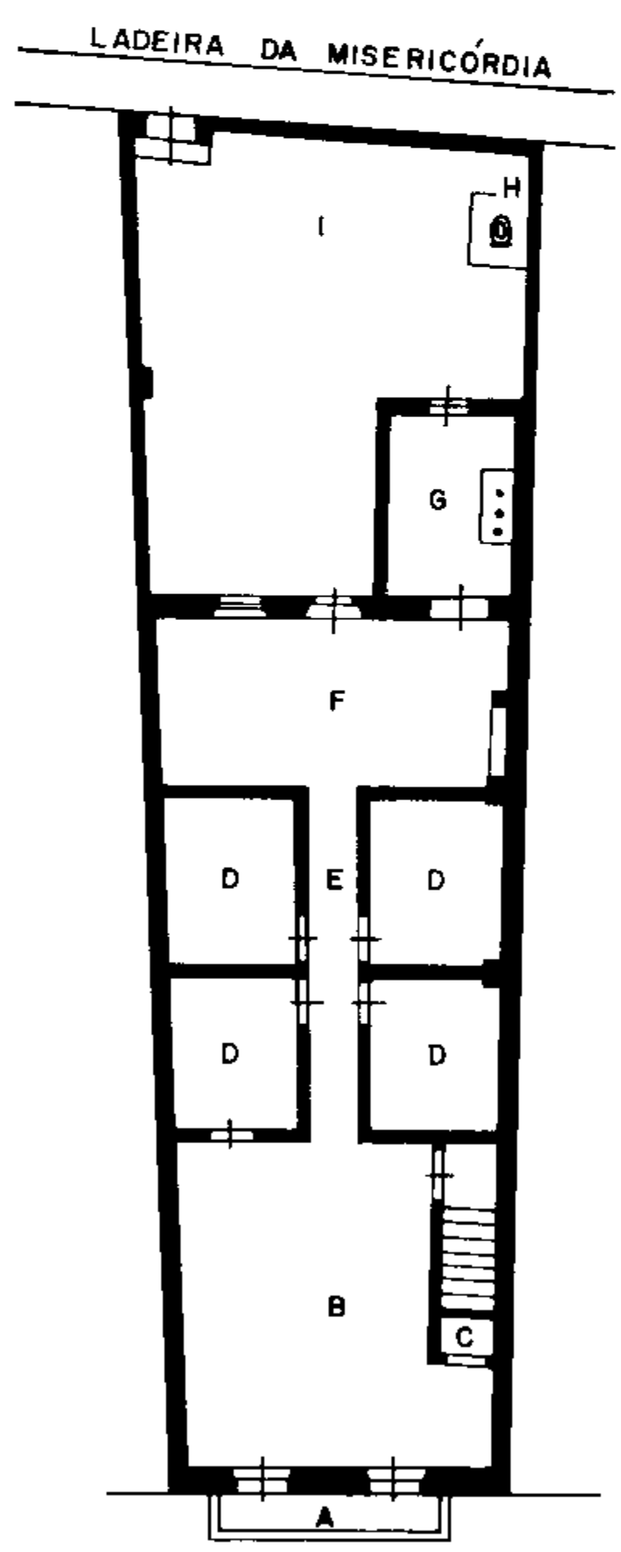
Não é, pois, ao acaso que a obra mais marcante de toda a sociologia brasileira seja precisamente aquela que tenha tomado como foco analítico a casa como um espaço complexo e dinâmico. Espaço que é a metáfora mais completa da própria sociedade brasileira, já que nele se encontra a mesma heterogeneidade social e política, religiosa e econômica que marca o espaço exterior: da rua e da sociedade em geral. Ou seja, quando Gilberto Freyre escreveu *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos*, ele estava certamente estudando os espaços mais significativos de nossa estrutura social, espaços que de certo modo reproduziam em suas divisões internas a própria sociedade com seus múltiplos códigos e perspectivas. Hoje, podemos ver que não se trata apenas de modos específicos de habitação comuns a certas regiões do Brasil, mas que esses espaços de sobrados e casas-grandes são autênticas metáforas de uma sociedade que entre excluir seus espaços e categorias sociais, preferiu relacionar, fazendo uma ligação complexa e certamente compensatória do dominante com o dominado, do interno com o externo, da casa com a rua.

Duas plantas de casa brasileira

Casa do Piauí

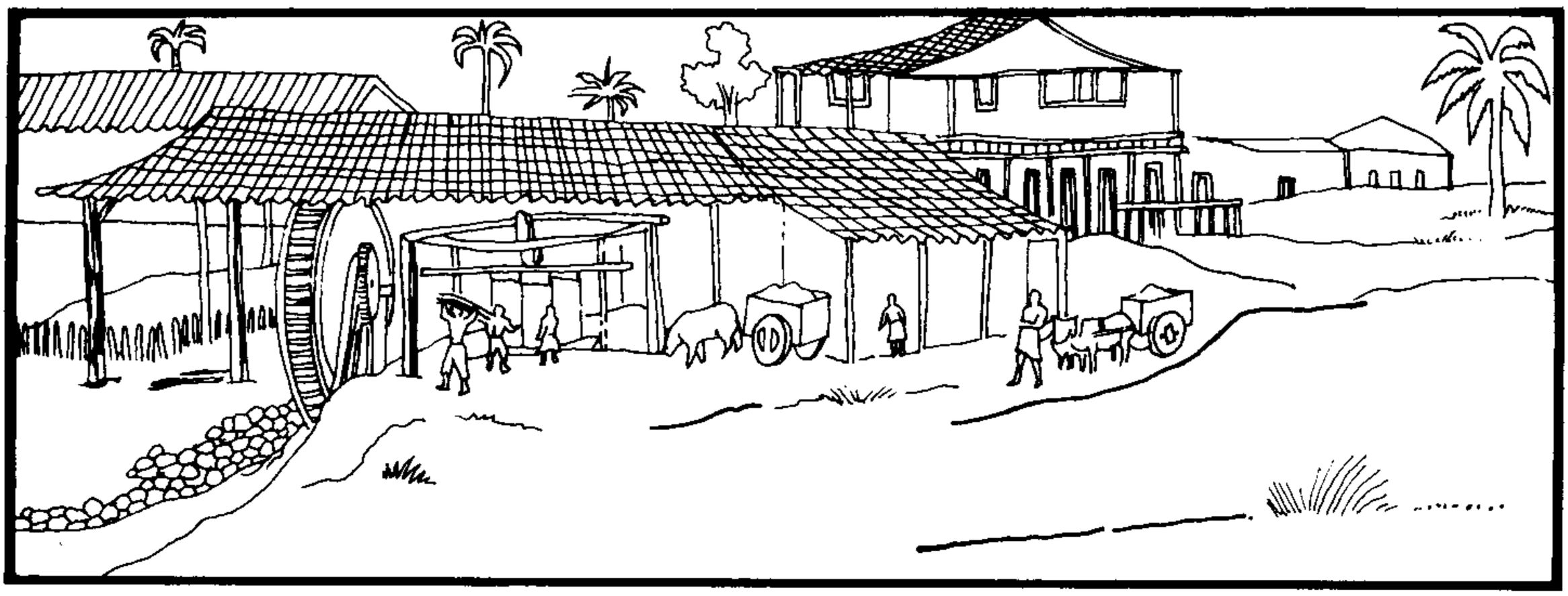
1 – Sala
2 – Quarto
3 – Varanda
4 – Cozinha
5 – Dependência
6 – Corredor
7 – Circulação





Casa de Olinda

A – Varanda
B – Sala
C – Santuário
D – Quartos
E – Corredor
F – Sala de jantar
G – Cozinha
H – W.C.
I – Quintal



Casa-grande, senzala e engenho, segundo ilustração do século XVII, reproduzida por Gilberto Freyre: metáfora da sociedade brasileira.

A prova desta metáfora é uma outra metáfora. O fato de que também nos referimos a "casa" como local de trabalho ou até mesmo ao país como um todo. Porque se o local de trabalho é uma casa, isso é sinal que patrões são pais (as palavras têm uma mesma raiz) e seus empregados são seus filhos (ou suas mulheres). Não penso ser de outro modo que se possa explicar a expressão igualmente metafórica que diz serem todas as autoridades os "homens", senão para indicar complementarmente que seus simétricos inversos são fêmeas ou meninos. De qualquer modo o simbolismo da casa e pela casa é extenso em nossa sociedade. De casa vem também *casa*mento, *casa*douro e *casa*l, expressões que denotam um ato relacional, plenamente coerente com o espaço da morada e da residência.

Por tudo isso, "ser posto para fora de casa" significa algo violento, pois se estamos expulsos de nossas casas, estamos privados de um tipo de espaço marcado pela familiaridade e hospitalidade perpétuas que tipificam aquilo que chamamos de "amor", "carinho" e "consideração". Do mesmo modo, "estar em casa" ou sentir-se em casa, fala de situações onde as relações são harmoniosas e as disputas devem ser evitadas. Não posso transformar a casa na rua e nem a rua na casa. As duas áreas são, como acentuou Gilberto Freyre em 1936, num ensaio onde pela primeira vez se estudou esses espaços na sociedade brasileira, *inimigas*.(14)

Mas nós estamos vendo que essa "inimizade" tem um caráter especial. Ela é sobretudo complementar porque não se pode falar de casa sem mencionar o seu espaço gêmeo, a rua. Mas é preciso notar também que a oposição *casa/rua* tem aspectos complexos. É uma oposição que nada tem de estática e de absoluta. Ao contrário, ela é dinâmica e relativa porque na gramaticalidade dos espaços brasileiros, rua e casa se reproduzem mutuamente, posto que há espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se sua "casa", ou seu "ponto". Neste sentido, como já acentuei uma vez, a rua pode ter locais ocupados permanentemente por categorias sociais que ali "vivem" como "se estivessem em casa", conforme acentuamos em linguagem corrente.(15)

Não preciso acentuar que é na rua que devem viver os malandros, os meliantes, os pilantras e os marginais em geral – ainda que esses mesmos personagens em casa possam ser seres humanos decentes e até mesmo bons pais de família. Do mesmo modo, a rua é local de individualização, de luta e de malandragens. Zona onde cada um deve zelar por si, enquanto Deus olha por todos, conforme diz o ditado tantas vezes citado em situações onde não se pode mais dar sentido por meio de uma ideologia da casa e da família; contextos, repito, onde não se pode mais utilizar como moldura moral e vertente relacional e hierarquizante de nossa constelação de valores. Mas falar que "cada um está por si", equivale a abrir mão de um controle social rígido que de certo modo garante a pacificação dos ânimos e provê a ordem das coisas. Trata-se de um ditado que de certo modo torna o individualismo e os direitos individuais negativos ou pelo menos perigosos, próximos do conflito aberto. De fato, na rua pode-se admitir contradições que são próprias deste espaço. Mas na casa, as contradições devem ser banidas, sob pena de causarem um mal-estar intolerável. Afinal de contas, a casa não pode admitir contradições, se essas contradições não podem ser imediatamente postas em ordem, em hierarquia ou gradação. A equivalência entre sentimentos ou moralidades, comum na rua, é perigosa em casa. Assim, "em casa de enforcado não se fala em corda. . ."

Mas assim como a rua tem espaços de moradia e/ou de ocupação, a casa também tem seus espaços "arruados". Seja porque fazem a ponte entre o interior e o exterior – como as janelas, varandas, salas de visitas, cozinhas, entrada de serviço, dependência de empregados e quintal – seja porque o próprio desenho da casa tradicional urbana brasileira, precisamente aquela que é descrita com detalhes por Luccock, tem um corredor de circulação que num sentido muito preciso é igual a rua como espaço único e exclusivo de relacionamento de todas as suas peças que operam como se fossem "casas".

Assim, a rua está para a casa como o corredor com sua sombria clarabóia está para todos os cômodos da casa brasileira tradicional. Andar pelos corredores é equivalente a percorrer as ruas de uma cidade. As portas que se abriam para ele eram como se fossem portas de rua, e as salas de visitas ou varandas, cozinhas e quintais eram como se fossem zonas da própria cidade: praças e subúrbios.

Mas todos sabemos que a casa demarca um espaço calmo, dominado por um grupo social que, no Brasil, é concebido como "natural". Realmente, entre nós a família é igual a "sangue", "carne" e tendências inatas que passam de geração para geração, pois uma pessoa "puxa" e "sai" como a outra, isto é, como o seu pai, mãe ou avós. Trata-se de um discurso poderosamente implicado na natureza e na premissa de que essa natureza independe de condições sociais, conforme até hoje fazem prova os dramas policiais de crianças que foram abandonadas pelos pais e encontradas anos depois; ou a ficção antiga e contemporânea que, sobretudo em novelas de TV, tem abordado o assunto com galhardia, imaginação e até mesmo inteligência. Assim são abundantes os dramas onde o espaço da casa é violado e um objeto que pertence a esse espaço é atirado na rua para depois voltar com todos os prêmios a que faz jus.

Em todo caso, se a casa distingue esse espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade; enfim, tudo o que se soma na nossa noção de "amor", a rua é um espaço inverso. Terra que pertence ao "governo" ou ao "povo" e que está sempre repleta de fluidez e movimento. A rua é um local perigoso. Aliás sempre foi assim, e as descrições deste espaço como zona livre são copiosos. Como nos informa, por exemplo, Heamann Burmeister que, em 1850, andando pelas ruas do Rio, diz: "Em nenhuma parte achara coisa digna de ser vista e a população não me parecera nada atraente pelo seu aspecto. Encontra-se no Rio de Janeiro muito mais gente de cor, maltrapilha, ou seminua, do que gente branca em trajes convenientes. Nota-se, antes de tudo, a ausência de senhoras bem vestidas."(16) Mais adiante o mesmo viajante fala exatamente como Ferdinand Denis que, em 1880, também viu a grande sociedade ou elite do Rio morando em chácaras afastadas e deixando a "cidade" com suas ruas entregue a capoeiras, vagabundos e gente de todo tipo. A mesma observação sobre esse movimento da rua faz Ewbank quando nota: "Os pregões de Londres são bagatelas quando comparados aos da capital brasileira. Escravos de ambos os sexos apregoam mercadorias em toda a rua. Vegetais, flores, frutos, raízes comestíveis, aves domésticas, ovos e todos os produtos rurais; bolos, pastéis, roscas, doces e guloseimas, "toucinho celeste" etc. passam continuamente por baixo das janelas."(17)

Arquivo da SPHAN, Rio/1960

Janelas: a função de mediadora entre o espaço protetor das casas e os perigos da rua.

Como se vê, eis aqui as janelas servindo como mediação entre o espaço interno das casas e o espaço externo da rua. Mas talvez uma descrição mais viva da rua, com seu movimento, tenha nos sido legada por C. Carlos Wehrens que diz numa página de seu diário: "Era uma vida comercial agitada, aquela. Os portugueses, em calça e camisa, os mais modestos iam descalços, os um pouco mais bem situados, de tamancos e os ricos, de sapatos de couro, porém andavam em mangas de camisa, ostentando nos dedos grossos anéis de ouro (. . .)

No anonimato das ruas: o risco de ser confundido com gente comum, "sem eira nem beira".

Ficavam às portas dos seus estabelecimentos ou no seu interior, ou então seguiam pela rua, em direção ao vizinho ou ao mercado que ficava lá perto, no início da rua (trata-se de uma descrição da Rua do Rosário em pleno século XIX), portando seu inevitável cigarro na boca ou, apagado, por trás da orelha (. . .) alegres, cuspindo em seu redor. Quanto melhor se conhecia esse palavreado, tanto melhor se podia lidar com aquela gente e com ela fechar negócios."(18) Outro viajante, Daniel P. Kidder, que esteve no Rio de Janeiro também por volta dos 1845, diz no seu relato: "Devido à brandura e ao descaso mesmo da polícia, grande número de vagabundos perambulava constantemente pelas ruas pedindo esmolas; indigentes de todas as espécies faziam ponto em lugares determinados, nas ruas da cidade, onde saudavam os transeuntes como que num lamento 'Favorece o seu pobre pelo amor de Deus'."(19)

Tais descrições não revelam uma realidade que mudou. Ao contrário, até hoje a sociedade parece permanecer fiel a sua visão interna do espaço da rua como algo movimentado, propício a assaltos e roubos, local onde as pessoas podem ser confundidas e tomadas pelo que não são, isto é, por gente comum, "sem eira nem beira". Nada pior para alguém de boa família do que ser tomado como um "moleque de rua"; ou para uma moça ser chamada de "mulher da vida", de alguém que pertence ao mundo e ao movimento. Até hoje, portanto, a primeira vez que se vai para a rua é momento dramatizado por conselhos, recomendações e aflições dos que saem e dos que ficam em casa, acobertados pelo espaço da família, onde o "amor" e a consideração faz com que o tempo fique parado. Do mesmo modo, podemos falar em "dona da casa" em contraste com quem não tem nem mesmo uma casa para morar, sinal de que se chegou no fundo da escala social.

Coerentemente com essa visão da casa e da rua, concebemos o movimento como sendo um modo típico da rua. Como um rio que passa e pode (ou deve) ser visto da janela, sob a proteção das paredes da casa. Mas esses espaços, embora tenham uma relação complexa, não estão separados. Eles se relacionam por seus subespaços (praças, adros, janelas e varandas) e também por ocasiões especiais que permitem a sua comunicação.

Assim, é minha tese que o sistema ritual brasileiro é um modo complexo de estabelecer (ou até mesmo de propor) uma relação permanente e forte entre rua e casa, entre este mundo e o outro mundo. Ou seja, a festa, o cerimonial, o ritual e o momento solene são modalidades de relacionar conjuntos separados de um mesmo sistema social. Sua importância, conforme muitos observadores sobretudo estrangeiros têm chamado sistematicamente a atenção, não é uma função do espírito festeiro, cínico ou irresponsável do brasileiro. É muito mais um mecanismo social básico por

RIO

meio do qual uma sociedade feita com três espaços pode tentar refazer sua unidade. Assim, se o mundo diário se faz por meio de três espaços e três visões de mundo diferenciadas e complementares, o mundo das festas – ou o universo oficial – se faz sempre com dicotomias. Numa delas temos a divisão entre "este mundo" e o outro, quando enfocamos o Brasil por um prisma moral e transcendente, religioso. O outro é um prisma político, igualmente moral, mas onde a ligação não se faz por meio de preces, milagres e graças (que, noto, são modos de relacionar os dois mundos), mas por intermédio de leis, alvarás, discursos, análises e diagnósticos político-econômicos. Sempre temos, nesta ligação, um modo "oficial" e um discurso popular. Como se casa e rua estivessem sempre travando um combate civilizado e bem-comportado pela posse hegemônica de todo o sistema que não chega nunca.

O fato social importante porém é a descoberta desta possibilidade de "ler" a sociedade brasileira com seu extensivo sistema de rituais como uma sociedade que se debate em torno de visões diferenciadas de si mesma. Deste modo, todos os ritos públicos que assumem um aspecto legal, solene, e que são controlados pelo Estado ou pela Igreja, sempre vêm da rua (e, naturalmente, do "outro mundo") para a casa; enquanto que todos os cerimoniais domésticos tradicionais (nascimentos, batismos, aniversários, casamentos e funerais) fazem o movimento inverso: abrem a casa para a rua, transformando o espaço doméstico da moradia em algo público, área onde estranhos podem circular livremente.

Num certo sentido, o que é surpreendente é a observação de que, no Brasil, temos momentos rituais – festas – onde o ponto de partida é um desses espaços. As festas da rua são carnavalescas e unificam o mundo por meio de uma visão onde rua e casa tornam-se espaços contíguos, reunidos por uma convivência temporariamente utópica de espaços rigidamente divididos no mundo diário. A troca de lugar que define a carnavalização é a marca de uma ligação bem-sucedida entre rua, casa e outro mundo, já que no carnaval até mesmo a morte e os santos podem participar. Mas as festas da Igreja ou do "outro mundo" são ocasiões onde a sociedade se junta pelo lado do espaço da renúncia e do abandono do mundo. Espaço que demarca o poder do outro lado das coisas, algo como uma realidade que permite chegar ao extremo da compensação moral. Finalmente, o espaço da rua pode servir como suporte para festivais patrocinados pelo Estado nacional. Aqui não temos mais nem uma tendência para a inversão (como ocorre nos carnavais e nas festas populares em geral), nem uma tendência para a neutralização (como acontece nas festas do "outro mundo"). Mas temos, isso sim, uma ordem relacional marcada pela diferenciação, onde as posições sociais externas são indiscutivelmente acentuadas e reforçadas. Temos, pois, conforme indiquei uma vez, três focos de festividade, mas três momentos onde o que se pretende é o relacionamento, a circulação e a ligação do sistema como tal. (20) Seriam as festas como que movimentos a partir de espaços específicos? Como se fossem discursos e apelos visando obter uma coerência numa sociedade cuja pedra de toque é a heterogeneidade? É possível que essa seja uma hipótese produtiva e interessante.

Se isso assim se configurar, então podemos formular a questão dizendo o seguinte: nas sociedades tradicionais e semitradicionais, onde o sistema sempre opera com a casa, a rua e o outro mundo como espaços sociais e princípios ordenadores diferenciados, mas complementares da vida, os rituais sempre serviriam como mecanismos visando à unificação geral do sistema e sempre teriam um caráter inclusivo. Mais do que celebrações ou comemorações de um certo domínio, data, princípio estrutural, categoria social, eles seriam verdadeiros focos por onde todo o sistema poderia ser visto como uma totalidade. Assim, nestas sociedades, as comemorações e inaugurações seriam menos importantes do que os ritos que revitalizam o cosmos e buscam atingir, mobilizar e transformar a própria sociedade nas suas divisões. Para usar uma expressão de Weber, os ritos seriam aqui espaços para criar uma ética única em sistemas divididos por éticas dúplices ou tríplices.

Mas o ponto básico permanece, pois é estudando os espaços de uma sociedade que se pode lançar luz sobre questões tão importantes como o seu sistema ritual e o modo pelo qual ela faz sua dinâmica.

Jardim Ubá, setembro de 1983.

NOTAS

1. DAMATTA, Roberto, *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*, Rio, Zahar, 1979.
2. LEACH, Edmund, *Repensando a Antropologia*, São Paulo, Perspectiva, 1974.
3. EVANS-PRITCHARD, E. E., *The Nuer*, Oxford, Clarendon Press, 1940.
4. DAMATTA, Roberto, *Um Mundo Dividido*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1976.
5. EVANS-PRITCHARD, E. E., op. cit., p. 116.
6. DAMATTA, Roberto, *Carnavais, Malandros e Heróis*, op. cit.
7. WEBER, Max, *The City*, London, Melbourne Toronto, Heinemann.
8. FAORO, Raymundo, *Os Donos do Poder*, Porto Alegre, Globo, 1976.
9. DAMATTA, Roberto, *Carnavais, Malandros e Heróis*, op. cit.
10. LUCCOCK, John, *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*, São Paulo, USP-Itatiaia, 1980, p. 81.
11. Idem, ibidem, pp. 83-84.
12. SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, São Paulo, USP-Itatiaia, 1975.
13. AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elizabeth Cary, *Viagem ao Brasil*, USP-Itatiaia, 1975, p. 174.
14. FREYRE, Gilberto, *Sobrados e Mocambos*, Rio, José Olympio, 1936, p. 47.
15. DAMATTA, Roberto, *Carnavais, Malandros e Heróis*, op. cit.
16. BURMEISTER, Hermann, *Viagem ao Brasil*, São Paulo, USP-Itatiaia, 1980.
17. EWBANK, Thomas, *A Vida no Brasil*, ou "Diário de uma Visita à Terra do Cacaueiro e da Palmeira", São Paulo, USP-Itatiaia, 1976, p. 79.
18. WEHRENS, Carlos C., *O Rio Antigo – Pitoresco e Musical*, Rio, 1980.
19. KIDDER, Daniel P., *Reminiscência de Viagens e Permanências nas Províncias do Sul do Brasil*, São Paulo, USP-Itatiaia, 1980, p. 92.
20. DAMATTA, Roberto, *Carnavais, Malandros e Heróis*, op. cit.; e *A Questão da Posse*, in *Humanidades*, vol. I, 1983.

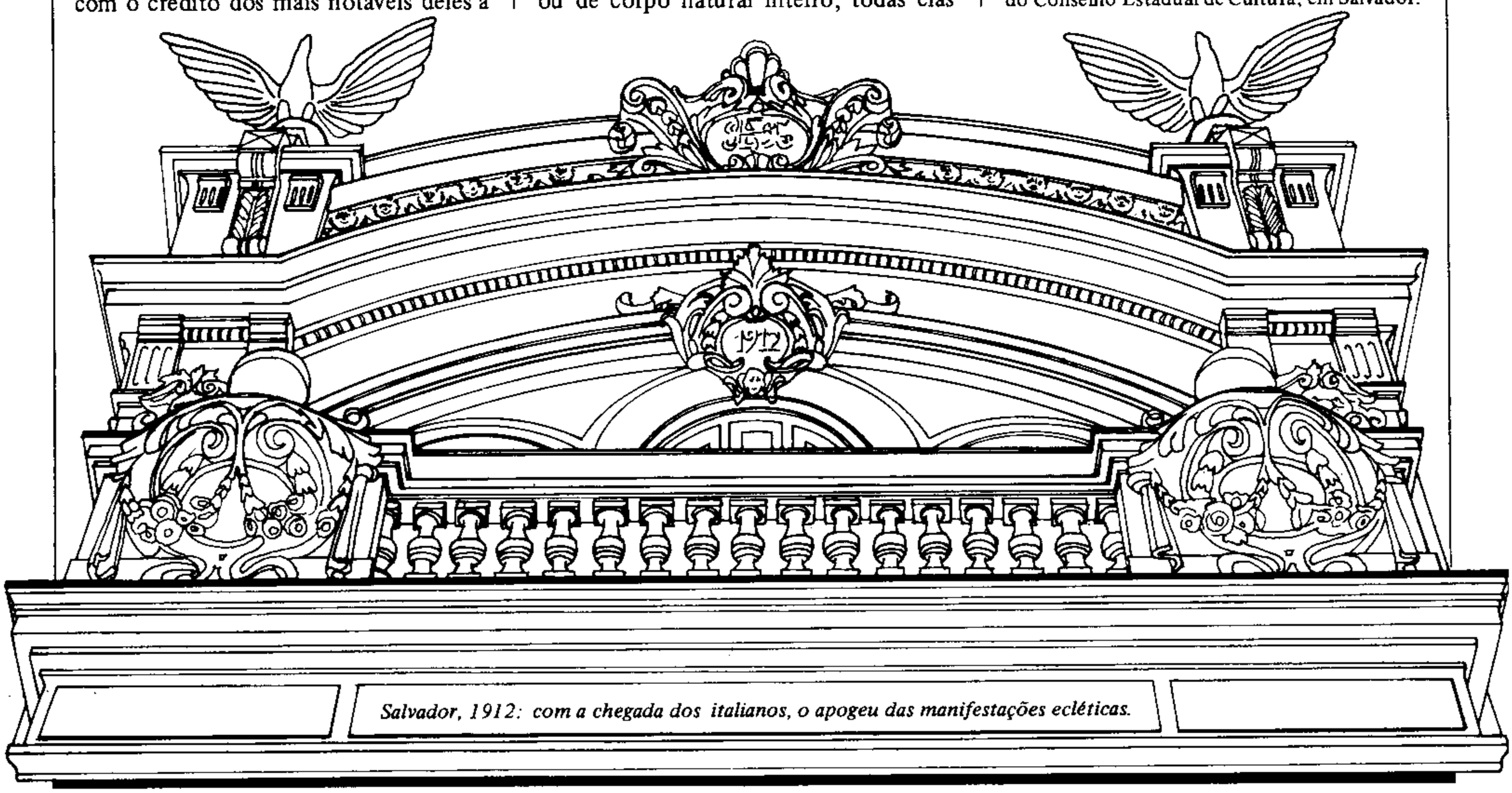
A INFLUÊNCIA DO ECLETISMO NA ARQUITETURA BAIANA

GODOFREDO FILHO*

Curioso e louvável que alguns arquitetos baianos, ao que estamos informados, comecem a volver seu interesse para as manifestações do Ecletismo no casario de Salvador, interesse que devera, igualmente, estender-se a algumas importantes cidades do interior do Estado. Curioso porque, entre nós, são escassas tais manifestações ou não suficientemente significativas; louvável, pelo empenho expresso de estudar-se e até de salvar-se o que, nesse particular, restou de melhor e merece incorporar-se, perdurando, ao acervo arquitetônico que nos foi legado pelas primeiras décadas deste século.

Poder-se-ia mesmo, na Bahia, traçar um roteiro do apogeu e das vicissitudes dessa maneira de construir edifícios, com o crédito dos mais notáveis deles a técnicos italianos aqui chegados a partir de 1912, no 1º Governo Seabra, quando o Secretário Geral Arlindo Fragoso e, sobretudo, o Intendente Júlio Viveiros Brandão, buscaram abastecer-se em São Paulo, de arquitetos, escultores, pintores, decoradores e artesãos especializados, com o fito de mudar, como pretenderam e em parte conseguiram, a grave e tranqüila fisionomia plástica de Salvador. Os Chirico, os Conti, os Santoro, os Rossi, os Sercelli e tantos outros, diferentes entre si nos misteres e nos méritos, trabalharam com afinco, brindando a cidade ora de bronzes e mármores duradouros, ora de pinturas de salão mundano em igrejas austeras e, ainda, em edifícios públicos e particulares, da *glace* caricatural dos estuques, as grinaldas, os festões, as águias de bico voraz e asas abertas, e, até, de mulheres aladas ou de corpo natural inteiro, todas elas de seios duros e pontudos de Dânae de Corregio, por onde se pudessem modelar, acaso, as taças cônicas das festanças inaugurais. Ficaria bem que, de consultas aos arquivos das repartições competentes do Município e do Estado, fossem exumados projetos, propostas e plantas por onde julgá-los, castigando-os, perdoando-os ou porventura louvando-os. Tal índice de obras, seu paciente levantamento e lúcida crítica, têm sido feitos em outras terras, especialmente no Rio e em São Paulo, haja vista, entre muitos, o trabalho de Paulo F. Santos – *"Quatro Séculos de Arquitetura"*, Rio, Editora Valença, 1977, e o de Anita Salmoni e

(*) Godofredo Filho é membro do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. O texto acima reproduz o Parecer favorável à proposta de tombamento estadual do Palacete Comendador Bernardo Martins Catharino, atual sede do Conselho Estadual de Cultura, em Salvador.



Salvador, 1912: com a chegada dos italianos, o apogeu das manifestações ecléticas.

Emma Debenedetti – *"Arquitetura Italiana em São Paulo"*, Editora Perspectiva S.A., São Paulo, 1981. Estudos desse teor, sócio-arquitetônicos e sócio-urbanísticos, sugerimos e esperamos que também sejam realizados na área nordestina, sobrepassando simples anotações e registros para fichamento ocasional ou programado de imóveis singulares. De qualquer sorte, como acentuamos de início, abordagem curiosa e louvável, de pesquisa de elementos alienígenas a se enredarem na trama citadina.

Eco dessa inquirição e objeto de nosso aplauso, com algumas restrições que se seguem, é a presente Indicação do douto Cons. Thales de Azevedo, apresentada ao *CEC*, em sessão plenária de 15.01.82, e distribuída a esta Câmara, para seu Parecer. Trata-se de proposta de tombamento estadual do *Palacete Comendador Bernardo Martins Catharino*, sito na Rua da Graça nº 292, desta Capital.

A linguagem arquitetônica vigente na Bahia até o começo do século XIX deixaria, na sua 2ª metade, de expressar uma tendência de gosto sereno, monótono, quase triste, nos domínios da habitação. Fosse pelas transformações econômico-sociais de que se viu palco o Império e o começo da República, com a Abolição em primeiro plano, a introdução da máquina, uma indústria incipiente a instaurar-se entre a lavoura e o comércio, o trato mais constante de viagens dos elementos de elite aos Estados Unidos e à Europa, uma certa abertura à frivolidade de costumes, e mais isso, e mais aquilo, em escala surpreendente, – e assistiríamos a transformações viscerais e cada vez mais freqüentes na estrutura e nos hábitos de morar. O imobilismo das construções de outrora começava a ser batido pelo sopro de aspirações e inspirações diversificadas, e a pouco e pouco cederia às novas técnicas de mão-de-obra lidando com material até então desconhecido. Utilidades imprevistas e as mais variadas insinuavam-se no viver e logo se imporiam ao bom-viver quotidiano. Não mais os palácios do bairro da Sé ou os sobradões de São Pedro, escuros, pesados de tradição, com forros caixotados, portais armoriados abarrocando-se em volutas e os escassos vãos retangulares guarnecidos, nas sacadas, de gradis em conto de lança; nem aqueles sobrados xifópagos ou de oitão colado, distensos em grupamentos agressivos ou tão-só melancólicos. Os cônsules estrangeiros, os negociantes alemães e ingleses, os arrivistas afortunados, que nem estes faltariam àquele tempo, e muitos aquinhoados à sorrelfa pelo tráfico negreiro, comandariam a moda das "vilas" do Corredor da Vitória, grandes ou singelas casas de varandas abertas para jardins sombreados, parques de árvores enormes, meio ou de todo selvagens, e, como se tem notícia, povoados de cigarras de canto ardente, de escaravelhos zumbidores e de trêfegos sagüis pulando na galharia das mangueiras. Delas, talvez a melhor ou única amostra que ficasse, antes que

João Legal/1981

A fachada do Palacete: prova de status.

a febre imobiliária a consuma ou transmude em ofensivo espigão, é a que pertenceu, no começo deste século, ao velho negociante português José Joaquim Vieira Lopes, o "Joaquim Gazua" da alcunha ferina de seus concorrentes, que enricou na Cachoeira entre fardos de fumo e as doces mulheres que lhe deram tantos filhos morenos, uma acolhedora casa de chácara, não obstante os pressupostos neoclássicos que a informam, hoje indecorosamente pintada e com a roça mutilada para que por ela desça, com seus horrendos *bungalows*, a nova rua Aloysio de Carvalho.

A prosperidade econômica favorecia o surto de tais construções. O país, a Bahia em particular, exportavam, nas melhores condições, os variados produtos de sua riqueza agrícola e mineral: fumo, algodão, café, cacau, açúcar, e os diamantes das Lavras, na região dos Lençóis. Os navios da Companhia de Navegação Hamburgo Sul-América, e os de outras empresas, belgas, escandinavas, francesas, competiam nos riscos da longa travessia. Eram os primeiros barcos a vapor, velozes no tempo, mas que venciam apenas, os melhores, 7 milhas por hora. A Bahia modificava-se, empurrada para a frente, e isso se refletiria nas edificações que começavam a subir, novas, ou substituindo as antigas. O dinheiro aparecia mais fácil e, paradoxalmente, mais cobiçado. Em 1845, funda-se em Salvador o Banco Comercial da Bahia; em 1848, o Banco Hipotecário; dobrado o meio do século, outros aparecem: o Banco da Bahia, o Mercantil, e, em 1864, o primeiro banco estrangeiro, que seria o London and Brazilian Bank Ltd. Mas, só nas últimas décadas do século XIX, nesse mesmo Corredor da Vitória, via privilegiada e sempre referida por viajantes ilustres, entre outros Green Arnold em 1847, o jovem e inteligente Vice-cônsul inglês James Wetherell, entre 1842 e 1857, e até o Príncipe Maximiliano da Áustria na excursão de 1859, é que aparecem edifícios mais elegantes ou presunçosos, ou tão-somente apurados nas intenções do risco, a confirmarem o *status* de seus donos.

No século XIX, as concepções formais do neoclássico dominaram num avultado número de edificações citadinas de função pública e privada, e, dessa linha de influência, não se eximiriam as casas residenciais do Campo Grande, do Corredor da Vitória e da Graça, arredores então os mais avidamente buscados pelos comerciantes ricos e estrangeiros favorecidos por uma posição social importante. Não será de nosso propósito enumerá-las ou miudamente considerá-las, que isso refoge ao objetivo deste Parecer. Baste-nos notar algumas, menos as desaparecidas irremissivelmente que as que sobraram, íntegras umas poucas e desfiguradas as mais, em ruas e praças febricitantes de tráfego, e por onde, em qualquer lado que se considere, misturam-se ou acachapam-se à volta de modernos prédios de apartamentos. É esta uma digressão com o simples mérito de conduzir-nos a melhor compreensão do declínio de tal casario e de como, subseqüentemente, estabeleceram-se, em áreas eminentemente qualificadas, alguns vistosos exemplares do estilo estapafúrdio de que logo iremos tratar, todos eles nascidos numa infeliz

quadra de tempo em que, segundo explanou o Arquiteto Lúcio Costa, "... se haviam definitivamente perdido, tanto o apego às formas de feição tradicional, quanto a fecunda experiência neoclássica dos numerosos discípulos de Montigny e, de permeio, a modalidade peculiar de estilo próprio do casamento dessas duas tendências opostas."(1)

No Campo Grande de então, por onde começaremos, "grande praça que por estar despida de árvores, o povo apelida de campo como em Veneza", (2) avultavam residências apalaçadas: do lado norte, a da família Pereira Franco, nos chãos em que hoje assenta o Club Cruzeiro da Vitória, palacete de gosto romântico sobrepujado por alta platibanda adornada de jarrões e recortes nos caimentos laterais, janelas ogivais nos extremos e pórtico reentrante com três vãos de verga reta, servido por leque da suave escadaria; na extremidade do mesmo correr, quinando com a Av. Sete, e onde se ergue o moderno Hotel da Bahia, a casa palaciana que pertenceu ao Visconde de São Lourenço e, sucessivamente, ao político Domingos Guimarães e ao médico Eduardo de Moraes, construção avantajada mas algo deselegante, de corpo central assobradado e as duas alas laterais de um só pavimento, pórtico lateral a que se segue escada externa de poucos degraus, e extensa platibanda abalaustrada sobre que assentam jarrões e pináculos de mármore. Tal e qual, quanto à disposição dos corpos, mas com nobreza e proporções aqui desconhecidas, o fizera José Cândido Guilhobel no projeto do Palácio Imperial de Petrópolis e, obra do mesmo tempo, veríamos no palacete da Rua São Clemente, depois Casa de Ruy Barbosa. Ambas essas edificações desapareceram, somente ali restando, de permeio, o sobrado que foi do historiógrafo Carlos Alberto de Carvalho, pai do falecido pintor Genaro de Carvalho, e ora a serviço de uma clínica cardiológica. Valerá notar-lhe a escada colateral e as janelas de festivos pinásios. Do lado sul, além do Palacete Costa Lino, rematado de cúpula bulbosa, e da agradabilíssima casa térrea da chácara do Club Inglês, nenhuma se compararia ao conhecido Palacete Machado, mais tarde Câmara dos Deputados, italianada, elegante, com escadaria externa galgando o andar nobre, e o superior com platibanda vazada encimando bem-traçada cornija, os vãos sob graciosas áticas, casa também de felizes tradições mundanas por ter hospedado personalidades políticas de fama e príncipes de passagem. As habitações que fechavam a praça ao nascente, a do Dr. Pacífico Pereira, a do antigo Club Francês e outras, é que jamais se aligeiraram, sólidas e presas ao chão, de marcante influência portuguesa, ou tão-só brasileiras.

Nenhuma ficou por memória, o que é pena, salvo em escassos documentos fotográficos. Já para o poente, a enorme e presumida morada do engenheiro inglês Hugh Wilson, empreiteiro de nossas primeiras estradas de ferro, se nos mostra soberbamente assentada, de frente para a rua mas com seus avarandados laterais e do fundo abertos para amplos jardins a que não faltaria, qual ainda se vê, uma torre quadrangular coroada de ameias.* Essa vivenda apalaçada, com pátio interno, recobre-se externamente de azulejos de tonalidade cinza-claro, dos aconselhados para defender as paredes da excessiva luminosidade tropical, evitando que criptógamos nelas estabeleçam colônias.(3)

No seu todo e em certos detalhes ornamentais, cornijas denticuladas, capitéis romano-compostos nos cunhais apilastrados, vãos de vergas retilíneas encimados de molduras, essa esplêndida casa trai um discreto compromisso com aqueles cânones renascentistas que inspiraram tantas de nossas construções dos primórdios da era colonial. Pena que o Cardeal da Silva (Arcebispo D. Augusto Álvaro da Silva), homem de notório mau-gosto artístico, ao torná-la residência arquiepiscopal, o fizesse com aposição de um pavimento superior, obra, além de absolutamente imprópria, realizada em deploráveis condições de traça e acabamento, crime que consideramos em verdade menor que o da demolição da quadricentenária Sé primacial do Brasil, por ele negociada. O Campo Grande de então, antes de 1895, ainda era o da planta de Carlos Augusto Weyll.

E entramos o Corredor da Vitória. Nele, durante século e meio, a colocação das casas, de ambos os lados, não teria mudado volumetricamente em torno de um eixo dinâmico, apesar das obras de agenciamento urbanístico ali promovidas e terminadas em 1916. Quanto à forma, sim, é que ultimamente mudaram, desfiguradas ou substituídas por edificações de feitio diferente. Furtando-nos de lembrar com minúcia as desaparecidas (só a poucas nos reportaremos e por tê-las conhecido *de visu*), basta que demoremos em certos raros exemplares, os mais expressivos de sua época, íntegros orgânica e estruturalmente. Demandando a Barra, à direita, encontramos o solar que foi do Conde de Pereira Marinho, à Av. Sete, 359, de ossatura agigantada, mansão que, posteriormente, esteve na posse do negociante português José da Nova Monteiro, logo do suíço Emile Wildberger e, ainda em nossos dias, mal-afortunadamente, do Sr. Adolpho Wildberger, que a reformou, desvirtuando-a; segue-se-lhe a que pertenceu ao Visconde de Guahy, à Av. Sete, 361, e, desde 1960, propriedade e residência do Dr. Jorge Calmon Moniz de Bittencourt, imóvel descrito em 1907, como "... sobrado à dita estrada da Vitória, com 13 metros de frente, em terreno próprio que mede de frente 19m70, ... tendo o referido sobrado na frente e no pavimento térreo – uma janela de peitoril nos extremos, duas colunas de alvenaria que formam três arcadas e nessa reentrância porta no centro e uma janela de cada lado; no andar superior 5 janelas de frente..." (Escritura em poder do aludido proprietário.)

Prosseguindo, deparamos o antigo sobrado da família Costa Pinto e sua vizinha, a outrora mansão da família Jayme Villas Boas, à Av. Sete, 383 ("Residência Universitária"), casarão de dois andares e porão fenestrado, átrio a que somos conduzidos por escadaria que se divide em duas no lanço inicial, frontões triangulares sobre as marcações acolunadas que ladeiam a entrada, platibanda ornada de busto e jarrões de mármore, bancos de embrechados no jardim. Outra vivenda de grande porte, a de nº 385, – que não poderíamos nem chamá-la de arremedo dos Rambouillet e dos Combourg, mesmo se destes abstraíssemos a vastidão dos panos de fechadas e os cones de coroamento das torres –, e

(*) Presumida morada, mas, em verdade, casa do também inglês Williamson, pois a casa de H. Wilson (ainda há nas imediações o beco do Wilson) teria sido propriedade até à terceira década deste século, do Com. F.J. Rodrigues Pedreira, demolida para construção, no local, do atual edifício do museu Carlos Costa Pinto. Esperamos, proximamente, conferir com documentos idôneos a presente informação oral, que houvemos de antigo e credenciado morador da Vitória.

que, como a anterior, já aparece em foto em 1880, é a da família Baggi, gente ligada à boa cepa baiana dos Castro Rebello e à dos ingleses Wilson (James Pellew Wilson foi casado com a beldade Adelaide Baggi), solar de planta singular em nosso contexto citadino, com a fachada principal solucionada por dois corpos semicirculares à guisa de torreões que flanqueiam a escadaria central de dois lanços, o primeiro bipartido antes do patamar intermédio; e com platibanda vazada; e com janelas de arco pleno, seus pinásios bem recortados na trama das guilhotinas.

Do lado oposto, à esquerda, partindo do Campo Grande, o que houve e se perdeu, também poderá contar: o grande sobrado novecentista pertencente a Firmino Pedreira e onde, nos anos vinte, morou, por pouco tempo, o diplomata Ciro de Azevedo, Presidente eleito de Sergipe, franzino e elegante nas suas roupas claras, a barbicha branca molduranda o rosto moreno de ícone bizantino, qual o conhecemos então, como ao subseqüente inquilino do solar, o senador estadual José Abraham Cohim, velhíssimo e sempre verde, invariavelmente florida a lapela de seus finos ternos de casimira inglesa ou de brim HJ. No local, reduzido e malcuidado o esplêndido jardim circundante, levanta-se hoje o mostrengo plástico que é o Instituto Cultural Brasil-Alemanha (Av, Sete, 210). Adiante, havia o enorme edifício do extinto Club Alemão, outrora sede de chácara também desaparecida. Como desaparecidas outras belas casas dessa rua imperial, algumas de pórtico em arcada, e sem esquecer a maior, que foi palácio dos governantes da terra e, antes, o Colégio São João, com aproveitamento da faustosa residência do negociante José de Cerqueira Lima, nababo que possuía, presente de um Bonaparte, a baixela de ouro de que, por empréstimo, se serviam os presidentes da província para banquetear potentados que ocasionalmente hospedavam. Mas, a notação mais pertinente será a do que sobrou, testemunhos de uma expressão repousada e para sempre perdida. A casa de nº 256, por exemplo, recuada da rua, com a símile que lhe era conjugada e já demolida, e que, na década de 20, serviu de residência ao clínico e *galantuomo* Dr. Oscar Teixeira, apresenta-se como edificação de modenatura eminentemente baiana, de oitão, o vaso comportando porão amplo e ajanelado, andar principal bem-lançado e sótão triangular com janelas e óculos. No seu frontispício bem cuidado abrem-se quatro vãos em arco pleno, os dois do centro com sacadas de gradis de ferro. Cornijamento denticulado. Cunhais apilastrados com capitéis coríntios. Detenhamo-nos, agora, nos dois mais puros e bem conservados exemplares que persistem, do neoclássico na Vitória do século XIX. As casas de nºs 288 e 290, ambas possivelmente riscadas pelo mesmo arquiteto, que seria igualmente o da planta do Palacete da viúva Costa, tal era chamado nos anos 20, o grande prédio, hoje demolido, que demorava na vizinhança da casa-nobre dos Wilson, favorecido com acolhedora escadaria e pórtico em colunata sobre pódio, qual se avista em fotografia de 1895, quando da inauguração do monumento ao 2 de Julho, no Campo Grande. O edifício de nº 288, até poucos anos moradia do Dr. Joaquim Barretto de Araújo e ainda na posse de seus herdeiros, constitui-se como exemplar aristocrático, de um só pavimento e porão ajanelado, servido por bem proporcionado pórtico de colunas de capitel jônico, a que se sobe por escadaria de mármore, de lanços postos um de cada lado do patamar do alto. Os vãos de portas para o átrio são em arco de volta redonda, e a platibanda, vazada. Já a casa junto, de nº 290, do Dr. Cunha Guedes, chamada "casa da mangueira", em atenção ao exemplar dessa árvore bissecular que lhe é fronteira, erige-se sem favor como o documento neoclássico residencial mais imponente do Corredor da Vitória e dos mais expressivos de Salvador, pela elegância da traça e nobreza do material construtivo. É afastada da rua. Tem dois pavimentos e porão. Em sua fachada principal, vê-se pórtico de arcaria de volta perfeita sustentado por colunas de capitel jônico, com balaustrada inserida entre as mesmas como na Loggia del Consiglio, em Verona. A escadaria principal, sem prejuízo de uma outra, lateral, semelhantemente sobranceira, leva-nos ao vão do arco central. Cunhais apilastrados. No andar superior, abrem-se janelas geminadas, de arco de volta plena, sobrepujadas de óculo central e todas ao abrigo de molduras em ressalto, também de arco perfeito, numa inequívoca reminiscência das soluções renascentistas dos palácios Strozzi e Rucellai. E que, a seu modo, no Rio, José Maria Jacintho Rebello empregaria na fachada anterior do palácio Itamaraty. Nem a concepção de cornija, sobre que avança uma beirada saliente, fugiria, em princípio, ao velho cânon de Alberti, tão seguido depois, embora esta casa palaciana da Vitória paradoxalmente se pareça, numa visão de soslaio, com a do Templo Adventista da Rua Joaquim Bonifácio, em Lisboa.

Deixemos o Corredor da Vitória e apressemo-nos por chegar à Graça. No século XIX, fique aquela via majestosa, onde, só num pequeno trecho, uma pós outra, registramos três moradas de titulares: a do Conde de Pereira Marinho, a do Visconde de Guahy e a do Barão de Almeida Galeão, esta que seria, até a década de trinta, residência do negociante português José Joaquim Fernandes Dias, solar derruído que ostentava, em seu salão de música, deliciosa decoração mural de nosso Presciliano Silva. Como que se achava cumprido o ciclo do neoclassicismo. Este estilo, por mais que se procure negar, nunca esteve divorciado de nossa realidade e constituiu-se um dos largos canais por onde fluiu a sensibilidade brasileira nos seus toques de maior autenticidade. Se não foi, em seu tempo, um modo de ser das elites e da nossa classe média, foi, pelo menos, um seu modo de estar. Razões insopitáveis de vivência, ecológicas mais que históricas ou simploriamente econômicas, teriam inspirado e conduzido seu desenvolvimento. Este ponto de vista, que sempre foi o nosso, expressado em aulas que ministramos, de Arquitetura no Brasil, na UFBa, vimo-lo, posteriormente considerado, e a seu mistério, por especialista dos mais argutos: —"O movimento alcançou a mais ampla divulgação em quase todo o território brasileiro e seu êxito, ainda que muitas vezes devido a transformações superficiais, não pode ser entendido como obra do acaso, de modismos ou de simples importações. Transformações de tal extensão, ainda que em muitos casos sem profundidade, devem encontrar explicações capazes de, a um só tempo, destacar as suas causas e justificar as diferenças entre os muitos padrões adotados. Só poderiam ser entendidos como respostas a mudanças de ordem estrutural, na sociedade brasileira. Sua interpretação parece, contudo, constituir um dos problemas mais delicados da arquitetura do Brasil."(4)

Entre nós, sem dúvida, só nos pródromos da República e com ela, teoricamente, as formas libertárias iriam ganhar prestígio. Com as colunas gregas der-

rocadas (mesmo que fossem fingidas), haveria largo espaço para as eclosões românticas e o delírio ornamental que se prefigurava em detrimento de uma ordenação superada, o que documentamos em trabalho inédito (Godofredo Filho – *"Influências do Romantismo na Evolução da Arquitetura Baiana"*). A firmeza do traço, a segurança da concepção linear e do cálculo dos volumes, cedeu lugar ao nervosismo que iria propiciar uma arte falaz, de exterioridades, e mesmo leviana. As fachadas das casas pintaram-se de branco alvaiade e seus ornatos anularam-se, espapaçados na luz. Em suma, o supérfluo iria suceder ao essencial estável. O riso, ao sorriso. E isso se refletiria na morada. Na habitação e nos hábitos. O redingote renuncia em favor do fraque. E este, que já se tornara claro, perderia para a roupa de linho pardo ou branco. Vingaria o chapéu de palha, o panamá, o chile de abas moles. O velho Machado e sua filha Fofô, uma elegantíssima do tempo, trocariam o palacete do Campo Grande por um modesto *chalet* da Ladeira da Barra. O velho Costa Santos sem abdicar do fraque preto, abandonaria a casa da Vitória e venderia a propriedade. As cavalariças da grande mansão ficariam desertas daqueles poldros ingleses que seus filhos, educados na Europa, costumavam montar nas férias. Surgiam novas formas de atividade, novas modalidades de comércio. Ruíam as fortunas tradicionais e outras apareciam. Começava-se a viver a *belle époque*. E a cidade iria conhecer, também ela, o novo estilo que se apossou da arquitetura. É o limiar do Ecletismo. E, logo, seu fastígio, que tentaremos estudar. E isso antes de avistarmos, na Graça, a casa do Comendador Bernardo Martins Catharino, a "alcândora", como se escreveu em folheto laudatório, porque o nosso titular, em sua genialidade comercial, viera de um pobre "ninho" lusitano para ascender à "alcândora" baiana.

Ora, vejamos.

Apesar de muitas das edificações de função privada, em Salvador, construídas ou reconstruídas entre a 2ª metade do século XIX e as três primeiras décadas do atual, trazerem, em seus frontispícios ou empenas, as datas do término das obras, não será fácil saber qual a primeira delas manipulada pelo Ecletismo. Não fugimos, é certo, nem nos resguardamos do novo gosto

João Legal / 1981

Corredor da Vitória, hoje: remanescentes do Ecletismo que resistem ao declínio do estilo.

que, importado e aceito voluntária ou compulsoriamente, estadearia em nossa cidade-alta e na baixa, em prédios de aparência vistosa. Alguns deles registraremos e, em particular, aquele que é o objeto precípuo da presente informação. Longe, porém, de nossas cogitações qualquer tentativa de aprofundar a filosofia do Ecletismo em arquitetura, que só nos disporemos a considerá-la discursivamente, se de modo simplista e disjungido de sentido semântico multiforme.

Convirá lembrar, entretanto, que as repercussões entre nós, embora tardias, da revolução industrial processada na Europa do século XIX, com a crescente tentação de importar equipamentos que a tecnologia ofertava para conforto do homem da cidade, estiveram entre as causas próximas da eclosão do novo estilo que, por algumas décadas, iria vigorar. Mas não se há de admiti-lo, como querem alguns, e de julgá-lo "apenas um fenômeno formal", de simples relação entre material e procedimento, isento de intenções menos pragmáticas e só dócil veículo do mercado externo. Tampouco, como simples movimento de arquitetos ávidos de projeção e a serviço dos processos ilusionistas de certos políticos detentores do poder (o caso de Seabra na Bahia). Nem, ainda, como ingenuamente se afirmou: –"Os construtores, despreocupados com qualquer problema estético e até com o resultado artístico, recompõem elementos colhidos nos álbuns".(5) Que de tudo isso houvesse um pouco, é mais plausível e, em dose maior, daquilo que Cesar Daly chamou "le besoin de luxe et de l'éclat". Não de *clarté*, no sentido sublimado, mas de um escandaloso *éclat*, o que não importaria em abstenção de resultados artísticos, mesmo equívocos. Em suma, delírio decorativo a carecer de autenticidade: aquilo que, no barroco, foi expressão legitimíssima, aqui seria impressão contrafeita ou um confuso devaneio. Pois não é que um grave autor lançou a culpa de tal disparate aos arqueólogos, para os quais "toda la arquitectura del pasado se clasificaba y fechaba con precisión gracias a las características ornamentales"?(6) Prejuízo que foi o Ruskin, em seu tempo. E, finalmente, o gosto *pompier* aportava às nossas cidades litorâneas e ganhava as do recôncavo, um gosto ensandecido, "le gout tapissier, formé par la confusion des styles".(7) Numa gradação compatível com posses financeiras e sensibilidade menos ou mais aviltada dos proprietários e com a categoria social dos baianos, viriam os numerosos edifícios do Ecletismo histórico: bolos de noiva, tortas com Chantilly e até cartuxos de confeitos. Haveria mesa de doces para a gulodice dos olhos.

Examinemos o caso baiano. Sumariamente, como nos permitem as limitações de trabalho mais informativo que crítico. Não padece dúvida de que o mais importante exemplar do novo estilo, em Salvador, é o Palácio Rio Branco, paço do Governo levantado no mesmo chão em que se ergueu o primitivo, reconstruído pelo grande Francisco Barretto de Menezes e desgraçadamente derribado pelo 2º Governador republicano Manoel Victorino Pereira, que ali mandou construir um outro, incendiado em 1912 e substituído pelo atual, de que tratamos. O início das obras determinado pelo Governador J.J. Seabra datou de 10 de janeiro de 1912, sob planta do italiano Engrº Júlio Conti, modificada pelo então Secretário Geral do Estado, Engrº Arlindo Fragoso, e seu término só ocorreria em 23 de março de 1916, já conduzidas por outro técnico, também italiano, o Engrº Filinto Santoro, da "Real Universidade de Nápoles". Tudo de ornamentalmente pomposo, de praticamente inútil além de feio, cúpula, estátuas, florões, pináculos, águias de asas espalmadas no vôo, tudo, no seu exterior, se aglomerou num despropósito, pelo prazer pueril de carregar na ornamentação e boquiabrir os ingênuos. Era o fervor do gesso e da cola, o festival do estuque, embora internamente a planta permitisse vestíbulo e salão nobre de agradáveis proporções, sobretudo este, e saguão espaçoso de onde arranca monumental e bela escadaria de vidro e bronze.

Vale, porém, como reação do bom senso, o que sobre esse edifício depôs um conhecido escritor contemporâneo da obra, testemunho de rico valor documental que mais nos admira por provir de pessoa de gosto menor do trato das artes espaciais. Textualmente: –"A nova fachada é grandiosa mas não obedece rigorosamente a nenhum estilo clássico, o que é, hoje, observável em todas as construções modernas aqui feitas, e além, cujos projetos ficam *ad libitum* da estética do arquiteto, donde resulta sempre uma combinação, v.g., do *manuelino* com o *gótico*, deste com o *bisantino* ou com a *renascença*, sem linhas, afinal, definidas, constituindo assim o que chamam novo estilo arquitetural, ao qual podemos denominar – *estilo futurista*. O tal *novo estilo*, esse complexo heterogêneo de todos os estilos, muito acertadamente consideram os técnicos – *decadência da Arte*".(8) Judiciosas observações e algumas até engraçadas, como a que rotula de *futurista* o desenfreio do Ecletismo baiano. Prosseguindo no exame perfunctório de outros edifícios de função pública, sob a égide da modernização da cidade, seguem-se a Imprensa Oficial, a Biblioteca Pública, o Tesouro do Estado, o Kursaal. E mais seriam se levantado o novo teatro que Filinto Santoro projetou, pesadelo plástico de que nos livraria a exaustão das finanças estaduais. O mau exemplo proliferou no centro e nos bairros, a insânia reformista que atingiria muitas vezes somente fachadas e nada mais que fachadas, num complexo exibicionista de que se não libertaram outras cidades progressistas do litoral, ao adotarem essa "arquitetura de tapeação", como a chamou Donato de Mello Júnior.(9) Edifícios enfeitados de fino ou embolado estuque continuavam a surgir no centro, no comércio (cidade-baixa), em bairros próximos e distantes: entre outros, a Associação dos Empregados do Commércio da Bahia (1917), as desaparecidas residências do Dr. Octaviano Moniz Barretto, no alto de São Bento; de José Maria de Lacerda e do Com. Sant'Anna, no Rosário, esta última uma excitante vivenda, de vãos, vidraria, platibandas e escadas mirabolantes, onde D. Júlia Galeno, sua esposa, manteve, nos anos vinte, salão literário a que acorriam nossos poetas, contanto que fossem extremamente jovens; a sedutora moradia com terraço lateral, do Dr. Lydio de Mesquita, no início das Mercês, e outras mais, estas gratamente de pé, quais a do negociante Machado, no Largo de Nazaré, a do Com. Bastos, na Calçada, a do Cel. Arthur Athayde, na Lapinha, e, no Rio Vermelho, na Praça Colombo, a que é atual morada do Dr. Mário de Castro Lima. Sobrexcelendo todas, é de notar a situada à direita do Palácio da Aclamação (nº 279), antiga residência da família Souza Teixeira e atualmente Casa da Itália, palacete de planta exótica e comodulação delirante, com platibanda rendilhada de palmetas, e, do melhor mármore, estátuas e cavalos que ladeiam a escadaria central; também, os palacetes Pedro Sá e Queiroz Monteiro, e a

João Legal/1983

Fachada e interiores do Palácio Rio Branco: o mais importante exemplar do estilo eclético em Salvador.

mansão dos Góes Calmon. Grande número de prédios da zona comercial, na Baixa, é que, por motivos de competição e exibição de prosperidade dos respectivos donos, igualmente reformularam-se pelo novo gosto. Eram escritórios e lojas de vária mercadoria que passavam a ocupar sobrados de fachadas excessivamente adornadas, imponentes alguns como os d' "A Lâmpada" e da antiga "Loja Bahia", sitos na Rua Pinto Martins; ou o edifício de dois andares, rematado de cúpula bulbosa, na esquina de Conde d'Eu com Álvares Cabral; o da esquina de Lauro Müller com Portugal, igualmente de cúpula sobre o vértice das fachadas; outros, nas Ruas Santos Dumont, Visconde do Rosário e Cons. Dantas; e, fugindo às minúcias de inventário a que procedemos, basta, como fecho, anotar o esplêndido (por significativo) exemplar na Rua Guindaste dos Padres, nº 1, de fachada com paramento suavemente recurvo, quatro pavimentos com o térreo, vão guarnecidos, nas molduras, de profusos ornatos, cartela com a data de 1912, em relevo, e platibanda coroada por possante águia de asas abertas. Planta de Conti ou de Santoro?

Mas voltemos à Graça, de onde momentaneamente nos afastáramos, e às suas imediações. E o façamos na trilha do Ecletismo. Deixando de lado quantas manifestações ainda vigentes do neo-ogival e do neocolonial, atentemos no Corredor da Vitória, nos remanescentes dessa nova arquitetura, que, do estilo romântico, já derrubada a casa mourisca de Fernando Machado, nada perdurou. Os exemplares de maior vulto nos parecem: – a casa (nº 308) que foi de Afonso Quintiliano da Fonseca, genro de Joaquim Lopes Cardoso, de uma extinta dinastia de sólidos comerciantes portugueses moradores da Vitória; os dois prédios que pertenceram ao Dr. Pamphilo de Carvalho, político, financista e *gentleman* de notável prestígio em seu tempo, que, num deles, o de nº 252, residiu; e, por fim, a elegante vivenda (nº 361) do jornalista e professor Jorge Calmon, a que nos referimos em outro passo deste trabalho, solar reformado em 1930 pelo seu então proprietário, Engrº Carlos Joaquim de Carvalho, que, salvando-lhe a volumetria, teve o bom senso de não permitir que, nas fachadas, se multiplicassem ornatos descabidos.

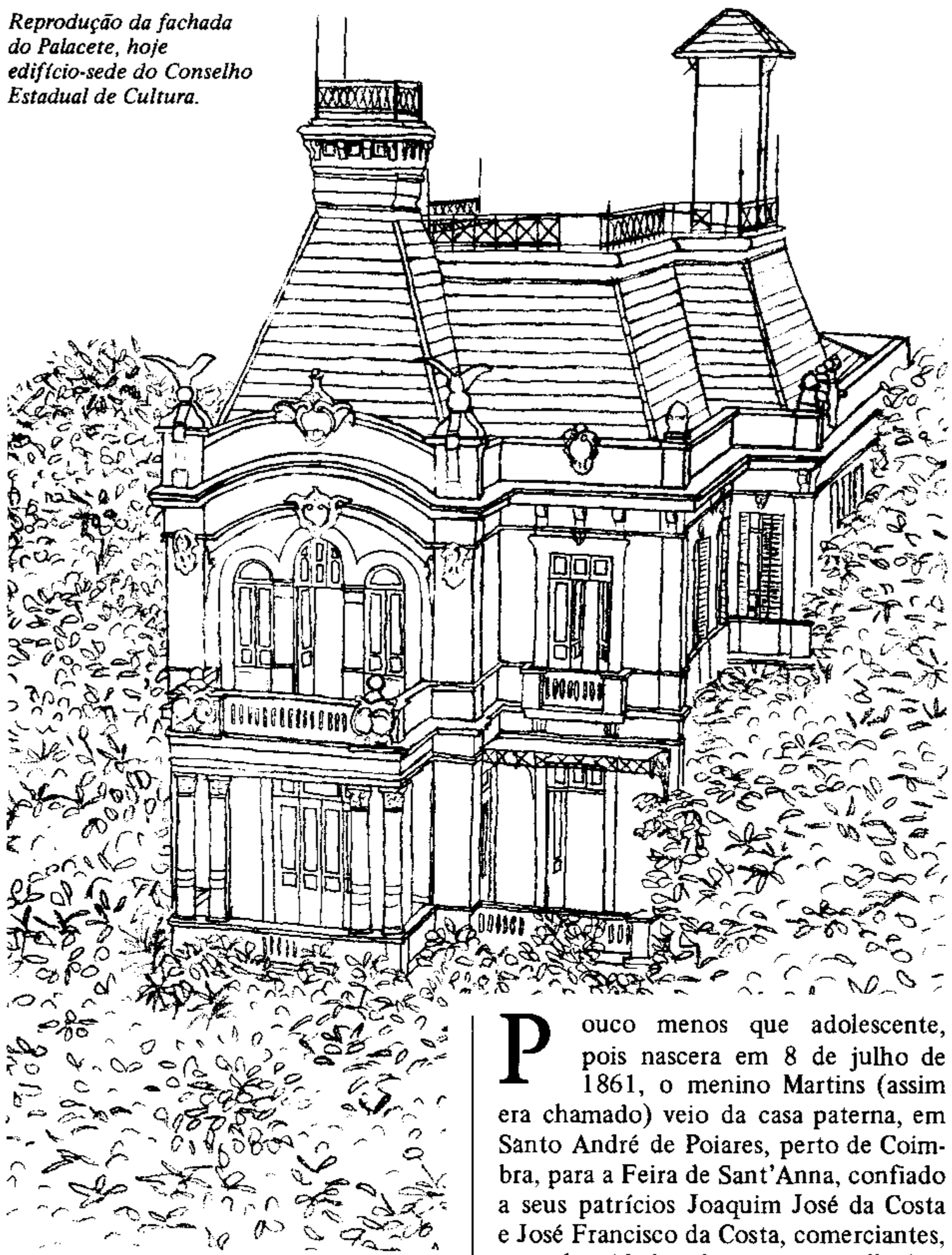
Na Rua da Graça, propriamente dita, dantes o secular caminho que levava da igreja paroquial da Vitória à ermida de Catharina Paraguassu, dois edifícios se avantajaram na década de dez, e ambos de apreciáveis qualidades de ponto de vista do modelo ecletista. O primeiro deles, à direita de quem sobe a rua, palaciano, de cúpula bulbosa sobre elevação de parte do corpo principal, teria sido construído e habitado pela família do Dr. Lino Meirelles, genro do Com. Catharino. Nos últimos anos de 40, ainda o víamos imponente e mesmo agradável na modenatura, já a serviço da "Fundação para o Desenvolvimento da Ciência", grêmio de iniciativa do genial Anísio Teixeira, para congregar os poucos cientistas baianos que o eram de verdade e os desejosos de sê-lo. Desapareceria na década de 50. E manteve-se tão-só o de atual nº 292, antigo Palacete Catharino, hoje incorporado ao patrimônio do Estado como dependência da Secretaria de Educação e Cultura, para servir-lhe às atividades e, entre as mais nobilitantes, a de sede, desde 1968, do Conselho Estadual de Cultura.

Se o mérito deste parecer estará exclusivamente na avaliação, a proceder-se, das qualidades plásticas do edifício ora proposto para tombamento, não demoraremos em fazê-la, tanto mais quanto, para explicar seu aparecimento e as características formais que o definem, alongamo-nos em considerar estilos arquitetônicos anteriormente válidos e apreciáveis em muitas edificações baianas e sem os quais esta, sobre que discorremos, não seria compreendida, ou somente como manifestação esdrúxula e inassimilável no tecido urbano. E talvez nos tivéssemos estendido em demasia na averiguação das razões ou causas de tal evolução, preferindo a um vôo rapidíssimo de helicóptero, esta viagem a pé, percurso lento e cansativo pelos caminhos do subdistrito da Vitória.

Estamos diante do Palacete Catharino. Mas, por que esta casa do mais rico numa rua e num bairro que passaria a ser de ricos? O Cons. Thales de Azevedo admite, na Proposta de Tombamento, e são palavras suas, textuais: – "... O Palacete testemunha, no particular, uma etapa da história social e urbana de Salvador. Na transição do século passado para o atual, os ricos e os "remediados" abandonaram o centro congestionado da cidade para viverem em sua 'periferia'. Trocaram o Pelourinho pela Vitória e Graça, o sobrado de parede-meia pela 'vileta' em meio a amplos jardins, o estilo colonial pelo Ecletismo cosmopolita." Entretanto, da lição ministrada e que foi a de vários estudiosos que, antes de nosso ilustre companheiro, abordaram o assunto, não se deve inferir, dogmática e inapelavelmente, que tal êxodo acontecesse de modo regular e no tempo consignado, em fatal decorrência dos motivos apresentados.

Tomaríamos a liberdade de sugerir, no caso, menor generalização, mesmo porque é oportuno ponderar, à base de pesquisa, que, desde as primeiras décadas do século próximo passado e não somente na faixa de transição entre este e o vinte, os ricos e os "remediados" começaram a deixar o centro, buscando a periferia da cidade, os arrabaldes e bairros longínquos. E isso sem provocar acelerado esvaziamento das freguesias da Sé, de São Pedro, do Passo e do Pilar, esvaziamento que só ocorreria paulatinamente, por motivos econômicos e físicos, como a expansão do pequeno comércio, a necessidade de ostentar riqueza, o gosto de comodidades importadas, o ajardinamento do Campo Grande e o alargamento da Vitória e do Porto da Barra, com as obras de implantação da Av. Sete. Paulatinamente e, às vezes, tardiamente. Lembramo-nos de que, nos anos vinte (note-se bem), ainda conhecemos, pessoalmente, gente de prol a morar no centro: na Rua Chile, os Batista dos Anjos; na Ladeira de São Bento, os negociantes Eduardo Fernandes e Gustavo da Loja da Lua, os Alves e Ballalai Alves, o velho Dr. Pérouse Pontes, funereamente de fraque e *pince-nez* pretos, o fotógrafo inglês T. Reed, o fidalgo e político Octaviano Moniz Barreto, o Senador César Sá, o médico Dr. Adriano Vianna, o sábio Theodoro Sampaio, sem esquecer, no começo da Ladeira, o Hotel Paris, discreto pouso de *cocottes* francesas e, defronte, o Hotel Sul-Americano, que hospedava políticos, banqueiros e homens do mundo, e em cujo famoso terraço passeavam suas elegâncias brumelianas os jovens deputados Edgar Matta e Astor Pessoa. Em São Pedro, a dois passos de São Bento, residiam, do lado do mar, o tribuno e senador Wenceslau Guimarães, a veneranda Viúva Vicência Pedrosa, o clínico Dr. João Pondé, a família Pontes, o filólogo e urologista Dr. Freire dos Santos, a rica e bondosa Viúva Machado, mãe dos usineiros Octávio e Fernando Machado; a família do Prof. Carrascosa; e, da outra banda da rua, o Desembargador Antônio de Araújo de Aragão Bulcão; o naturalista Prof. Inácio de Menezes; o Secretário da Agricultura, Austricliano de Carvalho; o fidalgo de Santo Amaro, Clemente de Oliveira Mendes, gordo, vermelhão, de impecável cavanhaque branco; o poeta Pethion de Villar em sobrado de porta brazonada, e tantos, sombras confusas e distantes, cujos nomes não nos acodem mais. A todos vimos de perto, a uns poucos cumprimentávamos e a alguns admirávamos. Na Rua de Baixo, à direita, a partir do Beco de Maria Paes, os Dias de Morais e o oftalmologista Dr. Gustavo dos Santos.

Valeu evocá-los e trazer aos edifícios de que tratamos a nota humana que os animasse. E assim fazê-los exsurgir do esquecimento. É este um depoimento estritamente pessoal, quase ao acaso, sem pretensões estatísticas. Remontando ao começo do século XIX, o que especificamente nos interessa, sabemos, pelo trato de documentos, informações orais e livros, que Pedro Rodrigues Bandeira, êmulo, em seu tempo, do grande argentário seiscentista João de Mattos Aguiar, construiu, na Baixa da Soledade, o palácio em que viveu e se finou; que, em 1824, o riquíssimo negreiro José de Cerqueira Lima já habitava o solar da Vitória; que os Freire de Carvalho, a esse tempo, levantaram casa-nobre no alto do Bonfim, como igualmente na sua encosta o faria Cotegipe; que, na proximidade do Largo de Roma (Av. Luiz Tarquínio), Antônio Gonçalves Gravatá ou Francisco Xavier Machado construíram ou agenciaram um vastíssimo palácio de arrogância neoclássica e compromissos barrocos, e o Barão de Geremoabo ergueu seu solar (demolido) da Capital. Sabe-se mais que os Aguiar, gente de prosápia, representados pelo Marechal Francisco Pereira de Aguiar e D. Maria Roza de Madureira Aguiar, foram residir em seu solar sito no Bom Gosto do Canela, palácio de apurada planta, com inspiração e soluções neoclássicas tocadas da graça tardia do rococó, possivelmente construído pelo riquíssimo Pedro Barbosa de Madureira, falecido em 11.07.1868, e com os restos mortais em mausoléu da igreja da Piedade. Em páginas atrás, também temos relação sucinta de outros que, nessa quadra, buscaram o Campo Grande e a Vitória para alicerçarem ali faustosas moradias, tais, entre muitos, os argentários Visconde de São Lourenço e Conde de Pereira Marinho. E todos, registre-se, assim o fizeram afastados da faixa de transição dos séculos apontados, ou de sua proximidade. Que a propalada emigração date, aliás, do remoto século XVIII é inconteste e são notícias vivas, por presentes na pedra e na cal, o Palácio do Conde dos Arcos, no Garcia; os remanescentes, no topo da Água Brusca, do solar de D. Rodrigo José de Menezes; o sobrado e torre de Manuel José Machado, ainda vigentes na Boa-Vista; o enorme solar de José Pires de Carvalho, no Unhão; o também magnífico, por elegante, que Jeronymo Sodré Pereira reedificou na Baixa do Bonfim e o capitão de navios Samuel Marback, de provável ascendência israelita, adquiriu em 1855; e, somente por memória, no então verde e distante arrabalde de Brotas, a residência citadina dos bandeirantes da Casa da Torre, sita no Acupe, e, já no fim da estrada de ambos os lados ponteada de quintas, a casa-grande que foi de Paulino da Silva Lisboa, irmão do Visconde de Cayru. Grande parte desse casario esparso, mas



Reprodução da fachada do Palacete, hoje edifício-sede do Conselho Estadual de Cultura.

altamente elucidativo, em 1850 aparece na planta de Weill e, menos precisamente, na de Joaquim Vieira da Silva, datada de 1798.

Toda esta longa e fastienta digressão sem dúvida nos ajudará a compreender muitas das razões aparentes ou obscuras que levaram o opulento negociante Bernardo Martins Catharino a trocar sua casa residencial da Travessa do Rosário, espaçosa mas de parede-meia, pelo ostensivo palacete da Rua da Graça. E isso, em 1911, ainda nos albores, como se dizia, do século. É o que logo iremos destrinçar, com a perquirição das aludidas razões e o exame da planta do novo edifício, seu programa, seus materiais construtivos, sua comodulação, sua oferta plástica de intenções e de vivências.

Pouco menos que adolescente, pois nascera em 8 de julho de 1861, o menino Martins (assim era chamado) veio da casa paterna, em Santo André de Poiares, perto de Coimbra, para a Feira de Sant'Anna, confiado a seus patrícios Joaquim José da Costa e José Francisco da Costa, comerciantes, naquela cidade, de secos e molhados, miudezas e fazendas, com "estabelecimento dos mais importantes e conceituados do sertão baiano, suas atividades adentrando-se pelo São Francisco, pelo Nordeste e alcançando o Piauí".(10)

Ambicioso, diligente, devotado ao cumprimento integral de seus deveres, fez-se homem e prosperou à sombra de seus protetores, ali casando, em 1º de fevereiro de 1883, com a modesta jovem Úrsula, filha de Joaquim José da Costa, senhora que o tutelaria a vida inteira como nume de excelsa bondade, afamando-se pelo exercício de uma caridade discreta, diferente das benemerências com vistas à publicidade, que amiúde pressentia em seu derredor. Em 1888, já se encontrava definitivamente radicado em Salvador o negociante luso-feirense Seu Martins, daí por diante somente Seu Catharino, ou melhor, Comendador Catharino, pela outorga da Ordem da Rosa, com que o governo imperial o distinguira, em reconhecimento de importantes serviços prestados à Santa Casa de Misericórdia da Feira, quando seu Provedor. Apesar de moço ou no limiar da maturidade, seu conceito crescia nos círculos comerciais e na sociedade da Capital, auto-apelidando-se "no Brasil, português, e em Portugal, monarquista", como repetiam, incensando-o, os jornais da época, sem que, entretanto, pouco se lhe desse a ele, abroquelado na generosidade da pátria adotiva, o extremismo republicano dos Machado dos Santos ou o radicalismo ateísta dos Affonso Costa, ou mesmo a lembrança certamente incômoda das vicissitudes sofridas na terra distante. Entrado o ano de 1892, temo-lo que passa de comanditário a sócio solidário e gerente da firma que, em 1866, fundara seu compatriota e benfeitor José Joaquim de Moraes sob a razão comercial de José Joaquim de Moraes & Cia., a que, inicialmente e em fases subseqüentes, também esteve associada a conhecida firma feirense Joaquim José da Costa & Irmão. Positivamente, esse natural e incessante acostamento aos Costa, valeria ao Com. Catharino, somando-se às suas notórias qualidades de tino comercial e constância no trabalho, o crescente progresso de Moraes & Cia., nova razão social que substituíra a precedente, bem como o fortalecimento de uma fortuna pessoal que seria das maiores e mais estáveis de Salvador.

Pois é esse homem todo-poderoso no comércio e já a abarcar diversificados módulos da indústria fabril, como ocorreu na Cia. Progresso Industrial, que se dispunha a ter nova e condigna vivenda. Não será difícil argüir a motivação que o levou a tal desígnio, aquelas razões óbvias ou secretas que foram seu incentivo. Entre as primeiras, estaria o irreprimível desejo de ter morada congruente com a sua nova posição social; outra, de não menor monta, inclui-se na ambição de emular ou suplantar os homens mais ricos de Salvador, sobretudo seus patrícios, os F.J. Rodrigues Pedreira, os J.J. Fernandes Dias, os J.J. Souza Teixeira, os Guilherme de Carvalho, os Raymundo Magalhães, os Costa Lino, os Manoel Joaquim de Carvalho, este último, juntamente com os baianos Francisco Amado da Silva Bahia e João Batista Machado, tidos, nas décadas de dez e

vinte, como os negociantes de maior fortuna em nosso Estado.

Razões outras houve, suplementares, mas ponderáveis: gosto de aparecer e de ser louvado pelos êxitos; talvez inconfessável vontade de trazer pasmada parte da parentela semidecadente da esposa, os Ramos Guerra, p.ex., outrora extremamente dominadores e orgulhosos; e, ainda, apetite que o tempo aguçara, de conforto e de luxo: salões requintados para receber, elevador para não cansar, varandas para o lazer dominical e parques sombreados onde pudessem dormitar, à espera dos senhores, as grandes lagartas negras ou *vermillon* dos automóveis. Tudo isso, o claro e o confuso, o formulado e o aparentemente indizível, deveria ser traduzido em termos de arquitetura. Urgia construir nova e bela casa residencial, que não fosse antiquada no estilo como a do Dr. Paterson ainda ereta no Largo da Graça, nem como ali perto, a dois passos, na mesma rua, a do imponente sobrado da chácara do Cel. Octacílio Nunes de Souza, em local por onde hoje começa a Rua Oito de Dezembro. O estilo mais moderno, o da moda, o que em termos plásticos grandiloqüentes resumisse os demais, esse é que se imporia, conclusivamente, à escolha. A casa, o palacete, conviria que sobressaísse entre os demais de Salvador, como perdurável monumento ao poder do dinheiro e, subsidiariamente, ao surto entre nós do movimento ecletista. O arquiteto escolhido foi Rossi Baptista. Ele traçaria a planta. Aplicaria no edifício as regras da gramática decorativa adequada. Mas quem era esse arquiteto Rossi Baptista?

Embora escape de nosso propósito uma consideração detalhada sobre a gênese e o desenvolvimento do ecletismo arquitetônico em Salvador, que isso implicaria uma abordagem especializada que não nos compete, impossível fugir de certas indagações pertinentes à tarefa de justificar um tombamento de imóvel construído sob aquele signo. É o que nos leva a tratar do arquiteto Rossi Baptista, de biografia obscura, e sobre quem nos falecem dados necessários à recomposição de sua figura e de sua obra, dentro da perspectiva histórica desejada. Se o sobrenome Rossi não é estranho, antes muito lembrado no trato da arquitetura paulista que antecedeu à do modernismo, com a preeminência de Domiziano Rossi e de Cláudio Rossi, e aqui, em Salvador, além desse Rossi (Baptista), com a de certo Thomaz Rossi, pintor de salões e de interiores de igrejas, necessariamente não se há de inferir que entre eles houvesse qualquer vínculo de parentesco.

O que interessa, neste modesto estudo, é tão-somente o possível balanço das atividades e da influência desse imigrante italiano na arquitetura baiana das primeiras décadas do século atual. Qual a sua formação artística e profissional? Quando chegou e em que anos permaneceu na Bahia? Quais os edifícios que aqui construiu, ou reformou, e quais aqueles em que trabalhou sob a responsabilidade de outros? De positivo, pouco sabemos, nem nos obrigamos a esmiuçar tais indagações. Que foi autor do projeto do palacete Catharino, as plantas o confirmam. E, do novo Colégio das Sacramentinas no Garcia, pois recente informação oral no-lo revelou, e esta a devemos ao insigne arquiteto Diógenes Rebouças, que, adolescente ainda, por circunstâncias fortuitas, ali teria visto Rossi já velhinho, talvez em 1926. O admirado escultor Ismael de Barros, igualmente por nós ouvido, lembra-se apenas de que seu mestre Pasquale de Chirico falava às vezes do patrício Rossi. Mas não recorda a que propósito. O Prof. Oscar Caetano, que o conheceu, nada pôde ajuntar, de elucidativo. Outra e mais larga pista a eventuais interessados será a pesquisa, nas repartições competentes do Município, de licenças para obras particulares concedidas, na faixa de tempo sugerida (1910 a 1926), a nosso arquiteto e a outros, especialmente italianos, estabelecidos em Salvador.

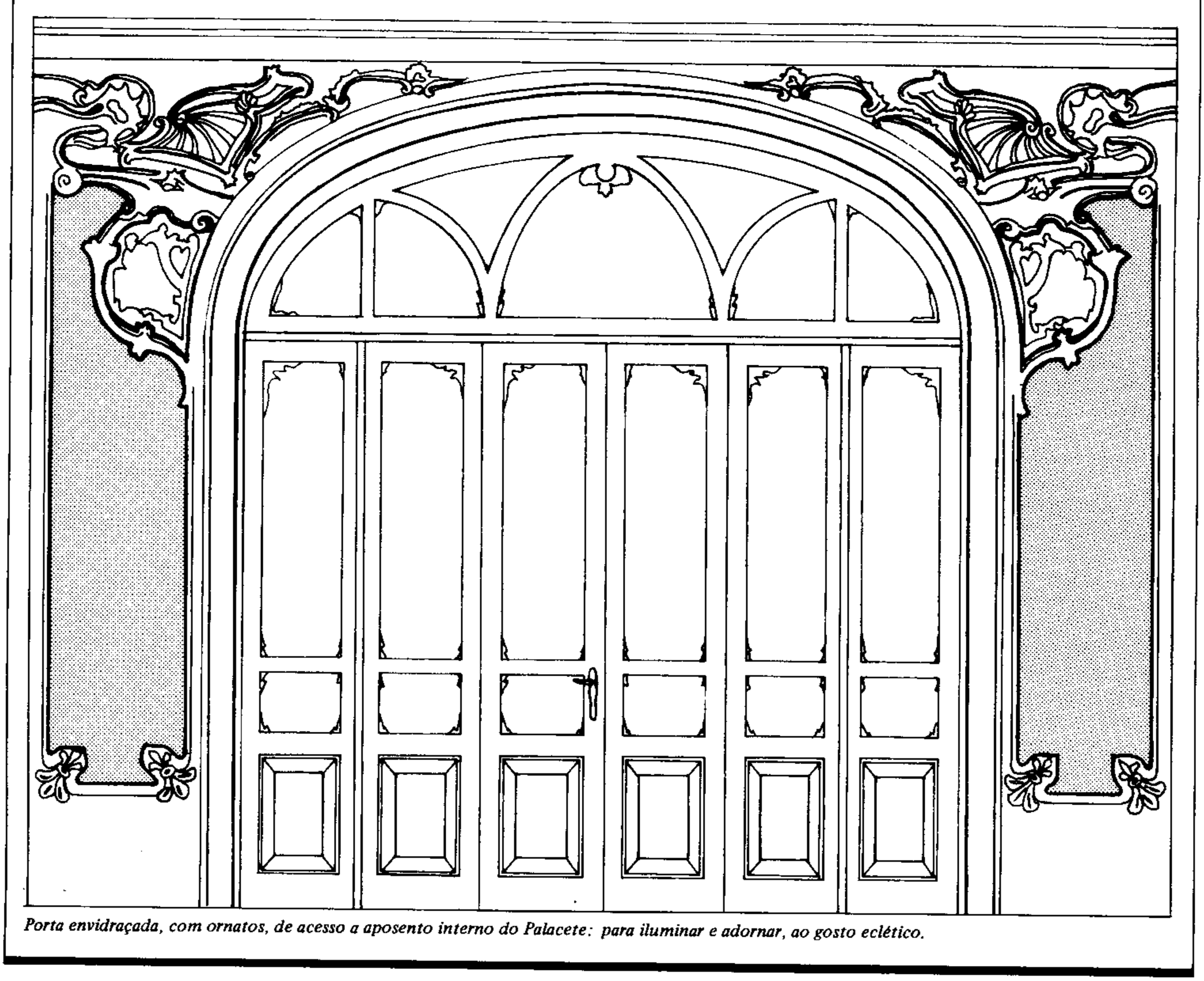
O Departamento de Obras desta Secretaria de Educação e Cultura guarda, em seu arquivo, cinco estudos do edifício então pretendido pelo Com. Catharino, três deles de autoria de Rossi Baptista, datados de 1911. O projeto *C*, cujas elevações em aquarela foram pelo mesmo órgão ofertadas à Biblioteca Pública do Estado, viu-se escolhido, com modificações e acréscimos de pouca monta. A casa senhorial devia compreender, no porão: biblioteca, sala de bilhar, gabinete, adega, apartamento de três peças para criados, lavanderia e garagem; no 1º pavimento: vestíbulo, sala de visitas, salões de jantar e de música, salas de almoço e de costura, gabinete, aposento do mordomo, copa e cozinha; no 2º pavimento, 10 quartos, saleta, terraço e varandas. Os equipamentos introduzidos para uso e bem-estar eram dos melhores no tempo, importados em grande escala: a louça dos sanitários, a escada metálica, o elevador, os vidros, os cristais, os *parquets*, os mármores, os ladrilhos, as ferragens. Ao assinalarmos os dez quartos do 2º pavimento, importa lembrar que seriam, em princípio e em qualquer tempo, correspondentes aos dez filhos do casal, ainda vivos, que outros quatro faleceram prematuramente. Eram, por ordem de idade: Alberto, Bernardo, Joaquim, Álvaro, Carlos, Eduardo, Rodrigo, e mais Almerinda, Henriqueta e Úrsula. Destes, Alberto e Henriqueta deixaram grata memória: Alberto, polido, elegante, requintado colecionador de objetos de arte antiga, quando tais viam-se menosprezados numa Bahia só amante de novidades falsas; e Henriqueta, Dona Henriqueta Catharino, extraordinária mulher, das mais notáveis de nossa terra, à qual legou o Instituto Feminino da Bahia, estabelecimento votado à educação cristã de moças e a seu aprimoramento moral, obra exemplar que lhe consumiu toda a fortuna e todas as energias de ser excepcionalmente bem-dotado.

Voltando a considerar o palacete em causa, aí temos, em síntese, ambicioso programa que o partido escolhido viria valorizar na escala de suas atribuições. De início, antes do esboço crítico a que procederemos, conviria perguntar se o programa proposto desculpou o partido adotado, ou se este àquele, tanto quanto isso se pudesse permitir numa escala de convenções aceitas. Nossas observações decorrerão, conseqüentemente, do exame do que as plantas revelam e do conhecimento da casa já adaptada aos serviços da repartição pública a que serve.

Começaremos examinando a implantação do edifício, quase centrado na dimensão transversal do lote e relativamente próximo do alinhamento da rua, tendo-se em conta a grande profundidade do terreno. Indubitavelmente, uma tal implantação traduz o propósito de dar à casa contemplada da rua, uma visão eminente, uma apresentação por excelência significativa, para o que de certo iria concorrer o tratamento da área fronteira, antes do gradil de limite. Esse tratamento florístico disciplinado, sem grandes árvores que interfiram na visibilidade da fachada principal, é o preferencial de alguns arquitetos ciosos de mostrar ao público a sua obra, ou porque assim o queiram ou por exigên-

cias de certa categoria de clientes, em geral *nouveaux-riches*. O alongamento do terreno motivou, no mesmo sentido, o alongamento da planta e, decorrentemente, uma seqüência de compartimentos alinhados com escassa possibilidade de integração entre as áreas nobres, injunções que viriam criar inconvenientes insanáveis e prejudicar a pretensão, que se teve, de erguer um palacete ajustado a seu fim e logicamente autêntico. Os acessos externos constituem outro ponto passível de crítica em nada abonadora das soluções adotadas, e isso se as considerarmos sob o prisma da movimentação de pedestres e veículos. Atente-se, ainda, em que, entrando o jardim pelo portão à direita, tem-se, de logo, ao contrário do que ocorre quando penetramos em qualquer palácio de verdade, a visão da parte secundária da casa, de sua fachada ocidental, para, em seguida, descortinarmos a escadaria principal, em condições pouco favoráveis.

Cumpre-nos, a propósito, registrar que foi vezo nas construções do período eclético, pelo menos nas de nosso conhecimento, minimizar escadarias a que o barroco e, na Bahia, o neoclássico, deram ênfase especial, haja vista várias edificações no Corredor da Vitória, por nós referidas. No próprio *Art-Nouveau*, estilo a que pagamos escasso tributo, só as escadas internas, que nascem do vestíbulo, ganhariam importância capital. Abordando agora problemas de zoneamento, louvamos a posição dos cômodos principais, lamentando, porém, a grave falha do não-aproveitamento da área arborizada dos fundos, então uma floresta de grandes árvores, cujos soberbos remanescentes ainda podemos admirar nos fundos da Rua Oito de Dezembro, plantados que estão no profundo vale entre esta e o mais antigo caminho do Porto da Barra à cidade, no trecho em que hoje se distende a Ladeira da Barra. Para essa área arborizada não se abre, infelizmente, nenhum dos cômodos nobres da casa, nem a soberba vegetação foi aproveitada para saúde dos pulmões e alegria dos olhos. A casa, dir-se-ia feita menos para morar que para mostrar-se. Um outro arquiteto mais sensível às peculiaridades da terra talvez pudesse explorar melhor tantas possibilidades e, acaso, mudar o gosto ou os desígnios do cliente. Tê-lo-ia conseguido? Mas o nosso mal-avisado projetista esteve longe de procurar, como bom italiano, dentro de um critério puramente renascentista, uma acomodação da paisagem com o homem, nem lhe teria ocorrido, como a



Porta envidraçada, com ornatos, de acesso a aposento interno do Palacete: para iluminar e adornar, ao gosto eclético.

outros, bem antes do organicismo de Wright, que deveriam interdepender-se. E deu de costas à natureza, o que se evidencia na solução volumétrica proposta e no tratamento florístico *parterre* ensaiado no jardim fronteiro. E outros defeitos se sucedem, como o da localização da sala de jantar em relação à varanda ambígua em seus fins, porque simultaneamente de acesso principal e de circulação íntima da casa. Internamente, há um único corredor que serve de articulação entre os cômodos nobres e os de serviço. E uma só escada, em cujo centro se incrusta o elevador, um gracioso elevador, convenhamos. Será aceitável e condizente com instalações palacianas que uma só escada sirva a todos os cômodos da casa, tanto os principais quanto os secundários? Deixemos de considerar o último andar, com suas divisórias: saletas, quartos de dormir, corredor, varandas. Já o mirante merece notação à parte. Desde o começo deste século encontramo-lo em residências palacianas do Rio e de São Paulo e, entre nós, desde os séculos XVII e XVIII, nos conventos de freiras do Desterro, da Lapa e da Soledade; e até em construções privadas como a Boa Vista e o sobrado da Rua do Saldanha, nº 25, nas proximidades do demolido Aljube. Voltariam com a moda do Ecletismo, mirantes quase de brinquedo, tão-só decorativos, quais os dos palacetes Costa Lino e Carlos Costa Pinto, desaparecidos, e o deste Palacete Catharino, casa de cujo interior não nos afastaremos ainda, nem de sua decoração em geral, nem de suas obras de marcenaria e serralheria. No que tange à pintura, figurativa ou não, dos cômodos principais, ela é índice de suas funções. No salão de visitas, onde devera ser a mais requintada, apresenta ramalhetes de rosas, espirais alternadas e festões, sem que lhes correspondam certos motivos centrais com cenas de toque Watteauniano, prejudicados seus gentis-homens e damas em mesuras pela falta de naturalidade e inexpressivo das fisionomias mais de labregos que de fidalgos, todos postos em alamedas que mal convencem como cenários ideais de mandolinatas ou possível convite de viagem a Cythera. Nem a este salão faltariam, adejando no teto, os rechonchudos Cupidos da tradição renascentista. A decoração do gabinete, que pareceria feita a cola, distende-se em friso de águias *explayadas* a que entremeiam formas ornamentais simétricas, os claro-escuros e contrastes bem marcados na estilização. Outros ornatos, nos quatro cantos. A pintura da sala de música sugere ou formalmente indica o fim proposto, com representação de harpas em relevo no estuque e, pintado, amorete alado a tanger instrumento de corda. Já a da sala de jantar afigura-se-nos condenável na composição que se delineia e nos tons escuros empregados. Por que tudo tão sombrio, inclusive o vitral, em cômodo que desejaríamos dos mais claros? E por que essa vulgaríssima barra a óleo, de ritmos associados com elementos florais alternados, em recinto onde só as frutas naturais deveriam embevecer os olhos e imantar o apetite? Em todas essas representações, o resultado conseguido deveu-se a simples decalque dos maus modelos estereotipados em voga. Arriscaríamos o nome de seu autor? De Oreste Sercelli, ajudado por Miniati, sabemos que pintou, na Vitória, salões da casa residencial do Com. Pedreira e do Club Euterpe, grêmio aristocrático instalado em palácio de que anteriormente tratamos, e, alhures, os das residências de José Sá e Austricliano de Carvalho. Teria um ou outro desses artistas servido ao Com. Catharino? Falecem provas. Quanto à vidraçaria, retângulos leitosos, de suavíssimo verde, estriados de ornatos fitológicos ou abstratos, são de apaziguante efeito, a combinarem-se com a predominância do verde nas paredes. Adornam, iluminando, janelas externas e algumas portas altas de acesso a aposentos nobres, e suas bordas incrustam-se em delicados pinásios. Juntamente com as peças de boa serralheria, os ladrilhos e os mármores lavrados, foram todos importados num tempo em que a maioria de nossas edificações citadinas e rurais, mesmo as de grande porte, em virtude da quase inexistência de indústria nacional eficaz, adaptaram-se ao uso de materiais canhestros e de processos rotineiros de empregá-los, à maneira do que sabiam, por praticar, mestres de obras portugueses e brasileiros. Igualmente importados, os vistosos lustres de cristal(?) e bronze.

Quanto ao feitio externo do palacete, não tencionamos descrevê-lo com minúcia, nem seria fácil situá-lo entre coordenadas estilísticas de precisão, vez que o ecletismo arquitetônico brasileiro (e o baiano em particular) descurou de traduzir em linguagem simplificada os vários estilos que perfilhou e reproduziu, carregando-os, antes, de superposições espalhafatosas, num gosto às mais das vezes empolado e equívoco. Um ou outro exemplar, de critério apurado no risco, sem acrescentamentos de ornatos que invalidassem as estruturas, aparecem como exceção nesse catálogo de excentricidades plásticas: — o edifício d' "A Lâmpada", por ex., na Rua Pinto Martins, ou o que se ergue na Rua dos Ourives, entre as ruas Miguel Calmon e Cons. Dantas, este último um curioso espécime do *Liberty*. Todos esses, porém, na cidade-baixa, e prédios de destinação comercial que se não firmariam a ponto de influir sobre outros ou de se erigirem como modelos ideais propostos à imitação. Teria razão quem observou: — "Nada de duradouro podia surgir dessas preocupações quase sempre puramente formais, principalmente numa época em que o gosto era tão instável". (11)

Numa tal margem de conceituação metodológica, nosso Palacete Catharino é dos que, em sua feição exterior, se inscrevem na categoria de edifícios residenciais apenas ostensivos. Houve, aqui, nas mãos de arquiteto medíocre, o propósito conseguido de adorná-lo excessivamente, senão ao ponto de encobrir-lhe as linhas mestras e de partição dos espaços, pelo menos ao de tentar confundi-las num emaranhado de artifícios: platibandas, óculos, águias, pináculos, medalhões, carantonhas, cartelas, rosetas, conchas, colunas de capitéis floridos e fustes abraçados de laçarias de que pendem rosas, balaustradas teoricamente num perene convite ao debruçar-se e ao mostrar-se.

Diante da fachada principal desse edifício, e examinando-a, deparamos, no porão, com dois arcos deprimidos, iguais aos que, em seguimento, se abrem na lateral esquerda. No corpo mais significante, marcado por sólidos cunhais apilastrados e avançando em relação ao da direita, temos um terraço com quatro colunas de sustentação de outro terraço que lhe é sobreposto. Para o primeiro abre-se larga porta, de verga reta, guarnecida de vidros desenhados que se fixam em molduras de grata simplicidade; para o terraço superior rasgam-se três portas em arco pleno, a do centro mais alta, e todas sob extenso arco de ressalva centrado por uma cartela. Outra cartela, mais expressiva, meia a cornija de que ressalta, e apresenta em relevo o monograma do dono do solar. Ladeando-a, a considerável espaço, as costumeiras águias no estuque, de asas aber-

tas. Logo, o torreão do telhado, afunilando-se nas faces em trapézio isóscele e rematado por lanternim a que sobrepuja exíguo terraço com gradil de anteparo. Esse telhado, ao desdobrar-se, apresenta caimentos muito íngremes, como que para o deslisamento de uma neve ideal. Acha-se recoberto de telha francesa, em substituição das primitivas lajes de ardósia acusadas por fotografia de 1923. Nem se há de olvidar o mirante a que anteriormente nos referimos. Passando a um rapidíssimo exame das fachadas lateral direita e posterior, constatamos que pouco ou nada de merecimento apresentam: a da direita mostra corpo saliente que se projeta a seu meio, encimado de terraço com balaustrada e, adiante, uma vulgar escada de acesso. Interessa-nos, porém, a fachada lateral esquerda, sobre que exercemos crítica pouco favorável quando nos demoramos na consideração do partido adotado para traduzir em arquitetura o programa proposto. Servem-na duas escadarias de mármore, a principal e dianteira com patamar intermédio, e a outra, posterior e corrida. No alto da primeira, e obviamente à sua direita, situa-se a porta de entrada do vestíbulo, porta bem lançada, alta e larga, mas nada monumental. A esse tempo, já os estudiosos o notaram, observava-se, na organização de espaços das novas habitações de gente abastada e da classe média alta, uma tendência a deslocar os elementos tradicionais de circulação horizontal e vertical, escadas e corredores, passando-os para o exterior e fazendo que a casa se voltasse para o jardim.

É esta, pois, em suas características tipológicas gerais, a imagem do palacete em causa, ou melhor, o seu retrato, um retrato menos impressionista do que desejáramos para salvar-lhe o prestígio mundano e defender-lhe, acaso, uma difícil autenticidade.

E assim vimo-lo, em sua posição histórica, desde o escalonamento de matrizes inspiradoras do partido adotado, à técnica seguida para se lhe ajustar, e, como remate, vimos-lhe a modinatura. Risco de arquiteto italiano de vida e obra modestas se comparadas com as de outros conterrâneos seus que, no mesmo período, atuaram no Rio e particularmente em São Paulo, o edifício que descrevemos não se concluiu sem o concurso de operários trazidos do Sul do país, por afeitos ao trato mais constante do cimento e do ferro, e ao emprego de novos materiais e equipamentos importados. A propósito, não seria demais lembrar estas palavras de Luiz Saia: — "Os diferentes estilos importados através de arquitetos estrangeiros aqui radicados e pela consulta viciosa de publicações estrangeiras, além de não apresentarem uma solução capaz de atingir as grandes massas da população, cada vez mais concentrada nas cidades, nenhum conseguiu a unanimidade capaz de legitimá-lo como resposta correta aos problemas da moradia, sequer da classe dirigente..."(12) E, realmente, não encontramos neste 292 da Rua da Graça a resposta esperada em termos de boa arquitetura, não obstante os cinco estudos apresentados para a construção, e três deles de Rossi Baptista, que viu aprovado o último, de letra *C*, datado de outubro de 1911. A casa, com várias modificações no projeto aceito, concluir-se-ia em 1912: uma casa com pecados plásticos de difícil absolvição, os de mau comportamento funcional e de ausência daquela unidade global que configura uma solução arquitetônica sincera. Insistimos em tais defeitos, menos por insertar-se essa habitação no ecletismo em voga no tempo do que por não se ter elevado ao nível paradigmático de palacetes autênticos no gênero, existentes no país, quais a Mansão Álvares Penteado e a Casa Uchôa, com que em 1902 e 1903, respectivamente, Karl Ekman e Victor Dubugras dotaram a capital paulista, e outros que ultrapassaram o *Art-Nouveau*, soluções, afinal, que, no Sul, não decorreram tão-só da prosperidade advinda do ciclo do café, mas de bom gosto haurido em fontes européias das mais claras, refinamentos que só a inteligência e a sensibilidade de seus donos poderiam propiciar.

Não obstante as restrições expressas no decorrer deste trabalho, a casa sobre que escrevemos tão extensamente (e disso nos penitenciamos) merece ser preservada e protegida pelo poder público estadual, com vistas ao seu interesse arquitetônico.

Concluímos, pois, pelo tombamento do imóvel em causa, conhecido pela denominação de *Palacete Comendador Bernardo Martins Catharino* ou *Palacete Catharino*, juntamente com seus jardins da frente, dos lados e do fundo, nos limites atuais, incluída a arborização, imóvel de propriedade do Estado da Bahia, sito na Rua da Graça nº 292, Subdistrito de Vitória, em Salvador, tudo para os fins estabelecidos na Lei nº 3.660, de 08.06.78, que organizou a proteção do patrimônio cultural do Estado. E o justificamos por considerá-lo o mais representativo exemplar, em nossa Capital, de arquitetura civil de função privada construído, entre 1911 e 1912. dentro das normas do estilo que se convencionou chamar de Eclético.

É este o nosso Parecer, salvo melhor juízo.

NOTAS

1. in COSTA, Lúcio, "Artigos e estudos", p. 58, Porto Alegre, Imprensa Universitária, 1954.
2. Cf. "Mémoires de Maximilien", tradução de Jules Guillard, Paris, 1868.
3. Cf. MARIANO FILHO, José, in *Fronteiras*, nº 5, p. 2, Recife, 1939.
4. Cf. REIS FILHO, Nestor Goulart, "Quadro da arquitetura no Brasil", São Paulo, Editora Perspectiva S.A., 1970, págs. 136 e 140.
5. Cf. BARDI, P.M., "História da arte brasileira", São Paulo, Edições Melhoramentos, 2ª ed., 1977, p. 185.
6. Cf. COLLINS, Peter, "Los ideales de la arquitectura moderna y su evolucion", (1750-1950), Barcelona, Ed. Gustavo Gili S.A., p. 124.
7. BLANCHE, Jacques Emile, "Les arts plastiques", Paris, Les editions de France, 1931, p. 394.
8. BOCCANERA JÚNIOR, Silio, "Bahia epigraphica e iconographica", Bahia, 1928, págs. 8 e 9.
9. Cf. BARATA, Mário, "A arquitetura brasileira dos séculos XIX e XX", separata de "Aspectos da formação e evolução do Brasil", *Jornal do Comércio*, Rio, 1952, p. 8.
10. Cf. GODOFREDO FILHO, "Dimensão histórica da visita do Imperador à Feira de Sant'Anna", C.E.B., publicação da Universidade Federal da Bahia, 1976, nº 74, p. 25.
11. Cf. BRUAND, Yves, "Arquitetura contemporânea no Brasil", São Paulo, Ed. Perspectiva, tradução de Ana M. Goldemberg, São Paulo, 1981, p. 52.
12. Cf. SAIA, Luiz, "Notas sobre a evolução da morada paulista", São Paulo, Ed. Acrópole, 1957, p. 24.

TEMA 2: SOLO URBANO E POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

CENTROS HISTÓRICOS:

notas sobre a política brasileira de preservação

por Augusto C. da Silva Telles

O PLANEJAMENTO URBANO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO

por Maurício Nogueira Baptista

CENTROS HISTÓRICOS:

notas sobre a política brasileira de preservação

AUGUSTO C. DA SILVA TELLES*

A preservação e a revitalização dos "Centros Históricos", como assunto prioritário na política de preservação dos bens culturais e naturais é relativamente recente, tanto no panorama mundial, quanto no âmbito brasileiro. Realmente, até há poucos anos, o enfoque da política, dita preservacionista, era o do "Monumento" em seu sentido etimológico, de edificação notável a ser colocada em destaque. A Carta de Veneza de 1964 foi, certamente, o primeiro documento de caráter internacional a definir que "os sítios urbanos ou rurais", assim como "as obras modestas que alcançaram com o tempo um significado cultural" deveriam ser equiparadas aos "Monumentos", criações arquitetônicas isoladas. Igualmente afirmou esta Carta, que a "conservação de um monumento exige a preservação da vizinhança à sua escala", sendo "proscrita toda a construção nova, toda demolição ou alteração que possa modificar as relações de volume e de cor".

Tais definições vêm sendo repetidas e reforçadas em sucessivos documentos, sendo que a partir da "Declaração de Amsterdã", do Conselho da Europa – 1975, é proposta a adoção da "Conservação integrada", através de um relacionamento com o "Planejamento do uso do solo" e o "Planejamento Urbano e Regional".

Tal modificação no enfoque da política de preservação dos bens culturais foi provocada, certamente, por dois fatores:

– de uma parte, a constatação da inviabilidade de preservação do monumento isolado, diante do crescente aumento demográfico urbano, da metropolização das cidades, que vem ocorrendo neste século, com as descaracterizações agressivas que daí decorrem, com a renovação do acervo edificado visando maiores gabaritos e a especulação imobiliária crescente e, bem assim, com a necessidade de ampliação das infra-estruturas urbanas, notadamente das vias de trânsito;

– por outro lado, começou a ser dada ênfase maior à valorização do bem cultural de sentido social, diga-se, popular, ou vernacular, frente àquele de origem erudita, estilista, de valor "estético" ou "histórico", até então tido como o de maior ou exclusiva importância.

Desta forma, a política de preservação dos bens culturais e naturais passou a privilegiar a proteção dos núcleos urbanos, dos "centros históricos", de conjuntos arquitetônicos ou urbanísticos – um bairro, uma praça, uma rua, um quarteirão –, assim como a proteção de uma paisagem, rural ou urbana, no mesmo nível em que era preservada uma excepcional edificação, obra de um notável arquiteto ou artista, obra-prima representativa da cultura de uma época.

O crescente aumento demográfico das cidades tem provocado, na maioria dos núcleos urbanos, principalmente naqueles situados nos países ditos em desenvolvimento, alterações dos gabaritos das construções e modificações na trama urbana, através do alargamento das vias ou da abertura de novas avenidas ou eixos rodoviários, trazendo como conseqüência a destruição do acervo edificado. Essas alterações, que vêm ocorrendo de forma precipitada, em períodos de tempo cada vez mais curtos, vêm causando alterações profundas na escala urbana, nos espaços urbanos. Espaço urbano onde vive e convive a população, e que é definido pelos volumes, ritmos e cores das massas edificadas, pelos vazios dos logradouros – ruas, praças, parques –, pela vegetação, pavimentação, topografia, e pela ambiência que os envolve, conferindo a cada núcleo o que José Augusto França denominou de "imagem" da cidade, ou o seu caráter, capaz de garantir para a população que nela habita sua própria "individualidade", conforme afirmou a Recomendação da UNESCO de 1968, para a preservação dos bens culturais postos em perigo por obras públicas ou particulares.

Essa extensão do objeto a ser preservado, do "Monumento" para seu entorno, sua ambiência, e da priorização de conservação e valorização dos Centros Históricos, dos acervos arquitetônicos, urbanísticos ou paisagísticos, trouxe consigo a necessidade de ser reanalisada a política preservacionista que até a época vigorava.

De fato, para a preservação e a restauração de um monumento, de um edifício, por mais complexo ou significativo que seja ele, a competência principal é a do técnico especializado – arquiteto, engenheiro, arqueólogo, restaurador, museólogo; trata-se, na verdade, apenas de uma abordagem técnica, da leitura do edifício, em suas sucessivas fases de existência, da análise de seu sistema construtivo, dos métodos necessários à sua estabilização ou consolidação, e de ser discutida e definida sua ocupação ou sua reutilização.

No entanto, ao se pretender abordar a preservação e a revitalização do entorno ou vizinhança de um ou de vários monumentos de uma área urbana, de uma cidade ou de um sítio natural ou paisagístico, urbano ou rural, a problemática se amplia em sua complexidade; nessas áreas vive uma população que as

(*) Augusto C. da Silva Telles, arquiteto, é diretor da Divisão de Tombamento e Conservação da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Secretaria da Cultura/MEC. O texto acima foi apresentado ao Colóquio *Historia gráfica del urbanismo y la arquitectura en la América Latina*, realizado em Buenos Aires, em abril de 1983.

Pressão demográfica, implantação de indústrias, abertura de rodovias: em Olinda...

utiliza para moradia, para local de trabalho, de lazer, de circulação.

Portanto, qualquer ação neste sentido deverá ser analisada frente aos reflexos que possam se relacionar com o comportamento dessa mesma população e, de uma forma geral, com a política urbana ou regional.

A definição, por exemplo, do uso ou da reutilização de uma edificação pode ser da competência exclusiva ou principal do proprietário ou de algum órgão governamental, mas a definição do que fazer com as edificações de um sítio urbano ou rural deverá atender ao bem coletivo, deverá se vincular a uma política habitacional ou de uso do solo. Decorre daí a proposta formulada pelo Conselho da Europa, da "Conservação Integrada", visando compatibilizar a proposta de preservação dos Centros Históricos – sua trama urbana, sua escala, seus espaços – com o desenvolvimento e as necessidades de crescimento e de melhor habitat para a população. Tal política só poderá ter viabilidade através de uma integração íntima de diferentes setores, instâncias e níveis de administração, a partir de um planejamento urbano e regional, e da definição do uso do solo, com base na ação local (o denominado "poder local"), com vinculação da administração municipal, dos órgãos associativos de moradores, de vizinhos, de bairros, de entidades profissionais e o assessoramento técnico dos órgãos de nível regional, estadual ou nacional, responsáveis pelas políticas de planejamento urbano, de transporte, de habitação popular, de preservação do patrimônio cultural e natural. Em todos os casos é fundamental que esta política atente para que os sítios a serem preservados sejam compatibilizados com as necessidades da população que neles residam ou deles se utilizem, integrando-os à "vida contemporânea", como propõe enfaticamente a Recomendação da UNESCO de 1976, aprovada em Nairobi. Evidentemente, tal adequação deverá ser procurada, sem que se descure da necessidade de serem preservadas as características, a escala, a conotação e a vinculação histórica próprias do sítio ou do núcleo de valor cultural ou natural.

No Brasil, desde quando em 1937 teve início a política de preservação dos bens culturais e naturais, vários núcleos e centros de valor paisagístico, urbanístico e arquitetônico foram preservados – "tombados". Como estes núcleos ou sítios localizavam-se em áreas que, na época, estavam marginalizadas, econômica e socialmente, em uma primeira fase, até as décadas de 1950/60, os problemas que neles se apresentavam como mais sérios eram, principalmente, os de manutenção das edificações mal conservadas, muitas vezes deficientemente usadas ou em desuso. Na época, foram se realizando algumas campanhas de esclarecimento público, quanto ao valor desses acervos, e das razões de sua preservação.

Com o impacto desenvolvimentista dos anos 50/60, esses núcleos preservados e outros mais, que passaram a ser inscritos como de interesse cultural ou natural, começaram a ser atingidos, agredidos pela pressão demográfica, pela metropolização das áreas contíguas, pela implantação de indústrias em suas imediações, pela inserção dos mesmos em

... como em Ouro Preto, os efeitos do impacto desenvolvimentista dos anos 50/60.

roteiros turísticos, pela abertura de rodovias em suas proximidades. Assim ocorreu com Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, São João del-Rei, Parati, Olinda, Porto Seguro, com os núcleos do Pelourinho em Salvador e da Praia Grande em São Luiz, entre outros.

A necessidade e a urgência da elaboração de planos urbanos ou regionais que incorporassem a preservação desses sítios históricos foi cedo compreendida e, através da coordenação do órgão nacional de preservação do patrimônio histórico e artístico – SPHAN, esses planos foram sendo contratados com diferentes entidades técnicas, das áreas de planejamento estadual, do âmbito universitário ou particulares. Referidos planos resultaram, quase sempre, de convênios celebrados com as administrações estaduais e municipais respectivas, com órgãos federais de coordenação da política de planejamento urbano – CNDU, e de turismo – EMBRATUR, e contaram, na maior parte, com assessoramento prévio, ou de acompanhamento, de consultores enviados pela UNESCO, por solicitação brasileira. Tais planos, no entanto, nem sempre resultaram em medidas objetivas, em legislação municipal. Se em alguns núcleos, como por exemplo Olinda ou Parati, alcançou-se a promulgação pela municipalidade da lei do uso do solo, em outros sítios, Ouro Preto incluído, tal medida ainda não foi adotada pela Câmara local.

No Brasil, com referência ao uso do solo urbano e às municipalidades, ocorre a conjugação de dois fatores:

– por um lado, cabe exclusivamente ao poder municipal a competência de legislar sobre o uso do solo urbano. A única exceção que existe é a competência da SPHAN, definida pelo Decreto-Lei nº 25 de 30/XI/37, que regula a preservação dos bens de valor cultural e natural, e de seus entornos, desde que sejam eles inscritos nos Livros do Tombo;

– por outro lado, a grande maioria das municipalidades brasileiras são extremamente fracas, política, mas, principalmente, economicamente. Dependem elas, quase totalmente, dos governos estaduais respectivos, como do federal.

Assim, tais municípios, na sua maioria, são extremamente débeis frente às pressões da especulação imobiliária, mesmo porque uma de suas rendas mais definidas é a resultante dos impostos territorial e predial. Decorre daí a dificuldade existente de as Câmaras Municipais e de suas próprias administrações adotarem medidas preservacionistas mais rígidas, capazes de criar possíveis prejuízos ou, pelo menos, ferir ou restringir os interesses de grandes proprietários, donos de áreas, onde loteamentos ou empreendimentos imobiliários possam ser previstos.

A solução que vem sendo adotada é a da mobilização dos interessados, das lideranças, dos moradores, inclusive através seus organismos locais e profissionais. Reuniões, seminários, têm sido convocados, a partir de reuniões prévias de consulta, quando temas de interesse local, inclusive os referentes à preservação do acervo cultural, natural, ecológico, são debatidos, ampla e largamente, resultando do encontro documento com resoluções e proposições que, depois de discutidas e votadas, são publicadas e divulgadas. Assim, as posições preservacionistas que já vêm despontando há alguns

anos nos grandes núcleos habitacionais – nas megalópoles –, onde as pressões imobiliárias são maiores e os danos causados pelo "desenvolvimento" ao acervo cultural, à ecologia, são mais visíveis e sensíveis, espera-se que, com essas mobilizações, cheguem pouco a pouco aos núcleos menores, que ainda se conservam íntegros, onde as agressões ainda são débeis, de forma a propiciar às próprias populações poderem se posicionar frente à defesa de seus patrimônios culturais, naturais, ecológicos.

Como vemos, a proposta que tem sido discutida e aprovada no âmbito do Conselho da Europa, nas Confrontações das Cidades Históricas, de ser a preservação dos bens culturais e naturais uma incumbência básica dos "poderes locais", isto é, das próprias municipalidades, é uma questão que no Brasil, pelo menos até hoje, é ainda um objetivo a ser perseguido. É bem verdade que já podemos citar alguns ótimos exemplos neste sentido, como é o caso da cidade do Recife, onde sua Câmara de Vereadores acaba de aprovar como lei a criação de 31 sítios preservados, de valor arqueológico, histórico, urbanístico, arquitetônico e paisagístico, localizados, todos, na área urbana da cidade. Para cada um, foram definidas zonas de preservação rigorosa, e outras, de preservação ambiental. Baseou-se a municipalidade recifense em estudo mais amplo, elaborado anteriormente pelo órgão de Coordenação da própria Região Metropolitana – FIDEM, que estudara o assunto para todos os municípios do Grande Recife. Entendemos que a iniciativa do Recife é uma ação exemplar a ser divulgada para conhecimento geral, tanto como metodologia de trabalho, técnico e político, quanto pelos resultados práticos propostos e alcançados, no sentido da preservação e da ambientação do acervo cultural e natural.

A par das reuniões ou seminários com as comunidades, a que acima aludimos, outra atividade que tem sido desenvolvida pelo órgão nacional de preservação dos bens culturais é a da coordenação com outros organismos governamentais, com objetivos diversificados, visando melhor solucionar alguns problemas que interessam a todas as áreas, mas que exigem soluções específicas para cada conjunto. Assim, têm sido estabelecidos convênios com órgãos que agem a nível nacional ou regional, visando a uma ação coordenada: com Bancos e estabelecimentos de crédito, visando à utilização preferencial de edifícios preservados para suas agências ou escritórios; com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU, para estudos específicos de soluções para transportes de passageiros e de cargas em áreas históricas, e, finalmente, agora, estão se iniciando estudos básicos com o Banco Nacional de Habitação visando ao estabelecimento de linhas específicas de créditos para atender à conservação, restauração e reutilização de imóveis integrantes do acervo habitacional dos núcleos históricos, no sentido de poder-se garantir a permanência da população local, mas com melhoria e modernização do padrão habitacional. Primeiras experiências neste sentido já foram tentadas, a título de ensaio, na área do Pelourinho, em Salvador, em Laranjeiras, no Sergipe, e se iniciam outras, na Boa Vista, no Recife.

Almeja-se, agora, encontrar uma solução adaptada à realidade brasileira para solucionar um dos problemas mais difíceis que se apresentam nos projetos de preservação e revitalização dos Centros Históricos, o da restauração e reutilização do acervo edificado, utilizado, em sua maior parte, para habitação da população de baixa e de média renda, e por comércio familiar, e que deve continuar a ser usado com idêntica finalidade. Problema que tem sido solucionado, diferenciadamente, a partir de cada realidade – na França (com a Lei Malraux que criou os Setores Salvaguardados), na Alemanha, na Itália (ex. em Bolonha), na área do Barredo, no Porto em Portugal, mas para o qual deveremos encontrar uma solução brasileira, que atenda aos nossos problemas, e que seja possível resolver com os meios de que pudermos dispor, ou inventar. Solução fundamental, diante da intenção de preservar e revitalizar um núcleo ou centro histórico, pois que para uma edificação isolada é fácil encontrar uma utilização adequada, até mesmo um Museu, mas para todo o acervo edificado, por exemplo, da área do Pelourinho, em Salvador, da Praia Grande ou do Desterro, em São Luiz, do Bairro da Boa Vista, no Recife, só a preservação e readaptação do uso habitacional ou misto será possível, válido e compatível com a idéia da manutenção de uma área preservada, mas viva, utilizada e habitada por uma população que com ela se adeqüe, pois que com ela já convive.

BIBLIOGRAFIA

ABEELE, M.A. Vanden. "Le centre historique dans l'évolution de la ville contemporaine". in **2e Confrontation européenne des villes historiques.** Conseil de l'Europe, 1977.

Charte Internationale sur la Conservation et la Restauration des Monuments et des Sites. ICOMOS, 1966.

Conservation Architecturale et Education à l'Environnement ICCROM – 1975.

FRANÇA, José Augusto – "La ville et ses images – principes de sauvegarde de ses valeurs" – in **Rapport du Colloque "Sauvegarde du Paysage et des Sites Historiques"** – Lisboa – 1968 p. 1/3.

IPHAN – nº 0 – Brasília, 1979.

MAGALHÃES, Aloísio. **Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso.** Brasília, 1978 (mimeo).

Normas de Quito – Informe final de la Reunion sobre Conservación y utilizacion de Monumentos y Lugares de Interes Historico y Artistico – in Patrimonio Cultural nº 2 – OEA – 1968.

PARENT, Michel, "L'Architecture vernaculaire rurale, ses modes de conservation et ses limites à l'adaptation", in **Munumentum,** vol. XV-XVI – p. 17/22. ICOMOS, 1977.

Preservação e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. MEC. SPHAN. PRÓ-MEMÓRIA – Brasília, 1980.

Protection et animation culturelle des monuments, sites et villes historiques en Europe – Comission allemande pour l'UNESCO – 1980.

"Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico, Monumental, móvel e paisagístico" – in **Cultura** nº 27, p. 84/93, Brasília, 1977.

Rapport final – Conférence mondiale sur les politiques culturels – México – 1982 – UNESCO – recom. 41/42 – p. 90/2.

Recommendation concernant la préservation des biens culturels mis en péril par des travaux publics ou privés. UNESCO, 1968.

Recommendation concernant la sauvegarde des ensembles historiques ou traditionnels et leur rôle dans la vie contemporaine. UNESCO, 1976.

Restauração e Revitalização de Núcleos Históricos – análise face à experiência francesa – Seminário 1 – SPHAN-Pró-Memória – 1980.

SALOMON, Noel. "Cosmopolitisme et Internationalisme dans l'histoire des idées de l'Amérique latine". in **Culture,** vol. VI – nº 1 – p. 86/114. UNESCO/la Baconnière, 1979.

TELLES, Augusto C. da Silva – "Quelques reflexions sur la politique de préservation des biens culturels et des sites au Brésil d'aujourd'hui" – in **Campo** – nº 9/10 – Salermo-Itália – p. 10/11.

O PLANEJAMENTO URBANO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO

MAURÍCIO NOGUEIRA BAPTISTA *

A preservação do patrimônio arquitetônico, urbanístico e ambiental poderia obter maiores benefícios da ação das autoridades municipais – e também das estaduais, aí incluídas as metropolitanas – relativa ao ordenamento urbano: planos diretores, zoneamento do uso do solo, códigos de obras, entre outros. De fato, poucas são as municipalidades que, ao cuidarem de disciplinar o crescimento urbano, dedicaram alguma atenção, não digo aos valores arquitetônicos, urbanísticos e ambientais em geral, mas às próprias obras tombadas. O resultado disto tem sido a descaracterização da vizinhança dessas obras e a obstrução de sua visibilidade.

É certo que o Governo Federal dispõe de meios legais para coibir atuações desta natureza, notadamente no que se refere à visibilidade.(1) Deve-se reconhecer, no entanto, que é difícil exercer uma efetiva fiscalização para proteger o patrimônio arquitetônico e urbanístico de agressões desse tipo, em cidades que apresentam taxas de incremento demográfico muito altas e onde a reconstrução se faz com grande intensidade, para obter benefícios dos equipamentos urbanos e comunitários existentes, da acessibilidade e de outras vantagens locacionais como a proximidade do mar e das praias. Por esta razão, vem sendo reiteradamente reclamada a edição de legislação para ampliar o conceito de visibilidade da coisa tombada e para a proteção mais eficiente dos conjuntos arquitetônicos e urbanos de valor cultural bem como de suas ambiências.(2)

A Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e a Fundação Nacional Pró-Memória – FNPM, de algum tempo para cá, vêm trabalhando na definição da vizinhança (ou como, cada vez mais, é comum dizer: *do entorno*, apesar de não registrarem os dicionários esta palavra) dos monumentos arquitetônicos tombados. Na execução desse trabalho, em alguns casos, tem-se contado com a colaboração de órgãos técnicos das Prefeituras ou das Regiões Metropolitanas. Esta ação conjunta contribuirá para assegurar a eficácia dessas medidas,(3) pois permite incorporar, à regulamentação edilícia e de uso do solo do município, os preceitos relativos à preservação da visibilidade e da ambiência da coisa tombada, reforçando sua proteção.

O objetivo a que me proponho aqui é o de tentar vender a idéia de um maior entrosamento entre as ações da SPHAN/FNPM e dos órgãos de planejamento urbano das Prefeituras Municipais e Regiões Metropolitanas, tendo em vista a preservação e a proteção não só de coisas tombadas mas dos testemunhos arquitetônicos e urbanísticos existentes nas cidades, carentes de valorização e proteção.

O instrumento para tanto seria o planejamento urbano ou, mais precisamente, as ações que visam ao ordenamento ou à gestão urbana já que estas muitas vezes não guardam muita semelhança com o esquema tradicional de planejamento urbano. Sua utilização representaria, de início, uma ação preventiva e de caráter integrado. De fato, implicaria considerar a preservação dos bens arquitetônicos e urbanísticos nas diretrizes do desenvolvimento urbano e nos regulamentos municipais que regem o uso do solo, as edificações e o meio ambiente. Assim concebido, o exercício da preservação de bens arquitetônicos e urbanísticos perderia o caráter casuístico, de que tantas vezes se reveste, para ganhar feição nova capaz até de dispensar o recurso ao tombamento, remédio forte a ser reservado às situações que envolvem bens ímpares ou submetidos à ameaça grave de destruição.

Este instrumento adequa-se, de forma exemplar, aos casos em que o bem a preservar é um conjunto urbano ou uma ambiência cujo valor está muito mais no todo do que nos componentes. A cidade de Petropólis, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, à qual foi atribuído o título de Cidade Imperial, pelo Decreto nº 85.849, de 27.03.1981, constitui uma prova disto. Para os 1º e 2º Distritos de Petropólis foi feito um trabalho que obedece, em suas linhas gerais, ao que aqui se está preconizando e defendendo. Parece-me oportuno ressaltar os principais aspectos deste trabalho, o que passo a fazer.

Em 1980, a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – FUNDREM submeteu ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU proposta para assistência técnica ao Município de Petropólis, com os seguintes objetivos: (i) revisão, atualização e complementação da legislação urbanística; (ii) proteção e valorização do patrimônio cultural; (iii) proteção à paisagem natural. O primeiro desses objetivos desdobrava-se em duas linhas complementares de estudos e proposições: "a reformulação dos regulamentos de controle e ordenamento do crescimento urbano

(*) Maurício Nogueira Baptista, arquiteto, é secretário-executivo adjunto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, do Ministério do Interior.

do município e a definição e implantação de uma estrutura administrativa para a aprovação de projetos e fiscalização de obras".(4)

A novidade da proposição estava em incluir nesta reformulação "estudos específicos sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural e sobre a proteção da paisagem natural",(4) com o objetivo de incorporar à legislação municipal preceitos que garantissem a proteção e preservação do patrimônio cultural e da paisagem de Petrópolis. O ponto de partida desses estudos seria a proposta de alteração dos regulamentos do uso do solo do Município elaborada pela Assessoria Municipal de Planejamento e a FUNDREM, em 1979.(5)

A primeira etapa do Projeto Petrópolis consistiu em levantamento e estudo, abrangendo os 1º e 2º Distritos, "com vistas à definição de um conjunto de áreas para intervenção prioritária (relativas à proteção da paisagem natural, preservação do patrimônio cultural e expansão urbana) e a fixação de parâmetros urbanísticos que regulam sua ocupação e uso".(4) Estas tarefas foram executadas por uma equipe mista da Assessoria Municipal de Planejamento e da FUNDREM, secundada por técnicos da SPHAN/FNPM e do Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural – INEPAC. Posteriormente, criou-se uma comissão composta por representantes das entidades já mencionadas e mais da Companhia Fluminense de Turismo – FLUMITUR e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU, com a finalidade de coordenar os trabalhos de detalhamento da proposta de regulamento do uso do solo e elaboração do código de obras para Petrópolis.

Estes trabalhos culminaram com a edição do Decreto Municipal nº 90, de 25/07/1981, que institui o Zoneamento de Uso do Solo no Município de Petrópolis. "O tratamento dado à preservação do patrimônio cultural no Regulamento exprime o conceito de que a preservação de bens culturais só pode ser atingida mediante sua integração à vida social e econômica da realidade onde se insere. Assim, procurou-se tratar a proteção dos ambientes culturais como parte integrante do processo de planejamento urbano (. . .)".(4) Para tanto, buscou-se estabelecer "normas de ocupação e uso do solo que desestimulassem transformações nas áreas consideradas de interesse para a preservação, pelas características morfológicas de sua ambiência, como medida alternativa para o tombamento. Com o mesmo objetivo, foram delimitadas as áreas de entorno dos bens tombados e definidas as normas para sua ocupação e utilização".(4)

Estes princípios são traduzidos de forma concreta no Decreto nº 90, que estabelece, em seu Art. 9º, o Setor de Preservação do Patrimônio Cultural constituído pelas áreas consideradas de interesse e protegidas pelos órgãos de preservação das três esferas governamentais, federal, estadual e municipal, classificando-as em: "a – Área tombada – compreendendo os bens e sítios tombados; b – Área de Entorno – limitada por uma poligonal que define a vizinhança da área tombada pela SPHAN-Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; c – Área de Tutela – definida pelo perímetro de tutela do bem tombado pelo INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural; d – Área de Preservação Ambiental – de interesse cultural, histórico e paisagístico para o Município, que não esteja contida nas alíneas *a*, *b* e *c* deste artigo".

O Decreto nº 90/81 determina ainda, em seu Art. 12, que modificações em seu texto que signifiquem alteração nos limites das áreas ou nas condições de parcelamento, uso ou ocupação das zonas contidas nas áreas descritas nas alíneas *b*, *c* e *d* do Art. 9º só poderão ser feitas mediante prévia anuência do SPHAN, nos casos previstos na alínea *b*; do INEPAC, quando se tratar de área referida na alínea *c*; e do órgão municipal encarregado de proteção do patrimônio histórico, artístico cultural e natural, quando se tratar de área referida na alínea *d*.

A sanção, pelo Prefeito, do decreto que instituiu o zoneamento do uso do solo de Petrópolis foi antecedida pela discussão do seu texto em duas comissões. A formada por técnicos da Assessoria Municipal de Planejamento e da FUNDREM e que contava também com representantes da SPHAN/FNPM, do CNDU e de órgãos estaduais e a Comissão Consultiva de Planejamento Urbano.(6) Nesta última Comissão debateu-se, intensamente, a proposta de decreto elaborada pela primeira.

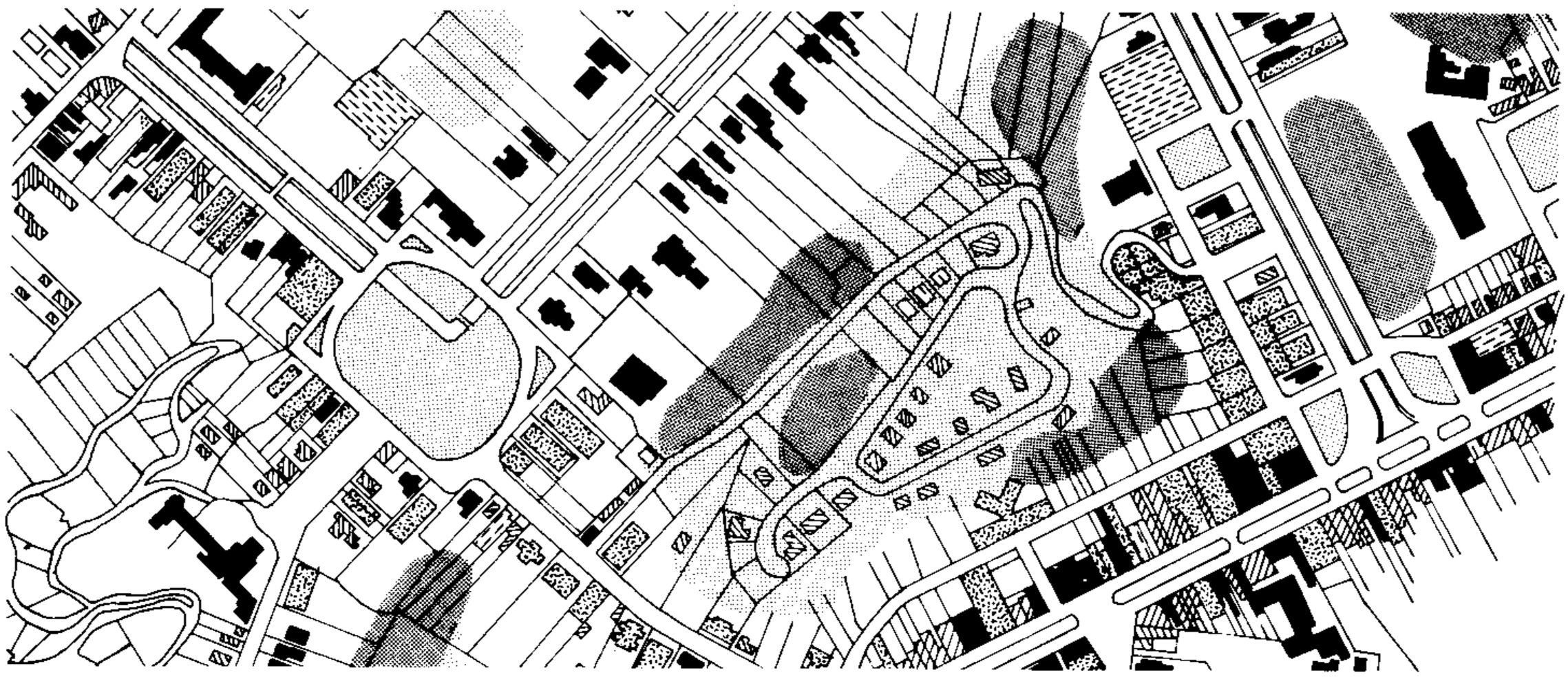
A grande tarefa da Comissão Consultiva foi a de tentar conciliar posições antagônicas dos que lutavam pelo estabelecimento de normas que, disciplinando o crescimento urbano, facultassem a preservação e a valorização do patrimônio cultural de Petrópolis, com a dos que se opunham a estas medidas, acusando seus proponentes de desejarem a paralisação das atividades produtivas, importantes para o progresso do Município, notadamente as imobiliárias e de construção. Este debate não ficou restrito ao âmbito da Comissão Consultiva. Ao contrário, dela extravasou para a imprensa local, chegando a repercutir, com certa intensidade, nos jornais do Rio de Janeiro, evidenciando a significação dos interesses em jogo e a importância de um ato legal desta natureza. A repercussão nos jornais cariocas indica ainda que as medidas preconizadas no projeto de decreto, relativas ao ordenamento do uso do solo de Petrópolis e sua íntima vinculação à preservação do patrimônio cultural e da ambiência petropolitana, têm caráter supramunicipal. Esta condição é de ser ressaltada pois fornece respaldo à participação da entidade metropolitana – a FUNDREM – nos estudos que culminaram na edição do Decreto 90/81.

Dos debates na Comissão Consultiva e de sua repercussão, tanto na imprensa local quanto na estadual, deve-se inferir, ainda, que os temas do ordenamento urbano e da preservação dos valores culturais interessam a amplos segmentos da sociedade, contrariando a opinião dos que acreditam estarem eles confinados em algumas esferas técnicas.

A constatação de posições divergentes entre parcelas da sociedade, movidas por interesse os mais diversos, reafirma a convicção de que o poder público deverá assumir ante elas uma postura mediadora. Para exercê-la, no entanto, precisa estar devidamente aparelhado e municiado, tanto em termos técnicos como políticos, pois só assim terá condição de discernir quais, dentre os interesses em choque, se identificam com o bem comum.

Estas considerações tornam oportuna uma reflexão sobre a experiência de Petrópolis. De início, é de se ressaltar que ela mostra apenas uma face do problema – talvez a mais amena – a das disposições normativas. A outra face, mais áspera e mais árdua, está em curso. Corresponde à implantação das diretrizes e ao cumprimento das determinações do Decreto 90/81. Da primeira,

MAPA DE ZONEAMENTO DE PETRÓPOLIS



Construções com características arquitetônicas a serem preservadas.

Construções de importância para preservação do conjunto arquitetônico e da ambiência natural.

Construções que interferem tipologicamente no conjunto.

Construções que interferem voluntariamente no conjunto.

Área de mata

Área verde

Projeto Petrópolis: definindo áreas de interesse para a preservação, com o objetivo de ordenar o uso e a ocupação do solo.

tem-se o registro, constante da publicação "Projeto Petrópolis, planejamento e preservação" que a FUNDREM em boa hora editou, narrando o que foi o processo que desaguou na sanção do Decreto 90/81, da Prefeitura Municipal de Petrópolis. Poucas são as obras desse feitio no país, uma vez que não se costuma registrar os passos seguidos nas experiências de planejamento urbano. Muito menor ainda é o número das que fazem esse registro quando a este processo se associa um conjunto de medidas visando à preservação do patrimônio cultural e da ambiência de uma cidade.

Esta reflexão poderá contribuir para ampliar o arsenal dos que lidam com problemas de planejamento urbano e preservação do patrimônio cultural, favorecendo maior êxito às ações destinadas a equacioná-los.

Tentarei, a seguir, identificar e discutir algumas das questões com que se defrontaram os participantes do Projeto Petrópolis.

A primeira delas vincula-se à imposição de restrições ao aproveitamento dos terrenos situados nas áreas mais características de Petrópolis. Esta medida contribuiria para reduzir o estímulo à substituição dos prédios primitivos por outros que, aproveitando com maior intensidade estes terrenos, alterariam a paisagem urbana e levariam à destruição da ambiência que se deseja preservar e revitalizar. De fato, não havendo a possibilidade de se dar ao terreno maior aproveitamento do que o equivalente à construção nele hoje existente, seu proprietário, provavelmente, não seria levado a demoli-la para substituí-la por outra de igual tamanho ou área. O que dificulta a imposição desta medida é que ela vem interromper uma prática que dura já alguns anos e que foi responsável por transformações de vulto na paisagem urbana metropolitana, através da construção de prédios multifamiliares, em altura, em lotes que antes abrigavam apenas uma família. Desta prática, foram beneficiários donos de terrenos e empreendedores imobiliários. Tratar-se-ia, pois, de estancar ou reduzir uma atividade que envolve ganhos não desprezíveis.

Do cotejo entre as medidas preservacionistas e a pressão por mais área construída e pelo aproveitamento mais intenso do setor urbano melhor servido de equipamentos, resultante do crescimento da cidade, emerge uma série de contradições a serem resolvidas, frente às quais os instrumentos do planejamento urbano nem sempre se mostram eficazes. No caso de Petrópolis, as circunstâncias se tornam mais difíceis dada a ponderável incorporação de novos contingentes populacionais. (7) Este crescimento se qualifica também pela probreza e pelos padrões de ocupação urbana criados pelos novos contingentes populacionais ao se instalarem na área urbana. Estes padrões se diferenciam bastante daqueles predominantes na cidade. Com isto cria-se, por assim dizer, uma nova cidade, com fisionomia própria, dentro da própria cidade.

Esta dificuldade adicional permaneceu à margem das grandes discussões e debates que se travaram entre proprietários de terrenos e empreendedores imobiliários e preservacionistas, marcando todo o curso da elaboração do Projeto Petrópolis.

A decisão final, representada pela sanção do Decreto 90/81, instituidor do novo zoneamento do uso do solo em Petrópolis, foi um ato político de grande significação que envolveu, além do Poder Executivo, o Poder Legislativo Municipal. Com efeito, a Câmara Municipal, para permitir a sanção do projeto de lei, decidiu modificar disposição legal

MAPA DE ZONEAMENTO DE PETRÓPOLIS

Zona especial

Zona comercial

Zona residencial

Centro de atividade

Setor tombado

Zona de uso diversificado

Cemitério Municipal

Limite área de entorno.

Limite área de preservação ambiental.

que proibia a alteração da legislação sobre uso do solo, por ato do Poder Executivo.

Uma segunda questão está na falta de uma política de desenvolvimento urbano que, reconhecendo a existência de um patrimônio cultural a preservar e de uma ambiência urbana a manter, estabeleça as medidas para tanto julgadas convenientes. O Projeto Petrópolis representa, quanto a isto, considerável avanço. Nele buscou-se a definição das linhas gerais de uma política de ordenamento urbano que contivesse, com clareza, o objetivo da preservação do acervo arquitetônico e da paisagem urbana mais característica de Petrópolis. Com esta finalidade, o Decreto 90/81 delimita setores a serem preservados e especifica a maneira de neles proceder quanto à realização de obras novas, construção, demolições etc. O zoneamento de usos do solo foi concebido com a preocupação de responder, adequadamente, tanto aos requisitos da preservação quanto às exigências da cidade em crescimento. É possível que o propósito não tenha sido inteiramente atingido, mas os passos dados em sua direção foram significativos. Resta, no entanto, uma grande tarefa a cumprir que é a implementação do Decreto 90/81 a qual implica, também, dar seguimento e conseqüência ao processo de planejamento iniciado. Estes temas serão retomados adiante com maior detalhe.

Uma terceira questão a ser examinada prende-se à participação da sociedade no processo que visa ao ordenamento urbano e à preservação do patrimônio cultural. Em Petrópolis, ela ficou evidenciada pelo número de associações e entidades que integraram as duas comissões, notadamente a Comissão Consultiva, sem falar da participação da própria Câmara Municipal. Deve-se observar, todavia, que este movimento envolveu apenas os estratos mais altos da sociedade petropolitana o que, mesmo assim, não é de se menosprezar. É sabido quão pouco comuns são as ações de planejamento urbano e de preservação do patrimônio cultural que contam, ou contaram, com participação efetiva da comunidade.

A natureza da participação comunitária ocorrida em Petrópolis não é de estranhar, à vista dos seus pressupostos (mencionados anteriormente) e quando se verifica que 85% da população economicamente ativa do Município percebem até 2,5 salários-mínimos mensais, enquanto a que ganha entre 5 e 10 e mais de 10 salários mínimos é apenas 10% do total.(8) Parece razoável, portanto, que uma população com renda mensal tão baixa tenha outras preocupações que não propriamente as que movem preservacionistas, proprietários de terrenos, empreendedores imobiliários e construtores.(9) Parece legítimo, então, que suas reivindicações não digam respeito à preservação do patrimônio cultural e da ambiência peculiar da cidade em que vivem. E, até mesmo, que não se importem muito com o modo pelo qual sua cidade é planejada.

Esta observação não tem o intuito de desqualificar ou diminuir o mérito da atuação integrada em favor da preservação do patrimônio cultural de Petrópolis. Faço-a movido pela idéia de que este aspecto não pode ser deixado à margem do processo de planejamento que se deseja implantar. Longe de mim pensar que só se deva cuidar da proteção dos bens culturais de uma cidade depois de resolvidos os problemas antes mencionados.

O dado sobre a distribuição da população economicamente ativa de Petrópolis, por faixas salariais, é semelhante ao da maior parte das cidades brasileiras. Se o citei foi para chamar a atenção sobre a complexidade da cidade e dos problemas que estão envolvidos em sua gestão. Não se pode planejar uma cidade como Petrópolis sem considerar estes fatos. Faz parte do desafio que representa planejar Petrópolis encarar esta distribuição de rendimentos e tudo o que dela decorre em termos espaciais, e, ao mesmo tempo, cuidar da proteção dos bens culturais e da ambiência. Como faz parte, também, valorizar as linhas urbanísticas do Plano Koeller, adaptando-as às necessidades da cidade em crescimento; preservar o casario e outras obras de reconhecido mérito arquitetônico, sem que isto implique sufocar a capacidade criadora dos arquitetos e dos construtores de Petrópolis.

Uma quarta questão é a da repercussão do tombamento e das disposições administrativas restritivas ao aproveitamento dos bens culturais (terrenos, prédios, conjuntos urbanísticos etc) sobre a propriedade; e, mais ainda, as conseqüências disto sobre a política de preservação desses bens, vinculada ao planejamento urbano.

A imposição do tombamento não pressupõe compensação por parte do Poder Público ao proprietário da coisa tombada. Com raras exceções, os proprietários vêem o tombamento e demais medidas restritivas de proteção ao patrimônio cultural como um gravame indesejável sobre seus imóveis. Sua reação, às vezes, é passiva mas, em outras, assume forma bastante agressiva. São comuns os atos de demolição criminosa dos bens tombados, com o fito de obter liberação do encargo do tombamento e, posteriormente, uma utilização econômica mais lucrativa.(10)

Sem violar as regras jurídicas que regem o tombamento, a exemplo do que fazem outras nações, creio que se poderia introduzir na política de preservação de bens culturais alguns dispositivos que contribuíssem para modificar a atual disposição dos proprietários de imóveis gravados por instrumentos legais de proteção e preservação do patrimônio cultural.

Algumas destas disposições estariam na esfera de decisão do Governo Federal. Dentre estas podem ser citadas a dedução das despesas, realizadas com a manutenção ou restauração do bem tombado, do imposto de renda.

Na esfera municipal, estas disposições poderiam incluir: (I) isenção do imposto predial e territorial dos imóveis tombados ou incluídos, por lei municipal, em áreas de proteção ao patrimônio cultural, desde que mantidos em perfeito estado de conservação; (II) isenção do imposto de serviços quando a empresa ou profissional tenham por sede um bem tombado ou sujeito a restrições administrativas vinculadas à preservação do patrimônio cultural, desde que se obriguem a mantê-lo em perfeito estado de conservação e guardem suas características arquitetônicas básicas.

Um estudo mais apurado das sugestões aqui registradas poderia dizer se a isenção prevista deveria corresponder ao total do imposto ou a uma parcela dele, consideradas as diversas hipóteses de utilização e de situação do proprietário do imóvel gerador da isenção.

Outra medida, praticada já em alguns municípios, seria a da autorização para construir em outro local ou para alienar o direito de construir, aos proprietários, nos casos de interesse da preservação do patrimônio cultural.(11)

A aplicação das medidas aqui sugeridas exige, sem dúvida, estudos mais deti-

dos e, mais do que isto, uma experimentação prática. Formulo, assim, à guisa de conclusão para estas simples considerações sobre o planejamento urbano como instrumento da preservação do patrimônio, a sugestão de fazer de Petrópolis um laboratório para testar algumas disposições legais e tributárias destinadas a facilitar a preservação, através da redução de conflitos entre proprietários e medidas protetoras.

Petrópolis oferece, a meu ver, algumas pré-condições favoráveis a um experimento desta natureza, dentre as quais destaco as seguintes:

A) o fato de tratar-se de uma cidade cujo valor maior está em seu conjunto urbanístico-arquitetônico e sua ambiência, ao contrário de tantas outras, onde o que predomina é a presença de monumentos esparsos em uma malha urbana indiferenciada e eclética;

B) o tamanho. – Petrópolis, com cerca de 150 mil habitantes, parece ter a dimensão adequada para o exercício sugerido;

C) a estrutura administrativa de Petrópolis está suficientemente aparelhada para absorver e conduzir um experimento desta natureza;

D) a presença de unidades de ensino superior, que poderiam fazer o acompanhamento e a avaliação do experimento, contribuindo para sua utilização em outros centros urbanos;

E) a existência de determinados instrumentos básicos, dentre os quais sobressai o Decreto 90/81; o zoneamento do uso do solo por ele instituído constitui-se no ponto de partida imprescindível para a experimentação dos mecanismos de isenção, total ou parcial, dos impostos municipais, como estímulo à preservação do patrimônio cultural e da ambiência petropolitana; bem como para testes sobre a transferência do direito de construir, com idêntica finalidade;

F) a presença de órgãos federais (SPHAN /FNPM e CNDU, entre outros) e estaduais (principalmente o INEPAC e a Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro) que poderiam apoiar a realização da experiência e mobilizar outros setores estaduais, como os fazendários, para participarem da experiência.

Realizada esta experiência, seus resultados poderiam ser transplantados, com os devidos cuidados, para outras cidades com problemas semelhantes.

A experiência acumulada nos últimos anos, na prática da preservação de bens culturais de natureza arquitetônica, urbanística e paisagística vem demonstrando que ela não poderá ser eficaz:

– primeiro, se não considerar o impacto e as conseqüências do rápido crescimento demográfico e transformações sócio-econômicas experimentadas pelo país, cujo reflexo mais nítido é observado nas cidades;

– segundo, se não se tiver em mente que as medidas de preservação deverão tentar conciliar a contradição entre preservar o testemunho do passado e assegurar a contribuição da geração atual ao espaço de sua cidade;

– terceiro, se não considerar como instrumento básico de sua atuação o planejamento urbano.

Para que se possa atuar nesta perspectiva, um grande e difícil caminho deve ser percorrido. Muitos passos vêm sendo dados entre os quais pelo menos dois foram aqui destacados – definição do entorno dos bens tombados existentes no Morro da Conceição e suas cercanias, no Rio de Janeiro, e Petrópolis. Outros passos deverão estar sendo dados, mas é necessário que outros a eles se sigam. Prosseguir com o Projeto Petrópolis poderia ser um deles.

Sobre a experiência de reabilitação do Morro da Conceição e seus entornos, no Rio de Janeiro, leia o artigo de Jurema Kopke Eis Arnaut, na seção Projetos.

NOTAS

(1) Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937 – Art. 18 – Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança de coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade (. . .) sob pena de ser mandada destruir a obra (. . .)

(2) Compromisso de Salvador, 1971, itens 2.2 e 2.3 in *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*, MEC/ SPHAN/FNPM, p. 143 e 144.

(3) Um exemplo marcante deste tipo de trabalho da SPHAN/FNPM é a definição da vizinhança de um conjunto de nove bens tombados, e outros em fase de tombamento, nas imediações do Morro da Conceição, no Rio de Janeiro, feito em regime de colaboração com a Prefeitura do Rio de Janeiro. A partir dele será possível assegurar a visibilidade ao conjunto de edificações do Morro da Conceição que marca, de forma indelével, a paisagem desta parte do Rio de Janeiro.

(4) Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – *Projeto Petrópolis: Planejamento e preservação.* Rio de Janeiro, 1982.

(5) Correia Lima e Mayerhofer Arquitetos, *Regulamento do parcelamento do solo do Município de Petrópolis, proposta,* Rio de Janeiro, FUNDREM/Prefeitura Municipal de Petrópolis, 1979 p. 53.

(6) A Comissão Consultiva de Planejamento Urbano, presidida pelo Assessor de Planejamento da Prefeitura Municipal de Petrópolis, era integrada por representantes de órgãos estaduais e municipais, da SPHAN/FNPM e entidades civis de Petrópolis dentre as quais se destacavam o Instituto Histórico; o Sindicato da Construção Civil; a Universidade Católica; a Associação de Amigos de Petrópolis para Preservação do Patrimônio e Defesa da Ecologia – APPANDE; a Associação Petropolitana de Engenheiros e Arquitetos – APEA; a Associação Comercial, Industrial e Rural de Petrópolis – ACIRP; e o Clube de Diretores Lojistas –CDL.

(7) Petrópolis cresceu à taxa geométrica de 2,55% e 2,48%, ao ano, nos períodos intercensitários de 1960/70 e 1970/80, respectivamente; nestes mesmos períodos, o incremento demográfico da Região Metropolitana do Rio como um todo foi de 4,19% e de 3,92% respectivamente.

(8) FUNDREM – *Macrozoneamento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro, 1979.

(9) Apesar disto, Ruth Judice, Presidente do Instituto Histórico de Petrópolis, referindo-se a uma pesquisa, promovida pela Prefeitura, para saber qual a opinião pública sobre a necessidade de preservação da cidade, informa que 90,4% da população apoiavam medidas neste sentido (Projeto Petrópolis, p. 118). Infelizmente, não se dão maiores detalhes sobre esta pesquisa, ficando-se sem saber qual sua abrangência e grau de representatividade.

(10) Dentre os casos mais recentes, estão o do Cine Metrópole, em Belo Horizonte, que começou a ter o seu interior destruído pelos proprietários logo após a expedição do ato de tombamento provisório por parte do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico de Minas Gerais – IPEH – MG; e o dos casarões da Av. Paulista, em São Paulo.

(11) Este dispositivo consta da Lei Complementar nº 43/79, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, estando previsto também para o município de São Paulo, onde já existe um projeto de lei com esta finalidade. Visando dar respaldo jurídico a estas iniciativas municipais, o Projeto de Lei nº 755, de 1983, em curso no Congresso Nacional e que dispõe sobre os objetivos e a promoção do desenvolvimento urbano, no Art. 10, estabelece que: "Lei Municipal poderá autorizar o proprietário de terreno, considerado pelo Poder Público como de interesse do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e paisagístico, a exercer em outro local ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto na legislação de uso do solo do Município e ainda não utilizado"

TEMA 3: ECOLOGIA E GOVERNO

O TOMBAMENTO NA PRESERVAÇÃO DE ÁREAS NATURAIS

por Antônio Luiz Dias de Andrade

PELO CONHECIMENTO AMPLO NOSSOS ECOSSISTEMAS

por Ieda Lúcia de Souza Carneiro da Paixão

PATRIMÔNIO NATURAL

utilitarismo versus ética ecológica

por Ângela Tresinari Bernardes Quintão

O TOMBAMENTO NA PRESERVAÇÃO DE ÁREAS NATURAIS

ANTÔNIO LUIZ DIAS DE ANDRADE *

Uma das questões que têm sido ultimamente matéria de debate na sociedade moderna refere-se à preservação das áreas naturais. Haja visto, citando apenas a evidência colhida entre tantas, a multiplicação de entidades e associações mobilizadas em torno do assunto, surgidas por força de diversificados problemas, motivações ou impulsos, sendo, todavia, possível encontrarmos entre todas um comum denominador: a preocupação quanto à indiscriminada e acelerada destruição dos recursos e bens naturais.

Não obstante as raízes históricas do problema, trata-se sem dúvida de questão agravada contemporaneamente, dadas a intensidade do desenvolvimento recente, a disponibilidade de técnicas e instrumentos de comprovada eficiência sob o domínio dos mais variados interesses, não esquecidas as exigências implícitas ao crescimento da população. Basta olharmos o passado para verificar que no processo de conquista do homem sobre a natureza foram tênues as agressões irreversíveis se confrontadas com os atuais acontecimentos, cujas conseqüências hoje melhor percebidas apontam irrefutáveis argumentos.

Nestas circunstâncias buscam-se respostas e soluções capazes de garantir a desejada melhoria das condições e qualidade de vida do homem sem prejuízo do equilíbrio do meio ambiente.

São problemas altamente complexos, vividos sobretudo pelos países em desenvolvimento, mais frágeis e vulneráveis às contradições de modelos econômicos insistentemente perseguidos, não raras vezes pouco compreendidos ou totalmente controlados.

Considerando o enorme conjunto de variáveis que de algum modo dizem respeito à efetiva caracterização das dificuldades a serem superadas, um particular aspecto tem-nos despertado a atenção.

Com efeito, reconhecidas como legítimas, reclamadas medidas em favor da preservação das áreas naturais, tidas entre nós de relevância face a seus valores e significado, quer vistas sob o ângulo da excepcionalidade, da beleza formal de notável configuração, quer entendidas como testemunhos representativos de determinados domínios paisagísticos ou morfologias regionais, ou mesmo aquelas áreas apreendidas no quadro da apropriação social do espaço geográfico, tem sido freqüente reivindicar dos competentes organismos públicos o tombamento, enquanto instituição jurídica capaz de assegurar sua permanência e preservação.

Enquadradas sob quaisquer das situações acima caracterizadas, via de regra revelam as áreas naturais singulares dinâmicas, tanto mais difíceis de serem equacionadas quanto maior for sua extensão ou seu comprometimento face à presença de atividades de natureza econômica, fato que nos leva a indagar sobre a eficácia do emprego do tombamento.

Melhor seriam compreendidas as dúvidas existentes se apreciados os conceitos formulados por ocasião da criação do pioneiro Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, concernente aos bens que se intentava defender.

O anteprojeto elaborado por Mário de Andrade em 1936, que representou a aproximação inicial na conceituação e caracterização dos bens merecedores da proteção oficial, é suficientemente claro de modo a permitir afirmar que a preservação das áreas naturais, no sentido do atual entendimento, sequer foi cogitada.

Efetivamente, no capítulo II do citado documento, entende Mário de Andrade construir o Patrimônio Artístico Nacional – exclusiva matéria cuja defesa pretendia-se organizar – "todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais ou particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil".(1)

Propunha ainda Mário de Andrade fossem as obras de arte ditas patrimoniais, enquadradas em oito categorias distintas, a saber: arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras.(2)

No que tange às duas primeiras categorias, achavam-se incluídas "todas as manifestações que de alguma forma interessem à Arqueologia em geral e particularmente à arqueologia e etnografia ameríndia", especificando, outrossim, tais manifestações nos *objetos* (fetiches, instrumentos de caça, de pesca, de agricultura, etc.); nos *monumentos* (jazidas funerárias, agenciamentos de pedras, sambaquis, litógrifos de qualquer espécie de gravação, etc.) e *paisagens*.

Quanto a este último aspecto ofereceu Mário de Andrade alguns exemplos, mencionando "determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrografia ou qualquer outra for determinada definitivamente pela indústria humana dos Brasis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas, etc.", não deixando dúvidas sobre a ênfase atribuída à paisagem ou ao quadro natural enquanto suporte de atividades humanas de interesse cultural, sobretudo do ponto de vista da Arqueologia e da Antropologia.(3)

(*) Antônio Luiz Dias de Andrade, arquiteto, é diretor regional da SPHAN (São Paulo e Paraná) e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

A leitura do parágrafo segundo do artigo primeiro do Decreto-Lei nº 25, todavia, indica haver aquela conceituação adquirido maior amplitude, pois acham-se equiparados aos bens que constituem o patrimônio histórico e artístico nacional, "os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana".(4)

Não obstante a abrangência perseguida pelos termos da lei vigente no que se refere às áreas naturais, confrontadas às proposições constantes no anteprojeto de Mário de Andrade, percebem-se limitações de diversa ordem.

Com efeito, o emprego das palavras *monumento* e *notável* é seguro indicador de que se intencionava constranger à proteção federal somente aqueles bens cujas características e significado fossem relevantes face à sua excepcionalidade, relegando ao plano secundário o que tipifica o padrão comum.(5)

Igualmente não traduzem de modo inconteste os termos da lei, as preocupações contidas no projeto original quanto à preservação de manifestações culturais de natureza vernácula, tais como "a arquitetura popular, cruzeiros, capelas e cruzes mortuárias de beira de estrada, ou vilarejos lacustres vivos da Amazônia, agrupamentos de mocambos no Recife", assim como "as obras de arte arquitetônica, escultórica, pictórica que, sob o ponto de vista de arte pura, não são dignas de admiração, não orgulham a um país nem celebrizam o autor delas".(6)

Compulsada a relação dos bens móveis e imóveis inscritos nos livros do tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, observa-se entretanto não haver prevalecido, na prática de 46 anos de trabalho, dogmáticas conceituações.(7)

Embora minoria, exemplos existem de tombamento de bens culturais cujo significado associa-se menos a seus valores formais, prevalecendo enquanto testemunhos representativos, tido o processo de formação nacional em seus múltiplos significados social, econômico, político e cultural.

A mesma relação vista sob a ótica da preservação das áreas naturais induz diferente conclusão, pois são poucos os casos de tombamento aplicados àqueles bens, limitando-se aos exemplos de inegável beleza paisagística (os morros que envolvem a cidade do Rio de Janeiro, praias de Chega Negro e Piatã, em Salvador); sítios carregados de significado histórico (o monte Pascoal, em Porto Seguro ou a colina de Guararapes); locais de suma importância para a ambientação de núcleos históricos ou monumentos isolados (Olinda, Casa da Torre de Garcia D'Ávila), assim como os bens de natureza arqueológica ou espeleológica.

Pedro Lobo / 1984

Mário de Andrade: ênfase na paisagem de importância antropológica.

Carlos Drummond de Andrade destaca, na crônica "Balanço", o reconhecimento de Rodrigo Mello Franco de Andrade, à época em que a SPHAN completava vinte anos de existência, do muito o que fazer face à necessidade de estender a ação do órgão à proteção e à defesa do patrimônio natural.(8)

Passados tantos anos, não desconhecendo os esforços havidos e as conquistas efetivadas, hoje torna-se imperioso repensar estratégias de ação, quando expressivas áreas do território encontram-se ameaçadas de irremediáveis danos.

Um primeiro e importante aspecto do problema a ser analisado refere-se ao grau de competência dos organismos do poder público afetos à preservação cultural no tocante às áreas naturais.

Como procuramos destacar, julgamos que a legislação pertinente impõe limites – especialmente observado o arcabouço conceitual que a sustenta –, o que dificulta ou mesmo impede a implementação de plano sistemático de ação, tendo-se como propósito assegurar o desejado tratamento e correto manejo das áreas naturais cuja preservação configura-se urgente e obrigatória, pois não se trata tão-somente de preservar um morro, uma remanescente mata, uma praia, um domínio visual paisagístico.

Preocupa-se a nação brasileira com o futuro da Amazônia, do pantanal matogrossense, com o conjunto da faixa litorânea e com a extinção de espécies vegetal e animal.

Anseia-se que a exploração dos recursos naturais realize-se de maneira e escala adequadas às nossas efetivas necessidades, que a urbanização ocorra harmonicamente em apropriados espaços, que as técnicas agrícolas evitem o comprometimento da estabilidade de nossos solos e que a necessária industrialização do País não seja responsável pela destruição dos recursos hídricos e pela poluição atmosférica.

Ademais, não se deverá em momento algum esquecer os órgãos do poder público com atribuição específica sobre a matéria, caso nos ocorra evitar sobreposições de funções, duplicidades de competência e os conseqüentes desgastes, deseconomia e inoperância, comuns às situações congêneres.

Atentando-se para os caminhos entre nós percorridos na defesa do Patrimônio Arquitetônico, em busca de uma possível referência para o problema das áreas naturais, verificaremos que a princípio as medidas legais de proteção contemplaram principalmente o edifício isolado. Certamente iniciativas houve em reconhecimento do interesse associado à preservação dos conjuntos urbanos, em sua integridade – como por exemplo no Decreto de nº 22.928, de 12 de julho de 1933, erigindo a cidade de Ouro Preto a Monumento Nacional e, posteriormente, em 1938, seu tombamento, já em obediência aos preceitos do Decreto-Lei nº 25, de

Paisagem de Olinda, com o mar ao fundo e a igreja do Carmo, no centro: o tombamento justificado pela necessidade de preservar a ambientação do núcleo histórico.

30.11.37 – aplicadas entretanto a casos indiscutivelmente excepcionais.(9)

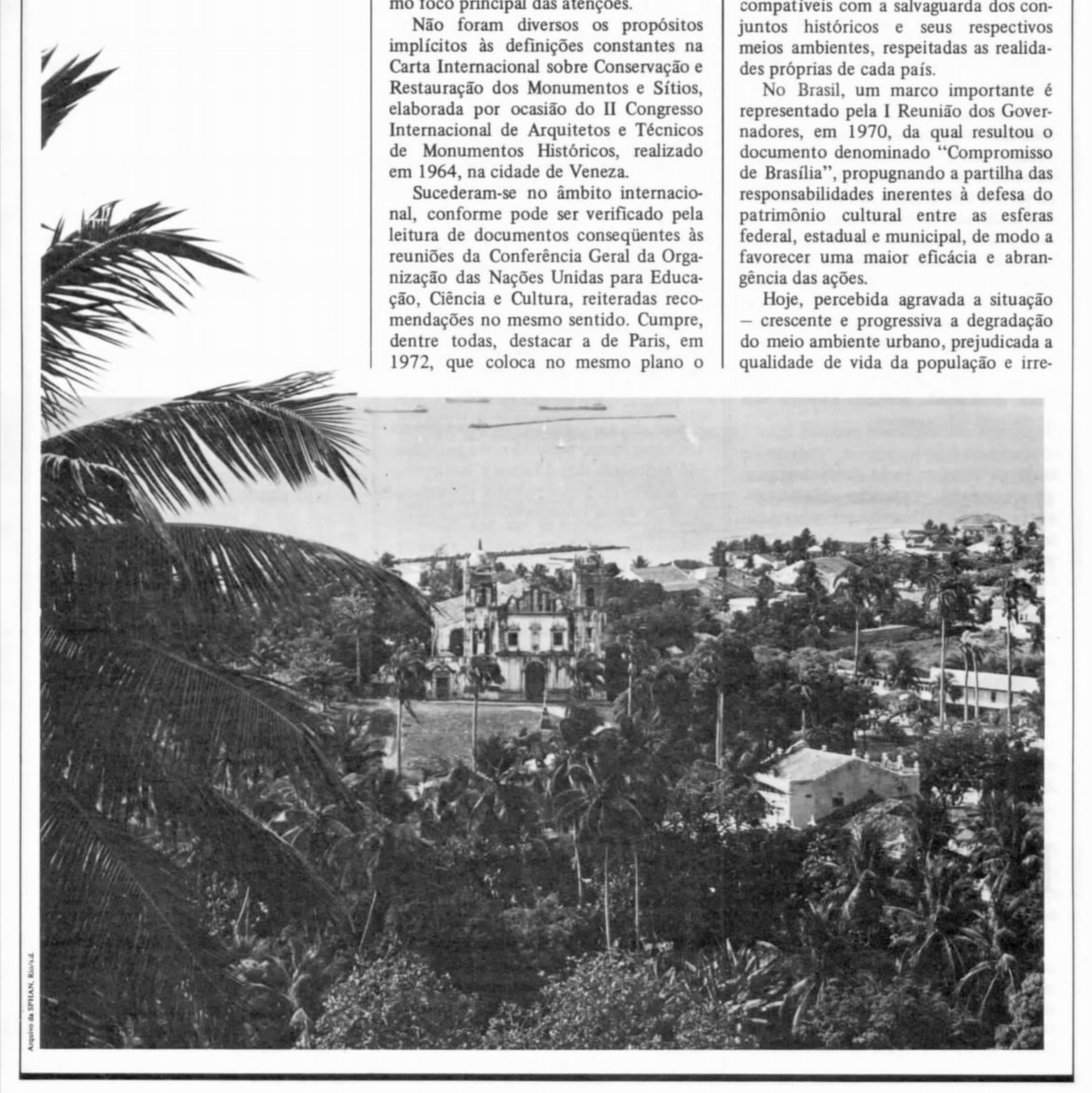
A tomada da consciência de que importava igualmente garantir a permanência das tradicionais características do quadro urbano, no qual se encontravam contidos os bens tombados, obrigou, a partir da década de 60, a revisão das diretrizes e critérios, não obstante haver prevalecido numa certa medida o monumento – o bem cultural tombado – como foco principal das atenções.

Não foram diversos os propósitos implícitos às definições constantes na Carta Internacional sobre Conservação e Restauração dos Monumentos e Sítios, elaborada por ocasião do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em 1964, na cidade de Veneza.

Sucederam-se no âmbito internacional, conforme pode ser verificado pela leitura de documentos conseqüentes às reuniões da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, reiteradas recomendações no mesmo sentido. Cumpre, dentre todas, destacar a de Paris, em 1972, que coloca no mesmo plano o patrimônio cultural e o natural; a de Amsterdã, em 1975, que reivindica a conservação do patrimônio arquitetônico, objetivo maior do planejamento urbano e regional, e a de Nairobi, em 1976, que afirma sobre a necessidade de serem implementadas integradas políticas a nível nacional, regional e local, com ênfase a esta última instância de poder, com vistas à criação de medidas jurídicas, técnicas, econômicas e sociais, compatíveis com a salvaguarda dos conjuntos históricos e seus respectivos meios ambientes, respeitadas as realidades próprias de cada país.

No Brasil, um marco importante é representado pela I Reunião dos Governadores, em 1970, da qual resultou o documento denominado "Compromisso de Brasília", propugnando a partilha das responsabilidades inerentes à defesa do patrimônio cultural entre as esferas federal, estadual e municipal, de modo a favorecer uma maior eficácia e abrangência das ações.

Hoje, percebida agravada a situação – crescente e progressiva a degradação do meio ambiente urbano, prejudicada a qualidade de vida da população e irre-



Arquivo da SPHAN, Rio/v.d.

mediavelmente comprometidas expressivas partes do patrimônio arquitetônico de nossas cidades –, restam poucas dúvidas acerca das decisões a serem tomadas e instituições jurídicas a serem acionadas.

Nada resolve reduzir os verdadeiros problemas às suas conseqüências; portanto, inócuo limitar o trato das questões afetas à preservação do patrimônio arquitetônico às suas singularidades, desconhecendo-se o desordenado e incontrolado processo de expansão e renovação urbana, característico das cidades brasileiras.

Investe-se na criação de adequadas medidas – legislações – capazes de ordenar o uso e ocupação do solo urbano. Reivindica-se sua elaboração por meio da efetiva participação de representantes dos legítimos interesses sociais. É defendida a apropriação do acervo urbano de valor cultural em obediência à sua prevalente função social, de maneira a beneficiar populações carentes em serviços públicos e moradia, atenuando os custos de novos empreendimentos.

São seguros caminhos a serem percorridos se desejada acertada solução para as maiores dificuldades.

Exigem tais iniciativas, todavia, o interesse e empenho conjunto de órgãos governamentais, entidades sociais, lideranças políticas e comunitárias, assim como indispensável apoio e participação popular.

Isto posto, não é crível insistir no tombamento como instrumento apropriado a fazer frente e oferecer resposta adequada aos complexos problemas que envolvem a questão da preservação, se vista sob a ótica da defesa da qualidade de vida urbana, cabendo-lhe papel importante, embora complementar, de acordo inclusive com a concepção original de Mário de Andrade.

Respeitadas as características próprias, a preservação das áreas naturais pode de modo semelhante ser examinada.

Circunscrita a questão às esferas locais, destacados aqueles bens perfeitamente definidos e detentores de elevado significado ou valor, passíveis de serem tratados de modo razoavelmente autônomo, ajusta-se a figura do tombamento como medida apropriada e suficiente para garantir essa proteção.

São exemplos os testemunhos natutais de relevantes episódios históricos, os componentes de notável feição que se evidenciam em dados conjuntos paisagísticos, os limitados quadros naturais que se notabilizam por sua vegetação nativa, padrões de organização do espaço que traduzem expressivas relações mantidas entre a ação humana e o quadro natural ou porções da paisagem que se apresentam como essenciais para a ambientação de determinados bens culturais.

Deslocado o problema para o âmbito regional onde torna-se necessário intervir em amplos setores do espaço geográfico, tendo-se como objetivo promover a qualidade de vida, evitando-se a degradação do meio ambiente, importa sobretudo implementar integradas políticas de ação, suporte do ordenamento do território.

Interessa impor disciplina ao uso e ocupação do solo, compatível com as particularidades de cada região.

Exigem tais iniciativas o estabelecimento de um conjunto de procedimentos específicos, prevendo-se a participação articulada dos diversos e competentes setores do poder público, privilegiando-se as ações voltadas ao planejamento regional.

O emprego da instituição jurídica do tombamento, nesses casos, somente atenderia os coletivos anseios da preservação, se compatibilizado às indispensáveis medidas adicionais e suplementares, acionadas pelos demais órgãos responsáveis.

O processo de tombamento da Serra do Mar, que tramita no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, nos serve como oportuno exemplo.

Trata-se da extensa região, tida apenas a área delimitada pelas divisas do Estado de São Paulo, na qual encontram-se implantados núcleos urbanos, atividades agrícolas, industriais, sistemas viários de comunicação, causadores em sua dinâmica de uma série de problemas que dificilmente seriam adequadamente solucionados pelo simples ato do tombamento.

É necessário definir plano para a ocupação e manejo daquelas áreas, recuperando-se gradativamente os setores comprometidos e regulamentando a presente ocupação.

Ilusão será entender que o manto protetor do tombamento transformará as íngremes escarpas ameaçadas em sua estabilidade por freqüentes deslizamentos face à progressiva destruição da cobertura vegetal, os terraceados terrenos contíguos à rede de drenagem – áreas preferidas pelo intenso e desordenado desenvolvimento de atividades agrícolas e econômicas – os locais eleitos para abrigar humanos assentamentos, bem como as cicatrizes deixadas pelos cortes resultantes da implantação de complexo sistema de comunicação e transporte, num imenso e admirável santuário ecológico.

NOTAS

1. Cf. MEC-SPHAN-pró-Memória, "Mário de Andrade: cartas de trabalho", Brasília, 1981, pág. 39.
2. Cf. MEC-SPHAN-pró-Memória, op. cit., pág. 40.
3. Cf. MEC-SPHAN-pró-Memória, op. cit., pág. 41.
4. Cf. MEC-SPHAN-pró-Memória, "Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória", Brasília, 1980, pág. 111.
5. Cf. MENEZES, Ulpiano B.T., "Proposta de critérios para a conceituação de bem natural no âmbito de competência do CONDEPHAAT", 1983.
6. Cf. MEC-SPHAN-pró-Memória, "Mário de Andrade: cartas de trabalho", op. cit., pág. 41.
7. Cf. MEC-SPHAN-pró-Memória, "Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", Brasília, 1982.
8. Cf. 1º Distrito da DPHAN, "A lição de Rodrigo", Recife, 1969, pág. 27.
9. Cf. MEC-SPHAN-pró-Memória, "Proteção e revitalização do patrimônio cultural: uma trajetória", op.cit., pág. 89.

PELO CONHECIMENTO AMPLO DE NOSSOS ECOSSISTEMAS

*IÊDA LÚCIA DE SOUZA CARNEIRO DA PAIXÃO**

"Os recursos naturais da Terra, incluindo-se o ar, a água, a terra, a flora e a fauna, e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais, devem ser salvaguardados, em benefício das gerações atuais e das futuras, por meio de cuidadoso planejamento ou administração, conforme o caso." (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, Estocolmo, junho de 1972).

A preservação do patrimônio natural no Brasil é um desafio a ser vencido ao longo desta década.

Na medida em que a população mundial vem aumentando, que os recursos naturais vão-se tornando limitados, e, com o avanço dos meios de comunicação, os benefícios do processo industrial começaram a ser divulgados, expandiu-se a industrialização em países até então essencialmente agrícolas. Desta forma, foi intensificado o consumo de recursos muito mais rapidamente, gerando a escassez de certas matérias e importação dos países em desenvolvimento.

Após a II Guerra Mundial, nos países em que o processo de desenvolvimento foi mais acelerado, passou a haver maior preocupação com a qualidade de vida do homem e a preservação dos seus bens naturais.

Esse procedimento – cumpre salientar – tem por base que as medidas de preservação natural não visam somente a uma espécie simples, mas objetivam manter, na sua integridade, o ecossistema a que a espécie pertence.

É certo que a proteção dos bens naturais é muito complexa. A extinção de plantas e animais silvestres é uma lamentável perda para o gênero humano, não só por seu valor inerente como herança natural, mas por seus reflexos econômicos.

Não podemos ignorar que as plantas e animais domésticos usados pelo homem têm origem nas espécies silvestres. Desta forma, fontes de material genético continuarão a ser necessárias, no futuro, para melhoramento dessas espécies existentes ou para novas utilizações.

O único meio efetivo de preservação de plantas e animais silvestres é através da manutenção da integridade de seu habitat, através da criação de reservas biológicas ou similares.

No passado, o desejo de preservar paisagens e algumas espécies animais conduziram à criação de Parques Nacionais. Recentemente, passou-se a tomar por base a representatividade do ecossistema para o estabelecimento de uma reserva. Assim, muitos parques, embora projetem as suas qualidades cênicas, não suprem as necessidades de preservação ecológica.

A preservação da herança cultural e natural algumas vezes conflita com as necessidades do desenvolvimento econômico. A preservação do patrimônio natural pode conduzir a diferenças de opinião. É difícil para as populações rurais, por exemplo, aceitarem a utilização de uma área para preservação quando poderiam ser usadas para agricultura ou pastagem.

A criação de um parque nacional ou reserva biológica afeta modelos tradicionais de pastagens. Como conseqüência, podem ocorrer vários problemas sociais. Para amenizar esse inconveniente, antes de se criarem reservas, há necessidade de serem feitas avaliações sócio-econômicas na região e proceder-se a uma ampla divulgação sobre a validade de sua criação.

A preservação da herança natural deve ser baseada em inventários e levantamentos bem detalhados. Deve ter uma base legal e administrativa e ser tecnicamente exeqüível e efetiva. Ela deve ter instituições especializadas e equipamentos à sua disposição para que sejam realizadas pesquisas adequadas.

A preservação do patrimônio natural no Brasil é prevista em lei e é exercida nas seguintes unidades de conservação:

*do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF – nos Parques Nacionais, Reservas Biológicas, nos níveis federal, estadual e municipal;

*da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA – nas Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental;

*do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA – próximo a Manaus, nas áreas de Campina, Reserva Experimental Egler e Ducke, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – e Reserva do Roncador no Distrito Federal.

Os Parques Nacionais são superfícies consideráveis, que incluem amostras representativas de um ecossistema de significado nacional.(1) Podem ser terrestres ou marinhos. Os objetivos fundamentais para uso das áreas são proteger e preservar os valores naturais ou culturais, proteger os recursos genéticos, desenvolver a educação ambiental e oferecer oportunidades para recreação pública.

As Reservas Biológicas são áreas de zonas essencialmente não-perturbadas pelas atividades humanas que compreendem características e/ou espécies da flora ou fauna de significado científico. Os objetivos de uso são o de proteção de espécies ou comunidades e manutenção do processo em um estado sem perturbações, visando proteger amostras ecológicas representativas do meio ambiente natural para estudos científicos, monitoramento ambiental, educação científica e fixação dos recursos genéticos em um dinâmico e evolucionário estágio.

(*) Iêda Lúcia de Souza Carneiro da Paixão, bióloga e mestre em Ecologia, é Subsecretária de Ecossistemas da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) do Ministério do Interior.

As Estações Ecológicas foram criadas com o objetivo de preservar amostras representativas dos principais ecossistemas brasileiros, equipando essas unidades com infra-estrutura tal que as Universidades e outras instituições de pesquisa possam fazer estudos ecológicos comparativos entre áreas protegidas e aquelas que sofrem alterações antrópicas. Os objetivos do uso consistem em proporcionar condições para pesquisas e monitoramento ambiental; educação e, quando possível, a recreação.

As Áreas de Proteção Ambiental (APA) têm por objetivo a preservação de ecossistemas brasileiros em locais onde existem assentamentos humanos, tanto rurais quanto urbanos.

Essa unidade de conservação, além de não determinar desapropriação de terras, propõe o disciplinamento do uso dos recursos naturais, que constitui elemento indispensável para a conservação do meio ambiente e a ocupação racional do espaço territorial, bem como visa, em princípio, à manutenção das características sócio-econômicas e culturais dentro da área de abrangência.

Na APA será delimitada uma zona de vida silvestre, que deverá permanecer praticamente intocada.

A legislação básica do IBDF tem por base a lei florestal brasileira. Ela estabelece que o Poder Público criará Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a sua utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos.(2) É proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais.

A lei de Proteção à Fauna preceitua que o Poder Público criará Reservas Biológicas Nacionais, Estaduais e Municipais onde as atividades de utilização, perseguição, caça, apanha, ou introdução de espécimes da fauna e flora silvestres e domésticas, bem como modificações do meio ambiente a qualquer título, são proibidas, ressalvadas as atividades científicas devidamente autorizadas pela autoridade competente.(3)

O Decreto nº 84.017 de 21 de setembro de 1979, que aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros define como Parque Nacional uma área que possua um ou mais ecossistemas totalmente inalterados ou parcialmente alterados pela ação do homem, nos quais as espécies vegetais e animais, os sítios geomorfológicos e os *habitats* ofereçam interesse especial do ponto de vista científico, cultural, educativo, e recreativo. Ou onde existam paisagens naturais de grande valor cênico e que tenham sido objeto, por parte da União, de medidas efetivas tomadas para impedir ou eliminar as causas das alterações e para proteger efetivamente os fatores biológicos, geomorfológicos ou cênicos, que determinarão a criação do Parque Nacional.

A Secretaria Especial do Meio Ambiente, na sua legislação básica, preocupa-se com a preservação do patrimônio natural no país quando estabelece que 90% (noventa por cento) ou mais de cada Estação Ecológica serão destinados, em caráter permanente, à preservação integral da biota e que em cada Área de Proteção Ambiental estará limitado ou proibido o exercício de atividades que ameacem extinguir, na área protegida, as espécies raras da biota regional.(4)

Na Política Nacional do Meio Ambiente recomenda-se a ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando-se o meio ambiente como um patrimônio público a ser assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo.(7) A instituição da Semana Nacional do Meio Ambiente teve por finalidade promover a participação da comunidade nacional na preservação do patrimônio natural do país.

Pelo exposto, verificamos que há no Brasil uma ampla faixa de atribuições de órgãos da esfera governamental no que se refere à preservação do patrimônio natural, assim como leis que asseguram a defesa desses bens.

Entretanto, o exercício de fiscalização das áreas de conservação no Brasil deixa muito a desejar. Há grande deficiência no número de guardas, além da dificuldade de uma formação mais adequada do reduzido contingente existente para exercer as suas funções de maneira mais eficiente.

Um outro problema com que nos defrontamos é o da falta de conscientização da população local em verificar a importância da Reserva para melhoria da qualidade de vida. Em geral, ela não é consultada e reage ao fato de não poder caçar, pescar e desmatar na área.

É importante repetir que a preservação do patrimônio natural é também ameaçada na medida em que os recursos naturais são consumidos hoje muito mais rapidamente, pela combinação do crescimento da população mundial com o processo acelerado de industrialização que ocasiona a utilização crescente e indiscriminada de certas matérias-primas. Manter áreas preservadas somente para resguardar esses recursos, impedindo assim o seu uso, é tarefa extremamente difícil e requer uma ampla conscientização.

Há também carência de um inventário dos bens naturais a serem preservados. Da mesma forma, conhece-se muito pouco a respeito dos sistemas ecológicos. Em ecossistemas complexos, como o da floresta tropical, a diversidade de espécies é tão ampla que as atenções estão ainda muito concentradas na identificação, deixando-se ainda muito do ecossistema desconhecido. Em conseqüência, pouco se pode fazer até hoje como medidas efetivas de proteção. Nas florestas tropicais e subtropicais, onde a flora é rica e pobremente conhecida, a modificação do ecossistema está progredindo tão rapidamente que provavelmente espécies estão sendo eliminadas antes de serem conhecidas para a ciência.

A execução, em toda plenitude, dos dispositivos legais para a proteção do patrimônio natural é assunto extremamente complexo e para se colocar em prática essas leis enfrenta-se a resistência de muitos segmentos da sociedade.

Acreditamos que as belezas naturais e o vasto campo científico ali contido são merecedores de uma preservação concreta; pois representam a própria essência do mundo que habitamos e temos o dever de resguardar para as gerações futuras.

Nossa civilização demanda a colonização de áreas cada vez mais extensas, o progresso da tecnologia e a conseqüente expansão dos parques industriais exigem cada vez maiores quantidades de matéria-prima e combustíveis. Isso resulta no sacrifício de milhares de espécies vegetais e animais e provoca direta ou indiretamente a modificação dos ecossistemas.

Sabemos também que será preciso um dia recorrer a uma parte do material genético representado pelas espécies que povoam os ecossistemas preservados.

Luiz Claudio Marigo/1980

Igapó do lago da Ceroulinha, na Estação Ecológica de Antilhanas, Amazonas: tentando a preservação integral da biota.

Precisamos conhecer o nosso patrimônio natural o mais rápido possível para que possamos utilizá-lo racionalmente, identificando quais as espécies a serem preservadas.

Muito ainda tem que ser feito para assegurar a preservação máxima possível das áreas naturais do Brasil, mantendo assim os recursos genéticos. Embora tenha havido um progresso considerável, verificamos que o número de áreas protegidas ainda representa pouco, se comparado à imensa extensão territorial do país.

O índice corrente de redução da diversidade de espécies está empobrecendo os recursos vivos essenciais para a existência econômica, ambiental e cultural do homem.

A área total da herança natural do mundo inclui somente 1% (um por cento) da superfície da terra e muitas regiões bióticas não são representadas em parques ou reservas, de modo que muito permanece para ser feito.

É importante ressaltar que as atividades conservacionistas em todo o mundo estão hoje muito mais presentes e atuantes do que no passado. É essencial que todos estejam conscientes da necessidade de um conhecimento amplo de nossos ecossistemas e do compromisso com as gerações futuras, no que tange à preservação, de forma adequada, da natureza que nos envolve.

NOTAS

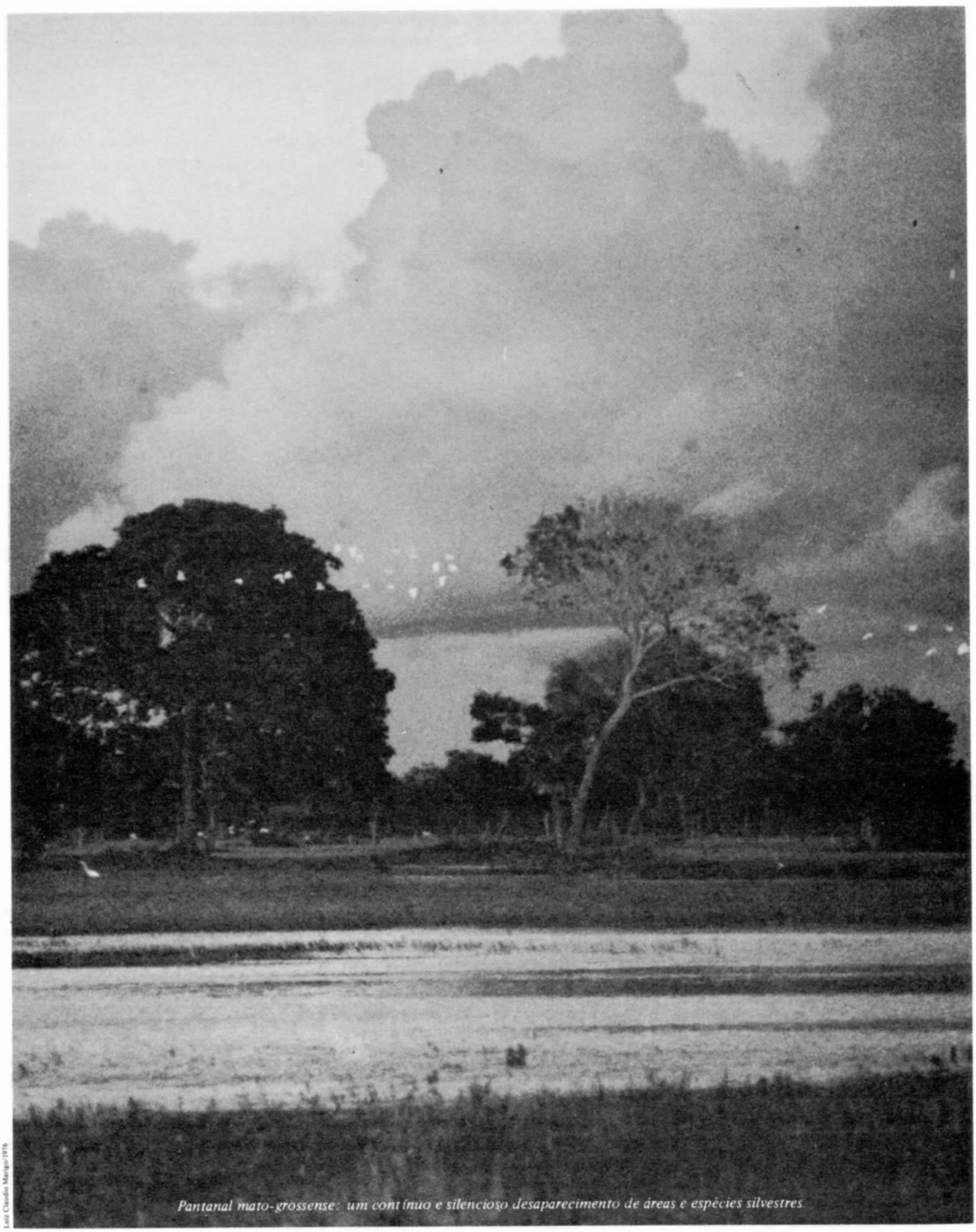
(1) Plano de Sistema de Unidades de Conservação do Brasil. IBGE, 1979.

(2) Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

(3) Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967.

(4) A SEMA foi criada em outubro de 1973 através do Decreto nº 73.030 e teve suas atividades reguladas pela Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981.

(5) Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.



Luiz Claudio Marigo/1976

Pantanal mato-grossense: um contínuo e silencioso desaparecimento de áreas e espécies silvestres.

PATRIMÔNIO NATURAL:

utilitarismo versus ética ecológica

ÂNGELA TRESINARI BERNARDES QUINTÃO*

Por suas relações com a obra e a experiência humana, o que se convencionou chamar de Patrimônio Histórico ou Patrimônio Artístico parece hoje bem delineado por uma vasta literatura e um grande número de trabalhos e registros.

Aliados ao que se define geneticamente como Patrimônio Natural, esses dois conceitos terminaram por ser englobados numa categoria ainda mais geral: a de Patrimônio Cultural.

Apesar da sua abrangência, observa-se, entretanto, que a literatura existente luta com bastante dificuldade para delinear, com maior exatidão, dentro do Patrimônio Cultural o que se poderia compreender como Patrimônio Natural.

Nos estudos existentes relativos ao Patrimônio Cultural, a visão da natureza está sempre relacionada a uma utilidade qualquer que ela possa representar para o homem. Pensar de outra maneira seria heresia e até mesmo uma alienação.

Ora, a relação do homem com a natureza não pode ser entendida apenas no seu conteúdo utilitarista: dependente e dominada por ele. Embora as qualidades e qualificações dos recursos da flora e da fauna possam ser úteis ao homem, que, em determinadas situações, pode e deve intervir sobre eles para aperfeiçoar a sua capacidade reprodutiva, é preciso lembrar que o meio ambiente natural é constituído também de seres vivos, com funções próprias dentro dos respectivos ecossistemas, e que nem sempre inclui o homem no seu ciclo de reprodução.

Mesmo que por vaidade o homem entenda que dispõe de conhecimentos de tal forma aperfeiçoados que lhe permitam intervir sempre para manejar os recursos da flora e fauna em benefício desses mesmos ecossistemas, essa é uma certeza que os mais conscientes encaram com desconfiança.

Interpretações do gênero têm sido fatais para o meio ambiente natural. Recursos da flora e da fauna são destruídos em definitivo em todo o mundo, devido a esse tipo de incompreensão humana.

Por essa razão instituíram-se as unidades de conservação, que se constituem num Patrimônio Cultural, no momento em que, direta ou indiretamente, contribuem para evitar que se perca no processo de desenvolvimento o ciclo biológico em que o homem se desenvolve e reproduz. As qualidades e comportamento das cadeias biológicas internas, conhecidas ou não, ao serem perpetuadas mantêm abertas as possibilidades da sobrevivência de espécies que, como a nossa, têm o mesmo direito à vida, constituindo-se, portanto, num legado ecológico àqueles que vierem a nos suceder.

Esse trabalho se propõe, portanto, a analisar as relações correntes entre o homem e a natureza, procurando explicitar os níveis conceituais em que elas devem ser colocadas. Descreve ainda as categorias de manejo existentes, de que maneira são administradas e os seus problemas mais correntes.

Ao se procurar identificar as formas pelas quais a sociedade se relaciona no cotidiano com a natureza, observa-se que o comportamento social se orienta, de uma maneira geral, por conceitos solidificados na cultura ocidental, que têm no Cristianismo a sua base teórica, e nas exacerbações racionalistas, representadas no desenvolvimento material e individualista, suas fontes de realimentação.

A natureza foi sempre vista, seja pelo ascetismo religioso ou pelo capital, como uma simples fornecedora de matéria-prima. Essa orientação está definida no livro do Gênesis que, ao tratar da Criação, recomenda explicitamente ao homem o seguinte: "Crescei e multiplicai-vos, e enchei a terra, e tende-a sujeita a vós, e dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, e sobre todos os animais que se movem sobre a terra. Eis aí vos dei... todas as árvores que tenham suas sementes em si mesmas cada uma segundo a sua espécie, para vos servirem de sustento a vós, e a todos os animais da terra, a todas as aves do céu e a tudo que tem vida e movimento sobre a terra, para terem de que se sustentar"(1).

Em que pese o esforço de São Francisco de Assis de reinterpretar, em favor da natureza, todos os textos bíblicos, que tratam da fauna ou da flora, a *doutrina cristã* tem sido pragmaticamente utilizada para dar sustentação ao utilitarismo, no uso dos recursos naturais, como meio de garantir o desenvolvimento material do homem.(2) Essa forma de raciocínio tem conseguido sobreviver ao tempo e às grandes transformações sociais registradas pela história.

Nas últimas décadas, entretanto, o homem começou a perceber que os recursos naturais, mesmo aqueles renováveis, tendem a se extinguir, se não forem utilizados corretamente. Iniciam-se então, em todo o mundo, debates envolvendo a questão do futuro da humanidade se o homem continuar a se relacionar com a natureza da mesma forma que vem fazendo há séculos. Pergunta-se sobre os direitos que teriam as presentes gerações de espoliar todo recurso natural disponível, ameaçando a sobrevivência das gerações que as sucederão.

Diante dessa preocupação, o próprio *conceito de desenvolvimento* vem sofrendo revisões. Em 1972, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, discutiu-se o papel dos recursos naturais e sua conservação, dentro de uma ótica nova de desenvolvimento. Do questionamento surgiu o que Maurice F. Strong definiu como Ecodesenvolvimento: "O desenvolvimento a nível regional e local deve ser coerente com a potencialidade das áreas em ques-

(*) Ângela Tresinari Bernardes Quintão, Msc em Lanscape Ecology, Design and Maintenance pela Universidade de Londres, é arquiteta no Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Ministério da Agricultura.

tão, considerando o uso adequado e racional dos recursos naturais, e a aplicação de tecnologias (inovadas ou assimiladas) e formas de organização que respeitem os ecossistemas naturais e os padrões sócio-culturais".(3)

Na discussão sobre a importância dos recursos naturais para a sobrevivência da espécie humana, questiona-se então a validade dos conceitos históricos/cristãos, que atribuem ao homem o papel de dominador da natureza e que têm sido utilizados para justificar a depredação de um patrimônio cuja propriedade não está restrita a um espaço geográfico, temporal ou funcionalmente delimitado pelo homem.

Surge então a certeza de que a conservação da natureza deve estar também alicerçada em *princípios éticos e morais* que reconheçam o direito à vida que têm todas as espécies de animais e vegetais que habitam a Terra. O número de espécies que vêm desaparecendo da superfície do Planeta é da ordem de uma por dia. No fim do século esta taxa pode chegar a uma espécie por hora. Assim, até o ano 2000, a ação do homem terá eliminado um milhão de espécies.(4)

Diante dessa sombria perspectiva, políticas para proteger áreas consideradas relevantes do *ponto de vista biológico* tomam novo impulso. São selecionadas em todo o mundo áreas que abrigam amostras de ecossistemas considerados importantes, pelos valores que representam no presente, que possam vir a representar no futuro para a humanidade, ou mesmo, com o fim de simplesmente garantir o direito à sobrevivência de espécies ameaçadas de extinção, e evitar que outras cheguem à mesma situação.

No Brasil, a preocupação de proteger amostras de ecossistemas considerados representativos data das primeiras décadas deste século e tem evoluído de maneira significativa até o presente. No entanto, ao se analisar a abordagem dentro da qual se insere, oficialmente, o conceito de Patrimônio Natural, percebe-se que ela está intrinsecamente vinculada à obra humana, à sua utilidade simbólica de lazer, ou a aspectos de monumentalidade e exuberância de formas naturais, que, em última instância, satisfazem *experiências estéticas* do homem.

Tal enfoque é especificado no Decreto nº 25, de 30/11/37, que estende a definição institucional de Patrimônio Nacional aos monumentos naturais, bem como aos "sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana". Vale ressaltar que ainda em 1937 foi criado o primeiro Parque Nacional brasileiro, o de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro, concretizando assim antigos desejos de conservacionistas, que já haviam despertado, desde o final do século passado, para a importância de se proteger áreas ainda não atingidas pelas ações humanas.

Embora o conceito de Patrimônio Natural no Brasil esteja legalmente restrito àqueles recursos que contenham características estéticas relevantes, ou que estejam intrinsecamente ligados a aspectos históricos, logo, à obra humana, acredita-se que os recursos naturais de importância para a sociedade e a nação extrapolam tais parâmetros.

Considera-se que a natureza forma um sistema harmônico, onde todos os elementos estão intrinsecamente relacionados entre si, e que alterações impostas a qualquer destes elementos estarão pondo em risco a sua sobrevivência. Dentro desse raciocínio tem sido conduzida a política de conservação da natureza no Brasil que, na impossibilidade de proteger todos os recursos naturais do País, optou por selecionar áreas consideradas de maior relevância dentro do sistema. Ao proteger oficialmente essas áreas, o governo lhes garante a perpetuidade e assegura a reprodução.

Portanto, embora a legislação vigente garanta a condição de Patrimônio Natural apenas aos recursos que apresentem relevante caráter estético ou histórico, acredita-se que tal conceito requeira uma revisão nos tempos atuais. Todos os elementos fundamentais da natureza, que constituem e asseguram a perpetuidade e evolução dos ecossistemas mais representativos, deveriam ser considerados como Patrimônio Natural da Nação, traduzindo-se assim em bem comum da sociedade. Mesmo porque tais elementos não podem ser criados, como os da obra humana, mas apenas conservados, ou seja, no máximo, manejados dentro de rigorosos critérios éticos e científicos.

O Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, atribuiu ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) a responsabilidade pela formulação da política florestal, bem como de orientar, coordenar, executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País.

O artigo 5º do mesmo decreto delega ao IBDF a função de administrar os Parques Nacionais, Florestas Nacionais, Reservas Biológicas e os Parques de Caça Federais. A criação dos Parques Nacionais atualmente tem seu respaldo legal no Código Florestal, Lei nº 4.771, de 15/09/65. O seu artigo 5º define que: "O Poder Público criará Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos."

O parágrafo único do mesmo artigo determina que: "Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais".

A definição de Reserva Biológica foi explicitada no artigo 5º da Lei de Proteção à Fauna, de 03/01/67, que declara: "O Poder Público criará: a) Reservas Biológicas Nacionais, Estaduais e Municipais, onde as atividades de utilização, perseguição, caça, apanha, ou introdução de espécimes da fauna e flora silvestres e domésticas, bem como modificações de meio ambiente a qualquer título, são proibidas, ressalvadas as atividades científicas devidamente autorizadas pela autoridade competente".

Os Parques de Caça, onde a caça amadorística é exercida sob controle, embora previstos na legislação, não foram ainda implantados no Brasil. As Florestas Nacionais, de acordo com o Código Florestal, são criadas para o manejo de espécies florestais, com fins econômicos, técnicos ou mesmo sociais. A interferência do homem nessas áreas é uma constante. As 10 Florestas Nacionais existentes hoje ocupam uma área de 853 mil hectares.

Diante da evolução verificada em todo o mundo sobre o conceito de Parques Nacionais, o Brasil também sentiu necessidade de aprimorar as definições de suas categorias de manejo. Assim, através do Decreto nº 84.017, de 21/09/79, que instituiu o Regulamento dos Parques Nacionais brasileiros, aprofundou-se a visão do que seria um Parque Nacional, ao se declarar no artigo 2º que: "Parques Nacionais são áreas que pos-

suem um ou mais ecossistemas totalmente inalterados ou parcialmente alterados pela ação do homem, nos quais as espécies vegetais ou animais, os sítios geomorfológicos e os habitats , ofereçam interesse especial do ponto de vista científico, cultural, educativo e recreativo, ou onde existam paisagens naturais de grande valor cênico".

Pela legislação existente, o IBDF conta portanto com dispositivos para criar apenas duas categorias de manejo, voltadas para a preservação dos recursos naturais: Parques Nacionais e Reservas Biológicas. Aí, a exploração direta dos recursos é explicitamente proibida em lei. Por essa razão, foi lançado em 1979 a primeira fase do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil(5). Além de outros objetivos, o plano propõe a criação de novas categorias de manejo, que possibilitam uma maior abrangência de objetivos em distintas áreas protegidas. É indiscutível a necessidade de resguardar determinados ecossistemas que muitas vezes não possuem características que permitem o seu enquadramento dentro das categorias institucionalmente definidas até o momento.

As novas categorias de manejo propostas foram: Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Rio Cênico, Estrada Parque, Parque Natural e Reserva de Fauna.

O IBDF dispõe em cada estado da Federação de uma delegacia estadual, que, entre outras atividades, objetiva executar a política de implantação dos Parques Nacionais e Reservas Biológicas, definida, em consonância com a Presidência do IBDF, pelo Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, sediado em Brasília. Além disso, cabe às Delegacias Estaduais o trabalho de manutenção das referidas unidades de conservação. Cada Parque Nacional e Reserva Biológica dispõe de quadro próprio de pessoal, subordinado ao respectivo diretor.

O Brasil conta atualmente com 25 Parques Nacionais e 12 Reservas Biológicas, totalizando aproximadamente 11 milhões de hectares em áreas legalmente protegidas. (Quadro 1 e mapa 1).

Os problemas que atingem essas áreas protegidas têm origens e causas diversas. Acredita-se, no entanto, que o problema básico que afeta a real consolidação do sistema de áreas naturais protegidas sob a administração do IBDF reside na falta de um maior entendimento, em todos os níveis — seja nas esferas oficiais ou dentro da sociedade — sobre as questões da natureza, seu significado intrínseco e sua importância. Este fator leva, em geral, o setor de conservação da natureza a ocupar posição de inferioridade dentro das prioridades nacionais. Essa incompreensão gera em contrapartida uma grande carência de recursos financeiros. As pequenas dotações orçamentárias aplicadas no setor impossibilitam a implantação efetiva das áreas já criadas, ao mesmo tempo em que não oferecem qualquer segurança sobre o destino das áreas a serem propostas.

Luiz Claudio Marigo/1981

Tamanduá-bandeira, ameaçado de extinção: nas lendas, o vilão.

O crescente avanço das frentes pioneiras sobre áreas ainda intocadas pelo homem, aliado à prioridade dispensada aos projetos desenvolvimentistas, tem provocado diferentes formas de pressão sobre as unidades de conservação. A disputa entre os distintos setores e o privilegiamento de visões economicistas ou pragmáticas têm gerado uma desigualdade a partir do momento em que é exigido do setor conservacionista uma tradução, em cifras, dos benefícios imediatos trazidos pelas áreas protegidas. Em se considerando que tais argumentos econômicos, que justificariam para alguns a existência das unidades de conservação, ainda encontram-se em estágio bastante primário, não só no Brasil, mas também em outros países, assiste-se, com muita freqüência, à derrota do setor conservacionista frente a outros setores da vida nacional, considerados prioritários.

Esse processo acarreta, naturalmente, uma variada gama de problemas que afetam diretamente as unidades de conservação. Assim, lida-se atualmente com questões de ordem fundiária, que exige significativo recurso financeiro para serem sanadas; falta de pessoal, cuja solução esbarra em intrincadas questões burocráticas; falta de treinamento do pessoal já existente; carência de infra-estrutura básica para proteger as áreas já criadas; e convive-se com a falta de pessoal qualificado para planejar essas unidades, já que o ensino brasileiro, médio ou superior, não mantém cursos regulares e sistemáticos sobre o assunto.

Por outro lado, os profissionais ligados diretamente ao setor conservacionista ressentem-se da falta de uma melhor conscientização da sociedade civil para os assuntos da natureza. Apesar de começar a existir uma preocupação tanto oficial quanto a nível da população com os recursos naturais, não se atingiu ainda o grau de conscientização que motive atitudes políticas conceitualmente mais consolidadas com a defesa das áreas protegidas. Fica assim integralmente entregue às autoridades constituídas toda a responsabilidade pela proteção dessas áreas. De forma geral, a população entende, erroneamente, que os Parques Nacionais e Reservas Biológicas são propriedades do IBDF. Não existe ainda a percepção e entendimento de que tais áreas são Patrimônio da Nação, cabendo ao IBDF seu planejamento e proteção, de forma a cumprirem efetivamente os objetivos para os quais foram criadas.

O comportamento dos visitantes nos Parques Nacionais reflete com freqüência conceitos apreendidos desde a infância segundo os quais a natureza existe para ser explorada. Lida-se, permanentemente, com problemas relativos à depredação dos recursos e com atitudes individuais que não concebem a existência da natureza como um bem e uma res-

ponsabilidade comuns. A preocupação da dominação do homem sobre os recursos naturais está inserida inconscientemente no comportamento das diferentes camadas da população e se reflete em suas ações predatórias e particularizadas.

Na medida em que a sociedade desperta lentamente para o fato de que os recursos naturais renováveis são indispensáveis para a sobrevivência da espécie humana, e que todos os seres vivos têm direito a compartilhar do espaço disponível na Terra, o mínimo que se pode fazer é colocar esses recursos sob a proteção de organismos oficiais, na tentativa de ganhar tempo para garantir sua integridade.

Assim, da mesma maneira que a produção humana, representada pelos seus elementos históricos e estéticos mais significativos, é aceita como acervo da Nação, e como tal resguardada oficialmente, os recursos naturais, na forma de unidades de conservação, também são protegidos como patrimônio público. Percebe-se, no entanto, que a obra humana, representativa de diversos estágios e processos culturais, obtém reconhecimentos imediatos oficiais e públicos. O mesmo não ocorre com as unidades de conservação, muitas vezes tratadas como simples áreas verdes para deleite de conservacionistas, ou mesmo áreas que representam obstáculos ao desenvolvimento.

A principal ameaça que pesa sobre essas áreas tem sempre relação com a intervenção humana. Unidades da flora e da fauna, ecossistemas integrais, mesmo protegidos, têm sucumbido frente a projetos desenvolvimentistas ou ao simples lazer público, em muitos casos, de alcance social discutíveis. Considerando, entretanto, que o valor dos recursos naturais não é quantificável monetariamente, e que, em geral, o interesse privado se sobrepõe ao social, assiste-se a um contínuo e silencioso desaparecimento de áreas e espécies silvestres. Poucos tomam conhecimento ou esboçam qualquer reação ao processo de espoliação dos recursos naturais, que, enfim, pertencem à sociedade, e que se constituem no Patrimônio Natural da Nação.

Todos esses fatores podem ser considerados o reflexo dos padrões históricos de relacionamento que se estabeleceram com a natureza no Brasil. Os colonizadores europeus impingiram seu modo de se relacionar com a natureza, praticamente exterminando as formas de relação que existiam entre as comunidades indígenas e a natureza. Dentro do novo modelo imposto, a natureza tinha o papel de simples fornecedora de matéria-prima, fator que despertou grandes interesses pela terra então descoberta.

Como reforço a esse processo de dominação, uma série de conceitos e lendas se arraigou na cultura popular brasileira, apresentando a flora e a fauna quase sempre como elementos negativos para o homem. Segundo Freyre, "O brasileiro de formação patriarcal cresceu sob o pavor do bicho. O bicho era qualquer animal capaz de fazer medo ao menino e receio ou repugnância a gente grande. O bicho era indistintamente o animal verdadeiro de dentro da mata, de dentro da casa, de dentro do corpo: desde o bicho-de-pé ao verme ou à solitária dos intestinos – e, ao mesmo tempo, o monstro, o mito, o fantasma em forma de animal e saído de dentro da imaginação dos meninos e do povo". (6)

Encontram-se assim, nas lendas do folclore brasileiro, muitas estórias na qual o animal silvestre é visto como o vilão. Em certas regiões de Minas Gerais, o tamanduá é sinônimo de traição e morte. Escondido atrás das porteiras, o tamanduá abraça o homem que passa, enfiando sua comprida língua pelo nariz da pessoa. Seu abraço é tão forte, que mata. É o "abraço de tamanduá". O morcego é sinônimo de pavor; a coruja é sinal de mau agouro; o pio de gavião dentro da noite é certeza de azar; os répteis em geral são rejeitados ou vistos como sinal de perigo, e a cobra, principalmente, nunca escapa da morte, tão logo é avistada pelo homem. As estórias envolvendo cobras e onças são das mais criativas. Mas, invariavelmente, os animais são os elementos maus. Se alguém fala da beleza do canto do sabiá, é logo chamado pejorativamente de poeta. Se lembra a importância do jacaré no Pantanal, para evitar o crescimento da população de piranhas, é louco.

As crianças brasileiras iniciam seu contato com a natureza através das estórias e crendices, e usam a atiradeira como primeiro instrumento de dominação sobre os recursos naturais. Com a morte de pequenos pássaros, a criança percebe que a natureza é frágil, podendo ser facilmente dominada. Esse tipo de relação tende a aprofundar-se, gerando posteriormente uma relação de utilitarismo imediatista com a flora, a fauna e os outros recursos naturais.

Dentro desse processo, quando o homem atinge determinado estágio, torna-se praticamente utópico fazê-lo entender a necessidade de agir fundamentando-se numa ética ecológica ou científica, para que se possa manter o equilíbrio entre todos os seres vivos da Terra.(7) O homem não consegue perceber outro significado na proteção da natureza, se o objetivo não for sua utilização imediata.

Faz-se necessário, portanto, o rompimento dessa ética colonialista antropocêntrica, abrindo espaço para que uma ética ecológica ocupe o seu lugar. Somente assim será possível levar o homem a compreender que a proteção dos recursos naturais é necessária, ainda que não seja exclusivamente para o servir.

Dentro desse contexto, as Reservas Biológicas e, principalmente, os Parques Nacionais têm desempenhado papel relevante, ao criarem oportunidades para que o homem possa, através de um contato estreito com os recursos naturais, refletir sobre seu papel dentro do vulnerável e complexo sistema da natureza.

Percebe-se, então, que somente através de um trabalho árduo por parte das instituições e indivíduos é que se conseguirá estabelecer uma nova consciência nacional sobre o papel dos recursos naturais para a sobrevivência das espécies, inclusive a humana, seus valores intrínsecos, e seu significado sobre o conjunto de bens que formam o Patrimônio Cultural da Nação.

NOTAS

(1) Bíblia, Gênesis – Cap. I, v. 28-30.

(2) NASR, Seyyed, 1968. *Man and Nature – The Spiritual Crises of Modern Man.* Mandala, London, pág. 103.

(3) MILLER, K., 1980. *Planificacion de Parques Nacionales para el Ecodesarrolo en Latinoamerica.* Fundacion para la Ecologia y la Proteccion del Meio Ambiente, Madrid, pág. 16.

(4) MILLER, K., *op. cit.*, pag. 57.

(5) IBDF. 1979. *Plano do Sistema de Unidades de Conservação*, Brasília.

(6) FREYRE, G., 1979. *Pessoas, Coisas e Animais.* MPM, Natal, pág. 235.

(7) PALAZZO JÚNIOR, J., 1981. *Por uma verdadeira Ética Ecológica (Antes que seja Tarde)*, em Boletim FBCN v. 16, Rio de Janeiro, pág. 133.

DOCUMENTO

LE CORBUSIER: *A ARQUITETURA E AS BELAS-ARTES*

um texto inédito, apresentado por

LÚCIO COSTA

Em 1936, a bordo do Zeppelin

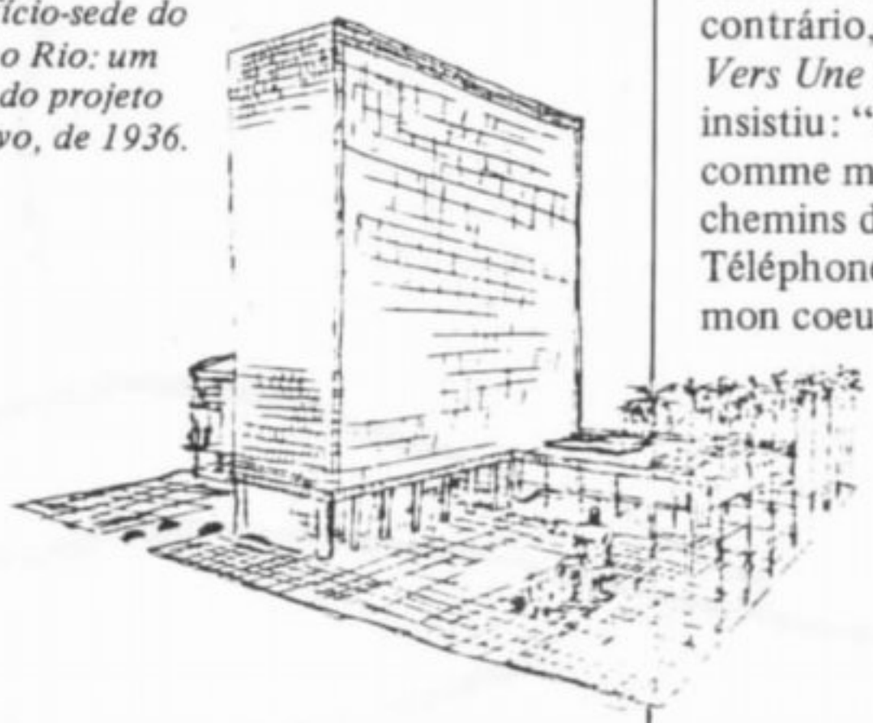
Em 1936 – a bem dizer há meio século, portanto –, convocado pelo Ministro Capanema a fim de elaborar projeto para o edifício-sede do novo Ministério da Educação e Saúde, organizei um grupo de trabalho composto dos arquitetos Carlos Leão, Afonso Eduardo Reidy e Jorge Moreira, mas logo acrescido de Oscar Niemeyer e Ernani Vasconcelos.

Elaboramos então um projeto que, conquanto bom, ainda não nos satisfazia: "que teria feito Le Corbusier no caso, nos perguntávamos?"

Éramos tão desinteressados e idealistas que – coisa hoje impensável –, com os planos já devidamente aprovados e sinal verde para o início da obra, resolvemos, de comum acordo, pleitear do Ministro a vinda de Le Corbusier para dar parecer sobre o projeto.

Arquivo da SPHAN, Rio/v.d.

Le Corbusier e o edifício-sede do MEC, no Rio: um esboço do projeto definitivo, de 1936.

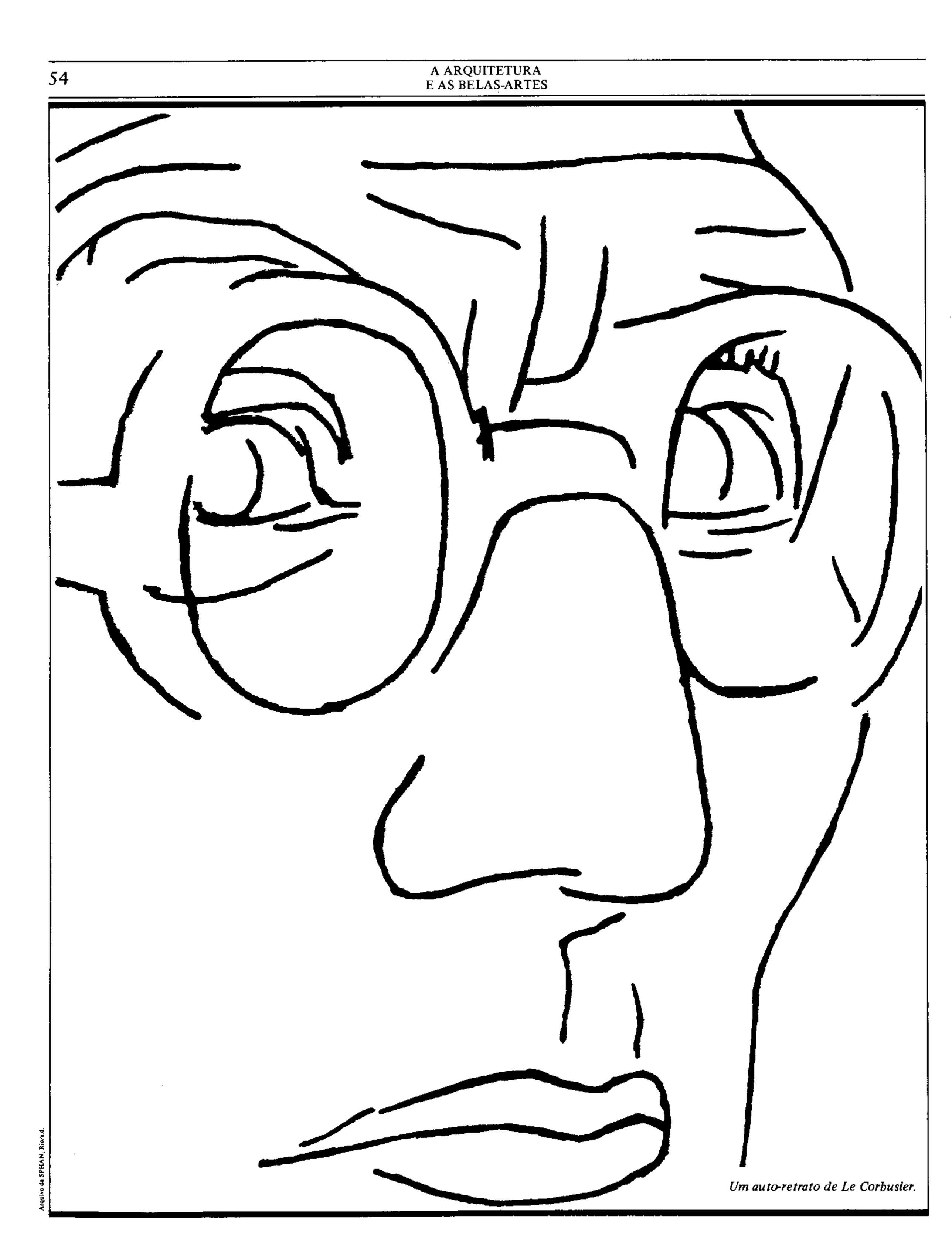


Veio pelo Zeppelin e durante a viagem – cinco dias deslizando pelo espaço –, redigiu este precioso texto agora publicado pela primeira vez.

Demorou-se por três semanas, quando concebeu um belíssimo projeto, de partido horizontal, para terreno situado mais ou menos onde foi construído o MAM, proposição esta que nos serviu afinal de base ao novo projeto de partido vertical, que fizemos para o terreno do Castelo.

Este texto é mais uma prova do equívoco, ou ma fé, dos que pretendem enquadrar a obra de Le Corbusier no confinamento do "funcionalismo", – expressão que ele jamais empregou nas suas inúmeras publicações. Pelo contrário, desde o seu primeiro livro, *Vers Une Architecture* (1923), sempre insistiu: "Ma maison est pratique. Merci, comme merci aux ingénieurs des chemins de fer et à la Compagnie des Téléphones. Vous n'avez pas touché mon coeur."

Lúcio Costa



Um auto-retrato de Le Corbusier.

Arquivo da SPHAN, Rio/r.d.

L'ARCHITECTURE ET LES ARTS MAJEURS

"Les tendences de l'architecture rationaliste en rapport avec la collaboration de la peinture et de la sculpture."

"L'étude de la tendance qui règne au contraire dans l'architecture rationnelle d'exclure, en tant que superflu d'après une logique rigoureuse, le concours des arts figuratifs."

1. Ce thème, offert en discussion à la réunion Volta de 1936 à Rome, est le signe d'une inquiétude manifestée depuis plusieurs années dans le monde, interessé ou désinteressé, des arts – architectes, sculpteurs, peintres, décorateurs – Inquiétude qui déteint sur l'opinion écartelée entre les deux extrèmes d'affirmations aussi gratuites l'une que l'autre: orner ou ne pas orner, décorer ou ne pas décorer, enrichir ou ne pas enrichir, ennoblir ou ne pas ennoblir, etc.

2. Ce débat est ouvert en U.R.S.S. depuis l'affaire des Plans du Palais de Soviets, vers 1931, en Allemagne depuis l'hitlerisme, en Italie depuis les grandes entreprises de construction ou de reconstruction, en France, d'une part sous le prétexte de l'Exposition Internationale de 1937, d'autre part par la Maison de la Culture (formation intellectuelle des gauches) dans l'intention de répondre par une affirmation dans un sens ou dans l'autre aux clameurs de plus de 20.000 peintres et sculpteurs chômeurs à Paris.

3. L'odeur qui émane des discours, des écrits, des discussions sur ce thème, est une odeur du passé. Encens brûlé en certaines chapelles. Rappel à un culte unique appuyé sur une époque determinée par des lieux précis de l'activité de la race blanche. Certitudes trop limitées à une époque – la Renaissance, – certitudes d'origine scolastique et de ce fait discutables, réfutables, points d'appui sans raison d'être aujourd'hui. En vrai, une page tournée: celle des enseignements du XIX siècle où certains académismes ne nous apparaissent plus que des radotages. Une nouvelle page blanche offerte aux constructions neuves d'une civilisation nouvelle, – la machiniste. Civilisation constructive en toute sa profondeur, apporteuse d'évènements neufs, des signes nouveaux et de manifestations spirituelles entières et novatrices. Non pas du neuf pour le plaisir de faire du nouveau, mais du neuf parce que les hommes et les sociétés ont été projetés dans des conditions et une aventure nouvelles, profondément différentes, opposées même à ce qui nous agrippe encore et nous encerre: là, des trophées peut-être admirables mais crépusculaires, – ici, l'aurore, une journée fraîche, les temps nouveaux. Il faut bien admettre la discontinuité et non pas la continuité, la rupture et non pas la suite, la marche en avant vers une inconnue. Donc nous avons toutes raisons de pouvoir faire une chose magnifique, et non pas un retour vers des choses d'autrefois, des re-nais-sances etc. Jamais! C'est contraire à la nature même des évènements en cours.

4. Si devant l'étendue vierge des évènements créatifs imminents, l'esprit se sent le goût d'une méditation préliminaire réconfortante, c'est dans la manifestation des puissances humaines fondamentales, primaires, essentielles, qu'il cherchera l'axe de ses vérités. Il ne s'emballera pas pour telle ou telle civilisation susceptible d'être homologuée à la nôtre par des

A ARQUITETURA E AS BELAS-ARTES

As tendências da arquitetura racionalista relativamente à colaboração da pintura e da escultura.

O estudo da tendência que, ao contrário, impera na arquitetura racional de excluir como supérfluo, seguindo uma lógica rigorosa, o concurso das artes figurativas.

1. Este tema, posto em discussão na reunião Volta de 1936, em Roma, é o signo de uma inquietude manifesta desde há vários anos no mundo, interessado ou desinteressado, das artes – arquitetos, escultores, pintores, decoradores. Inquietude que mantém a opinião pública esquartejada entre dois extremos de afirmações absolutamente gratuitos: ornamentar ou não ornamentar, decorar ou não decorar, enriquecer ou não enriquecer, enobrecer ou não enobrecer etc.

2. Este debate se trava na União Soviética desde o caso dos planos do Palácio dos Sovietes, por volta de 1931, na Alemanha desde a implantação do hitlerismo, na Itália desde os grandes empreendimentos de construção ou de reconstrução, na França, de um lado sob o pretexto da Exposição Internacional de 1927, de outro pela Casa da Cultura (núcleo intelectual das esquerdas), com o intuito de responder afirmativamente, num sentido ou em outro, aos clamores de mais de 20.000 pintores e escultores ociosos de Paris.

3. O odor que emana dos discursos, dos escritos, das discussões sobre este tema, é um odor do passado. Incenso queimado em certas capelas. Apelo a um culto único apoiado numa época determinada por lugares precisos de atividade da raça branca. Certezas limitadas demais a uma época – a Renascença –, certezas de origem escolástica e, portanto, discutíveis, refutáveis pontos de apoio sem razão de ser hoje em dia. Na verdade, uma página virada: a dos ensinamentos do século XIX ou certos academismos que nos parecem simples disparates. Uma nova página branca oferta às novas construções de uma nova civilização – a da máquina. Uma civilização construtiva em toda a sua profundeza, pródiga de novos acontecimentos, de novos signos e de manifestações espirituais amplas e inovadoras. Não mais o novo pelo prazer de fazer o novo, mas o novo porque os homens e as sociedades foram lançados em condições e numa aventura novas, profundamente distintas, opostas mesmo àquilo que ainda nos imobiliza e nos encarcera: lá, troféus talvez admiráveis, mas crepusculares; aqui, a aurora, um dia que nasce, os novos tempos. É preciso admitir a descontinuidade, e não a continuidade; a ruptura e não a seqüência, a marcha adiante rumo a uma incógnita. Pois temos todas as razões de poder fazer uma coisa magnífica, e não um retorno às coisas de outrora, re-nas-cen-ças etc. Jamais! Isso é contrário à própria natureza dos acontecimentos em curso.

4. Se, diante da extensão ainda virgem dos acontecimentos criativos iminentes, sente o espírito o gosto de uma meditação preliminar reconfortante, é na manifestação das potências humanas fundamentais, primárias, essenciais, que ele buscará o eixo de suas verdades. Não será embalado por essa ou aquela civilização susceptível de ser homologada à nossa por hábeis explicações. Procurará seu homem "nu", seu homem instinti-

explications habiles. Il recherchera son homme "nu", son homme instinctif, individuel, collectif et cosmique, là où il s'est exprimé dans le grand débat *homme et nature, homme et destin*. C'est là qu'il raccroche la question, c'est là qu'il accroche le problème de la réalité. Je signale en passant, que cette reprise de contact avec le fond de la question, le fondement de l'existence humaine, est singulièrement rendue féconde par le vol d'avion ou de dirigeable; que le survol des lieux habités, bâtis ou cultivés, opposé à celui des lieux où la nature n'a point été asservie, mais au contraire, où elle se vante impassiblement au sein des lois cosmiques – Alpes, fleuves, extuaires, déserts, forêts vierges, mers et océans, etc., plonge l'âme dans une examen qui n'est pas stérile, ni sans utilité. Qu'au contraire, cet outillage ici déclancheur de profondes et saines méditations, fait partie de ce gigantesque équipement total de la civilisation machiniste dont les premiers éléments ont ouvert pour les hommes une série de faits imprévisibles exigeant un comportement neuf et nous dotant petit à petit d'une conscience bien différente. Le débat n'est pas autour de fanfreluches décoratives, autour de ratatouilles picturales, ou de pâtisseries plastiques. L'humanité est projetée dans les Temps Nouveaux. Les arts, expression de la conscience même, seront neufs. Plus ils seront neufs, plus ils seront vrais, indemnes de pillages et justes. Que seront-ils? Nous n'en savons rien! Renaissance ou grèco-latins? Voilà le dada des professeurs et des académies. La vie n'en a cure. Je dis qu'il faut enlever leurs chaires aux discoureurs, car ils font du bruit, ils retiennent les élans, ils troublent de leurs cancans une journée neuve et limpide. Ils n'ont pas le droit de ternir le ciel, à son aurore. L'examen des réalités profondes du phénomène architectural contemporain va nous montrer, une fois encore, qu'une page est tournée, qu'il s'agit de demain et non pas d'hier, – non pas d'une école illustre, charmente, ou facile, mais de signifier par l'art la conquête épique des temps nouveaux. Terres nouvelles, actes nouveaux, fraîcheur, création, inconnu des solutions, attitude inconnue des solutions.

5. L'architecture des temps nouveaux n'est pas encore dans des palais ou dans des maisons. Rien ne l'a permis, tout s'y est opposé puisque le programme social n'est pas formulé ou est mal formulé, ou aussi troublé par le ballast des rognures, des résidus, des décompositions.

6. L'architecture des temps modernes est dans les objets mêmes qui sont le produit du temps, dans tout ce qui est soumis aux investigations de l'oeil, à ce que l'oeil voit, mesure et apprécie.

7. Et ceci représente depuis cent ou dix années une prodigieuse apparition, une faune nouvelle: les *machines*, aussi loin que cette notion puisse s'étendre. Elle s'étend d'un objet à l'autre, – du stylographe que vous prenez dans votre poche, à la machine à écrire du bureau, à l'ascenseur du gratte-ciel de Manhattan, à l'avion qui fait le transport transocéanique des gens et des lettres, à ce Zeppelin dans lequel j'écris à cette minute, etc., etc. J'ai visité tout à l'heure la féerique ossature intérieur du vaisseau aéron. Quelles en sont les règles? Précises, dramatiques, rigoureuses: l'économie. Nous venons de survoler à cent mètres, sur la ligne de l'Equateur, l'un des grands liners de l'*Hamburg America Linie*, puis un "mixte" de la Blue Star. Y avait-il de l'architecture en ces deux nefs fendant les flots? Le second était plus harmonieux que le premier, bien que

vo, individual, coletivo e cósmico – lá, onde ele se exprime no grande debate *homem e natureza, homem e destino*. É lá que ele resgata a questão, é lá que ele resgata o problema da realidade. Sublinho de passagem que essa retomada de contacto com o fundo da questão, o fundamento da existência humana, tornou-se singularmente fecunda pelo vôo do avião ou do dirigível; que a ação de sobrevoar lugares habitados, construídos ou cultivados, oposta à de sobrevoar sítios onde a natureza não foi em absoluto subjugada, mas, ao contrário, onde ela se glorifica impassível no seio das leis cósmicas – Alpes, rios, estuários, desertos, florestas virgens, mares e oceanos –, mergulha a alma num exame que não é estéril nem inútil. Ao contrário, esse instrumental, responsável por uma profunda e sadia meditação, faz parte desse gigantesco equipamento global da civilização da máquina, cujos primeiros elementos abriram para os homens uma série de fatos imprevisíveis, exigindo um comportamento novo e dotando-nos pouco a pouco de uma consciência muito distinta. O debate não se trava em torno de penduricalhos decorativos, em torno de bodegas pictóricas ou de pastelarias plásticas. A humanidade foi lançada nos Tempos Novos. As artes, expressão da própria consciência, serão novas. Quanto mais novas, mais verdadeiras, justas e ilesas de pilhagens. Que serão elas? Nada sabemos a esse respeito! Renascença ou Antigüidade Clássica? Eis a mania dos professores e das academias. A vida não os curou. Digo que é preciso retirar os púlpitos dos pregadores, pois eles fazem barulho, detêm os impulsos, enodoam com seus cancãs um dia novo e límpido. Eles não têm o direito de obscurecer o céu, quando desponta a manhã. O exame das realidades profundas do fenômeno arquitetônico contemporâneo irá nos mostrar, ainda uma vez, que uma página foi virada, que se trata de amanhã, e não de ontem – não de uma escola ilustre, encantadora, ou fácil, mas de exprimir pela arte a conquista épica dos novos tempos. Terras novas, atos novos, frescor, criação, soluções ainda por encontrar, atitude desconhecida das soluções.

5. A arquitetura dos novos tempos não está ainda nos palácios ou nas casas. Nada a autorizou, tudo se lhe opôs, uma vez que o programa social não está formulado ou é mal formulado, ou também perturbado pelo lastro dos fragmentos, dos resíduos, das decomposições.

6. A arquitetura dos tempos modernos está nos próprios objetos que são o produto do tempo, em tudo o que se acha sujeito às investigações do olho, desse olho que vê, mede e aprecia.

7. E isso representa, desde há cem ou dez anos, uma prodigiosa aparição, uma nova fauna: as *máquinas*, por mais longe que se possa levar essa noção. Ela se estende de um objeto a outro – da caneta que você leva no bolso à máquina de escrever do escritório, ao elevador do arranha-céu de Manhattan, ao avião que faz o transporte transoceânico de pessoas e cartas, a este Zeppelin a bordo do qual escrevo neste minuto etc., etc. Acabo de visitar a feérica ossatura interior da aeronave. Quais são suas regras? Precisas, dramáticas, rigorosas: a economia. Acabamos de sobrevoar a uma altura de cem metros, sobre a linha do equador, um dos grandes navios da Hamburg America Linie, depois um "misto" da Blue Star. Haveria arquitetura nessas naves que rasgam as ondas? O segundo era mais harmonioso que o primeiro, se bem que este fosse mais majestoso. O veredicto não poderia nos conduzir senão à *arquitetura*, e de

Pedro Lobo: 1984

Nas páginas seguintes, fac-símiles *dos originais, cuja capa se reproduz acima.*

celui-ci fût plus majestueux. Le verdict ne pouvait être que *d'architecture*, à n'en pas douter. De ma cabine je ne vois rien de notre immense vaisseau volant, mais seulement les sondes suspendues au dessous et qui mesurent la vitesse de l'aérostat. Voulez-vous m'interdire de m'émouvoir à la vue de ces quatres courbures de cable les plus gracieuses qui soient au monde qui expriment la lutte ou la vitesse ou la pésanteur dont la mathématique est l'ordre de l'échine des chapiteaux doriques du Parthénon, tandis que tout "dorique" de la Renaissance a entièrement perdu cet esprit d'architecture qui est une exteriorisation manifeste des lois de la nature?

8. J'ai cité quelques objets des temps modernes et j'ai posé cette question: appartiennent-ils aux évènements de l'architecture? La réponse est évidente. Ils ont précédé les maisons et les palais parce qu'il n'existait pas de règlementations édilitaires pour en déformer la croissance, parce qu'ils sont les fourriers mêmes de l'évènement social nouveau, alors que l'évènement social ancien encore présent aujourd'hui empêche nos maisons et nos palais d'avoir leur authentique destination. Et par conséquent, leur enlève l'essence même de l'architecture qui est l'harmonie manifestée. Les maisons et les palais contemporains ne sont que des aventures équivoques, partielles et mutilées.

9. Et les maisons et palais dits d'*architecture moderne* sont à examiner sous bénéfice d'inventaire. La plupart sont des mascarades, des plagiats, des corps morts, des manifestations de la mode, des prétextes à flagorneries. La bêtise règne aussi

modo a não haver dúvidas. De minha cabine nada vejo de nossa imensa nave flutuante, a não ser as pequenas sondas suspensas acima e que medem a velocidade do aeróstato. Querem vocês impedir-me de me emocionar diante dessas quatro curvaturas de cabo, as mais graciosas que existem no mundo e que expressam a luta, a velocidade ou o peso cuja matemática é a ordem da medula dos capitéis dóricos do Partenon, enquanto todo o "dórico" da Renascença perdeu inteiramente esse espírito de arquitetura que é uma exteriorização manifesta das leis da natureza?

8. Mencionei alguns objetos dos tempos modernos e coloquei esta questão: pertencem eles ao universo da arquitetura? A resposta é evidente. Eles precederam as casas e os palácios porque não existia regulamentação legislativa para lhes deformar o crescimento, porque eles são os próprios precursores do novo acontecimento social, quando o antigo acontecimento social, ainda presente, impede que nossas casas e nossos palácios alcancem sua autêntica destinação. E, conseqüentemente, rouba-lhes a própria essência da arquitetura, que é a harmonia manifestada. As casas e os palácios contemporâneos nada mais são do que aventuras equívocas, parciais e mutiladas.

9. E as casas e os palácios ditos de *arquitetura moderna* devem ser olhados como bens de inventário. A maioria não passa de mascaramentos, plágios, corpos mortos, manifestações da moda, pretextos para bajulações. A tolice reina tanto nos grupos dos "modernos" quanto nos dos "outros". A leviandade de espírito, a canalhice, a mentira aí se enraízam com

12/, assassinée par les écoles et les académies.

On parle dans le titre proposé de cette étude, d'architecture "rationnelle", ou "rationaliste". Un troisième terme est couramment employé dans les discussions semblables : celui de l'architecture fonctionnaliste

22 Si l'on parle d'architecture rationnelle ou fonctionnaliste, c'est qu'on en imagine, à l'opposé, une autre, irrationnelle et non-fonctionnaliste

On admet donc le principe en ces temps nouveaux de la société humaine, une architecture qui n'est ni irrationnelle et ni non-fonctionnaliste

On admet que cela existe, que cela est désormais acquis, irrémédiable. Mais qu'il s'agit de le raccorder à l'autre — l'irrationnel et le non-fonctionnaliste — par un apport commun déjà amené à l'autre et qui l'a peut-être aidé à devenir non fonctionnaliste et irrationnel : le dire, la peinture et la sculpture.

Mais je dis que cette discussion est déplacée, sans fruits. Il n'y a pas d'architecture rationnelle ou irrationnelle. Il y a des architectes qui respectent leur mission en édifiant des constructions "fonctionnalistes" et d'autres qui sont des misérables et des voleurs, ce qui construisent

4 de franchement décorative, autour de rationnelle, picturale, ou de satisfaire plastiques. L'humanité est projetée dans le temps nouveau. Les arts, expression de la conscience même, seront neufs. Plus ils seront neufs, plus ils seront vrais, indemnes de pillages et pastiches. Que seront-ils? Pour n'en savoir rien! ~~de la~~ Renaissance ou gréco-latins? Bilan le dada des professeurs et des académies. La vie n'en a cure. Je dis qu'il faut enlever leurs chaises aux dégénérés, car ils font du bruit, ils retardent les élans, ils troublent de leurs cancans une journée neuve et limpide. Ils n'ont pas le goût de terminer le ciel, à son aurore.

L'ex-amour des réalités profondes du phénomène architectural contemporain, vous montrez, une fois encore qu'une page est tournée, qu'il s'agit de demain et non d'hier, non pas d'une école illustre, charmante, ou facile, mais de signifier par l'acte, la conquête épique des Temps nouveaux. Temps nouvelles, cité nouvelle, fraîcheur, création, inconnu des solutions, attitudes inconnues des solutions

5 L'architecture des temps nouveaux n'est pas encore dans des palais ou dans des maisons. Rien ne l'a permis, tout y est opposé puisque le programme social n'est pas formulé ou est mal formulé, ou aussi ~~[illegible]~~ filtré troublé

bien dans les troupes des "modernes" que dans celle des "autres". La légèreté d'esprit, la goujaterie, le mensonge s'y logent fort bien: Qu'est donc l'architecture moderne? Il est temps d'en fixer l'état.

10. Il ne faut pas mélanger toutes choses. Je dis que j'ai le droit de faire entrer dans l'architecture tout objet construit par l'esprit humain, ressortissant au phénomène optique: forme, sous la lumière. J'avais introduit mon premier débat sur l'architecture dans l'Esprit Nouveau 1919 par ceci: *"L'architecture est le jeu savant, correct et magnifique des formes sous la lumière."* La notion de "jeu" impliquait donc le fait d'une intervention personnelle illimitée, puisque le jeu doit se jouer par toute personne mise en présence de l'objet. Cette notion de "jeu" affirmait l'existence du créateur du jeu, de celui qui avait fixé la règle, qui, par conséquent avait inscrit dans cet objet une intention formelle et discernable.

11. Formelle et discernable peuvent étendre leur signification à tout ce que crée l'instinct, à tout ce que peut saisir et enserrer l'impulsif. Instinct, impulsion, création, étant la somme consciente ou inconsciente des acquisitions individuelles ou de tradition.

Voici donc présent, immanent, inscrit au dedans le fait capital: *une intention.* Le problème de l'architecture est autour de la valeur de cette intention.

12. Intention. Un homme d'un côté avec une idée en gestation qu'il extériorise à destination de ceux qui regardent, habitent ou subissent, c'est-à-dire, de nouveau un homme, un autre et ainsi de suite.

Il faut donc un langage humain à l'architecture.

13. Voici les "styles"; les *trois ordres* sacrés de l'architecture – dorique, ionique, corinthien (avec leurs suppléments: le toscan, le composite, etc.). Et pour que ce langage ne soit pas hermétique, un enseignement insistant, tenace, cramponnant: académies et écoles.

En face de mon homme "nu", les styles font une drôle de tête. L'homme "nu" observe toutefois que le dorique est robuste, l'ionique souple et féminin, et le corinthien... assez vaseux à vrai dire. C'est tout ce qu'il peut retenir de langage humain à ce sujet.

A de telles touches légères ne peut pas se restreindre le phénomène architectural, cette oeuvre des mains et du cerveau, *quand l'homme se prend à construire.*

14. CONSTRUIRE. Laissons à ce terme son immense noblesse, sa force, son optimisme, son geste, – *ce signe de vie.*

15. *Des formes sous la lumière.* Dedans et dehors; dessous et dessus. *Dedans:* on entre, on marche, on regarde en marchant et les formes s'expliquent, se développent, se combinent. *Dehors:* on approche, on voit, on s'intéresse, on s'arrete, on apprécie, on tourne autour, on découvre. On ne cesse de recevoir des commotions diverses, successives. Et le jeu joue apparait. On marche, on circule, on ne cesse de bouger, de se tourner. Observez avec quel outillage l'homme ressent l'architecture: il a deux yeux qui ne peuvent voir que devant; il peut tourner la tête lateralement ou de bas en haut, tourner le corps, ou transporter son corps sur des jambes et tourner tout

firmeza: o que vem a ser então a arquitetura moderna? É tempo de determinar-lhe a condição.

10. Não é preciso misturar tudo. Digo que me assiste o direito de introduzir na arquitetura todo objeto produzido pelo espírito humano capaz de sobressair do ponto de vista óptico: forma sob a luz. Assim abrira eu meu primeiro debate sobre a arquitetura no Esprit Nouveau 1919: *A arquitetura é o jogo sábio, correto e magnífico das formas sob a luz.* A noção de "jogo" envolvia, pois, o fato de uma intervenção pessoal ilimitada, pois o jogo deve ser jogado por qualquer pessoa colocada diante do objeto. Essa noção de "jogo" afirmava a existência do criador do jogo, daquele que estabelecera a regra e que, em conseqüência, inscrevera naquele objeto uma intenção formal e discernível.

11. Formal e discernível podem estender sua significação a tudo aquilo que o instinto criou, a tudo aquilo que pode subjugar e incluir o impulsivo. Instinto, impulso, criação sendo a soma consciente ou inconsciente das aquisições individuais ou da tradição.

Eis então presente, imanente, inscrito dentro do fato capital: *uma intenção.* O problema da arquitetura reside naquilo que está ao redor do valor dessa intenção.

12. Intenção. Um homem, de um lado, com uma idéia em gestação que ele exterioriza para aqueles que olham, habitam ou suportam, isto é, de novo um homem, um outro homem e assim por diante.

É preciso pois uma linguagem humana para a arquitetura.

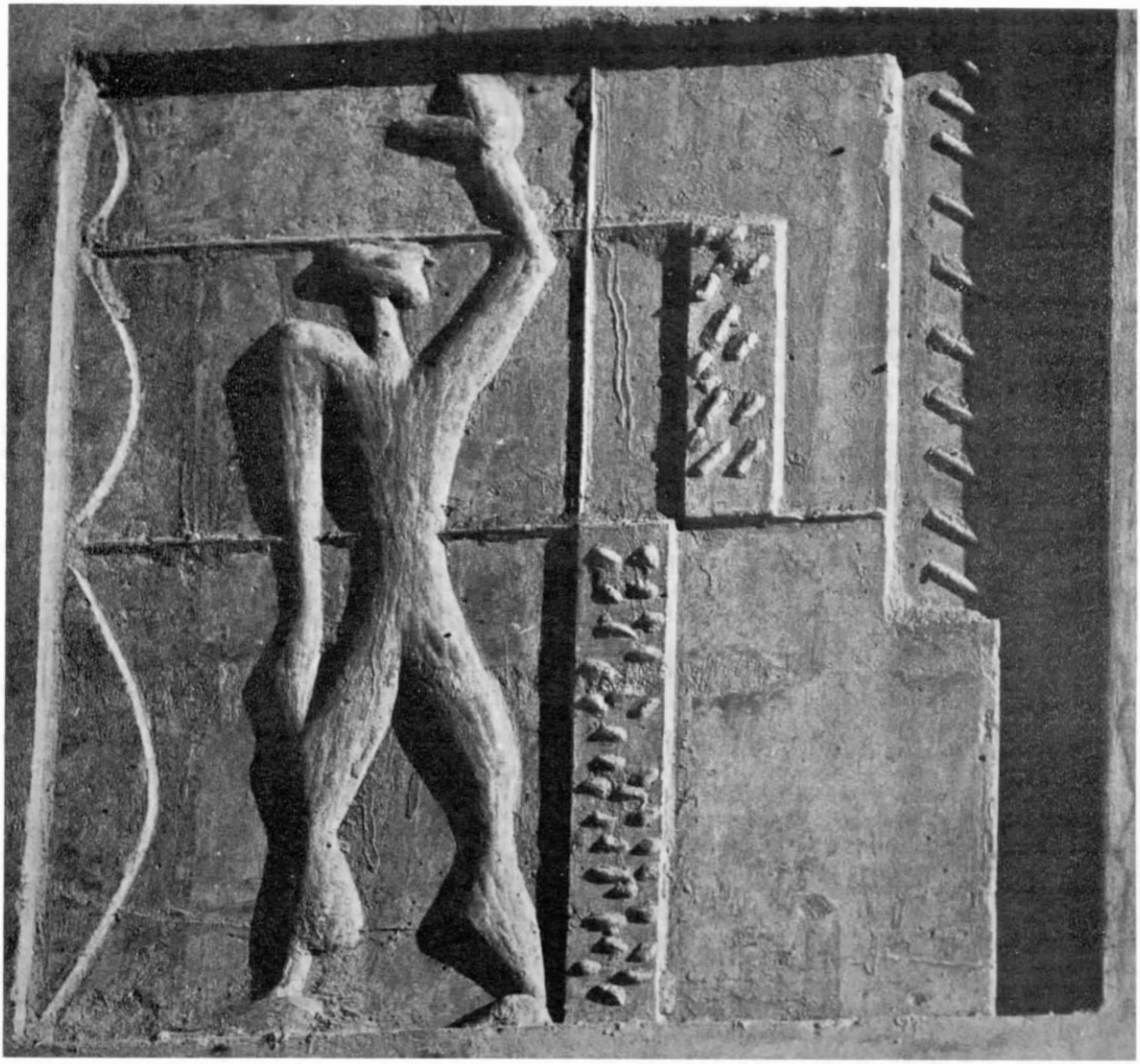
13. Eis os "estilos": as *três ordens* sagradas da arquitetura – dórica, jônica e coríntia (com seus suplementos: o toscano, o compósito etc.). E para que essa linguagem não seja hermética, um ensinamento insistente, tenaz, agrilhoante: academias e escolas.

Diante de meu homem "nu", os estilos pouco dizem. Todavia, o homem "nu" observa que o dórico é robusto, o jônico flexível e feminino, e o coríntio... muito lodoso a bem dizer. Isso é tudo que ele pode guardar da linguagem humana sobre esse assunto.

A tais toques ligeiros não se pode restringir o fenômeno arquitetônico, essa obra das mãos e do cérebro, *quando o homem se põe a construir.*

14. CONSTRUIR. Deixemos a este termo sua imensa nobreza, sua força, seu otimismo, seu gesto – *este signo de vida.*

15. *Formas sob a luz.* Dentro e fora; em cima e embaixo. *Dentro:* entra-se, anda-se, olha-se ao andar e as formas se explicam, se desenvolvem, se combinam. *Fora:* aproxima-se, vê-se, fica-se interessado, pára-se, aprecia-se, gira-se em torno, descobre-se. Recebe-se continuamente comoções diversas, sucessivas. E o jogo jogado aflora. Anda-se, circula-se, continua-se a mexer, a girar. Observem com que instrumental o homem sente a arquitetura: ele tem dois olhos que não podem ver senão o que está adiante; ele pode virar a cabeça lateralmente ou de alto a baixo, virar o corpo ou transportá-lo sobre as pernas e virar todo o tempo. São centenas de percepções sucessivas que constituem sua sensação arquitetônica. O que vale é sua capacidade de caminhar, de circular, verdadeira força motriz de aconteci-



Arquivo da SPHAN, Rio s.d.

Baixo-relevo de Le Corbusier: unindo arquitetura às artes plásticas.

le temps. Ce sont des centaines de perceptions successives qui font sa sensation architecturale. C'est sa promenade, sa circulation qui vaut, qui est motrice d'évènements architecturaux. Par conséquent le jeu joué n'a pas été établi sur un point fixe central, idéal, rotatif et à vision circulaire simultanée. Ça c'est alors l'architecture des écoles, des académies, c'est le fruit décadent de la Grande Renaissance, c'est la mort de l'architecture, – sa pétrification.

16. L'architecture dépend du plan et de la coupe. Le jeu entier est inscrit dans ces deux moyens matériels – l'un horizontal, l'autre vertical – d'exprimer le volume et l'espace.

mentos arquitetônicos. Em conseqüência, o jogo jogado não se estabeleceu sobre um ponto fixo central, ideal, rotativo e com visão circular simultânea. Esta é então a arquitetura das escolas, das academias, o fruto decadente da Grande Renascença, a morte da arquitetura – sua petrificação.

16. A arquitetura depende do plano e do corte. Todo o jogo está inscrito nesses dois meios materiais – um horizontal, outro vertical – destinados a expressar o volume e o espaço.

17. Ali está o jogo arquitetônico: as combinações, a sinfonia musical: a diversidade, a nuança, o silêncio, a doçura ou o clamor e a força.

Esses são os meios.

17. Là est le jeu architectural: les combinaisons, la symphonie musicale: la diversité, la nuance, le silence, la douceur ou la clameur et la force.

Tels sont les moyens.

18. Je n'ai pas eu besoin de parler de qualité de matériaux, de leur prix, de l'exactitude de leur mise en oeuvre.

Je n'ai pas parlé de moulures, de décors sculptés ou peints, et pas du tout de statues ou de frasques faites par des génies ou des imbéciles.

Il y a bien d'autres choses auparavant, qui sont le fait même de l'architecture.

19. *La lumière.*

Si la lumière s'éteint les hommes dorment.

Les émotions psycho-physiologiques les plus fondamentales sont rivées à la force, à l'intensité, à la qualité de la lumière.

Soleil!

Ah, ici intervient le Maître et sa loi. Nous sommes conditionnés par le soleil. Tel est notre sort.

Voici donc l'un des matériaux éminents de l'archicteture. Si votre pièce reçoit sa lumière du nord ou si elle la reçoit du sud, quel contraste! Du noir ou du blanc! Telle est la force de la lumière solaire.

Cette lumière, comment l'avez vous captée, introduite chez vous, dans la pièce, dans le vaisseau architectural? Mais voici précisément le grand jeu qui continue à se jouer: *Comment la lumière entre-t-elle dans la pièce?*

Tristesse ou joie, je n'ai besoin ni de chérubins, ni de "pleureuses" pour faire chaud ou froid à votre coeur ou à mon coeur.

20. *Jeu savant, correct et magnifique...*

Jeu bête, idiot, baveaux et misérable...

C'est au choix!

Où est le subterfuge extérieur, l'assurance "tous risques" contre la bêtise, ce que fera prendre des vessies pour des lanternes et fera tout origérer sans avoir à insister davantage?

Les "styles" et l'appel aux décorateurs peintres et sculpteurs!

Non, restons dans l'architecture: *Savant, correct et magnifique*! Mais c'est dans la tête et le coeur que ces choses se trouvent. Elles sont, elles aussi, les prestigieux outils de l'architecte.

On les appelle: les PROPORTIONS. Tel rectangle va avec tel autre du plan. Telle hauteur de mur convient à l'étendue qui est ici.

J'entrerai dans cette pièce à cet endroit, car le choc sera conforme à ma symphonie projetée. Et la lumière solaire, elle entrera ainsi et non pas comme cela.

Ce jeu qui fut décidé par l'architecture se joue à toute heure du jour et du temps par des inconnus qui subiront la conséquence de leur solitude dans ce paysage volontaire, ou qui recevront le fluide des foules rassemblées ici et rendues cohérentes par la réussite des dispositions prises. Solitude ou foules, battements de coeur isolés ou vibrations d'enthousiasme collectifs, – cette présence de l'un ou des milliers d'inconnus en ces endroits fortements préconçus, voilà encore les grands mobiles de l'architecture.

Ainsi ai-je continué à être architecte; je n'ai cessé d'être architecte; j'ai fait de l'architecture. Cette architecture est complète, telle.

18. Não preciso falar sobre a qualidade de materiais, de seu preço, da exatidão de seu emprego.

Não falo de molduras, de interiores esculpidos ou pintados, e muito menos de estátuas ou afrescos feitos por gênios ou imbecis.

Há outras coisas de agora em diante, que constituem a própria realidade arquitetônica.

19. *A luz.*

Se a luz se apaga, os homens dormem.

As emoções psicofisiológicas mais fundamentais estão reduzidas à força, à intensidade, à qualidade da luz.

Sol!

Ah, aqui intervém o mestre e sua lei. Estamos condicionados pelo sol. Esse é o nosso destino.

Eis, pois, um dos materiais eminentes da arquitetura. Se um quarto recebe sua luz do norte ou do sul, que contraste! Preto e branco! Tal é a força da luz solar.

Essa luz, como vocês a captaram, se introduz na casa, no quarto, no receptáculo arquitetônico? Mas eis precisamente o grande jogo que continua a ser jogado: *Como entra a luz no quarto?*

Tristeza ou alegria, não tenho necessidade nem de querubins, nem de "carpideiras" para trazer calor ou frio ao coração de vocês ou ao meu.

20. *Jogo sábio, correto e magnífico...*

Jogo estúpido, idiota, rabujento e miserável...

A escolher!

Onde está o subterfúgio exterior, a segurança de "todos os riscos" contra a tolice, o que fará tomar velas por lanternas e fará passar sobre tudo isso sem ter que insistir por mais tempo?

Os "estilos" e o apelo aos decoradores, pintores e escultores!

Não, fiquemos na arquitetura: *Sábia, correta e magnífica*! Mas é na cabeça e no coração que as coisas se encontram. Estas é que são, e principalmente, as prestigiosas ferramentas do arquiteto.

Nós as chamamos: as PROPORÇÕES. Esse retângulo cai bem com aquele outro do plano. Essa altura de parede convém à extensão que está aqui.

Entrarei nesse cômodo por aquele lado, pois o impacto estará de acordo com minha sinfonia projetada. Quanto à luz solar, ela entrará desse jeito, e não daquele.

Este jogo, que foi decidido pelo arquiteto, é jogado todas as horas do dia e do tempo por desconhecidos que suportarão as conseqüências de sua solidão nessa paisagem voluntária, ou que receberão o fluido das multidões aqui reunidas e tornadas coerentes pelo êxito das disposições adotadas. Solidão ou multidões, batimentos de um coração solitário ou vibrações de entusiasmo coletivo, essa presença de um ou de milhares de desconhecidos nesses recantos fortemente preconcebidos, eis ainda as grandes motivações da arquitetura.

Assim, continuei a ser arquiteto; não deixei de ser arquiteto; fiz arquitetura. Essa arquitetura é completa.

Isso deve ser dito, solenemente, ao longo de um estudo intitulado tal qual este aqui.

21. Permitir-me-ei entrar por um momento numa ordem de discussão ridícula, grotesca.

Mas essa pausa mostrará precisamente a que ponto desceu a arquitetura, o quanto ela se diluiu, acabando por se tornar

Ceci doit être affirmé, solennellement, au cours d'une étude intitulée comme l'est celle-ci.

21. Et je vais consentir à entrer pour un instant dans un ordre de discussion ridicule, grotesque.

Mais cet arrêt montrera précisément combien bas était tombée l'architecture, combien elle était évanouie, morte, assassinée par les écoles et académies.

On parle dans le titre proposé de cette étude, d'architecture *"rationnelle"*, ou *"rationaliste"*. Un troisième terme est couramment employé dans des discussions semblables: celui de l'*architecture fonctionnaliste*.

22. Si l'on parle d'architecture *rationnelle* ou *fonctionnaliste*, c'est qu'on en imagine, à l'opposé, une autre, *irrationnelle* et *non-fonctionnante*.

On admet donc la présence, en ces heures nouvelles de la société humaine, d'une architecture qui n'est ni irrationelle et ni non-fonctionante.

On admet que cela existe, que cela est désormais acquis, irrémediable. Mais qu'il s'agit de la raccorder à l'autre – l'irrationnelle et la non-fonctionnante – par l'aide d'une tierce personne déjà collée à l'autre et qui l'a peut-être conduite à devenir *non-fonctionnante* et *irrationnelle*: le décor, la peinture et la sculpture.

Moi je dis que cette discussion est déplacée, sans fruit. Il n'y a pas d'architecture rationnelle ou irrationnelle. Il y a des architectes qui respectent leur mission en édifiant des constructions "fonctionnantes" et d'autres qui sont des misérables et des voleurs, et qui construisent des édifices non-fonctionnants et irrationnels.

23. Je conclus: l'architecture est une activité s'étendant à toute construction assujettie aux lois de la vision. La société est criminelle si elle édifie des constructions ne servant à rien ou servant mal les besoins des usagers.

L'objet de cette activité: *construire*, s'étend aujourd'hui à une masse inattendue d'objets innombrables et diversifiés en formes, grandeur, destinations et matières.

Le jeu architectural ne s'y joue pas moins avec rigueur sur la base de évènements organiques et plastiques qui sont l'objet considéré.

Je ne comprends pas ce que les arts figuratifs ont de mission impérative en cette affaire.

Je dis: l'architecture n'en a nul besoin.

Mais j'ajoute sans tarder: l'architecture en certaines occasions peut satisfaire à ses tâches et augmenter le plaisir des hommes par une collaboration exceptionelle et magnifique avec les art majeurs: peinture et statuaire.

Problèmes de qualité éminants qui peuvent aussi bien préoccuper l'habitant d'un logis que le podestat faisant éléver quelques édifices à la gloire de son peuple.

L'oeuvre d'art, présence insigne

Sur terrain déblayé, l'architecture apparaissant sans équivoque désormais comme une plante vivace, entière, une, il est possible de poursuivre le rêve humain qui est de s'interesser dans la perfection, à la pluralité des choses, à la symphonie des évènements, à la synthèse de la pensée. L'esprit de perfection

morta, assassinada pelas escolas e academias.

Fala-se, no tema proposto para este estudo, de arquitetura *racional* ou *racionalista*. Um terceiro termo correntemente empregado em discussões semelhantes é o de *arquitetura funcionalista*.

22. Se se fala de arquitetura *racional* ou *funcionalista*, é porque se imagina, ao contrário, uma outra, *irracional* e *não-funcionante*.

Admite-se, pois, nessa nova era da sociedade humana, a presença de uma arquitetura que não é nem *irracional* nem *não-funcionante*.

Admite-se que isso existe, que isso foi adquirido em caráter irremediável. Mas é preciso associá-la à outra – a irracional e a não-funcionante – com ajuda de uma terceira peça já graduada à outra e que talvez a levou a tornar-se não-funcionante e irracional: a decoração, a pintura e a escultura.

Mas digo que essa discussão está deslocada e é infrutífera. Não há arquitetura racional ou irracional. Há arquitetos que dignificam sua missão edificando construções "funcionantes" e outros, que não passam de míseros e ladrões, que constroem edifícios não-funcionantes e irracionais.

23. Concluo: a arquitetura é uma atividade que se estende a toda a construção sujeita às leis da visão. A sociedade torna-se criminosa se edifica construções que não servem para nada ou que não atendem às necessidades dos usuários.

O objetivo dessa atividade – *construir* – abrange hoje em dia um conjunto inesperado de objetos inumeráveis e diversificados quanto à forma, à grandeza, às destinações e às matérias.

O jogo arquitetônico não é jogado com menor rigor sobre a base de acontecimentos orgânicos e plásticos que constituem o assunto abordado.

Não compreendo que missão imperativa exercem as artes figurativas nesse contexto.

Afirmo que a arquitetura não tem nenhuma necessidade delas.

Mas acrescento sem demora: em certas ocasiões, a arquitetura pode satisfazer às suas tarefas e aumentar o prazer dos homens através de uma colaboração excepcional e magnífica com as artes maiores: pintura e estatuária.

Eminentes problemas de qualidade capazes de preocupar tanto o morador de uma vivenda quanto o governo que faz erigir edifícios à glória de seu povo.

A obra de arte, presença insigne

Sobre esse terreno desentulhado, no qual a arquitetura aparece doravante inequívoca, como uma planta vivaz, inteira, una, possível ir em busca do sonho humano, que é o de se interessar pela perfeição, pela pluralidade das coisas, pela sinfonia dos acontecimentos, pela síntese do pensamento. O espírito de perfeição criou "gêneros" cuja clareza e pureza são virtudes essenciais. Assim, quando seu coração se transforma no teatro das emoções, o homem tem, sob a mão, o *livro* com seus poemas ou suas idéias, a música com numerosas e fortes manifestações diversificadas, a arquitetura e também essas especialidades tão eloqüentes: a estatuária, a pintura.

Vocês admitirão que aqui não se evoca em absoluto a arte decorativa, doença de um fim de civilização, que tanto é de

a créé des "genres" dont la clarté et la pureté sont les vertus essentielles. Ainsi, quand son coeur est le théâtre en émoi, l'homme a-t-il sous la main *le livre* avec ses poèmes ou ses idées, la musique avec de nombreuses et fortes manifestations diversifiées, l'architecture et aussi ces spécialités si éloquentes: la statuaire, la peinture.

Vous admettrez qu'on n'évoque point ici l'art décoratif, maladie d'une fin de civilisation, qui est l'un ou l'autre de la peinture ou de la statuaire, mais avec un coefficient de faible qualité. Il n'y a pas d'art décoratif. Il y a l'art tout court, si humble soit-il! Humble, il peut être puissant (les Folk-lores).

Suivons à nouveau ce phénomène architectural, cause du débat. Il a de puissants moyens d'expression fondamentaux.

Entrons un peu dans la saleté et la sottise, et nous verrons combien il est facile de faire propre de nouveau, et sain, et solide.

Les *papiers peints* (toutes les couleurs aux choix, les innombrables dessins, arabesques, tâches, tous les genres et tous les styles, etc., etc.), il est d'usage *d'en couvrir* l'architecture. Ce faisant, on l'anéantit. Pourquoi de telles coutumes sont-elles nées un jour du XIX siècle? Parce que l'architecture tombait en déchéance. Alors on l'a traitée aux piqûres fortes. Puisque elle était morte, n'en parlons plus.

Vivant à nouveau sur ses lois même aujourd'hui, elle n'a nul besoin des papiers peints.

Ces papiers peints, vulgaires souvent, parfois raffinés, me permettent de voir apparaître la vraie question dont je n'ai pas encore parlé. Question éminente d'architecture: la *POLYCHROMIE.*

Ici de nouveau, une vérité fondamentale: l'homme a besoin de couleurs. La couleur est l'expression immediate, spontanée de la vie.

La couleur entrera-t-elle dans l'architecture par l'intervention de l'artiste peintre? Nullement. L'artiste peintre, au total, – et si violemment coloriste soit-il – n'apporte pas de masses de couleur suffisamment compactes, pour qualifier un mur – le mur, assiette de la sensation architecturale –; il disqualifie plutôt le mur, le fait éclater, exploser, lui enlevant son existence même: "Je conserverai l'intégrité de votre mur" – promet le peintre à l'architecte. Ilusion! J'aime bien insister sur ce petit détail. Il me prouve que les peintres ont, hélas, très peu le don profond de l'observation: ils ne voient pas sous cinq lignes et trois couleurs s'effondrer, fuire, ce mur qu'ils prétendent vouloir respecter!!! Ne nous énervons pas et ne nous disputons pas! Tout à l'heure nous irons chercher les peintres *pour faire sauter des murs qui nous gênent.*

La polychromie architecturale est autre chose; elle s'empare du mur entier et le qualifie avec la puissance du sang, ou la fraîcheur de la prairie, ou l'éclat du soleil, ou la profondeur du ciel ou de la mer. Quelles forces disponibles! C'est *de la dynamique*, comme je pourrai écrire *de la dynamite* tout aussi bien, avec mon peintre introduit dans la maison. Si tel mur est bleu, il fuit; s'il est rouge, il tient le plan, ou brun; je peux le peindre noir, ou jaune.

Mr. Chevreul, sauf erreur, avait créé trente mille couleurs! Je crois que l'architecture refuse dans la polychromie l'application des couleurs dites pigmentaires: c'est-à-dire d'aspect "chimique": les anilines, etc., appellation populaire de ce qui est stridant, mobile et semble convenir très particulièrement à la mode.

Les grandes couleurs de base, les couleurs "éternelles": les

uma como de outra, da pintura ou da estatuária, mas com um coeficiente de fraca qualidade. Não há arte decorativa. Há a arte, e só, por mais humilde que seja! Humilde, que pode ser vigorosa (os folclores).

Sigamos novamente esse fenômeno arquitetônico, causa do debate. Há poderosos meios fundamentais de expressão.

Entremos um pouco na sujeira e na tolice, e veremos quão fácil é fazer do novo algo bem arrumado, sadio e sólido.

Os *papéis de parede* (todas as cores a escolher, os incontáveis desenhos, arabescos, manchas, todos os gêneros e todos os estilos etc., etc.) têm como objetivo usual *encobrir* a arquitetura. Fazendo-se isso, reduz-se tudo a nada. Por que tais costumes nasceram um dia durante o século XIX? Porque a arquitetura entrou em declínio. Trataram-na então com dosagens fortes. E assim que ela morreu, não se falou mais no assunto.

Vivendo novamente nos dias de hoje sobre suas próprias leis, ela não tem nenhuma necessidade de papéis de parede.

Esses papéis de parede, amiúde vulgares, por vezes refinados, permitem-me ver surgir a verdadeira questão de que ainda não falei. Uma questão crucial de arquitetura: a POLICROMIA.

Aqui, outra vez, uma verdade fundamental: o homem tem necessidade de cores. A cor é a expressão imediata, espontânea da vida.

A cor entra na arquitetura pela intervenção do artista pintor? Absolutamente, o artista pintor, em suma – e por mais intensamente colorista que seja –, não traz massas de cores suficientemente compactas para qualificar uma parede – a parede, suporte da sensação arquitetônica –; ele antes desqualifica a parede, fá-la estalar, explodir, arrebatando sua própria existência: "Conservarei a integridade de sua parede", promete o pintor ao arquiteto. Ilusão! Apraz-me insistir sobre este pequeno detalhe. Isso me prova que os pintores têm, ai de mim, muito pouco desenvolvido o dom profundo da observação: eles não vêem, sob cinco linhas e três cores, desmoronar, fugir essa parede que pretendem respeitar!!! Não nos enervemos nem discutamos! Daqui a pouco iremos procurar os pintores *para fazerem saltar paredes que nos estorvam.*

A policromia arquitetônica é outra coisa; ela se apossa de toda a parede e a qualifica com a potência do sangue, ou o frescor da pradaria, ou o clarão do sol, ou a profundeza do céu ou do mar. Que forças disponíveis! É a *dinâmica*, que eu poderia escrever muito bem a *dinamite*, com meu pintor introduzido na casa. Se uma parede assim fosse azul, ela fugiria; se fosse vermelha, manteria o plano, o mesmo ocorrendo caso fosse castanha; posso pintá-la de preto ou de amarelo.

O Sr. Chevreul, salvo erro, criara trinta mil cores! Creio que o arquiteto recusa na policromia, a aplicação das cores ditas pigmentares, isto é, de aspecto "químico": as anilinas, etc., designação popular do que é estridente, móvel e parece convir muito particularmente à moda.

As grandes cores de base, as cores "eternas", os terras e ocres, o ultramarino. Mas verdes ingleses intensos e vermelhões violentos podem também entrar sinfonicamente na policromia arquitetônica.

A policromia arquitetônica não mata as paredes; pode deslocá-las em profundidade e classificá-las em importância. Se for hábil, o arquiteto tem diante de si recursos de uma saúde e de uma potência totais. A policromia pertence à grande arquitetura viva de sempre e de amanhã. O papel de parede permitiu vê-lo claramente, repudiar tais jogos desonestos e abrir todas as portas aos grandes clarões da policromia, dispensadores de

terres et ocres, l'outremer. Mais des verts anglais intenses, et des vermillons violents peuvent entrer aussi en symphonie dans la polychromie architecturale.

La polychromie architecturale ne tue pas les murs, mais elle peut les déplacer en profondeur et les classer en importance. Avec habilité l'architecte a devant lui des ressources d'une santé, d'une puissance totales. La polychromie appartient à la grande architecture vivante de toujours et de demain. Le papier peint a permis d'y voir clair, de répudier ces jeux malhonnêtes et d'ouvrir toutes portes aux grands éclats de la polychromie, dispensatrice d'espace, classificatrice des choses essentielles et des choses accessoires. La polychromie, aussi puissant moyen de l'architecture que le plan et la coupe. Mieux que cela: la polychromie élément même du plan et de la coupe.

Rejetant le papier peint bigarré, j'ai dit qu'à certains moments il fallait appeler le peintre. Rationnellement pour faire sauter un mur, dynamiter un mur. Lyriquement pour qu'il fasse entendre en justes accords un discours à lui.

Ah, mais tout de suite je me défends! Au peintre, je m'écrie: "Qui es tu? Il ne s'agit ni de décor, ni de billevesées. Tu vas être chez moi toute la vie. Tu parleras chez moi toute la vie! Que vas-tu dire?" Eh, eh, voici qui est sérieux et qui explique pourquoi, malgré toute la bonne volonté possible, la société ne pourra pas *de cette manière* sauver les 20.000 peintres de Paris en chômage. Il y a place pour eux dans d'autres occupations utiles; et ils seront bien réconfortés d'être enfin *utiles à quelque chose.* Il n'y a place, dans l'architecture, que pour des peintres dignes et suffisamment forts.

Telle est ma pensée. Je ne crois pas qu'on puisse systematiquement former des hommes puissants et dignes, – des peintres pour l'architecture.

Il n'est nul besoin de peintres pour l'architecture. Il serait néfaste d'y faire crier des peintres moyens ou médiocres. J'aime mieux admettre que les occasions seront exceptionelles, où le grand peintre digne de l'architecture sera chargé de mission. L'architecture qui est mathématique immanente, dans sa substance et dans sa pâte, possède le rayonnement que projettent les fonctions des courbes et des droites. Autour de l'édifice, dedans l'édifice, il est des lieux précis, – lieux mathématiques, qui intègrent l'ensemble et qui sont des tribunes où la voix d'un discours trouvera son écho tout autour. Tels sont les lieux de la statuaire. Et ce ne sera ni métope, ni tympan, ni porche. C'est beaucoup plus subtil et précis. C'est un lieu qui est comme le foyer d'une parabole ou d'un ellipse, comme l'endroit exact où se recoupent les plans différents qui composent le paysage architectural. Lieux porte-voix, porte-paroles, haut-parleurs. Entre ici, sculpteur, s'il vaut la peine que ton discours soit tenu.

Ce sentiment des échos, des résonnances, des consonnances est si bien perçu par certains, qu'on a vu, à la suite de la révolte et revolution cubistes, des statuaires créer la "sculpture à jour", parce qu'ils discernaient que celle-ci s'incorporerait plus multiplement encore au site, à tout le paysage, à toute la chambre. Ces lieux mathématiques sont l'intégrale même de l'architecture des temps nouveaux dont la loi essentielle est d'être des organismes palpitants, exacts, efficaces, simples, harmonieux, à effluves lointains, à ondes irradiantes. On devine bien que l'aventure de cette statuaire est inédite encore et que du neuf en surgira.

De même l'éclatement de la peinture ne surviendra-t-il

espaço classificadores das coisas essenciais e das coisas acessórias. A policromia, recurso arquitetônico tão poderoso quanto o plano e o corte. Mais do que isso: a policromia, elemento mesmo do plano e do corte.

Rejeitando o papel de parede de cores variadas, eu disse que em certos momentos é preciso recorrer à pintura. Racionalmente, para fazer saltar uma parede, dinamitar uma parede; liricamente, para que faça ouvir, em acordes exatos, um discurso dirigido a ela.

Ah, mas logo em seguida eu me defendo! Exclamo diante do pintor: "Quem é você? Não se trata de decoração, nem de frivolidades. Você vai estar em minha casa toda a vida. Você falará em minha casa toda a vida! Que tem você a dizer?" Êh, êh, eis o que é sério e explica por que, malgrado toda a boa vontade possível, a sociedade não poderá, desta maneira, salvar os 20.000 pintores ociosos de Paris. Há lugar para eles em outras ocupações úteis; e ficarão todos muito satisfeitos de ser, afinal *úteis a alguma coisa.* Não há lugar na arquitetura senão para pintores suficientemente dignos e competentes.

Esse é meu pensamento. Não creio que se possa automaticamente formar homens dignos e poderosos – pintores para a arquitetura.

Não há nenhuma necessidade de pintores medianos ou medíocres. Prefiro admitir que as ocasiões serão excepcionais, quando então o grande pintor digno da arquitetura será encarregado de alguma tarefa. A arquitetura que é matemática imanente, em sua substância e em sua seiva, possui a radiação que projetam as *funções* das curvas e das retas. Em torno do edifício, dentro do edifício, há lugares precisos – lugares matemáticos que integram o conjunto e que constituem tribunas onde a voz de um discurso encontrará seu eco em derredor. Tais são os lugares da estatuária. E isso não terá nada a ver com métopa, tímpano ou pórtico. É muito mais sutil e preciso. É um lugar tal como o foco de uma parábola ou uma elipse, como o ponto exato onde se interceptam os diferentes planos que compõem a paisagem arquitetônica. Lugares porta-vozes, porta-palavras, alto-falantes. Entra aqui, escultor, se vale a pena sustentar o teu discurso.

Esse sentimento dos ecos, das ressonâncias, das consonâncias é tão bem percebido por alguns, que se viu, em seguida à revolta e à revolução cubistas, estatuários criarem a "escultura vazada" porque eles discerniram que esta se incorporava mais multiplamente ainda ao local, a toda a paisagem, a todo o recinto. Esses lugares matemáticos são a própria integral da arquitetura dos novos tempos, cuja lei essencial é a do ser dos organismos palpitantes, exatos, eficazes, simples, harmoniosos, de eflúvios longínquos, de ondas irradiantes. Adivinha-se muito bem que a aventura dessa estatuária é inédita ainda e que dela surgirá o novo.

Da mesma forma, a explosão da pintura não ocorrerá senão em certos lugares intensos, indiscutíveis, estupefacientes, concludentes, exatos. Há anos observo, no âmbito de uma experiência arquitetônica incessantemente renovada, quando e onde a pintura pode ser acolhida como uma rainha. Eu mesmo sou pintor, pinto cada dia e estou muito preocupado com o problema. Raras ocasiões, muito particulares, muito exatas, bem explicáveis, assim que as descobrimos. Explosão da parede antes de mais nada: há paredes incômodas, impostas – ou tetos ou solos – por razões intempestivas alheias à disciplina arquitetural. Essa dinamitação repõe em ordem as coisas da arquitetura.

Nesse painel que rodopia, nesse tabique escorregadio tam-

qu'en certains lieux intenses, indiscutables, stupéfiants, concluants, exacts. Depuis des années, je guette, au sein d'une expérience architecturale sans cesse renouvelée, quand et où la peinture peut être accueillie comme une reine. Je suis peintre moi-même, peignant chaque jour, et très préoccupé par le problème. Rares occasions, très particulières, bien exactes, bien explicables, une fois qu'on les a découvertes. Explosion du mur d'abord: il y a des murs gênants, imposés – ou des plafonds ou de sols – par des raisons intempestives hors de la discipline architecturale. Ce dynamitage remet dans l'ordre les choses de l'architecture.

Le peintre aussi en tel panneau qui pivote, en telle cloison qui coulisse peut trouver l'occasion d'être acteur dans la joute architecturale.

Reste la manière!

Rien n'est à espérer de ces lieux fatidiques munis de la fatidique fresque. Non, cela n'est pas de l'aujourd'hui. Fresque, pourquoi fresque? Noblesse insigne de la fresque? Disons plutôt que les hommes sont tels petits dévergondés que lorsqu' ils ne disposent que d'une technique aussi décevante et misérablement pauvre, ils arrivent à être arrêtés *a priori* au seuil même de leur dévergondage. Je n'aime pas ce malthusianisme. La fresque était la technique seule possible autrefois. Le mosaïque était incomparablement meilleur. Mais aujourd'hui, la chemie toute-puissante a créé les couleurs artificielles, les enduits, les panneaux, les liants artificiels, solides, puissants, éclatants à volonté. A côté, la fresque n'est qu'un vagissement. Pourquoi s'obstiner à vagir? Par discrétion, par modestie? Je ne demande pas à mon peintre d'être discret. Je lui dis: "ici vous avez la parole; parlez!"

Reste à mettre la main sur des vrais peintres dignes de l'architecture.

J'ai parlé des papiers peints bariolés; on comprendra bien pourquoi un sort identique doit être reservé aux staffs décoratifs (art décoratif).

Pourtant, entre la muraille ou les prismes purs et le spectateur, la mouluration pourra intervenir si je la fais rentrer dans l'acception si précise de la *modénature*; ce qui dessine les traits du visage. La modénature employant, en des occasions indispensablement fonctionnelles, la mouluration, permet d'exalter parfois la mathématique par le strict dessin dans lequel elle enserre les surfaces ou les volumes, ou par les compartimentages par lesquels elle les multiplie.

Dans tout ce débat, jusqu'ici, l'architecture n'a pas été souillée par l'introduction d'usages avachis. Les vieilles rengaînes n'ont plus cours: ô fresque de la Renaissance, ô décors du Baroque ou des Rois de France!

L'aventure architecturale des temps modernes, des temps nouveaux est sérieuse. Elle est magnifiquement unanime, elle s'étend à toutes choses. A nous les architectes! Telle la vraie Venise, avant la *Grande Renaissance*, fut de toutes ses pièces faite sans architectes titrés, equipée par des gens de métiers, tels les Temps Nouveaux attendent cette collaboration unanime en cette masse inombrable des objets de leur équipement parfaitement harmonieux. Or nous sommes aujourd'hui dans un chaos que l'humanité n'a jamais connu. Il faut des architectes, il en faut des architectes! De plus en plus et en toutes choses. Qu'ils se spécialisent, certains: ceux des routes autostrades, ceux des routes du rail, des routes de l'eau, des routes de l'air. Ceux du travail, usines et manufactures, standards proches. Ceux du logis, des logis innombrables, uns et divers,

bém o pintor pode encontrar a ocasião de ser ator na arena arquitetônica.

Resta saber como!

Nada há a esperar desses lugares fatídicos dotados do fatídico afresco. Não, nada disso é mais de hoje. Afresco, por que afresco? Nobreza insigne do afresco? Digamos antes que os homens são tão mediocremente descarados que, quando não dispõem senão de uma técnica tão enganosa e miseravelmente pobre, chegam a deter-se *a priori* no próprio limiar de seu descaramento. Não gosto desse malthusianismo. O afresco era outrora a única técnica possível. O mosaico era incomparavelmente melhor. Mas, nos dias de hoje, a química todo-poderosa criou as cores artificiais, os revestimentos, os painéis, os aglutinantes artificiais, sólidos, poderosos, explodindo à vontade. Ao lado deles, o afresco não passa de um vagido de bebê. Por que se obstinar nesse vagido? Por discrição, por modéstia? Eu não peço a meu pintor que seja discreto. Digo-lhe: "Aqui você tem a palavra; fale!"

Resta pôr a mão em verdadeiros pintores, dignos da arquitetura.

Falei dos papéis de parede tingidos de várias cores; compreende-se por que um destino idêntico deva estar reservado aos estuques decorativos (arte decorativa).

Todavia, entre a muralha ou os prismas puros e o espectador, a moldagem poderá intervir se a faço entrar na acepção tão precisa da *modinatura:* o que desenha os traços do rosto. A modinatura, ao empregar em certas ocasiões indispensavelmente funcionais a moldagem, permite exaltar às vezes a matemática através do estrito desenho no qual ela inclui as superfícies ou os volumes, ou através das compartimentações pelas quais ela os multiplica.

Até aqui, em todo esse debate, a arquitetura não foi emporcalhada pela introdução de práticas sovadas. As velhas banalidades não têm mais vez: ó afresco da Renascença, ó interiores do Barroco ou dos reis de França!

A aventura arquitetônica dos tempos modernos, dos tempos novos, é séria. Ela é magnificamente unânime, ela se estende a todas as coisas. A nós os arquitetos! Tal como a verdadeira Veneza, antes da *Grande Renascença*, foi com todas as suas peças feita sem arquitetos diplomados, por pessoas de ofícios, assim também os Tempos Novos esperam essa colaboração unânime, nessa massa inumerável dos objetos, de seu pessoal perfeitamente harmonioso. Ora, achamo-nos hoje num caos que a humanidade jamais conheceu. É preciso arquitetos, é preciso arquitetos! Cada vez mais e em todas as coisas. Que eles se especializem, alguns: os das auto-estradas, os das ferrovias, das hidrovias, das aerovias. Os do trabalho, usinas e manufaturas, padrões próximos. Os da habitação, das inumeráveis habitações, unas e diversas, padronizadas e tão plenas todavia da presença individual de cada um e de todo mundo. Os dos lazeres! Que tarefa! Inaudita! Os das grandes construções comunitárias. Ah, ah! Aqui talvez, vós, grandes pintores, vós, grandes escultores, tenhais uma palavra a dizer.

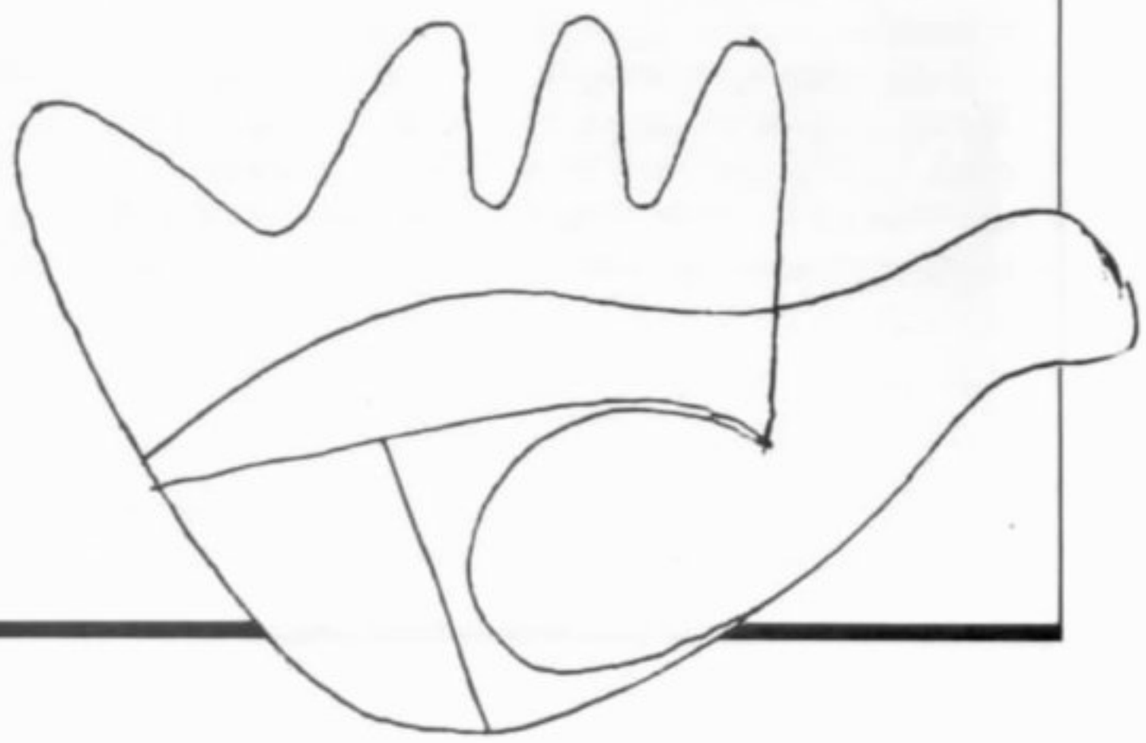
Etc., etc.

Nossos 20.000 pintores e escultores desempregados em Paris estão sempre de mãos vazias.

Que os lancem à vida. As telas emolduradas, feitas por profissionais, não são mais uma produção admissível. Essas telas emolduradas serão feitas pelos "pintores de domingo" durante os próximos lazeres, para o prazer deles e o de seus amigos. Ver-se-ão surgir obras-primas.

Arquivo da SPHAN, Rio/v.d.

A Mão Aberta: *o esboço e o baixo-relevo que integra o conjunto de trabalhos feitos em Chandigarh, na Índia, em 1950, um dos últimos de Le Corbusier.*



standards et si pleins toutefois de la présence individuelle de chacun et de tout le monde. Ceux des loisirs! Quelle tâche! Inouie! Ceux des grandes constructions communautaires. Ah, ah! Ici peut-être, vous grands peintres, vous grands sculpteurs, aurez vous votre mot à dire.

Etc., etc.

Nos 20.000 peintres et sculteurs en chômage à Paris sont toujours les mains vides.

Qu'on les projette dans la vie. Les toiles encadrées, faites par des professionnels ne sont plus une production admissible. Elles seront faites, ces toiles encadrées, par les "peintres du dimanche" pendant les loisirs proches, pour le plaisir à eux et celui de leurs amis. On verra surgir des chefs-d'oeuvres.

Dans la vie, dehors, sont les manifestations du temps nouveau. Le cinéma par exemple, où la perfection actuelle des appareils techniques permettra aux esprits inventeurs de supplanter les "professionnels" des studios où se consomment décidément trop d'artifices. Dans le cinéma, vous dont l'oeil s'est habitué à découvrir des choses où les autres ne trouvent rien, vous dont l'esprit est aiguisé aux problèmes du choix, de la proportion, de l'harmonie, la *Grande Nature* est ouverte désormais – au cinéma. Les studios d'Hollywood vont pâlir!

Il est des occasions très précises d'entrer dans l'architecture: lors qu'il faut publiquement démontrer, prouver, révéler, instruire; voici le mur en photo-montages. On exécute dorénavant à même le mur. L'objectif insatiable livre la révélation du macrocosme et du microcosme. Tout peut être raconté, montré, bâti en apparitions sensationelles du monde, de l'immense monde inconnu. Là, où l'oeil humain succombe, l'objectif supplée. Quel emploi magnifique des forces acquises, pour nos 20.000 chômeurs de Paris en tant d'évènements architecturaux qui sont à intervenir encore.

L'architecture s'étend. Elle est pure, intense, vraie, une. En fin de compte, je pose une fois la question: le *nu* serait-il abominable?

Il y a hiérarchie dans les utilités et dans les utilisations. L'art c'est une intention de qualité. Nous vivons, nous pensons, du moins bien-tôt, allons vivre une nouvelle vie. Il y a des intentions nouvelles en circulation.

Créons et manifestons l'art des temps présents.

Des résurrections? Jamais, jamais, jamais! Or c'est de cela que partout on nous parle. On nous infecte l'entendement.

Pour finir c'est la charité et la philanthropie qui gesticulent: "Nos 20.000 artistes chômeurs de Paris". Attention, ni mélange, ni confusion! Secours de chômage? Non, il s'agit, ici, d'architecture.

Nos 20.000 artistes, les temps nouveaux les appellent. Qu'ils consentent à l'effort indispensable d'adaptation. Qu'ils libèrent leurs élans créatifs! Il y a place pour l'esprit. Pas pour la bêtise.

Le monde, parti en avant dans une aventure gigantesque: les Temps Nouveaux, ne va tout de même pas revenir en arrière, parce qu'une corporation qui n'a pas le droit de se proclamer unanimement l'élite, bat de l'aile, au virage d'une nouvelle route ouverte devant elle.

Na vida, lá fora, estão as manifestações do tempo novo. O cinema, por exemplo, onde a perfeição atual dos aparelhos técnicos permitirá aos espíritos inventores suplantar os "profissionais" dos estúdios, onde decididamente se consomem artifícios em demasia. No cinema, você cujo olho se habituou a descobrir coisas onde os outros não encontram nada, você cujo espírito se aguçou nos problemas da escolha, da proporção, da harmonia, a *Grande Natureza* está doravante aberta – no cinema. Os estúdios de Hollywood vão empalidecer!

Há ocasiões muito precisas de entrar na arquitetura: quando é necessário publicamente demonstrar, provar, revelar, instruir; eis a parede em fotomontagens. Executa-se doravante na parede nua. O objetivo insaciável liberta a revelação do macrocosmo e do microcosmo. Tudo pode ser narrado, mostrado, construído em aparições sensacionais do mundo, do imenso mundo desconhecido. Lá, onde o olho humano sucumbe, o objetivo concluído. Que magnífico emprego das forças adquiridas, para nossos 20.000 desempregados de Paris, em tantos acontecimentos arquitetônicos que ainda serão alvo de intervenção.

A arquitetura se estende. Ela é pura, intensa, verdadeira, una. Afinal de contas, coloco uma vez a questão: o *nu* seria abominável?

Há hierarquia nas utilidades e nas utilizações. A arte é uma intenção de qualidade. Vivemos, pensamos, pelo menos brevemente vamos viver uma nova vida. Há novas intenções em circulação.

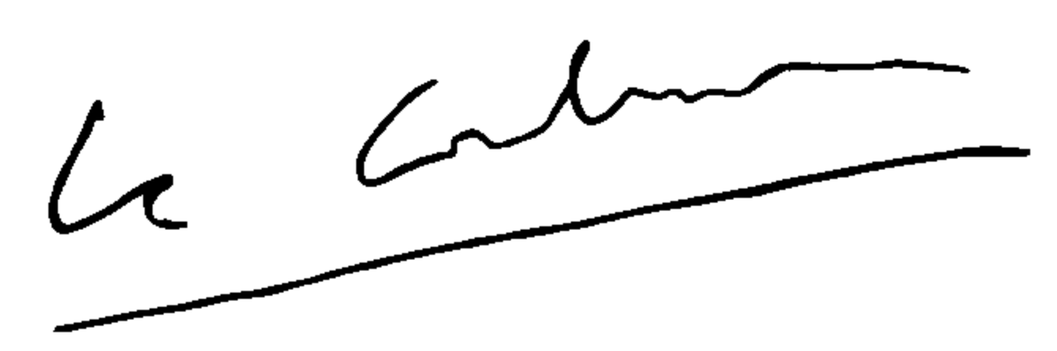
Criemos e manifestemos a arte dos tempos presentes.

Ressurreições? Jamais, jamais, jamais! Ora, é disso que em toda parte nos falam, poluindo-nos o entendimento.

Para terminar, é a caridade e a filantropia que gesticulam: "Nossos 20.000 artistas desempregados de Paris". Atenção, nem mistura, nem confusão! Assistência ao desempregado? Não, trata-se aqui, de arquitetura.

Nossos 20.000 artistas, os novos tempos os convocam. Que eles consintam no esforço indispensável de adaptação. Que liberem seus impulsos criativos! Há lugar para o espírito. Não para a tolice.

O mundo – lançado para a frente numa aventura gigantesca: os Tempos Novos –, não vai, apesar disso, voltar atrás. E uma Corporação que não tiver o direito de se proclamar unanimemente elite estará em sérias dificuldades na curva de uma nova estrada aberta diante dela.



Arquivo da SPHAN, Rio/v.d.

PROJETOS

São Miguel das Missões

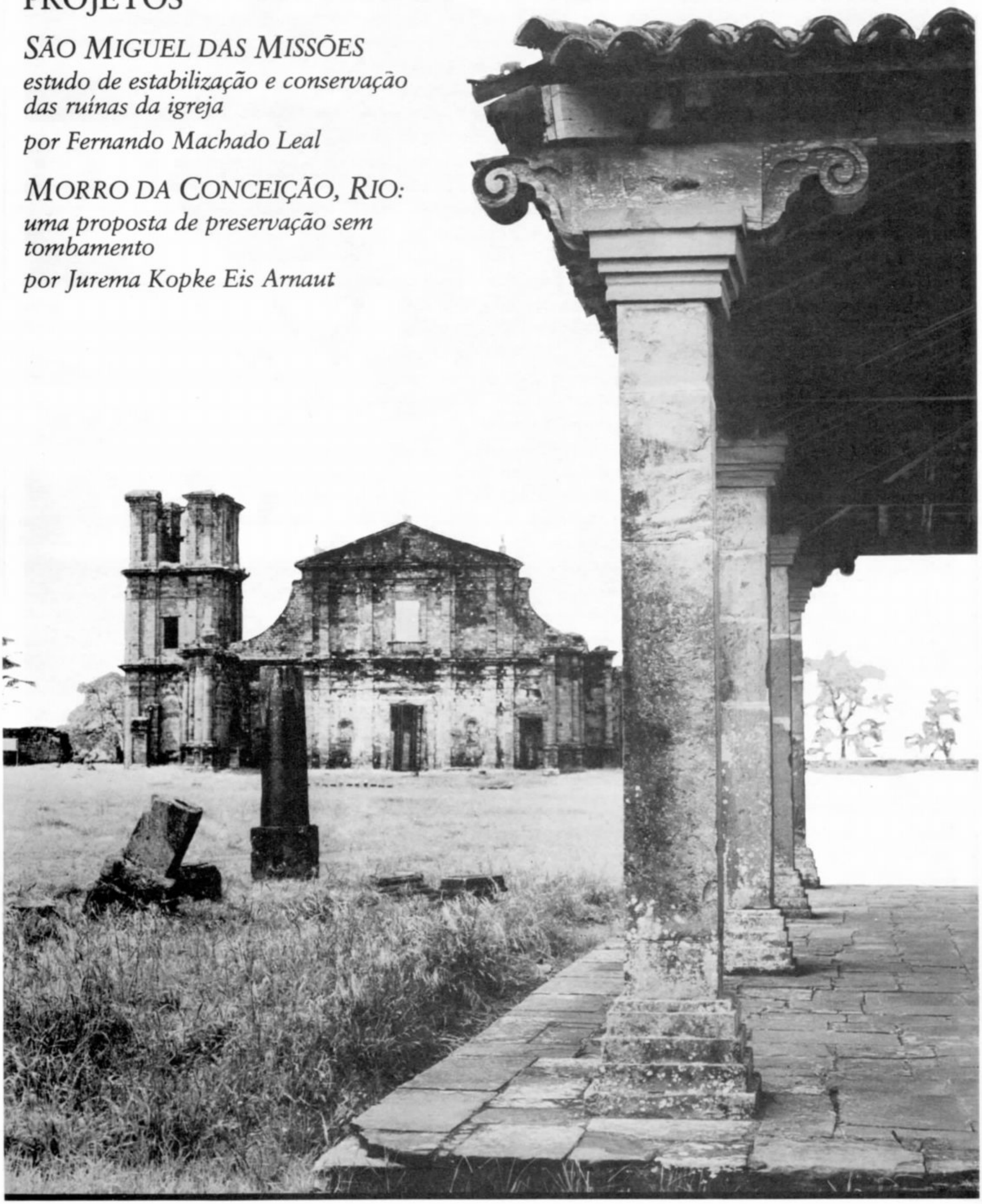
estudo de estabilização e conservação das ruínas da igreja

por Fernando Machado Leal

Morro da Conceição, Rio:

uma proposta de preservação sem tombamento

por Jurema Kopke Eis Arnaut



SÃO MIGUEL DAS MISSÕES

estudo de estabilização e conservação das ruínas da igreja

FERNANDO MACHADO LEAL*

Pedro Lobo/1982

Fachada das ruínas da igreja de São Miguel das Missões: como estava o monumento, antes das obras atuais, iniciadas em outubro de 1982.

Os Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai, cujas ruínas estão localizadas na região missioneira do Rio Grande do Sul, foram instalados, atingiram o apogeu e sua decadência teve início ao tempo em que este trecho do nosso território era parte integrante da América Espanhola. Constituem o conjunto de arqueologia histórica mais importante em terras brasileiras, e entre elas sobressaem os remanescentes do antigo Povo de São Miguel, de ruínas imponentes.

Os restos arqueológicos dos Sete Povos fazem parte do acervo legado pela Companhia de Jesus na Governança do Paraguai, cuja jurisdição se estendia pelo Uruguai, Paraguai, grande parte da Argentina, do Brasil e da Bolívia, assim perdurando até que, no séc. XVIII, novo Tratado de Limites modificasse o de Tordesilhas. Nesta extensão territorial tão vasta distinguem-se três grandes regiões que foram palco da atuação dos jesuítas em terras de Espanha: Tape, Guaíra e Itatim.

A região do Tape, que deve seu nome aos índios tapes, compreendia o território missioneiro do Rio Grande do Sul, prolongando-se na Argentina até a Província de Misiones. A região do Guaíra compreendia grande parte do estado do Paraná, no Brasil, e a do Itatim, situada entre o alto Paraguai e as serras, vale dizer, ao norte da cidade de Concepcion, se prolongava até parte do território brasileiro, bordejando o Pantanal Mato-grossense.

Em virtude dos percalços por que passou a ocupação de área tão ampla, subsistem no Brasil apenas os restos arqueológicos do território missioneiro gaúcho, da maior importância, e, provavelmente, restos de importância relativa, nas antigas regiões do Guaíra e do Itatim.

Os primeiros jesuítas chegados à região eram provenientes da Província Jesuítica do Peru e se instalaram no Tucuman, na Argentina, em 1585, dando início aos trabalhos apostólicos. Poucos anos depois, em 1607, o Superior Geral da Companhia de Jesus, padre Claudius Aquaviva, reuniu as regiões do Rio de Prata, Tucuman e Chile numa só Província independente, denominada Paraquaria, que teve o padre Diego de Torres Bollo como seu primeiro Provincial. Já no ano seguinte, em 1608, realizou-se a primeira Congregação Provincial em Santiago do Chile, ocasião em que foram discutidas as diretrizes básicas das ações a serem adotadas na nova Província.

Cerca de vinte anos de catequese no Paraguai e em outras regiões haviam demonstrado aos jesuítas quais os obstáculos para a conversão dos gentios e ensinado como superá-los. Passara a fase das "missões ambulantes" em que expedições de religiosos procuravam efetuar a catequese dos índios no seu próprio meio, longe dos conquistadores espanhóis, e de que resultaram poucos fru-

(*) Fernando Machado Leal, arquiteto, coordenou o projeto – em execução desde outubro de 1982, no Rio Grande do Sul – de estabilização e conservação das ruínas da igreja de São Miguel das Missões, que integra o sítio histórico recentemente elevado pela UNESCO a Patrimônio da Humanidade.

tos. Cumpria, ainda, superar a instituição da "encomienda" e o serviço pessoal, que resultava na desagregação da família, má alimentação, maus-tratos, fugas e redução da vida média. E, o que é pior, o "encomendero" ao dar prioridade a seus interesses temporais, em detrimento das obrigações dos índios para com Deus, afastava os gentios da Igreja e da vida espiritual, prejudicando a salvação de suas almas. Eis por que desde 1602 os jesuítas haviam resolvido adotar a catequese estável, através de aldeamentos que tomaram o nome de "reduções", porque "ad ecclesiam et vitam civilem essent reducti". Criadas as primeiras reduções por volta de 1609, quando o padre Marcial de Lorenzana fundou Santo Inácio Guazu, em Assunção, no Paraguai, o sistema se espalhou, sendo fundados vários outros estabelecimentos.

Entre 1615 e 1628, o padre Roque Gonzales de Santa Cruz fundou várias reduções à margem direita do rio Uruguai e, em 1626, transpondo o rio, chantou uma cruz no rio Piratini, celebrando a primeira missa rezada por jesuítas em terras do Rio Grande do Sul. Foi, talvez, o primeiro branco a pisar esta parte do território gaúcho, tendo sido essa a origem da redução de São Nicolau, a qual, por cerca de 10 anos, seguiram-se as fundações de outros estabelecimentos.

Rebelados os índios, em 1628, os padres Roque Gonzales e Afonso Rodrigues foram trucidados no Caaró e, logo depois, o padre Juan del Castillo, no Pirapó.

Vencido o primeiro obstáculo representado pelas revoltas indígenas, a elas se seguiria a dos mamelucos paulistas. Com o aldeamento dos índios, agora já industriados pelos jesuítas na agricultura, na pecuária, nas artes e nos ofícios, passaram a ser cobiçados pelos paulistas que, a partir de 1628, começaram a hostilizar as reduções em busca de escravos destinados às fazendas e engenhos do litoral, chegando mesmo a destruir muitas delas. Só a partir de 1639, quando os jesuítas conseguiram ordem da Corte espanhola para armar os índios com arcabuzes, é que a situação passou a se modificar. Em 1641, na batalha de Mbororé, os mamelucos foram derrotados pelos tapes e, em 1651, os paulistas armados para arrasar as reduções e o Paraguai foram definitivamente vencidos pelas forças missioneiras.

Dessa data em diante, por cerca de um século, floresceu o território missioneiro, quer com a fundação de novas reduções, quer com o desenvolvimento das já existentes. Mas a devastação infligida anteriormente pelos paulistas às reduções do Guaíra e do Itatim fizera com que os índios dessas áreas fossem transferidos, respectivamente, para a região de Misiones, na Argentina, e os atuais estados de Itapua e Misiones, no Paraguai, concentrando as reduções e facilitando sua defesa, e que tanto no Guaíra quanto no Itatim a experiência colonizadora dos inacianos não se renovasse[1].

Hernan Busaniche, ao estudar a evolução da arquitetura nas reduções jesuíticas da Província do Paraguai, nesses dois períodos históricos, distingue três etapas de desenvolvimento.

A primeira etapa corresponde à fase inicial da expansão dos inacianos, quando são fundadas as primeiras reduções em território imenso e a obra dos padres é de natureza provisória. Vai aproximadamente de 1609 a 1635. As edificações são construções precárias, e, por isso, quase não deixaram vestígios. Correspondem ao edificado nos nossos territórios do Guaíra, do Itatim e em parte da região missioneira gaúcha, nos primórdios de sua ocupação.

A segunda etapa – que denomina de "arquitectura misionera con estructura de madera" – vai de 1635 até a expulsão dos padres, em 1767. Diz respeito à época da concentração e consolidação dos povos depois do grande êxodo. Com a relativa estabilidade na vida das missões, as construções iniciais dão lugar a outras, estáveis, de maior amplitude, vez que os povos haviam aumentado muito suas populações. Surgem igrejas espaçosas, de três a cinco naves, que, por suas proporções, guardam certa semelhança com as primitivas basílicas romanas, fabricadas com estrutura autônoma de madeira e grossas paredes de vedação em alvenaria de pedra argamassada com barro, cobertas por telhas de barro sobre armação de madeira. Nas construções de menor porte – colégios, casas dos índios, etc. – com vãos menores, o telhado se apóia diretamente sobre as alvenarias. Dentro do melhor espírito barroco, para impressionar os indígenas, internamente nas igrejas, a caixa da fábrica é enriquecida pela ornamentação dos muros com elementos decorativos; veste-se o vigamento da estrutura de madeira, procurando-se movimento pela simulação de arcos e abóbadas em madeira, empregando-se tábuas de cedro, logo pintadas de cores simples. A esta etapa correspondem Santo Inácio Guazu e São Cosme, no Paraguai; as construções da Argentina, com Santo Inácio Mini como exemplar mais característico; São Borja, São João Batista e quase todas as obras no território gaúcho, no Brasil.

A terceira etapa, que corresponde à última época das missões, a de seu maior esplendor, realizada pouco antes da expulsão dos jesuítas, se distingue pela construção de templos e obras de características semelhantes às da Europa, fruto da atuação de arquitetos mais hábeis em meio que já permitia tentar-se a vinculação com a arquitetura metropolitana. Substitui-se a estrutura autônoma de madeira por paredes portantes de alvenaria e arcadas finamente trabalhadas. Dificuldades construtivas impostas pela falta de cal impedem que o novo sistema seja usado em plenitude pela adoção generalizada de arcos e abóbadas, como o realizado em Córdoba. São exemplos desta fase Trinidad, no Paraguai, e São Miguel, no Brasil[2].

Na época do seu maior desenvolvimento, aproximadamente de 1690 a 1750, trinta reduções se estendiam em seu sítio definitivo ao longo dos territórios hoje pertencentes ao Paraguai, Argentina e Brasil. O sul do Paraguai era ocupado por oito. As atuais províncias argentinas de Corrientes e Misiones eram ocupadas por quinze. A parte noroeste do Rio Grande do Sul era ocupada por sete reduções ou os Sete Povos das Missões, centro do "Estado jesuítico do Paraguai" ou "Reino teocrático jesuítico-indígena junto ao Paraná e ao Uruguai", a saber: São Francisco de Borja, fundado em 1682; São Nicolau, fundado em 1687; São Luiz Gonzaga, fundado em 1687; São Miguel Arcanjo, fundado em fins de 1687; São Lourenço Mártir, fundado em 1690; São João Batista, fundado em 1697, e Santo Angelo Custódio, fundado em 1706.

Data de 1632 a fundação do aldeamento em Itaiacecó, à margem direita do rio Ibicuí, pelos padres Cristóbal de Mendoza e Paulo Benevides, origem do Povo de São Miguel das Missões. Hostilizada pelos mamelucos de São Paulo, em 1637, toda a população de São Miguel se transportou para a banda ocidental do rio Uruguai, estabelecendo-se nas proximidades de Concepción, e aí se

desenvolveu enormemente.

Em 1686, ao resolverem "remudar quatro povos", entre os quais o de São Miguel, os jesuítas visavam não só facilitar a expansão destes povos como defender a base da economia das reduções, criando linhas de defesa contra eventuais invasões de mamelucos. Precisavam prestar assistência às vacarias – que começavam a ser assoladas pelos próprios espanhóis –, às estâncias fundadas no vale do Uruguai, bem como zelar pelas áreas de exploração intensiva dos ervais de mate, destinados tanto ao consumo dos índios quanto ao florescente comércio de exportação da erva para Buenos Aires. Visando assegurar mútua defesa, as distâncias entre as reduções deveriam permitir que fossem alcançadas em um dia de marcha(3).

Coube ao padre Alonso de Castilho, em companhia de outros inacianos, a tarefa de atravessar o rio Uruguai e escolher os sítios em que deveriam ser localizadas as reduções de São Miguel, São Nicolau, São Luiz e São Borja. E, em 1687, estabeleceu-se o Povo de São Miguel no sítio definitivo. São deste último estabelecimento as ruínas que se pretende preservar.

Como se terá dado a fundação da redução de São Miguel e como se terá organizado este Povo, nos seus primórdios?

A única descrição que chegou até nós sobre os procedimentos adotados pelos jesuítas ao fundarem e organizarem uma redução indígena em território gaúcho é a narrativa feita pelo padre Antonio Sepp relativamente à fundação do Povo de São João Batista, em 1697. Certamente, para São Miguel, não foi outro o procedimento. Mas desde os primórdios da atuação dos inacianos que o padre Diego de Torres Bollo havia dado instruções precisas quanto à escolha do sítio, à implantação e ao traçado das reduções, que viriam a se constituir na base do modelo seguido, praticamente, por todos os aldeamentos, conferindo-lhes unidade. O resultado era semelhante ao preconizado pelas "Leyes de Índias", conforme se verifica pela gravura em cobre, de 1755, que representa o Povo de São João.(4)

Como os objetivos primordiais da Companhia eram a doutrina e a catequese, a vida comunitária se desenvolvia em torno deste primado, e as atividades principais se subordinavam e convergiam para ele. O programa das edificações deveria satisfazer as necessidades de uma comunidade com vida autônoma e organização sócio-econômica quase auto-suficiente, dimensionada para abrigar cerca de 4 mil a 5 mil almas. Quando estas cifras eram atingidas, providenciava-se a fundação de nova redução, o que era de interesse da Coroa espanhola por redundar na progressiva tomada de posse da terra. Não se deve esquecer ainda que as reduções jesuíticas, com seus índios aguerridos sob o comando de caciques industriados pelos jesuítas, se constituíam numa primeira linha de defesa contra os portugueses.

Desse modo, conforme acentuou José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, "sobre um mesmo modelo, e apenas com pequenas diferenças, foi traçada a planta dos demais povos ou Missões".(5)

Pedro Lobo/1982

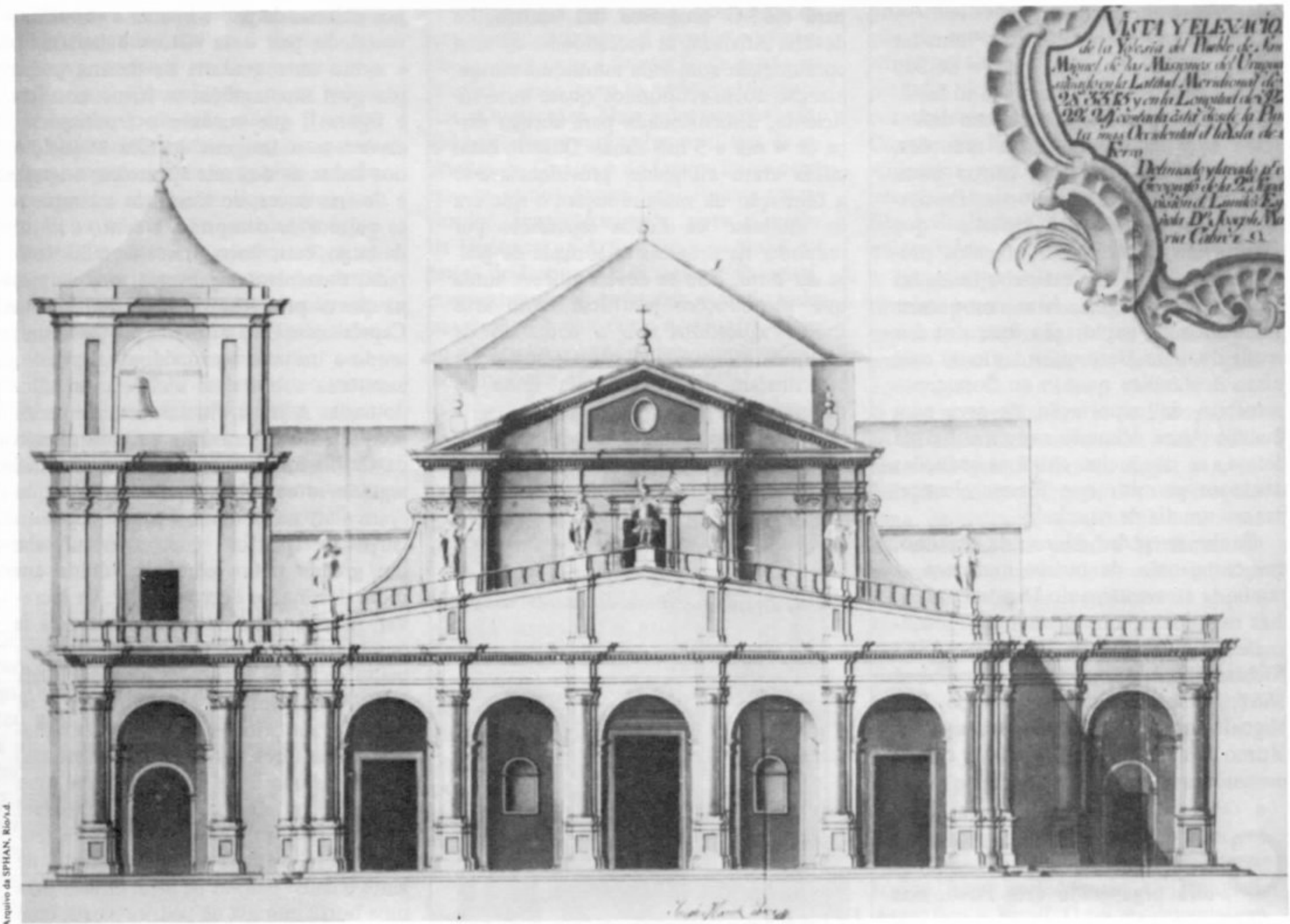
Igreja, torre e pórtico: épocas diferentes de construção.

A redução de São Miguel, na época do seu apogeu, foi descrita pelo Visconde de São Leopoldo da seguinte forma, segundo lhe fora relatado por participante da campanha de 1756: "Jaz colocada na chapa de uma colina, quarteada de alguns bosques, entre os quais serpenteiam abundantes mananciais, que por fim vão confundir-se no Rio Jacuípe, distante um quarto de légua; das abas dela se estendem viçosas campinas. Na frente de uma grande praça quadrangular, na qual desembocam nove ruas, via-se o templo, bem que de paredes de pedra e barro, mas muito grossas, e branqueadas de tabatinga; era voltada para o norte, e nele se entrava por um alpendre de cinco arcos, sustentados por colunas de pedra branca e vermelha, rematado por uma vistosa balaustrada, e sobre uma gradaria da mesma pedra (da qual são também os frisos, cornijas e figuras), que coroava o frontispício, elevava-se a imagem de São Miguel, e dos lados as dos seis apóstolos; a igreja é de três naves, de trezentos e cinqüenta palmos de comprido, e cento e vinte de largo, com cinco altares de talha dourada, e excelentes pinturas, e ao entrar na porta principal via-se à direita uma Capela com seu altar, e pia batismal, sendo a bacia de barro vidrado de verde, assentada sobre uma moldura de talha dourada. A torre era também de pedra com seis sinos. Imediata ao lado direito da Capela-mor chegava-se à sacristia, daí seguiam-se os cubículos dos padres, que eram muitos e cômodos; pegava logo um lanço de quartos, que olhavam para um grande pátio, com alpendrada em roda, destinados à escola de ler, de escrever, música vocal e instrumental, dele se comunicava para outro semelhante, formado de várias casas, em uma das quais trabalhavam vinte e quatro teares, e as outras eram oficinas de ourives, entalhadores, pintores, uma grande ferraria, muitos armazéns; e uma casa-forte, que servia de prisão, tudo com admirável ordem; uma espaçosa varanda; sustentada sobre colunas de pedra lavrada de vinte e cinco palmos de alto, olhava para uma horta murada de pedra e barro, com ruas alinhadas, e plantadas de pinheiros, laranjeiras, limoeiros, marmeleiros, pecegueiros, e outras muitas árvores e arbustos, tanto indígenas, como exóticos. Contíguo ficava um recolhimento de viúvas e donzelas, com um só portão, e um pátio no meio" (6).

As ruínas que se deseja preservar são as da igreja descrita acima e pertencem ao segundo templo construído em São Miguel, conforme se depreende da leitura das ânuas de 1700 e 1708(7).

A simples observação do conjunto *igreja, torre sineira e pórtico* tem levado os principais autores brasileiros a pensarem, no todo ou em parte, que se trata de construções levantadas em épocas diferentes, sendo a igreja a de data mais recuada. Estudo recente do arquiteto argentino Ramón Gutierrez trouxe-nos contribuição importante não só para estes assuntos como para outros aspectos da vida pregressa do monumento.

A autoria do risco da igreja e a responsabilidade pela sua construção têm

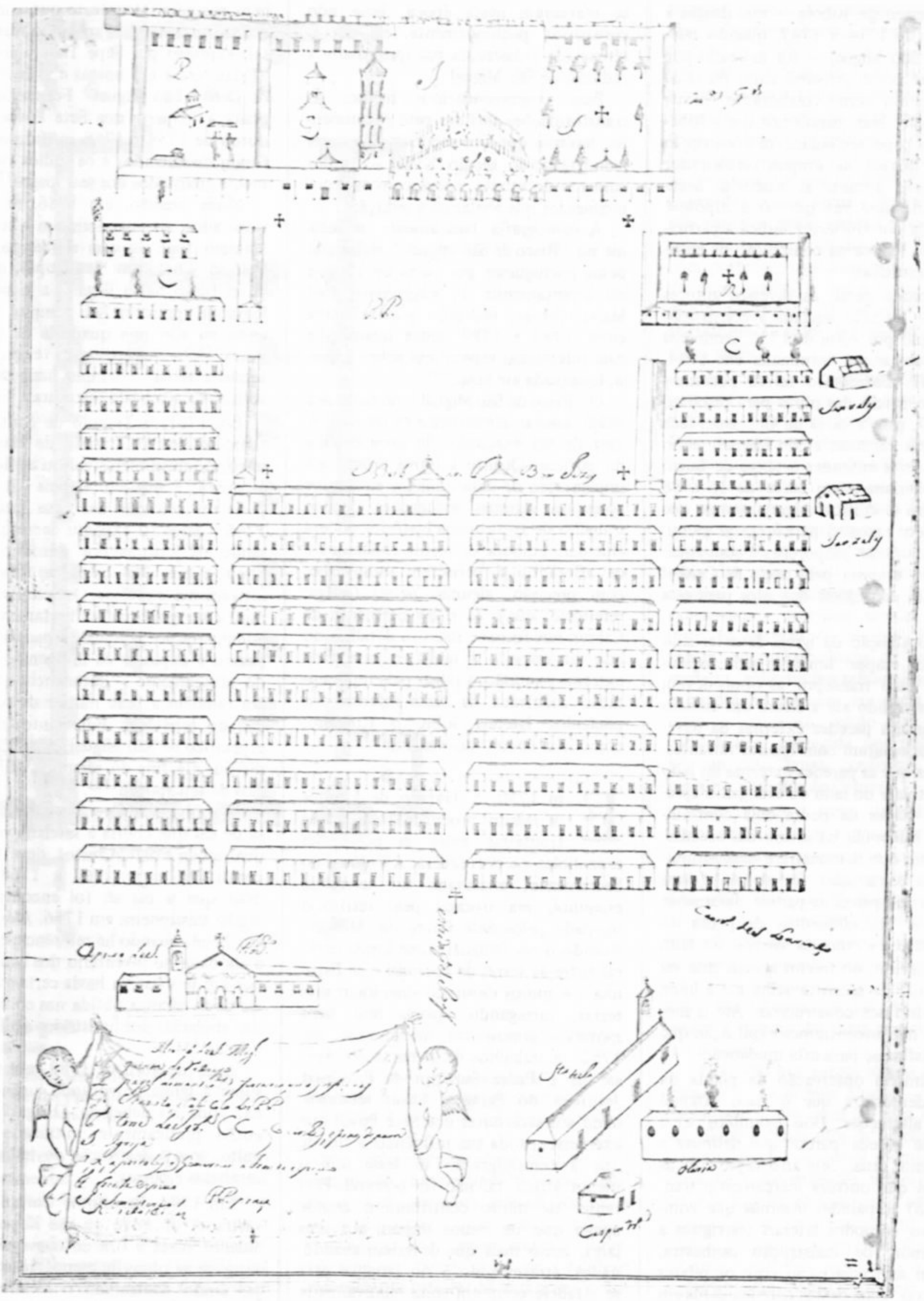


Arquivo da SPHAN, Rio/s.d.

A igreja em 1780, segundo a gravura de Cabrer, única iconografia específica do monumento até hoje localizada.

sido atribuídas pelos diversos autores brasileiros ao arquiteto Gian Battista Primoli, nascido em Milão a 10 de outubro de 1679. A atividade de Primoli como projetista, questionada em parte por Gutierrez, parece-nos provada à saciedade quando o padre Carlos Gervasoni escreveu ao padre Comini a 9 de junho de 1729, dizendo "irmão incomparável, infatigável, ... o arquiteto, o mestre, o pedreiro da obra... que anda sempre ocupado aqui e acolá a ver, examinar, a levantar planos", na transcrição de Lúcio Costa[8].

Só profissional altamente qualificado, com sólida formação e larga experiência, se atreveria a projetar e construir templo da proporção e do apuro de São Miguel, inovando no sistema construtivo até então adotado naquela região. É desconhecida a atividade de Primoli como arquiteto na Itália, a não ser que "fue Arquitecto en Roma"[9]. A idade com que ingressou na Companhia de Jesus, 37 anos incompletos em janeiro de 1716, faz pensar que estivesse inteiramente identificado com o que havia de mais recente no último período do barroco italiano, como os prenúncios do surto neoclassicista de meados do século XVIII, após as escavações de Herculano e Pompéia. Primoli chegou a Buenos Aires em 1717, juntamente com outros jesuítas, entre os quais, o arquiteto Andrea Bianchi com quem colaborou em diversas obras. Os anos que passou trabalhando em Buenos Aires e Córdoba até se dirigir para São Miguel, por volta de 1730, devem tê-lo familiarizado com os índios, aprendendo a ensiná-los e a confiar no potencial de suas habilidades manuais. É com este raciocínio que procuramos compreender o fato de na igreja de São Miguel ter-se mudado o sistema construtivo de estrutura autônoma de madeira para o de paredes portantes de pedra, ainda que na parte referente ao Colégio se tenha mantido a estrutura de madeira com vedação de alvenaria. Numa região em que ainda não se havia descoberto jazidas de calcário, em que a cal praticamente não era empregada por ser obtida a partir da calcinação de caracóis, a elevação de paredes de alvenaria de pedra assentada com barro, sem emprego de material mais ligante que a própria argila do barro, pressupõe cuidados especiais, o que só mão-de-obra de boa qualidade, formada por técnico altamente qualificado, pode explicar. Do mesmo modo, certos detalhes da modinatura revelam esta qualidade, enquanto que os paramentos das paredes dos fundos dos nichos da frontaria, cujas fortes inclinações foram identificadas no levantamento gráfico, demonstram conhecimento e refinamento técnicos capazes de corrigir distorções óticas só encontradas em arquitetura de muito apuro.



Arquivo da SPHAN, Rio/s.d.

Risco de São Miguel: planta elaborada pelos portugueses, por volta de 1756.

Francisco de Ribera – que dirigiu a redução de 1714 a 1747, quando faleceu em São Miguel – foi indicado por Gutierrez como provável autor do risco da igreja ou como colaborador na sua construção. Mas parece-nos que a Ribera coube papel secundário na construção de São Miguel, de simples colaborador de Primoli durante as ausências deste arquiteto, uma vez que só a hipótese levantada por Gutierrez indica a participação de Ribera na construção de edificações jesuíticas.

De modo geral, os diversos autores estimam ter sido iniciada a construção do templo por volta de 1735, sendo sua parte substancial terminada em 1744, ou 1747. Entretanto talvez possamos recuar o início das obras para próximo de 1729, caso a carta de Gervasoni faça referência expressa a São Miguel, como parece dar a entender o texto de Lúcio Costa. Seriam assim cerca de 15 a 18 anos para se edificar a igreja, tempo que nos parece razoável para levantar monumento daquelas proporções e com aquele apuro, embora pelo texto de Cardiel se devam considerar dez anos para esta tarefa.

A construção da igreja deve ter sido feita por etapas. Iniciadas pela capela-mor e pelo transepto, as obras devem ter-se estendido até a altura das escadas inseridas nas paredes externas da nave. Daí prosseguiram com ligeiras variantes, uma vez que as paredes externas do lado da epístola e do lado do evangelho apresentam fiadas de pedra cuja continuidade é quebrada na altura das escadas, em linhas que demonstram descontinuidade na construção. Da mesma forma se observam panos de parede claramente marcados por elementos de pedra no paramento externo da parede do lado do evangelho, no trecho apenas que vai do cunhal da sacristia velha até a linha limite de fases construtivas. Até o momento, não encontramos explicação que nos satisfizesse para esta mudança.

A simples observação da planta da igreja demonstra que o risco original sofreu alterações. Dois exemplos: a) o pano de parede parece que delimita a capela-mor atual, sem amarração com as pilastras que outrora marcariam o transepto; b) as paredes internas que compõem os cômodos laterais contíguos à capela-mor, de construção canhestra, também sem amarração com os pilares e pilastras. Uma destas paredes, caída em 1968 e não reconstruída nas obras que se efetuaram nesta época, teria sido construída posteriormente, em decorrência das vicissitudes por que passou a redução de São Miguel.

Para compreendermos melhor as transformações sofridas pelo monumento, teremos que nos socorrer da escassa iconografia do século XVIII e da documentação escrita, coeva com os acontecimentos que abalaram a redução.

A iconografia, basicamente, se resume no "Risco de São Miguel", elaborado pelos portugueses por volta de 1756, e no levantamento do engenheiro José Maria Cabrer, realizado possivelmente entre 1783 e 1789, única iconografia com referências específicas sobre a igreja, localizada até hoje.[10]

O "Risco de São Miguel", no tocante à igreja, apenas demonstra a existência, na data de sua execução, de torre única e do pórtico. Quanto à trama urbana e à implantação de determinados elementos apresenta algumas indagações que só trabalho de arqueologia histórica poderá elucidar, embora os restos existentes e os aflorados já permitam localizar-se, com precisão, algumas partes (adega, refeitório, etc.). Já o levantamento de Cabrer nos fornece maiores detalhes no que diz respeito à igreja, e parece de extrema exatidão, a julgar pela representação chanfrada da parte inferior dos pináculos laterais sobre o tímpano, como lá se encontram até hoje.

Em 1750, o Tratado de Limites de Madri procurou fixar novas fronteiras entre as possessões espanholas e a portuguesa. A Colônia do Sacramento, encravada no território espanhol, era trocada pelo território ocupado pelos Sete Povos das Missões, ficando o rio Uruguai como limite natural entre as terras de Portugal e de Espanha. Os índios deveriam abandonar suas terras, carregando apenas seus bens móveis e semoventes, iniciando-se, em 1752, os trabalhos de demarcação. Apesar de o Padre Superior da Província Jesuítica do Paraguai haver recomendado aos sacerdotes dos Sete Povos que exercessem toda sua influência a fim de que a transmigração se desse sem o menor atrito, tal não foi possível. Para tanto, de muito contribuiu o grande apego que os índios tinham aos seus lares, tanto mais que deveriam abandoná-los, atravessando o rio Uruguai para se estabelecerem em zona relativamente povoada, sem contarem com alimentação nem moradia. Mais forte que a influência dos padres foi o apego ao torrão natal, expresso por Sepe Tiaraju ao dizer: "Estas terras são nossas e as recebemos de Deus e São Miguel". Foi então deflagrada a "Guerra dos Sete Povos", que durou de 1754 a 1756, quando os tapes foram massacrados e os índios violentamente enxotados dos seus pagos[11].

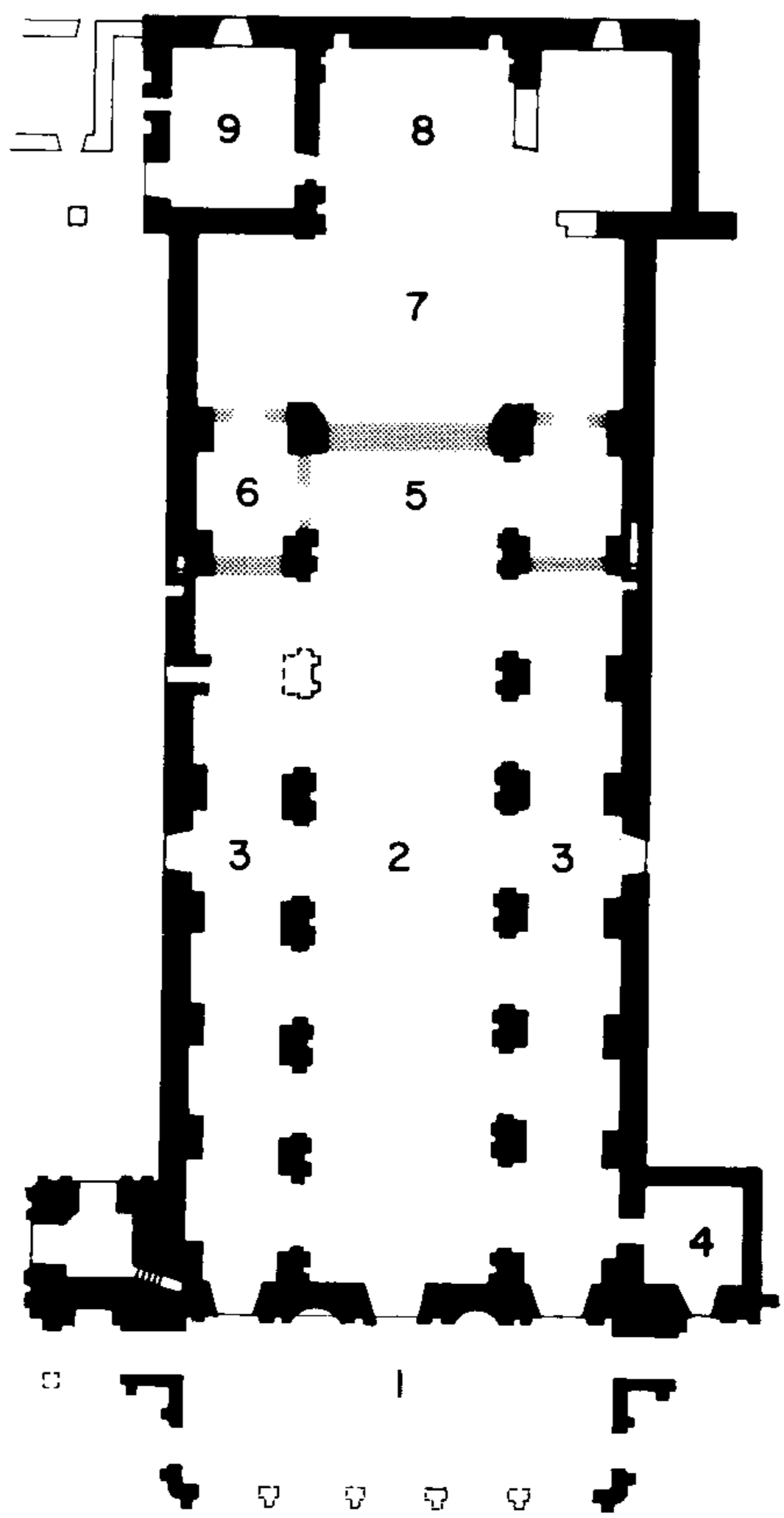
Nessa ocasião, em 1756, os índios revoltados, ao abandonarem a redução, atearam fogo às suas residências e ao Colégio. Chegaram "las tropas, quando ya el fuego habia llegado a la sacristia, logrando preservar el templo, empleando en ello una quadrilla de trabajadores"[12]. Assim, com exceção da sacristia velha, o templo nada deve ter sofrido na sua parte estrutural.

Em 1761, o Tratado de Santo Ildefonso anulou o Tratado de Madri e o território missioneiro voltou ao domínio espanhol, e um ano depois os índios puderam retornar aos seus lares. Em 1765, Carlos III expediu decreto expulsando os jesuítas dos domínios espanhóis, e, em 1768, os padres foram definitivamente expulsos. Os Sete Povos vieram a ser governados diretamente pela administração colonial espanhola, que passou a explorar os indígenas, decaindo bruscamente – decadência que atingiu também a base militar de sustentação do território. Entretanto, no caso específico de São Miguel, a redução conservou, até fins do século XVIII, vestígios de seu apogeu[13].

A abóbada de alvenaria com argamassa de cal que cobria a sacristia velha, da qual ainda existem restos, deve ter sido construída entre 1762 e 1768, tanto mais que a cal só foi encontrada na região missioneira em 1756. Além disso, em 1768, quando há referência expressa à abóbada no inventário dos bens tomados aos jesuítas, já havia certa experiência desta técnica obtida nas construções das abóbadas dos batistérios de Trinidad e Jesus[14].

A 21 de abril de 1789 caiu um raio sobre a igreja provocando incêndio que não pôde ser debelado. O templo ficou, então, praticamente inutilizado para o culto, com a destruição do telhado e de retábulos e portas.

Em 1793, Bartolomé Coronil, administrador do Povo de São Miguel, foi a Buenos Aires a fim de conseguir quem dirigisse as obras de recuperação da igreja, sendo contratado o Mestre Rafael Azcurra. Na qualidade de Mayordomo



Ruínas da igreja
Planta Baixa

paredes sem amarração nas pilastras
paredes parcialmente desmoronadas
pilar desmoronado

1. Pórtico 2. Nave 3. Naves laterais
4. Batistério 5. Capela-mor 6. Sacristia
7. Transepto 8. Capela-mor 9. Sacristia velha

das obras, coube a Coronil a aquisição de ferramentas e materiais, dentre os quais 5 mil fanegas de cal, ou cerca de 180.300 kg. As obras devem ter-se iniciado a partir de 1794 e terminado antes de 1801, quando da expulsão dos espanhóis[15]. Nesta época é que deve ter sido modificada a planta inicial da igreja pelo encurtamento da nave e a construção da vedação entre arcos, criando-se dois cômodos laterais anexos à nova capela-mor, o do lado do evangelho funcionando como sacristia, caracterizando-se como obras de qualidade visivelmente inferior às anteriores o que é explicável tanto pela decadência da redução quanto por deficiências técnicas. Da mesma forma, os reparos decorrentes do incêndio poderiam explicar por que a arcada do lado da epístola apresenta linha claramente visível, delimitando dois tipos de sistemas construtivos: alvenaria de pedra e alvenaria de tijolo com argamassa de cal. Pode explicar também por que a arcada do lado do evangelho possui arcos e complementação superior neste mesmo tipo de alvenaria de tijolo. É assunto que investigações posteriores poderão elucidar, ficando aqui apenas o registro, tanto mais que a quantidade de cal adquirida por Bartolomé Coronil faz supor obra de certo vulto.

Com relação à cobertura, hoje desaparecida, escusamo-nos de especulações, face aos objetivos do nosso trabalho. Cabe-nos apenas acrescentar que, à base de documentação conhecida e de indícios encontrados no próprio monumento, parece-nos não haver mais dúvidas de que a igreja foi projetada e construída inicialmente com três naves: a central, mais alta, e as colaterais, formadas por capelas intercomunicantes, transepto, capela-mor e sacristias anexas, e batistério na entrada do templo. Provavelmente, possuía abóbadas de berço, em madeira, cobertas por telhado, nas naves, e cúpula de madeira em meia laranja, sobre o transepto, sendo esta, ao que tudo indica, protegida por telhado de seis ou oito águas, conforme nos faz pensar o desenho de Cabrer.

Com relação à torre, defende o professor Júlio N.B. de Curtis, que a igreja foi projetada e construída inicialmente sem este elemento. A hipótese se justifica pelo "fato de termos encontrado, no espaço de uma pedra deslocada, no interior dos maciços que se situam entre a torre e a parede lateral da nave, no lado do Evangelho, o prolongamento da elaborada modinatura que, na frontaria, marca a divisão das duas grandes faixas horizontais."

"Ora, não nos parece lógico, nem admissível" — continua Curtis — "que se executassem, em local de vista inacessível, filetes e dentículos de precioso nível artesanal como os que lá se encontram. Seria, em nosso entender, preferível aceitar que aqueles elementos de ordenação arquitetônica tornejassem um suposto cunhal e fossem 'morrer' nas ilhargas do monumento"[16]. Acrescente-se a esta argumentação, como indicaram observações realizadas durante o levantamento

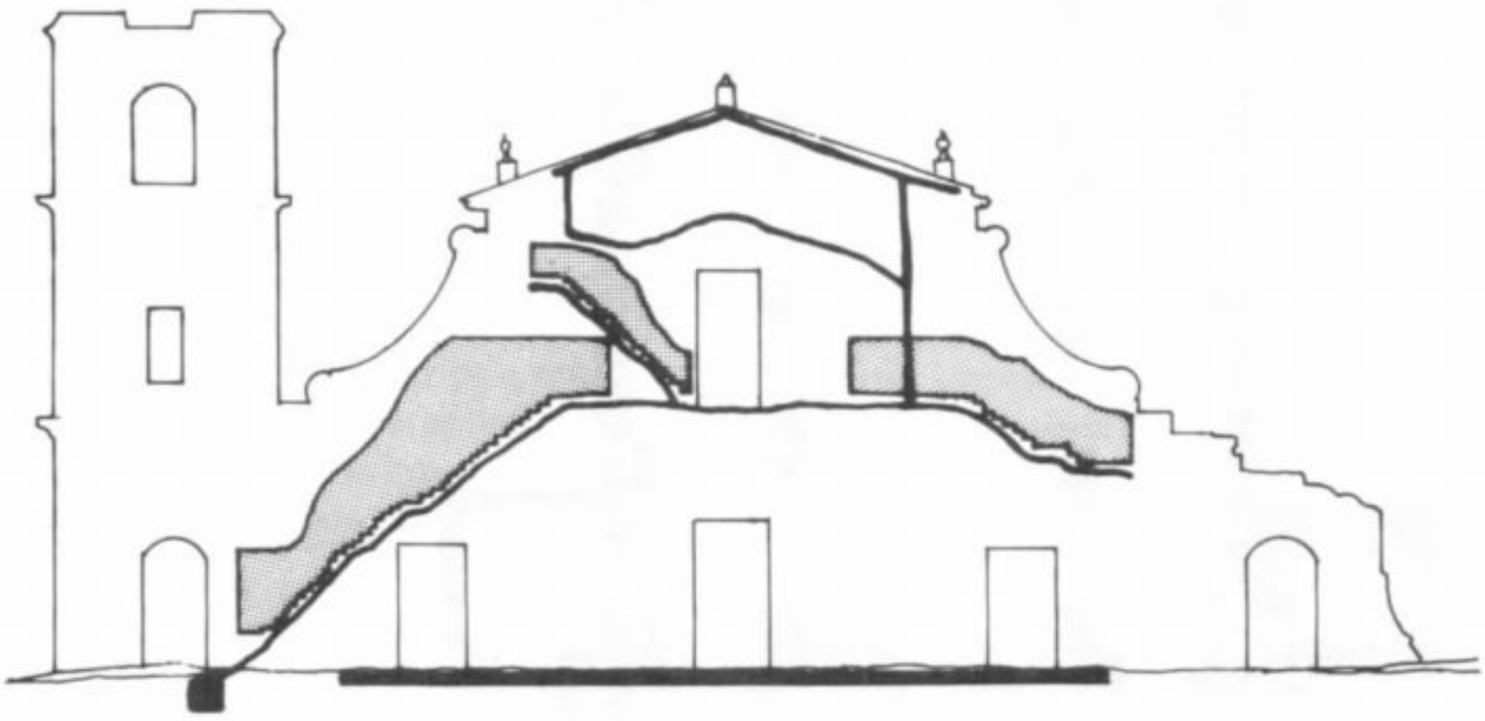
gráfico do monumento, que as paredes da igreja e da torre são apostas uma à outra, o que foi confirmado, já agora no decurso das obras, tanto pelos indícios encontrados na fachada, por trás do pórtico, quanto pela constatação de que os alicerces da torre e da igreja são independentes, sem amarração. Entretanto, a escada inserida no interior da frontaria, que nasce na torre, levanta algumas questões. Por suas dimensões, estreita e com pé-direito variável, chegando em alguns pontos a atingir 4 m, parece-nos construída quando da fabricação da frontaria, pois não é razoável que fosse inserida na parede depois de edificado o maciço. Neste caso, ou o projeto inicial já previa a construção da torre, como era de hábito para as construções missioneiras, ou a escada partia inicialmente de algum outro compartimento que não da torre. – É assunto que pesquisas posteriores poderão esclarecer, considerando-se sobretudo as semelhanças entre a modinatura da frontaria e a da torre.

Júlio N.B. de Curtis defende também que a torre do lado da epístola, tal como aparece na reconstituição feita em 1882 pelo pintor J. Judicis de Mirandole, nunca existiu.

Para tanto, com propriedade, discute a validade de certos pormenores desta reconstituição e, entre outros argumentos, lembra a pouca espessura das paredes do cômodo, bem inferiores às da torre sineira. Eis por que é de opinião que provavelmente este compartimento fosse destinado, desde o início, ao batistério. A hipótese nos parece confirmada tanto pela já citada transcrição do Visconde de São Leopoldo, quanto pelas referências do inventário de 1768 a "un batisterio de techo de tejas en que hay un retablo viejo y pila bautismal de losa verde". Além disso, Azara, em 1784, anotou que o batistério estava na entrada, "a la derecha". Curtis, todavia, não descarta a possibilidade de ter sido "um observatório sobre o qual se imagina tivesse sido construída a torre", admitida por Hemetério V. da Silveira[17].

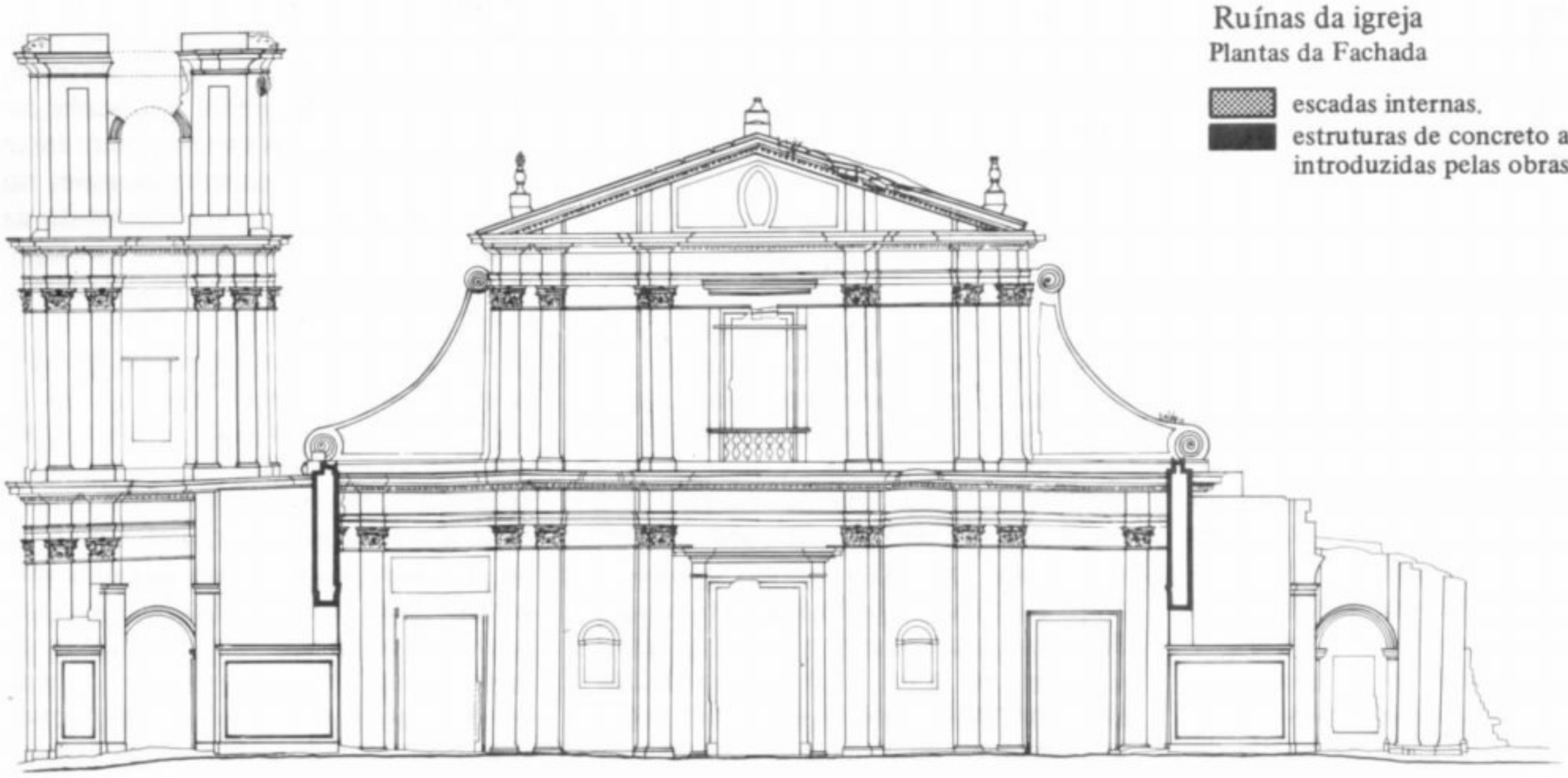
Com relação ao coro, de vestígios claros sobre a entrada da igreja, Curtis levanta a hipótese de ser elemento aposto ao projeto original. Para ele é evidente "a solução de emergência que traduz a posição deste coro, assim tão canhestramente apoiado, matando, em construção de tanto apuro, os perfis que enquadram as arcadas ao longo da nave". E, admitindo a hipótese levantada por Mayerhofer, termina: "Nestas condições, sem torres, sem coro sobre a entrada e sem pórtico no seu projeto original – porém, pensada com uma cúpula sobre tambor elevado – a Igreja de São Miguel das Missões Orientais do Uruguai representaria uma das melhores interpretações do plano jesuítico romano em terras da América Latina"[18].

Quanto ao pórtico, Lúcio Costa assinalou no relatório elaborado em 1937: "... estranhei de ver em construção de tanto "estilo" uma fachada assim, com dois frontões, um no corpo da igreja e outro, maior, no pórtico, como indica a gravura de Demersay – redundância pouco aceitável em composição de arquitetura (...), as paredes do pórtico estão apenas *encostadas* no corpo principal, sem qualquer amarração, morrendo de



Ruínas da igreja
Plantas da Fachada

escadas internas.
estruturas de concreto armado, introduzidas pelas obras de 1968/70.



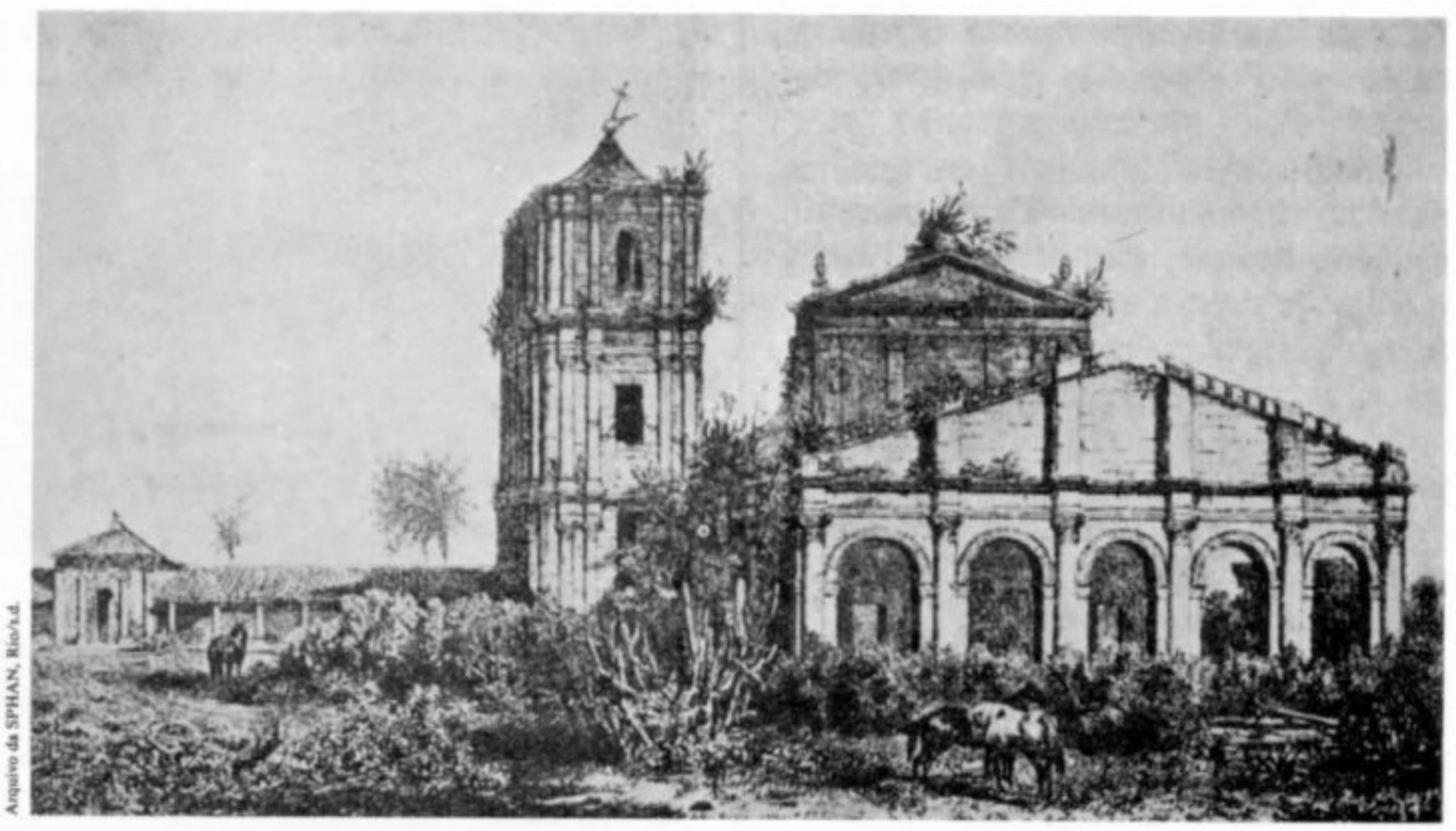
encontro aos capitéis, cornijas e arquitraves deste último, de qualquer jeito, tendo sido ele, portanto, construído depois de completamente pronta a fachada da igreja. O mais estranho, porém, é que a sua arquitetura, tanto no conjunto como nos pormenores, revela da parte de quem o projetou e dos que o executaram, conhecimentos seguros de "modinatura" e proporção, senão mesmo muito apuro. Como compreender, então, que artistas assim "informados" incorressem naquela falta e tolerassem os remates grosseiros resultantes da superposição de perfis e motivos diferentes? E ainda para maior estranheza não se vê, em toda a fachada, o menor vestígio de amarração do pórtico, o qual, apoiado sobre o primeiro entablamento, deveria forçosamente cobrir as bases a partir dos fustes da ordem superior das pilastras. Ou teriam sido os trabalhos interrompidos com as lutas (1752) que precederam a expulsão e o definitivo abandono?"(19). Acrescente-se à observação de Lúcio Costa que as obras em andamento indicaram a existência de entulho entre o pórtico e o monumento.

Quando e por quem teriam sido construídos a torre sineira e o pórtico? Durante o longo tempo em que Francisco de Ribera dirigiu a missão, de 1714 a 1747, teve como colaboradores os padres Diego Palacios (1742-1747), que o sucedeu até 1752, e o espanhol José Grimau (1745), entre outros.

De Diego Palacios, sabe-se que colaborou ativamente na construção do templo e que, entre 1742 e 1752, construiu casas para os índios, devendo ter contactos com Primoli, em São Miguel, durante os anos de 1742 a 1744.

De José Grimau, sabe-se que em 1756 estava encarregado da construção da cúpula de La Trinidad, provavelmente por sua experiência em abóbadas catalãs. Sabe-se também que desenhou a igreja de Jesus, no Paraguai, iniciada em 1758 pelo padre João Antônio de Ribera, sendo, portanto, profissional experiente.(20)

À luz de nossos limitados conhecimentos, fica a interrogação quanto à efetiva participação de Primoli, Diego Palacios e José Grimau no risco e na construção da torre sineira, cujas características plásticas são em tudo semelhantes às da frontaria. Já com relação ao pórtico, de inspiração visivelmente diversa da frontaria, conforme acentuou



Arquivo da SPHAN, Rio/Ld.

A igreja, em 1846, segundo o viajante francês Demersay.

Lúcio Costa, parece-nos não haver dúvidas de que Primoli nada tenha a ver com o risco e menos ainda com a execução. Estudos futuros poderão esclarecer o assunto.

Em 1801, quarenta portugueses comandados por José Borges do Canto, conseguem derrotar dois mil espanhóis das forças de ocupação, incorporando, definitivamente, os Sete Povos das Missões ao território português.

Se os índios, oprimidos pela Administração Colonial Espanhola, viram a investida dos portugueses como sinal de melhoria em suas vidas – tanto assim que foram inúmeras as adesões dos silvícolas aos invasores portugueses, o que explica, em parte, a vitória de tão reduzido número de homens – tais expectativas não se confirmaram. A nova Administração, agindo em princípio com brandura e eqüidade, continuou logo depois os desmandos e a opressão, e os Sete Povos das Missões permaneceram em acentuada decadência, como se verifica, sobretudo, pelo decréscimo de sua população. Assim, por exemplo, o Povo de São Miguel, o mais importante dos Sete Povos – que, em 1694, contava 4.592 habitantes; em 1707, 3.100; e, em 1801, 1.900 almas – chega a 1822 com apenas 600 indígenas.

Em 1828, em decorrência da Guerra Cisplatina, D. Frutuoso Ribera dá o golpe de morte nos Sete Povos das Missões Orientais. Após uma campanha vitoriosa, mandou incorporar ao seu exército todos os homens das Missões, formando com suas famílias um grande comboio que carregaria "mais de sessenta carretas de estátuas, imagens de santos, ornamentos, alfaias e sinos das igrejas", além de "vinte mil reses das estâncias dos Sete Povos e toda a cavalhada que foi possível reunir", retirando-se do território sem ser incomodado pelo exército brasileiro na sua passagem pela fronteira de Alegrete. Estava selada a sorte dos Sete Povos das Missões(21). A partir desta data, os autores que visitaram ou nos dão notícia de São Miguel são unânimes em testemunhar a decadência da antiga redução, já agora quase totalmente desabitada e em arruinamento acelerado. Das principais observações desses autores ressaltemos alguns tópicos.

Segundo Hemetério J. V. Silveira, as colunas do pórtico, em 1858, "já estavam desaprumadas, não só por causa da vegetação dos parasitas, mas também por causa das escavações subterrâneas em busca dos tesouros dos jesuítas", e "o templo ainda conservava o mesmo aspecto do desenho tirado nove anos antes, pelo viajante Demersay". Vale dizer: a frontaria da igreja apresentava início de deterioração, observando-se falta de elementos de pedra no respaldo do tímpano do pórtico, vegetação invadindo o monumento, além de animais soltos. Por esse autor sabemos que o desabamento do pórtico se deu em 1886, em virtude da queda de um raio, "em noite de pavorosa procela". Nesta ocasião, "ficou a descoberto uma porta pela qual passava-se do coro da igreja para aquele alegre terraço". As estátuas do padroeiro e dos doze apóstolos, localizadas sobre o tímpano do pórtico,

"mesmo antes da conquista brasileira, tinham sido atiradas ao chão e despedaçadas"(22).

Roberto Avé-Lallement nos informa que "no chão da casa de Deus viçava um pequeno bosque, através do qual havia veredas de arco a arco, de pilar a pilar. A torre estava rachada em muitos lugares e as colunas e pilastras angulares estão cobertas de fetos, no solo, ao passo que sobre as cornijas, nas fendas das pedras e nas volutas crescem viçosamente cactos gigantescos, uma floresta de criptógamos e até árvores"(23).

O cônego Jean Pierre Gay, vigário de São Borja entre 1850 e 1875, diz que "se excetuarmos o frontispício do templo e alguns pedaços de paredes, nada mais sobra atualmente do dito povo", e que "a torre, bem que inclinada, ela se acha ainda em pé"(24).

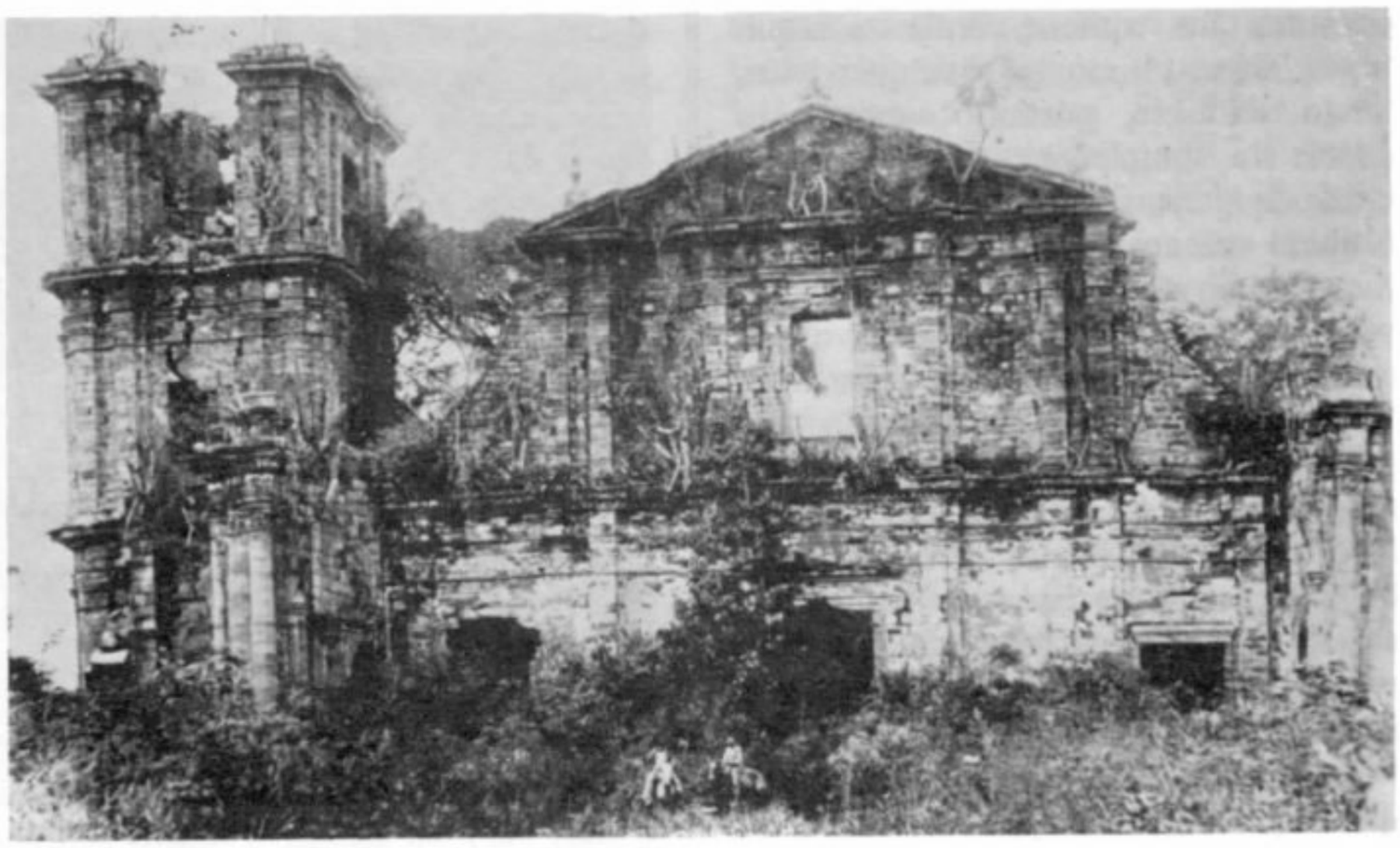
As obras do século XX

Nos dois primeiros decênios do século XX, São Miguel continuou deteriorando conforme se pode ver pela documentação fotográfica da década de 20. Coube ao governo do Estado do Rio Grande do Sul a iniciativa de realizar as primeiras obras de beneficiamento do monumento executadas através da Diretoria de Terras da Secretaria do Estado e Obras Públicas. Realizadas nos anos de 1925 a 1927, as obras foram dirigidas pelo engenheiro João de Abreu Dahne, chefe da Comissão de Terras de Santa Rosa. Além da erradicação da vegetação e de reparos gerais, incluindo a reconstrução e escoramento com trilhos de ferro de parte do pórtico, as obras assim se distribuíram:

1 – fachada principal:

a) porta principal – estabilização da verga pela intromissão de trilhos de ferro e construção de blocos de alvenaria de pedra sobre os trilhos,

b) porta do lado do evangelho – estabilização do maciço com intromissão de vergas de trilhos de ferro e evidente reconstrução da alvenaria sobre eles, na zona de carga do maciço sobre o vão da porta;



Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico, RS/s.d.

O estado da igreja antes das obras de 1925/27: a vegetação, incluindo árvores de porte, toma conta das ruínas.

c) *porta do lado da epístola* – estabilização da padieira de madeira pela intromissão de trilhos;

d) *janela central ao nível do coro* – procedimento idêntico ao da porta principal, de que resultou rebaixamento da padieira;

e) *vãos de porta e janela das escadas* – estabilização das vergas pela intromissão de trilhos;

2 – **internamente**:

arcada – lado da epístola – embrechamento e escoramento com trilhos de ferro nos arcos;

arcada – lado do evangelho – embrechamento e escoramento com trilhos de ferro nos arcos;

3 – **torre**: foi feita "a amarração da torre existente, com trilhos de aço e vergalhões de ferro"[25].

Apesar do esforço do governo riograndense, a quem só podemos louvar, quando da inspeção feita pelo arquiteto Lúcio Costa por incumbência do Dr. Rodrigo M. F. de Andrade, o monumento necessitava de obras de vulto. Tanto assim que Lúcio Costa sugeriu as seguintes providências no seu relatório de 1937:

" 1ª – As ruínas da Igreja de São Miguel, que apresentam grande interesse como conjunto arquitetônico, deveriam ser amparadas de forma a prevenir o seu total desmoronamento.

2ª – Os fragmentos de Arquitetura e as esculturas encontradas nos Sete Povos, bem como os que se poderia descobrir em buscas e escavações, mereciam ser recolhidos ao Povo de São Miguel, num museu a ser construído com material das ruínas, senão nas próprias ruínas devidamente abrigadas"[26].

A consolidação das ruínas, que se constituíram na primeira grande obra de resinação empreendida pelo antigo SPHAN, e a construção do Museu, cujo risco Lúcio Costa apresentara juntamente com o relatório, foram confiadas ao arquiteto Lucas Mayerhofer, que realizou os serviços entre 1938 e 1940.

Quando as obras se iniciaram, segundo relata L. Mayerhofer, dos pórticos "restavam apenas as colunas e arcadas laterais, muito tombados devido à deficiência das fundações, e ainda assim incompletos. Colunas, arcadas de frente, frontão e até as pedras de piso haviam sido carregados, à medida que ia se desmoronando o edifício". A torre, "medindo 23 metros de altura apresentava desaprumo de 1,37 m no cunhal NE e 1,57 m no cunhal SE. Devido a esta deformação, viam-se no corpo da obra enormes fendas, que aumentaram de importância visto que rachara a massa que os pedreiros haviam empregado anteriormente para remendo". O restante da igreja estava parcialmente tomada por vegetação, apresentando lesões em diversas partes, além de "buracos cavados ao pé dos muros por pessoas buscando ouro ou relíquias da lendária riqueza dos jesuítas".

Para eliminar as causas das lesões do pórtico e da torre, Lucas Mayerhofer reforçou os alicerces, empregando a técnica da demolição e reconstrução das partes danificadas.

As obras de 1938-40, basicamente, foram as seguintes:

1 – **nas partes lesionadas do pórtico e da torre**:

a) cadastro e numeração das pedras dos maciços para permitir a demolição e sua posterior reconstrução;

b) demolição dos maciços, sendo que para a torre "a demolição da parte afetada foi feita sem prejudicar a outra, apesar de estarem ambas amarradas por trilhos e cabos de aço, o que prova que esses tirantes não prestaram serviço algum";

c) escavações para exame das fundações, seguidas de demolição, tendo-se constatado que os alicerces do pórtico "consistiam num aglomerado de pedras roliças, sem a menor amarração; o espaço entre elas era cheio com barro grosseiro. As formigas tinham aberto nesse barro enormes buracos. Além disso as fundações ocupavam um lugar pouco maior que a espessura das paredes. Quanto a sua profundidade, teria sido suficiente, se bem executada, a alvenaria, pois o terreno é firme". As mesmas condições foram encontradas na torre;

d) reconstrução dos alicerces. Para o pórtico, depois de estender diretamente sobre o solo "uma camada de concreto no traço 1:3:4", foram levantados os alicerces em "concreto ciclópico, no traço 1:4:7 + pedra de mão, armados na parte inferior com trilhos de ferro, aproveitados então aqueles que serviam ao escoramento, e colocados cada 0,20 m". Para a torre, os novos alicerces foram realizados segundo cálculo de concreto armado da firma Silvio Reis e Adalberto Nogueira;

e) reconstrução das duas alas do pórtico e da parte demolida da torre, sobre os novos alicerces. Para a torre, "na altura da primeira e segunda cimalhas fizemos cinta de concreto armado para cada bloco, com 0,25 m de altura, escondidas pelos paramentos. Cobrimos igualmente de concreto armado a superfície da torre antes de aí assentarmos novamente as pedras e as calhas que encontramos, tapando as juntas com massa de cimento e areia, para impedir a infiltração das chuvas". Na reconstrução da torre, além das gárgulas, encontradas em três ângulos, foi montada uma quarta gárgula desenterrada ao seu pé.

2 – **no corpo da igreja**:

a) retirada de troncos e raízes, fechamento de fendas para impedir a infiltração da água e substituição indispensável de algumas pedras;

b) "aterro em toda a extensão dos muros, para que a água não venha mais a se estagnar ao longo deles";

c) drenagem da nave pela construção de "um canal coberto para escoamento das águas de chuva", sendo aterradas "as bacias e buracos existentes ao longo da nave e colaterais", com os devidos caimentos.[27]

A 15 de setembro de 1954 têm início novas obras de beneficiamento do monumento, sob a responsabilidade do arquiteto Maurício Dias da Silva, que duraram até março de 1955, aproximadamente[28]. Basicamente, estas obras consistiram de:

a) limpeza das paredes das ruínas e roçado no interior da igreja;

b) raspagem do entulho para se chegar ao nível primitivo do piso da nave;

c) recomposição e limpeza do dreno existente no interior das ruínas;

d) recomposição de arco de descarga de um vão de janela e de pequenos trechos do maciço;

e) construção e instalação de Museu no interior das ruínas da igreja, com o aproveitamento de parte da parede externa do lado do evangelho, empre-

Arquivo da SPHAN, Rio/s.d.

Nas fotos desta página, o estado das ruínas da igreja, no final da década de 30, antes, durante e depois das obras de Lucas Mayerhofer, em 38/40. A torre, antes dos trabalhos de correção do desaprumo (no alto) e depois (acima). Ao lado, o interior das ruínas, ainda tomadas pela vegetação, durante as obras de Mayerhofer.

gando-se cobertura metálica sobre estrutura metálica e vedação com esquadrias de ferro com panos de vidro.

Em 1966, a 29 de novembro, o arquiteto Júlio N. B. de Curtis, em carta dirigida ao Dr. Rodrigo M. F. de Andrade, dá conta da inspeção realizada nas ruínas, tranqüilizando-o quanto ao pequeno desabamento no antigo batistério. Entretanto, chama a atenção do Diretor da então SPHAN para outros trechos das ruínas que se encontravam em "situação bem mais grave". Era particularmente preocupante o estado da frontaria, com desaprumo acentuado, sobretudo na parte do maciço acima da cimalha real que "não possui amarração com as laterais da nave; razão por que o desaprumo aí é maior". Empregando o prumo, no centro do frontão, aproximadamente a 17 m de altura, constatou-se, pelo lado externo, um desaprumo de 60 cm com relação à base, e pelo lado interno, na cota de 10 m – pouco acima do suporte do coro – "o maciço infletia para a frente 22 cm" (29).

Essa carta, com a análise feita por Curtis das causas do desaprumo – recalque nas fundações, a principal – e o remédio sugerido – procedimento idêntico ao empregado por Lucas Mayerhofer na estabilização da torre –, provocou a realização das obras de 1967-70.

O exame da documentação anterior ao início dos novos serviços revela preocupação tanto em relação ao escoramento da frontaria quanto ao reforço das fundações e rejuntamento dos maciços. Demonstra ainda que o partido inicial de preferência do calculista Joaquim Cardozo teria sido o "de inserir nessa parede uma estrutura de concreto armado", em condições consideradas inviáveis pelo arquiteto Luiz Saia, Chefe do então 4º Distrito da SPHAN, em virtude da natureza do sistema construtivo dos maciços. Daí a sugestão de Saia para que se empregasse a técnica de "pose et depose", executada paulatinamente, com os devidos cuidados, a fim de introduzir a estrutura de concreto armado com a formulação estática do processo a ser feito por Joaquim Cardozo, o que foi realizado (30).

As novas obras, iniciadas em fins de 1967, estendendo-se até começos de 1970, foram as seguintes:

a) consolidação da "estrutura das paredes da igreja, especialmente da parede da fachada principal, com a inserção de elementos de concreto armado no miolo das mesmas (opus incertum)", e recomposição do "paramento anterior de cantaria";

Arquivo da SPHAN, Rio/1954

As ruínas da igreja, em 1954: a fachada, vista do museu.

b) adaptação do cômodo destinado à antiga sacristia para Museu, construindo-se telhado "com arcos laminados de mesmo desenho que definiria a abóbada de alvenaria aí existente e cujos restos, nos rins, foram conservados. A cobertura desta parte aproveitou as folhas de liga de alumínio antes utilizadas no compartimento que foi há tempos construído na galeria, sob os arcos. O forro de madeira, as envasaduras de madeira e vidro e o piso de lajotas de cerâmica de mesmo modelo que as encontradas no local, essas são as soluções de remate para esta nova unidade museológica...";

c) demolição do Museu, construído em 1954-55, e transferência das peças para o Museu novo;

d) renovação de "todo o sistema de dreno, cuja obstrução foi responsável, em grande parte, pelas mudanças locais no lençol freático, mudanças essas que devem ter contribuído para que a base das paredes cedessem em alguns pontos";

e) recomposição de trechos de maciços desmoronados, com o aproveitamento das pedras caídas e dos seus paramentos, em especial o da frontaria, pelo preenchimento de vazios ou substituição de pedras arruinadas, além da fixação por grampo de ferro de pedras da cimalha de arremate do tímpano;

f) "impermeabilização do remate das ruínas", através de capeamento em concreto, procurando-se impedir "a infiltração de água pela parte superior das mesmas, o que permitia que a água infiltrada carreasse a argila que argamassava o *opus incertum* do miolo dessas paredes", causa principal do esboroamento da cantaria;

g) realização de escavações "tanto na área da igreja, previstas já no relatório de Lúcio Costa", quanto no restante das ruínas. "Com isso foram postos à mostra, com desenho perfeito e com 'restos' de paredes que em certos pontos atingem 70 cm, pisos completos de cerâmica no interior dos compartimentos de toda a área que completava a construção principal, num total de dois hectares. As bases das colunas, que cercavam essa parte da construção, estavam praticamente todas nos respectivos locais, muitas delas com o fuste das colunas caídas ao lado. Certamente, ao ruir o telhado, o próprio entulho serviu como proteção destas peças agora recolocadas – quando os indícios ofereciam certeza – na posição primitiva. O mesmo ocorreu com algumas moradias dos índios, cuja definição no terreno é agora perfeitamente visível". Concluídas as escavações, nos pontos onde foram encontrados "restos" de piso ou de cerâmica ou de pedra, realizou-se apenas trabalho de limpeza; o terreno restante está sendo revestido de grama. "Este últi-

mo revestimento é indispensável: define perfeitamente as diferentes superfícies, evita que a terra venha recobrir novamente os primitivos revestimentos e forma uma espécie de capacho que facilita a limpeza da área. De quebra, a grama evita que o mato tome conta das áreas não construídas".

h) "instalação de cerca de arame farpado", com o apoio da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, nos limites da "área das ruínas visitáveis", que foi ampliada de quatro para cerca de vinte hectares;

i) aproveitamento da terra das escavações e de cacos de pedra antiga, para "acertar *o grade* na área fronteira ao hotel em construção"[31].

Em dezembro de 1978 houve desmoronamento parcial em parede da sacristia nova, deixando à vista o sistema construtivo.

Em janeiro de 1980, em nova medição realizada para se aferir o desaprumo da frontaria, constatou-se que era na de 1.19 m, medida que não levou em consideração o balanço da cimalha, em torno de 0,60 m.

A partir de então, foi deflagrado o processo que resultou nas obras em andamento, executadas após minuciosos estudos e consultas a diversos técnicos, firmas e entidades, em que se destaca a contribuição do professor Roberto di Stefano, consultor da UNESCO.

O Termo de Referência, datado de 7 de agosto de 1980, elaborado graças à assessoria do professor Roberto di Stefano, foi tomado como roteiro básico para realização dos estudos, que demandaram cerca de ano e meio de trabalho. Eis as etapas principais:

1 – **Análise Histórica** – cujas conclusões foram parcialmente transcritas aqui, com a finalidade básica de conhecer a vida pregressa do monumento, especialmente no que se refere à sucessão de fases construtivas e de acréscimos, modificações e transformações nele ocorridas, inclusive as intervenções de restauração e consolidação verificadas no tempo.

2 – **Levantamento Gráfico** – cuja responsabilidade coube ao arquiteto Odair C. de Almeida, auxiliado na primeira fase dos trabalhos pelo arquiteto Luiz Antonio Custódio. Os desenhos foram obtidos a partir de medidas tomadas em seqüência de planos e de eixos identificados nas pranchas, e as deformações, lesões, alterações, intervenções e detalhes afins foram enfatizados, na sua maior parte, procurando-se ressaltar não só os fenômenos ocorridos, de forma a se obter melhor apreensão das causas que vêm concorrendo para a ruína do monumento, como os remédios aplicados.

3 – **Levantamento Fotográfico** – abrangendo as partes mais significativas, com os pontos de vista registrados em desenho anexo à documentação.

4 – **Levantamento Fotogramétrico da Frontaria e da Torre** – realizado pela Aero-Sul S.A., com a finalidade de se obter maior precisão nas medidas e elementos gráficos precisos para eventual desmontagem e remontagem de suas partes face às condições de estabilidade.

5 – **Análise dos Materiais Constitutivos dos Maciços das Paredes** – centrada, basicamente, na pedra de alvenaria argamassada com barro, que domina o sistema construtivo. Os estudos foram realizados pela Fundação Universidade – Empresa de Tecnologia e Ciência, FUNDATEC, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a responsabilidade dos professores Ari Rosemberg e Natalio Gamermann, e pela Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC, de Porto Alegre, sob a coordenação do geólogo Oleg Zwonok.[33] Os exames de laboratório objetivaram:

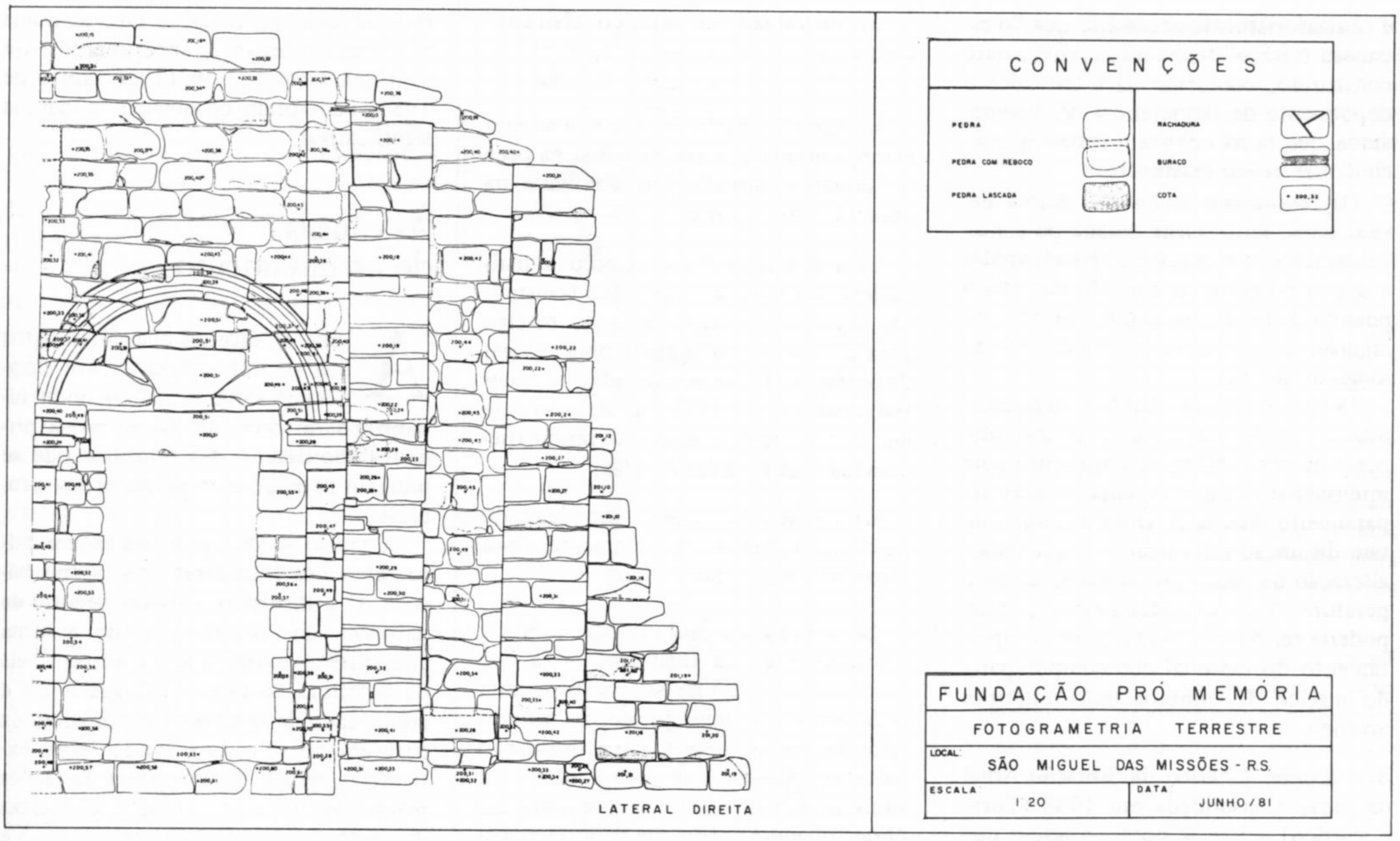
a) a identificação do material, o grau e o mecanismo de alteração das rochas, sendo realizados pela FUNDATEC, ensaios de Petrografia, Difratometria de raios X, Análises Químicas e Microscopia de Varredura, com a utilização de amostras com melhor representatividade, segundo metodologia específica. O conhecimento geral dos processos de meteorização atuantes sobre a rocha típica da região, aliado aos resultados dos ensaios permitiu que a FUNDATEC estudasse tanto os "Processos de Decomposição do Arenito", quanto os "Mecanismos de Desagregação e Escamação Esferoidal dos Blocos de Arenito", além de "Outras Formas de Desagregação", o que lhe permitiu chegar às "Conclusões e Recomendações";

b) o conhecimento "das características de resistência à degradação dos agentes externos, em particular à água de chuva", ou seja, sua durabilidade face à ação do intemperismo. Coube à CIENTEC realizar ensaios (permeabilidade, capilaridade, porosidade, gelividade, etc.) cujos resultados complementam os da FUNDATEC,

c) o conhecimento da resistência mecânica das pedras, através de ensaios feitos pela CIENTEC que avaliaram como reagem às diversas solicitações (compressão simples, compressão diametral, desgaste e choque). Os resultados dos exames da FUNDATEC permitiram classificar a rocha como arenito silicoso, do ponto de vista dos materiais de construção, e foi com esta classificação que se procurou comparar as propriedades de resistência mecânica encontradas dentro de um critério de aceitação do material à luz da tecnologia contemporânea. Como as normas brasileiras são omissas, adotaram-se as normas alemãs (DIN 52100) e os resultados dos ensaios levaram à conclusão teórica de que os maciços estão construídos com pedras que a tecnologia contemporânea refugaria, por estarem com seus parâmetros um pouco abaixo do desejado. No entanto, as pedras lá se encontram, compondo as ruínas imponentes, ainda que merecedoras de tratamento.

6 – **Análise dos Caracteres Construtivos** – realizada mediante exames sem danos para o monumento, e complementada pela observação das partes danificadas onde o núcleo do maciço está visível. Resultou nas seguintes constatações:

a) existência de dois tipos de alvenaria – de tijolo e de pedra. A alvenaria de tijolo com argamassa de cal, encontrada em trechos das arcadas, com predominância na maioria dos arcos plenos, tem seu núcleo de tijolo visível pela face da seção transversal decorrente da queda do quinto pilar da arcada do lado do evangelho. A alvenaria de pedra argamassada com barro, no qual a argila é o material ligante e o silte e a areia são os materiais inertes, predomina em toda a construção. É composta de pedras com a face externa aparelhada, que outrora recebeu revestimento de tabatinga, e as demais faces tratadas toscamente; o núcleo é preenchido por pedras irregulares, com grande quantidade de barro, formando *opus incertum*; em pequenos trechos da alvenaria ainda se nota a presença do embrechamento



Levantamento fotogramétrico da lateral : em busca da precisão nas medidas.

antigo, como rejuntamento, para impedir a saída do barro;

b) existência, após três prospecções realizadas até pouca profundidade, de alicerces pouco mais largos que as paredes, construídos de pedras irregulares, sem preocupação de amarração, com o espaço entre as pedras preenchido por barro. Nas escavações, notaram-se elevado teor de umidade e presença de vazios entre as pedras. Em suma: alicerces em tudo semelhantes aos descritos por L. Mayerhofer para o pórtico e a torre;

c) nas cinco perfurações realizadas pela CIENTEC – visando conhecer a natureza e as características geotécnicas de resistência do terreno – que atingiram, com o emprego de sonda manual a percussão com circulação de água, profundidades variáveis de 11,20 a 11,80 m do RN básico (soleira da porta principal da igreja) não se registrou a presença de lençol freático. Verificou-se certa uniformidade na constituição do terreno, cuja tensão média admissível para efeito de cálculo contemporâneo é da ordem de 1 kgf/cm², a uma profundidade de 3 a 4 m.

7 – Exame Estático do Sólido da Fachada Principal – realizado pelo engenheiro José Raimundo Oliva, da 4ª D.R. SPHAN/FNPM, PE, visando aferir as implicações reais do desaprumo da frontaria face à sua estabilidade, através de análises de cargas e a determinação do baricentro em diferentes seções do sólido da fachada. Segundo este estudo, a excentricidade do centro de gravidade em relação ao núcleo central está, praticamente, no seu limite tolerável; "as tensões atuantes são pouco significativas para as pedras cuja resistência à compressão vai além de 200 kgf/cm², conforme os ensaios realizados pela CIENTEC", mas, "em termos de alvenaria argamassada, estes valores se aproximam dos limites toleráveis que são de 8 a 10 kg/cm², levando-se em conta um coeficiente de segurança de 1/5". Se "considerarmos contudo que de modo irregular e generalizado a argamassa de barro vem sendo removida pelo intemperismo, as tensões nas superfícies de contato entre as pedras se elevam, de modo imprevisível, pela redução da seção resistente considerada". Face aos resultados da análise da CIENTEC, "os valores calculados para tensões podem ser acrescidas de 10% no caso da saturação das pedras pela água".(34) Complementando o estudo de Raimundo Oliva cabe-nos acrescentar que levantamos as seguintes hipóteses para explicar o desaprumo da frontaria:

Houve abatimento parcial do plano de apoio da edificação sobre o terreno ou danos da própria alvenaria dos alicerces, decorrentes de vários fatores: panelas de formigueiros; ação de vegetação de vulto, desenvolvida no pórtico ou na nave, com a penetração de raízes sob a alvenaria ou nela própria; escavações junto à frontaria, no sentido do pórtico para a nave. Também deve ter contribuído a absorção das águas de chuva pelo terreno que, ao se infiltrar nos alicerces, auxiliou o carreamento da argila. Daí a conseqüente acomodação do maciço, deformações e lesões decorrentes. Estas lesões se deram abaixo do terreno e por isso não se tornaram visíveis.

A estrutura do pórtico, que de certa forma escorava a frontaria – ao cair um raio, em 1886, "trazendo à terra a belíssima colunata, as cimalhas, o parapeito e os balaústres de espaçoso terraço" – desmoronou. A frontaria sofreu, então, rotação. Mas, para esta última hipótese,

é obrigatoriamente necessário que "o espaçoso terraço" tenha sido efetivamente construído, conforme dá a entender o depoimento de Hemetério J. V. Silveira, ainda que lá não existam vestígios concludentes de sua existência.

Os fenômenos analisados acima devem ter-se feito sentir isolada ou simultaneamente, e o maciço inteiro (paredes e alicerces) girou, o que não descarta a possibilidade de recalque em terreno argiloso e, portanto, compressível ao longo do tempo.

Devemos lembrar, também, a possibilidade, ainda que remota, do incêndio ocorrido em 1789 ter-se feito sentir com intensidade nesta área, cujas pedras, no paramento interno da frontaria, apresentam disjunção esferoidal – o que indica alteração da rocha por elevação de temperatura. A ser verdadeira esta hipótese, poderia ter havido mudança de comportamento do material que compõe parte do maciço da frontaria indo refletir-se no todo.

8 – Exame Estático da Situação Atual da Parte Consolidada em 1938 (Torre e Pórtico) – não se notaram lesões que indicassem mudança do comportamento estático destes trechos do monumento. O que se observou foi a perda de argamassa entre as pedras, do que resultou acomodação da verga arqueada, a mais alta da face da torre voltada para Leste.

9 – Exame Estático da Situação Atual das Partes Consolidadas em 1968 (frontaria) – graças às informações do mestre José Garcia, que trabalhou nas obras de 1968, e à identificação dos vestígios deixados pela reposição das pedras necessárias para a inserção da estrutura de concreto armado no maciço, foi possível marcar a estrutura de concreto sobre os desenhos do levantamento gráfico. Verificou-se então que, na frontaria, do lado da epístola, a estrutura é amarrada, enquanto que do lado do evangelho tal não se dá, em virtude das escadas internas que se superpõem; ao lado do respaldo das escadas, tanto do lado da epístola quanto do evangelho, correm vigas amarradas à estrutura da frontaria. Já a viga, de grande largura, construída em toda a extensão da frontaria, ao pé do maciço, no respaldo dos alicerces, não possui qualquer amarração com os demais elementos de concreto armado. A análise dessa estrutura parece indicar ter ela se originado do seguinte raciocínio:

a) introduzir no maciço elemento estrutural (concreto armado) capaz de atuar como parte integrante do todo;

b) fazendo parte do todo, qualquer esforço no maciço iria refletir-se na peça de concreto armado que auxiliaria na absorção deste esforço;

c) a absorção desse esforço a mais poderia ser feita tanto pela sua transmissão das partes mais fracas do maciço para as mais fortes, quanto para as vigas dispostas ao longo das arcadas, as quais trabalhariam à tração, principalmente em se tratando de empuxo, sendo friccionadas nas aludidas arcadas;

d) a viga inferior seria um elemento adicional capaz de, teoricamente, opor resistência a qualquer empuxo.

Se a estrutura lançada não cumpriu integralmente sua finalidade – já que hoje a alvenaria não se constitui num todo solidário, nem maciço, no sentido lato do termo, pela sua transformação lenta em alvenaria de pedra seca – a situação era diferente por ocasião das obras, quando a alvenaria se apresentava íntegra. Da mesma forma, a falta de amarração da estrutura no lado do evangelho é outro fator que parece invalidar o raciocínio acima e deve ser creditado às dificuldades existentes na ocasião em que foram realizadas as obras. Mas o fato é que a estrutura de concreto armado tem desempenhado seu papel de elemento consolidador do maciço.

10 – Controle Sistemático, Contínuo, da Progressão Deformativa da Fachada Principal, a partir dos pontos de retícula marcados previamente – realizado entre esses referenciais e um plano-base vertical, teórico, determinado pela colocação de pilaretes de concreto armado sob os arcos do pórtico, não acusou mudança de situação até novembro de 1981, o que foi ratificado pelo levantamento aerofotogramétrico. Segundo sugestão do geólogo José Thomaz Gama da Silva, do Convênio SPHAN-FNPM-UFOP-PMOP, foi providenciada instrumentação de controle e se fez a avaliação de eventuais recalques. Para isso, a Tecnosolo S.A. instalou dois *brench-mark* e pinos de controle em pontos da periferia das paredes da igreja, inclusive dos pilares das arcadas.[35] A localização destes pinos obedeceu a um critério que permitisse controlar tanto os recalques ocorridos nas fundações quanto eventuais movimentos dos maciços face às obras de beneficiamento do monumento. Até a última medição, em 11 de agosto de 1983, não foram observadas mudanças significativas.

As causas do arruinamento

A série de estudos e levantamentos nos permite chegar a um diagnóstico sobre as causas do arruinamento do monumento e, numa primeira abordagem, dos remédios que se indicam para, ao menos, sustar sua progressão.

A grosso modo, de forma esquemática, podemos considerar dois fatores básicos. O primeiro, intrínseco, decorre da natureza dos materiais e do sistema construtivo, extremamente susceptíveis de deterioração face ao ataque lento e continuado de agentes externos, além da natureza do solo. O segundo fator, extrínseco, resulta da somatória das ações mecânicas, físico-químicas e biológicas de agentes externos sobre os materiais e o próprio sistema construtivo cujos efeitos se observam através de deformações, lesões e degenerações.

Vejamos os sintomas e as causas principais do arruinamento da igreja, tanto nas fundações e alicerces quanto nos maciços.

A – Fundações e Alicerces

Sintomas – Nos maciços das paredes não se notam lesões parabólicas indicadoras de abatimento das fundações ou dos alicerces, a não ser de forma levemente perceptível em locais restritos. Quanto à frontaria, parece-nos ter ela sofrido rotação cujos efeitos devem ter-se estendido até as arcadas, conforme já foi analisado. Outros trechos do monumento também apresentam sinais evidentes de rotação e de recalque, como, por exemplo, os cunhais da Sacristia Velha, atual Museu. Certas partes dos maciços indicam recalques, como por exemplo a parede externa da igreja – lado do evangelho. Suas fiadas de pedra, em larga extenção, se apresentam no sentido descendente, em virtude de fenômenos ocorridos na frontaria e na torre.

Há também trechos de maciços desaprumados em que este defeito tanto pode ser atribuído à fabricação quanto a

causas que atuam exclusivamente sobre os maciços, sem que nada deva ser creditado aos alicerces.

Causas a) – *resistência do terreno:* para efeito de cálculo de fundações, a taxa de trabalho do terreno revelada pelas sondagens geotécnicas foi de cerca de 1 kgf/cm^2, na profundidade média de 4m. Este valor, embora inferior àquele que seria de desejar para as áreas mais carregadas, não nos parece seja o principal fator determinante de qualquer recalque, salvo em pequenos trechos;

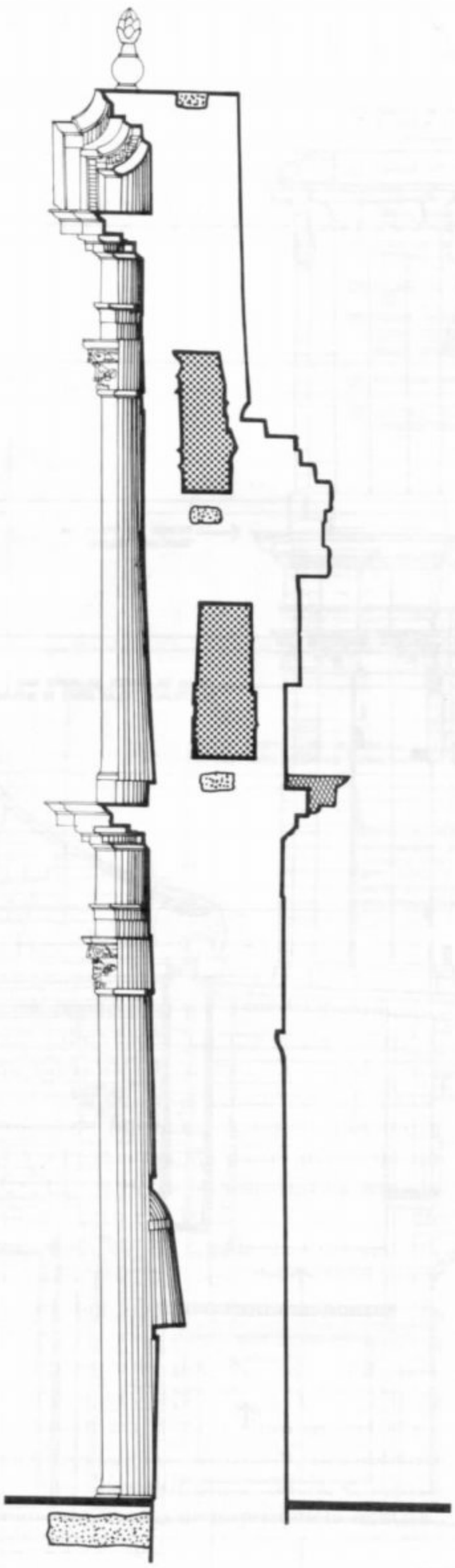
b) em virtude da natureza argilosa do solo, provavelmente já bem compactado mas ainda compressível, não se deve descartar a hipótese da acomodação de todo o maciço, ao longo do tempo. Este recalque, obviamente, deverá ter sido maior nas áreas de maior carga.

c) *sistema construtivo:* no geral, o sistema construtivo descrito pelo professor Lucas Mayerhofer para os alicerces primitivos da torre e do pórtico é, em tudo, semelhante ao encontrado por nós nas prospecções realizadas. Este sistema construtivo é extremamente propício ao ataque de agentes externos, e parece-nos deva ser creditado à fragilidade que daí decorre, mais que à natureza do solo, o maior número de lesões e deformações dos maciços originados em problemas de fundações e alicerces.

d) não se deve descartar a hipótese de eventual recalque diferencial na torre pelo fato de coexistirem nos seus alicerces dois sistemas construtivos, o primitivo e o introduzido por Lucas Mayerhofer: placa de concreto armado.

e) *ação humana:* a ação perniciosa da mão humana se fez sentir desde longa data pelas escavações junto aos maciços – passando até mesmo por baixo dos alicerces – devido aos esquadrinhadores dos "tesouros dos jesuítas". Em 1855 estas ações já eram anotadas por Hemetério J. V. da Silveira e persistiam até cerca de 40 anos atrás, conforme testemunhou o Sr. Hugo Machado, antigo zelador do Museu das Missões que trabalhou com Lucas Mayerhofer nas obras de 1938-40.

f) *vegetação de porte:* a ação mecânica das raízes e radicelas sobre os alicerces, que se faz sentir desde meados do século passado, parece-nos responsável por número significativo de deformações e de lesões. Se para alguns casos os vestígios de vegetação são claramente perceptíveis, para outros, há necessidade de verificação cuidadosa, e em outros ainda, embora imperceptível, os resultados podem ser creditados a ela. A esta ação mecânica acrescente-se a ação nociva dos produtos resultantes da putrefação dos vegetais mortos, que poderá fazer-se sentir sobre as pedras, ainda que lentamente;



Frontaria/
corte transversal
Vazios das escadas
viga de concreto armado. Obra de 68/70
falha na alvenaria

g) *ação das formigas:* Lucas Mayerhofer atribui o desaprumo da torre sineira e do pórtico, corrigidos nas obras de 1938/40, à existência de panela de formigueiro nos alicerces. Este é um fator que não deve ser esquecido. O Sr. Hugo Machado nos deu o testemunho do grande número subsistente até poucos anos atrás, e nas prospecções realizadas para verificação dos alicerces encontramos vestígios de formigueiro.

h) *águas pluviais:* penetrando no solo, as águas das chuvas auxiliam o enfraquecimento dos alicerces por facilitarem o carregamento do barro, entre as pedras, para os vazios junto aos maciços.

B – Paredes e Arcadas

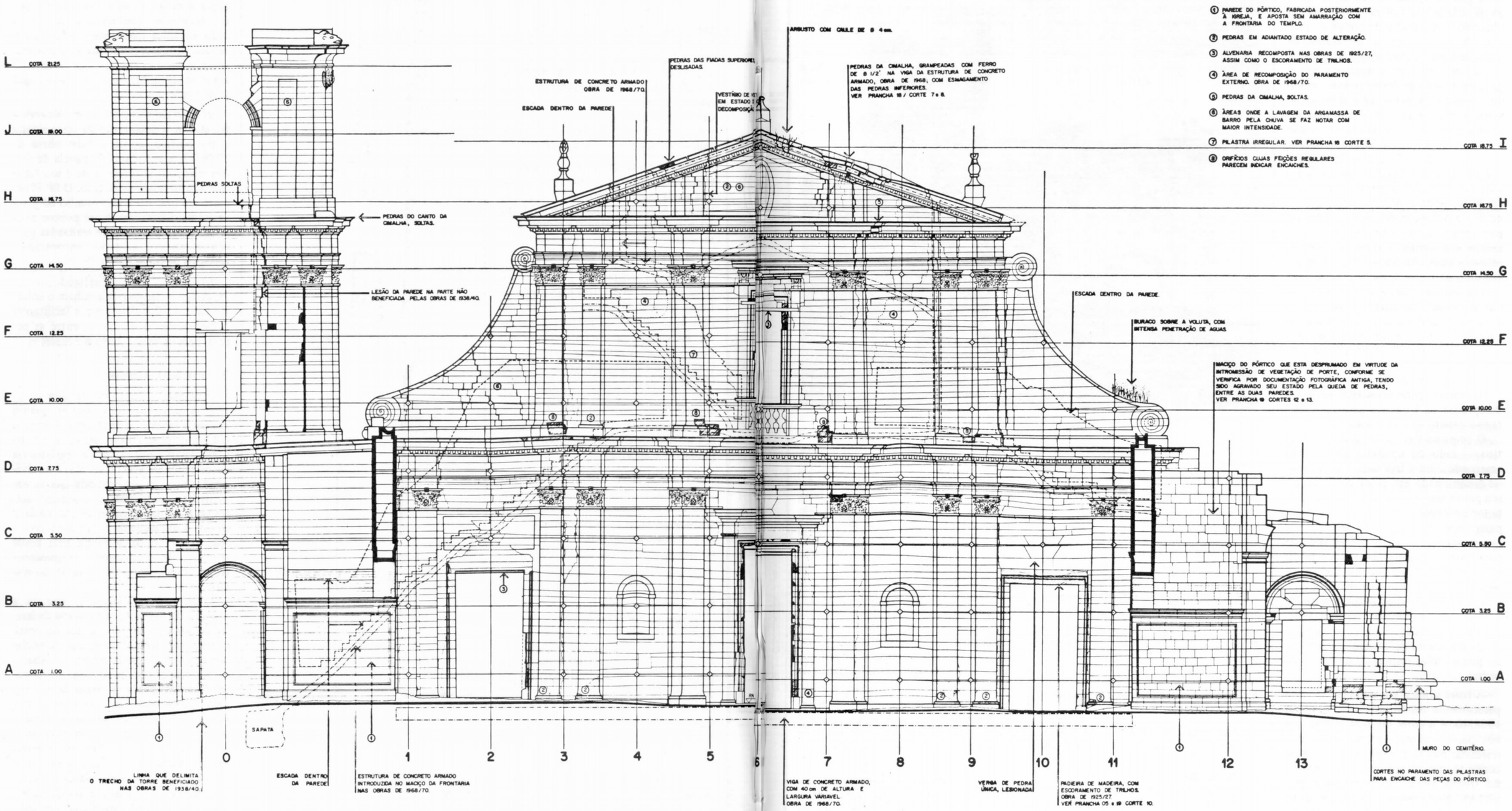
Sintomas – Tanto nos trechos de alvenaria de tijolo argamassado quanto nos de alvenaria de pedra, que domina o conjunto, observam-se deformações, lesões, desaprumos, além de vestígios ou da presença de vegetação. Mas é na alvenaria de pedra argamassada que se encontram os problemas da disjunção esferoidal e da degenerescência do material devido à alteração da rocha, além do enfraquecimento da alvenaria pela perda do barro de assentamento, acompanhada da conseqüente acomodação do maciço.

Quanto à estabilidade, chamam a atenção de imediato: a frontaria da igreja, pequeno trecho do maciço do pórtico, a torre sineira e a parede de enchimento entre a capela-mor e a sacristia.

Na frontaria, observam-se deformações, lesões, perda do barro de assentamento, vegetação ou seus restos, além da falta de algumas pedras, sobretudo no respaldo da voluta – lado da epístola –, o que ensejou a formação de verdadeira "jardineira". O exame dos cortes verticais nos mostra que a área predominantemente deformada é aquela de influência das escadas inseridas na parede, que se superpõem, localizadas do lado do evangelho. Já as lesões aparecem não só nesta área como no restante do maci-

RUÍNAS DA IGREJA DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
Levantamento Gráfico

Corte transversal pelo Eixo I



ço, devendo-se salientar aquelas outras de influência das vergas dos vãos de portas e janelas. Quanto à vegetação, além da já citada "jardineira", foi também observado na cimalha do tímpano, próximo do pináculo central, um arbusto de caule de 4 cm de diâmetro, aproximadamente. Noutros locais aparecem vestígios, em estado de decomposição, como no tímpano. A perda da argamassa de assentamento se faz sentir com mais intensidade na frontaria não só no respaldo e na voluta do lado do evangelho como, sobretudo, no paramento interno desta voluta, no nível do respaldo da parede. A alteração da pedra é observada em vários pontos, de cima a baixo, sendo que a disjunção esferoidal é vista no paramento interno, entre os maciços das arcadas e a cornija do coro. Finalmente, cabe-nos uma observação relativa ao desaprumo da fachada, que no ponto mais alto da parede chega a cerca de 60 cm e que motivou o presente estudo. Graças ao levantamento gráfico e às observações *in loco* foi possível constatar, também, desaprumos de fábrica, como os dos nichos, visivelmente intencionais, a par de trechos de cimalha nivelados. Desta forma, parece-nos que parte do desaprumo da frontaria deva ser creditado a defeito de construção.

O pequeno trecho da parede do pórtico – lado da epístola, aposto sem amarração com a frontaria – apresenta-se desaprumado em cerca de 50 cm no seu ponto mais alto. Este desaprumo, inferior em apenas 10 cm ao da frontaria, parece-nos contribuir de muito para que, visualmente, quando observado de lado todo o maciço – frontaria e pórtico – se tenha a impressão de um maior desaprumo da parede da fachada da igreja. Para tal, também contribuem muito os balanços das diversas cimalhas. O espaço entre o maciço do pórtico e a parede da igreja está parcialmente preenchido por entulho resultante da queda de pedras.

A torre sineira, em que pese ter sido parcialmente beneficiada pelas obras de 1938/40, é a parte do monumento que nos parece merecer preocupação mais imediata, não só por sua importância no conjunto das ruínas como pelo estado do trecho ainda não beneficiado pela SPHAN. Neste trecho, com intensidade, aparecem desaprumos, deformações, lesões, acomodações do maciço, perda de argamassa, pedras soltas, vegetação, alteração e fendilhamento das pedras.

Pedro Lobo/1982

O estado da igreja à época do diagnóstico: desaprumo e falhas na alvenaria.

Se prolongarmos nossas vistas para o restante das ruínas, – para o colégio, por exemplo – veremos que muitos dos sintomas relacionados se encontram em restos de paredes de pouca altura, até mesmo com cerca de 1 m. São maciços esbojados, desaprumados, pedras caídas etc. E mais, o capeamento de concreto construído no paramento dos maciços, – quer nas ruínas da igreja quer nas demais partes da antiga redução – embora aparentemente solidário com a parede, está solto. Na realidade, com pequeno esforço, à mão desarmada, ele se desprende.

Causas a) *fundações e alicerces* – reflexos, nos maciços, dos problemas ocorridos nos alicerces;

b) *sistemas construtivos* – a alvenaria de tijolo argamassado que compõe parte do monumento parece-nos, construtivamente, de boa qualidade e os danos observados, comuns a este tipo de construção, são devidos a agentes externos.

Já a alvenaria de pedra, que compõe o restante da edificação com predominância absoluta sobre o todo, torna-se mais frágil que a de tijolo. Isto se deve não só ao emprego de barro na colocação das pedras como por terem sido assentadas sem que se observasse as boas regras da construção quanto ao seu plano de estratificação, a par da própria qualidade das pedras. Com efeito, devido à sua natureza, a argamassa de assentamento é facilmente removida pela ação das águas pluviais, o que vai transformando o maciço em alvenaria de pedra seca. Já a colocação das pedras sem a observância total da horizontalidade dos seus planos de estratificação enfraquece o sistema ao ensejar o aparecimento de rupturas segundo os planos de clivagem, dispostos em diversos sentidos. A própria natureza da pedra, arenito arcoseano a sublítico, e o elevado potencial climático de alterabilidade da rocha exposta são fatores de enfraquecimento da construção.

c) *ação humana* – o homem, responsável pela construção do monumento, foi o principal responsável pelo seu arruinamento. Iniciando a ação perniciosa com o incêndio ocorrido durante a guerra guaranítica, cujos estragos foram re-

parados com o retorno dos índios, completou-a ao deixar ao abandono o antigo Povo de São Miguel. Telhados desabados, paredes lavadas pelas chuvas, vegetação crescendo e animais penetrando no seu interior, foram alguns dos saldos obtidos com o abandono das edificações a que se pode acrescentar, ainda, a depredação sofrida mais recentemente.

d) *vegetação de porte* – da mesma forma que nos alicerces, a ação mecânica dos troncos, raízes e radicelas sobre os maciços – cuja presença foi anotada pelos cronistas desde meados do século passado, documentada por fotografias de 1925 e hoje em dia persiste com menos agressividade – parece-nos responsável por número significativo de deformações e de lesões. Em alguns casos, a influência de vegetação é claramente perceptível; em outros, há necessidade de verificação cuidadosa, e, em outros ainda, embora imperceptível, os resultados podem ser creditados a ela.

A vegetação, dentre outros fatores, é a causa do desaprumo do pequeno trecho da parede do pórtico – lado da epístola; da deformação da pilastra da parede externa – lado do evangelho – mais próxima da frontaria; e das deformações observadas nos maciços e antigos pilares da sacristia nova.

e) *águas pluviais, nevoeiro e condensação de umidade* – atuam tanto favorecendo a desagregação dos maciços quanto o crescimento da vegetação e a alteração das pedras. Uma vez que as sondagens geotécnicas realizadas pela CIENTEC não constataram a presença de lençol freático, a umidade do solo deve ser creditada, principalmente, às águas da chuva. Ao lavar os maciços, a água das chuvas vai removendo o barro das juntas de modo irregular e generalizado, deteriorando o embrechamento das pedras, e, ao se infiltrar na alvenaria, também remove a argamassa de assentamento, transformando a alvenaria de pedra argamassada em alvenaria de pedra seca, ao tempo em que umedece o seu interior. Em conseqüência, modifica-se o sistema de distribuição de cargas sobre as pedras, com o aumento imprevisível de tensões sobre o arenito, pela menor área de contato entre as pedras irregulares, provocando lesões e acomodação do maciço, o que vai se refletir no todo.

O crescimento da vegetação de porte e dos liquens é também favorecido pela umidade.

Deve, ainda, ser creditada à água a ação mecânica decorrente da gelividade, que consiste no aumento de seu volume gerando tensões consideráveis quando contida num espaço confinado. Se a gelividade, de per si, não nos parece fator dominante no fendilhamento das pedras, pode ser aquele algo mais capaz de provocar sua ruptura.

f) *ação da temperatura* – certo número de lesões da pedra, sobretudo da rocha alterada, parece-nos ter como elemento acelerador do processo ou como fator final da lesão, a variação brusca de temperatura resultante do rápido esfriamento pela chuva, da pedra aquecida pelo sol.

A temperatura elevada provocada pelo incêndio ocorrido em 1789 poderá, talvez, explicar o fato de se notar disjunção esferoidal em certos panos dos maciços do monumento, onde o fogo talvez se fizesse sentir com maior intensidade.

g) *ação do vento e dos temporais* – o estudo de estabilidade da fachada principal elaborado pelo engenheiro Raimundo Oliva acusou acréscimo de tensão devido ao vento que fustiga a face interna da frontaria desprotegida, da ordem de 6 kg/cm^2 ao nível do respaldo das arcadas. Este acréscimo de tensão, localizado no limite da seção, na face externa da frontaria, somado ao peso próprio, nos dá cerca de 11.5 kg/cm^2 de tensão final, insuficiente para explicar o desaprumo da fachada. Entretanto, o vento não exerce apenas esta ação mecânica de empuxo. A ele pode ser creditada certa ação erosiva, além de influenciar na cristalização de sais dissolvidos na água, pelo aumento da velocidade de evaporação do solvente, contribuindo também para acelerar a lavagem do barro de assentamento das pedras.

E, por último, não nos esqueçamos do registro feito por Hemetério J.V. Silveira, relativo à queda de faísca, em 1886, responsável pelo desabamento de "toda a belíssima colunata, as cimalhas, o parapeito e os balaústres do espaçoso terraço".

h) *alteração da rocha* – no seu estudo, a FUNDATEC chegou às seguintes conclusões finais:

" – A alteração e lixiviação dos minerais meta-estáveis (feldspatos, principalmente) e fragmentos de rochas promovem um aumento progressivo de porosidade e da drenagem através do arenito;

– a redução do Eh das águas de infiltração pela ação de organismos (raízes, liquens, musgos e bactérias) remobiliza o ferro existente na rocha, que migra para a periferia dos blocos;

– os compostos de ferro que migram para a periferia são precipitados por oxidação, dando origem a crostas e/ou bandas enriquecidas por este elemento;

– a diferença de resistência mecânica entre a crosta e a parte central da rocha propicia, por mecanismos tais como termoclasticismo e/ou efeito de carga, uma ruptura em escama no limite de descontinuidade entre as duas partes;

– não são observados minerais de natureza expansiva, tais como a montmorilonita, gipsita e outros sais, em teores compatíveis para serem responsáveis pelos processos de desagregação".

Conclusões e recomendações

Para sustar o progressivo arruinamento do monumento e prolongar sua vida, deve-se procurar fazer face às causas que vêm contribuindo para sua degradação física, revertendo o processo, se possível.

De imediato, se impõem duas linhas de conduta: uma, de natureza estática, visando assegurar sua estabilidade, fortificando o sistema construtivo; e outra, de caráter mais geral, visando à proteção dos materiais constitutivos dos maciços contra o intemperismo.

Para o fortalecimento do sistema construtivo dos maciços, o que nos parece mais indicado é procurar fazer com que o sistema atual, transformado em parte em alvenaria de pedra seca ou caminhando para tal, volte à condição primitiva de alvenaria de pedra argamassada. Deve-se costurar aquelas lesões mais sérias, e recorrer ao concreto armado para amarrar trechos do monumento. Além dessas medidas, também se indica a consolidação e o fortalecimento dos alicerces, em grau e características adequadas aos diversos trechos do monumento.

Dentro dessa linha de raciocínio, apresentam-se ainda duas grandes ques-

tões. A primeira, face às condições reais de estabilidade, diz respeito à natureza e à seqüência de aplicação dos remédios, quer quanto às fundações, quer quanto aos maciços. A segunda, face ao volume da obra, diz respeito à escolha da tecnologia; a artesanal, largamente empregada entre nós; a mecanizada, empregada em outros países; ou uma terceira, que concilie os dois métodos anteriores.

Relativamente aos alicerces e fundações, todos os técnicos que visitaram as ruínas foram unânimes em esposar nosso ponto de vista sobre a necessidade de consolidação dos alicerces. Quanto ao reforço imediato de certos trechos das fundações, pela aplicação de estacas raízes ou outra técnica adequada, foi assunto controvertido.

Diante, principalmente, do custo da obra e dada a natureza do terreno, o geólogo José Thomaz foi de opinião que, de início, não se deveria cogitar do estaqueamento daqueles pontos visivelmente mais comprometidos. Visando ao preenchimento de eventuais vazios nas fundações, dever-se-ia consolidar os alicerces, no geral, com o emprego de nata de cimento acompanhada de instrumentação (pinos de recalque, etc.). Desta forma, os alicerces, depois de consolidados, deverão "melhorar sobremaneira a transmissão das cargas da superestrutura ao terreno", ao tempo em que os "pontos críticos serão, certamente, reconhecidos durante o processo de injeção na sapata e além disso o programa de instrumentação mostrará o comportamento geral do monumento durante e após os trabalhos". Idêntica foi a opinião dos técnicos da Tecnosolo S.A.

Já o engenheiro Raimundo Oliva teve outro entendimento. Ele termina seu parecer relativo à frontaria, dizendo: "pode-se concluir pela necessidade também de um reforço e consolidação das fundações e alicerces".

Em que pese o fato de não sermos especialistas na matéria, seja-nos permitido emitir uma opinião. A nossa tese é que se deva tanto consolidar os alicerces, no geral, como cogitar de reforçar as fundações naquelas áreas hoje visivelmente mais fracas: frontaria e torre. Isto não implica que se deve descartar a possibilidade de agir do mesmo modo em outras áreas, caso o andamento dos trabalhos o indique.

Em defesa dessa opinião alegamos o seguinte:

a) o assunto é controvertido entre os especialistas não pela necessidade em si, mas por se discutir se é conveniente ou não a execução imediata do estaqueamento, em virtude de seu custo. Mesmo José Thomaz admite que, eventualmente, poderá vir a ser necessário;

b) as condições locais e o próprio estudo realizado até agora demonstram as dificuldades de qualquer solução a curto prazo. Uma vez terminada a obra ou comprometidos seus recursos, dificilmente será possível obra imediata, que demande acréscimo substancial de verbas;

c) face ao vulto dos serviços e à importância do monumento, parece-nos, em princípio, que o adicional de custo relativo ao estaqueamento não deva ser descartado de plano, exclusivamente por motivos de economia;

d) quer-nos parecer, ainda, deva ser estudada e orçada a solução em estacas raízes ou outra que melhor convenha pela ausência de vibração, quanto mais não seja para que se tenham elementos comparativos.

Fixados estes pontos, relativos à consolidação e reforço das fundações, cabe-nos estabelecer a seqüência de aplicação de tais remédios. Consideradas as fundações e os alicerces isoladamente, é óbvio que o primeiro passo será a consolidação dos alicerces. A esta consolidação deverão seguir-se os demais trabalhos de reforço, caso se indiquem como pensamos. Entretanto, face ao estado de vários trechos dos maciços, somos de opinião que só se deva cogitar na consolidação dos alicerces, naqueles trechos correspondentes às áreas mais danificadas das paredes, depois do início da consolidação básica destas partes, vez que qualquer movimento nos alicerces, por menor que seja, se refletirá no maciço de forma ampliada e poderá ter conseqüências imprevisíveis.

Quanto à consolidação dos maciços, todos os técnicos que visitaram o monumento foram unânimes em assentir na necessidade da erradicação da vegetação; no rejuntamento e embrechamento das paredes; no preenchimento dos vazios do maciço; na costura daquelas partes mais lesionadas e na proteção do respaldo dos maciços contra a infiltração das águas das chuvas.

Estabelecidas essas premissas básicas sobre a consolidação do monumento, devemos lançar nossas vistas sobre a tecnologia a ser adotada: se a artesanal, se a mecanizada, ou se é aconselhável a adoção de uma terceira que concilie estas duas posições.

Face ao volume da obra, ao andamento dos serviços, à importância do monumento, ao seu estado de deterioração e aos problemas que suscita, julgamos oportuno procurarmos, pelo menos, tentar sair da metodologia artesanal que vem sendo empregada entre nós. É bem verdade que, até cerca de 10 a 20 anos atrás, esta técnica satisfazia plenamente aos nossos objetivos e que ainda hoje, para a maioria dos casos, nos parece a mais indicada. Entretanto, devemos nos preparar para uma nova etapa, compatível com o desenvolvimento do país, sem que por isso abdiquemos da qualidade dos trabalhos. E esta é a ocasião que nos parece oportuna para procurarmos novos caminhos sem que, no entanto, façamos das ruínas de São Miguel cobaias de um pensamento mais apressado. Eis por que é nossa opinião que devemos procurar, ao lado de uma tecnologia artesanal, – a mais adequada para a consolidação básica do monumento face às condições de suas alvenarias – o emprego de outra técnica mais sofisticada, de caráter industrial. Esta última deverá concentrar-se tanto na consolidação dos alicerces e reforço das fundações, quanto na costura das lesões mais graves pelo emprego de maquinaria e tecnologia adequadas, adredemente testada em trechos do monumento de importância relativamente menor.

Finalizando seus estudos, a FUNDATEC recomendou as seguintes medidas para a preservação do monumento:

"1º – Limpeza da superfície dos blocos por jatos de partículas abrasivas, destinada a eliminar organismos, bem como escamas em fase de descolamento. Tal procedimento tem como finalidade principal evitar a redução do Eh das águas, responsável pela migração do ferro.

2º – Eliminação e extração dos vegetais de porte maior que se desenvolvem em várias partes da construção, com o intuito de evitar não somente a redução do Eh das águas, mas também a ação mecânica destrutiva das raízes.

3º – Rejuntamento dos blocos de uma forma homogênea que distribua uniformemente as pressões de carga dos blocos superpostos, reduzindo os efeitos de cunha observados e inibindo a percolação de água.

4º – Tratamento químico adequado e comprovadamente inerte (não reativo com a rocha), que evite o crescimento de organismos e conduza a uma inibição de drenagem do sistema.

5º – No caso de utilização de cimento nas obras de conservação do monumento, é recomendável o emprego de cimento pozolânico face ao caráter mais inerte em relação ao cimento *portland*. Este procedimento evitará o aporte de cálcio ao sistema, cuja eventual combinação com elementos como o enxofre pode conduzir à formação de gipsita ($CaSo_4$ $2H_2O$) cujas características expansivas são extremamente danosas à rocha, pois induzem processos de arenização dos blocos (MILLOT e col., 1967)."

Ante o exposto, podemos agora propor o seguinte elenco de providências a serem tomadas, possivelmente na seqüência abaixo:

A – Recomposição das Alvenarias

a) Erradicação da vegetação, incluindo-se a remoção das raízes e dos caules entre as paredes já iniciado pelo tratamento com produtos químicos que matam a vegetação, penetrando no seu interior pela circulação da seiva, sem danos para a pedra e para os tijolos.

b) Rejuntamento e embrechamento da alvenaria de pedra, empregando-se arenito do tipo idêntico ao das ruínas e argamassa de "massa ferro" (cimento pozolânico e barro, traço 1:1) ou outras argamassas mais fracas (cimento pozolânico, barro e areia; traços 1:1:1 e 1:1:3), tomando-se como exemplo, para efeito de acabamento, os pequenos trechos em que persiste o embrechamento de origem, ou recuando-se o rejuntamento e o embrechamento de forma que a silhueta da pedra domine o conjunto.

Para os trechos em alvenaria de tijolo deve-se proceder de forma similar, adequando-se a argamassa e o acabamento ao sistema construtivo.

c) Consolidação das alvenarias de pedra, pelo preenchimento dos vazios com

Arquivo da SPHAN, Rio/s.d.

Beneficiada pelas obras de 1938/40, a torre exigirá novos trabalhos de consolidação.

pedra argamassada ou concreto, devidamente socados, e argamassa de cimento, barro e areia. Posteriormente, nas partes lesionadas, deve-se injetar argamassa fluida de cimento e areia, seguida de nata de cimento, sob baixa pressão. Naqueles trechos que necessitam de costura, uma vez terminada a consolidação básica dos maciços, deve-se proceder à abertura mecânica de orifícios com cerca de 5 cm de diâmetro, com o mínimo de vibração, atravessando a parede e a lesão em vários sentidos; feito isto, deve-se proceder à costura, empregando-se ferro de Ø 3/8 devidamente envolvido em concreto com pedrisco e argamassa forte de cimento e areia, injetada sob baixa pressão.

d) Consolidação das padieiras dos vãos das portas e janelas, lesionadas ou precariamente estabilizadas, pela intromissão de verga de concreto armado. Isso só será feito após a consolidação básica do maciço e das ombreiras, de forma que se possa contar com a parábola de sustentação da parede para a retirada das pedras, que deverão ser repostas de maneira que se mantenha o aspecto original, colando-se a pedra da padieira primitiva com a aplicação de resinas epoxi. Para aqueles vãos que possuem ou possuíam padieiras de madeira, a verga deverá ser colocada acima do nível da padieira e essa deverá ser restabelecida.

Procedimento semelhante deverá ser adotado para os arcos de alvenaria de tijolo, muitos dos quais necessitarão de embrechamento entre os tijolos, visando restabelecer o aduelamento de origem, além de costura.

e) Impermeabilização do respaldo das paredes para impedir a infiltração das águas pluviais, pelo emprego de concreto de baixo fator água/cimento e impermeabilizante, a ser lançado depois de retiradas as duas últimas fiadas de pedra, de forma a que não fique visível nos paramentos das paredes e preencha vazios eventuais no interior dos maciços. Feito isto, as pedras retiradas devem ser repostas, empregando-se massa ferro.

f) Remoção e reposição das pedras em pequenos trechos, para casos extremos existentes com maior intensidade na torre sineira, conservando-se tanto quanto possível o aspecto de ruína, inclusive quanto aos desaprumos. Os trechos de paredes desmoronadas, cujas pedras são passíveis de reposição, deverão ser recompostos.

g) Intromissão de elementos de concreto armado na frontaria, depois da consolidação básica do maciço, de forma que se corrijam as deficiências estruturais apontadas no item 7, conforme sugeriu o professor Roberto Di Stefano. Para tanto, oportunamente, se farão os estudos competentes.

h) Consolidação da torre sineira, pela construção de cinta de concreto armado no âmago dos maciços, em locais adequados, conforme aconselhou o professor Roberto Di Stefano, a ser feito depois da consolidação básica das paredes. Para tanto, deve-se remover e reposicionar as pedras, com os devidos cuidados.

i) Remoção dos trilhos de ferro introduzidos nas obras de 1925/27, depois de convenientemente estabilizados os arcos e os vãos.

j) Beneficiamento geral da sacristia velha, coberta nas obras de 1967/70 e adaptada para Museu, com especial cuidado para a recomposição do telhado.

k) Todos os serviços acima discriminados deverão ser precedidos de escoramento, quando necessário.

l) Limpeza da superfície dos blocos por jatos de partículas abrasivas, nos termos preconizados pela FUNDATEC. As pedras cujas escamas, em fase de deslocamento, forem danificadas, devem ter suas superfícies recompostas pela aposição de placas de arenito, à semelhança do que já foi feito em obras anteriores.

B – Alicerces e Fundações

a) Escavações ao longo das paredes, feitas com os devidos cuidados para evitar que se descalcem os maciços, a fim de permitir o trabalho nos alicerces e a remoção de pedras de entulho, para eventual aproveitamento.

b) Consolidação dos alicerces nos termos dos incisos a, b, c do item anterior, naquilo em que se aplicarem.

c) Se o controle por instrumentação aconselhar a intervenção nas fundações, seu reforço deve ser feito com o emprego de estacas raízes ou outra técnica que não produza vibração capaz de afetar os maciços.

C – Proteção contra as Águas Pluviais, Nevoeiro e Condensação de Umidade

a) Para se diminuírem os efeitos por infiltração da água no terreno e conseqüente umidade ascendente, sugere-se proteger o solo das águas de chuva tratando tanto o interior das ruínas quanto uma área externa, até cerca de 5,0 m das paredes, com pavimentação de solo-cimento, dando-se os caimentos devidos e procedendo-se à execução de calha receptora no interior da nave de forma a permitir o perfeito escoamento das águas pluviais. Para aqueles trechos que conservam a pavimentação de origem, esta deve ser retirada e reposta com os devidos cuidados para permitir que o solo sob a tijoleira seja tratado.

b) Visando à impermeabilização dos maciços, à luz das recomendações da FUNDATEC e de nossos limitados conhecimentos, não vemos outro recurso que não a pintura com produto água-repelente, provavelmente um silicone, ainda que isto implique repinturas periódicas.

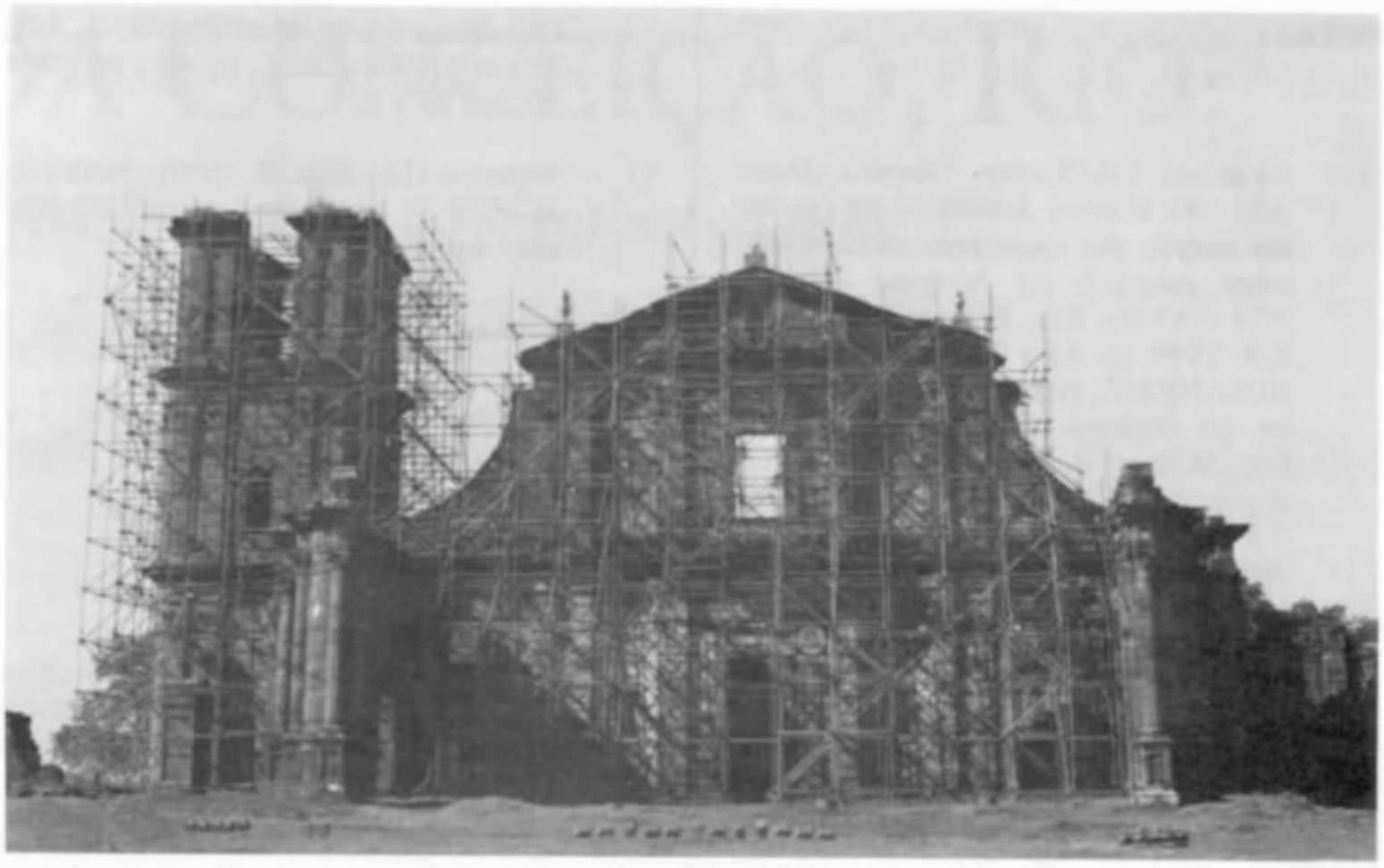
D – Proteção contra Faíscas Elétricas

O pára-raios da torre sineira deve ser substituído por outro que atenda aos melhores requisitos da técnica contemporânea.

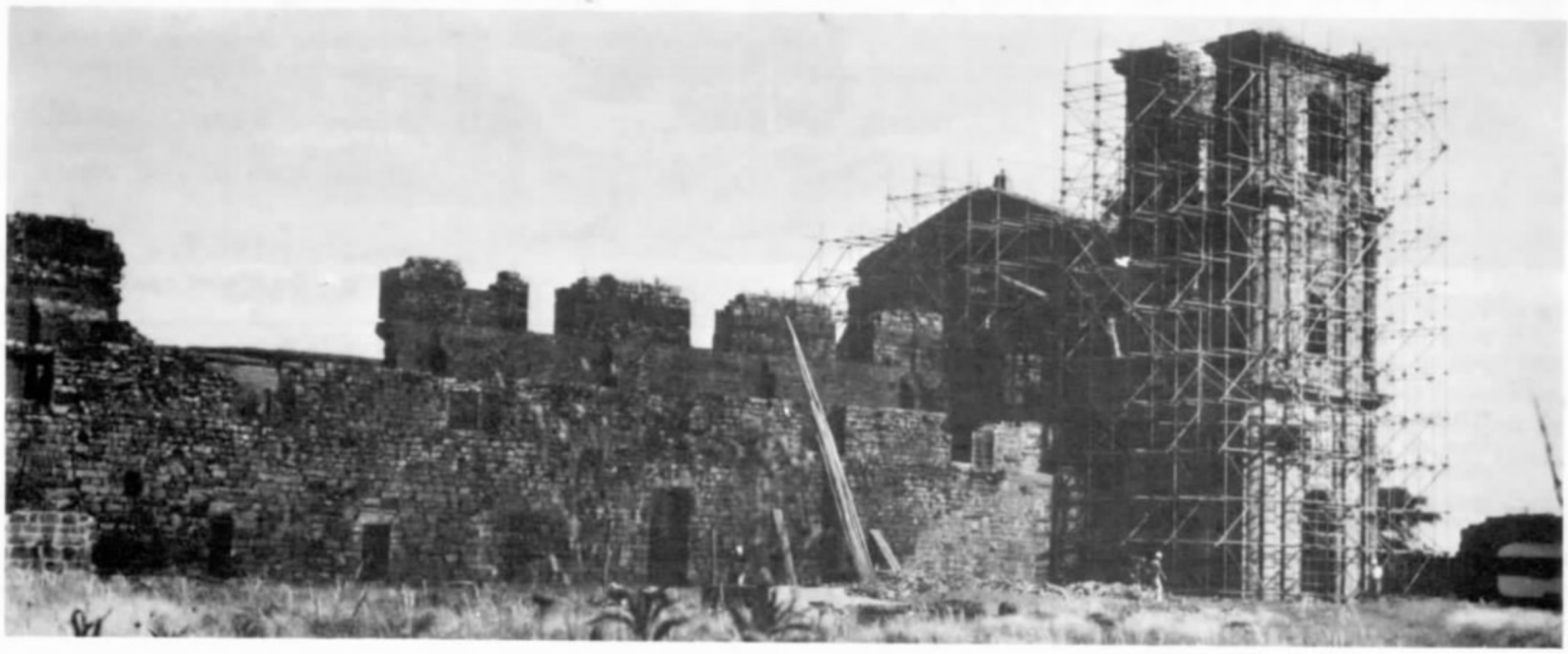
Essas medidas de ordem geral, cabe-nos acrescentar, poderão sofrer as modificações que se façam necessárias no decorrer das obras. Como tão bem observou Lucas Mayerhofer: "os processos de restauração se confundem com a prática da execução. Não é razoável nem oportuno querer sistematizar nem fixar normas.

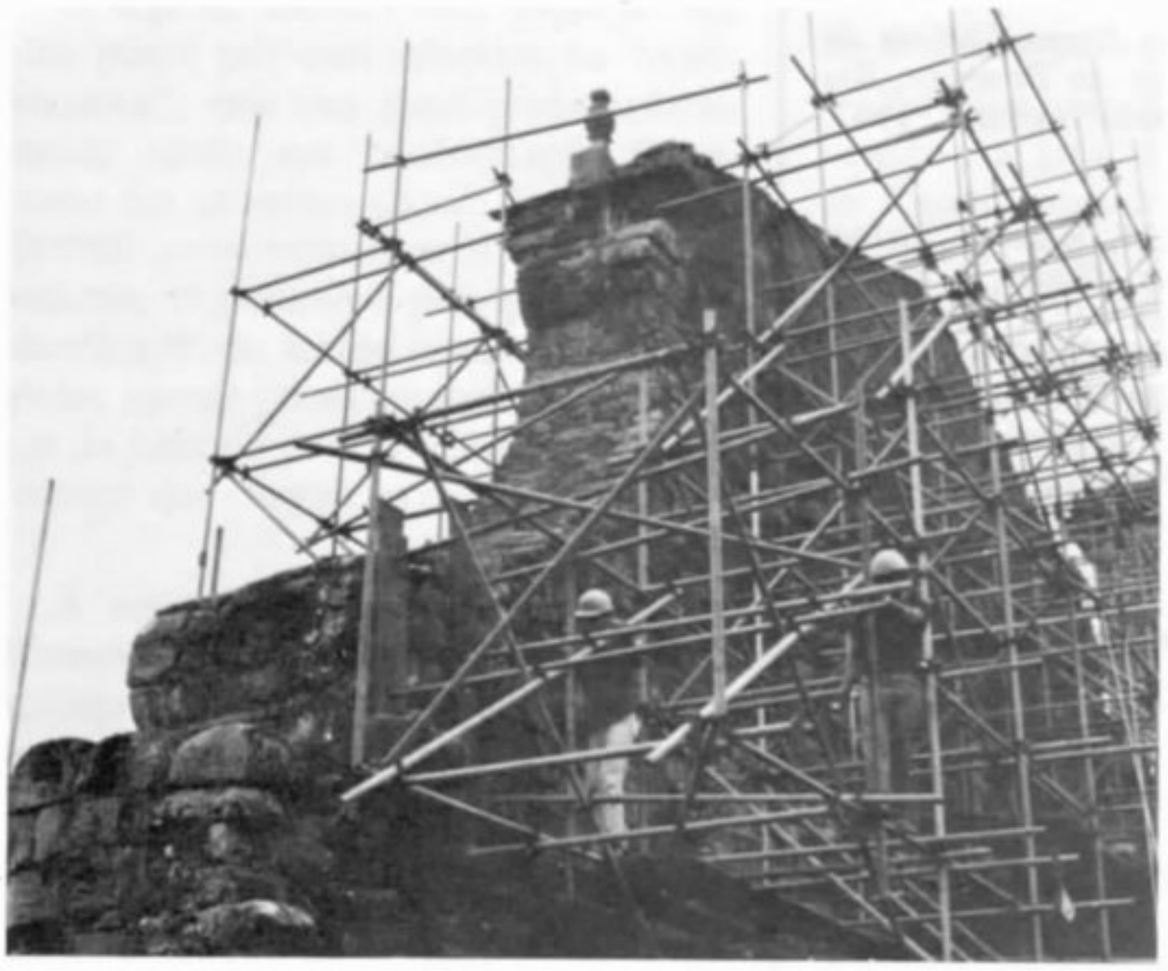
Não há norma fundamental para restauração. Diante do monumento, ele próprio é o mestre; para quem estuda detidamente um monumento, e o interroga com severidade de historiador, paixão de artista e amor de arquiteto, qualquer restauração se determina particularmente por si mesma". (36)

Em outubro de 1982, as obras foram iniciadas, de acordo com as sugestões deste estudo. Nestes catorze meses, iniciais de trabalho, o monumento vem sendo beneficiado com obras de estabilização básica dos maciços (torre, frontaria, sacristia velha e trechos de paredes externas). Para avaliar eventuais recalques, todas as intervenções desta fase têm sido acompanhadas de instrumentação de controle.



Arquivo SPHAN, Rio/s.d.





NOTAS

1 – Vejam-se GADELHA, Regina Maria A.F., *As Missões Jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai* (Séculos XVI e XVII); Rio, Editora Paz e Terra S.A. 1980, pp. 45 a 59 e pp. 189 a 195; BUSANICHE, Hernán, *La Arquitectura en las Misiones Jesuíticas Guaraníes*, Ed. El Litoral, Santa Fé, República Argentina, 1955, pp. 17 a 21; SEPP, S.J., Padre Antonio, *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*, Introdução de Wolfgang Hoffmann Harnisch, Bib. Hist. Brasileira, Liv. Martins Ed., 1972, pp. XVIII-LXII; MAYERHOFER, Lucas, *A Igreja de S. Miguel das Missões*, in Rev. do Inst. de Estudos Brasileiros, Univ. de S. Paulo, n. 6, 1969.

2 – BUSANICHE, op. cit., p. 21 a 26.

3 – Veja-se PORTO, Aurélio, *História das Missões Orientais do Uruguai*, Publ. do SPHAN, n. 9, MES, 1943, p. 296. Quanto às datas das fundações dos Sete Povos das Missões, vejam-se, neste mesmo autor, as pp. 298, 310, 314, 318, 325 e 327. Veja-se, ainda, SEPP, op. cit., pp. XVIII-XLII e MAYERHOFER, op.cit.

4 – Veja-se SEPP, op. cit., pp. 139 e 140, Foto 50; BUSANICHE, op. cit., pp. 27 e 28.

5 – PINHEIRO, José Feliciano Fernandes, Visc. de São Leopoldo, *Anais da Província de São Pedro*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982, p. 84.

6 – id.ib., pp. 84 e 85.

7 – PORTO, Aurélio, op. cit., pp. 319 e 324.

8 – COSTA, Lúcio, *A arquitetura jesuítica no Brasil*, in Revista do SPHAN, n. 5, MES, Rio de Janeiro 1941, p. 98.

9 – Veja-se GUTIERREZ, Arq. Ramón, in Documentos de Arquitectura Nacional y Americana, M14, Instituto Argentino de Investigaciones en Historia de la Arquitectura, 1982, pp. 64 a 68; MAYERHOFER, op. cit., p. 7 e 8; MAYERHOFER, Lucas, *Reconstituição do Povo de São Miguel das Missões*, Tese de Concurso, Rio de Janeiro, 1947, pp. 6 e 7; e HARNISCH, op. cit.

10 – Veja-se "Risco de São Miguel", in "Cartas Topográficas do Continente do Sul e parte Meridional da América Portuguesa com as batalhas que o Im.º e Em.º Conde de Bobadella ganhou aos Índios das Missoens do Paraguay – Recompilladas pello Gov.or e Cap.am Gen.al de S. Paullo – Dom Luis Antonio de Souza Botello MOURAM" Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Col. Morgado de Mateus; (49, 3, 12); veja-se GUTIERREZ, op.cit., pp. 79 e 80, pp. 82 e 83.

11 – Vejam-se HARNISCH, op.cit.; MAYERHOFER, *A igreja de S. Miguel das Missões*, op.cit.

12 – Veja-se GUTIERREZ, op.cit., p. 70.

13 – Vejam-se HARNISCH, op.cit., e MAYERHOFER, *A igreja de S. Miguel das Missões*, op.cit.

14 – Veja-se GUTIERREZ, op.cit., p. 70.

15 – id.,ibid., pp. 70; 80 a 82.

16 – CURTIS, Júlio N. B. de, "O espaço urbano e a arquitetura produzidos pelos Sete Povos das Missões", in *A arquitetura no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, pp. 39 e 41.

17 – CURTIS, op.cit., p. 42 e 43; Ver GUTIERREZ, op.cit., p. 69.

18 – CURTIS, op.cit., p. 43.

19 – COSTA, Lúcio, op.cit., pp. 97 e 98.

20 – Veja-se GUTIERREZ, op.cit., pp. 63 e 67 a 69.

21 – Veja-se HARNISCH, op.cit.

22 – SILVEIRA, Hemetério José Velloso, *As missões Orientais e seus antigos domínios*, Porto Alegre, Ed. Erus, 1979, p. 188 a 192; veja-se também em SEPP, Antônio, op.cit., a reprodução da gravura de Demersay.

23 – Veja-se AVE-LALLEMANT, Robert, *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*, São Paulo, Editora da Universidade de S. Paulo, 1980, pp. 236-237.

24 – Veja-se GAY, Jean Pierre, *História da República Jesuítica do Paraguay*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, pp. 495-496.

25 – Vejam-se TAVARES, Rosauro, *Ruínas dos Sete Povos das Missões*, in Revista do Arquivo Público, nº 21, Dez. 1928, pp. 168 a 226; CUSTÓDIO, Luiz A.V., *São Miguel das Missões, Diretrizes para o Desenvolvimento Físico*, Anexo III, em que se transcrevem os Relatórios da Secretaria de Obras Públicas, referentes aos anos de 1925, 1926 e 1928.

26 – Veja-se MAYERHOFER, Lucas, *A igreja de S. Miguel das Missões*, op.cit., p. 9.

27 – id.,ibid., pp. 9 a 12.

28 – Arquivo da SPHAN, Rio de Janeiro.

29 – id.,ibid.

30 – Arquivo da SPHAN, Rio de Janeiro. A informação de Luiz Saia é datada de 12/07/67 e a informação do arquiteto Rui Moreira Reis é de 07/08/67.

31 – Arquivo da SPHAN, Rio de Janeiro. Vejam-se os relatórios das obras realizadas sob a responsabilidade do arquiteto Luiz Saia.

32 – Arquivo da SPHAN, Rio de Janeiro.

33 – Arquivo da SPHAN, 10 D.R., Porto Alegre. Vejam-se os relatórios da CIENTEC, datados de 13/04/81, e da FUNDATEC, (Estudo da Alteração das Pedras de Arenito das Ruínas de São Miguel) datado de 09/12/81.

34 – Arquivo da SPHAN, Rio de Janeiro. Veja-se o relatório *Ruínas da Igreja de S. Miguel das Missões, Estudo da estabilidade da fachada principal, em vista do desaprumo existente, levando-se em conta a excentricidade das cargas do peso próprio e a distribuição de tensões resultantes*, do engenheiro José Raimundo Oliva, datado de 14/05/81.

35 – Arquivo da SPHAN, Rio de Janeiro. Veja-se o relatório do geólogo José Thomaz Gama da Silva, datado de 21/07/81.

36 – Veja-se MAYERHOFER, *A igreja de S. Miguel das Missões*, op.cit., p. 9.

MORRO DA CONCEIÇÃO, RIO:

uma proposta de preservação sem tombamento

JUREMA KOPKE EIS ARNAUT*

Marcio Pinto/1983

O casario no alto do Morro da Conceição, visto do Largo de São Francisco da Prainha na zona baixa, comercial: ampliando a área de preservação.

Num processo de urbanização descaracterizante nossas cidades têm sido despersonalizadas aceleradamente. E se sofrem as cidades como um todo, sofrem principalmente seus centros antigos sob investidas renovadoras as mais violentas.

O Rio de Janeiro vem pagando um alto preço por essa urbanização "compressora", que tem modificado radicalmente tanto sua conformação física, como sua estrutura social. Em sua Área Central promovem-se as alterações mais radicais, responsáveis pela perda de sua identidade; do tecido mais antigo sobrevivem apenas poucas manchas-documentos da história de identificação homem-espaço que chegou ao nosso século.

A região dominada pelo Morro da Conceição é um desses trechos sobreviventes. Somando-se a esse fato a vantagem de ter em sua malha um conjunto de bens culturais inseridos e legíveis histórica e culturalmente naquele contexto, passou a significar fator provocador de atenção especial da SPHAN.

A proposta de reabilitação da região do Morro da Conceição e seus entornos, no Rio de Janeiro, é a ampliação de estudo iniciado em 1979. Esse estudo indicou a necessidade, preliminarmente, de se promover a recuperação do conjunto arquitetônico do Valongo e a renovação estética dos prédios das ruas Sacadura Cabral e Camerino, visando à definição das áreas intermediárias de proteção ao Valongo, monumento tombado pelo órgão federal.

Previa-se, ainda, que qualquer intervenção na área somente se justificaria se fossem considerados os interesses e anseios da população radicada no local, possibilitando sua absorção e/ou sua permanência nas atividades econômicas existentes na região e nas atividades a serem implantadas a partir de determinantes de um novo Zoneamento Municipal.

A atual proposta foi definida a partir da necessidade de proteção de nove bens tombados pela SPHAN, recentemente acompanhados de mais um tombamento, o do Colégio Pedro II.

São eles: A. Palácio Itamarati; B. Conjunto Paisagístico e Arquitetônico do Valongo; C. Palácio Episcopal; D. Fortaleza da Conceição; E. Igreja de São Francisco da Prainha; F. Igreja de Santa Rita; G. Caixa de Amortização; H. Casa da Rua Mayrink Veiga nº 9; I. Cia. Docas de Santos.

Implantados em áreas das zonas portuária e central do Rio de Janeiro, têm características bem diversas, quer seja pelo aspecto estético-histórico de cada edifício, quer seja pelos tipos de uso para os quais serviram e para os quais estão hoje adaptados.

O estudo de entornos destes bens impôs a necessidade de considerar como premissa básica o valor próprio da área. Área importante seja do ponto de vista do patrimônio monumental, seja pela variada leitura tipológica, fruto da interpretação popular de vários momentos da arquitetura nos últimos três séculos, a região do Morro da Conceição encerra, de maneira exemplar, a história da ocupação do Rio de Janeiro, cidade edificada sobre pântanos, brejos e lagoas, e subordinada a caprichos topográficos.

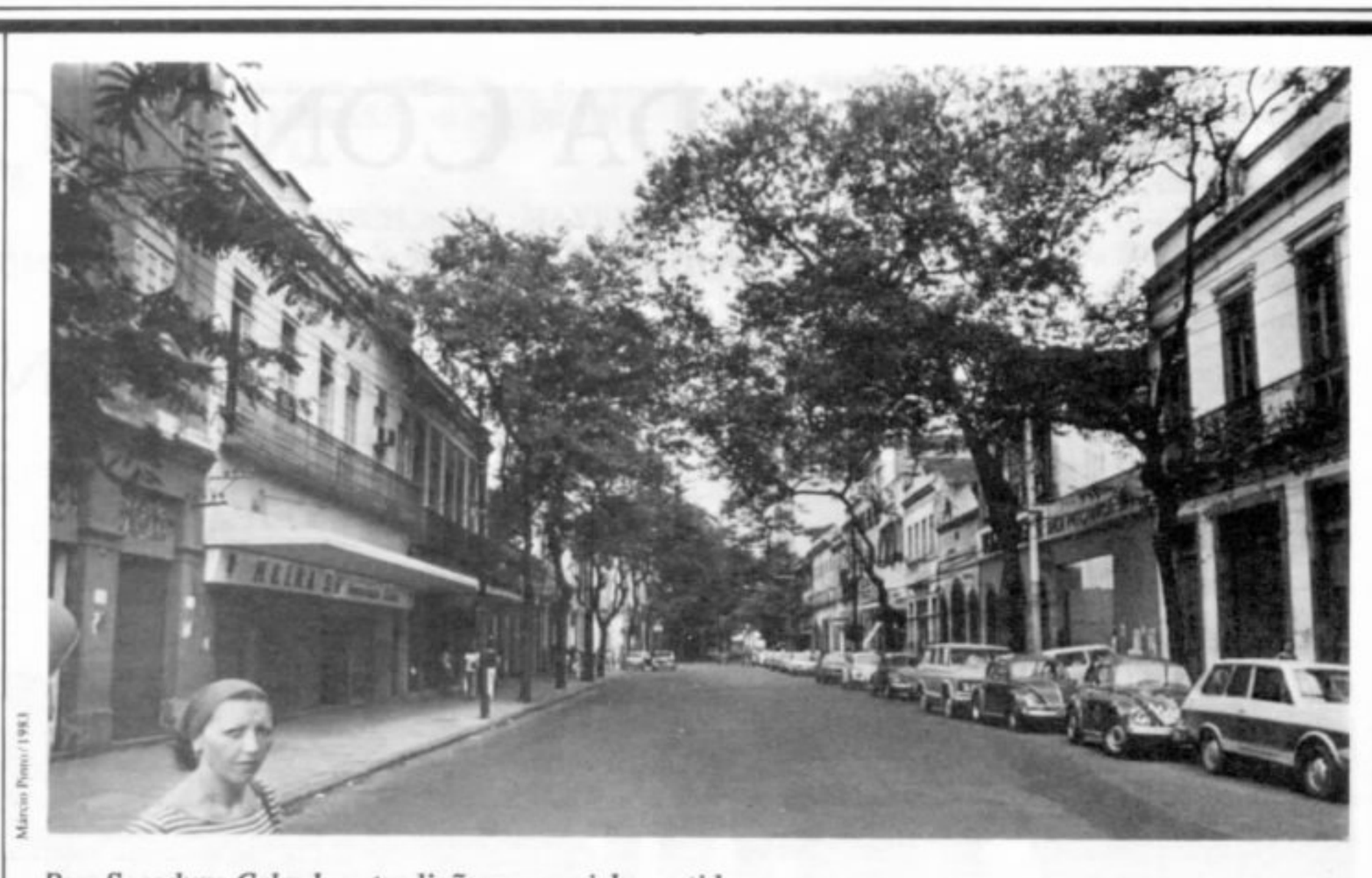
(*) Jurema Kopke Eis Arnaut, arquiteta na Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN, coordena o Projeto Morro da Conceição, já em execução no Rio.

Nesta cidade de solo conquistado, a região do Morro da Conceição, apesar das transformações empreendidas em seu desenho urbano e em sua fisionomia arquitetônica, à moda da época, durante a administração de Pereira Passos (1902/1906), é, provavelmente, a última área que ainda guarda características da espontaneidade de sua ocupação, iniciada no século XVII. O casario, com uma grande variedade de composições, guarda ainda, em sua maioria, as antigas funções de comércio (zonas baixas) e habitação (zonas mais altas).

Sem passar por transformações abruptas, mas evoluindo gradativamente através dos anos, a área manteve-se, de certa forma, imune à especulação imobiliária que desfigurou a cidade nas últimas décadas. Até mesmo o comércio mantém características que o diferenciam de outras áreas. Sem considerar, é claro, o vigoroso vínculo afetivo que a população mantém com a região, sedimentado ao longo de diversas gerações.

Assim, concluímos que a vitalidade dos monumentos tombados está implicitamente ligada ao modo de uso e expectativas daquela população que, naturalmente, e por direito, é a melhor guardiã daqueles entornos e, evidentemente, da ambiência dos bens tombados.

Outra determinante considerada foi a de que a região está indicada no Plano Urbanístico Básico do Rio de Janeiro/77 (PUB-Rio/77) como necessária para equacionar o problema de habitação da população de média e baixa rendas que trabalha na Área Central de Negócios (ACN). Devido à proximidade entre a ACN e a área em questão, reduz-se o deslocamento trabalho-casa. Sua malha arquitetônica possui todos os elementos necessários para cumprir sua vocação, sem ser preciso qualquer demolição renovadora para atender ao determinado pelo zoneamento municipal. Assim, a área do Morro da Conceição funciona e sobrevive em função desta vizinhança com a ACN. A guarda de seus espaços construídos parece perfeitamente possível pela própria relação afetiva tradicional da população com suas moradias. É verdade que a ruína de algumas edificações da área deve-se principalmente à expectativa de alguns proprietários pela renovação da área, a partir das indicações do Projeto de Alinhamento nº 4.500 (P.A.), aprovado em 07.02.1949 pela Prefeitura do Rio e que prevaleceu a despeito das recomendações do PUB-Rio. Esse P.A. promete a renovação irracional do bairro, com previsão de destruição do tecido urbano oitocentista, em favor de novos lotes para implantação de edifícios de altos gabaritos. Muito recentemente, aliou-se a isto a indicação da construção do trecho restante da Av. Norte-Sul, projeto do Departamento de Engenharia Urbanística (DEU) da Prefeitura, que previa a construção de uma nova avenida suspensa, ladeada por massa construída uniforme de 62,30 m de altura, que propiciou a entrada na área de várias propostas para construção de edifícios-garagens apoiados no Decreto "E" nº 5.996 de 10.01.1973, que proibiu suas construções em várias ruas da área central empurrando-os para uma distância de 1 km. A única área considerada "livre" pelos empresários para este tipo de empreendimento é esta tratada.



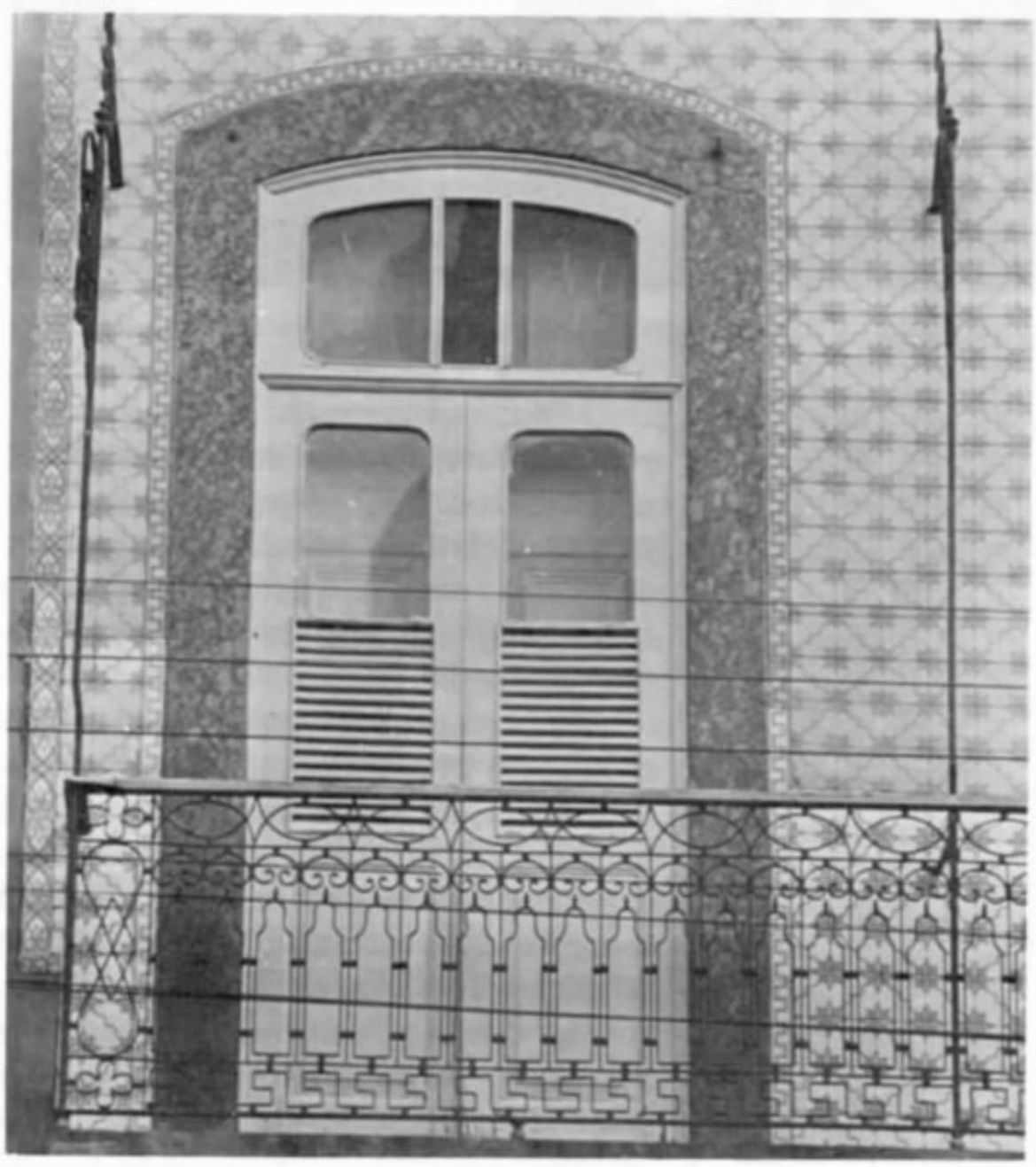
Marcos Pinto/1981

Rua Sacadura Cabral: a tradição comercial mantida.

Ainda assim, a região guarda as suas antigas características. No conjunto, são poucas as agressões, e ainda predomina o gabarito baixo, com prédios de dois e três pavimentos. Mesmo as construções feitas em época recente obedeceram, em grande parte, ao limite frontal do lote, permitindo que a linha contínua dos logradouros não fosse alterada.

A evolução da Cidade do Rio de Janeiro caracteriza-se pela organização do seu espaço urbano a partir das exigências funcionais de sua história político-econômica. Marco de defesa do patrimônio português na costa sul, a Praça-Forte do Castelo aí se estabeleceu, em meados do século XVI, como sentinela para guarda da baía, após a expulsão dos franceses. Cercada pelo mar e pântanos, a expansão da cidade se faz através da busca de terras firmes, o que será vital para as relações no século XVII, entre as sesmarias canavieiras do recôncavo da Guanabara e o porto escoador da produção açucareira. E é a partir destas relações que a cidade vai se expandindo, drenando pantanais, tendo como balizadores os morros do Castelo, Sto. Antônio, Conceição e São Bento, onde se instalam diversas ordens religiosas que buscam locais seguros e, ao mesmo tempo, marcos de sua presença na cidade.

No Morro da Conceição instalam-se já nessa época os frades do Carmo, em pequena ermida que lhes foi doada e que em princípios do século XVIII é transformada em Palácio Episcopal. Com as invasões corsárias de Duclerc (1710) e Duguay-Trouin (1711), constata-se a precariedade defensiva da cidade; as vulneráveis fortalezas existentes são reforçadas, bem como é construída a da Conceição (1715), por detrás do Palácio Episcopal. É projetado, pelo Engenheiro João Massé, um muro defensivo da cidade cuja projeção seria a da atual Rua Uruguaiana até encontrar a Fortaleza da Conceição. A trama da cidade delineia-se por ruas estreitas que partiam do Morro do Castelo, núcleo original, e por suas transversais, paralelas ao mar e que historiavam os sucessivos limites de ocupação, tendo na Rua Uruguaiana a linha fronteira entre o campo, coberto de lagoas e alagadiços, e a cidade, de estrutura fechada com seu caráter acentuada-



Márcio Pinto/1983

Sobrado, janelas e gradil: nos detalhes da arquitetura no Morro, a presença do passado.

mente administrativo, militar e religioso, de economia agrícola incipiente.

Com a descoberta do ouro nas Minas Gerais, no século XVIII, o Rio de Janeiro, sendo porto escoador do minério, desenvolve enormemente o seu comércio. Sua importância como concentrador do excedente da riqueza produzida pelas Minas leva-o a condição de capital administrativa do País. É um período de grandes melhoramentos para a cidade, como a criação do Passeio Público, o fornecimento regular de água, a transferência do mercado de escravos para a área do Valongo, etc.

Com a vinda da família real para o Brasil e a Abertura dos Portos, o Rio torna-se centro administrativo do Reino Português, inserindo a Colônia no mercado externo. Dá-se novo surto mercantil com a instalação de estabelecimentos ligados à importação e à exportação, que impõe a expansão do centro de atividades e delineia a diferenciação dos espaços urbanos funcionais. Naturalmente encostado ao mar, o Morro da Conceição tem confirmada em uma de suas faldas, na área da Igreja da Prainha, sua vocação de porto escoador. Faz-se daí a exportação primeiro do sal e da cal e, posteriormente, do café e da madeira.

Ainda em meados do século XIX, a área comercial se mantém dentro dos limites da cidade colonial integrada ao seu caráter fortemente residencial. Com especificidades em determinadas áreas, tem, para os lados do Morro da Conceição, a concentração do comércio atacadista, especialmente nas imediações das ruas Visconde de Inhaúma e Teófilo Otoni.

É só a partir da melhoria do sistema de transportes urbanos – primeiro com os ônibus e gôndolas puxados a burro; depois, com o bonde, grande responsável pela expansão física da cidade, e o trem – que o antigo centro foi-se definindo principalmente como área comercial e financeira. Numerosos bairros são criados pela facilidade de transporte.

"O tráfico de escravos imprimiu ao Valongo e aos Morros da Saúde alguma cousa de aringa africana; e a melancolia do cais dos Mineiros é saudade das ricas faluas, pejadas de mercadorias, que não lhe chegam mais de Inhomirim e da Estrela.

"C'est le triste retour"...

O bonde, porém, perturbou essa metódica distribuição de camadas. Hoje (ponho de parte os melhoramentos), o geólogo de cidades atormenta-se com o aspecto transtornado dos bairros.

Não há terrenos mais ou menos paralelos; as estratificações misturam-se; os depósitos baralham-se; e a divisão da riqueza e novas instituições sociais ajudam o bonde nesse trabalho plutônico.

No entanto, esse veículo alastra a cidade; mas serve aos caprichos de cada um, de forma a fazer o rico morar num bairro pobre e o pobre morar num bairro rico".(1)

Márcio Pinto/1983

O antigo Palácio Episcopal, do século XVII: fachada e visão do conjunto.

O Rio Imperial mesclará em sua composição urbana a herança colonial de ruas estreitas e sobrados de beirais à vista ao vocabulário neoclássico, importado junto com a Corte Portuguesa e representante formal de poder de aristocracia imperial.

São agora neoclássicos os edifícios públicos e os palácios residenciais da elite cafeeira, como o Palácio do Itamarati na Rua Mal. Floriano. Mas a fisionomia da Cidade Imperial não se prenderá somente ao neoclássico: o romantismo dividirá com ele as preferências do gosto da classe dominante, enchendo a cidade de chalés e sobrados de telhões esmaltados à vista, como o das ruas Senador Pompeu, Teófilo Otoni e Jogo da Bola.

Pedro Lobo/1984

Itamaraty: o neoclássico no Rio imperial.

A expansão da cidade é feita em dois sentidos. Definindo o subúrbio, ela se dá principalmente ao longo da estrada de ferro, com a formação de bairros em sua periferia, ocupados por populações de renda mais baixa. Já no outro sentido, o da zona sul e de bairros como Tijuca e Andaraí, se dá principalmente com o bonde. Do Centro à Gávea, pela São Clemente, se estabeleceram as mansões que convivem com os cortiços construídos para abrigar as populações operárias das indústrias ali implantadas.

É dessa época, também, a construção de grandes vilas operárias, promovida pela nascente burguesia industrial.

O grande capital é destinado à implantação de fábricas em regiões periféricas da cidade, áreas transformadas das antigas fazendas e chácaras com baixa ou nenhuma produtividade. A área central, densamente ocupada, mas esvaziada das classes de maior poder aquisitivo, destina-se às pequenas indústrias, sendo que suas populações operárias abrigam-se nos velhos sobrados explorados por seus antigos proprietários, transformando-os em cortiços ou casas de cômodos. Em menor número ocupam pequenas vilas cujo espaço utilizado tem características semelhantes aos cortiços, distribuindo-se os quartos em torno dos espaços comuns, com baterias de tanques e sanitários, tais como as três remanescentes na Rua Senador Pompeu.

O início do século XX traz para o Rio de Janeiro "pelo programa administrativo contido na plataforma do Dr. Francisco de Paulo Rodrigues Alves, em outubro de 1901, inabalável propósito de dignificar a capital da República, reabilitando-a, engrandecendo o Brasil pela execução de obras de embelezamento e saneamento de sua principal cidade e

Arquivo da SPHAN, Rio/s.d.

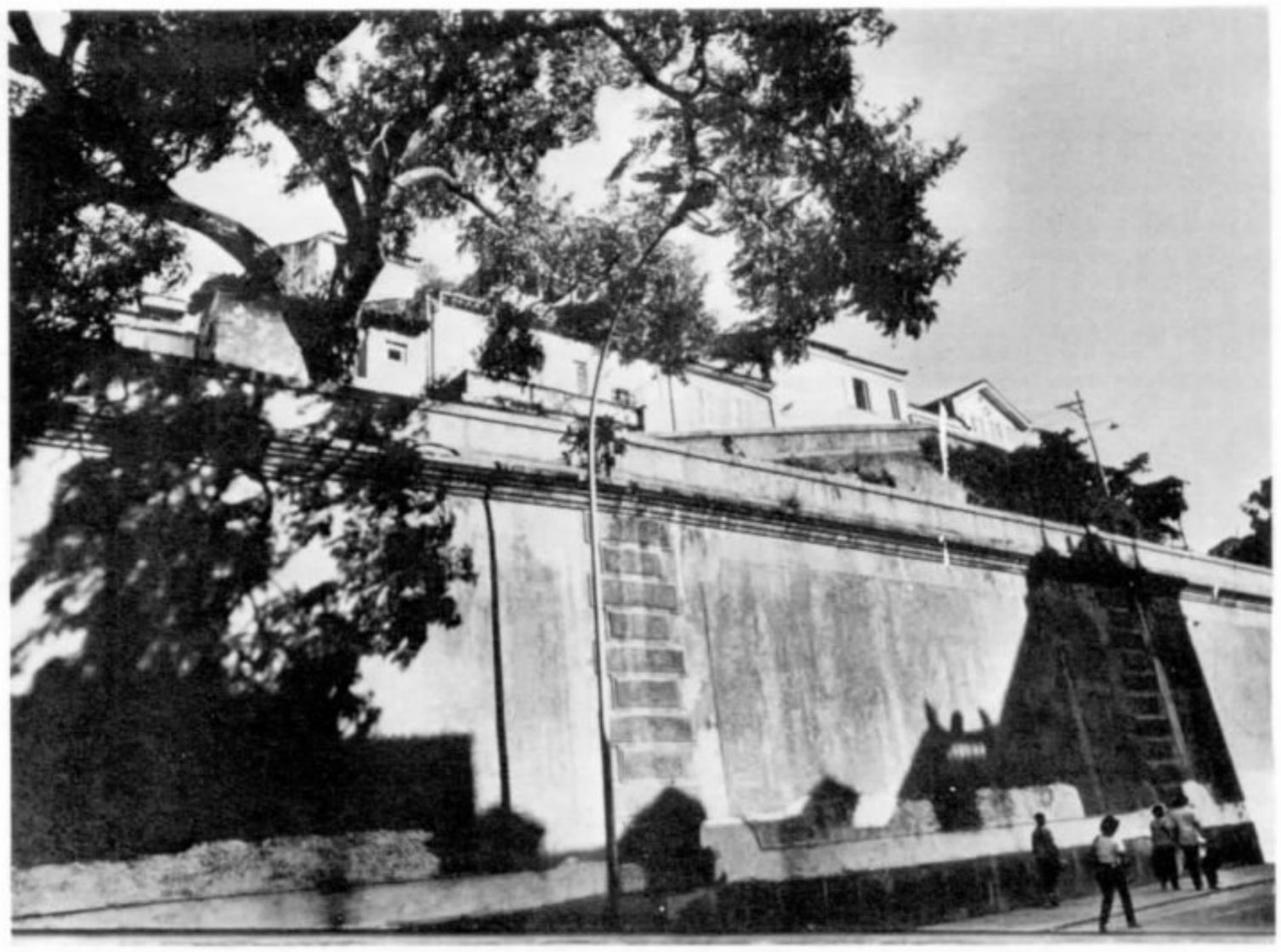
Em três desenhos de Thomas Ender, o Morro da Conceição no século XVIII: no alto, a Rua da Prainha, atual Rua do Acre; no centro, a Rua do Valongo, atual Camerino, e a Igreja de Santa Rita dos Pescadores.

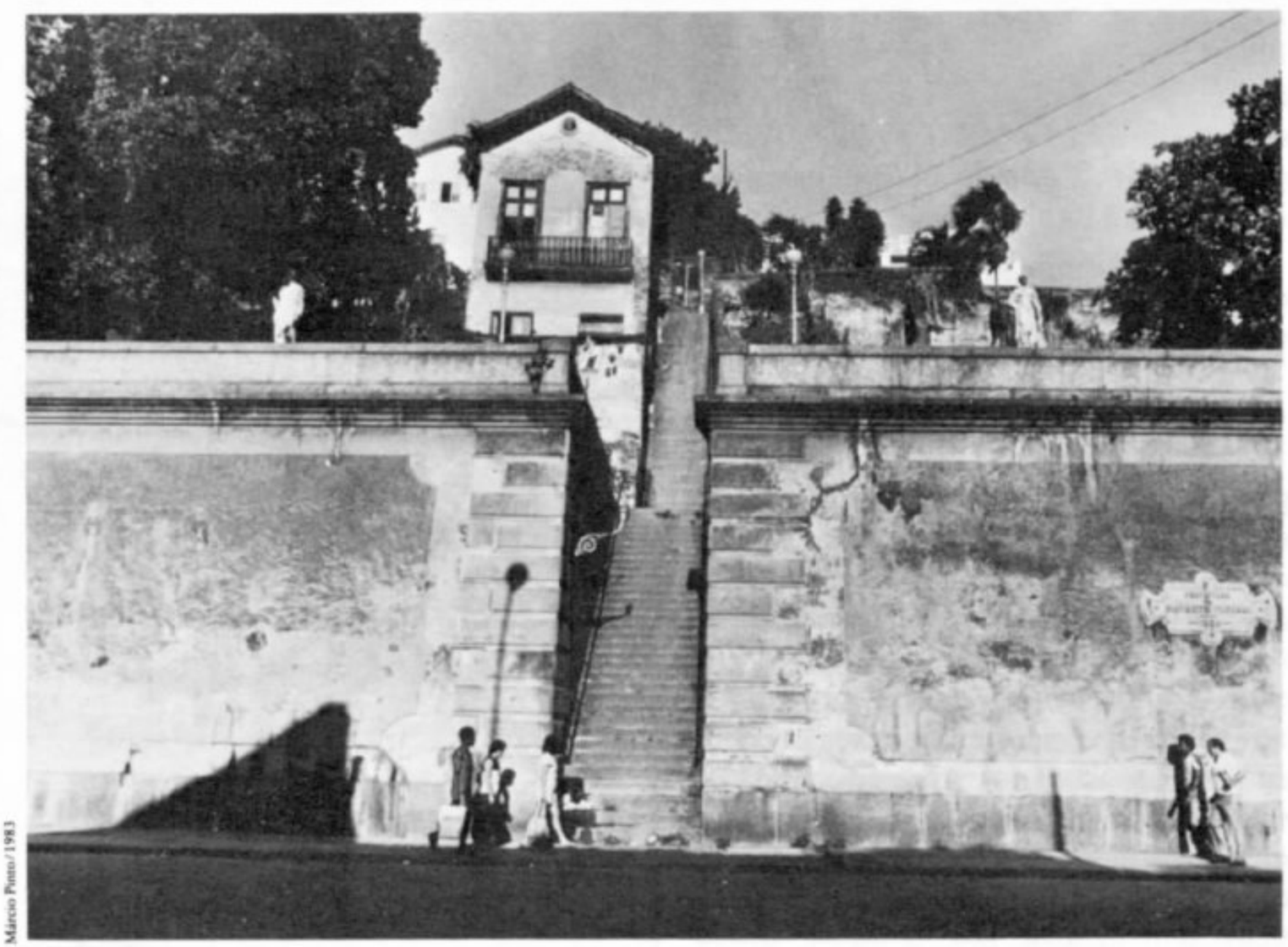
que fariam desmontar a rotina de quatro séculos".(2) O Prefeito Pereira Passos é nomeado por Rodrigues Alves. Sob a administração Pereira Passos, a cidade sofre sua maior transformação urbana, gerada pela necessidade da criação e acumulação de capital no País, a partir do crescimento econômico e de sua integração cada vez maior no contexto da economia capitalista mundial. Era preciso atrair mais capital estrangeiro e, conseqüentemente, apresentar uma metrópole sem aspecto colonial, com ruas largas, com uma arquitetura representativa condizente com sua função de capital do País. Alargam-se e abrem-se diversas ruas (entre as que nos interessam: Marechal Floriano – alargamento e prolongamento até o Largo de Santa Rita; Camerino, Acre, Visconde de Inhaúma – alargamento). Aterra-se grande porção de mar, construindo-se um novo porto para atender às necessidades de crescimento do volume de comércio no País. Com o aterro, expande-se a Praça Mauá. É construído o Jardim do Valongo na encosta do morro do mesmo nome, elevado acima do nível da rua em 7.0 m, inaugurado em 1906, que é descrito nas crônicas da época – "A localidade imunda metamorfoseou-se em aprazível belveder, onde se gozará de belíssimo panorama. Algumas habitações já melhoraram: provavelmente, doravante outras de tipos modernos se edificarão; e o bairro montanhoso, encravado num centro de movimento comercial, será tão procurado como outros de iguais notas pitorescas".(3)

Depois das transformações empreendidas por Passos, a região vive sem mudanças. Nem mesmo a abertura da Av. Rio Branco, com seus espaços especializados, afeta a região do Morro da Conceição, que manteve inalterada sua relação econômica e social com a área central de negócios. Entretanto, construída a Presidente Vargas, inspirada em molde urbanístico do Estado Novo, rompe-se o convívio entre as duas regiões. Isolada, a área do morro se autopreserva, principalmente pela desvalorização de seus espaços construídos. À exceção das pequenas indústrias, é apenas o porto que mantém relação econômica com os moradores da área, pois a maioria vive em sua função ou das atividades por ele geradas.

Nem mesmo a existência de grandes projetos para renovação da região, com o desenho de largas avenidas a partir da década de 40, transforma aquela área. Os projetos aprovados permanecem sem utilização na medida em que o atual centro da cidade continua comportando o desenvolvimento de sua vocação financeira e de serviços. É só a partir da última década que a área circundante ao Morro da Conceição passa a interessar aos empresários da construção civil. Impedidos pelo Decreto "E" nº 5.996, de 10.01.73, de construir garagens em grande parte da ACN, voltam suas atenções para a região do Morro da Conceição por ser esta a única área livre numa distância de 1 km, prescrita no citado Decreto. São, além disso, estimulados pelo baixo preço do solo, pois é considerada área desvitalizada pelos empresários.

E de repente esta espécie de ilha que antes, ainda na época de Passos, já sofre-





Márcio Pinto/1983

Jardim do Valongo: a recuperação do conjunto é uma das prioridades do projeto.

ra transformações radicais em seus espaços urbanos, fica novamente sujeita a grandes transformações, sem que em nenhum momento seja questionada a atualidade dos projetos engavetados por cerca de 30 anos. Embora o plano urbanístico básico da cidade tenha recomendado que essa área fosse considerada para abrigar contingente de população trabalhadora na ACN, pouca atenção se dá a estas indicações, pois os primeiros a serem afastados com a abertura dessas grandes avenidas seriam os próprios habitantes. A renovação da área, aplicada tal como foi prevista na década de 40, privilegiando grandes eixos para a circulação de automóveis, começaria por impor grandes ruturas na malha urbana existente, isolando o Morro de suas partes baixas. Sitiado por grandes eixos de tráfego e também por altos edifícios que, naturalmente, se construiriam para abrigar atividades especializadas sem vínculo com aquelas tradicionais, imporiam a valorização do solo bem como a expulsão de seus moradores e comerciantes.

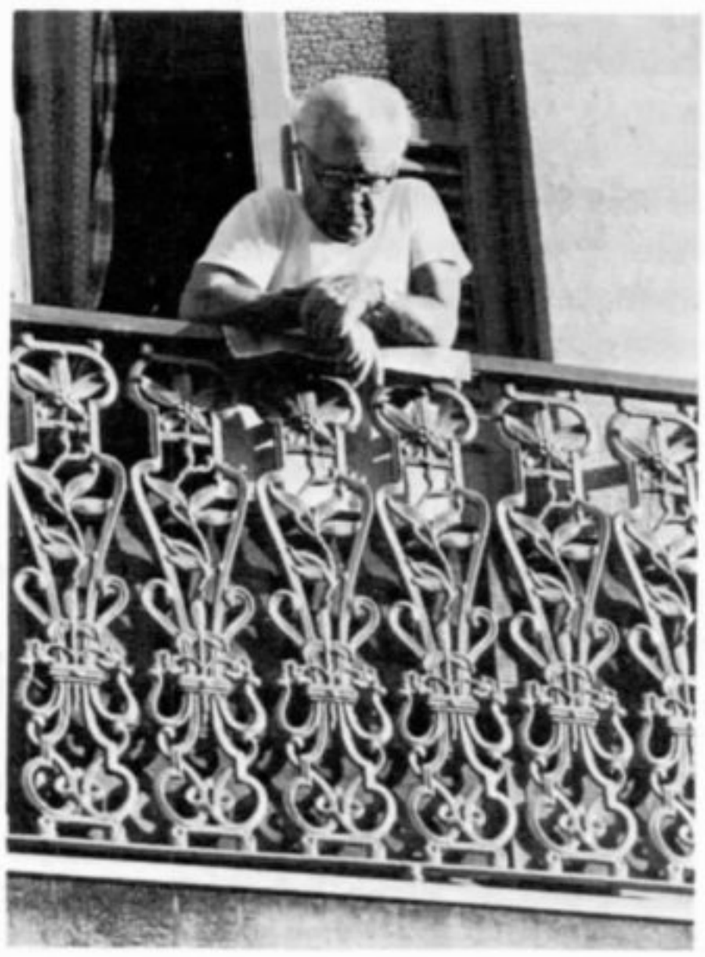
Com a mudança que começa a se verificar no planejamento urbano é importante o investimento na preservação da estrutura arquitetônica e urbanística da área do Morro da Conceição, seja do ponto de vista do patrimônio monumental, seja pela variedade de exemplares de arquitetura popular, fruto da convivência da cidade espontânea dos primeiros séculos de ocupação com a grande metrópole planejada do início do nosso século.

Diante destes antecedentes históricos e culturais, utilizamos uma metodologia baseada em três pressupostos fundamentais:

a) o de que o pensamento internacional, desde há alguns anos endossado pela SPHAN, entende como "bem cultural" não apenas os aspectos formais de uma determinada obra, mas, também, as suas características sociais e econômicas;

b) a conscientização, salvo raras exceções, de que o "bem cultural" não sobrevive isoladamente, pois destruída a malha que o insere, comprime-se sobre ele, numa linguagem típica de nosso tempo, o progresso especulativo;

c) a constatação de que "bem cultural" não está necessariamente associado apenas a elementos arquitetônicos excepcionais; ele pode existir e se impor mesmo em pequenos sítios.



Marcos Pinto/1983

Flagrantes da vida no Morro: o caminho para a escola, a conversa na calçada e a observação da rua.

Estabelecemos duas fases para a execução do projeto. A primeira delas foi distribuída em quatro etapas:

1ª Etapa: *Levantamento cadastral sumário* – área limitada pelas ruas Sacadura Cabral, Camerino, Senador Pompeu, Visconde da Gávea, Mal. Floriano, Conceição, Teófilo Otoni, Av. Rio Branco e Pça. Mauá, através de fichas simples para uma primeira identificação não só dos entornos dos monumentos tombados, ali implantados, como, também, de novos grupamentos ou mesmo edifícios isolados que garantam a sobrevivência da área. Estas fichas têm anexados contatos fotográficos referentes a cada imóvel, que nos permitiram melhor apreciação de suas características e estado de conservação. Elas foram de fácil preenchimento pelos estagiários e conclusivas para a identificação do potencial arquitetônico e social da área.

2ª Etapa: *Determinação do potencial histórico e estético da área* – a) paralelamente ao levantamento de campo, procederam-se pesquisas (nos arquivos da SPHAN e Municipal) para identificação da época das construções e aspectos históricos da área, tendo sido utilizados bibliografia afim, iconografia e projetos da época; b) identificação de todas as indicações municipais e suas implicações na homogeneidade do conjunto; c) entrevistas com moradores e comerciantes da área que descreveram a sua relação emocional com os espaços que utilizam, bem como as suas ambições e expectativas quanto aos trabalhos de valorização da região.

RIO

3ª Etapa: *Mapeamento dos dados colhidos nas três primeiras fases* – com os dados colhidos, mantivemos contatos com os órgãos municipais competentes, ligados ao planejamento da cidade e verificamos a possibilidade de revogação de muitos dos P.A., que propunham a "renovação" da área. Nosso argumento foi a obsolescência de suas indicações diante das mais recentes expectativas para a organização urbana da cidade. No caso específico da Av. Norte-Sul, chegou-se juntamente com a Diretoria de Engenharia Urbanística, à redução de sua largura para 20 m, eliminando-se as pistas em viaduto e livrando da demolição toda a área em seu percurso considerada de maior valor. Quanto aos demais P.A.s, gradativamente estamos conseguindo estudos na mesma Diretoria no sentido de revogá-los e transformá-los em projetos de preservação, a nível municipal, de volumes e fachadas.

Apoiados nestes contatos com o Município e no desejo das comunidades locais e de entidades de amigos do centro e zona portuária, concluímos pela proposta de portaria de controle que permitisse àquela área livrar-se das investidas da especulação mais recente, principalmente através de edifícios-garagem. As indicações ali contidas são, a nosso ver, apenas um primeiro passo para salvaguardar os entornos dos bens tombados, permitindo que sobrevivam como elementos tão importantes para a memória da cidade quanto os bens que ambientam.

Neste caso, especificamente, consideramos o entorno como a própria área definida, tendo sido excluídas apenas do perímetro de análise aquelas áreas que hoje têm a mesma fisionomia ou vocação da ACN.

4ª Etapa: *Elaboração de portaria de controle de gabaritos e forma de ocupação* – esta etapa, que conclui a 1ª fase dos trabalhos indicados por nosso grupo, tem especialmente o objetivo de resguardar os entornos dos monumentos tombados existentes na área estudada, bem como de indicar outros bens ou grupos de imóveis julgados de valor para preservação. Esta atitude foi tomada para tentar romper com a visão da preservação do monumento isolado, indicando sua incorporação a seus entornos imediatos, de forma a ser possível um procedimento de valorização daquele patrimônio ambiental urbano: a forma pela qual os elementos dessa área estão implantados conta a história da criação e produção do homem que instalou-se na região, em relação à natureza e aos meios disponíveis à época de sua implantação e nas diversas etapas de sua expansão.

Assim, para esta definição partimos de cinco premissas básicas:

1º) o valor inerente do ambiente urbano, que guarda conjuntos representativos da evolução da estética arquitetural, erudita e popular, em perfeita harmonia com o traçado irregular das ruas, muitas delas remanescentes de antigos caminhos ainda da época da ocupação da cidade;

2º) o sistema estabelecido de relação entre a fisionomia urbana e seus usuários, ou seja, a composição social e a fisionomia habitual da área, que abriga pessoas, onde as atividades são realizadas e os serviços são prestados, juntando-se a isso a relação afetiva dos moradores e usuários e a identidade com as atividades tradicionais, quer sejam de habitação, de comércio ou lazer, ali exercidas;

3º) os entornos necessários aos monumentos tombados nessa área não devem se restringir à determinação de uma área de visão volumétrica compatível, e sim incluir conjuntos que permitam um relacionamento adequado e harmonioso com os objetivos da preservação da identidade cultural da área;

4º) a perfeita adequação entre as indicações do plano urbanístico básico da cidade e o quadro construído na área;

5º) a inevitabilidade da passagem da Av. Norte-Sul, projetada pela Pref. Municipal, e seu potencial de desagregação do conjunto urbano tradicional, com a indicação de novos padrões e hábitos, o que imporá um rompimento drástico com o modo de vida existente na área, pelo equívoco do que seja tornar moderno, atual.

A observação mais amadurecida determinou que pela proximidade dos bens tombados e pela configuração da própria área estudada, apenas alguns poucos grupos de imóveis não poderiam ser incluídos como necessários ao resguardo daqueles monumentos, pois fragmentar a área em pequenos entornos dentro de uma postura purista de só considerar como de valor aqueles imóveis sem descaracterização alguma impediria a sobrevivência do próprio conjunto. Assim, para atendimento das indicações municipais, a partir das 5 premissas expostas, liberamos apenas grupos de imóveis, ou por já terem fisionomia idêntica funcional ou volumétrica às Avs. Presidente Vargas e Rio Branco, ou por já estarem por demais descaracterizadas, sendo impossível sua retomada para convívio com o conjunto ambiental urbano (*retícula 3*), no mapa das páginas 106/107.

Excluídas estas áreas, o novo perímetro permitiu a identificação de três grupos, que apesar de estarem ligados por áreas com o mesmo valor ambiental, são distintos entre si. Gerando entornos de um ou mais monumentos, tiveram tratamento semelhante, isto é, em todos foram identificados imóveis de valor para preservação (*retícula 1*) e outros grupos onde foram feitas restrições de gabarito e de implantação sempre no mesmo alinhamento das construções que venham a ser substituídas. Assim determinamos:

GRUPO 1 – Pólo Itamarati: Para a quadra limitada pelas ruas Visconde da Gávea, Senador Pompeu, Alexandre Makenzie e Av. Mal. Floriano, a altura máxima igual à do bloco que faz frente para aquela Avenida, entre os nºs 172 e 154 (prédio da Light), bem como determinamos como área "non aedificandi" aquela circundante ao Itamarati e limitada à esquerda pelo prédio da Light, aos fundos pelos lotes para a Rua Senador Pompeu e à direita pela Rua Visconde da Gávea. Para o prédio da Light, recomendamos a preservação, não só por seu valor como representante da arquitetura com tendências classicizantes dentro do Ecletismo, como também por seu peso como elemento agregador do conjunto caracterizando juntamente com o Palácio Itamarati e o Colégio Pedro II a expressão das grandes construções oficiais.

Para os quarteirões fronteiros a este, propomos a mesma altura do prédio da Light para as construções gravadas em gabarito (*retícula 5*).

O último quarteirão articulado a este pólo é aquele entre as ruas Alexandre Makenzie, Senador Pompeu, Camerino e Av. Mal. Floriano, onde constatamos sua divisão em duas áreas nitidamente diferentes pelos terrenos ocupados pelos geradores da Light. Recomendamos para a 1ª área (*retícula 6*), entre aquele terreno, a Rua Camerino, a Av. Mal. Floriano e Rua Alexandre Makenzie, na qual recentemente foi liberado edifí-

cio-garagem de 32.25m de frontaria e 44,0m de altura total, a adoção desta altura máxima para os demais lotes existentes, excluindo-se aqueles com frente para a Rua Camerino, indicados para preservação não só por formarem conjunto necessário à ambiência do Colégio Pedro II, como também por guardarem quase inteiramente a fisionomia da época de suas construções. Para o único prédio alterado nesse conjunto (nº 170) propomos, no caso de reconstrução, a altura máxima de 10,5m na frontaria, mantendo-se o mesmo alinhamento frontal dos outros prédios. A 2ª área, posterior aos terrenos da Light, funciona como elemento de ligação entre o conjunto agregado ao 1º pólo e o restante da área estudada. Ali, apesar de ainda existirem imóveis característicos que mereceriam a preservação, um outro fator influiu na proposta de só a considerarmos quanto à determinação de gabarito, a Av. Norte-Sul, que imporá o alargamento da Rua Senador Pompeu. Entretanto, apesar de naturalmente pelo P.A. ser indicada a sua renovação, seu peso no conjunto entorno do Valongo é muito grande. Desta forma, para esta área indicamos a altura máxima igual à do prédio da Light, já citado, bem como a manutenção do atual alinhamento.

GRUPO 2 – Pólos: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Valongo, Igr. São Francisco da Prainha, Palácio Episcopal e Fortaleza da Conceição – Aqui, os quatro monumentos tombados têm caracterizado como entorno o próprio Morro da Conceição onde estão implantados, e onde adotamos a mesma indicação dos Decretos Municipais nº 1.541 de 04/05/78 e nº 1.542 de 05/05/78, que estabeleceram condições especiais para suas edificações. Entretanto, considerados os objetivos desta proposta, achamos necessário determinar, além da cota máxima de frontaria (10.5 m) e das restrições ao remembramento, a preservação dos imóveis marcados (*retícula 1*). Também naqueles lotes onde gravamos apenas o gabarito, se renovados, a implantação dos novos imóveis deverá obedecer aos mesmos alinhamentos daqueles substituídos, evitando-se dentes que transformariam a fisionomia das ruas.

Verificando ainda que o resguardo do Morro da Conceição não é suficiente para a composição ambiental daqueles bens tombados, indicamos outras áreas necessárias para sua proteção.

Assim, para o conjunto arquitetônico e paisagístico do Valongo consideramos seus quarteirões fronteiros – o quarteirão formado pelas ruas Sacadura Cabral, Barão de Tefé, Coelho e Castro e Aníbal Falcão, bem como a seqüência de prédios entre os nºs 130 e 120 da Rua Sacadura Cabral, e gravamos as mesmas restrições de gabarito do Morro da Conceição para os lotes intermediários aos prédios preserváveis (Retícula 1).

Para a Igreja de São Francisco da Prainha, propomos ainda o quarteirão limitado pelas ruas Sacadura Cabral, Argemiro Bulcão, Coelho e Castro e Edgard Gordilho, onde sugerimos a altura máxima igual à do prédio de nº 102, ali existente, e o quarteirão definido pelas ruas Sacadura Cabral, Edgard Gordilho e Venezuela, fronteiro à igreja, com altura máxima igual àquela indicada para o Morro da Conceição (10.5m).

Para a proteção visual e ambiental do Palácio Episcopal e Fortaleza da Conceição, indicamos também a adoção das mesmas restrições determinadas ao Morro da Conceição (10.5, de cota máxima) para os lotes gravados em gabarito (*retícula 2*), nos quarteirões limitados pelas ruas Leandro Martins, Acre, Miguel Couto, Mal. Floriano e dos Andradas; e aqueles limitados pelas ruas Teófilo Otoni, Conceição, Júlia Lopes de Almeida e dos Andradas. Todos estes quarteirões são compostos de conjunto expressivo (*retícula 1*) que caracteriza a área e para os quais indicamos a preservação. Além destes, consideramos ainda o quarteirão limitado pelas ruas da Conceição, Senador Pompeu, Camerino e Leandro Martins, necessário à proteção dos três bens. Assim, também para o resguardo do Palácio Episcopal e da Fortaleza da Conceição, indicamos neste quarteirão a altura máxima de frontaria igual a 10.5m (decretos municipais citados), considerando especialmente o conjunto posterior ao Colégio Pedro II e que o ambienta (*retícula 1*), para preservação. Afetado pelo projeto da Av. Norte-Sul, a restrição de altura pretende aproximar o índice para construções novas, que possam vir a acontecer, daquele das construções existentes, de modo que o corte causado por esta Avenida seja o menos agressivo à totalidade do conjunto estudado.

Frontalmente ao Colégio Pedro II, os dois quarteirões existentes foram enquadrados no conjunto considerado como não mais afim à fisionomia da área tratada, estando desta forma liberados às indicações municipais (*retícula 3*). Da mesma forma entendemos liberado de restrições aquele limitado pelas ruas Mal. Floriano, Uruguaiana, Teófilo Otoni e dos Andradas. Entretanto, diante do resultado volumétrico desastroso do prédio do Banco Central, de 30 pavimentos, em fins de construção na mesma área, indicamos seja admitida a altura máxima vigente de 60.30m (correspondendo a 18 pvtos.) para suas futuras construções.

GRUPO 3 – Pólos: Igreja de Santa Rita, Caixa de Amortização e Cia. Docas de Santos – o conjunto entorno destes três bens é ainda hoje composto de prédios muito característicos, estando de um modo geral em bom estado de conservação.

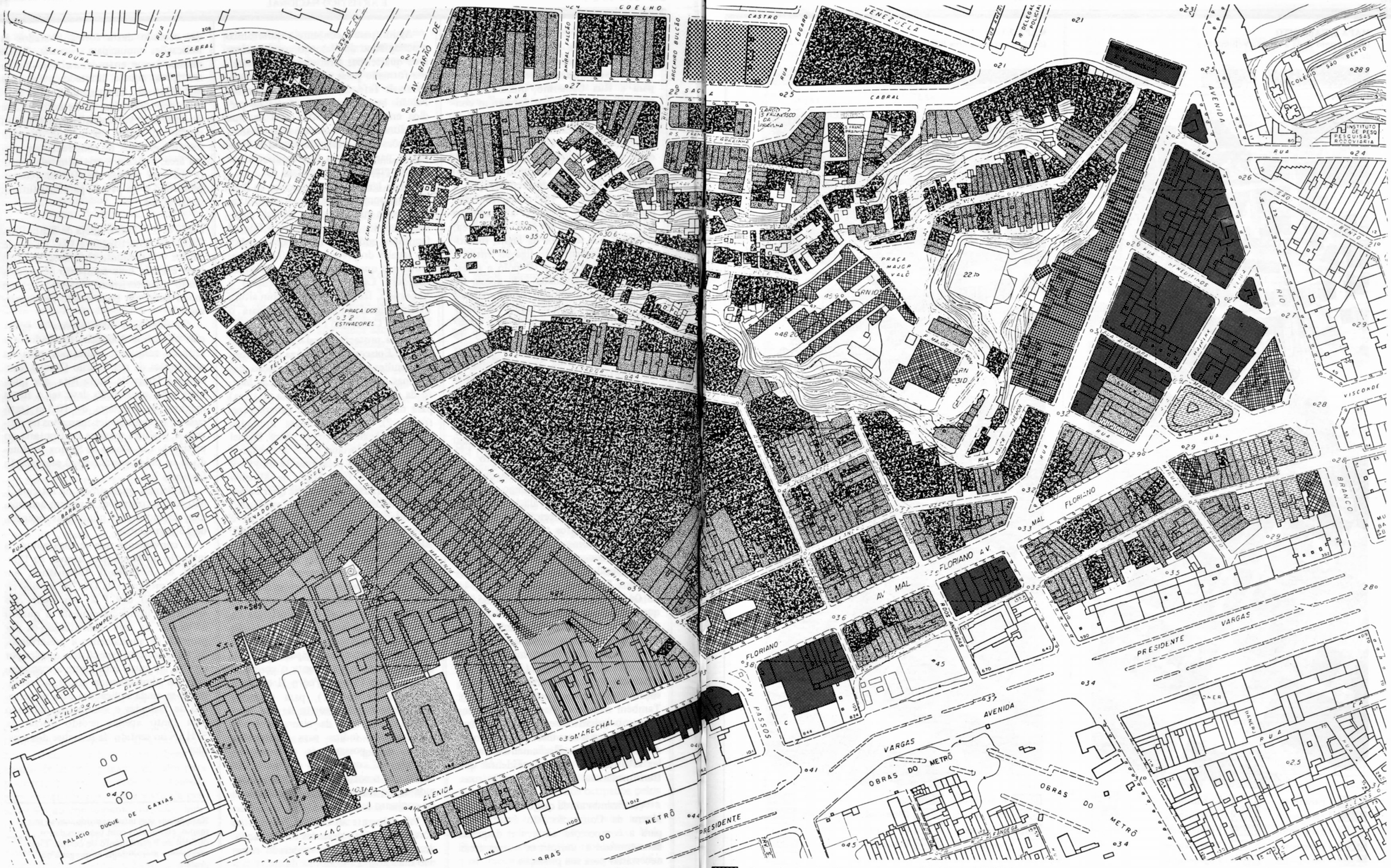
Considerando não apenas a igreja mas os outros dois bens tombados e o próprio conjunto, indicamos para os quarteirões da rua Teófilo Otoni e fronteiros à Igreja de Santa Rita, que qualquer nova construção deve ter a altura máxima de frontaria de 10.5m (*retícula 2*) e para aqueles marcados na retícula 4, a altura máxima da frontaria do prédio da Cia. Docas de Santos, excluindo-se os prédios indicados à preservação (*retícula 1*).

Os demais quarteirões, na retícula 3, não sofrem restrições e podem acompanhar as indicações municipais vigentes, de 13 pavimentos.

É conveniente que se diga ainda da intenção do Município, através da Diretoria de Engenharia Urbanística, em analisar propostas da DTC no sentido de reformulação dos P.A. em vigor, que alterariam irremediavelmente o quadro ambiental da área, substituindo-os por projetos de alinhamento e preservação, ou seja, projetos específicos, quadra por quadra, os quais indicariam a manutenção dos alinhamentos atuais, acrescentando-se ainda indicações para preservação de fachadas e volumetria, faltando para tanto apenas pedido oficial da SPHAN no sentido da reanálise dos mesmos.

Nas páginas seguintes, reproduzem-se seis mapas, elaborados com base nos dados obtidos no levantamento de campo. Eles resumem a metodologia empregada no projeto.

PROPOSTA DE PRESERVAÇÃO DO MORRO DA CONCEIÇÃO
MAPA GERAL



A preservar volumes e fachadas.

Decretos Municipais nº 1.541, de 04/05/78, e nº 1.542, de 05/05/78, mantendo-se os atuais alinhamentos.

Altura máxima igual à altura da fachada do prédio entre os nºs 154 e 172 da Av. Marechal Floriano (Light).

Altura máxima da frontaria de 35,25m, não podendo qualquer elemento construído ultrapassar a altura de 44,45m.

Para Av. Marechal Floriano, Decreto nº 1.541, de 04/05/78.
Para as demais áreas, ver Decretos Municipais em vigor.

Altura máxima igual à altura da fachada do prédio da Companhia Docas de Santos.

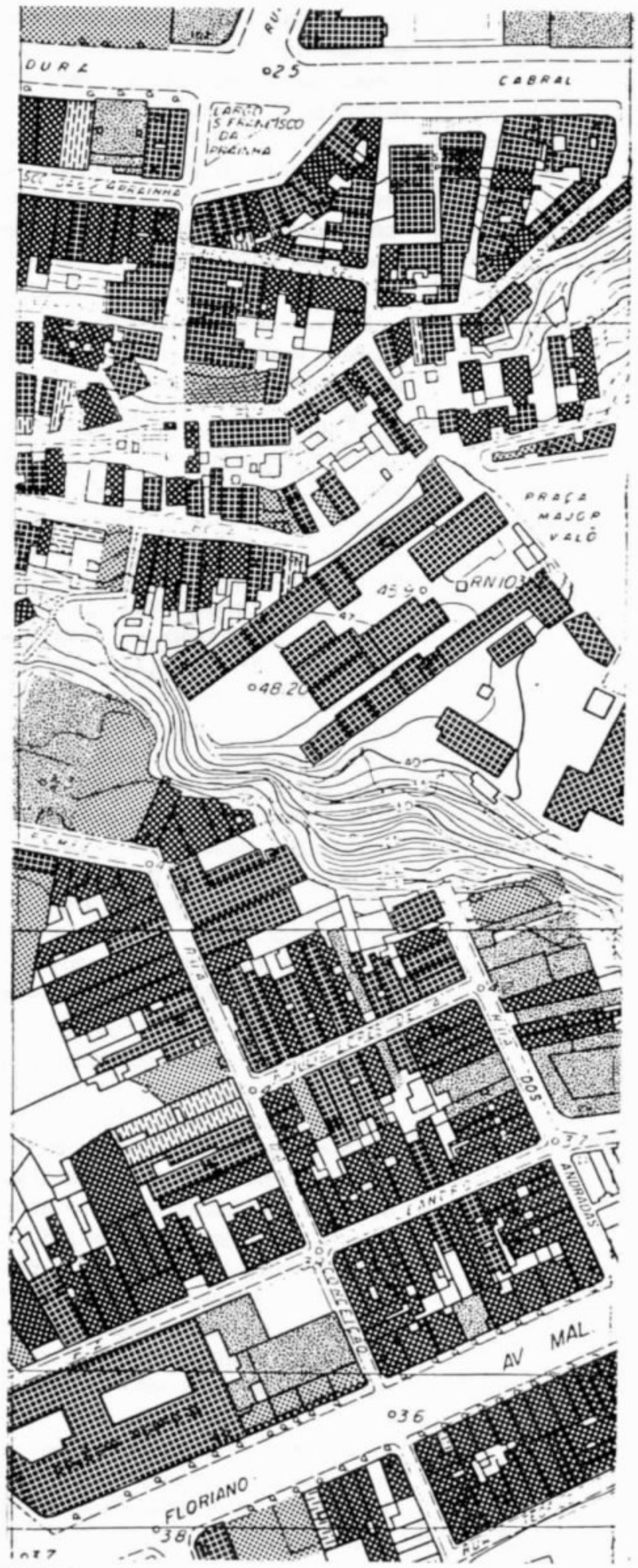
MAPA 1/GABARITO
Indica como se dá a relação volumétrica da área.

1 pavimento
2 pavimentos
3 pavimentos
4 pavimentos
5 pavimentos
8 pavimentos
10 pavimentos
11 pavimentos
17 pavimentos
18 pavimentos

MAPA 2/USO
Identifica como a área funciona e é utilizada.

Residencial
Institucional
Industrial
Sem uso
Misto
Comercial
Público
Demolido

MAPA 3/FACHADA
Identifica a ambiência a partir de grau de caracterização da área.



- Original
- Modificada parcialmente
- Modificada totalmente
- Construção nova
- Demolida

MAPA 4/VOLUMETRIA
Registra as modificações nos volumes das edificações e sua integração com os monumentos e o todo da área.

- Original e integra-se no conjunto
- Original e destaca-se no conjunto
- Modificada e integra-se no conjunto
- Demolida

MAPA 5/ESTADO DE CONSERVAÇÃO
Indica ser apenas necessário o agenciamento do espaço urbano, já que é bom o estado de conservação da área.

O conhecimento da região, a partir dos trabalhos executados, permite-nos propor que a Portaria de controle não seja apenas o único meio de resguardar a área. Assim, nossa conclusão encaminha sugestão para que se considere o conjunto tratado como merecedor de estudos mais aprofundados de identificação do seu valor urbanístico e arquitetônico, através da intervenção direta na área, a partir do trabalho com a comunidade usuária e moradora.

Para esse aprofundamento temos programada uma 2ª fase onde foram previstas duas etapas:

1ª Etapa: A partir do mapeamento das áreas de entorno e outras áreas de interesse, procederíamos seu cadastramento monumental – baseados na ficha Modelo 2 da FIDEM – publicação "Plano de Preservação dos Sítios Históricos" – DARMR. Paralelamente, juntaríamos pesquisa objetivando o conhecimento das formas de habitação existentes na área "com vistas a subsidiar qualquer tratamento de reorganização dos espaços habitacionais", tomando por base o método utilizado pela Fundrem, descrito no manual "Promorar – Projeto Rio – Tipologia Habitacional", para a área da maré. A diferença é que o percentual determinado para pesquisa naquele projeto, ou seja, 2% do total de domicílios, seria nesta área ampliado para o total de habitações existentes consideradas de entorno ou de valor preservativo.

Ainda com base neste manual, seria possível determinar, desde a forma de utilizar o espaço construído, até a forma de remanejamento de espaços sub ou super-habitados, já que esta região é ocupada e utilizada de forma heterogênea, isto é, casas onde habita de forma racional apenas uma família, proprietária ou inquilina; conjuntos de Irmandades, muitas vezes subalugados, cortiços e espaços não-utilizados, juntando-se a isto casas de comércio e mistas.

2ª Etapa: Tomando por base os trabalhos com a comunidade, desenvolvido pela Igreja, no entorno da Igreja de São Francisco da Prainha, temos com freqüência analisado a questão, com moradores e usuários da área tratada. Foi-nos proposta a ampliação e discussão do propósito dos trabalhos através da distribuição de material de divulgação, noticiando suas intenções e contendo ques-

tões básicas que responderiam quanto à relação morador/bairro, expectativas quanto à renovação, documentação antiga, propostas, disponibilidade para participação e organização dos trabalhos necessários, conhecimento de pessoas sem ocupação, de pequenos operários, etc.

A impossibilidade de controle de obras de reformas sugeriu-nos propor a instalação de um pequeno ateliê móvel, que deveria inicialmente estar localizado em alguma propriedade desocupada, ou mesmo na própria Igreja de São Francisco da Prainha, com propósito de orientação das obras que hoje acontecem, geralmente, sem apoio técnico, e que tivesse carga horária variável em função das necessidades de trabalho. Seria possível, a partir das informações em resposta à divulgação feita, o apoio de técnicos e artesãos ali moradores que se sentissem motivados a colaborar com o escritório.

A implantação deste escritório seria conveniente na medida em que os habitantes teriam resguardado o seu direito de decisão sobre obras que julgassem necessárias, ao mesmo tempo que nos daria a vantagem de opinar em benefício daqueles prédios sem o inconveniente do congelamento temporário de obras que, nos parece, é sempre uma medida antipática aos usuários.

Viemos também pretendendo a participação da Secretaria Municipal de Planejamento e já mantivemos um primeiro contato com alguns de seus técnicos, que mostraram grande interesse pela proposta, sugerindo, inclusive, desde que oficializada a intenção do Patrimônio em resguardar a região, algumas medidas através da Secretaria de Obras, CME, e outros órgãos que poderiam, em tempo razoável, promover benefícios na área. O que sugerimos foi que, se aceitos pelo Patrimônio, os trabalhos poderiam se iniciar em favor do Jardim do Valongo, para o qual já existe projeto concluído. Parece-nos que, se fosse efetivado o tratamento de algumas zonas importantes a todos os usuários, seria possível melhor apreender as expectativas dos moradores.

Além das obras básicas para o conforto geral da população, seria conveniente o tratamento de grupo de prédios com problemas de deterioração ou de mau aproveitamento, que permitisse aos moradores avaliar em que medida se beneficiariam com um trabalho de revitalização. Um de nossos bens tombados, no Morro da Conceição, é o Conjunto Arquitetônico do Valongo, hoje em franca degradação. Parte de seus prédios, de propriedade da Santa Casa da Misericórdia, está super-habitada, tendo sido subdividida irracionalmente por seu inquilino oficial, com as mínimas instalações necessárias ao conforto, mal-arejadas e com obras de péssima qualidade. Para este Conjunto, temos concluída proposta de reorganização de seus espaços internos, recuperação de seu volume e fachadas. Como este projeto foi feito em 1978, seria conveniente retomá-lo, já que as transformações continuaram desde então, com aumento do número de famílias e ocupação de espaços antes vazios. Seria interessante ativar a proposta, pois nos parece que estimularia o interesse local pelo projeto.

Quanto às condições de execução, a proposta é a de fornecer todos os meios que permitam ao pessoal participar ativamente da recuperação e do controle de suas necessidades, oferecendo a orientação de base, os equipamentos e mecanismos necessários, promovendo paralelamente a autogestão dos trabalhos pelos moradores.

A *mobilização* será feita através de reuniões, exposições, discussões, com a organização de grupos que desejem participar dos trabalhos.

Informada e participante, a população conheceria os elementos dos equipamentos arquitetônico e social de tal forma que saberia propor intervenções sem a agressão promovida hoje pela desinformação. Desta maneira o repasse da responsabilidade da preservação seria feito naturalmente, sem a obrigatoriedade do tombamento integral da área, permitindo que a renovação se fizesse ativa, mas racional, em favor daquele patrimônio.

Sobre as transformações urbanas, no Rio de Janeiro, no início do século, leia também o artigo de Giovanna Rosso Del Brenna, na seção Ensaios.

NOTAS

(1) LIMA BARRETO, *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá.*

(2) SANTOS, NORONHA, *Jardim do Valongo*, julho de 1946.

(3) ARAÚJO VIANA, *Crônicas* vol. 3, "O Valongo Ajardinado".

BIBLIOGRAFIA

1. **SANTOS, NORONHA** – *Freguesias do Rio Antigo;* anotações de Paulo Berger – Rio de Janeiro – Editora O Cruzeiro/1965.
2. **GERSON, BRASIL** – *História das Ruas do Rio de Janeiro* – Rio de Janeiro – Livraria Brasiliana Editora/1965 – 4ª edição.
3. **COSTA, NELSON** – *Rio de Ontem e de Hoje* – Rio de Janeiro – Leo Editores/1958.
4. **LAMÊGO, ALBERTO RIBEIRO** – *O Homem e a Guanabara* – IBGE/1948.
5. **DUNLOP, CHARLES** – *Rio Antigo* – Rio de Janeiro – Companhia Editora Comercial F. Lemos/1956.
6. **AZEVEDO, MOREIRA DE** – *O Rio de Janeiro* – Rio de Janeiro – Livraria Brasiliana Editora/1969.
7. **CARVALHO, DELGADO** – *Corografia do Distrito Federal* – Rio de Janeiro – Livraria Francisco Alves/1926.
8. Caderno JB do IV Centenário – *Viva o Rio* – Rio de Janeiro – Jornal do Brasil/1965.
9. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral – *PUB-Rio* – Rio de Janeiro/1965.
10. **SANTOS, PAULO F.** – *Quatro Séculos de Arquitetura* – Valença – Editora Valença/1977.
11. **EDMUNDO, LUÍS** – *O Rio de Janeiro do Meu Tempo* – Rio de Janeiro – Imprensa Nacional/1938.
12. **CAVALCANTI, J. CURVELO** – *Nova Numeração dos Prédios do Rio de Janeiro* – Rio de Janeiro – Prefeitura da Cidade/1977.
13. **BARREIROS, EDUARDO CANABRAVA** – *Atlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro* – Rio de Janeiro –, IHGB/1965.
14. **COARACY, VIVALDO** – *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro* – Rio de Janeiro – Livraria José Olympio Editora/1955.

    O Rio de Janeiro no Século XVII – Rio de Janeiro – Livraria José Olympio Editora/1944.
15. **CRULS, GASTÃO** – *Aparências do Rio de Janeiro* – Rio de Janeiro – Livraria José Olympio Editora/1965.
16. Governo do Estado da Guanabara – *Rio de Janeiro em seus 400 anos* – organizado por Fernando Nascimento Silva – Rio de Janeiro/1965.

IDÉIAS

O Futuro do Patrimônio Arquitetônico

*Michel Parent**

PRIMEIRA PARTE:

os problemas

I. Conservação e mudança

A conservação da arquitetura antiga, noção inspirada por motivos de interesse geral de caráter cultural e que tende a perpetuar as obras e preservar-lhes a autenticidade, impõe-se hoje como um dado essencial da política geral do meio ambiente.

Relacionada até mesmo a "conjuntos" urbanos por vezes muito amplos e relativamente heterogêneos ou às características dominantes de todo o *habitat* de uma zona rural, a exigência da conservação ultrapassa hoje em dia o critério da antigüidade e tende a englobar tudo o que testemunhe culturas, mentalidades, modos de vida, vínculos profundos do homem com a natureza.

Durante estes últimos lustros, tendo sido o considerável desenvolvimento da construção em numerosos países do mundo posto em liquidação a um só tempo pela *uniformidade* e pela *desordem*, a conservação das estruturas arquitetônicas e de todos os signos que elas comportam apareceu como o recurso da preservação, ao menos em uma parte do território universal, de uma organização global e coerente do espaço e de sua riqueza. E é, em suma, nesse nível, uma idéia nova, que consiste daqui por diante em "conservar sistematicamente", uma vez que a degradação também é sistemática. E é então uma questão fundamental saber se a preservação global do patrimônio arquitetônico tem um futuro ou se, ao contrário, não passa de um *álibi momentâneo* da recusa a enfrentar um *futuro diferente*, se não é, afinal de contas, senão a máscara transparente, inútil e provisória de uma ausência cabal de projeto criador.

Desses dilemas decorrem outros ao nível do patrimônio, sendo que o mais decisivo deles remete a esta questão: se, de agora em diante, o patrimônio é entendido num sentido tão amplo, a evolução desse conceito nos leva então concretamente a uma preservação e a uma manutenção extensivas, e que fazer portanto para que a qualidade de tal conservação nada perca nessa extensão, a menos que a conservação, a despeito das intenções manifestadas, permaneça antes como um objeto de discurso que de prática social... Em suma, qualquer que seja a evolução dos conceitos, a conservação colidirá com o irresistível movimento da história?

> *"Daqui por diante é preciso conservar sistematicamente, pois a degradação também é sistemática"*

Porque não é mais possível ignorar que a conservação se defronta, hoje mais do que ontem, com um desejo não menos sistemático de *mudança* e que se manifesta em todos os níveis do pensamento, das mentalidades e da prática social, afetando inclusive o quadro de vida. Mas mudança com referência a que critérios: os de civilizações tradicionais já distantes, mas das quais continuamos a carrear os arquétipos? Os do século XIX, que lançaram os fundamentos da sociedade industrial, ou os de seu mais recente estágio evolutivo, onde a mudança por aceleração contínua da produção e da obsolescência dos produtos se tornara a lei fundamental? Mudança em relação à mudança crônica, isto significaria, daqui por diante, numa grande medida, *estabilização* ou retorno às fontes, ou nova dimensão da mudança. As qualidades da arquitetura herdada, o aparente equilíbrio que ela encontrara com certas exigências tradicionais do homem, serão daqui para a frente valores do futuro? Ou a sobrevivência do patrimônio implica a de valores mais gerais de caráter sócio-cultural nascidos com ele e que condenam ao esquecimento tanto a derrocada da sociedade industrial quanto sua exaltação?

A exigência de mudança está fundamentalmente inclusa em toda ideologia quer revolucionária quer "evolucionária" (dita reformista) que, juntas, afogam, não sem se defrontarem, o conjunto dos corpos e das forças sociais, e dos Estados enquanto realidades culturais que se desenvolvem às suas margens. Por outro lado, para além mesmo das vontades explícitas, ela subentende, pelo jogo dos desejos suscitados e por satisfazer, todo o processo da economia de mercado. Essa economia, assimilando o meio ambiente e a arquitetura a um objeto entre outros, suscita inevitavelmente a substituição das estruturas espaciais tradicionais. Por certo, inversamente, a contestação

(*) Michel Parent é presidente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), da UNESCO, e Inspetor Geral dos Monumentos de França. O texto acima foi apresentado ao Seminário de Arc-et-Senans, organizado pela Fundação Claude Nicolas Ledoux, em Amsterdã, em 1975. A tradução do original francês é de Ivan Junqueira.

às sociedades baseadas em relações de produção econômica se insurge contra um liberalismo destruidor da natureza e dos vínculos diretos que o homem estabeleceu tradicionalmente com ela, e inclui, no fim de contas, em suas exigências libertárias, a liberdade de usufruir daquilo que, através do patrimônio acumulado, lhe parece, ao nível das práticas da economia de subsistência, o mais estranho, o menos submetido às hegemonias sociais ou, para dizer tudo, o mais próximo da "vida natural". Mas tal fruição não será ela mesma perdulária? A meio caminho entre o presente e a utopia percebida nos despojos do passado, uma história vivida insurge-se contra uma história escrita, uma história que poderia ter sido contra uma história que foi. O patrimônio arquitetônico, há que observá-lo de perto, é uma das apostas concretas dessas escolhas. Mas, por sua vez, não será a "vida natural" um mito social muito antigo, de súbito reapropriado mais em benefício da imaginação do que da conservação da tradição? Um produto da história apto a não afiançar senão a vida das coisas efêmeras. Do mesmo modo, nessa efervescência de pensamentos e de ações relativos ao conjunto do patrimônio arquitetônico, do qual até então uma insignificante parcela integrava a dinâmica social, quer se tratasse do castelo residencial transformado em asilo de velhos ou em casa de jovens, de casas rurais adaptadas ao uso de citadinos, de um antigo bairro deteriorado que de repente entra no jogo especulativo, ou mesmo de uma ruína feudal onde se refugia um artista para preservar sua liberdade criadora, ou uma comunidade ávida de reencontrar o ciclo das estações e dos dias, o patrimônio arquitetônico é menos objeto de conservação do que lugar mesmo de mudança.

Se a sociedade, reduzida à imagem de "sociedade de consumo" em razão das necessidades de êxito dessa própria imagem, estala por todos os lados e revela com força, às vezes com violência, suas outras dimensões psíquicas e sociológicas, e se o súbito interesse tanto pelos "valores" do patrimônio quanto pela natureza constitui um dos sintomas desse estalo, não é menos verdade, aliás, que o *modo de apropriação* do patrimônio está, mais do que nunca, na dependência do consumo. Pode-se mesmo dizer que, em parte, o patrimônio sobrevivia e morria outrora à margem desse fenômeno (quer ele durasse e se arruinasse lentamente no esquecimento, quer seus proprietários originais, o Estado, a Igreja, o mantivessem em sua função primordial ou em sua característica de objeto cultural). Hoje, é por razões sócio-econômicas ou mercantis que a destruição deliberada se torna mais ativa do que a ruína espontânea, ou que a noção de *adaptação* entra mais freqüentemente em conflito com a noção de *conservação*, e que entre as duas a noção de *restauração* se torna equívoca.

Enfim, esse processo de "consumo" não é apenas econômico ou sócio-econômico; é para uma autêntica "digestão" de um ativo secular que nossa sociedade convida seus membros, para um festim frustrado por sua própria economia e tecnologia; submersa em "significantes" indigeríveis, ela se arremessa sobre o patrimônio como sobre a natureza, cujos signos e cuja realidade profunda são consubstanciais e, por mais enigmáticos que pareçam, deixam entrever sua íntima consubstancialidade com o homem. Por exemplo, o *habitat* rural antigo perece, mas floresce a fazendola cujos signos "rústicos" foram tomados de empréstimo ao mundo rural — não sem interpretação para a comodidade do produtor ou do usuário. Assim, a morte do patrimônio, tenha ele que aparência tiver, e apesar de seu sucesso mundano ou popular, e, numa palavra, político, permanece pois na ordem-do-dia. O romance *Morte em Veneza* terá anunciado a morte de Veneza? Mas o que vem a ser a "morte" de um corpo não-biológico?

"Toda a história do patrimônio se confunde com a de uma morte perpétua, mas também com uma ressurreição"

Sabe-se que, mesmo em biologia, esta se tornou uma noção relativa, contestada, que só se tem o recurso de decidir juridicamente, não sem ocasionar dilemas sociais, morais e religiosos.

A morte do patrimônio se define necessariamente como a morte médica, conforme a imagem que dela fazem seus anatomistas, seus fisiologistas, que são os arqueólogos e os historiadores. E não consomem eles mesmos o patrimônio quando se dedicam à pesquisa das camadas mais antigas do agenciamento de um solo e quando a religião do saber os condena a uma escolha hierárquica entre os níveis dos objetos do saber?

E, afinal, há a *grande problemática da restauração*, aos cuidados de arquitetos outrora quase sempre parteiros de novos edifícios através dos antigos. E, decerto, hoje sua deontologia impõe mais respeito, o de cirurgiões plásticos ou mesmo clínicos gerais... Mas segundo que critérios prolongar a "vida" do quase inerte: o da história desejada? o da história vivida? o da estética? Será que todo edifício é um livro do saber onde se deve ler e explicar cada acontecimento, ou é uma obra única cuja misteriosa *essência* se deveria preservar, às vezes inevitavelmente restituir, ao mesmo tempo que a *existência?* Mas, se cada acontecimento, mesmo os que o transformaram, concorreram para sua individualidade histórica, em que data ou sob que tipo de procedimento essas modificações se tornam ilegítimas e recusadas pela História?

E através dos níveis de sensibilidade e de temperamentos próprios que às vezes também o disputam à ciência, a verdade é que essas opções técnicas e doutrinárias continuam submissas a programas e encomendas, cujos critérios são induzidos por toda essa reapropriação do patrimônio pela vida (e às vezes por essa expulsão do patrimônio para fora da vida) e cujas linhas de força e partes beneficiárias acabamos de esboçar e enumerar.

Na verdade, é esta toda a história do patrimônio, que se confunde com a de uma morte perpétua, mas também com uma ressurreição.

E o que de fato nele consideramos:

— o sentimento do caráter transitório da vida, de seus sucessivos descompassos (pois nenhum edifício nascido ontem poderia nascer assim hoje)?

— ou o sentimento — em todo o caso a ambição obscura — de nossa eternidade através da vida sustentada de nossos próprios trabalhos?

E em nosso mundo povoado de tantos jovens, mas que é um mundo muito velho, e que se sabe tal, o patrimônio arquitetônico não consistirá menos em "velhas pedras" do que na realidade mesma da *juventude do mundo*, disponível aos nossos sentidos, ao nosso espírito, ao nosso coração?

II. O passado e o futuro de nosso espaço

A pesquisa em profundidade da realidade e do sentido desse patrimônio situa-se diretamente no vínculo que une o passado ao futuro.

Deve-se observar, antes de mais nada, que o passado enquanto tal é uma conquista cognitiva de nosso tempo. Mas se um passado vivido se converte em discurso histórico, essa apreensão do passado proclama também cada vez mais sua relatividade quanto à época e à situação dos que apreendem.

E, singularmente, a inevitável escolha do que permanece, em confronto com o que muda, dependerá de práticas sociais que ultrapassam em todos os sentidos os critérios históricos.

Não está já admitido que elas não ultrapassam menos os critérios estéticos, e tanto mais seguramente quanto estes são, no mundo contemporâneo, submetidos a uma prova singular, não apenas relativizados, mas fundamentalmente questionados pelos próprios artistas?

De fato, esses critérios estéticos permaneceriam sem dúvida alguma estabelecidos se, renunciando a lhes prescrever a vocação de selecionar formas, nós os enunciássemos apenas como o modesto revelador intuitivo, subjetivo e provisório de acordos profundos, mas secretos, de uma totalidade universal, com cada objeto feito à sua imagem: cada parte tão rica e acabada quanto o Todo universal... Contradição de nossa época: seu poder analítico que desvenda os segredos dos mecanismos da unidade intrínseca do universo, particulariza o homem, seus interesses, suas práticas, seu próprio pensamento sobre estreitos segmentos das cadeias de conhecimento, de produção, até mesmo de desejos, cada um dos quais é desprovido de significação por si só: quanto mais a harmonia global é cientificamente pressentida, mais a prática social se torna conflitual. E se o exemplo da arte do passado – e singularmente a da arquitetura – atesta, reflete e assume a unidade do homem e do universo, a arte atual seria, ao contrário, a vitrine de crises paroxísticas, mais ainda do que a da harmonia cósmica ou da resolução dos conflitos humanos. Todavia, como recusar, seja lá em que contexto for, a vocação da arquitetura "quadro de vida" para reconciliar os homens com a natureza, os homens entre si e o homem consigo mesmo? Como tal, o destino do "quadro de vida", e por conseguinte o de sua própria essência criadora, *a arquitetura*, se separariam então radicalmente do da "arte" de hoje, visto que, na escala de suas dimensões espaciais e de sua longevidade, o caos e o conflito permanentes não são ali suportáveis, ao passo que a captação da desordem ao nível do objeto, do espetáculo ou do espetáculo-objeto constitui um risco controlado, um demônio evacuado, em suma, uma salutar catarse...

Nada de catarse ao nível do agenciamento do espaço, salvo a evacuação problemática dos colossos... Quando se observa hoje o vigor e a prosperidade das monstruosidades arquitetônicas e urbanísticas, não será esta uma questão secundária...

"Velhas pedras ou a juventude do mundo disponível aos nossos sentidos, ao nosso espírito, ao nosso coração?"

A sociedade, como a arquitetura, pretende resolver suas contradições. Sem projeto global, sem sentido dado à vida, ela está condenada à morte ou à mediocridade.

Não obstante, a busca de uma vida harmônica, jamais satisfeita mas sempre recomeçada, não seria a própria razão de tantos distúrbios explícitos?

Mas o dilema que separa urbanismo e ideologia pressupõe talvez que esta última possa investir sem cessar suas forças na utopia e na conquista do futuro sem necessariamente atingi-lo, enquanto que o primeiro está obrigado, não apenas a conceber a harmonia do espaço, mas também a realizá-la ao menos em alguma parte de forma exemplar.

Aliás, é próprio dos projetos de agenciamento e de construção dever suportar um prazo de andamento das obras durante o qual necessidades e vontades se modificam com a sociedade que as comporta; seu canteiro de obras pesa no presente, a própria obra no futuro. Por se inclinarem a responder à análise dos desejos expressos num dado instante, não estarão o urbanismo e a arquitetura destinados ao insucesso em razão mesmo dessa defasagem?

Estamos, pois, presos *a um urbanismo e a uma arquitetura de vontade* e que, em certa medida, se contentam em satisfazer exigências fixas, e desde logo o que a antropologia nos revela sobre as aquisições irreversíveis do homem histórico?

Colocar o problema da existência *de invariantes no quadro de vida* nos remete ao das *invariantes antropológicas* em escala histórica, e vice-versa.

O patrimônio arquitetônico, os amplos conjuntos urbanos erguidos ao longo dos séculos anteriores nos trazem a prova de que a lenta elaboração dos espaços arquiteturados não constitui obstáculo à sua eficácia permanente. Eles legitimam a história ainda mais do que a história os legitima: o espaço captura aí o tempo, enquanto nós descemos ao fundo da armadilha de um tempo tirânico e tiranizado.

A *atualidade fundamental* do patrimônio arquitetônico sem dúvida lá está: o homem tem o poder de preservar os despojos de uma natureza que ele destroçou, de reconstituir talvez lentamente a contigüidade entre o homem e a natureza, mas não terá o de recriar as espécies que houver destruído, nem de recriar a vida, se vier a fazer com que ela desapareça da terra. Não está já em seu poder estabilizar ou fazer recuar a radioatividade... Da mesma forma, se perder os modelos originais da arquitetura, se dela perder a prática exigente, se se resignar a seu desaparecimento ou ao advento de seus substitutos aproximativos e se aprender a satisfazer-se com isso, o homem não avaliará sequer a extensão da desgraça de haver perdido uma de suas dimensões essenciais, aquilo que poderia chamar-se a sua glória. Se dela, ao contrário, conservar o conteúdo, a qualidade essencial, a extensão e a referência, então nada o impedirá de continuar a aventura e de imaginar amanhã estruturas inteiramente novas, mas dotadas de capacidades equivalentes. A mediocridade não é sempre segura.

Por isso é que a mais acurada análise das antigas estruturas, o aprofundamento de sua significação não constituem um capricho, ou mesmo uma direção excitante do saber entre muitas outras: é uma busca primordial.

III. Problemática da conservação adequada

Apostar no uso e no sentido profundo do patrimônio impõe a necessidade de assumir seu mais extenso e preciso conhecimento, exige sua conservação e a preservação de sua autenticidade, implica que ele seja conservável.

Três eixos de pesquisa prospectiva são assim traçados e concernem:

1º ao desenvolvimento e à evolução da arqueologia;

2º ao esforço político, financeiro e cultural tendente a levar os meios quantitativos da restauração a um nível suficiente, e seus procedimentos a uma qualidade susceptível de transmitir ao futuro a realidade do patrimônio, e não sua caricatura;

3º à problemática da sobrevivência global do patrimônio diante dos perigos permanentes ou circunstanciais que lhe abreviam a vida, particularmente os que se originam das transformações profundas que marcam nosso meio ambiente e nossas práticas atuais: poluições industriais, concentrações turísticas, retalhamentos, desfigurações, distorções decorrentes dos próprios efeitos do "gosto" pelo patrimônio, adaptações a usos irreconciliáveis com sua própria natureza etc.

a. A arqueologia

A orientação da arqueologia poderia ser objeto de um longo debate. Ela se quis, ela se quer sempre descritiva, analítica e desconfia das sínteses ousadas, mesmo quando o recurso aos métodos quantitativos sejam capazes de permitir uma operação cautelosa.

Mas em muitos países que queriam dar a entender serem generosos no que se refere aos trabalhos do espírito, vê-se que os *corpus*, as coletas de informação inexistem a partir do momento em que se procura desenvolver uma pesquisa ou assumir uma proteção sistemática. Pois se o conhecimento do patrimônio deseja não mais ser visto como um doce passatempo cuja finalidade permanece obscura, assumindo em conseqüência seu papel prospectivo e prático, é preciso que esse mesmo conhecimento possa elevar-se a níveis de interdisciplinaridade e de síntese cientificamente fundamentada que mal principiam a ser entrevistos.

A prospectiva do patrimônio é talvez, em primeiro lugar, uma prospectiva da pesquisa arquitetônica baseada inicialmente nas significações desse imenso capital formal de êxitos elementares e globais, afetivos e racionais, espirituais e manuais, que nos é inteiramente facultado e que permanece um grande enigma...

b. Conservação/Restauração/Cópia

O que determina o nível de esforço coletivo, a cota-parte das receitas nacionais que se destina à preservação do patrimônio?

Hábitos de mediocridade desmentidos muito raramente por acasos mais felizes? Uma sociedade que assim calculasse a parte de sua atividade a ser reinvestida depressa naufragaria... É talvez por isso, entre outros fatores, que a "felicidade nacional bruta" está longe de seguir as curvas do "produto nacional bruto"...

"Um dilema: a que preço se deve promover o prolongamento da vida? Que preço se quer impor"?

Ora, se as espécies biológicas contêm no próprio mecanismo de seu desenvolvimento, de sua regulação ou de sua reduplicação, os meios indispensáveis à sua sobrevivência no seio de um equilíbrio global, as populações arquitetônicas logo acabadas estarão expostas constitutivamente ao declínio, se o homem não compensar os efeitos do tempo com seus próprios cuidados.

Em troca, por mais que se conheça bem a natureza, não há nenhum estado de degradação que se possa considerar irreversível. Somente o crescimento exponencial do custo de uma lesão que não foi reparada a tempo faria com que a probabilidade da "recuperação" se tornasse cada ano mais distante. Não é outra a razão pela qual os edifícios se convertem em ruínas que só são preservadas como tais: dezenas de milhares de igrejas rurais européias, cuja utilização corre o risco de se tornar cada vez mais um problema, serão elas amanhã preservadas como ruínas? Além disso, certos materiais perecem: trata-se mais de perpetuar uma forma do que a integridade da própria matéria que a compõe? Ou o apelo a recursos científicos futuros e devidamente sofisticados (começa-se a discerni-los), abrindo no futuro a possibilidade de conservar daí por diante sistematicamente o material de origem, fará aparecer simultaneamente uma nova deontologia dos trabalhos e uma considerável redução dos recursos financeiros desejáveis? É um dilema bem conhecido da prática médica: a que preço se deve promover o prolongamento da vida? Que preço se quer impor?

Entretanto, um monumento desaparecido pode ver-se substituído por sua cópia, que não é, apesar disso, seu igual.

E no entanto, desde a própria origem da noção de "monumento histórico", a prática da "restauração" tem conduzido amiúde a uma renovação. Não se exclui mesmo que uma cópia cuidadosa seja mais respeitosa do que uma restauração desenvolta. Que pode haver amanhã em benefício da evolução das técnicas e da arte?

Hoje percebe-se que a cópia pode ser deliberadamente o preço a pagar por um uso sócio-cultural que seria incompatível com a conservação do original. Oferecer-se uma réplica é, pois, em certos casos, uma condição da preservação desse mesmo original. (Assim, cogita-se de montar a "réplica" de Lascaux para preservar das visitas o original. É provável que se venha a colocar cópias na portada majestosa de Chartres e guardar os originais no museu, como há muito tempo se fez em Strasburgo.)

Mas, ao mesmo tempo, a prospectiva do conceito de monumento histórico transcende o campo da prática da conservação para colocar em pauta a pertinência de um patrimônio de réplicas de obras desaparecidas, como o revela a reconstituição da Velha Varsóvia. E uma questão que se coloca, entre tantas outras, é a da pertinência dos "museus imaginários", confessos ou não...

c. Não obstante, a prospectiva central permanecerá dirigida para as oportunidades da sobrevivência do patrimônio em si mesmo, composto da maneira pela qual a história no-lo legou. Alguns métodos tradicionais, cada vez mais aperfeiçoados, alguns novos meios oferecidos pelas ciências exatas, pelas ciências naturais e pela tecnologia de ponta podem

concorrer, mediante um apropriado dispêndio financeiro, para melhor salvaguardar o patrimônio, para salvaguardar o *máximo de patrimônio*, para poupar-lhe os efeitos dos novos males que o ameaçam?

É preciso responder simultaneamente:

– à deterioração natural (comportamento petrográfico, comportamento natural dos solos, problemática do deslocamento);

– aos efeitos dos agentes naturais externos (águas de escoamento, infiltração, efeitos eólios etc.);

– aos efeitos agravantes da poluição desses mesmos agentes, aos efeitos das grandes obras sobre o regime dos solos;

– aos efeitos acentuados dos campos de vibrações diversas (tráfego rodoviário, tráfego supersônico etc.);

– à agressão humana devida à freqüentação turística (que deve ser moderada pela determinação de certos limites) etc...

Que descobertas bioquímicas podem no futuro substituir os presentes métodos "cirúrgicos" (tão discretos quanto os do cirurgião plástico)? Eis aqui todo o problema da terapia das *doenças da pedra*.

Que procedimentos fotográficos, eletrônicos e informáticos poderão permitir determinar cientificamente os perigos e conduzir a operação cirúrgica somente com conhecimento de causa e dentro dos mais estritos limites?

No que respeita aos consideráveis progressos que o emprego do cimento armado e das injeções pôde permitir realizar ao longo deste século, evitando desmontagens até o ponto a que foram forçados os contemporâneos de Viollet-le-Duc, que novos materiais, que novas técnicas podem contribuir ainda para o futuro da restauração e da conservação, especialmente no que toca aos meios de fixar o solo?

Todos esses esforços convergentes nos dotam de mais do que o equivalente da habilidade empírica dos construtores originais, mas também dos recursos – que lhes faziam falta – para salvar definitivamente suas obras.

Mas então não é inevitável que a parte da renda nacional a ser destinada ao patrimônio seja não apenas proporcional à massa do que se quer conservar, mas também à melhoria dos meios de sua conservação?

Assim o paradoxo que nos fornece a escolha entre a conservação sumária de muitos edifícios e a conservação sofisticada de um pequeno número salta aos olhos. Duas exigências se impõem a bem dizer paralelamente: o homem percebe, de um lado, que edifícios cada vez mais numerosos pertencem ao patrimônio; de outro, que o cuidado com sua autenticidade justifica meios mais específicos para cada um deles.

IV. Problemática da conservação no quadro do desenvolvimento cultural

a. O poder público e o público

Esse conhecimento da natureza do patrimônio inserido no meio ambiente geral, conhecimento tão necessário ao domínio sobre a evolução desse ambiente – como se supõe que ele impregna aqueles que detêm cotidianamente o destino do patrimônio em suas mãos?

"Na terapia das doenças da pedra, que descobertas bioquímicas poderão substituir os métodos cirúrgicos de hoje"?

Duas vias paralelas se oferecem.

Uma parte do patrimônio arquitetônico pode constituir uma espécie de "domínio reservado" aos especialistas competentes pela ação do poder público. Essa parte, de modo geral, está nitidamente definida no quadro das leis e dos procedimentos administrativos.

Uma outra parte do patrimônio, de contornos muito mais fluidos, é deixada a critério das intervenções de seus proprietários públicos ou privados ou de seus representados.

É claro que se pode aos poucos integrar o segundo domínio ao primeiro passando-se a controlar os não-especialistas. Mas, como quer que se faça, o futuro do patrimônio dependerá simultaneamente da formação elevada dos especialistas e do nível cultural dos possuidores de monumento e de seus representados.

Mas um nível cultural geral mais elevado, uma maior atenção dada desde a escola à formação artística, à educação do olho, à sensibilidade para com os problemas de arquitetura e de meio ambiente bastariam para suscitar a boa manutenção espontânea do patrimônio *se desaparecesse a mão-de-obra artesanal?*

b. Os profissionais

Não implicaria a própria conservação material do patrimônio a sobrevivência relativamente extensa de certos tipos de homens, de comportamentos, de mentalidades, de técnicas?

Não implicaria ela o advento de uma sociedade mais diversificada amanhã do que hoje? (E mesmo através dos recursos da indústria, a elaboração do futuro quadro de vida não implicaria inclusive a diversificação das qualificações?)

Além da elevação do nível cultural geral e da instituição de uma espécie de *conservatório das habilidades*, a conservação global está ligada à problemática do *uso social* dos edifícios.

c. O uso social

Por exemplo, o futuro das igrejas antigas, em particular das igrejas rurais, não é independente:

– nem dos níveis futuros do fervor e da prática religiosos,

– nem da evolução das formas de expressão da fé,

– nem da evolução da distribuição geográfica, sociológica e tecnológica das populações,

– nem do advento de formas novas ou renovadas de práticas sociais, culturais, e até políticas, susceptíveis de fazer uso de um patrimônio cuja função inicial está abandonada (mas em que condições de transformação?). Falou-se em manter uma tonalidade de função: que é isso ao certo?

De um modo mais geral, a preservação do patrimônio arquitetônico não será independente da evolução das grandes tendências:

– da demografia,

– das mutações sociais e, sobretudo,

– do advento predominante de uma cultura de caráter unitário, definindo um patrimônio cultural comum a todos os homens, acessível pelos mesmos métodos de abordagem indireta (como parece crescer cada vez mais a participação dos meios audiovisuais nas práticas culturais),

— ou, ao contrário, da manutenção e do desenvolvimento das ressurgências das subculturas, de suas forças inventivas e de sua reapropriação de patrimônios específicos.

Pode-se então imaginar pelo menos três tipos de roteiros dominados por essas grandes tendências sociológicas:

1. No âmbito de uma cultura unitária dominante, é o visitante, o não-possuidor do patrimônio, que cria a valorização material e psicológica desse mesmo patrimônio: este se insere numa vasta política de turismo universal preparada por uma pedagogia homogênea.

2. No âmbito de uma inversão no fim da qual as subculturas fazem irromper a tendência precedente; cada indivíduo inserido em seu meio, e revalorizando daí por diante suas "raízes", descobre na parte do patrimônio que lhe está próxima a expressão material e simbólica de seus vínculos.

3. As duas tendências anteriores se equilibram e se favorecem numa complementaridade geral, ou então se arruínam mutuamente, fazendo assim com que os resultados sejam medíocres em relação aos esforços despendidos: neste último caso, poder-se-ia imaginar que o desdobramento de um *interesse verbal* crescente pelo patrimônio seja contemporâneo de um *progressivo despojamento* de bens que se tornaram sem dono... Essa problemática, que deixa entrever todos os tipos de saídas difíceis, nos obriga a interrogar-nos, enquanto ainda há tempo, sobre o próprio sentido do conceito que manejamos há um século.

Com o próprio conhecimento da evolução do conceito de conservação no passado, pode-se perguntar a que finalidades gerais está ele convocado profundamente a responder no futuro:

— persistência exemplar de 'valores'?...

— uso aleatório como refúgios de uma via marginal?...

— ou, afinal, sobrevivência respeitosa (orientada pelo critério da autenticidade) de *modelos* arquitetônicos destinados a inspirar a formulação do meio ambiente futuro, menos pelo empréstimo de signos formais do que pela possibilidade de elucidar através deles a maneira pela qual se resolve a integração do homem a seu espaço?

— ou tudo junto?

SEGUNDA PARTE:

o conceito de patrimônio

Nascimento, evolução problemática

A preliminar de toda prospectiva é delimitar o domínio a ser considerado.

De certa maneira, o patrimônio arquitetônico aparece sem dúvida sob a forma de uma coleção de objetos determinados, acabados, imóveis, decerto destrutíveis e deformáveis, mas em essência constantemente delimitáveis.

Mas a escolha de tais objetos, escolha susceptível de isolar os que pertencem ao patrimônio e os que dele estão excluídos, é bem mais ambígua do que a idéia que se faz de cada um dos elementos que o compõem. E ao fim da análise dos critérios dessa escolha, poder-se-á talvez perguntar se o próprio objeto unitário, através da evolução do conceito global, é tão claramente delimitável como acaba de ser enunciado.

Em todo o caso, diante da fluidez do domínio considerado em seu conjunto, pode-se pensar, revertendo a afirmação inicial, que o estudo prospectivo tem justamente, entre outros sentidos, o de apreender a futura evolução de um conceito que varia segundo o momento da história e também segundo a natureza dos critérios escolhidos para defini-lo.

Determinação jurídica do monumento histórico

Para tentar uma projeção sobre o futuro, para captar-lhe a natureza profunda, eis-nos portanto obrigados a seguir-lhe a evolução passada.

Ora, se de uma parte o patrimônio tem uma *conotação jurídica* e, de outra, uma *conotação cultural,* a primeira não se explicita senão através das denominações introduzidas na lei desde o século XIX, e das quais, na França por exemplo, a expressão *Monumento Histórico* é a mais antiga e autorizada.

Decerto são os critérios culturais que, essencialmente, designam tais elementos do patrimônio ao exercício da lei. Mas o efeito inverso não deve de modo algum ser desprezado: a determinação jurídica, sombra de uma sombra, pode ser às vezes suficientemente forte para imprimir sua marca específica sobre a própria cultura.

O sentido da determinação jurídica, escolhida como base de todo discurso sobre o patrimônio, é que lhe permite fixar sem ambigüidade o acervo dos objetos enumerados e nomeados que constituem, desse modo, o patrimônio *num dado instante.*

Assim, podemos convir que tais objetos serão, na França, a 1º de janeiro de 1975, os que a lei de 31 de dezembro de 1913 designa sob o nome de monumentos históricos "tombados" ou "inscritos no inventário suplementar".

Sublinhemos que isso implicará a exclusão de muitos outros, que figuram especialmente em repertórios até oficiais, como o "Inventário Geral", mas cuja situação jurídica não terá sido alterada, apesar disso.

Seja em que lugar for, o sentido da determinação jurídica do patrimônio está em que, precisamente, um destino comum, ou pelo menos uma potencialidade de destino comum, concerne exclusivamente a todos os seus constituintes e, sem nenhuma restrição, são todos eles objetos de interdições, podendo todos ser também objetos de cuidados específicos.

Enfim, o critério jurídico permite seguir com clareza a própria evolução do conceito, graças à história do procedimento, admitido necessariamente por todos, queiram ou não, e pelo qual a composição do patrimônio evolui; pelo qual, assim, tal objeto entra no patrimônio, ou, excepcionalmente, dele sai.

Sob essa história do *campo administrativo de uma lei,* podemos acompanhar assim brevemente a história subjacente do conceito cultural do patrimônio em si mesmo e pesquisar os fatores culturais que lhe inspiraram a evolução e, essencialmente, o crescimento.

Sabe-se que foi por volta de 1830 que, na França, o movimento de opinião pública impôs a preocupação com a proteção do patrimônio. As primeiras listas de "monumentos históricos" são muito restritivas: elas concernem a uma meia centena de edifícios de interesse excepcional, ditos "de interesse nacional".

Pensando bem, o que é importante com referência à história nacional e à história da arte?

Em suma, em sua riqueza, os edifícios mais ambiciosos: sem dúvida, antes uma teratologia do que uma tipologia.

Relevemos a esse propósito os distintos domínios pertinentes:

1. Os vestígios antigos: desde a Renascença, eles não cessaram de ser considerados como obras preciosas porque detêm a referência a um só tempo ideal e concreta de todos os estilos que se sucederam desde então. Mas esse uso credita mais o vocabulário arquitetônico do que os programas historicamente longínquos ou as obras em sua plenitude, pois é sobretudo em estado de ruína que a Antigüidade está presente.

2. Os edifícios da Idade Média e da Renascença: apesar da precocidade do movimento neogótico, particularmente na Inglaterra, apesar da existência de uma continuidade no acabamento de certos edifícios religiosos, como a catedral de Orléans, é somente a título de modelo que a Idade Média será inicialmente protegida. Serve mais a fins literários e políticos de consideração pelo "passado nacional". É significativo que a mesma pesquisa de uma especificidade nacional tenha levado simultaneamente na Inglaterra, na Alemanha e na França ao respeito pela arquitetura medieval, antes mesmo que a corrente modernista descobrisse na arte gótica a prevalência da expressão da estrutura (como na arquitetura de ferro) sobre a organização dos espaços tão caros aos clássicos.

Se a lei visa a definir essa entidade, é que a coletividade (isto é, o "bloco" que exerce sobre ela sua hegemonia) quer utilizar, a seu serviço, a *incitação moral* (à qual ela fornece um quadro), os *recursos financeiros* (as obras são colocadas sob parcial responsabilidade da coletividade), e até o *constrangimento* (sanções penais).

É então que ela está em perigo. E é àquilo que está em perigo que se torna necessário dar assistência.

3. Outro acontecimento simultâneo, o destino dos domínios reais ou principescos, que irão tornar-se gradualmente domínios nacionais. É através dessa brecha, aliás, que, chegado o momento, a arquitetura clássica fará sua entrada nos "monumentos históricos".

4. Essa arquitetura civil, apesar disso, entra no patrimônio juridicamente circunscrito? A lei que reconhece o *usus* mas reprime o *abusus*, além de explicitar que se um imóvel pertence a um proprietário, *sua beleza pertence a todos*, permanece bastante suspeita.

Os espaços protegidos

No final do último século, a noção de *Sítio*, calcada sobre a de monumento histórico, leva em conta a conservação exata de tal elemento da natureza, à semelhança de tal monumento cultural.

Essa apreensão jurídica da natureza tem uma referência cultural evidente, consagrada, aliás, pela expressão "monumento natural".

Hoje, a aplicação de uma lei como lei francesa de base sobre os sítios (1930) não se afirma na proteção rigorosa. É antes um meio de fiscalizar a construção em territórios extensos.

É que entre os monumentos históricos e naturais, de um lado, e as zonas industriais e os grandes equipamentos, a imensa *terra de ninguém* paisagística, outrora mantida em sua realidade formal pela atividade campesina tradicional, tornou-se objeto de uma rápida transformação: urbanização, comunicação, mutação agrária, abandono das áreas de baixo rendimento, disseminação industrial, impacto turístico despedaçam a tradicional unidade da paisagem humanizada.

Especificidade das situações locais e regionais

Geralmente, nos países excessivamente descentralizados desde a origem, os especialistas aspiram a que uma certa centralização, suscitada por um movimento nacional dos espíritos, imponha a conservação do patrimônio e a preservação global da natureza. A preservação de uma identidade nacional e da proteção da natureza não será necessariamente global?

Ao contrário, nos países originalmente muito centralizados, como na França, tende-se hoje a descentralizar esse tipo de decisão. A esse propósito examinemos duas situações concretas. Determinada população aprendeu a viver em osmose com seu patrimônio, ou mesmo a viver de seu patrimônio. Ela estará sem dúvida inclinada a querer dispor dele, a jogar, não sem eventual perigo para o patrimônio, a carta da dialética "conservação-desenvolvimento". Ela terá adquirido, em todo o caso, uma experiência em geral positiva no que toca à consulta dos peritos. Não está excluído que satisfaça plenamente às exigências científicas.

Em pólo oposto, consideremos uma população que, até o presente momento, negligenciou um patrimônio mantido por suas virtudes próprias ou pelo socorro da comunidade nacional.

Como se comportará ela num contexto de autodeterminação geral? Se negligenciou seus deveres diante de sua identidade cultural, é possível que haja dilapidado outro tanto seu progresso econômico virtual ou sua participação mesmo na vida política.

Talvez tenha suportado, ao longo da história recente, o jugo de uma pressão econômica externa e o apelo de uma emigração de suas jovens forças ou mesmo, mais recentemente ainda, o açambarcamento de seu imposto predial...

Que figura assume agora a autodeterminação cultural dentro de tal contexto? O renascimento da tradição? A auto-suficiência econômica, sinônimo de difícil subsistência e de negligência de uma dimensão cultural que não parece de primeira necessidade imediata? Ou a exigência de transferência dos produtos do crescimento das regiões mais favorecidas, em seu benefício, mas sem que a comunidade nacional controle a utilização dessas transferências?

No que concerne muito especificamente ao patrimônio, não se vê aflorar aqui inevitavelmente o risco da rejeição aos critérios históricos e científicos que deram fundamento ao conceito do patrimônio? Em outros termos, a *extensão* do conceito e a *participação* que ela implica não conduzem a uma situação onde "a moeda má ameaça expulsar a boa"?

Uma arbitragem torna-se possível, mas a cargo de que árbitro?

1. O poder local mais próximo dos "casos", agindo em nome de uma população que não se sabe sempre envolvida e se achando amiúde destituída diante dos grupos de pressão e dos interesses imediatos em jogo?

2. O poder central especializado? Mas não se reduzirá ele progressivamente a um papel consultivo e de distribuição de alguns fundos, ou não intervirá senão sobre uma seleção "de assuntos nacionais"? Mas onde se avaliará — e segundo que critérios — a noção da importância nacional? Será preciso redistribuir os patrimônios em níveis nacionais, regionais, locais?

3. À medida que o patrimônio se es-

tende juridicamente, sua sobrevivência é posta em questão pelos fatores de mudança. A arbitragem não termina por emanar então de uma delegação do poder central em todos os azimutes, e que se sabe obrigada a exprimir-se geralmente através das coerções do jogo sócio-econômico e das ambições do jogo político, bem mais do que através da "prospectiva das retrospectivas" culturais? Não se confundiriam aqui três planos de responsabilidade? Um onde há arbitragem entre qualidade de vida e economia; outro, entre patrimônio e mudança no âmbito do quadro de vida; e um outro, enfim, onde há arbitragem no próprio interior do patrimônio. Esta última arbitragem não deveria ser a parte que cabe aos peritos?

Um assunto de intelectuais

O conceito do patrimônio conheceu na maioria dos países europeus um destino marcado por dois tempos opostos: no primeiro tempo, sua compreensão era restritiva, elitista: consistia, da parte dos peritos, em exercer uma fiscalização completa do campo muito estreito que lhes estava confiado. O restante era assunto de uma providência negligente...

Num segundo tempo, o conceito muito ampliado do patrimônio acabou por dispersar os esforços e a atenção dos peritos num domínio imenso, do qual eles não podem ser os donos, mas onde representam apenas uma orientação conjetural do destino entre outras.

O capricho dos acontecimentos quis que a "competência" fosse pouco contestada numa época em que, precisamente, os recursos técnicos e a arqueologia eram menos ousados do que hoje e onde a doutrina da restauração era mais passional e mais desenvolta. Hoje, quando as justificações científicas, técnicas e históricas pareceriam mais fáceis de definir, é a amplitude do domínio pertinente e o interesse profano que criam a brecha.

Além disso, há tão pouca gente para levar esse combate aos postos avançados em toda a Europa que se tem vontade de gritar que não basta que "a retaguarda garanta"...

A técnica de governo dos homens e dos grupos tornou-se todavia tão complexa que bem se poderia dizer que o tempo dos intelectuais é irreversível... Não é o uso da informática ou da energia nuclear que irá despojá-los... Haveria intelectuais e intelectuais? Estaria o destino do patrimônio afinal circunscrito a uma escolha entre as intelectualidades?

Ou ainda, o patrimônio traria, tal qual uma maldição, sua etiqueta "cultural", a de um campo onde se sabe que as escolhas são de vontade sem referência reconhecida à necessidade?...

Uma via anglo-saxônica

Essa evolução do conceito do patrimônio arquitetônico, desembocando na crise da gestão do espaço – e trazendo em si mesmo uma dificuldade fundamental a nível financeiro e decisional –, pode ser encontrada também nos países anglo-saxônicos.

"Conservar? Mas para quem? Mas como? Quem decide sobre isso? E com que meios?"

Mas parece que ali se seguiram vias diferentes e que, por muito tempo, os dilemas tenham sido menos dolorosos.

O jogo da vida contratual, o grupamento dos cidadãos, o sentido do dever assumido pelas coletividades e no plano individual, essa mistura de censura moral e de civismo espontâneo, na qual Lord Kennet vê o sentimento de vergonha confortar o do bom exemplo, serão eles mais eficazes do que as interdições?

Em todo o caso, o critério do bom funcionamento social tão caro a René Guenon, "o mínimo possível de leis e o máximo possível de responsabilidades"; se do ponto de vista utilitário é válido chamar-se de volta tecnocratas demasiado desejosos de prever todos os casos no âmbito de um sistema preestabelecido, o fato é que a competência é a coisa menos partilhada do mundo: não se poderia esquecer que a fiscalização de um futuro desejado não dispensaria a *coerência*. Não se poderia esquecer que a resposta sutil para o caso em espécie – e excluindo aqui o uso da norma cega – implica o parecer do perito e a aplicação deste parecer. Esquece-se de assinalar o quanto, subjacentemente, a coerção foi mais forte precisamente nas construções das antigas cidades, fossem elas anglo-saxônicas como Edimburgo, e que sua preservação foi assegurada, e transmitiu-se pelo jogo explícito de um *contrato imprescritível* que a censura da vida social teve justamente que sustentar. É sem dúvida a esse nível que a prospectiva geral poderia tirar alguma lição. Como é possível que um corpo social produza costumes mais rigorosos do que as leis? Como alguns deles podem permanecer operacionais hoje em dia? E por que esses mesmos costumes constituem, ademais, entraves intoleráveis à liberdade, entraves tais que se exige pelo menos que sejam compensados com dinheiro?

Em todo o caso, ao nível da amplitude em que se discerne hoje o problema do meio ambiente, vê-se bem, colocam-se por toda parte os mesmos dilemas:

– conservar, mas para quem? Mas como?

– Quem decide sobre isso? E com que meios?

– e a propósito da administração global do espaço: o que se conserva. no lugar mesmo em que as coisas mudam? Um parcelamento? Uma ambiência? Um alinhamento do passado mediante uma efervescência da construção? Uma simples lição do passado transposta na linguagem de nosso tempo: a solidariedade das três dimensões e a unidade do ato urbanístico-arquitetônico?

A explosão do conceito arquitetônico: O *habitat* rural, a arquitetura efêmera, os Séculos XIX e XX

Enquanto a extensão da aplicação do conceito tradicional de patrimônio desemboca nas crises que acabamos de evocar, a arqueologia, que dele nutriu até aqui ambições crescentes, não escapa ela própria de ser ultrapassada pelos acontecimentos.

De um lado, a arqueologia fundava tradicionalmente seus valores sobre critérios estilísticos, entrando numa problemática de datação. Num mundo evolucionista, o aperfeiçoamento ou a degenerescência das formas acompanham e fazem a história.

Mas o *habitat rural* nos oferece um universo formal cuja diversidade é mais sincrônica do que diacrônica e que se constituiu em torno de necessidades constantes e primordiais mais do que sob a influência do fato político, ideológico ou cultural. O arqueólogo, que não reconhece aí seus signos familiares, tende por vezes a excluí-lo do patrimônio. A mão do arquiteto não está aí presente. *Máquina de produzir,* imagem ativa dos elementos componentes da natureza local, aí se conjugam determinismos que não excluem os símbolos, as habitações rurais são todas elas o imenso símbolo do acordo e da luta do homem e da natureza. É a este sentido perdido que a maior parte dos homens dos países desenvolvidos se agarram talvez mais ainda do que às sofisticações da arte áulica ou religiosa do passado. Mas a proteção global do "espaço protegido", do qual se admite a evolução, assumiria a transmissão deste patrimônio específico, que se conta por centenas de milhares de exemplos, mas que é amputado cada ano pelo abandono, pela apropriação ociosa ou turística ou pela modernização agrária? Dever-se-ia apenas preservar cientificamente tipos, o que no momento não é admitido senão em alguns países escandinavos e da Europa oriental, por vezes ao preço de transplantes que são mais concebíveis para as casas de madeira do que para as de pedra?

As "restaurações de decorador" de aldeias inteiras não se apresentam como uma solução global, que, com relação à autenticidade, é "solução final". Por vezes, a humildade da habitação rural, e mesmo urbana, de taipa ou sopapo, nos relembra que, se o edifício religioso tinha uma vocação de eternidade... (e, em conseqüência, altamente *prospectiva a longo prazo* e que lhe permitiu, efetivamente, atravessar os séculos), a arquitetura do *habitat* satisfazia às vezes uma necessidade primordial e imediata, mas que não podia constituir, em princípio, um investimento duradouro, mesmo que certas habitações com elementos de madeira pré-talhados e "construídas numa noite" durassem todavia séculos...

Integrando o *habitat* tradicional, dito "antropológico" dos universos ameríndio, africano ou polinésio, o patrimônio se refere à noção de *modelo fixo,* secularmente perpetuado, e não à sobrevivência material de um objeto. A conservação se identifica então estritamente ao conhecimento que permite a justa réplica. Mas, no plano geral, o dilema, sem dúvida um dos mais profundos, subsiste: o patrimônio global é uma *arquitetura de viver* (com a mutilação que a vida lhe faz sofrer) ou uma *arquitetura de conhecer* e que, antes de desaparecer, libera suas marcas (desenhos, fotografias, maquetes, reconstituição ou transplante museográfico), renunciando a poder ressurgir um dia a partir delas?...

1. Ultrapassado pela substância da própria arquitetura, o critério arqueológico não segue menos seu caminho ambicioso nos dois sentidos do Tempo: de um lado, *para o passado* mais distante, ele se reúne à antropologia, e até à história da Terra, do sistema solar, da galáxia, do universo.

2. Sobre a outra flecha da duração, eis que os tempos mais próximos de nós até o presente se historicizam. A obra arquitetônica, contemporânea, excepcional, poderia entrar, apenas concluída, na lista dos "monumentos históricos", como a pintura sai do ateliê do pintor para entrar no museu. Mas eis que refere inevitavelmente a arquitetura ao critério da "monumentalidade", critério posto em questão hoje em dia. Ora, paradoxalmente, em épocas passadas, nas quais a monumentalidade constituía o topo de uma hierarquia dos valores, apreciamos não apenas monumentos, mas também conjuntos e todo um meio ambiente global construído, enquanto os últimos anos contemporâneos da recusa à noção de monumentalidade deram à luz um quadro global medíocre do qual emergem somente algumas obras raras. Este revés confere um preço inesperado ao vago precedente da construção de massa: a construção burguesa do século XIX, os amplos bairros erguidos ou reconstruídos a essa época nas grandes capitais. Iremos conservá-los ou apenas a sua tipologia? Resta a problemática da conservação de uma arte de segunda mão: assim, o que se chama em mecânica de "onda de choque" de dois tempos historicizados que convergem para o mesmo edifício, o tempo gótico de sua origem e o tempo da *revival art* de sua restauração de fantasia, embaraçará tanto o arqueólogo purista quanto o restaurador que estará preso à sua própria "historicidade" através de sua restauração. Se se rejeitou a restituição da unidade estilística dos edifícios compósitos, até onde poderá avançar a marca legítima das contribuições dos estilos?

"Todo patrimônio é doação do passado e parte de nosso presente contínuo"

3. Mas o século XIX coloca um debate mais amplo do que esta interrogação de especialistas: tecnicamente, a arquitetura revelou-se aí geralmente notável, em particular a estereotomia bem-cuidada: a massa dessa arquitetura burguesa urbana está em bom estado.

Ela não é menos largamente prejudicada em razão da especulação imobiliária, e às vezes de uma inadaptação a usos diferentes. Se se chegar a evitar o amálgama dessas duas pressões, interditando uma e buscando soluções para a outra, as grandes cidades conseguirão preservar alguns de seus vastos conjuntos arquitetônicos que não são, afinal de contas, absolutamente indignos de seus irmãos mais velhos e que testemunham ainda uma vida urbana organizada e equilibrada.

TERCEIRA PARTE:

patrimônio e prospectiva

Finalidades da prospectiva

Todo patrimônio (etimologicamente, "herança do pai") é doação do passado. Assim, os discursos sobre tal objeto são geralmente retrospectivos. Põem em relevo certamente uma problemática, mas a do passado, ou seja, a História.

Nossa perspectiva é aqui diferente: é a da prospectiva que, lembremo-lo, tem por finalidade a previsão e por motivação prática a elaboração de decisões destinadas, tanto quanto possível, a dominar o futuro. Pretender atuar sobre ele é ambicioso, mas, no plano cognitivo, é relativamente humilde. Trata-se de entender, com efeito, que o futuro não é enunciável, pois que em parte depende do emprego que se fará da própria previsão. Bertrand de Jouvenel nos assegura do sentido de uma verdadeira prospectiva que contrasta com a confiança de cer-

tas predições: "*O previsionista que cuida de dar o seu melhor parecer não quer fazer crer e deve ter medo de fazer crer que exista uma ciência do futuro capaz de enunciar com segurança o que será.*"

Mas será apropriado aplicar o método prospectivo a um objeto cujo conteúdo mesmo é obra do passado?

Para dizer a verdade, o que há de retrospectivo no patrimônio arquitetônico são as inevitáveis linhas de força de sua distribuição, a taxionomia de seus elementos constitutivos ao longo da duração, salvo, aliás, que não está excluída a possibilidade de procurar outras e substituir grades históricas por grades diacrônicas. Mas, em poucas palavras, não se deve distinguir o patrimônio do olhar arqueológico pousado sobre ele.

Implicações

1 – Relação de aquisição do homem histórico ao patrimônio

Tomado por aquilo que representa para nós, o patrimônio é concretamente parte de nosso presente contínuo. Na medida em que a vida subsiste, nós vivemos de nosso patrimônio genético, assim como vivemos em nosso patrimônio educativo e ambiental. O patrimônio arquitetônico é inseparável de nosso meio ambiente global. No mundo rural, está integrado à natureza, a ponto de a natureza ser ela própria culturalizada e arquiteturada: onde começa e onde termina o patrimônio arquitetônico? No muro de pedras secas que circunscreve o campo, na alameda que conduz à porta da residência?

E, mais fundamentalmente, a arquitetura, a habitação modelam nossos arquétipos, nossa linguagem, nossas sensações, nossos pensamentos, nossos comportamentos; e o patrimônio arquitetônico vive conosco, mesmo no caso de termos vontade de o rejeitar, de o destruir. A alegria que pode provocar é ainda uma maneira de manifestar que constitui um problema atual e futuro. Pode-se estar indeciso ou mesmo dividido quanto à escolha de seu destino, mas não se pode, diante dele, permanecer neutro.

2 – Relação de rejeição e balanço de equilíbrio

Decerto se coloca inevitavelmente a problemática do patrimônio arquitetônico em termos de alternativa entre conservação e criação; *destruir para construir.* Mas não é preciso ignorar que o ato de destruí-lo encontra por vezes sua motivação profunda nele mesmo. O iconoclasta não destrói senão imagens legíveis, símbolos obscuros. Ele destrói o "objeto produzido", a obra concluída, que oculta, para além do que se quer que ela signifique ou daquilo que serve, o sentido de um mundo acabado, fechado, excludente. A destruição de uma obra arquitetônica é, deste ponto de vista, uma homenagem (subentendida num ato laborioso e por vezes difícil) à sua vítima: é coisa distinta do consumo silencioso e cotidiano dos objetos fungíveis. A destruição da *coisa edificada* constitui uma dimensão assassina da vida lúdica que não se pode aqui esquecer de levar em conta: o instante intenso na praia não é o acabamento do castelo de areia, é o do frenético assalto da vaga ou do alegre pisoteamento.

Construção, conservação, destruição e recriação: esse movimento incessante da história traduz-se, à força de adições e de subtrações, por um balanço finalmente *acumulativo,* e essa acumulação não é em absoluto obra do acaso ou das coerções naturais. Pode ter sido também deliberado e voluntário: a própria constituição de um patrimônio revela justamente uma intenção e uma capacidade *prospectivas.*

O estudo do patrimônio nos leva, portanto, a duas reflexões complementares e inversas: *sobre o sentido do futuro no passado* e *sobre o destino do passado no futuro.*

O lugar de nosso discurso: prospectiva das retrospectivas

A charneira entre a retrospectiva e a prospectiva parece, pois, um lugar muito sugestivo de reflexão onde se instaura, por excelência, o patrimônio arquitetônico, mesmo que, até aqui, a prática da prospectiva não se haja revelado muito generosa nesse domínio. E mesmo que os especialistas do patrimônio arquitetônico, fascinados pelos longos prazos retrospectivos, não se interroguem o bastante sobre o longo prazo prospectivo e sobre a justificação e os meios de fazer o futuro assumir o prolongamento de seus presentes atos conservacionistas.

Os historiadores esclarecem o passado, e não há história sem conservação duradoura de suas obras e de seus traços: o futuro da história implica a conservação prospectiva do patrimônio inominado, ainda não definido; os conservacionistas-historiadores e os restauradores sabem também que seus trabalhos só adquirem o seu pleno sentido quando fazem recuar a morte das obras, pelo menos até um prazo longínquo e confuso...

Mas, para o historiador, o passado se transmuda num inesgotável discurso racional e, para o restaurador, numa interminável empresa lógica; todavia, diante do futuro, reinam uma desconfiança em face de um conhecimento que envolve outras regras de jogo e, como uma aposta fatalista, uma ocultação necessária à paz da pesquisa. Certamente as ciências físicas estão felizmente, há uns quinze anos, empenhadas em descobrir as doenças que afetam os materiais constitutivos do patrimônio; começa-se a abordar cientificamente a mecânica das estruturas; mas a prospectiva geral e social não foi ainda invocada como suporte de uma ação de preservação.

Entretanto, manipuladas ou objetivadas, as pesquisas metódicas envolvendo o futuro não podem deixar indiferente quem tem alguma coisa a defender ou a conquistar, sua vida, seu nível ou sua qualidade de vida, sua descendência e – por que não? – suas ascendências, seu saber adquirido ou por adquirir...

Da prospectiva quantitativa à prospectiva qualitativa

É verdade que as previsões da prospectiva tiveram por muito tempo como campo de eleição aos domínios mais facilmente *quantificáveis:* demografia, econometria, estudos de mercados...

Chegara-se a acreditar que toda a sua seriedade estava destinada a consolidar o peso da sociedade econômica sobre nosso destino, a modular a tecnologia e o mercado, de modo a evitar os acidentes de uma economia identificada com a

história e a fazer absorver todos os produtos da tecnologia fazendo da necessidade a conseqüência da produção.

Mas a prospectiva descobriu na biosfera e na ecologia a noção de *limite*. Eis que esta noção se impõe por sua vez ao mercado através da geofísica das fontes energéticas e dos recursos alimentícios. Eis que a luz de um dia novo – e sombrio – esclarece as previsões dos demógrafos. Eis que a economia, que levava em conta os conceitos de *habitat* e de equipamentos somente em termos quantitativos de produção e de renovação, procura de repente fazer suas contas às avessas, segundo os princípios do "não-desperdício", da capacidade de sobrevivência, da eficácia global, da organização estruturada e não mais enumerada e justaposta.

A angústia ecológica subjuga o mundo, e em seu seio o patrimônio arquitetônico se encontra de súbito no foco de muitas convergências.

O contexto futuro

Nesse contexto, o problema da preservação do patrimônio se inscreve como um dos meios de preservar uma certa concepção do homem. Mas a lamentação sobre certos definhamentos e o pessimismo que a nutre não constituem necessariamente o clima favorável à inversão da tendência. Oferecia-se o patrimônio, negligentemente, como um luxo entre outros luxos, nas margens do crescimento; deve-se agarrá-lo asperamente, maliciosamente, por economia do espaço e da dor dos homens.

De um lado, já sublinhamos, é preciso aprofundar a pesquisa, o conhecimento teórico das soluções; de outro, é preciso que um conjunto de homens bastante numeroso perceba com larga amplitude o problema e que generalistas e especialistas contribuam eles próprios para essa *percepção popular* sem a qual não haverá verdadeira vontade política.

É sempre difícil superar o que pode aqui parecer uma contradição, e que não é senão uma complementaridade entre o *aprofundamento* das exigências e sua *comunicabilidade*.

Um desequilíbrio dessas necessidades complementares, apresentadas como uma alternativa, acarreta sempre erros de cálculo, leva a equívocos irreversíveis.

É o destino da prospectiva geral projetar claramente os efeitos potenciais desses dois encaminhamentos em seu contexto próprio (contexto do conhecimento e contexto da percepção social), não deixando de velar por seu esclarecimento mútuo.

Roteiros...

Pode-se imaginar que eles se reúnam ao nível de certos horizontes temporais tomados por alvos da prospectiva.

Por exemplo, para o ano 2000, para o ano 2030, dispomos já de um certo número de dados prospectivos quantitativos ou formais que nos permitem situar o clima no qual é cabível lançar o futuro do patrimônio.

No ano 2030, por exemplo, haverá 10 a 12 bilhões de homens. No melhor dos casos, sua nutrição compatível com o equilíbrio ecológico aí encontrará, o mais tardar, seu limite.

No quadro de hipóteses excluidoras das catástrofes possíveis (e que resolvem os problemas na medida em que eles não têm mais "objetos"), o que virão a ser os "valores" políticos, sociais e sócio-culturais que, hoje em dia, subentendem a existência do patrimônio cultural e que, ao mesmo tempo, diariamente sob nossos olhos, o põem em perigo? Assim:

a. Juridicamente, o patrimônio é, nos países ocidentais, parcialmente propriedade pública e parcialmente propriedade privada; o próprio conceito do patrimônio arquitetônico tem, desde o século XIX, se fundado sobre limites ao direito de *propriedade*, reconhecido à mesma época como a base do estatuto jurídico e a medida dos valores sociais impostos pelas classes dominantes da sociedade. Nos horizontes 2000, 2030, o que virá a ser o estatuto da propriedade privada? Em relação aos encargos que o patrimônio envolve, que relé será preciso prever, se o patrimônio se houver tornado inteiramente público? Que balanço das vantagens e dos inconvenientes resultará daí?

b. As revoluções do século XX nasceram sob a palavra de ordem: "a cada um segundo seu trabalho" tendo em vista alcançar esta outra: "a cada um segundo suas necessidades". Nas sociedades em que o espírito de competição permanece como o aguilhão do desenvolvimento, e tende por conseqüência a aumentar continuamente as distâncias entre os diferentes estatutos de consumo e também entre os diferentes estatutos de posse, a prática das transferências sociais tende a compensar essas distâncias, de sorte que, em todos os países do mundo, qualquer que seja seu estatuto sócio-econômico ou seu estágio de desenvolvimento, anuncia-se a cor dos tempos futuros como a de uma mais efetiva *igualdade*...

Como o patrimônio será chamado a estabelecer seu estatuto na evolução de um contexto que tende para uma maior igualdade social, no que concerne ao consumo tanto dos bens materiais e culturais quanto do domínio do espaço privatizado?

Diante da realização de um programa que enunciasse por exemplo: "a cada indivíduo, 100m³ de espaço privado", como se comportaria o patrimônio?

c. Se o dilema da política do meio ambiente pode exprimir-se, nos países desenvolvidos, por uma escolha clara entre: – sempre mais bens de consumo e, ao cabo, a catástrofe ecológica...

– ou, "freio" no consumo dos objetos em benefício de um investimento mais escrupuloso e mais pesquisado na expressão do quadro da vida privada e pública, como poderia essa escolha ser imposta se não fosse escolhida? Ou como poderia impor-se caso fosse inevitavelmente escolhida?

Que dilema tal projeto coloca para os países ainda não industrialmente desenvolvidos e que guardam como imagem de seus objetivos a de países cujo consumo individual não é globalmente de todo satisfeito, para que se tenha podido tomar consciência dos prejuízos que acompanham os benefícios do crescimento?

d. As duas condições mais gerais da sobrevivência do patrimônio em numerosos países são:

1. a fiscalização estatal (fundamentada sobre pareceres de peritos da arqueologia) da forma que é preciso "conservar" (em nome de critérios culturais que permanecem inevitavelmente tão elitistas quanto o grande saber).

2. a fiscalização estatal (baseada sobre pareceres de peritos da ecologia) da produção dos bens de consumo e de seu decréscimo em benefício do investimento na "qualidade da vida".

Como o exercício dessas duas pressões se conjugaria ao conceito de *liberdade*, distendido até a noção de "licença legítima" da "sociedade permissiva", que parece constituir-se a partir de hoje e polarizar as forças mais jovens e as mais ativas?

A partilha territorial que consistiria em distribuir o universo em amplas zonas de grande "permissividade" e outras zonas onde os responsáveis assumiriam a guarda militar e o rigoroso funcionamento das fontes energéticas de base, seria ela a mais provável imagem do universo do ano 2030?

Numa tal eventualidade, onde se situará o patrimônio arquitetônico?

Nas zonas de uso permissivo, onde as exigências lúdicas e as necessidades agressivas dos homens se liberarão (com todas as conseqüências que isso implica para o destino dos "monumentos históricos"?) Ou nas zonas guardadas, onde os monumentos históricos vizinharão com as centrais nucleares, serão objeto das mesmas visitas "guiadas" ou serão sepultadas com elas, sob a terra, nos mesmos "cofres-fortes" da humanidade?

... Imaginários

Ou ainda, num universo pacificado, serão os "monumentos históricos" os pontos fortes de um meio ambiente diversificado ao infinito, mas cujo estatuto, idêntico em toda parte, será o mesmo que obseda todas as consciências desde que elas nasceram... o estatuto da "Idade de Ouro"? Uma idade que, por não parecer acessível ao futuro, fora ela mesma enterrada nesse passado (de onde emerge o próprio patrimônio...) e que cada geração, acometida por seu 'mal do século', *reinventa*...

E este mundo de *fraternidade*, sonhado desde os primeiros cristãos até os milenaristas, de Proudhon a 68, será aquele onde o "Tempo", estando imóvel, a arquitetura, como o Estado, definharia e veria também dissipar-se seu próprio passado até a condição de ruínas pouco a pouco absorvidas pela natureza, permanecendo todavia a inesgotável referência dos mitos, da vida imaginária, da criatividade?...

Diante deste mundo histórico prestes a dissolver-se, onde viveriam então os homens? Nas choupanas das épocas primevas ou nas casinhas-de-postigos-verdes tão caras a Rousseau, ou quem sabe em seus "derivados" pré-fabricados, produzidos por uma indústria latente, lá mantida em surdina?...

Ou talvez ainda essa fraternidade pudesse ser encontrada apenas ao preço do abandono do solo original? A partilha espacial, posta no lugar da partilha horizontal, daria como residência a nossos descendentes os ramos de imensas árvores, como aos pássaros, ou como outrora a nossos ascendentes, os primatas arborícolas, enquanto as carcaças dos "monumentos históricos de hoje", "torres" ou "prismas", e dos de ontem, "naves" ou "campanários", desmoronariam num estrondo derrisório?...

Ou então, afinal, nesse tempo imobilizado pelo efeito de uma regulagem interna permanente, à imagem de um mundo biológico que estabelece as leis de sua constância por meio de suas capacidades de reproduzir-se identicamente e de limitar sua própria reprodução, um mundo "cultural" teria atingido um dia os limites de sua sabedoria e se teria estabilizado em sua "convivialidade" cara a Ivan Illitch? Não haveria mais lugar para inventar "monumentos históricos" de titânio ou de hélio, mas se conservariam sempre cuidadosamente os de madeira e de pedra... Os arqueólogos seriam os novos magos, afastando, com o simples peso da evidência, administradores, burocratas, militares, educadores e até mesmo, forçosamente, arquitetos.

A "criação" cederia definitivamente seu lugar à "criatividade" das mãos bem ocupadas e do pensamento interior.

Uma coisa é certa: "o pior nem sempre é seguro..."

Conclusão

Num debate desses entrecruzam-se muitas questões. A ordem na qual serão elas debatidas importa menos, sem dúvida, do que a necessidade de separá-las provisoriamente antes de tentar reunir as conclusões.

1. A reflexão fundamental sobre a relação *passado/futuro* está implícita na própria natureza de nossa pesquisa: *O passado tem um futuro?* pode nos levar também a perguntar sobre aquilo que constituiu *o passado do sentido do futuro*. Não era isto precisamente a *arquitetura?*

2. O domínio do presente arquitetônico e urbanístico é aquele no qual sobrevive ou se dissolve o patrimônio arquitetônico: a relação *passado/futuro* cruza aí em todos os níveis a problemática *fixidez/mudança*. Mas a saída desse duplo dilema não estaria situada na revisão fundamental da relação *arquitetura/urbanismo*, e também da relação *conteúdo/continente*, e até mesmo da relação *constrangimentos/cultura?*

3. Mas estaremos lutando em torno de um universo já condenado por sua desestruturação, por sua pulverização interna? O patrimônio arquitetônico será feito de estrelas extintas cuja luz, avançando até nós, ainda nos alcança? Seria preciso saber, munido dos recursos científicos apropriados e convergentes, os da química, da biologia, da bioquímica e da biofísica, da mecânica, da informática e da fotogrametria, da petrografia, da pedologia e da geologia, da climatologia, se sempre *as pedras também morrem*, ou se as pedras só morrem das doenças de nosso século, ao passo que outrora só morriam de um esplendor que transcendia o seu próprio esplendor. E também se é preciso escolher entre Veneza e Mestre, escolhamos sem nos enganarmos a nós próprios. E se são seus moradores ou seus turistas que também matam Veneza, não será então preciso cuidar, não apenas das pedras, mas também das pessoas que vivem entre as pedras?...

4. O desenvolvimento cultural tem sido objeto de um debate análogo. Não seria útil confrontar a prospectiva da *cultura considerada como uma prática* e a da cultura considerada como uma *entidade patrimonial?* Destinos separados, autônomos, indiferentes ou fundamentalmente hostis e contraditórios, ou, ao contrário, perfeitamente conciliáveis, até cooperativos, e mesmo não-significantes separadamente?

5. A prospectiva não constitui uma ocasião de reflexão; ela pretende responder a necessidades práticas, preparar decisões. Não são "decisores" que se reunem em Arc-et-Senans, e sim homens de reflexão.

Mas sejam pesquisadores, técnicos ou generalistas, ninguém cometeria a impertinência de colocar em questão nem a liberdade de sua reflexão, nem a necessidade a que ela atende ou que possa levar em consideração.

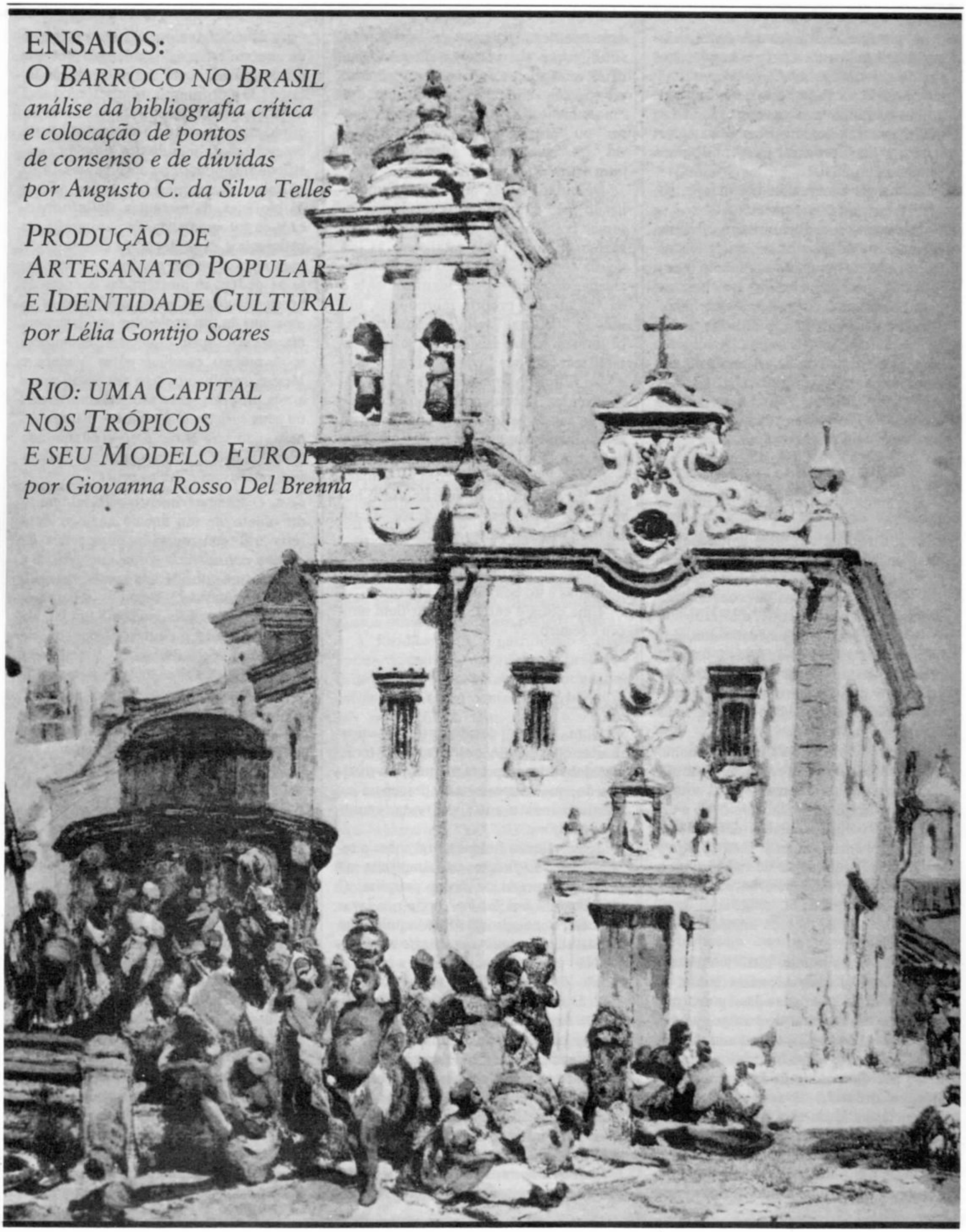
Será preciso assim esforçar-se, deixando o debate aberto, por oferecer conclusões, no mais adequado nível, a uma certa exploração útil: após a era das grandes certezas dos meados do século, uma grande dúvida assalta as criaturas com o fracasso universal da mais recente era da construção, que foi a de sua maior expansão através de todos os tempos. Mas o olhar para o passado não estaria ele próprio carregado de desprezos? Que fazer do passado, não somente enquanto obra concreta a preservar, mas enquanto lição a tirar?

ENSAIOS:

O BARROCO NO BRASIL
análise da bibliografia crítica e colocação de pontos de consenso e de dúvidas
por Augusto C. da Silva Telles

PRODUÇÃO DE ARTESANATO POPULAR E IDENTIDADE CULTURAL
por Lélia Gontijo Soares

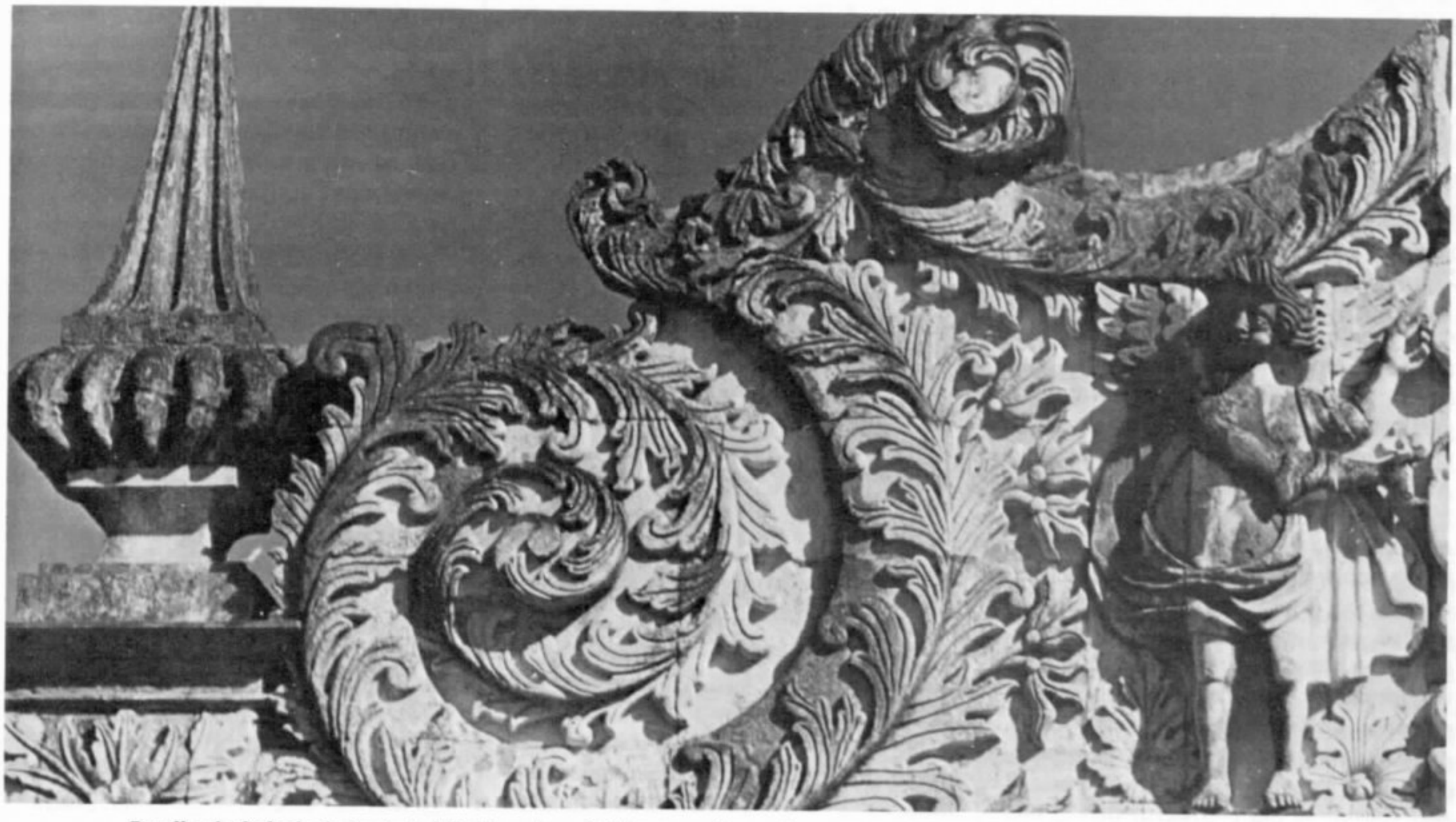
RIO: UMA CAPITAL NOS TRÓPICOS E SEU MODELO EUROPEU
por Giovanna Rosso Del Brenna



O BARROCO NO BRASIL

análise da bibliografia crítica e colocação de pontos de consenso e de dúvidas

AUGUSTO C. DA SILVA TELLES*



Arquivo da SPHAN, Rio/s.d.

Detalhe da fachada da igreja de São Francisco, Bahia: tema de um dos raros estudos sobre o barroco anteriores a 1937.

O Barroco tem sido, talvez, um dos temas mais analisados e discutidos nos últimos decênios.

Estudos vêm sendo realizados tanto no sentido de uma abordagem estética, teórica, das manifestações artísticas da época, quanto da análise cronológica, ou comparativa e crítica, da obra que foi realizada nos séculos XVI/XVII e XVIII, nos diversos países que culturalmente se inter-relacionaram, direta ou indiretamente. Maneirismo, Barroco, Rococó têm sido estudados, isolados ou agrupadamente, por pesquisadores, críticos e historiadores de arte e grande número de livros e artigos em revistas especializadas e, bem assim, reuniões científicas têm se dedicado a este tema, o do Barroco.

Assim, as principais histórias da arte e da arquitetura ultimamente editadas, como, entre outras, a dirigida por Nervi(1) a do "Office du Livre"(2) a "Pelican History of Art"(3), a Edition d'Art Albert Skira(4) abordaram amplamente o tema do Barroco, enfatizando suas características comuns e analisando as obras realizadas nas diferentes partes do mundo.

Tem sido o Barroco, igualmente, tema constante de sucessivas reuniões internacionais, como nos Colóquios Internacionais de Estudos Luso-Brasileiros (lastimavelmente interrompidos, em sua continuidade, desde 1966, quando se realizou em Boston e New York a 6ª reunião), em Congressos de Americanistas (como no XXXVI, em 1964, em Sevilha, ou no XXXVII, em 1966, em Mar del Plata), em Colóquios do CIHA (como naquele realizado em Lisboa, em 1972, onde o tema dominante foi o urbanismo do Setecentos, ou no realizado em 1979, em Bolonha, que teve como tema central o Setecentos emiliano), no Colóquio realizado em Braga em 1973 – comemorativo do centenário do arquiteto bracarense André Soares – e, agora, nesta reunião promovida pelo Instituto Ítalo-Latino-Americano – IILA.

Em especial, o Barroco ibérico e o ibero-americano que, até há alguns anos, permaneciam à margem da preocupação

(*) Augusto C. da Silva Telles, arquiteto, é diretor da Divisão de Tombamento e Conservação da SPHAN. O texto acima foi apresentado no *Simpósio sobre o Barroco Latino-Americano*, promovido pelo Instituto Ítalo-Latino-Americano, em março de 1980.

da grande maioria dos historiadores e dos críticos de arte europeus e norte-americanos, passaram, de algum tempo para cá, a ser mais bem abordados, analisados e comentados. Germain Bazin, Robert C. Smith, George Kubler, John B. Bury, Erwin Walter Palm, Victor Lucien Taplé, Pál Keleman, Giulio Carlo Argan, Nikolaus Pevsner, Yves Bottineau, Paolo Portoguesi, Geo Charles, Ricardo Averini, Maurice Pianzola[5], são alguns dos nomes de críticos ou historiadores de arte, não diretamente relacionados com o mundo ibérico, que têm publicado livros ou artigos, e têm participado de reuniões científicas onde o Barroco Ibérico e Ibero-Americano têm sido tema ou têm sido abordado de forma mais específica.

No Brasil, o estudo das artes e da arquitetura barrocas do período colonial começou a ser fundamentado em critérios científicos, com base documental e crítica, somente a partir da criação, em 1937, do órgão de preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Seu fundador e diretor por 30 anos, Rodrigo Mello Franco de Andrade, verificando a indigência total de conhecimento documental e, mesmo, físico, levantamento fotográfico e gráfico, do acervo cultural brasileiro, executou, desde os primeiros anos após sua implantação, uma campanha de pesquisas e de levantamento documental, em arquivos públicos, diocesanos, paroquiais, de irmandades e de ordens-terceiras, visando a um conhecimento, o melhor possível, de épocas de execução, de autoria de projetos e de executantes das edificações e das obras de arte. Os dados colhidos nessas pesquisas que foram realizadas em diversas áreas do país, mas, principalmente, em Minas, no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco,[6] foram sendo acumulados nos arquivos do Órgão e, logo, sendo divulgados nos números sucessivos da Revista e das Publicações que editou, cujos primeiros números datam do próprio ano de 37, assim como em artigos de jornais e revistas. Artigos de autoria do próprio Diretor e, outros, de estudiosos na matéria que se aglutinaram em torno dele, e que foram constituindo, em toda a extensão do país, uma equipe técnica que se dedicou, tanto às medidas de preservação do acervo cultural, quanto à pesquisa, ao estudo, à crítica e à divulgação desse mesmo acervo. Muito poucos haviam sido os artigos ou livros sobre arte ou arquitetura brasileira barroca, publicados antes de 1937. Alguns, no entanto, merecem ser citados, pois que apresentam, até hoje, excepcional valor documental e, mesmo, de observação crítica, como, por exemplo, os de Araújo Porto Alegre, de 1841 e 56, sobre o Rio de Janeiro,[7] de Rodrigo Bretas, de 1858[8], sobre o Aleijadinho, os de Moreira de Azevedo, de 1869 e 77[90], também sobre o Rio, de Diogo de Vasconcellos e de Furtado de Menezes, no *Livro do Bicentenário de Ouro Preto*, 1911[10], os de Araújo Viana, tanto a série de artigos publicados na *Renascença* e na *Notícia*, de 1903 a 1907[11], quanto na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de 1916[12], de Feu de Carvalho, de 1921/34 e 38, sobre arquitetura mineira[13] e de Frei Pedro Sinzig, sobre a Igreja de São Francisco da Bahia, de 1933.[14]

Notadamente "Traços biográficos relativos ao finado Antonio Francisco Lisboa" de Bretas[8], que transcreveu trechos do relatório, de 1782, de um vereador marianense, coetâneo, portanto, das obras que aí se realizavam,[15] apresenta-se, ainda, como peça fundamental para a historiografia da arquitetura barroca mineira. Houve, certamente, nos primeiros anos, uma concentração de pesquisas na área mineira e, em especial, nos arquivos relativos às igrejas onde interveio o Aleijadinho, isto porque dois intelectuais da época negaram a possibilidade de ser arquiteto, este excepcional artista mineiro: Feu de Carvalho, em obras já citadas[13], e José Mariano Filho, em artigos e livros.[16] Desta forma, muitos artigos foram editados, relacionando e analisando a atividade documentada deste artista[17] e, pouco depois, em 1951, foi reeditado, em edição crítica, "Traços Biográficos", de Bretas[18], com uma introdução de Lúcio Costa, e anotações elucidativas, com base nas pesquisas realizadas.

Nesta mesma época, foram prestados pelo recém-fundado órgão e, pessoalmente, por seu Diretor, apoio e incentivos aos pesquisadores, historiadores e críticos de arte e de história estrangeiros, que se interessaram, de alguma forma, pelo acervo brasileiro. Robert C. Smith, que veio ao Brasil, pela primeira vez, em 37, recebeu, desde logo, plena acolhida e incentivo – é o próprio quem relata o fato, em depoimento recente[19] – e, de pronto, iniciou ele a publicação de uma série de artigos e monografias, fruto de pesquisas em arquivos brasileiros, inclusive, evidentemente, no do recém-organizado Patrimônio Histórico e Artístico e, também, em arquivos estrangeiros, principalmente nos de Portugal. Seus primeiros artigos: "The colonial architecture of Minas Gerais in Brazil", de 1939[20], e "O caráter da Arquitetura Colonial do Nordeste", de 1940[21], a par de trazerem informações novas, como uma cronologia da construção de edifícios de arquitetura mineira, iniciaram algumas tentativas de sínteses, ou de estudos de conjunto, como a definição de algumas características próprias de grupos de edificações, quando indicou a excepcionalidade dos claustros franciscanos no Nordeste.

Evidentemente, o apoio à leitura e à compreensão da arquitetura brasileira por profissionais conhecedores de todo o panorama das artes européias e em especial da portuguesa foi fundamental para um amadurecimento muito mais rápido da crítica artística brasileira.

Ao mesmo tempo em que se realizava essa contribuição estrangeira, foram publicados, por brasileiros, nestas primeiras décadas, alguns artigos e livros, que ainda são básicos, para a história e a crítica da arquitetura do período colonial, maneirismo e barroco, que foram elaborados por integrantes da equipe técnica da SPHAN, dos quais se destaca, em 1941, a "Arquitetura jesuítica no Brasil", de Lúcio Costa[22], "Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro", 1943, de Joaquim Cardozo[23], "Notas sobre a Arquitetura Rural Paulista do segundo século", 1944, de Luiz Saia[24], e "Casas de Câmara e Cadeia", 1947, de Paulo Thedim Barroso[25], ou por outros profissionais brasileiros, até então ainda não vinculados à SPHAN, como Paulo Santos, que publicou, em 1951, *O Barroco e o Jesuítico na Arquitetura Brasileira*[26], e *Subsídios para o estudo da Arquitetura Religiosa de Ouro Preto*[27], nos quais são apresentadas amplas análises e, inclusive, estudos de relacionamento da arquitetura que se fez no Brasil com a de Portugal e, mesmo, com as de outros sítios, como, por exemplo, as ligações que Paulo Santos apresenta, entre as igrejas setecentistas brasileiras, notadamente das mineiras, com aquelas filiadas à obra de Carlos Borromini e de seus continuadores[26]. No entanto, creio, serão historiadores estrangeiros os primeiros a realizar

sínteses gerais da arquitetura barroca brasileira, como, por exemplo, o já citado Robert Smith, com "The seventeenth and the eighteenth century architecture of Brazil"[28], e "Baroque Architecture"[29], ambas de 1953, e *Arquitetura Colonial* (da Bahia)[30], de 1954; John Bury, com "Jesuit Architecture in Brazil", de 1950[31], e "The Borrominesque Churches of Colonial Brazil", de 1955[32] e, principalmente, Germain Bazin, com a excepcional síntese publicada em 1956/8, *L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil*"[33]. Contaram todos eles com amplo apoio documental e fotográfico do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, inclusive, facilitou a visita aos monumentos e, bem assim, aos sítios de mais difícil acesso, através do acompanhamento local por parte de seus servidores. Este apoio e facilitação foram citados pelos próprios pesquisadores, e historiadores em seus artigos e livros.

Data de 1952 a primeira idéia da elaboração de uma coletânea ampla, sobre *As Artes Plásticas no Brasil*[34], coordenada por Rodrigo Mello Franco de Andrada, que constaria de três volumes, da qual saiu, apenas, o primeiro. Para esta obra, Robert Smith redigiu a "Arquitetura Civil no Período Colonial" que, no entanto, só veio à luz em 69[35]. Coincidia toda esta produção com a realização dos Colóquios Internacionais de Estudos Luso-Brasileiros, cuja primeira reunião realizou-se em 1950 e para a qual Smith apresentou seu estudo referente aos séculos XVII e XVIII[28], já referido que, com poucas diferenças, foi utilizado para o volume editado em 1953 por H.V. Livermore, *Portugal and Brazil, an Introduction.*[29]

Assim, estes artigos de Smith e, do mesmo autor, os referentes à Arquitetura Baiana[30] e à arquitetura civil[35], os estudos de Bury[31/2], e a *Architecture Religieuse Baroque au Brésil*[33] de Bazin, consolidaram o estudo da arquitetura produzida no Brasil no período colonial.

A obra dos jesuítas, mais tarde retomada por Paulo Santos em comunicação para o V Colóquio Luso-Brasileiro de 1963[36], a dos franciscanos, admiravelmente analisada por Bazin[36], a arquitetura baiana e a do Nordeste dos séculos XVI, XVII e XVIII, e a carioca, analisada em profundidade por Paulo Santos[37], a do Maranhão, do Pará, e a mineira, estudadas, também, por Ernesto Cruz, em 1953[38], por Smith em artigo para o III Colóquio Luso-Brasileiro de 1957[39], e por Bazin, em novo volume, de 1963, especialmente dedicado ao Aleijadinho[40], foram amplamente estudadas, analisadas, criticadas e, em muitos casos, relacionadas com a arquitetura portuguesa e, mesmo com a européia em geral, referente às épocas, pós-renascentista, barroca, rococó e início do neoclássico.

Passou a arquitetura do Brasil a ser incorporada às histórias das artes e da arquitetura que se publicaram; tanto àquelas de caráter geral – já vimos no início desta comunicação –, quanto às

Arquivo da SPHAN, Rio/s.d.

Rodrigo: estímulo à pesquisa.

regionais, como a *História del Arte Hispanoamericana*, de Angulo Iñiguez[41], que apresenta capítulos sobre o Brasil de autoria de Mario Buschiazzo, o qual é autor, também, da *Historia de la Arquitectura Colonial en Iberoamerica*, de 1961[42], da mesma forma com capítulos sobre o Brasil.

Abordam, igualmente, a arquitetura no Brasil, a *Baroque and Rococo in Latin America* de Pál Keleman, 1951[43], a *Larousse Encyclopedia of Renaissance and Baroque Art*, de 1958, coordenada por René Huyghe[44]; a *The Art of the Conquistadors*, de François Cali, 1960[45], a *Baroque and Rococo*, 1964, de Germain Bazin[46]; a *Barroco e Classicismo*, 1972/4 de Victor L. Tapié[47], a *America Barroco Arquitectura*, 1972, de Graziano Gasparini[48], e a *America Latina en su Arquitectura*, co-edição da UNESCO, de 1975[49], entre muitas outras obras.

A par destes artigos, livros e capítulos em histórias gerais, foram sendo produzidas e publicadas séries consideráveis de monografias sobre artistas, arquitetos, construtores ou mestres e, também, sobre monumentos, baseadas em pesquisas documentais, nas quais é feita crítica comparativa com edificações coetâneas ou análogas. Dentre estas, talvez a obra mais notável seja a de autoria de D. Clemente da Silva Nigra, sobre o Mosteiro Beneditino do Rio[50], da qual foram publicadas três separatas enriquecidas de documentação específica sobre artistas que nele trabalharam. Representam fontes ricas de informações, assim como de análises críticas e, mesmo, em alguns casos, de sínteses parciais da arquitetura e da arte barroca brasileira, os artigos de José Antonio Gonsalves de Mello, de Fernando Pio e os de José Luiz Mota Menezes sobre artistas, engenheiros e monumentos pernambucanos; os do Cônego Raymundo Trindade, de Ivo Porto de Menezes, de Myrian Ribeiro de Oliveira, de Affonso Avila e de Robert Smith, sobre artistas ou monumentos mineiros; os de Marieta Alves, de Carlos Ott, de Waldemar Mattos e de Fernando Fonseca, sobre edifícios baianos; a coleção (Arte no Brasil), de Agir Editora, com publicações sobre a Glória do Outeiro, no Rio, o Museu de Arte Sacra, Convento de Santa Teresa, em Salvador e a Igreja de São Francisco da Penitência no Rio[51]; a par de artigos, bibliografias e resenhas publicadas nas revistas especializadas, como na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* da Universidade de São Paulo, coordenada por José Aderaldo Castelo[52], na *Barroco*, da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenada por Affonso Avila[53], além de na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*[54].

Recentemente têm sido tentadas novas panorâmicas da arquitetura brasileira: o capítulo específico no *Atlas Cultural Brasileiro*[55], o *Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil*[56], e a *Arquitetura Brasileira* de Carlos Lemos[57], que apresentam qualidades de um acentuado caráter de divulgação, ressentem-se, no entanto, por serem obras precursoras na espécie, da falta de um "corpus" documental, cientificamente elaborado, sobre o acervo cultural brasileiro, assim como de uma massa crítica das características desse acervo e de seu relacionamento com o das áreas que certamente o possam ter influenciado.

A arquitetura que se fez no Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII, conforme já tem sido dito e, entendemos, deve ser mais uma vez afirmado, foi de influência nitidamente portuguesa. Caracteres próprios e diferenciados ocorreram, por vezes, em um ou outro sítio, em algumas obras específicas, de autoria de determinados engenheiros, arquitetos ou mestres. Certamente houve alterações, adaptações a condições de sensibilidade, a clima, a materiais de construção disponíveis, a localização e a sistema econômico/social. As adaptações a estes fatores são mais claras na arquitetura residencial, rural ou urbana – arquitetura vernacular; assim, a casa do Norte (em clima quente e úmido), se diferencia da do agreste e do sertão do Nordeste (com clima quente e seco), da litorânea do Nordeste, Bahia, e Rio de Janeiro, da casa de Minas Gerais, da paulista, da do Sul, e daquelas outras do Centro Oeste – assunto ainda muito pouco estudado no Brasil, mas que escapa ao tema desta nossa comunicação(58).

Quanto à arquitetura religiosa e à civil de caráter nobre – eruditas – sobre as quais vamos nos debruçar e propor alguns temas de reflexão, são mais homogêneas ao longo de todo o país, e o relacionamento com a Metrópole, mais claro e constante, a despeito das diferenciações que ocorrem, conforme já dissemos acima.

Neste campo de estudo, alguns pontos já se encontram suficientemente bem estudados, analisados, e sobre os quais existe consenso entre a maioria dos críticos e historiadores. Assim, por exemplo, é o fato de a arquitetura produzida nos séculos XVI e XVII ter-se mantido, no Brasil, como se manteve igualmente em Portugal, presa a modinaturas e a estruturas renascentistas/maneiristas, e a esquemas gerais arcaicos, simplificados; características essas que Reynaldo dos Santos explicou como motivadas pelas "constantes de sensibilidade" ligadas ao Românico, do Portugal primevo(59), e que George Kubler analisou, denominando de "Plain Architecture"(60).

No Brasil, mesmo ao final deste período, na segunda metade do Seiscentos, finda a ocupação holandesa no Nordeste, em época em que as ordens religiosas e a administração régia lançaram-se em intensa campanha de construções, as igrejas, conventos, casas de câmara, re-

Paço Municipal e portada do Solar do Ferrão, em Salvador: maneirismo e barroco, na segunda metade do século XVII.

sidências nobres que se edificaram, apresentam suas frontarias e seus interiores compartimentados por pilastras e cimalhas que, em muitos casos, formam retícula e guarnecem arcos, portas, janelas e nichos. Isto ocorre, apesar de já comparecerem, em muitos destes edifícios, elementos de nítido caráter barroco, tais como volutas, cartelas, pináculos, em portadas ou nos coroamentos. Assim se apresentam, por exemplo, em Salvador, as igrejas dos jesuítas (atual Sé), a da Misericórdia, a de Santa Teresa, o Solar do Ferrão, o de São Dâmaso, o dos 7 Candeeiros e o Paço Municipal(61). Da mesma forma, os inúmeros conventos franciscanos, tão bem estudados pelo mesmo Robert Smith(21) e, principalmente, por Germain Bazin(33), guardam a trama maneirista, apesar de utilizarem amplas volutas barrocas.

No entanto, estes últimos precisam ser mais bem estudados em sua gênese, porquanto a igreja do convento de Cairu, na Bahia, iniciada em 1654, que constitui um dos propósitos do partido escalonado, utilizado genericamente pelos demais, é um dos espécimes mais bem resolvidos entre todos, e não apresenta, que eu saiba, antecedentes portugueses análogos.

Outro assunto, também incontroverso, é o fato de o Barroco ter-se iniciado no Brasil, através das talhas esculpidas, douradas e policromadas que, a partir dos retábulos, se espalharam pelas capelas-mores, pelos arcos cruzeiros, e invadiram as naves. As mais antigas na espécie, como as de São Bento no Rio(62), ou da Capela Dourada, dos Terceiros Franciscanos do Recife – PE(63), mantêm-se, no entanto, compartimentadas, formando painéis pintados ou esculpidos, e se organizam a partir de esquemas de arcos concêntricos, aos quais Lúcio Costa denominou de "romanicismo"(64) e Smith de "estilo nacional"(65), por se basearem em esquemas arcaicos.

Logo a seguir, no entanto, na terceira década do Setecentos (praticamente ao mesmo tempo que em Portugal e de forma semelhante ao que lá ocorreu), as talhas, no Brasil, romperam as tramas e se organizaram em esquemas movimentados, não contínuos, enriquecidos por esculturas de vulto e, muitas vezes, por pinturas perspectivas nos tetos; ótimos exemplos brasileiros são as talhas da igreja de São Francisco da Penitência do Rio, e a da Conceição dos Militares do Recife(66).

Pedro Lobo/1983

São Bento, Rio: no início do Barroco no Brasil, talhas esculpidas, douradas e policromadas.

A maioria destas talhas, que configuram o espaço interno barroco dessas igrejas, reveste edificações concebidas a partir de partidos de épocas anteriores, rígidas naves retangulares ladeadas por capelas, ou por corredores.

Foi, igualmente, nas primeiras décadas do Setecentos que surgiram no Brasil as primeiras igrejas influenciadas pela escola dita Borromínica, com planos caracterizados por poligonais alongados, por ovais, por ovais entrelaçados, ou por curvas em seqüências. O estudo destas igrejas já tem sido abundantemente feito por inúmeros estudiosos, brasileiros ou estrangeiros(67), mas, apesar disso, julgamos que ainda restam dúvidas, ou alguns pontos menos claros, necessitados de uma mais detida análise, ou de novas pesquisas esclarecedoras.

Assim, três igrejas muito diferentes entre si, mas coetâneas, e com naves poligonais – Igreja de N. Senhora da Glória do Outeiro do Rio de Janeiro (1714/39)(68), de São Pedro dos Clérigos do Recife (1728/59)(69), e de N. Senhora da Conceição da Praia de Salvador (1736/65)(70), apresentam-se externamente, com uma característica comum, própria do Barroco, o alongamento vertical e a dupla-escala, propiciados pela eliminação parcial das cimalhas intermediárias. Assim, a Glória do Outeiro apresenta os cunhais dos ângulos diedros da nave com dupla altura, ao passo que a torre sineira é subdividida em dois pisos; na dos Clérigos recifense, as pilastras da fa-

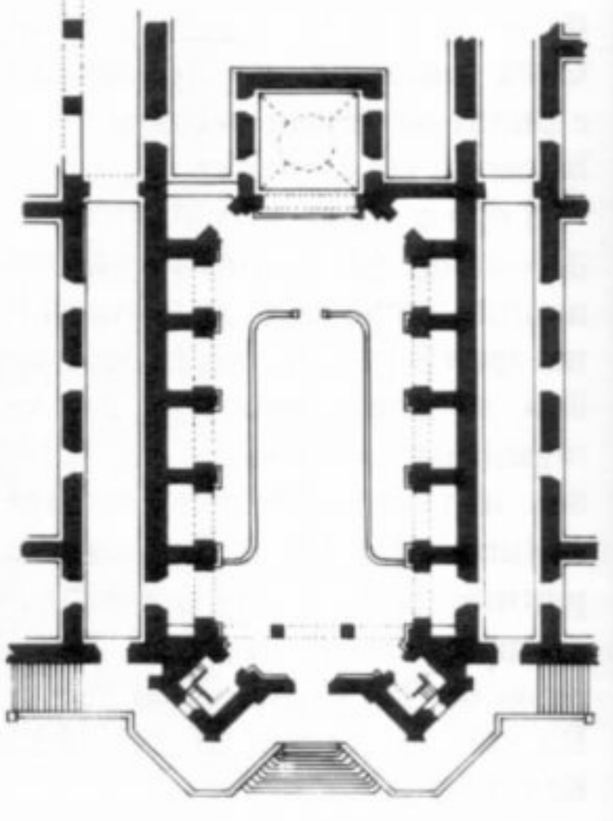
chada não são subdivididas e, enquanto o corpo central apresenta, no térreo, a monumental portada encimada por janela igualmente enobrecida por guarnição exuberante, os corpos laterais, correspondentes às torres sineiras, apresentam três vãos sobrepostos, sendo que o mais importante é o do meio, que se localiza em nível intermediário com relação aos dois vãos centrais; e a Conceição da Praia, por sua vez, apresenta as torres em escorço, entalando a frontaria esguia coroada por frontão triangular, sendo as torres e a frontaria demarcadas por pilastras da ordem monumental, ao passo que os corpos laterais apresentam-se subdivididos em dois pisos. A igreja da Conceição da Praia foi trazida desmontada de Portugal, mas é anterior, cronologicamente, às suas congêneres portuguesas[71]; a dos Clérigos do Recife é de autoria de um "arquiteto, juiz de ofício de pedreiro"[68], Manoel Ferreira Jacome, certamente português, e a da Glória é atribuída com muita segurança ao tenente-coronel José Cardoso Ramalho, português, que exerceu o cargo de "engenheiro da Capitania do Rio de Janeiro"[68]. Curiosamente, no entanto, estas três igrejas são, em seus interiores, tratadas de forma arcaizante, com paredes compartimentadas por pilastras e cimalhas e, no caso da Glória, a abóbada é igualmente subdividida por arcos duplos. As duas outras já apresentam tetos com pinturas arquitetônicas de excepcional importância.

Na segunda metade do Setecentos, em duas áreas – no Nordeste e em Minas Gerais ocorreu o aparecimento de partidos arquitetônicos que se apresentaram com características próprias, apesar de acompanharem, de uma maneira geral, o que ocorria em Portugal. Procuraremos abaixo analisar alguns destes casos que, a despeito de já terem sido estudados por muitos pesquisadores, ainda apresentam dúvidas na sua gênese e em suas seqüências.

No Nordeste, a igreja de São Pedro dos Clérigos do Recife foi a única realização filiada à Escola Borromínica. Os demais edifícios construídos na segunda metade do século XVIII conservaram, de uma forma geral, planos retangulares nas naves e capelas-mores, ladeadas ou não por corredores ou galerias, e neles as inovações ocorreram principalmente em suas frontarias. Nestas fachadas, à feição do que aconteceu em outras áreas, principalmente na região do Porto e de Braga,

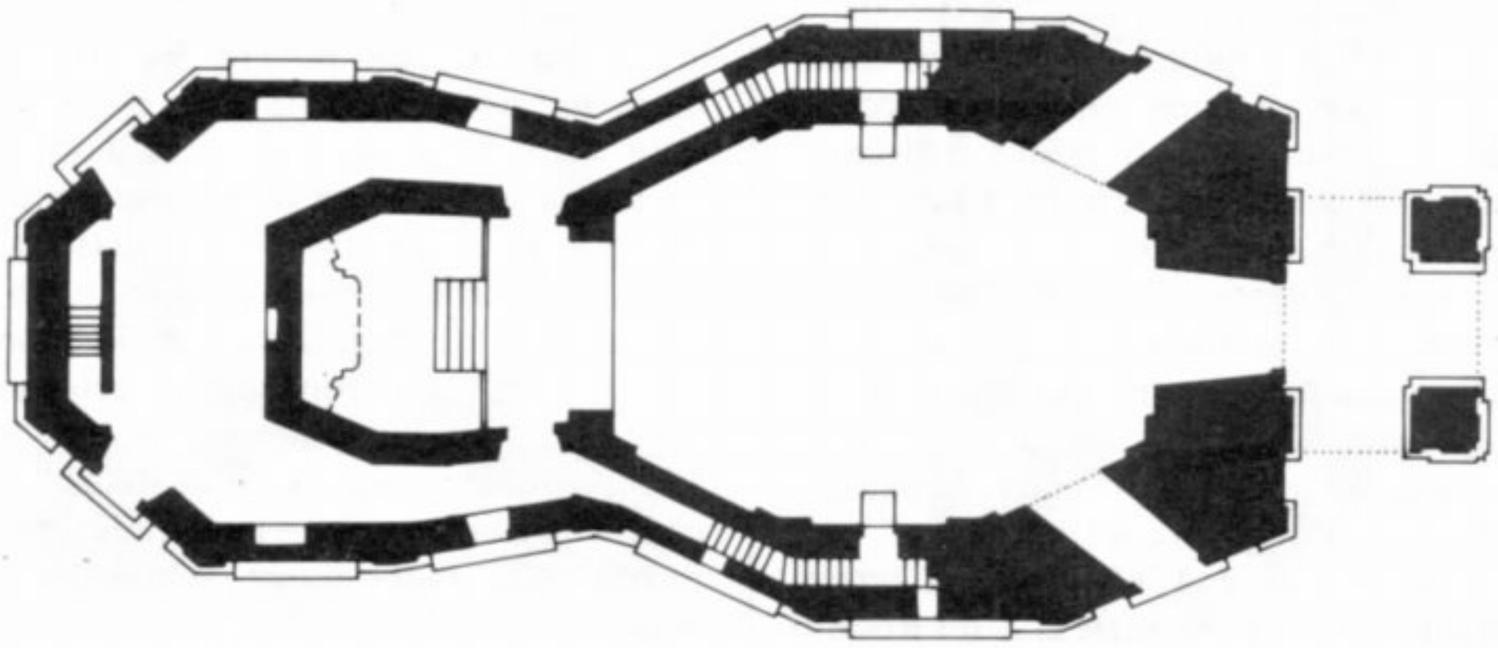
Arquivo da SPHAN, Rio/1947

Fachada, telhado e planta baixa da igreja da Conceição da Praia, em Salvador: nave poligonal e torres em escorço, entalando a frontaria.



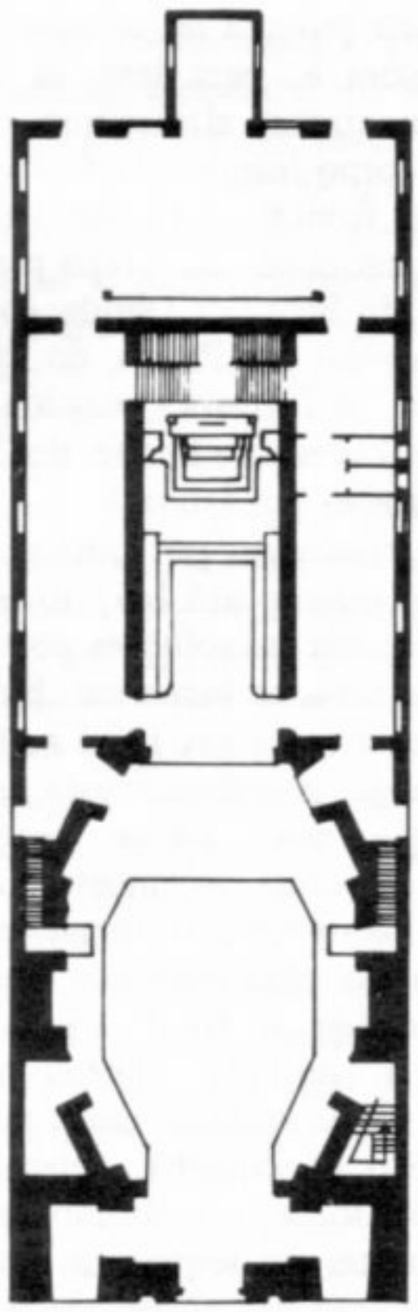
Marcel Gautherot/s.d.

Nossa Senhora da Glória do Outeiro, Rio, de nave poligonal: o alongamento vertical e a dupla-escala, propiciados pela eliminação parcial das cimalhas intermediárias.

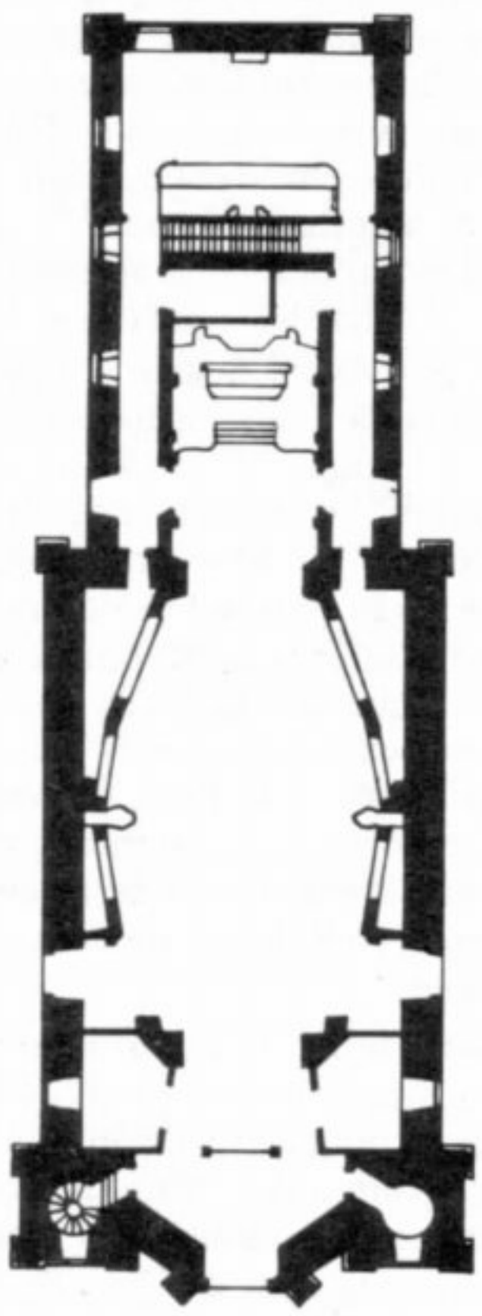


houve uma procura de unidade em suas composições e, para isto, as cimalhas se movimentaram, altearam-se, de forma a que o corpo inferior da fachada penetrasse no frontão. Entendemos que as soluções adotadas nas igrejas pernambucanas – São Bento de Olinda; da Jaqueira, do Rosário dos Pretos, do Convento do Carmo, da Terceira Carmelita, de São José do Ribamar, no Recife; dos Prazeres de Guararapes em Jaboatão – e que, depois, se irradiaram por outros sítios, e chegaram mesmo até Icó, no sertão do Ceará, diferem das soluções portuguesas, apesar de nelas se basearem. Em estudo que apresentamos em 1973 ao Congresso de Braga, abordamos este assunto e agora queremos, apenas, acrescentar que, no Nordeste, as cimalhas, ao se altearem, mantiveram-se fortes, robustas, funcionando plasticamente como elementos de ligação entre as pilastras que ladeiam a frontaria. Mesmo na igreja conventual do Carmo, onde maior é o movimento da cimalha, permanece ela com plena força, e o frontão, enriquecido de volutas em seqüência, a ela se sobrepõe, como um coroamento natural. Em Portugal, isto de uma forma geral não ocorreu, pois que a cimalha foi normalmente eliminada, e a ligação superior das pilastras ou dos cunhais passou a ser feita pela moldura superior do frontão – exemplos disto são as igrejas da Misericórdia de Vizeu, as da Misericórdia e de São Vicente em Guarda, a de N. Senhora da Agonia e a Capela do Solar Malheiro Reimão em Viana do Castelo, e as igrejas de autoria de Nazoni(73). As igrejas nordestinas brasileiras apresentam-se, neste particular, mais próximas das projetadas por André Soares – Capela de N. Senhora da Torre, igreja dos Congregados, em Braga; Senhor dos Passos em Guimarães(74) e, mesmo, a da Madalena da Falperra, também em Braga, nas quais se terão provavelmente inspirado. A maior diferença entre estas e as nordestinas é que nas igrejas de André Soares há uma extrema robustez dos cunhais e das pilastras, resultando, no conjunto, um forte domínio das verticais, ao contrário das brasileiras, onde as cimalhas apresentam-se fortes e, até certo ponto, dominantes.

O panorama mineiro, de meados e da segunda metade do Setecentos é bastante diverso, porquanto lá são numerosas as igrejas com planos borromínicos. Entre estas, a mais antiga é a Matriz de N. Senhora do Pilar de Ouro Preto, que



Plantas baixas das igrejas de São Pedro dos Clérigos, do Recife (acima), e da Matriz do Pilar, de Ouro Preto: semelhanças aparentes, diferenças profundas.



Arquivo da SPHAN, Rio/Ed.

Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de Ouro Preto: influência do Barroco da Europa Central.

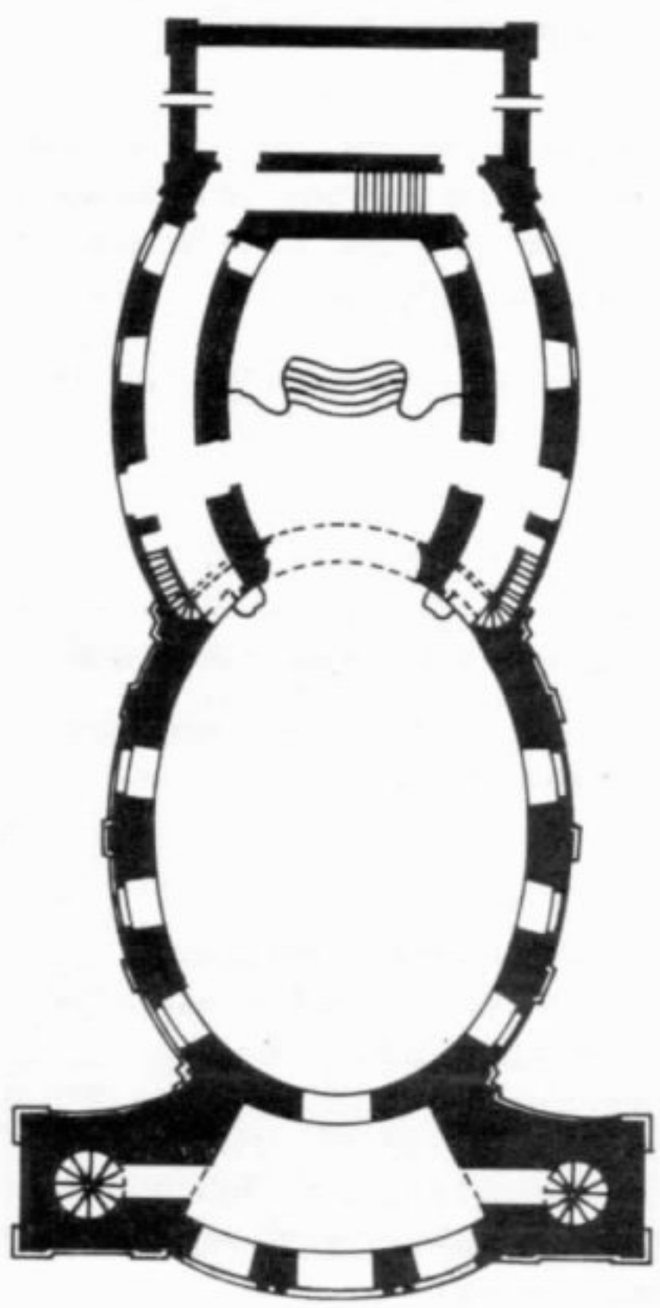
tendo sido inaugurada em 1734, com um dos espetáculos barrocos mais notáveis e característicos, o denominado "Triunfo Eucarístico"(75), só teve seu interior concluído após 1736, data em que foram contratadas as respectivas obras(75). Conforme já tem sido referido anteriormente(76), apesar de o plano geral desta igreja, a uma primeira vista, se assemelhar ao de outras da mesma época – ex: São Pedro dos Clérigos do Recife –, deles difere profundamente, constituindo-se, que eu saiba, em caso único no gênero, porquanto o prisma dodecagonal que define seu interior é composto por talhas douradas e policromadas – pilastras coríntias da ordem monumental marcam os ângulos diedros e sustentam visualmente a cimalha real e o forro abaulado – e se localiza no interior da edificação propriamente dita, de paredes de taipa, e de planta retangular.

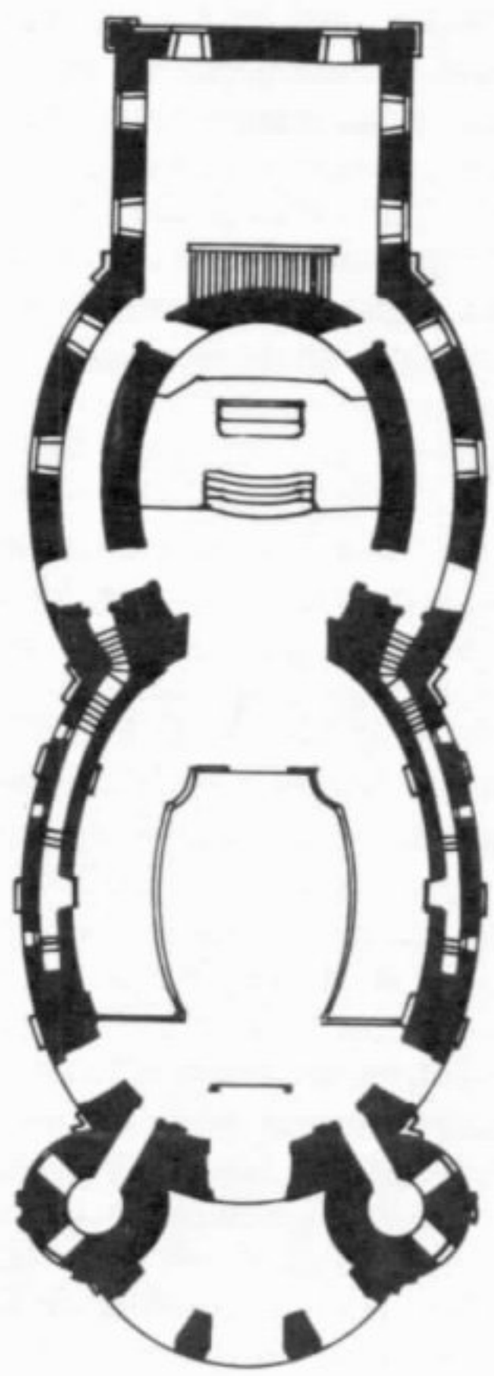
Anteriores a 1762 são duas igrejas muito semelhantes entre si – do Rosário dos Pretos de Ouro Preto e de São Pedro dos Clérigos de Mariana –, que têm suas plantas constituídas por duas ovais entrelaçadas(76). A análise de uma influência, direta ou indireta, do Barroco da Europa Central e das cariocas da Glória do Outeiro ou de São Pedro dos Clérigos, na concepção do partido destas duas igrejas, tem sido proposta, de forma detalhada e convincente, por muitos pesquisadores(77).

Tais influências podem ter atuado tanto na organização da nave e capela-mor das duas igrejas, quanto na das torres cilíndricas e na da fachada bombeada do Rosário. Deve-se ter em vista que os feitios atuais das duas igrejas não são, certamente, os originais: a do Rosário teve a "empena e frontispício" projetados e executados somente depois de 1784, enquanto que a de Mariana foi concluída, no que se refere a seus elementos localizados acima da cimalha – empena e sineiras – no início deste sé-

Pedro Lobo/1983

Acima, a igreja de São Francisco de Assis, de Ouro Preto; abaixo, plantas baixas das igrejas de São Pedro dos Clérigos, de Mariana (à esquerda), e do Rosário, de Ouro Preto: constituição semelhante, à base de ovais entrelaçadas.





culo[76]. Assim, na igreja ouro-pretana, a conjugação da fachada bombeada com as torres cilíndricas, que constitui uma de suas características marcantes, pode não ter existido na obra original, concluída antes de 62. São dados e elementos a serem trazidos à colação para estudos ou reanálises mais detalhadas.

Quanto às igrejas que decorreram de planos elaborados ou reformulados por Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho – São Francisco de Assis de Ouro Preto (plano inicial de 1766/67, alterado em 1774), N. Senhora do Carmo de Ouro Preto (reformulação em 1771 do plano inicial de seu pai, Manoel Francisco Lisboa), e São Francisco de Assis de São João del-Rei (risco de 1774, adulterado, em parte, durante sua execução) –, têm sido objeto de inúmeras publicações – artigos e monografias – de caráter sério, erudito, com estudos analíticos e críticos, de suas possíveis gêneses, e de seus inter-relacionamentos com outros monumentos coetâneos[77].

Entendemos, no entanto, ser ainda possível a formulação de mais alguns comentários para novas reflexões e/ou reestudos. Assim, julgamos inteiramente válida a aproximação que vem sendo feita[77] entre a forma das torres sineiras dessas igrejas, em especial da de São Francisco de Ouro Preto, e as de outras por elas influenciadas, com as da igreja ouro-pretana de Rosário dos Pretos e, igualmente, com as de outras, da Europa Central, todas compostas a partir de cilindros. No entanto, entendemos que existem dois elementos nesses planos, que constituem suas características fundamentais e que se apresentam como criações próprias, por não contarem com antecedentes em outros edifícios mineiros, do litoral em geral, da Metrópole e, mesmo, de outras áreas onde o Barroco floresceu nos séculos XVII e XVIII.

Cremos serem próprias dessas igrejas:

– a conjugação de curvas e de retas ou de planos, criando pontos e arestas de contenção, nas plantas, nos alçados e nos espaços internos e;

– a organização das frontarias tendo como centro de composição a portada esculpida em pedra-sabão; portadas que se constituem, visualmente, em núcleo, de onde derivam os demais elementos – pilastras, colunas, cimalhas, frontão – e para a qual eles convergem. Essas portadas, por outro lado, mostram-se plasticamente dinâmicas, fortes, enquanto que,

na realidade, são constituídas de elementos apostos às paredes de alvenaria caiadas de branco, ao gosto do rococó.

Analisando-se os planos destas três igrejas verificamos, como já havíamos enunciado em trabalho anterior[72], que seus elementos curvos apresentam-se, sempre, contidos por planos, ou por curvas contrárias, de forma a não se disporem em seqüências contínuas, conforme ocorre, genericamente, nas demais edificações, a partir das obras de Borromini, de Guarini, nas igrejas e palácios que se fizeram por todo o mundo, principalmente na Europa Central.

Desta forma, comparando-se a planta da igreja franciscana de Ouro Preto com a do Senhor dos Passos, em Guimarães, Portugal, obra de André Soares (datável de 69, portanto posterior à ouro-pretana)[78], apesar de, a uma primeira vista, parecerem semelhantes, notamos que, nesta, há sempre concordâncias entre curvas e entre as curvas e as retas, ao contrário da franciscana, onde os elementos curvos se contrapõem entre si, e formam ângulos com os panos retos. Examinando-se mais a fundo os planos dessas três igrejas do Aleijadinho, poderemos verificar que elas resultaram, certamente, de uma conjugação de partidos:

– de certo tipo de igrejas mineiras, nas quais foram eliminados os corredores que, no litoral brasileiro, genericamente ladeavam as naves, deixando as torres salientes em suas ilhargas e,

– dos planos borromínicos, isto é, da procura de movimentação de superfícies e de ângulos, enfim, da dinamização dos planos, em planta, em alçados, nos espaços interiores.

É curioso verificar que, apenas nestas três igrejas tal fato ocorreu, assim não acontecendo em outras posteriores por elas influenciadas, como, por exemplo, na do Carmo de Mariana, ou na de Santo Antônio de Ouro Branco. O sentido de movimentação dos planos, com a poligonização das naves, no entanto, prosseguiu em Minas até seus confins, como na igreja de São José de Minas Novas, e se difundiu até Goiás[76].

Outra característica diferenciadora, são as excepcionais portadas esculpidas em pedra-sabão. Seu tratamento plástico e o envolvimento na composição dos frontispícios é claramente diferente do

Arquivo da SPHAN, Rio/s.d.

São Pedro dos Clérigos, do Recife: portada de granito duro tratado robustamente e de forma maciça.

ocorrido em outras edificações da mesma época. São elas fortes, robustas, compostas por pilastras que se lançam e que são em determinados pontos contidas, para depois prosseguirem até seu coroamento, em forma de troços de entablamentos enriquecidos por volutas, nos quais se assentam anjos. Essas pilastras que ladeiam a porta ligam-se por meio de fitas sinuosas com os motivos centrais que encimam a composição da portada, e que, por sua vez, são elementos fortes. Na igreja franciscana de Ouro Preto estes motivos centrais, o medalhão da Virgem e a coroa, se unem, visualmente, ao grande medalhão esculpido, localizado onde, normalmente, se situa o óculo superior. Todos estes elementos esculpidos que compõem a portada, distribuem-se com certa desenvoltura sobre a superfície da parede do frontispício, e constituem seu centro de composição; são ladeados por pilastras ou colunas, pelas cimalhas que se alteiam, ou se rompem ao meio para dar seqüência a outras linhas de molduras que se elevam até o coroamento superior. A justa integração e a mútua valorização da composição arquitetônica geral, e a das portadas, demonstram, bem, a obra do Aleijadinho, arquiteto-escultor, a um tempo. Assim distinguem-se estas portadas de outras litorâneas – como as de São Pedro dos Clérigos do Recife ou do Carmo do Rio de Janeiro – das portuguesas, de Nazoni e, mesmo, das de André Soares, como a de Madalena de Falperra, ou a da Casa de Câmara, ambas em Braga, onde as portadas de granito duro foram tratadas, robustamente, e de forma maciça, ladeadas pelos cunhais ou pilastras, igualmente fortes, quase sem deixar panos de paredes brancas de cal.

Ao concluirmos esta análise crítica da bibliografia sobre a arquitetura barroca que se fez no Brasil, e ao apontarmos, com relação a esta arquitetura, pontos de certezas, de consensos e, outros, de dúvidas, ao sugerirmos, para diferentes casos, questões para reflexão, para estudo ou revisão de situações, queremos propor a necessidade de serem programados planos de estudos, análises e discussões do barroco brasileiro. Pesquisas, análises e discussões que visem abordar suas características próprias, mas, também, sua inter-relação com as obras realizadas em Portugal e, de uma forma geral, em outras áreas, especialmente na Itália, na Europa Central, mas, também, na América Hispânica, e que deverão ser feitas por equipes brasileiras, em conjugação com as dessas outras áreas, para uma maior troca de conhecimentos, de idéias, para uma maior e mais ampla compreensão real do panorama do Barroco.

Entendemos que seja esta uma ocasião oportuna para uma deliberação neste sentido, pois que, neste Simpósio, estão presentes pesquisadores, estudiosos e críticos oriundos de muitos países, todos interessados pelo Barroco Ibero-Americano.

Na página ao lado, a portada da igreja de São Francisco de Assis, de Ouro Preto: a presença do Aleijadinho na integração arquitetura-escultura.

Estando esta edição em preparo, o estudo de Augusto Carlos da Silva Telles foi publicado, sem o conhecimento da editoria desta revista, em abril de 1984 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em sua Revista nº 334, referente aos meses de janeiro a março de 1982.

Pedro Lobo/1983

NOTAS

1 – os volumes sobre o Barroco:
– Norberg-Schulz-Christian – **Architettura Barocca – Architettura Tardo barocca** – Electa Editrice – Milano-1971 (Storia Universale dell'Architettura, dirigida por Pier Luigi Nervi).

2 – volumes sobre o Barroco:
– Charpentrat-Pierre – **Baroque – Italie et Europe Centrale** – Office du Livre – Fribourg-1964 (Architecture Universelle).
– Bottineau-Yves – **Baroque Ibérique – Espagne, Portugal, Amérique Latine** Office du Livre – Fribourg-1969 (Architecture Universelle).

3 – Kubler-George/Soria-Martin – **Art and Architecture in Spain and Portugal and Their American Dominions** – 1500-1800 – Penguin Books – Baltimore-1959 (The Pelican History of Art).
– Hempel-E – **Baroque Art and Architecture in Central Europe** – Penguin Books – Baltimore-1959-1965.

4 – Argan-Giulio Carlo – **L'Europe des Capitales – 1600-1700** – Ed. d'Art Albert Skira – Suisse-1964.

5 – Não nos referimos, aqui, às que, no final do dezenove e no início deste século trataram igualmente do assunto, como foi o caso de Albert Haupt – a edição alemã de seu livro **Arquitetura do Renascimento em Portugal** é de 1890/95 e de Walter Crum Watson, **Portuguese Architecture** – 1908.

6 – Foram pesquisadores principais: em Minas – Cônego Raymundo Trindade, Luiz Jardim, Salomão de Vasconcellos, Mons. José Maria Fernandes, Zoroastro Viana Passos, Geraldo Dutra de Moraes, Manoel de Paiva; no Rio de Janeiro – Noronha Santos, Nair Baptista, Alberto Lamego; na Bahia – Carlos Ott; em Pernambuco – José Antônio Gonçalves de Mello, em arquivos beneditinos – D. Clemente M. da Silva Nigra OSB.

7 – "Iconographia Brasileira – Valentin da Fonseca e Silva" – in **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** – tomo XIX – Rio-1856.
– "Memória sobre a antiga Escola de Pintura Fluminense" – in **Revista do IHGB** – tomo III – Rio-1841.

8 – "Traços Biographicos relativos ao finado Antonio Francisco Lisboa, distinto escultor mineiro, mais conhecido pelo apelido de Aleijadinho" – Correio Official de Minas nº 169/170 – 1858 – **Revista do Archivo Público Mineiro**, vol. 1 – p. 69/174 – 1896.

9 – "Biographia dos Brazileiros Illustres por armas, letras, virtudes... , Valentim da Fonseca e Silva" – in **Revista do IHGB** – tomo XXXII – Rio-1869 –
– **O Rio de Janeiro – sua História, Monumentos, Homens, Usos e Costumes** – 2 vols. – Rio-1877.

10 – Furtado de Menezes – "A Religião em Ouro Preto" e
– Diogo de Vasconcellos – "as Obras de Arte" in **Bi-Centenário de Ouro Preto** – Belo Horizonte-1911.

11 – artigos diversos, sobre temas da arquitetura do Rio de Janeiro, em **Renascença** – Rio-1905/06 e em **A Notícia** – Rio-1903/04/05/06/07.

12 – "As artes plásticas no Brasil em geral, e na cidade do Rio de Janeiro em particular" – in **Revista do IHGB** – vol. 78 – parte II, 1915.

13 – "Reminiscências de Vila Rica" – in **Revista do Arquivo Público Mineiro** – ano XIX – Belo Horizonte-1921.
– **"O Aleijadinho"** – Belo Horizonte-1934.
– "Ainda o Aleijadinho" – in **O Jornal** – Rio-22/05/1838.

14 – "Maravilhas da Religião e da Arte na Igreja e no Convento de S. Francisco da Bahia – in **Revista do IHGB** – vol. 165 – Rio-1933.

15 – Em nota recente, no prefácio do livro de Cassio Lanari – **Rodrigo José Ferreira Bretas** – Belo Horizonte, 1968 – propõe, Rodrigo M.F. de Andrade, algumas hipóteses de personalidades da época, em Mariana, que poderiam ter orientado ou mesmo redigido a notícia para o Vereador Joaquim José da Silva.

16 – **Estudos da Arte Brasileira** – Rio, 1942, que reuniu artigos publicados nos anos de 40/41, muitos dos quais sobre a figura do Aleijadinho, negando ter sido, o mesmo, arquiteto, autor de planos de edifícios.
– **Antonio Francisco Lisboa – O Aleijadinho** – Rio, 1945, onde o mesmo tema é repisado e enfatizado, negando valor documental e crítico ao artigo de Bretas citado em (8).

17 – Manoel Bandeira – **Guia de Ouro Preto** – Rio, 1938 (Publicação do PHAN nº 2)
– Rodrigo M.F. de Andrade – "Contribuição para o estudo da obra do Aleijadinho" – in **Revista do PHAN nº 2** – p. 255/97, Rio, 1938.
– José de Souza Reis – "O Adro do Santuário de Congonhas" – in **Revista do PHAN nº 3** – p. 207/226 – Rio-1939.
– Afonso Arinos de Mello Franco – "Ainda o Aleijadinho" – in **O Jornal** – Rio-1938 e "O Primeiro depoimento estrangeiro sobre o Aleijadinho" – **Revista do PHAN nº 3** – Rio-1939.
– Luiz Camilo de Oliveira Neto – "João Gomes Baptista" – **Revista do PHAN nº 4** – 1940.
– Judith Martins – "Apontamentos para a biografia de Antonio Francisco Lisboa" – in **Revista do PHAN nº 3** – pg. 179/205 – Rio-1939.
– Zoroastro Viana Passos – **Em torno da história de Sabará** – Rio-1940 (Publicação do PHAN nº 5).
– Francisco Antonio Lopes – **"História da Construção da Igreja do Carmo de Ouro Preto** – Rio-1942 (Publicação do PHAN nº 8).
– Aires da Mata Machado Filho – **Arraial do Tijuco-Cidade de Diamantina** – Rio-1944 (Publicação do PHAN nº 12).

18 – **Antonio Francisco Lisboa – O Aleijadinho** – Rio-1951 – Introdução de Lúcio Costa e anotação ao texto de Bretas, de Rodrigo M.F. de Andrade, Lúcio Costa e Judith Martins (Publicação do PHAN nº 15).

19 – "Depoimento", in **A Lição de Rodrigo** – PHAN – Recife-1969 – p. 57/8.

20 – in **The Art Bulletin** – vol. 21, nº 3 – New York-1939 – p. 110/59.

21 – in **Estudos Brasileiros** – ano II, vol. 4, nº 10 – Instituto de Estudos Brasileiros – Rio de Janeiro-1940 – p. 419/30.

22 – in **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 5** – Rio de Janeiro-1941 – p. 9/104.

23 – in **Revista do PHAN nº 7** – Rio de Janeiro-1943 – p. 209/56.

24 – in **Revista do PHAN nº 8** – Rio de Janeiro – p. 211/75.

25 – in **Revista do PHAN nº 11** – Rio de Janeiro-1947 – p. 7/195.

26 – Livr. Kosmos Edit. – Rio de Janeiro-1951.

27 – Livr. Kosmos Edit. – Rio de Janeiro-1951.

28 – in **Proceedings of the International Colloquium on Luso-Brazilian Studies** – Nashville-1953 – p. 109/16.

29 – in **Portugal and Brazil an Introduction** – ed. by H.V. – Livermore – Claredon Press – Oxford-1963 – p. 349/84 – (1ª ed. 1953).

30 – Livraria Progresso Editora – Salvador-1955.

31 – in **The Month** – vol. 4, nº 6 – London-1950 – p. 385/408.

32 – in **The Art Bulletin** nº 1, vol. XXXVII – New York-1955 – p. 27/53.

33 – 2 vols. Museu de Arte/Librairie Plon – São Paulo/Paris-1956/8.

34 – coord. Rodrigo M.F. de Andrade – Rio de Janeiro-1952.

35 – in **Revista do PHAN nº 17** – Rio de Janeiro-1969 – p. 27/125.

36 – "Contribuição ao estudo da Arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil" – in **Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros** – vol. IV – Coimbra-1966 – p. 515/69.

37 – "Quatro séculos de Arquitetura na Cidade do Rio de Janeiro" – in **Quatro Séculos de Cultura** – Universidade do Brasil – Rio de Janeiro-1966 – p. 43/202.

38 – **"Igrejas e Sobrados do Maranhão** – Livro de Portugal – Rio de Janeiro-1953.

39 – "Antonio José Landi, um arquiteto italiano do século XVIII no Brasil" – in **Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros** – vol II – Lisboa-1960 – p. 20/29.

40 – **Aleijadinho et la Sculpture Baroque au Brésil** – Le Temps – Paris-1963.

41 – 3 vols. – Salvat Edit. – Barcelona-1945/50/6.

42 – Emecé Editores – Buenos Aires-1961.

43 – 2 vols. – Dover Publ. Inc. – New York-1967 (1ª ed. 1957).

44 – Paul Hamlyn – Medlessex-1968 (1ª ed. 1958).

45 – Thames and Hudson – London-1961.

46 – Thames and Hudson – London-1964.

47 – 2 vols. – Edit. Presença – Lisboa – trad. – 1974.

48 – Ernesto Armitano Ed. – Caracas-1972.

49 – Relator Roberto Sagre, Siglo Veinteuno Edit. – México-1975 (América Latina en su Cultura) – cap. s/Brasil de Graziano Gasparini.

50 – **Construtores e Artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro** – Tip. Beneditina – Salvador-1950.

51 – respectivamente de:
- Augusto C. da Silva Telles-1969
- D. Clemente M. da Silva Nigra-1972
- Mário Barata-1975

52 – com 21 volumes publicados – 1966/1979 – São Paulo.

53 – com 10 volumes publicados – 1969/79 – Belo Horizonte.

54 – com 18 volumes publicados – 1937/1978 – Rio de Janeiro.

55 – Conselho Federal de Cultura – Rio de Janeiro-1972 – capítulo de autoria de Paulo Thedim Barreto – p. 268/89.

56 – Augusto C. da Silva Telles – FUNARTE/DAC – Rio de Janeiro-1975.

57 – Ed. Melhoramentos – São Paulo-1979.

58 – ver os estudos relacionados em (23), (24), (35) e
- Paulo Thedim Barreto – "O Piauí e sua Arquitetura", in **Revista do PHAN nº 2**, Rio de Janeiro-1938 – p. 187/223.
- Luiz L. Vauthier – "Casas de Residência no Brasil", in **Revista do PHAN nº 7**, Rio de Janeiro-1943 – p. 128/208.
- Sylvio de Vasconcellos – **Vila Rica – formação e desenvolvimento – residências** – INL – Rio de Janeiro-1956.
- Paulo F. Santos em comunicação ao 1º Colóquio do Comitê brasileiro do CIHA, ocorrido em São Paulo, em 1975, analisou este problema e anotou a deficiência de cadastro e estudos gerais, válidos.

59 – "O espírito e a essência da arte em Portugal", in **Conferências de Arte** – 2ª série – Lisboa-1943 – p. 7/36.
- Paulo F. Santos na comunicação acima referida(58), retoma esta análise e adota esta colocação.

60 – **Portuguese Plain Architecture – between spices and diamonds** – 1521/1706 – Wesleyan University Press – Middletown-1972.

61 – ver (30) – onde Smith denomina as obras realizadas neste período, de "Monumentos".

62 – as obras da capela-mor e do arco-cruzeiro iniciaram-se antes de 1694 (data que existe na base das colunas do arco-cruzeiro), obras de Frei Domingos da Conceição. A capela-mor foi, ao final do Setecentos, desfeita e reorganizada ao gosto moderno da época. Ver (50).

63 – as talhas se iniciaram por volta de 1690, ver Bazin (33) – 1º vol. pg. 264 e segs.

64 – ver (22) pg. 45/7.

65 – Robert Smith – **A Talha em Portugal** – Livros Horizonte – Lisboa-1962 – p. 69/91.

66 – ver (33) e, mais, Márcio Barata em (51) e José Luiz Mota Menezes em "Igreja de N. Senhora da Conceição dos Militares", in **Revista do IAHG de Pernambuco** – vol. 50, p. 117/51 – Recife-1978.

67 – John Bury (32)
- Yves Bottineau - (2) e "La transmission des sources architecturales vers le Brésil du XVIIIe siècle, in **Colóquio Artes** nº 25 – Lisboa-1975.
- Germain Bazin - (33)
- Paulo F. Santos - (26)
- Augusto C. da Silva Telles – "Alguns aspectos da Arquitetura na segunda metade do Século XVIII no Brasil", in **Actas do Colóquio "A Arte em Portugal no Século XVIII"**, tomo I, p. 88/105 – Braga-1973.
- Robert C. Smith - (28) e - (29)
- Victor L. Tapié - (47)

68 – além da bibliografia acima citada
- Augusto C. da Silva Telles - (51)

69 – José Antônio Gonsalves de Mello – "Manoel Ferreira Jacome" – in **Revista da Escola de Belas-Artes de Pernambuco** – ano I, nº 1, Recife-1957 – p. 19/32.
- José Luiz da Mota Menezes – "Igreja de S. Pedro dos Clérigos do Recife" – in **Universitas** nº 10 – UFBa – Salvador-1971 – p. 95/108.

70 – Robert Smith – "Aspectos da Arquitetura da Basílica da Conceição da Praia", in o **Bi-Centenário de um Monumento Bahiano** – Salvador-1971 – p. 87/128.

71 – conhecemos, em Portugal, três igrejas que apresentam as torres em escorço, à feição de Conceição da Praia. São elas: Igreja de N. Senhora da Assunção, em Messejana, distrito de Beja, que tem, na portada, a inscrição de 1759; Igreja de N. Senhora da Piedade, Elvas, distrito de Portalegre, datada de 1756; e uma outra, próxima a Cascais, aproximadamente da mesma data.

72 – Augusto C. da Silva Telles, citada em (67).

73 – ver (71) e,
- Robert Smith – **Nicolau Nazoni, Arquitecto do Porto** – Livros Horizonte – Lisboa-1966.

74 – Robert Smith – **André Soares, Arquitecto do Minho** – Livros Horizonte – Lisboa-1973.

75 – Affonso Ávila – **Resíduos seiscentistas em Minas** – 2 vols. – Belo Horizonte-1965 (o texto, analisado do Triunfo Eucarístico, no vol 1º).

76 – Augusto C. da Silva Telles em (67).

77 – ver Bury em (32); Bazin em (33); Smith em (28 e 29); Tapié em (46) e "Rapprochements entre l'Architecture Religieuse de l'Europe Centrale et celle du Brésil, au XVIIIe siècle", in **Actas do Congresso "A Arte em Portugal no Século XVIII"** – vol. 2, p. 565/570 – Braga-1973; e Bottineau em (67).

78 – ver Bottineau em (67).

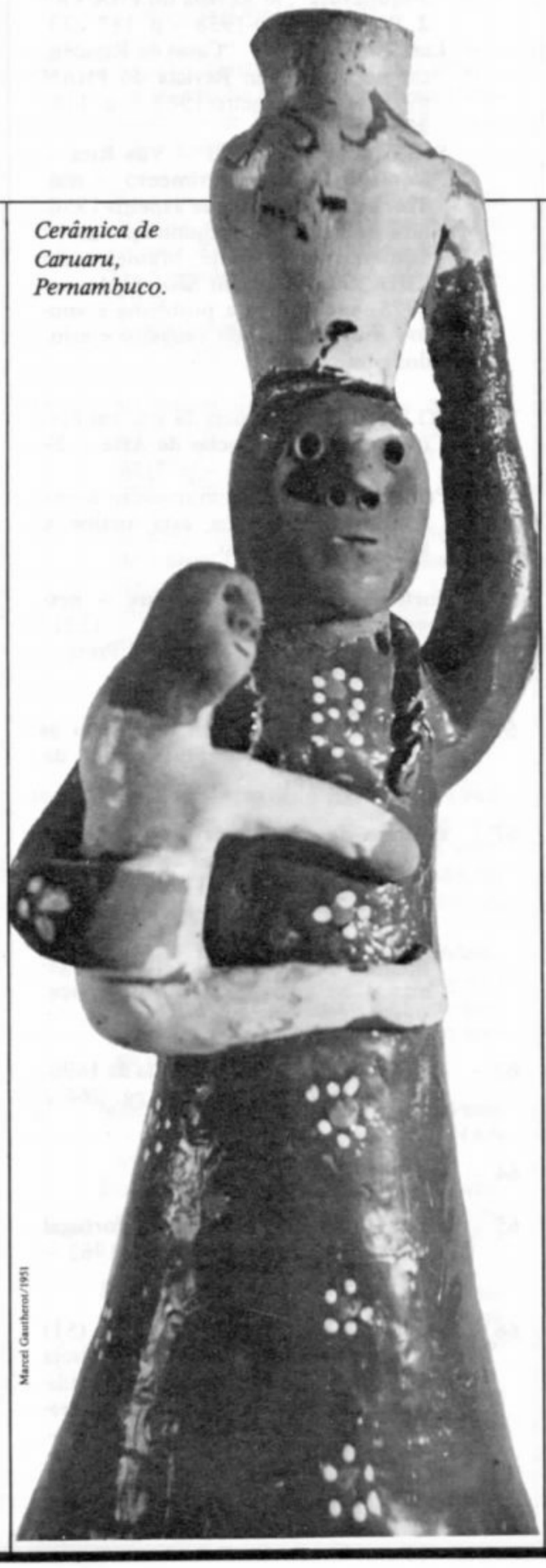
PRODUÇÃO DE ARTESANATO POPULAR E IDENTIDADE CULTURAL

*LÉLIA GONTIJO SOARES**

O Instituto Nacional do Folclore busca corresponder, hoje, às exigências de reflexão conceitual e metodológica contemporâneas, entendendo as manifestações culturais geradas por comunidades rurais e urbanas de baixa renda num contexto amplo, que abrange desde as determinantes sócio-econômicas até o fazer inventivo de indivíduos, numa linha de trabalho eminentemente etnográfica.

Nesta perspectiva, no que tange ao nosso assunto, o Instituto Nacional do Folclore, através da Coordenação de Estudos e Pesquisas, do Núcleo de Cultura Material e do Museu de Folclore Edison Carneiro, busca empreender uma leitura etnográfica do produto artesanal e das relações do artesão com seu contexto social e natural, processos de produção do artesanato, tecnologias, tipologias dos objetos, seus aspectos simbólicos e funcionais e formas de comercialização. Há a preocupação de identificar o significado contemporâneo de um objeto como aspecto fundamental para a compreensão do circuito do fazer, usar e comercializar produtos procedentes dos trabalhos artesanais.

A própria Carta do Folclore Brasileiro de 1951, documento normativo dos estudos de folclore no Brasil, reconhece a conveniência de "assegurar-se o mais completo amparo às artes populares, ao artesanato e à indústria doméstica, auxiliando-se as iniciativas que digam respeito ao seu desenvolvimento e à proteção dos artistas populares", resguardadas, entretanto, as características regionais.



Cerâmica de Caruaru, Pernambuco.

Marcel Gautherot/1951

Em consonância com as atuais Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC, que objetivam uma reflexão e uma proposta de trabalho sobre o processo cultural brasileiro, o INF, no caso particular do artesanato, coloca-o dentro de uma conceituação ampla e abrangente de cultura, entendida como todo sistema interdependente de atividades humanas na sua dinâmica. O documento da SEC privilegia não só "os bens móveis e imóveis impregnados de valor histórico e/ou artístico, mas também toda uma gama importantíssima de comportamentos, de fazeres, de formas de percepção que, por estarem inseridos na dinâmica do cotidiano, não têm sido considerados na formulação das diversas políticas. Cultura, portanto, é vista como o processo global em que não se separam as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem, em que não se deve privilegiar o produto – habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra – em detrimento das condições históricas, sócio-econômicas, étnicas e do espaço ecológico em que tal produto se encontra inserido e principalmente do homem, seu gerador. Nesse processo, destacam-se alguns bens culturais – aqueles fortemente impregnados de valor simbólico e continuamente reiterados – ao lado de outros, manifestações em processo que se constituem em evi-

(*) Lélia Gontijo Soares, antropóloga, é diretora do Instituto Nacional de Folclore da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE). O presente texto reproduz as teses apresentadas no *Encontro Produção de Artesanato e Identidade Cultural*, realizado no Rio de Janeiro, em junho de 1983.

dências da dinâmica cultural. E é na interação entre os contextos que elegem e desenvolvem esses bens que se instaura a tensão criadora que impulsiona o processo cultural."

A atuação e a própria estrutura do Instituto Nacional do Folclore vem demonstrando concretamente a inter-relação entre a vertente patrimonial e a da produção cultural, assinaladas no referido documento da SEC, uma vez que observa comunidades, documentando-as de maneira ampla e vertical, ao focalizar manifestações específicas do saber e do fazer do povo. Ao mesmo tempo, apóia este fluxo de manifestações diretamente no momento de sua cristalização.

O INF da FUNARTE procurou reunir no Encontro "Produção de Artesanato Popular e Identidade Cultural" os demais órgãos da SEC para analisar e discutir, buscando consensualmente as soluções possíveis, a premente questão da indissolubilidade da identidade cultural e da produção dos artesanatos no Brasil.

Entre os princípios para operacionalização da política cultural do MEC, e que se adequam plenamente ao tratamento de nosso assunto, se encontram: 1) o da *descentralização;* 2) o do *reconhecimento da pluralidade cultural;* 3) o da *valorização dos bens culturais ainda não consagrados;* 4) o da *proteção do produto cultural brasileiro.* As linhas programáticas que dizem respeito à criação, produção e difusão cultural, e à preservação dos bens culturais em sua dinâmica, igualmente, poderão nortear de maneira exemplar o tratamento do assunto ora proposto.

O mecanismo fundamental da diretriz de *descentralização,* que não deve ser confundida com fragmentação, é a articulação dos níveis municipal, estadual e federal, através da efetiva interação entre instituições oficiais, entidades privadas e representantes do fazer e do pensamento das comunidades – os legítimos portadores do conhecimento dos contextos específicos.

Dessa forma, é fundamental para o traçado de uma política do MEC em relação ao artesanato, que Prefeituras, órgãos estaduais e outras agências federais, bem como as associações de artesãos se tornem cada vez mais conscientes do problema e possam criar-se condições para que, a médio ou longo prazo, aqueles possam vir a autogerir a sua produção.

A obtenção desta consciência comum poderia fazer-se por meio de cursos promovidos pelo MEC, no sentido de capacitar os técnicos dos órgãos municipais, estaduais e federais ou de instituições privadas para uma experiência de trabalho levada a efeito com a participação de comunidades onde o artesanato seja atividade exponencial.

Seria desejável que se discutisse a propriedade da criação de Comissões permanentes compostas por antropólogos, folcloristas, técnicos em educação, sociólogos e economistas que atuem junto às comunidades nos municípios, e que procurem ouvir as reais necessidades dos artesãos, no que diz respeito a produção e comercialização do artesanato.

Nesta perspectiva, reiteramos a recomendação contida na Carta do Folclore Brasileiro para que, além de sua finalidade científica, qualquer pesquisa adquira finalidade prática e útil à região em que se realiza, bem como a seus habitantes.

O *reconhecimento da pluralidade cultural,* intimamente ligado ao conceito de identidade cultural, coloca-nos diante da tendência crescente à uniformização dos gostos e do comportamento, de que nos fala Amadou Mathar M'Bow, diretor geral da UNESCO:

"Essa lógica da uniformização, que vai contaminando progressivamente várias categorias da atividade humana, por sua vez funciona como geradora de distorções, pela tendência a promover o que está em conformidade com ela e a destruir o que a contraria. Setores inteiros de criatividade são assim reprimidos, e as sociedades são mutiladas em sua individualidade e em sua estrutura original. Levada ao extremo, essa lógica pode resultar na esclerose da humanidade, pois a diversidade é uma fonte indispensável de vitalidade para as sociedades e para toda a humanidade.

Mas, por uma espécie de reação a essa tendência, estamos assistindo ao aparecimento de uma nova e explosiva afirmação de especificidades. Em toda parte vemos comunidades étnicas ou nacionais, coletividades rurais ou urbanas, entidades culturais ou religiosas afirmando sua originalidade e procurando assumir e defender com vigor os traços que definem sua identidade.

A disposição de afirmar e de defender a identidade cultural parece ser agora uma das grandes forças motrizes da história. Longe de representar a retirada para um passado fechado e imutável, a nova atitude busca uma síntese viva, original e em constante renovação. A condição *sine qua non* do progresso das pessoas, grupos e nações é o sentido da identidade cultural, ele é a força que anima e orienta a vontade coletiva, a força que mobiliza recursos internos e faz da mudança necessária uma adaptação criadora.

Hoje se reconhece que o conceito de identidade cultural é a base do desenvolvimento, mas só recentemente isso foi aceito em sua plenitude pela comunidade internacional. Só foi nos últimos anos que a nossa maneira de ver o desenvolvimento, seus caminhos e suas metas adquiriu escopo e perspectiva. Inicialmente equacionado com o simples crescimento linear da economia – essencial, por certo, na medida em que o aumento da produção material é uma contribuição decisiva para a melhoria das condições de vida do povo, quando essa produção é distribuída eqüitativamente – o desenvolvimento passou a ser visto como um processo infinitamente mais complexo, abrangente e multidimensional, e que só será eficaz se baseado na vontade de cada sociedade de se realizar e exprimir corretamente a identidade que a marca.

"O desenvolvimento deve encontrar inspiração na cultura", diz a Declaração aprovada por unanimidade na Conferência de Bogotá (1978). A UNESCO prosseguiu nesse esforço de longo prazo com a Conferência do México (26 de julho – 5 de agosto), na qual se fez um balanço da "primeira década do desenvolvimento cultural" e se procurou "traçar diretrizes para o futuro", calcadas em idêntico princípio.

É patente a adequação do princípio da *valorização dos bens culturais ainda não consagrados* às metas do INF. No que toca ao artesanato, interessa-nos identificar qual seja a relação do artesão com o seu produto, e sua maneira de ver o seu próprio mercado.

Para a SEC do MEC, enfim, interessa identificar *quem* produz o artesanato, *como* o produz, *para quem* é produzido, *em que momento* histórico isto se dá e *em que situação* se encontra o produtor.

M'Bow manifestou-se lucidamente com relação a isto, afirmando que quem precisa "tomar consciência de seu próprio patrimônio e de que a cultura popular não é manifestação meramente folclórica é a elite, freqüentemente for-

mada em outras escolas e às vezes vacilante quanto à sua identidade".

O princípio da *proteção do produto cultural brasileiro* aplica-se com justeza à discussão da questão do apoio oficial ao artesanato, uma vez que coloca a preocupação de defesa deste produto no contexto da disputa do mercado nacional. "O estímulo à criação cultural não deve perder de vista as condições concretas de distribuição e difusão, nem sempre presididas pelo necessário interesse em valorizar a cultura brasileira."

O mesmo princípio enfatiza ser fundamental buscar-se meios para que a comunidade possa deter não só o uso e o benefício, mas também o gerenciamento da produção e da preservação dos bens culturais que produz ou de que está próxima, com o apoio dos órgãos competentes para a efetivação deste trabalho.

Dizem igualmente respeito ao apoio ao artesanato os seguintes indicadores da linha programática *Estímulo à criação, produção e difusão cultural:*

– respeito às especificidades locais e regionais de caráter histórico, sócio-econômico e ecológico dos diferentes contextos em que elas se desenvolvem;

– estímulo e apoio ao desenvolvimento de tecnologias próprias que viabilizem a produção e a difusão dos bens culturais, bem como aos mecanismos capazes de gerar uma justa remuneração à produção desses bens, uma das formas de assegurar a sua continuidade;

– estímulo à formulação de legislação que vise à proteção dos bens culturais, à produção cultural e à autoria;

– ativação dos mecanismos existentes de registro e circulação dos bens culturais, com ênfase à sua difusão nos veículos de rádio e televisão, sobretudo os da rede oficial e estímulos à criação de mecanismos de caráter alternativo.

A linha programática *preservação dos bens culturais em sua dinâmica* compreende o melhor conhecimento das referências básicas da cultura brasileira para adequadamente proteger e preservar os bens culturais em sua correlação com os contextos culturais em que estão inseridos, de modo a que a ação oficial sirva de suporte ao interesse das comunidades.

O Projeto Artesanato Brasileiro, do Núcleo de Cultura Material, do INF, desenvolve ações que objetivam, como preconizado por esta linha: identificar, estudar, documentar, compreender e valorizar manifestações artesanais que reiteram e ampliam este repertório simbólico brasileiro, aí entendido o conhecimento técnico imerso e enraizado em grupos sociais ou estratos sócio-culturais específicos.

Embora não fosse possível, no âmbito do Encontro, estendermo-nos em discussões bizantinas sobre o conceito de matéria tão complexa como o "popular", o "erudito", "arte", "artesanato", foi, não obstante, indispensável procurarmos situar estas noções.

Uma das principais instâncias a ser abordada é a própria conceituação do que se deseja significar por *folclórico* ou *popular.* Embora por razões operativas, de cunho administrativo, a expressão *cultura popular* possa manter-se no singular, deixa-se claro que, em território de formação social tão diversificada como o do Brasil, visa-se avaliar tantas culturas quantos sejam os grupos que as produzem em contextos naturais e econômicos específicos. Em nenhum momento se conceituará o *popular* como uma categoria indistinta, nivelada por uma oposição ao *erudito,* ou o equivalente a uma cultura de elite.

Sabe-se, na realidade, que é cada vez mais difícil estabelecer os contornos entre as esferas do popular e do culto, que até o século passado eram traçados com diferenciação bem mais nítida. Com a propagação acelerada do ethos urbano, veiculado pelos processos de difusão da civilização industrial, a mudança que se opera nos diversos segmentos da população de um país em desenvolvimento é profunda, ocasionando modificações nas suas visões de mundo e de vida, com inevitáveis reflexos sobre as suas culturas.

Diferencia-se essa cultura de massa, também consumida pelo povo, daquela que se manifesta como o resultado de uma experiência vivida coletivamente por grupos sociais de maneira profunda e participante, ativa. Trata-se aqui de modos de ser e viver do povo, daquela riqueza de ver, de pensar e de dizer que ainda não foi explorada devidamente pelas ciências humanas. Procuramos no Instituto Nacional do Folclore relacionar o popular às demais formas culturais vigentes, eruditas e de comunicação de massa, para que se possa, confrontando-as com um determinado *popular* ou *folclórico,* esclarecer melhor sobre a real fisionomia e significado deste, e facultar o estabelecimento de semelhanças e dessemelhanças.

No que diz respeito às artes populares, há a preocupação permanente de deixar patente tanto o seu caráter tradicional como os seus aspectos de transformação, filtrados pela ação e pelo comportamento dos grupos que as produzem.

Hoje, a conceituação de uma *arte popular,* por oposição a uma *arte erudita,* constitui objeto de inúmeras especulações. Há quem considere a arte popular como uma forma de contracultura em relação à erudita, e há os que a definem, no extremo oposto, como uma imitação rústica dos modelos acadêmicos. Há os que a julgam um potencial de expressão quantitativa, onde se poderá interferir visando unicamente ao aumento de produção, sem atentar para que a não-consideração dos aspectos culturais acarretará fatalmente a descaracterização de sua *identidade* ou "tipicidade" verdadeira, e conseqüente perda de uma qualidade fundamental exigida pelo seu mercado. E, finalmente, os que imaginam as artes populares como inalteráveis através dos tempos, testemunho a manter de extintas idades áureas, numa visão purista.

Importa, contudo, é perceber como os próprios artesãos definem os seus produtos e a própria noção de "arte", para que possamos, com as suas categorias, chegar a uma taxonomia que não seja etnocêntrica.

Um artesão de jóias de ouro produzidas em Juazeiro do Norte, Ceará, define desta forma sua arte: "As artes são a arte de ourives, arte de sapateiro, de funileiro, marceneiro, espingarda, ferreiro, pedreiro, carroceiro, (...) Flandereiro, madeira: são os imaginários. Gesso, oleiro, louceira, é a louceira porque é mais para mulher. Chapéu de palha, também é mais próprio para mulher, fogueteiro, boneca de pano. Essas são as artes, tem é muita, agora é arte porque fazem à mão e não na máquina". Outro depoimento local: "Qualquer um que desempenha um papel sozinho é artista" (V. Maria Rosilene Barbosa Alvim, "Artesanato, tradição e mudança social", in *O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea,* edição Funarte/INF, 1983).

Assim vemos que, independentemente da consciência de criação, diversos critérios interagem nestas definições: o do fazer artesanal, o da divisão sexual do trabalho, o do saber técnico, numa permanente imbricação de utilidade e beleza.

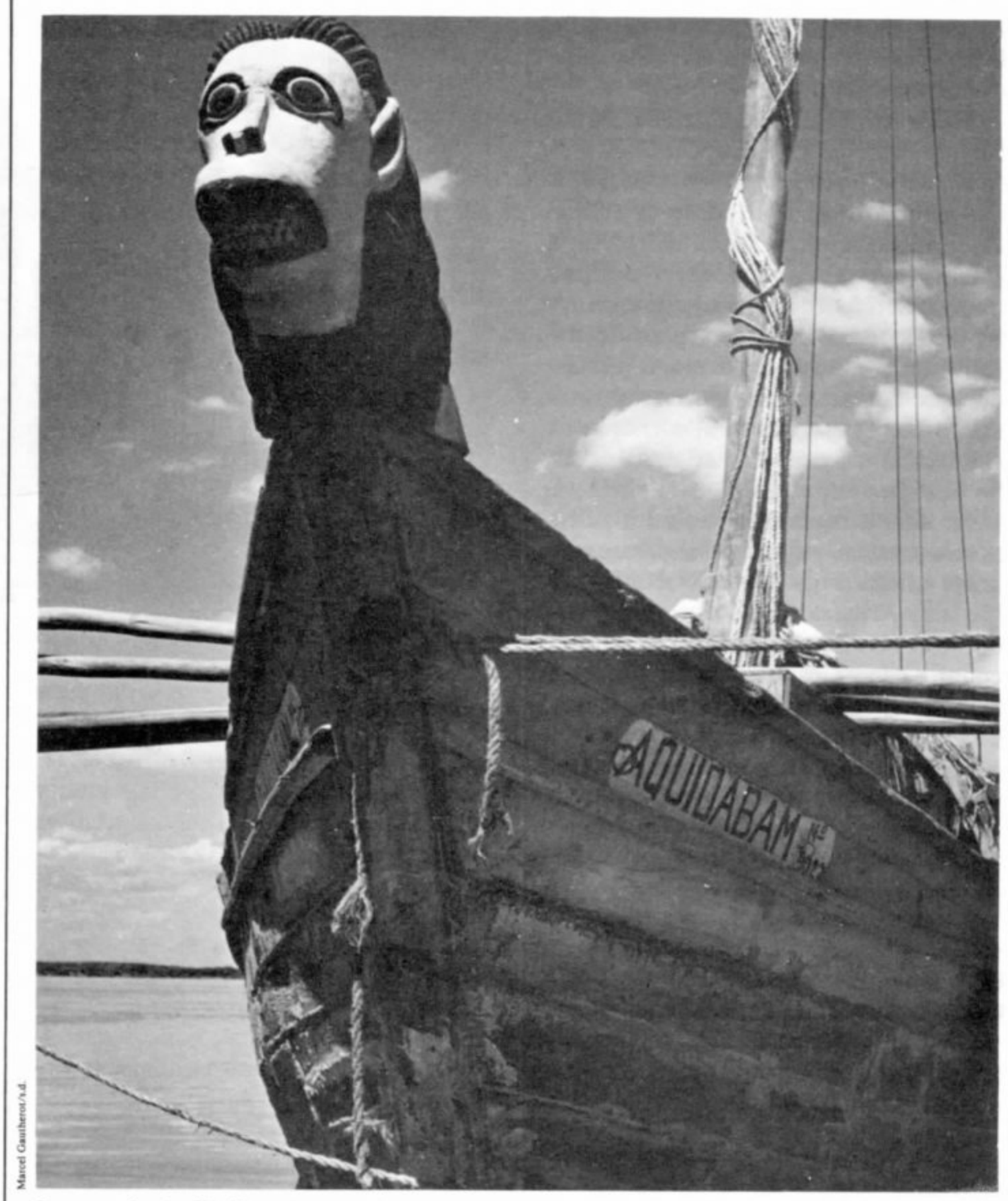
Percebemos que para o entendimento correto tanto das artes populares como das tribais, é preciso aprender a vê-las de *dentro*, já que não há, naturalmente, por parte de seus emissores, uma classificação dessas manifestações culturais como pertencendo a gêneros estabelecidos por nós como pintura, escultura, desenho, assemblagem, gravura, etc.

Em que gênero classificaríamos por exemplo um "couro" do ritual do bumba-meu-boi do Maranhão, que é veludo cortado, costurado, bordado com miçangas coloridas, ajustado em armação de madeira e depois vestido por um indivíduo numa cerimônia em que o canto, a dança, o drama são todos de igual importância ao da sua configuração material? Este "couro" não será nem uma escultura, nem uma pintura (grande parte de seu veludo é preenchido pelo cromatismo vibrante de figuras bordadas).

A verdadeira aproximação que nos cabe fazer, portanto, é indagar por quem, como, para quem, onde, para que estes objetos são produzidos. É preciso, portanto, recorrer às fontes, para conferir sentido específico a essas produções. Ver como fabricantes e usuários nomeiam matérias e técnicas. Como eles as distinguem e identificam. Em uma pesquisa da cultura material isto corresponde a fazer a listagem dos gêneros e a enumeração das obras produzidas por cada grupo, segundo regras de identificação próprias ao mesmo e segundo os princípios de avaliação dos seus agentes. E, em um segundo momento, proceder, conforme recomenda Jean Cuisenier, ao relacionamento entre os *gêneros* por eles definidos e as *formas* produzidas pelas diversas técnicas.

O fato é que se tornou cada vez mais difícil, numa sociedade complexa, definir um limite entre a esfera popular e a culta, que até inícios do século passado mantinham um certo delineamento na sua interação no cotidiano.

Ao tocarmos na questão tradição/modernidade, queremos tornar patente que não nos interessa a compreensão da cultura sem a história, cultura vista como um mero produto, sem o trabalho científico da pesquisa que afira os modos de vida, os valores e as perspectivas dos grupos sociais que a geram. Interessa considerar uma cultura popular, como refere Carlos Rodrigues Brandão, "que mesmo quando resultante de expropriações e imposições no passado, resiste como



Marcel Gautherot/s.d.

Carranca do rio São Francisco: escultura de proa.

modo de pensar, sentir e fazer do povo" ("Cultura, Estado e Sociedade") e não como algo a-histórico, que se deva preservar e proteger como um objeto sem sujeito.

Assim, não encaramos o "tradicional" como resíduo do passado, e sim como um conjunto de práticas sociais e culturais materialmente presentes e que se reproduzem através do trabalho e do poder de recriação de seus agentes.

Não encaramos, portanto, a tradição como fator de imobilismo ou de defesa de uma "pureza" idealizada, o que teria como resultado uma tentativa de aprisionamento das manifestações vivas de uma comunidade sob o invólucro de um esteticismo nostálgico.

A etnografia do INF também não se faz, hoje, em torno do "exótico" ou do "pitoresco", que podiam assinalar para públicos pouco familiarizados com as culturas de um povo um caráter de espetáculo, de manifestações isoladas. Hoje, o INF procura relacionar as manifestações culturais com a sociedade e suas instituições.

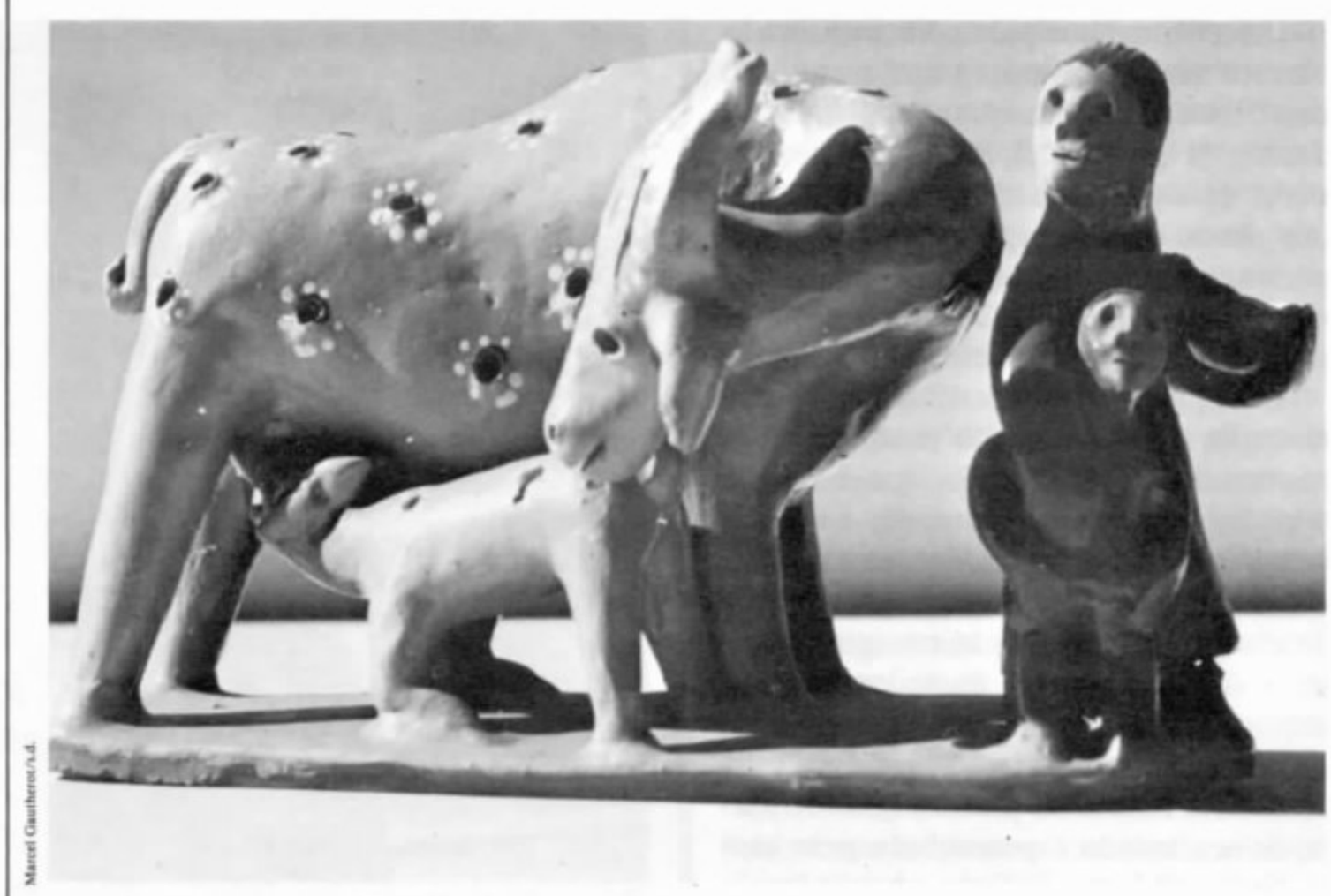
Para dar um exemplo da complexidade que o problema oferece, e da necessidade de uma observação atenta do contexto social e natural em que os artesanatos ocorrem, é suficiente citar, a título de exemplo, quatro faixas contemporâneas de representações da cultura material do povo.

Veremos que numa primeira faixa estarão os objetos confeccionados e absorvidos por um mesmo segmento da população. Estão neste caso os ex-votos ou *milagres* do sertão nordestino, esculpidos até hoje em madeira. Como as *carrancas* de proa das embarcações sanfran-

ciscanas de meados do século passado e início deste, os ex-votos têm finalidade exclusivamente ritual.

Neste nível em que o artesanato é absorvido pelo próprio grupo que o produz, vamos encontrar ainda grandes séries de objetos onde a função da utilidade é indissociável da noção de beleza, a arte inseparável da vida. Estes testemunhos materiais encontram-se integrados ao espaço doméstico, ao espaço do trabalho rural, à ecologia local. As atividades que compreendem técnicas de produção como a agricultura, a criação de animais ou a pesca, e os artesanatos delas decorrentes, evidenciam vínculo estreito com a organização social e a economia local ou regional. Tal é o caso da louça utilitária de Porto Real do Colégio, em Alagoas; dos covos para peixe do litoral do Estado do Rio; das selas de couro e cangas para animais do Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, enfim, de um sem número de artesanatos tradicionais que, permitindo a invenção pessoal, guardam, por isso mesmo, uma diferenciada uniformidade.

Numa segunda faixa estão, por exemplo, artífices pertencentes a comunidades ligadas, ou recentemente ligadas, a sistemas pré-industriais, com tradição do artesanato que exercem. Têm esses artífices, como denominador comum, no processo de comercialização das suas peças, a modificação do comprador. Este aparece agora ligado à indústria do turismo, já não é mais o usuário vicinal, regional. A alteração do pólo comprador ocasionou na produção destes artífices diversas modificações. No caso dos bonequeiros, figureiros e oleiras que trabalham com o barro, como no Alto do Moura, Caruaru (PE), ou no Vale do Paraíba (SP), estas transformações se traduzem, num primeiro momento, por maior individualização formal, em contraposição à maior uniformidade de peças produzidas pela geração anterior.



Marcel Gautherot/s.d.

Cerâmicas de Caruaru, Pernambuco: na tradição de Vitalino.

Numa terceira faixa estaria a produção ainda mais individualizada de Nho Caboclo e Vitalino (Pernambuco), de um Antônio Poteiro (Goiás), de um G.T.O. (Geraldo Telles de Oliveira – Minas Gerais), comercializada em galerias de arte do Rio de Janeiro e São Paulo, e destinada a clientela de alto poder aquisitivo. Tendo migrado para grandes centros urbanos, e retornando ou não à própria terra, o fato é que estes indivíduos sofreram o impacto da civilização industrial de maneira muito vincada.

Liminares entre a cultura onde se formaram e a que consome a sua arte – em geral adquirida pelas pessoas da norma culta, com razoável poder aquisitivo das macrometrópoles – eles patenteiam participar de um processo de mudança enfatizado pelas migrações internas que todos realizaram, objetivado na sua individualíssima criação. No entanto, a leitura das suas produções, exatamente por se encontrarem *entre*, é acessível tanto à norma popular quanto à erudita. Longe de constituírem fenômenos isolados, exprimem a condição de vastíssimo contingente da população brasileira, envolvida no referido processo de mudança. A sua produção é expoente da situação desses grupos sociais, exatamente como a obra dos artistas "cultos" que souberam manter a sua integridade reflete a consciência e o inconsciente do seu meio. Participam, portanto, num mesmo pé de igualdade, de um mesmo momento histórico, a que apresentam uma con-

tribuição de idêntica relevância, muitas vezes de superior qualidade expressiva à da norma culta.

Ocorrem casos no Brasil em que identificamos uma quarta faixa. Trata-se do aceleramento provocado da produção artesanal por intervenções externas à comunidade, visando à melhoria de vida do artesão através da intensificação da produção – onde o valor predominante é o da *quantidade* – com o objetivo de abertura maior nos mercados internos e externos. Tais procedimentos, que não levam em consideração os contextos específicos dos artesãos, tendem a homogeneizar a sua produção através de interferências abruptas na tecnologia, no ritmo de trabalho, quando não diretamente efetuadas através da imposição de cópia de modelos alheios à cultura local, ou da alteração dos tipos de produtos.

Nesta tentativa esquemática de procurar evidenciar a complexa tarefa de dar conta das diversidades culturais do país, o que desejamos naturalmente enfatizar é que os universos culturais devem ser entendidos como *sistemas*, um todo coerente, possuidores de *códigos* carregados de *significados* próprios.

Marcel Gautherot/1951

Passaremos a abordar agora a questão da produção através de casos que constam de registros efetuados de maneira sistemática no decorrer das pesquisas de campo realizadas pelo Núcleo de Cultura Material deste Instituto. Deve-se ressaltar que a amostragem destes casos não tem a pretensão de esgotar o assunto.

A produção do artesanato é um processo que implica o cumprimento de etapas que compreendem obtenção e tratamentos específicos das matérias-primas, exercício de tecnologias apropriadas, utilização, e formas de escoamento, dentro de uma organização própria de trabalho, observada a motivação do fazer: fazer para usar, fazer para vender na feira local, fazer para atender a encomendas de fora, fazer para satisfazer uma necessidade de realização, de prazer, de lazer.

Uma das características do artesanato é o emprego predominante de matéria-prima de fácil alcance, conseguida por extração gratuita ou mediante pagamento.

Cabe ressaltar que, no tocante às matérias-primas naturais: barro, fibras, madeira, por exemplo, ocorre a sua obtenção por meio de extração pura e simples, gratuita ou por aquisição. A mera extração desses materiais, sem uma preocupação de reposição, levará à depredação do meio ambiente, podendo mesmo ocorrer a escassez da matéria-prima. Tal fato acontece, por exemplo, no tocante aos barreiros, à utilização de certas qualidades de madeira e de fibra que levará, conseqüentemente, à erosão do solo e ao desmatamento.

Algumas vezes, o impedimento do acesso à matéria-prima decorre do fato de os locais de extração serem isolados pelos seus proprietários, que passam a cobrar, ou mesmo a não consentir em sua exploração.

Nestes casos a aquisição da matéria-prima é fator que implica diretamente um investimento de capital por parte do artesão, influenciando a produção e a comercialização.

A matéria-prima extraída é tratada de maneira própria de acordo com a técnica empregada e com o tipo de produto a ser feito. O barro, por exemplo, depois de retirado do barreiro e transportado para o local de trabalho do artesão, deve ser amassado, pisado, limpo, peneirado, preparado para que adquira a liga desejada, antes de ser manipulado, usando téc-

nicas de maior ou menor sofisticação – uso do rolo ou torno. O algodão precisa ser descaroçado, batido com as flechas e no arco, cardado, fiado no fuso ou na roda, transformado em meadas, tingido para então estar pronto o fio para ser usado nos teares.

As matérias-primas industrializadas, semi ou inteiramente prontas para uso, encontradas com facilidade na própria localidade, sobretudo no que se refere ao fio de lã de algodão – para a tecelagem; bordados e rendas – e às madeiras ou ao couro, têm tido emprego freqüente pelos artesãos. Tal fato ocorre já em função de uma produção maior, mesmo que de caráter doméstico, que visa não só ao autoconsumo, mas à venda de um excedente para a comunidade ou atendimento a encomendas.

Também a matéria-prima sob a forma de reciclagem, lixo industrial predominantemente, tem grande ocorrência em periferias de centros urbanos, caracterizando uma categoria de material de custo baixo ou nenhum, revelando ainda novas possibilidades de transformação em objetos úteis, funcionais, para autoconsumo, para a comunidade, ou mesmo para consumo externo. Retalhos de fábrica de tecidos, ou mesmo de roupas em desuso, transformam-se em tapetes, cobertas, substituindo o fio de algodão ou de lã como matéria-prima. Latas de óleo ou de outros produtos industrializados, principalmente comestíveis, são comumente transformados em canecas, brinquedos, candeeiros e outros produtos e têm uso para o próprio artesão, sua família, a comunidade e mesmo para o consumidor externo.

Como ocorrência marcante, os brinquedos de lata têm uso pelas crianças, sendo comumente encontrados nas feiras populares sob a forma de miniaturas de mobílias, utensílios de cozinha, carros, caminhões, roda-gigante, entre outros.

Modelos culturais vêem-se incorporados naturalmente e, no caso das técnicas para a produção artesanal, estas são aprendidas de modo não-formal, quase sempre pela observação e experimentação. Tal aprendizado ocorre naturalmente, no âmbito da família, quando a criança começa a dividir, de maneira informal e rotineira, com os adultos, etapas do trabalho, em verdadeira iniciação ao conhecimento da técnica. Pode ocorrer também o aprendizado orientado por um artesão reconhecido na comunidade que transmite seus conhecimentos técnicos para o aprendiz.

Em função das técnicas e dos tipos de produtos, o trabalho artesanal assume características próprias de organização. Esta organização poderá apresentar-se de maneira não-formal ou formal, como se observa hoje no quadro amplo do artesanato no Brasil, norteado por faixas etárias, divisão sexual do trabalho, formação de líderes naturais das comunidades, por sistemas empresariais, por formas associativas e outras.

A produção artesanal, que pode assumir o sentido de atividade econômica

Arquivo SPHAN/1945

A rendeira e seu tear: Sorocaba (SP), década de 40.

principal, é sempre condicionada às possibilidades do material, do conhecimento técnico e da própria organização do trabalho. O mesmo aplica-se ao fazer artesanal como atividade secundária do agricultor ou do pescador, por exemplo.

Na zona rural, o artesanato é um dos poucos recursos alternativos ao desemprego, constituindo o único trabalho nos períodos de entressafra.

Em outros momentos, pode ocorrer a simultaneidade do trabalho artesanal com o agrícola ou doméstico, envolvendo várias pessoas na produção do objeto.

Esta forma familiar de produção, onde o artesão possui a sua ferramenta e trabalha domiciliarmente, pode ser ilustrada pela tecedeira que, ao fazer cobertas, por exemplo, para seu uso – ou como enxoval para membros de sua família –, dedica a este trabalho quase sempre o tempo que lhe resta das atividades da casa e algumas vezes da roça, podendo contar inclusive com a participação de outras pessoas, filhos, marido, vizinhos, não necessariamente fiandeiras e tecelões, mas que podem cumprir tarefas mais simplificadas como o descaroçar do algodão, abrir a lã, encher canelinhas.

Outro caso significativo é aquele em que a partir da estrutura da organização familiar há a ampliação da força de trabalho com o objetivo de aumentar a produção.

As oficinas domésticas de redes, onde a organização familiar atua para o controle da produção, funcionam também na manutenção da qualidade do produto. O que é tecido constitui-se num bem desejado por esta organização familiar. Assim, verdadeiras estruturas de hierarquia social das oficinas de rede se repetem enquanto modelo de organização em muitos pontos do Nordeste, o que foi amplamente constatado nos estados da Paraíba e do Ceará. A família nuclear composta de pai, mãe e filhos, todos artesãos, ou conhecedores profundos de cada etapa do trabalho, atuam na supervisão técnica dos muitos serviços que compõem uma oficina doméstica de rede. O prédio destinado à oficina é quase sempre uma construção geminada à casa dos donos ou muito próxima, ou na mesma rua. Um exemplo peculiar desse caso é o da oficina que surge como uma ampliação natural da casa que abrigava um tear e o aumento da produção que implicou outros teares, outras construções, mais pessoas trabalhando, resultando na estrutura da oficina; ou então houve a intencionalidade em organizar uma atividade dessa monta, reunindo teares, tecelões, encomendando às artesãs especializadas os acabamentos.

O trabalho associativista busca a união de esforços para beneficiar aqueles que, numa mesma comunidade ou numa região, realizam trabalhos afins, buscando soluções comuns para problemas comuns, como, principalmente, obtenção de matéria-prima e formas de escoamento da produção.

Como um exemplo, citaremos o trabalho desenvolvido pelo Clube Artesanal do Município de Mostardas, Rio Grande do Sul. Trata-se de interessante caso de organização associativista, onde as artesãs, articuladas em divisão de tarefas, desempenham todas as etapas do processo do fiar e do tecer a lã. Aí, os momentos

do trabalho têm ordenação quando as artesãs, conhecedoras do rigor e da tradição de como tratar a lã e usar o tear, mantêm cuidados próprios no lavar, tingir, fiar e tecer os produtos para garantir a qualidade exigida pelo centenário costume de tecer e usar os produtos de Mostardas. Quem assumiu o controle desse organizado sistema de trabalho foi o próprio município de Mostardas, oferecendo a casa, sua manutenção e um funcionário responsável pela contabilidade. Cabe assinalar que o que fazer e como fazer, implicando a aquisição de matéria-prima e linha de produtos, é pertinente às artesãs que, em suas tarefas, realizam o que é encomendado ou que é conveniente para o consumo local ou fora da comunidade. As artesãs diariamente trabalham em sistema de horário integral, havendo folga para o almoço, em jornada de oito horas, aproximadamente. Dessa maneira, um grupo pequeno, dez artesãs em média, se ocupa de todo o processo das técnicas de tratar a lã, fiar e tecer, nos dois teares horizontais à sua disposição. A produção é consumida na comunidade ou é vinculada a encomendas ou pessoas que compram e vendem em outras localidades. Os lucros das vendas dos produtos são divididos igualmente por todas as artesãs, havendo uma verdadeira ação comunal, sem distinção para quem fia ou tece, recebendo cada uma a mesma parcela resultante das vendas, sem qualquer participação no lucro por parte da Prefeitura.

Outra ocorrência é a organização do trabalho voltado predominantemente para um consumo extracomunidade e que busca atender às necessidades do mercado, determinando, assim, escolhas de tipos de produtos ou adequações destes em alguns casos. É o caso de oleiros de Maragogipinho, Recôncavo da Bahia, que têm olarias com matéria-prima e produtos estocados, com grupos de artesãos que desempenham tarefas determinadas, no espaço da olaria ou não, como a etapa da pintura da peça que poderá acontecer na casa da artesã. Para o escoamento desta linha de produtos, o transporte e o local da venda, no caso o Mercado São Joaquim em Salvador, são indispensáveis para a continuidade do próprio tipo de atividade artesanal.

Como vemos, aspecto de grande importância no processo de produção é o referente à comercialização nas suas várias formas. Nos casos de uma produção doméstica, as encomendas feitas diretamente ao artesão por pessoas da comunidade ou de fora e as vendas em feiras e mercados locais possibilitam o seu escoamento.

Arquivo SPHAN, Rio/1939

O comércio do artesanato na tradição nordestina: a cerâmica nas ruas de Fortaleza, na década de 30.

Descreveremos uma outra situação onde produção e comercialização estão estreitamente vinculadas:

No Estado do Mato Grosso, nos pólos de tecelagem onde as ações da Casa do Artesão se estabelecem, o regime de encomendas reativou os trabalhos no tear, visto que a técnica de tecer encontrava-se em franco desaparecimento. As localidades de Limpo Grande e Várzea Grande são exemplos de importantes pólos produtores de redes de dormir e tapetes. Atraídas pelo bom preço de venda as artesãs passaram a produzir, garantindo assim o seu sustento e a ampliação da renda familiar. O que é produzido é coletado pela Casa do Artesão da Fundação Pró-Sol, do governo do Estado do Mato Grosso. As peças são comercializadas em loja da própria fundação, que é especializada em produtos artesanais do Estado. O processo da encomenda é realizado pelos técnicos da Casa do Artesão, que fornecem o fio industrializado e tingido às tecedeiras, gerando vínculo com a instituição. A coleta do produto neste caso poderá ser por compra ou por consignação, com o preço estabelecido pela Casa do Artesão, não só no tocante ao pagamento à artesã como ao preço para o consumidor externo.

A tradição imprime às feiras e aos mercados populares funções de canais de comércio e distribuição de alimentos e produtos artesanais. Isto determina a grande ocorrência de lavradores, artesãos, outros produtores e comerciantes que vão a estes locais de consumo para

oferecer o resultado do seu trabalho e adquirir o que lhes é necessário.

A feira de Caldas do Cipó, por exemplo, que acontece nessa cidade da Bahia, congrega tudo que uma feira interiorana pode oferecer: comida, música, carnes, fumo de rolo, muitos animais de montaria descansando à sombra e muito artesanato. Aí se reúnem as redeiras, cada uma com a sua produção semanal, quinzenal, ou mesmo mensal, e se colocam em grupos expondo seus produtos nas calçadas ou estendidos mesmo nas ruas.

Em Cipó, não apenas comparecem os artesãos da cidade, como também o pessoal proveniente de Itapicuru, Olhos D'Água, Trenhenhé, Tucano e outras localidades. A produção rendeira ocorre em pequenas propriedades ou nas fazendas de gado, onde ficam as tecedeiras trabalhando, produzindo para vender em Cipó, em sua tradicional feira.

Outra forma de comercialização à qual, muitas vezes, os artesãos vêem-se submetidos é a que é feita pelo intermediário. Intermediário que pode ser pessoa da própria comunidade ou de fora. Trata-se de pessoa que adquire a peça junto ao artesão para revendê-la inclusive em feiras e mercados dentro das próprias comunidades ou em outras localidades, quase sempre centros urbanos. A intermediação não atua apenas no comércio do objeto, mas também em muitos casos influi no tipo do produto e no processo do trabalho, ocorrendo inclusive aceleração de tarefas para o cumprimento, por parte do artesão, do compromisso assumido com o intermediário. Este, muitas vezes, pode exercer o monopólio de venda dos produtos.

Feiras de artesanato, de âmbito nacional, regional e municipal, pontos de venda e outros mecanismos de difusão e de comércio, promovidos por instituições governamentais ou entidades privadas, têm como objetivo a produção de manifestações artesanais em geral. Muitas vezes as encomendas dos organizadores dessas promoções interferem no processo do trabalho artesanal e até mesmo influem na escolha de tipos de produtos mais facilmente comercializáveis. Para o atendimento dessa demanda, os artesãos podem até simplificar seus trabalhos. Esse tipo de apoio deve ser cuidadosamente avaliado neste Encontro.

Outro exemplo de instituição que trata da comercialização do artesanato é a Codevale, Comissão Estadual de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, que em seu programa de desenvolvimento da região faz um trabalho de apoio ao artesanato local, garantindo o escoamento da produção, por pagamento direto. O que é coletado é comercializado em Belo Horizonte e em São Paulo, em loja própria da Codevale. Esta ação não implica encomendas ou monopólio de compra, podendo o artesão vender seu produto a quem quiser. Importa observar que o preço da venda da peça é determinado pelo artesão e o pagamento é integral no ato da transação da compra. A garantia da aquisição do que é feito gera novos produtos, menores e mais simplificados, possibilitando uma maior quantidade e maior rentabilidade, levando-se em conta o volume de matéria-prima e do tempo dedicado ao trabalho. Assim, almofadas, caminhos de mesa, bolsas, tapetinhos, panôs, aparecem na linha de produção ao lado da tradicional coberta. Esta ação da Codevale tem possibilitado aos artesãos elevar a qualidade do seu nível de vida, o que se reflete no enriquecimento da dieta alimentar, através da compra de vacas para fornecimento de leite, bem como na melhoria das condições de moradia. Uma ação deste tipo favoreceu também a associação espontânea dos diversos grupos de artífices.

O antropólogo Nelson Graburn, em prefácio a *Ethnic and Tourist Arts*, chama a atenção para a industrialização estandardizada da Euro-América, fazendo que a demanda de singularidade se torne cada vez maior.

Há prestígio na associação aos artefatos populares, pela sua remissão ao turismo internacional, a culturas submetidas ou até mesmo ao saber acadêmico, numa permanente busca de *status*. Percebe-se a ocorrência deste mesmo fenômeno no Brasil, onde camadas médias e elites urbanas passam a valorizar objetos artesanais pelo seu aspecto "rústico", como ornamento. Este modelo "urbano" da concepção de objeto artesanal implica a perda de sua função utilitária, sem que ocorram mudanças na forma ou na técnica tradicional. Quando uma peneira para lavar arroz, por exemplo, é vendida para destinar-se a suporte de arranjo de flores, muda sua função, mas não sua forma. Em outras instâncias, sem que ocorram mudanças no material e na técnica tradicional, muda a forma do cesto para atender às novas finalidades criadas pela demanda do consumidor, segundo a antropóloga Ana M. Heye. E ainda, quanto à classificação de manifestações artesanais:

"Para evitar classificações de cunho "estetizante" onde os perigos da subjetividade e do elitismo estão mais presentes, e também por julgarmos essencial considerar estas manifestações da cultura material dentro do seu contexto social e econômico, preferimos classificá-las nas categorias *comercializada* e *não-comercializada*. Por não-comercializados entendemos objetos que não entram no circuito de mercado, fazendo parte, por exemplo, da economia interna de uma fazenda onde são feitos e usados: certos objetos feitos com fim devocional, e itens feitos para dar de presente ou pagar favores" (Projeto "Etnografia e Emprego Social da Tecnologia", Museu Nacional, UFRJ).

Por ocasião do seminário "Trabalho e Ação Social", realizado no Maranhão este ano, sob os auspícios do Governador Luiz Rocha, e com a participação de assessora do INF, foi elaborado documento alertando para as seguintes ocorrências em relação ao artesanato:

Estão em curso diferentes planos para a comercialização do artesanato que são traçados sem uma consulta prévia às comunidades.

Planos de aumento da produção e exportação são realizados à revelia das comunidades envolvidas.

Macroprojetos de comercialização que privilegiam o mercado externo gerado através de propaganda não levam em consideração as questões municipais específicas.

São realizadas feiras a nível nacional onde raramente o artesão está envolvido.

Os empréstimos bancários geralmente são oferecidos ao artesão que produza mais, e cujo produto seja mais vendável no mercado, sem consulta aos demais artesãos.

Em primeiro lugar, partindo da assunção do fato de que não é pertinente fazer distinção entre o "artesanato utilitário", onde haveria pouca ou quase nenhuma fruição estética, e o "artesanato considerado como arte", onde uma intenção criadora prevaleceria sobre a elaboração da forma, aí entendida como um domínio da técnica, queremos colocar que em ambos os casos, ainda que de maneiras diferentes, há competência técnica e gosto no ato de criar. A tendência a desvalorizar

os ofícios mecânicos na sociedade ocidental é antiga, prendendo-se, possivelmente, ao preconceito para com o trabalho servil. Foi a partir da Renascença que este tipo de categoria – arte – passou a ganhar corpo. E não foi por acaso que surgiu na Renascença o conceito do artista como indivíduo superior, entregue a especulações elevadas, singularizado entre os seres humanos como protótipo do original e do raro. Com este conceito de artista, implantou-se idêntica definição de arte como elaboração do pensamento criador das elites cultivadas.

No entanto, vemos que outras culturas, populares ou tribais, não utilizam este conceito de arte, e que não dissociam o seu viver do seu fazer. É descabido classificarmos um artesanato como "utilitário" ou "artístico", pois, como bem observa Octavio Paz,

> "Jarro de vidro, cesto de vime, "huipil" de algodão, gamela de madeira, objetos soberbos, não por causa de sua utilidade mas graças a ela. A beleza vem por acréscimo: como nas flores, o perfume e a cor. Sua beleza é inseparável de sua função: estes objetos são belos porque são úteis. Os artesanatos participam de um mundo anterior à separação entre o belo e o útil".

Há um ponto sobre o qual todos os especialistas se encontram de acordo: o sentimento da forma, com a conseqüente apreciação estética que engendra, está inextricavelmente imbricado ao grau de destreza técnica.

A vontade de beleza – *Kunstwollen* – ao exercitar-se contra a resistência dos materiais, faria surgir e concretizarem-se as formas, na concepção de Alois Riegl.

Franz Boas, sem contrariar as asserções de Riegl, modifica-as no sentido de atribuir ao artista das sociedades "primitivas" uma condição que também é válida para o artista "civilizado". Não basta uma intenção de beleza, afirma ele, para a consecução de uma obra de arte. É essencial um domínio crescente da técnica, que pressupõe um controle gradual do elenco de gestos que desencadeará o surgimento das formas.

O que chamamos de arte advirá, portanto, segundo Boas, das pesquisas técnicas e da expressão das emoções e do pensamento. A existência de um "estilo" estaria assim condicionada à estabilidade da forma daqueles artefatos de uso socialmente reconhecido por um grupo.

A estabilidade das formas dependerá, por sua vez, da manutenção de uma boa técnica, ou, em alguns casos, da familiarização com o tratamento de determinados materiais.

No entanto, embora uma arte pressuponha o perfeito exercício de uma técnica, nem toda técnica bem exercida será necessariamente uma arte, já que o objeto estético, conforme aponta Mauss, é reconhecível pela presença de uma noção mais complicada do que aquela exclusiva de utilidade.

É preciso não esquecer, contudo, que ao analisar seus aspectos estéticos, estaremos avaliando apenas um dos seus componentes, que coexiste com o técnico, o ritual, o econômico.

Dessa forma, muitas vezes o que alguns chamam de "aspectos decorativos" participam no mesmo nível de importância da "utilidade" de uma peça, além de constituírem uma de suas marcas culturais. Entre os Mehináku, por exemplo, a decoração de uma louça de barro constitui para o índio elemento essencial à integridade do objeto, sem o qual ele não estaria completo para o uso.

Dificilmente um oleiro do Rio Vermelho, na Bahia, por exemplo, também considerará completos um pote ou panela sem os seus belíssimos desenhos em tauá.

Da mesma maneira, os desenhos mais belos pintados nas panelas Waurá estão exatamente na base das mesmas, que fica sobre o chão, e, portanto, nunca visível. Disto se depreende que estes desenhos não são "ornamentais", no sentido que atribuímos a esta palavra.

Tanto para as artes populares quanto para as tribais, é o conceito de *fato social total*, enunciado por Marcel Mauss, que permite abranger a vida e a visão de mundo em toda a sua plenitude, nos seus aspectos sociais, econômicos, políticos, jurídicos e religiosos.

Fazemos ainda estas considerações para deixar bem claro que em nenhum momento tem o INF a intenção de supervalorizar o "cultural" em detrimento do "econômico" ou de qualquer outro fator integrante da vida social. Assim, não nos qualificamos como portadores de uma visão "culturalista" ou "folclorizante", que ignoraria o valor dos fatores sócio-econômicos na avaliação de qualquer manifestação da cultura do povo.

Por outro lado, não podemos aceitar uma visão que absolutize os fatores econômicos, minimizando e desconhecendo o conteúdo cultural destas manifestações.

Fica patente ainda que, ao falarmos em proteção do produto cultural brasileiro, não preconizamos uma atitude "preservacionista", que pressupõe imobilismo na conservação inalterável de padrões de comportamento e de tecnologias. Muito pelo contrário, sabemos que o país atravessa um período de vincada mudança social, e que é necessário serem entendidas e apoiadas todas as expectativas de elevação do nível de vida que partam espontaneamente das comunidades. Sabemos ainda que devemos entender tais comunidades, especialmente as rurais, através da ótica simultânea que abranja as sociedades complexas tradicionais e as modernas industriais.

Como contribuição ao Encontro, o INF colocou para discussão os seguintes pontos:

- identificar o *status*, papel e função dos artesanatos em seu ambiente social e cultural;
- identificar qual seja a relação do artesão com o seu produto, e sua maneira de ver o seu próprio mercado;
- definir a relação do produto artesanal com as formas artísticas dominantes na sociedade de massas (tematização, técnicas, materiais) e as virtualidades do processo artesanal enquanto tal;
- estabelecer tipologias, através de levantamentos sistemáticos das técnicas regionais;
- localizar as formas de perpetuação do saber artesanal, da reprodutibilidade da tecnologia (análise do grau de participação da família nuclear na atividade artesanal, verificação da existência de associativismo, etc.);
- estimular as formas de descentralização da produção artesanal que fixam os indivíduos em seu meio;
- definir a inserção do artesão no espaço geográfico da comunidade e/ou da região, e a interação existente entre processos sociais e meio ambiente; discutir a questão da obtenção da matéria-prima, um dos pontos de estrangulamento do processo de produção;
- identificar a significação e a importância do seu espaço de trabalho (a cidade, a rua, a oficina);
- investigar a organização sócio-econômica do trabalho (as unidades de produção e distribuição), as formas coo-

perativistas, a existência de competição, o grau de especialização; e principalmente discutir a questão da comercialização, o outro grande ponto capital para o artesanato se libertar do gerenciamento alheio;
- estabelecer vinculação entre as modalidades de exercer o artesanato próprias do povo e o processo educativo geral, formal e não-formal.

Entre os possíveis benefícios que um trabalho do MEC na área cultural poderia trazer para o artesão, encontram-se:
- a fixação do indivíduo na terra, com a possibilidade de continuação de suas outras atividades;
- a possibilidade de utilização simultânea de sua moradia como oficina, impedindo o esfacelamento da família nuclear;
- a manutenção de identidade cultural dos valores próprios de cada indivíduo e grupo, como fundamento da própria existência do artesanato;
- a valorização do trabalho cultural do artesão suscitando uma elevação dos preços de seus produtos, sem a necessidade de aceleração do ritmo de trabalho e aumento artificial da produção;
- a melhoria econômica com elevação da qualidade de vida, com a diversificação da dieta alimentar, acesso à escola, melhores condições habitacionais e, portanto, de higiene;
- a garantia dos direitos autorais quando da reprodução do seu trabalho, pelo menos, num primeiro momento, através do recebimento de exemplares.

Interessa-nos, portanto, a manutenção das identidades culturais microrregionais, por entendermos que são elas a garantia mesma da boa comercialização dos artesanatos, face a clientelas de maior poder aquisitivo.

A nossa experiência indica que os mercados europeus, norte-americanos, japoneses e outros, pela própria sofisticação que patenteiam estas sociedades, têm uma expectativa de qualidade e genuinidade face aos produtos culturais de outros países.

Assim, se os artesanatos regionais não se mantiverem dentro do ritmo natural e espontâneo do seu florescer, – o que não quer dizer que não possam alterar a sua tecnologia, caso o desejem – esses mesmos mercados deles se desinteressarão a curto prazo. E depois disso os artesões se encontrarão em situação ainda mais comprimida: terão abandonado, ou transformado depressa demais o seu fazer tradicional, sem lograrem dominar quaisquer outras tecnologias culturais que lhes possibilitem a sobrevivência.

Desta forma, quer o artesanato se dê sob a forma familiar de produção, sob a forma de pequena oficina com ajudantes, sob a forma de oficina individual ou mesmo sob a forma de pequena manufatura, é essencial, para a ótica da Secretaria da Cultura, que qualquer apoio que lhe seja dispensado alie às preocupações de caráter econômico a intenção permanente de assegurar-lhe um espaço onde possam reproduzir e transformar o seu saber aqueles indivíduos que oferecem uma das mais importantes contribuições culturais à comunidade brasileira. Contribuição cultural que é a garantia mesma não só da sobrevivência econômica, como da elevação da sua qualidade de vida, mediante adequado apoio institucional.

Cláudia Márcia Ferreira/v.d.

Trabalhando o barro no torno: a necessidade de preservar o fazer tradicional, em ritmo natural e espontâneo.

Marc Ferrez/1910

A avenida Central, atual Rio Branco, no começo do século: o sonho realizado da artéria monumental.

RIO: UMA CAPITAL NOS TRÓPICOS E SEU MODELO EUROPEU

*GIOVANNA ROSSO DEL BRENNA**

O projeto de transformar o Rio de Janeiro numa cidade capital de tipo europeu começa – antecipando-se várias décadas a outras capitais latino-americanas[1] – no momento em que a corte portuguesa de D. João VI se estabelece, sob proteção inglesa, na sua colônia brasileira para escapar à invasão napoleônica de 1808.

Aos olhos dos recém-chegados – 15 mil pessoas que terão que se inserir à força numa cidade de 50 mil habitantes –, o Rio se apresenta com as características que conhecemos através da cartografia do século XVIII e das inúmeras descrições dos viajantes europeus, que oscilam entre o deslumbramento dos que se deixam seduzir pela extraordinária beleza do ambiente natural e a atitude crítica dos que ficam impressionados com a precariedade dos serviços e da situação higiênica: um quadrilátero irregular limitado pelos quatro morros, o do Castelo, sede do antigo núcleo urbano do século XVI, o de Santo Antônio, o de São Bento e o da Conceição, com suas igrejas e conventos; uma reduzida malha de ruas organizadas espontaneamente de acordo com os dois eixos naturais do crescimento da cidade, um paralelo à praia (a Rua Direita) e o outro perpendicular ao primeiro, de penetração no interior, terminando ao norte numa área de contornos incertos, circundada por pântanos, o Campo de Santana.[2]

No interior do tecido urbano as construções são, na maioria dos casos, limitadas na frente da rua por lotes invariavelmente estreitos e não muito profundos. Das duas praças, o Rocio e o largo do Paço, só este último apresenta uma verdadeira qualificação formal, graças à organização unitária dada ao espaço pelo Vice-Rei Luís de Vasconcelos (1779-1789), com a construção de um cais monumental e de um chafariz, sob alguns aspectos parecida com a do Terreiro do Paço de Lisboa.[3]

De fato, só poucas décadas antes o Rio de Janeiro assumira características e funções urbanas reais, após ter-se torna-

(*) Giovanna Rosso Del Brenna lecionou História da Arquitetura no Politécnico de Milão. Atualmente, é professora agregada na PUC/RJ e coordenadora de arquitetura e urbanismo no Solar Grandjean de Montigny. O texto acima reproduz comunicação apresentada em maio de 1983 no Congresso "Forma e funzione della cittá capitale", realizado em Capri.

do em 1763 capital da Colônia e sede do Vice-Reinado em conseqüência de razões militares e do grande aumento da importância do seu porto, local de embarque do ouro procedente de Minas Gerais, que era o centro de confluência comercial e de abastecimento de toda a área de mineração.

A chegada da Corte portuguesa em 1808 e o delineamento de um projeto de construção de um império brasileiro constituem o ponto de partida de um novo, e em muitos aspectos contraditório, processo de transformação. Se por um lado medidas corriqueiras, como as providências da Intendência Geral de Polícia para aterrar pântanos e combater a irregularidade de traçado das ruas e a colocação arbitrária das construções, dão prosseguimento à atividade iniciada por governadores e vice-reis na segunda metade do século XVIII, outras iniciativas, diretamente orientadas para a construção de uma nova *capital*, preparam a longo prazo a negação e a substituição da cidade existente.[4]

A principal delas é, sem dúvida, a vinda ao Rio de Janeiro, em março de 1816 – três meses após a cidade ter sido elevada à categoria de capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves –, daquela que será em seguida chamada de Missão Artística Francesa: um grupo de artistas, técnicos e artesãos, na maioria bonapartistas malvistos pelo novo regime, contratados em Paris pelo diplomata português Cavaleiro de Brito e chefiados por Jacques Lebreton, ex-secretário perpétuo do Institut de France, destinados todos a formar a estrutura acadêmica de uma escola de ciências, artes e ofícios. São componentes da Missão o arquiteto Grandjean de Montigny (com esposa, quatro filhos, dois assistentes e um criado), o pintor Nicolas Antoine Taunay (com esposa e cinco filhos), o escultor Auguste Taunay (com um aprendiz), o pintor de história Jean-Baptiste Debret, o gravador Simon Pradier (com a esposa, um filho e uma criada), o projetista e construtor de máquinas François Ovide (acompanhado de um serralheiro, um filho deste e um "carpinteiro de carros"), o compositor, organista e pianista Sigismond Neukomm, o "empreiteiro de obras de ferraria" Jean-Baptiste Level, o "oficial serralheiro" Nicolas Enout, Louis Joseph Roy e seu filho Hyppolite, carpinteiros de carros, Fabre e Pilite, "surradores e curtidores de peles".

Marc Ferrez/n.d.

Frontispício da Academia Imperial de Belas-artes, projeto de Grandjean de Montigny: a Missão Artística Francesa ganha um espaço para a defesa de seu programa de "saneamento", "embelezamento" e "circulação".

Arquivo da SPHAN, Rio/n.d.

Grandjean de Montigny no retrato de Modesto Brocos: a pregação da necessidade de abrir avenidas *e* cortar morros.

A heterogeneidade do grupo e suas peripécias sucessivas são o resultado de uma operação contraditória desde o seu começo e que bem revela as incertezas e a dependência cultural da corte portuguesa. A documentação existente nos mostra de fato que o projeto originário era o de importar técnicos especializados para promover o desenvolvimento da indústria e da agricultura, sendo que o grupo trazido por Lebreton, e em certo sentido por ele imposto, constituído sobretudo por artistas de formação acadêmica, só em pequena parte correspondia às intenções iniciais.[5]

Constituída por decreto em 1816, a prevista Escola de Ciências, Artes e Ofícios não chega nunca a funcionar e, em seu lugar, é criada, após múltiplas resistências por parte do ambiente local, uma Academia Imperial de Belas-Artes (na qual os técnicos não encontrarão lugar), inaugurada em 1826.

A partir desse instante, tendo como base a Academia – instalada num edifício de singelas e refinadas linhas neoclássicas, projetado por seu professor de arquitetura, Grandjean de Montigny –, os profissionais franceses tornam-se os protagonistas de uma verdadeira batalha cultural contra o ambiente local. O objetivo é, de um lado, romper o isolamento em que se encontra a instituição, garantindo para ela o controle "artístico" das obras públicas da capital, e, de outro, realizar de fato o conteúdo ideal da "missão artística": a adequação da cidade colonial a suas funções de capital, proporcionando-lhe "monumentos dignos deste nome" que enalteçam a cidade e o império.[6]

Nesse sentido adquire significado simbólico a interminável história da abertura de uma pracinha semicircular e de uma rua perpendicular em frente ao palácio da Academia, a fim de permitir ao público apreciar o "monumento" de Grandjean de Montigny, que de outro modo ficaria sufocado no meio das ruelas estreitas que circundavam o Rocio. Trata-se, de fato, de um projeto "mínimo", mas ao qual os professores da Academia atribuem evidentemente um profundo valor "exemplar". Lutam por sua realização mais de vinte anos, sugerindo e acompanhando todas as fases de execução, desde as expropriações até o alinhamento, do corte das esquinas das casas na encruzilhada à construção das novas fachadas uniformes.[7]

Conhecemos as outras propostas de Grandjean de Montigny referentes à reconstrução do Rio de Janeiro – desde 1822 capital do império independente do Brasil sob Pedro I e, em seguida, após um agitado período de regência entre 1831 e 1840, com Pedro II – através de uma série de projetos datados de entre 1825 e 1848 e elaborados em função da construção de um palácio imperial para Pedro I,[8] de um Monumento da Gratidão Nacional (1827),[9] de um palácio imperial e de um palácio do Senado para Pedro II.[10]

De acordo com os princípios da tradição francesa, como observou Robert Coustet,[11] trata-se de realizar *places royales*, tendo ao centro a estátua do soberano, contornadas por edifícios de fachadas uniformes, e de abrir perspectivas traçando avenidas retas sobre o antigo tecido urbano. Arcos de triunfo, pórticos, estátuas, colunas celebrativas, enfim todos os monumentos urbanos característicos dos projetos da época napoleônica – dos quais o próprio Grandjean participara durante sua atividade anterior em Paris – substituirão os elementos da topografia urbana como final das perspectivas e pontos de referência visual. Nenhum dos projetos será realizado, à exceção talvez do projeto de "retificação e decoração" da Praça Municipal.[12]

Da atividade de Grandjean de Montigny como idealizador de um Rio de Janeiro imperial só ficaram de fato poucos edifícios isolados, mas ficaram também algumas idéias urbanísticas, separadas do seu contexto (a necessidade de *abrir avenidas* retas, *cortar morros*) e destinadas a condicionar profundamente o futuro urbano do Rio de Janeiro, aquilo que chamei de "complexo do monumento".

Moreira de Azevedo, em sua obra de 1877 sobre a cidade do Rio de Janeiro, faz críticas e reservas à arquitetura urbana: "Na Europa atraem os paços reais por seu esplendor e luxo a atenção dos viajantes, e entre nós dá-se nome de palácio a uma casa antiga, sem beleza, sem gosto, sem arte e sem aspecto . . . não basta levantar um edifício com cômodos suficientes para o fim a que é destinado; deve-se elevar um monumento belo, grandioso pelos primores da arte, e digno do chefe da nação e da própria nação; porque tais construções engrandecem o país aos olhos do estrangeiro, e quando vê-se cercado de esplendor o poder supremo de uma nação, respeitam-se mais as instituições de tal país." Neste momento a batalha ideológica, travada durante cinqüenta anos pelos professores da academia ("de um quarto de século para cá", declarava Felix Emile Taunay numa "representação" de 1846 ao governo, "nem um só monumento, que mereça este nome, se tem levantado, apesar do cabedal consumido em construções, nem um símbolo plástico qualquer que sirva para a glória do Brasil"), pode considerar-se ganha.[13]

O constrangimento diante da cidade existente, construída "sem arte" e "sem gosto", e o sonho de uma capital à européia vão fazer parte regularmente, a partir de então, do repertório dos lugares-comuns usados nos ambientes progressistas e burgueses. E a condenação da cidade completa-se com o anátema dos médicos sanitaristas[14] (dirigido tanto contra a cidade, construída "sem método", onde os pobres se amontoam em "perigosa promiscuidade", como contra o ambiente natural: os morros, que impedem a circulação dos "ventos purificadores" provenientes da baía) e dos técnicos, preocupados com a circulação de homens e mercadorias nas ruas estreitas e sinuosas do centro. Terreno ideal para receber o modelo haussmanniano.

"Saneamento", "embelezamento", "circulação" são as três palavras de ordem, estreitamente relacionadas e confundidas, de todos os projetos de melhoramentos urbanos apresentados ao governo de 1870 em diante. O primeiro foi o plano elaborado pela Commissão de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro, de 1875, apresentando como "plano geral para o alargamento e retificação de várias ruas desta Capital e para a abertura de novas praças e ruas, com o fim de melhorar suas condições hygienicas e facilitar a circulação entre seus diversos pontos, dando ao mesmo tempo mais belleza e harmonia às suas construcções". Assinado pelo engenheiro e futuro Prefeito Francisco Pereira Passos, entre outros, o projeto[16] é diretamente influenciado pelas recentes intervenções do Prefeito Haussmann na cidade de Paris, às quais Passos assistiu pessoalmente durante sua estada na capital francesa como adido diplomático entre 1857 e 1860, período que coincidiu com a fase mais violenta das demolições, a da abertura do Boulevard Sebastopol. Acusado

de "megalomaníaco" pela imprensa, o plano não será realizado, provavelmente também em razão das perplexidades pessoais do Imperador Pedro II.[17]

O mapa dos interesses políticos e econômicos favoráveis a, e favorecidos por, um complexo "remodelamento" da capital só se define na primeira década do século XX com o estabilizar-se do regime republicano iniciado em 1889.[18] Com a ascensão à presidência (1902-1906) de Rodrigues Alves, expoente da oligarquia dos produtores e exportadores de café, as palavras "melhoramento", "saneamento", "embelezamento" transferem-se de fato dos relatórios dos técnicos e dos empresários particulares para a plataforma de governo de um presidente. A operação é apresentada como urgente e inevitável, dentro de uma lógica de dependência: para garantir seu desenvolvimento agrícola e industrial, o país deve atrair capitais e mão-de-obra europeus; para atraí-los tornam-se necessários o saneamento e a transformação, à européia, da capital, que representa o país e que deve, aos olhos dos europeus, ser um símbolo de credibilidade.

"Os defeitos da Capital afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional", declara o novo presidente em sua mensagem ao Congresso em 3 de abril de 1903. "A sua restauração no conceito do mundo será o início de uma vida nova, o incitamento para o trabalho nas áreas extensíssimas de um país que tem terras para todas as culturas, climas para todos os povos, explorações remuneradas para todos os capitais."

A campanha sanitária (entregue a um médico de formação européia, Oswaldo Cruz), as obras de construção do novo porto (coordenadas por uma comissão dirigida pelo engenheiro Francisco Bicalho e executadas pela firma inglesa Walker & Cia., graças a um empréstimo dos bancos ingleses) e as demolições para a reestruturação do centro têm início, coincidindo no tempo e no espaço.[19] A abertura, por parte de uma comissão chefiada pelo engenheiro Paulo de Frontin, da Avenida Central,[20] que corta de norte a sul o centro antigo, realizando o velho sonho da grande artéria monumental, reforçado pelo exemplo da Avenida de Mayo em Buenos Aires, é complementada pelo plano de reestruturação realizado pelo Prefeito Pereira Passos, diretamente inspirado, na substância e nos métodos, pelas intervenções haussmannianas.[21]

Augusto Malta/1911

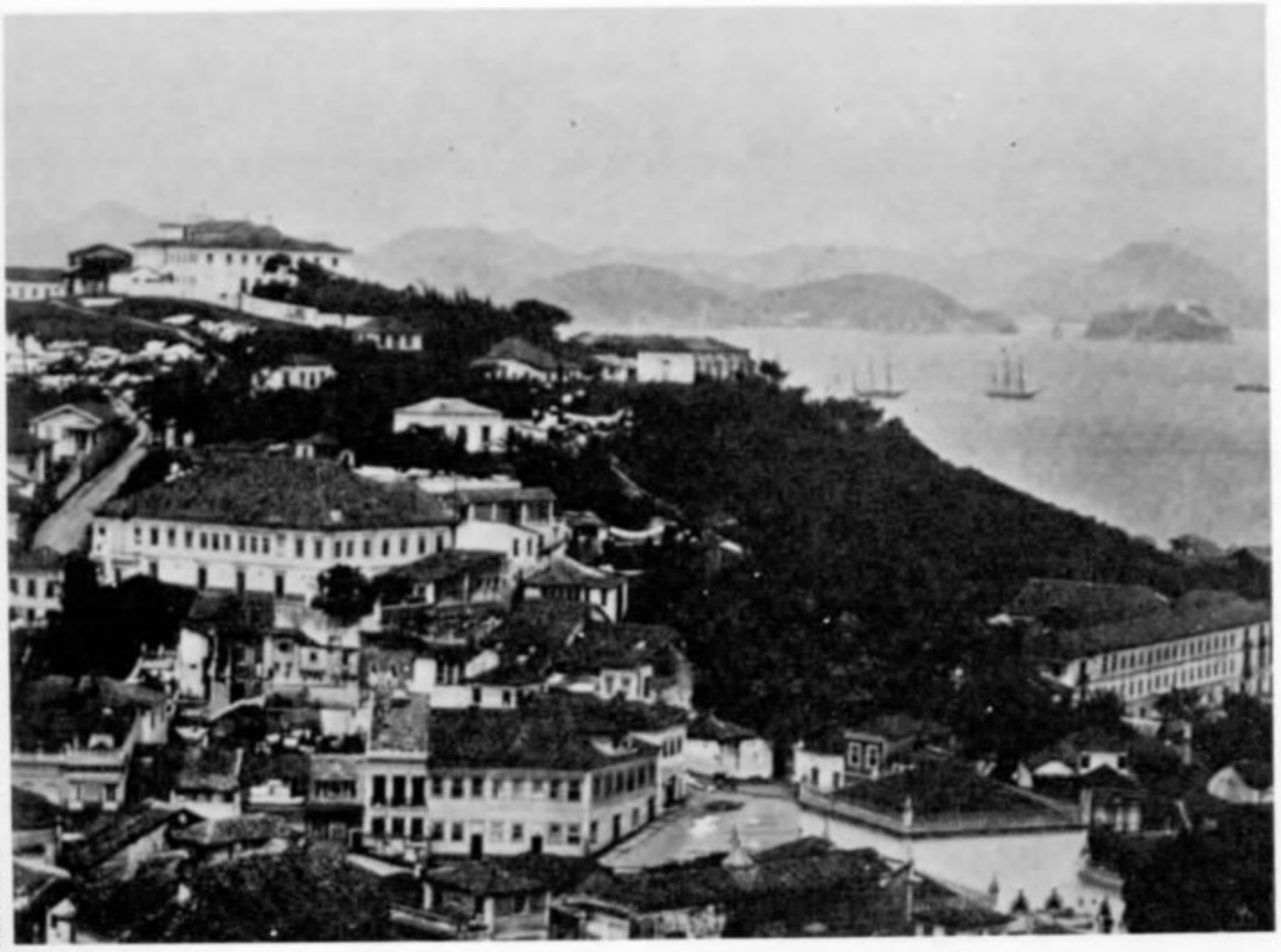
Pereira Passos, à esquerda, com o Barão do Rio Branco: o modelo europeu sai do papel para a prática.

O resultado, de acordo com a retórica triunfal da imprensa oficial,[22] é a "milagrosa" substituição da cidade colonial de ruas estreitas, sujas e malsãs por uma cidade "civilizada" e "saudável", em que os problemas sociais, graves e não solucionados são disfarçados e eludidos através de medidas que, de um lado, procuram afastar os sinais de pobreza e, do outro, promovem hábitos e passatempos "civilizados".

As vozes discordes no interior de uma burguesia urbana submetida desde quase um século ao modelo europeu na literatura e na imprensa são muito raras. A "outra cidade", a dos pequenos comerciantes, dos artesãos, dos operários e da grande massa de deserdados expulsos do centro pelas demolições – e que irão confluir para as áreas degradadas remanescentes do centro e iniciar nos morros a formação das primeiras favelas –, utiliza-se, para se expressar, de outros canais que pesquisas muito recentes sobre a música popular, o lazer e o carnaval estão começando a explorar com resultados surpreendentes. Mas encontra seu melancólico porta-voz em Lima Barreto, notável figura de escritor e jornalista – mulato, rebelde e portanto duramente marginalizado – recentemente redescoberta pela crítica brasileira: "... toda cidade deve ter sua fisionomia própria. Isso de todas se parecerem é gosto dos Estados Unidos; e Deus me livre que tal peste venha a pegar-nos. O Rio, meu caro Machado, é lógico com ele mesmo, como a sua baía o é com ela mesma, por ser um vale submerso. A baía é bela por isso; e o Rio o é também porque está de acordo com o lugar em que se assentou. Reflitamos um pouco... É que o Rio de Janeiro não foi edificado segundo o estabelecido na lei das perpendicularidades e oblíquas. Ela sofreu, como todas as cidades espontâneas, o influxo do local em que se edificou e das vicissitudes sociais por que passou. Se não é regular com a estrita geometria de um agrimensor, é, entretanto, com as colinas que a distinguem e fazem-na ela mesma."[23]

Autor da mais pronta e funcional resposta dada, até nossos dias, aos pedidos da classe no poder, o "terrível" Prefeito Pereira Passos faz seu ingresso, a partir deste momento, na mitologia urbana como um dos seus principais protagonistas, modelo de ges-

A planta dos melhoramentos projetados por Pereira Passos em 1903, e um dos legados de sua administração – o alargamento da Rua da Carioca, em 1906: influência de Paris.



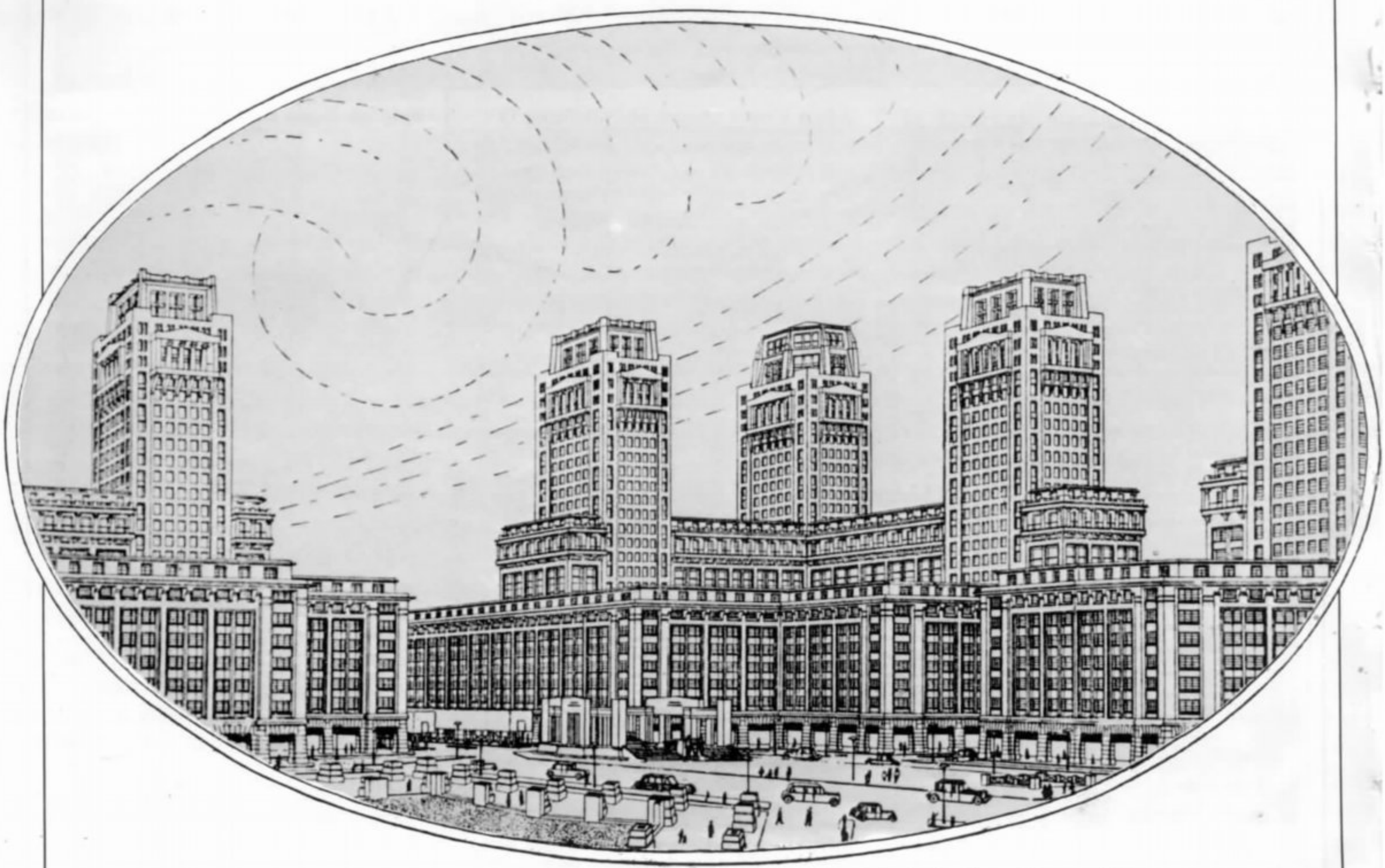
Marc Ferrez/s.d.

O morro do Castelo, na última década do século XIX, visto do morro de Santo Antônio, em foto de Marc Ferrez.

tão corajosa e eficiente. Seu primeiro "seguidor" será Carlos Sampaio, ao qual deve-se a demolição do morro do Castelo (1920-22), verdadeiro crime urbano entre cujas motivações reais, desde o começo muito ambíguas, não deve ser a meu ver esquecido o desejo de competir em grandeza e "coragem" com o "Haussmann tropical".

A apocalíptica situação do centro após a realização do desmonte e as pressões de alguns ambientes intelectuais induzirão o Prefeito Antônio Prado Júnior a contratar, mais uma vez na França, um representante da nova ciência urbanística para elaborar um novo plano global de reestruturação.

A nova "Missão francesa", chefiada pelo arquiteto urbanista Alfred Agache, membro da SFU e terceiro classificado no concurso internacional para o plano de Camberra em 1912,[25] chega no Rio de Janeiro em 1927 e instala seus escritórios no centro. O plano, precedido,



Perspectiva da praça do Castelo, segundo projeto de Alfred Agache: as resistências locais arquivaram o Plano.

como o de Chicago de 1909, por conferências públicas posteriormente publicadas numa edição de luxo prefaciada por um cuidadoso estudo da evolução urbana da capital,[26] propõe uma remodelação completa da cidade, baseada em princípios nitidamente *beaux arts*, evidentes sobretudo na composição do centro monumental e atualizados à luz do moderno *city planning* americano.[27] Aprovado, em seguida revogado pelos prefeitos seguintes, mas de qualquer maneira contraditado, já durante sua elaboração, por uma série de iniciativas locais que iam opondo à sua realização uma série de "fatos consumados",[28] o modelo é destinado a influenciar de maneira ambígua o futuro urbano da capital através do mecanismo das realizações parciais e não coordenadas.[29]

Encerra-se, assim, com o plano Agache, o ciclo da influência do modelo francês sobre a organização urbana do Rio de Janeiro, e abre-se, ao mesmo tempo, o do novo modelo americano, já prenunciado pelos espigões que o arquiteto francês propõe para a lúgubre esplanada do morro do Castelo destruído.

NOTAS

1. Cf. Jorge Luís Romero, *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*, México, Siglo Veintiuno, 1976, pp. 222 e segs. A renovação arquitetônica de Santiago se inicia depois de 1840; a transformação das outras capitais, como Buenos Aires, Caracas, Lima, a partir de 1870.

2. Ver, por exemplo, o "Prospecto da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro . . . copiado exactamente do que se elevou em 1775", analisado por Gilberto Ferrez em "Um panorama do Rio de Janeiro de 1775", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 223, 1956.

3. As semelhanças do conjunto com o da praça sobre o Tejo, de Lisboa, como se apresentava antes do terremoto de 1755, são bastante evidentes. A idéia de colocar no centro da composição o chafariz do Mestre Valentim, unificando desta maneira um espaço resultante de diferentes épocas construtivas, é derivada provavelmente da estátua eqüestre de José I inaugurada na praça de Lisboa em 1775. Sobre a questão da praça, ver José Augusto França, *Una città dell'Illuminismo. La Lisbona del Marchese di Pombal*, Roma, Officina Edizioni, 1972, pp. 132 e segs.

4. Ver, por exemplo, o traçado regular das novas ruas abertas na área saneada entre os morros de Pedro Dias e Santo Antônio, como aparece na "Planta feita por ordem do Conde de Resende Vice Rei e Capitão Geral de mar e terra do Estado do Brasil", 1796, publicada em A.J. Mello Morais, *Cronica geral e minuciosa do Imperio do Brasil*, Rio de Janeiro, 1879. Entre outras coisas, o Intendente recomendava, em 1810, que nas novas ruas fossem construídos "edificios regulares, e de uma só e igual simetria... estabelecendo-se a esse respeito uma regra certa e invariavel, a fim de se evitar que cada um edifique a seu arbitrio, aonde e como ben lhe parecer..." (Citado em Paranhos Antunes, *Estudos de Historia Carioca*, Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, s.d., p. 108-9).

5. A narração mais completa das peripécias da Missão Artística Francesa, incluindo as biografias de seus membros, é a de Afonso d'Escragnolle Taunay, *A Missão Artística de 1816*, Rio de Janeiro, Publicações da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 18, 1956. Ver também Adolfo Morales de los Rios Filho, *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira*, Rio de Janeiro, A Noite, 1941. Para uma interpretação recente do episódio, cf. Giovanna Rosso Del Brenna, "Intenções de uma exposição", introdução a *Uma cidade em questão; Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, PUC/FUNARTE/Fundação Roberto Marinho, 1979, pp. 14 e segs.

6. Consultar, no arquivo da Escola de Belas-Artes, os pedidos oficiais dirigidos por Felix Emilio Taunay, filho do pintor Nicolas Antoine Taunay e diretor da Academia, ao governo do império (parcialmente publicados em *Uma cidade em questão*, cit., pp. 16, 18-19).

7. Da necessidade de abrir uma pequena praça e uma rua perpendicular, a fim de criar uma "perspectiva pitoresca e encantadora" em frente ao palácio da Academia, falam inúmeros pedidos oficiais a partir de 1836. A rua foi enfim aberta em 1846 e a pracinha em 1848 (*op. cit.*, p. 166). Hoje ela se abre sobre um terreno abandonado, depois que o palácio foi inexplicavelmente demolido em 1938. Do edifício projetado por Grandjean sobrou somente o pórtico central, colocado hoje numa alameda do Jardim Botânico. A Escola Nacional de Belas-Artes passou a funcionar desde 1908 num prédio construído para esse fim na Avenida Central, hoje Rio Branco.

8. *Plan d'une portion de la ville de Rio de Janeiro pour l'intelligence de la nouvelle disposition du palais impérial et de ses divers accessoirs projeté par Grandjean de Montigny* (Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, inv. 325971). O plano previa a construção de um enorme palácio à beira-mar, no antigo Largo do Paço (e do antigo paço dos vice-reis, absorvido pela nova construção). Uma avenida monumental ligava o palácio ao Rocio, atual Praça Tiradentes (cf. *Uma cidade em questão*, cit., pp. 160-161).

9. O projeto, acompanhado por uma nota explicativa, previa no Campo de Santana uma enorme praça cuja superfície livre era equivalente à "reunião das três maiores praças de Paris", limitada por edifícios com pórticos. Ao centro o monumento da gratidão nacional; em frente ao acesso principal um arco de triunfo. A planta da praça encontra-se no Museu Nacional de Belas-Artes, inv. 6393; a elevação dos prédios na Escola Nacional de Belas-Artes, inv. 2978 (cf. *Uma cidade em questão*, cit., pp. 162-63, 258-259).

10. Em 1847 uma comissão, formada por Felix Emilio Taunay, Grandjean de Montigny e Job Justino de Alcântara, indicou como melhores lugares para a construção de um palácio imperial e um palácio para o Senado o largo do Rocio e o largo da Ajuda. O projeto previa a ligação dos dois palácios por meio de uma "rua imperial" que cortava o morro de Santo Antônio. Um desenho a lápis relacionado com o projeto encontra-se no Museu Nacional de Belas-Artes, inv. 6.538 (reproduzido em *Uma cidade em questão*, cit., p. 164-65).

11. Cf. Robert Coustet, "L'urbanisme neoclassique à Rio de Janeiro d'après le portefeuille de Grandjean de Montigny", em *Bulletin de la Société de l'Histoire de l'Art Français*, 1976, pp. 341 e segs.; *id.*, "Grandjean de Montigny urbaniste", em *Uma cidade em questão*, cit., pp. 66 e segs.

12. O projeto de "retificação e decoração da Praça Municipal", em duas versões (uma de 1844 e outra de 1845), se perdeu, e dele só conhecemos a "notícia explicativa" (no Museu Nacional de Belas-Artes, publicada em *Uma cidade em questão*, cit., pp. 264-266). Pouco se sabe também a respeito da praça, demolida nos anos 40. Uma velha foto publicada por Morales de los Rios (*op. cit.*, p. 160) e uma planta do final do século XIX referente às obras de ampliação do porto (Arquivo Nacional) mostram um bonito espaço quadrangular, aberto sobre o mar e limitado por prédios contínuos e simétricos de evidente inspiração neoclássica.

13. Moreira de Azevedo, *O Rio de Janeiro*, 3ª edição anotada por Elysio de Oliveira Belchior, Rio de Janeiro, Brasiliana, 1969, vol. I, p. 19.

14. A primeira grave epidemia de febre amarela aconteceu no Rio em 1850, matando 4 mil pessoas numa cidade de 160 mil habitantes, e determinou a criação de uma Junta de Higiene Pública, apoiada por uma comissão de engenheiros encarregada de promover os melhoramentos urbanos. A partir daí as epidemias se intensificam, alcançando o auge em 1890-91 (epidemias de febre amarela, varíola, malária e gripe). Sobre o papel da medicina social e suas relações com o planejamento urbano, ver Roberto Machado, Ângela Loureiro e outros, *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1978, e Nilson do Rosário Costa, *Estado e políticas de saúde pública*, tese de mestrado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1983.

15. "Capital Federal. Salubridade, embelezamento e facilidade de comunicação" é, por exemplo, o título do projeto de abertura de uma avenida apresentado em 1870 ao governo imperial pelo "doutor Ferro Cardoso e agrimensor J. Leão" (Arquivo Nacional, inv. 774.7/276). O plano de "grande avenida"

com pórticos, desde a Rua Primeiro de Março até o Campo da Aclamação (Praça da República), apresentado pelo engenheiro G. Fogliani em 1885, é justificado em primeiro lugar por suas vantagens higiênicas ("sabe-se como são acanhadas as casas, estreitas e tortuosas as ruas da cidade velha, onde as necessidades do commercio agglomeram uma população laboriosa, que, inscientemente, sacrifica a saude e a vida, lidando e residindo em logares a que fallecem as boas condições hygienicas..."), em seguida por suas vantagens estéticas ("A nova rua dará à cidade um aspecto elegante que ella nunca teve, e despertará o gosto pelas bellas construcções arquitectonicas. Basta dizer que nenhuma cidade da Europa possue uma rua como esta. A Rua de Rivoli tem arcadas apenas de um lado... em Milão também há uma rua com grandes arcadas, mas tem apenas trezentos metros de extensão, ao passo que a nossa terá 1.130...") e finalmente pelas vantagens que trará à circulação, porquanto hospedará as estações das linhas de bonde da cidade (*Projecto de melhoramentos na Cidade do Rio de Janeiro*, pelo eng. G. Fogliani, Rio de Janeiro, F. Borgonovo, 1903, p. 12-13).

16. O plano é descrito numa planta manuscrita conservada na Biblioteca Nacional (ARC. 1.8.15) e em dois relatórios impressos, assinados por Francisco Pereira Passos, Jerônimo M.R. Jardim e Marcelino Ramos da Silva (Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, *Primeiro relatório*, Rio de Janeiro, Typographia da Gazeta de Notícias, 1875; *id.*, *Segundo relatório*, 1876). Foi violentamente criticado pelo engenheiro Luiz Raphael Vieira Souto numa série de artigos divulgados pelo *Jornal do Commercio*. Os "Melhoramentos da cidade ocupam as primeiras páginas do jornal desde fevereiro de 1875 até julho de 1876, entre relatórios, críticas de Vieira Souto e respostas da Comissão. Cf. também Adolfo Morales de los Rios Filho, *Dois notáveis engenheiros*, Rio de Janeiro, A Noite, 1951, e Paulo F. Santos, "Arquitetura e urbanismo na Avenida Central", em Marc Ferrez, *O álbum da Avenida Central*, Rio de Janeiro, João Fortes Engenharia/ Editora Ex Libris, 1982, p. 27.

17. Uma interessante indicação a respeito da opinião de Pedro II sobre os "melhoramentos" figura no diário do engenheiro André Rebouças, quando o memorialista fala das projetadas ampliações do porto nos mesmos anos: "O Imperador recebeu o projeto de arrasamento do morro de São Bento com a frieza habitual para os melhoramentos urbanos". "Temo muito o haussmannismo", teria dito o monarca (André Rebouças, *Diário e notas autobiográficas*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1938, p. 261).

18. Sobre as transformações econômicas e sociais da primeira época republicana cf. E. Carone, *A República Velha*, 2 vols., São Paulo, Difel, 1975-77; Eulália M. Lammeyer Lobo, *História do Rio de Janeiro, Do capital comercial ao capital industrial e financeiro*, Rio de Janeiro, IBEMEC, 1978, vol. II; P. Singer, *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974.

19. Sobre a transformação urbana registrada entre 1903 e 1906 existe riquíssima documentação que estamos levantando, utilizada até hoje principalmente em obras de caráter "saudosista" e anedótico. Somente nestes últimos anos foi iniciado um trabalho pioneiro de análise e interpretação, de âmbito histórico, que teve como primeiros resultados duas pequenas exposições, criticamente impostadas, realizadas pela equipe de pesquisadores do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro com material do próprio Arquivo ("O Rio de Janeiro de Lima Barreto", Rio de Janeiro, maio-junho 1981; "O Rio de Janeiro dos primeiros tempos da República", Rio de Janeiro, novembro-dezembro 1980), e algumas teses de mestrado como a de Jayme Larry Benchimol, *Pereira Passos, um Haussmann tropical. As transformações urbanas do Rio de Janeiro no início do século XX*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982, e a de Oswaldo Porto Rocha, *A era das demolições. Rio de Janeiro 1870-1920*, Universidade Federal Fluminense, 1983. Sobre o aspecto arquitetônico-urbanístico ver Paulo F. Santos, *op. cit.*, e "Quatro séculos de arquitetura" em *Quatro séculos de cultura na cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1965, e Giovanna Rosso Del Brenna, "Rio eclético", em *Rio. Guia para uma história urbana*, Rio de Janeiro, Fundação Rio, 1981.

20. Sobre a Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco) e os edifícios nela construídos – verdadeira amostra das possibilidades do ecletismo internacional – existe uma documentação fotográfica excepcional; o *Album da Avenida Central* realizado pelo fotógrafo Marc Ferrez, por encomenda da própria Comissão Construtora da Avenida, por volta de 1910. Do álbum original, hoje uma raridade bibliográfica, que compreende três grandes plantas (impressas em Paris), 118 pranchas (ilustrando os projetos e as fachadas dos prédios acabados) e 45 folhas, foi feita uma reedição recente, com estudos introdutórios de Gilberto Ferrez e Paulo F. Santos (ver nota 16, *in fine*).

21. A estrutura básica do plano era constituída por dois eixos este-oeste (o primeiro formado pelas ruas retificadas e alargadas da Assembléia, Carioca, Visconde do Rio Branco, Frei Caneca, Salvador de Sá e Estácio de Sá; o segundo pela Visconde de Inhaúma, Marechal Floriano e Boulevard de São Cristóvão), que melhoravam as comunicações entre o centro e os bairros ocidentais, e por duas transversais, a rua Uruguaiana alargada e o prolongamento da rua do Sacramento. Ao sul, as comunicações do centro com a zona residencial eram garantidas pela construção de uma avenida à beira-mar até a baía de Botafogo; a ligação da zona sul com os bairros ocidentais foi realizada com a abertura de uma rua diagonal de 1.500 m da Lapa até a Frei Caneca: a avenida Mem de Sá (Prefeitura do Districto Federal, *Melhoramentos da cidade projectados pelo Prefeito do Districto Federal Dr. Francisco Pereira Passos*, Rio de Janeiro, Typographia da Gazeta de Noticias, 1903). A realização do plano foi precedida e acompanhada de toda uma série de medidas que garantiam ao prefeito (nomeado diretamente pelo Presidente da República em 30 de dezembro de 1902) poderes praticamente ditatoriais, e facilitada economicamente por um decreto sobre as desapropriações (aprovado em agosto de 1903 após violenta luta parlamentar) que reduziu praticamente à metade o valor das indenizações aos proprietários. Cf. *Boletim da Intendência Municipal*, Rio de Janeiro, Typhographia da Gazeta de Notícias, 1902 e segs.; e nos mesmos anos os *Annaes da Camara dos Deputados* e os *Annaes do Senado*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. Os "mecanismos jurídicos e financeiros" que permitiram a renovação urbana são agudamente analisados por Jayme Larry Benchimol, *op. cit.*, pp. 503 e segs.

22. Em primeira linha, nesse sentido, as revistas ilustradas *Kosmos* e *Renascença;* entre os jornais a *Gazeta de Noticias;* mas também jornais tradicionalmente de oposição, como o *Correio da Manhã*, ou inicialmente hostis às reformas, como *O País*, perdem depois de 1903-1904 muito de seu fôlego.

23. Lima Barreto, *Vida e morte de Gonzaga de Sá*, Rio de Janeiro, 1919. O trecho, escrito em 1909, é citado por Afonso Carlos Marques dos Santos, coord., em *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*, vol. I, Rio de Janeiro, Rioarte, 1983, pp. 71 e segs.

24. Sobre a demolição do histórico morro – sede do núcleo urbano do século XVI, compreendendo a Igreja e Colégio dos Jesuítas, a primeira Catedral de São Sebastião, padroeiro da cidade, e a fortaleza de São Sebastião – cf. Giovanna Rosso del Brenna, "Techniche di distruzione di un centro storico: Rio de Janeiro, morro do Castelo", em *Parametro*, março-abril 1982, pp. 64 e segs.

25. O plano de Canberra está publicado em Mario Morini, *Atlante di storia dell'urbanistica*, Milano, Hoepli, 1963, fig. 1.422.

26. Alfred H.D. Agache, *Cidade do Rio de Janeiro. Remodelação, extensão e embelezamento*, Paris, Foyer Brésilien, 1930.

27. Pontualmente em sua versão *city beautiful* (cf. Mario Manieri Elia, "Per una città 'imperiale'. Daniel Burnham e il movimento City Beautiful", em *La città americana dalla guerra civile al "New Deal"*, Bari, Laterza, 1973, pp. 66 e segs.).

28. Cf. José Marianno Filho, *Debates sobre estética e urbanismo*, Rio de Janeiro, 1944, pp. 27-28 e *passim*.

29. Como no caso, durante a administração do prefeito Henrique Dodsworth, da abertura da Avenida Presidente Vargas (1942-43), com a demolição de mais de 500 edifícios, de quatro igrejas antigas e do próprio Palácio Municipal, abertura desvinculada do deslocamento da linha ferroviária, que a pressupunha e justificava. O plano Agache e sua influência sobre as sucessivas transformações urbanas são analisadas por Yves Bruand em *Arquitetura contemporânea no Brasil*, São Paulo, Perspectiva, 1981, pp. 335 e segs.

RESUMOS

Temas de abertura
1
A CASA BRASILEIRA

Casa, rua & outro mundo: reflexões sobre o espaço e a sociedade, por Roberto DaMatta (*)

Casa, Rua & Outro Mundo procura desenvolver o problema do espaço em relação à sociedade. Discute como o espaço é concebido como uma categoria social fundamental em todos os sistemas sociais, associando-o ao tempo, para depois tornar a questão da construção do espaço. Isso se daria, sugere o ensaio, pela mediação de atividades que estariam numa espécie de meio caminho entre o tempo e o espaço. Na sociedade brasileira, tipos de espaços diferenciados e básicos são em seguida estudados. Sugere-se que o mundo social brasileiro é dividido em esferas de significação social diferenciadas, embora complementares e o restante do trabalho pretende examinar as implicações disto. Finalmente, o trabalho amplia algumas hipóteses já levantadas pelo Autor, na busca de revelar que o sistema ritual brasileiro é um modo singular de relacionar esferas sociais separadas por meio de atividades temporariamente sincronizadas e comuns. Mas a sugestão interessante do trabalho é a proposta de que o Brasil seria uma sociedade onde casa, rua & outro mundo até hoje operam como zonas profundas de significação social, áreas onde todo brasileiro pode fazer uma leitura diferenciada e complementar de sua sociedade e de seus eventos.

A influência do ecletismo na arquitetura baiana, por Godofredo Filho

Parecer apresentado ao Conselho Estadual de Cultura da Bahia no processo de tombamento estadual do palacete Bernardo Martins Catharino – um dos mais representativos exemplares locais da chamada Arquitetura Eclética –, o texto examina as manifestações desse estilo, em Salvador, no começo do século.

Paralelamente ao estudo das causas históricas e culturais que explicam o aparecimento do Ecletismo, na Bahia, o artigo sugere ao leitor um nostálgico passeio pela velha cidade, estabelecendo a genealogia, fazendo uma descrição minuciosa dos casarões de estilo eclético que ainda resistem ao tempo e evocando os que desapareceram.

Particulariza nos perfis do Comendador Bernardo Martins Catharino, que mandou construir o palacete, e do arquiteto que o projetou, Rossi Baptista, as razões sócio-culturais

(*) Os resumos assinalados por asterisco foram escritos pelos autores; os demais, pela redação.

RÉSUMÉS

Thèmes d'ouverture
1
LA MAISON BRÉSILIENNE

Maison, rue & autre monde: réflexions sur l'espace et la societé, par Roberto DaMatta (*)

Maison, rue et autre monde cherche à développer le problème de l'espace en relation à la société et discute l'espace conçu comme une catégorie sociale fondamentale dans tous les systèmes sociaux, l'associant au temps, pour prendre ensuite la question de la construction de l'espace. Ce qui se ferait, d'après l'essai, en mesurant les activités en quelque sorte à mi-chemin entre le temps et l'espace. Puis, des types d'espaces différenciés et à la base de la société brésilienne sont étudiés. Sous-entendu que le monde social brésilien est divisé en des sphères de signification sociale différenciées bien que complémentaires. Le reste du travail tente d'examiner ces implications. Finalement, le travail amplifie certaines hypothèses déjà soulevées par l'auteur pour montrer que le système rituel brésilien est un moyen singulier de mettre en rapport des sphères sociales séparées par les activités temporairement synchronisées et communes. Mais la suggestion intéressante du travail est la proposition que le Brésil est une société dans laquelle la maison, la rue et l'autre monde opèrent jusqu'à aujourd'hui comme des zones profondes de signification sociale où tout Brésilien peut faire une lecture différenciée et complémentaire de sa société et des ses événements.

L'influence de l'éclectisme dans l'architecture baïanaise, par Godofredo Filho

Opinion présentée au *Conselho Estadual de Cultura da Bahia* au cours du processus pour faire classer par l'Etat le *palacete* Bernardo Martins Catharino – un des exemplaires locaux les plus représentatifs de l'architecture éclectique. Le texte se concentre sur l'examen des manifestations de ce style à Salvador au début du siècle.

Parallèlement à l'étude des causes historiques et culturelles qui expliquent l'apparition de l'Eclectisme en Bahia, l'article suggère au lecteur une promenade nostalgique à travers la vieille ville, explique la généalogie et fait une description minutieuse des anciens hôtels particuliers de style éclectique qui résistèrent au temps tout en évoquant ceux qui disparurent.

Les raisons socio-culturelles de l'Eclectisme sont exposées en détail dans les traits du Commandeur Bernardo Martins Catharino qui

(*) Les résumés avec un astérisc furent écrits par les auteurs et les autres, par la rédaction.

ABSTRACTS

Introductory themes
1
THE BRAZILIAN HOUSE

House, street and other world: reflections on space and society, by Roberto DaMatta (*)

House, Street and Other World seeks to develop the problem of space in relation to society. It discusses how space is envisaged as a social category that is fundamental to all social systems, associating it with time, and then afterwards taking up the question of construction of space. This happens, suggests the essay, through the mediation of activities that would be in a kind of half-way zone between time and space. In Brazilian society, differentiated and basic types of spaces are studied ahead. It is suggested that the Brazilian social world is divided into spheres of differentiated social meaning, although they complement each other, and the rest of the study seeks to examine the implications of this. Finally, the study enlarges on some hypotheses already mentioned by the Author, in an endeavour to show that the Brazilian ritual system is a unique way of relating social spheres that are separated by means of activities which are temporarily synchronized and common to each other. But the interesting suggestion of the study is the proposal that Brazil is a society in which house, street and other world still today act as deep zones of social significance; areas where any Brazilian can take a differentiated and complementary reading of his society and its events.

The influence of eclecticism on the architecture of Bahia, by Godofredo Filho

An expert advice put forward to the Council of Culture of Bahia in the course of the legal proceedings concerning the declaration of Comendador Catharino's mansion – one of the most representative local specimens of the so-called eclectic architecture – as a listed building at the state level.

The text dwells on the discussion of some turn-of-the-century examples of this style in Salvador, the capital city of Bahia. Parallel to the study of the historic and cultural causes that explain the emergence of eclecticism in Bahia, the article offers the reader a nostalgic stroll through the old town, establishing the genealogy and giving a detailed description of eclectic mansions that still resist wear and recalling those that have disappeared.

The profiles of Comendador Bernardo Martins Catharino, who commissioned the mansion, and Architect Rossi Batista, who

(*) The abstracts marked with an asterisk were written by the authors and the others by the editorial staff.

do Ecletismo. E, finalmente, depois de descrever o prédio, acentuando as características mais marcantes, externas e internas, conclui por seu tombamento.

Temas de Abertura

2

SOLO URBANO E PATRIMÔNIO CULTURAL

Centros Históricos: notas sobre política brasileira de preservação, por Augusto C. da Silva Telles

A política preservacionista já não se concentra apenas na edificação isolada mas também em seu *entorno*, transformando em objeto de preservação conjuntos arquitetônicos, urbanísticos ou paisagísticos. O texto examina os efeitos desta mudança de enfoque.

Uma primeira conseqüência relevante é a necessidade de uma abordagem não somente técnica mas comunitária, no sentido de que a ação preservacionista deve estar atenta aos interesses e expectativas da população que vive nos Centros Históricos.

Por outro lado, cabe aos municípios legislarem sobre o uso do solo urbano e, no Brasil, eles são débeis política e economicamente, diante, por exemplo, das pressões da especulação imobiliária.

Além da mobilização da comunidade, através de reuniões e seminários, a SPHAN – órgão federal encarregado da política de preservação – propõe um trabalho coordenado com outros organismos governamentais, a níveis nacional e regional, buscando não só reforçar as defesas institucionais, como resolver um dos problemas mais delicados na preservação dos núcleos históricos: o da restauração e reutilização do acervo edificado.

O que se almeja, conclui o texto, é encontrar uma solução adaptada à realidade brasileira, que compatibilize a idéia da manutenção com o cotidiano das comunidades que habitam os Centros Históricos – em sua maioria, de baixa ou média renda.

O planejamento urbano como instrumento de preservação do patrimônio cultural, por Maurício Nogueira Baptista (*)

O artigo destaca a importância do planejamento urbano na prática da preservação do patrimônio arquitetônico urbanístico e paisagístico. Toma como exemplo o Projeto Petrópolis, realizado recentemente pela Prefeitura Municipal de Petrópolis e a entidade metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM) com a participação do SPHAN/FNPM, do CNDU, no plano federal; do INEPAC e FLUMITUR, no plano estadual; e de órgãos e entidades

fit construire le *palacete* et de l'architecte Rossi Batista qui le projeta. Finalement, après une description du bâtiment, en soulignant les caractéristiques extérieures et intérieures les plus marquantes, la conclusion est de le classer.

Thèmes d'ouverture

2

SOL URBAIN ET PATRIMOINE CULTUREL

Centres historiques: notes sur une politique brésilienne de protection, par Augusto C. da Silva Telles

La politique de protection ne comprend pas seulement le bâtiment isolé mais aussi son *environnement* et transforme en objet à protéger les ensembles architectoniques, urbains ou du paysage. Le texte examine les effets de ce changement de point de vue.

Une première conséquence frappante est la nécessité d'un abordage non seulement technique mais communautaire afin que la protection réponde aux intérêts et expectatives de la population qui vit dans les Centres historiques.

Par ailleurs, c'est aux circonscriptions de légiférer l'usage du sol urbain et, au Brésil, celles-ci sont politiquement et économiquement faibles face aux pressions de la spéculation immobilière.

En plus de mobiliser la communauté dans des réunions et séminaires, le SPHAN – organisme fédéral chargé de la politique de protection – propose un travail, conjointement avec d'autres organismes gouvernementaux à niveaux national et régional, pour non seulement renforcer les défenses institutionnelles mais aussi résoudre un des problèmes les plus délicats de la protection des centres historiques, celui de la restauration et de la ré-utilisation du patrimoine construit.

Ce qu'il faudrait, conclut le texte, c'est trouver une solution, adaptée à la réalité brésilienne, qui fasse comprendre la nécessité de l'entretien quotidien de la communauté à la population qui habite les Centres historiques – généralement à bas ou moyens revenus.

La planification urbaine comme instrument de protection du patrimoine culturel, par Maurício Nogueira Baptista (*)

L'article fait ressortir l'importance de la planification urbaine pour la protection du patrimoine architectonique urbain et du paysage. Il prend comme exemple le Projet Petrópolis, réalisé récemment par la mairie de Petropolis et l'organisme métropolitain de Rio de Janeiro (FUNDREM) avec la participation du SPHAN/FNPM et du CNDU, sur le plan fédéral; de l'INEPAC et FLUMITUR, sur le plan de l'Etat, et des organes privés de Petró-

designed it, help to throw light upon the socio-cultural background to eclecticism. Finally, after pointing out the inner and outer features of the mansion, the author comes out in favor of its listing.

Introductory themes

2

URBAN LAND AND CULTURAL HERITAGE

Historic centers: notes on the Brazilian preservation policy, by Augusto C. da Silva Telles

The preservationist policy does not now only apply to a single building, but also to its setting, transforming architectural, urban or landscape complexes into an object of preservation. The text studies the effects of this change of focus.

A first major consequence is a need for an approach that is not only technical but also community-oriented, to the effect that preservationist action must be alert to the interests and expectations of the population that lives in such Historic Centers.

On the other hand, municipalities should bring in legislation on the use of urban land, and in Brazil they are politically and economically weak, especially when faced with pressures from real estate speculation.

Besides mobilizing the community through meetings and seminars, SPHAN – the federal body entrusted with the preservationist policy – is proposing work coordinated with other governmental bodies, at national and regional levels, seeking not only to strengthen institutional defenses, but also to solve one of the most delicate problems involved in the preservation of historic sites: that of restoring and reusing architectural assets.

What is sought, concludes the study, is to find a solution that is adapted to the Brazilian reality, which harmonizes the idea of upkeep with the everyday life of the communities that live in such Historic Centers – most of which have low or medium incomes.

City planning as a means of preserving cultural heritage, by Maurício Nogueira Baptista (*)

This article stresses the importance of city planning in preserving examples of architectural, urban and landscape heritage. It takes as an example the Petrópolis Project, which was carried out recently by the Municipal Authority of Petrópolis and the metropolitan authority of Rio de Janeiro (FUNDREM), with the participation of SPHAN/FNPM, of the CNDU (National Council for Urban Development) at the federal level; of INEPAC

privadas de Petrópolis. Do exame do Projeto, extrai algumas sugestões para criação de dispositivos capazes de apoiar a ação de preservação do patrimônio cultural em áreas urbanas tais como a isenção ou redução de impostos prediais e de serviços municipais em benefício dos proprietários de imóveis tombados ou de seus usuários, desde que mantidas em perfeito estado de conservação; e a introdução da transferência do direito de construir em benefício de imóveis tombados. Conclui com a proposição de fazer de Petrópolis um laboratório para teste dos dispositivos propostos.

Temas de abertura

3

ECOLOGIA E GOVERNO

O tombamento na preservação de áreas naturais, por Antônio Luiz Dias de Andrade

O texto se detém na análise da eficácia do instituto de tombamento, enquanto instituição jurídica capaz de assegurar a permanência e preservação do patrimônio natural.

Depois de fixar os limites da atuação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na defesa dos bens paisagísticos e arqueológicos do País, defende, diante das ameaças de danos irreparáveis ao patrimônio natural, a necessidade de se repensarem estratégias de ação, ajustando-as às de outros órgãos de governo com atribuição específica sobre a matéria.

Relembra que a tradição da SPHAN na defesa do patrimônio arquitetônico contemplou fundamentalmente o monumento isolado, embora, a partir da década de 60, se iniciasse, em conseqüência da expansão urbana e do perigo de degradação da qualidade de vida nas cidades, uma revisão de enfoque em favor da preservação de conjuntos urbanos. Reforçou-se, além disso, a consciência de que as ameaças ao patrimônio arquitetônico de nossas cidades exigem não só a ação integrada de todos os níveis de governo como a indispensável participação das comunidades.

A preservação do patrimônio natural – compara o autor – pode ser examinada de forma idêntica. A figura do tombamento é apropriadamente usada nos casos de bens naturais perfeitamente definidos, como os espaços historicamente importantes ou os conjuntos paisagísticos notáveis. Todavia, aplicado isoladamente, o instituto do tombamento se mostrará sempre ineficaz quando se faz necessário intervir em amplos setores do espaço geográfico, como forma de evitar a degradação do meio ambiente ou de promover a qualidade de vida.

polis. Après l'examen du projet, il retient quelques suggestions pour créér des dispositifs à même d'aider à la protection du patrimoine culturel dans des zones urbaines. Entre autres, l'exemption ou la réduction des impôts fonciers et de services municipaux au bénéfice des immeubles classés. Il conclut en proposant de faire de Petrópolis un laboratoire pour tester ces dispositifs.

Thèmes d'ouverture

3

ECOLOGIE ET GOUVERNEMENT

Le classement dans la protection des sites naturels, par Antonio Luiz Dias de Andrade

Le texte se concentre sur l'analyse de l'efficacité de l'institut du classement en tant q'une institution juridique capable d'assurer la permanence et la protection du patrimoine naturel.

Après avoir fixé les limites de l'activité du Patrimoine historique et artistique national pour protéger les biens archéologiques et le paysage du Brésil, il soutient, devant les menaces de dommages irréparables au patrimoine naturel, la nécessité de penser à de nouvelles stratégies ajustées aux actions des autres organes du gouvernement ayant des attributions spécifiques sur la matière.

Il rappelle que par tradition le SPHAN, dans la protection du patrimoine architectonique, considérait le monument isolé comme fondamental. Pourtant, à partir de la décennie 60, en raison de l'expansion urbaine et de la période de déchéance qualitative de la vie dans les villes, une révision de l'opinion commença en faveur de la protection des ensembles urbains. Il renforce en outre le sentiment que les menaces au patrimoine architectonique des villes brésiliennes exigent non seulement une action intégrée à tous les niveaux du gouvernement mais aussi la participation indispensable des communautés.

La préservation du patrimoine naturel – d'après l'auteur – peut être examinée de même manière. La figure du classement est judicieusement utilisée dans les cas de biens naturels parfaitement définis, comme les espaces historiques importants ou les ensembles de paysages remarquables. Toutefois, appliquée isolément, l'Institut du classement se montrera toujours inefficace quand il s'agira d'intervenir dans de vastes secteurs de l'espace géographique pour éviter la détérioration du milieu ambient ou de promouvoir la qualité de la vie.

and FLUMITUR at the state level, and of private organizations and bodies in Petrópolis. A study of the Project brought forth some suggestions for creating means that would support the action of preserving cultural heritage in city areas, such as exemption from or reduction of municipal property and service taxes, in favor of the owners of the listed properties, or their users, provided they are kept in a perfect state of conservation, and the introduction of the transfer of the right to build in benefit of listed properties. It concludes with a proposal for making Petrópolis a test laboratory for the suggested ideas.

Introductory themes

3

ECOLOGY AND GOVERNMENT

Listing and the protection of natural sites, by Antônio Luiz Dias de Andrade

The text discusses the effectiveness of listing as a legal procedure capable of ensuring the permanence and preservation of natural sites.

After tracing out the limits to the action of SPHAN in defense of landscape and archaelogic assets in Brazil, the author contends, in face of the threats of irreparable damage to the natural patrimony, that it is necessary to think out new strategies adjusted to those followed by other government agencies with specific powers in the matter.

He notices that, as far as the architectural heritage is concerned, it is very much in SPHAN tradition to preserve isolated buildings, although from the sixties onwards, due to urban expansion and an increasing decline in the quality of city life, the institution has reappraised its policy and turned towards protecting urban ensembles. Moreover, it is now generally assumed that the menaces to the architectural assets of our towns require an integrated action at all government levels and an indispensable community participation as well.

The preservation of natural sites can be considered in the same way. Listing can be suitably applied to well defined natural assets such as historically important areas or outstanding landscape ensembles. Yet, whenever it is necessary to interfere in large sectors of geographic space in order to prevent environmental degradation or to promote the quality or life, listing may prove ineffective if applied in isolation.

Pelo conhecimento amplo de nossos ecossistemas, por Iêda Lúcia de Souza Carneiro da Paixão

O texto destaca a importância da preservação do patrimônio natural, alinha problemas e dificuldades na ação preservacionista e prega, entre outras iniciativas, um esforço urgente de conhecimento de nossos ecossistemas.

Depois de enumerar os órgãos de governo encarregados especificamente da preservação do patrimônio natural no Brasil, cita áreas de proteção já fixadas, como os parques nacionais e as reservas biológicas (a cargo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, IBDF, do Ministério da Agricultura) e as estações ecológicas e áreas de proteção ambiental (a cargo da Secretaria do Meio Ambiente, SEMA, do Ministério do Interior). Examina, em seguida, a legislação básica que norteia as ações do IBDF e da SEMA, para constatar que, apesar das atribuições numerosas e dos dispositivos legais existentes para a defesa dos bens naturais, a fiscalização é insuficiente.

Defende um maior trabalho de esclarecimento das comunidades próximas às reservas, que, por não serem consultadas nem informadas sobre a importância da ação preservacionista, reagem à impossibilidade de uso e exploração das áreas protegidas.

Registra, por fim, a necessidade de um inventário dos bens naturais a serem preservados e de um amplo conhecimento dos sistemas ecológicos do Brasil.

Pour une plus ample connaissance de nos systèmes écologiques, par Iêda Lúcia de Souza Carneiro da Paixão

Le texte souligne l'importance de la protection du patrimoine naturel, expose les problèmes et difficultés de l'écologie appliquée et propage, entre autres initiatives, l'urgence de mieux connaître nos systèmes écologiques.

Après avoir énuméré les organismes du gouvernement chargés spécifiquement de la protection du patrimoine naturel du Brésil, il cite des zones de protection déjà établies, comme les parcs nationaux et les réserves biologiques à la charge de l'IBDF (Institut brésilien de développement forestier du ministère de l'Agriculture) et les stations écologiques et zones de protection de l'environnement à la charge du SEMA (Secrétariat du milieu ambiant du ministère de l'Intérieur). Il examine ensuite la législation de base qui oriente les activités de l'IBDF et du SEMA, et constate que malgré l'existence de nombreuses attributions et de dispositifs légaux pour la défense des biens naturels, la surveillance est insuffisante.

Il recommande de mieux informer les communautés voisines des réserves qui, n'étant pas consultées ni informées sur l'importance de la protection de la nature, se révoltent de ne pas pouvoir utiliser et exploiter les zones protégées.

Finalement, il signale la nécessité d'un inventaire des biens naturels à protéger et d'une plus ample connaissance des systèmes écologiques du Brésil.

In support of greater knowledge of our ecosystems, by Iêda Lúcia de Souza Carneiro da Paixão

The text stresses the importance of preserving our natural resources, outlines problems and difficulties encountered in preservationist action and, among other initiatives, call for urgent efforts to be made to increase knowledge of our ecosystems.

After citing the governmental bodies entrusted specifically with preserving Brazil's natural sites, it mentions protected areas that already exist, such as national parks and biological reserves (under the charge of the Brazilian Institute of Forestry Development (IBDF), of the Ministry of Agriculture) and ecological stations and areas receiving environmental protection (under the charge of the Department of the Environment (SEMA), of the Ministry of the Interior). It then examines basic legislation which guides the activities of the IBDF and SEMA, only to find that in spite of the many powers granted and legal provisions existing for defending natural resources, there is not sufficient control.

On the other hand, it is noted that communities settled in the neighborhood of such reserves are not consulted or informed about preservationist action and react against the prohibition to use and exploit protected areas. So an effort should be made to awake community consciousness in regard to nature preservation.

Finally, the article mentions the need for an inventory of the natural riches to be preserved and for a thorough knowledge of Brazil's ecological systems.

Patrimônio natural: utilitarismo versus ética ecológica, por Ângela Tresinari Bernardes Quintão

A visão da natureza, em toda a cultura ocidental, está, historicamente, vinculada a um sentido utilitário. As crescentes ameaças de desaparecimento de bens naturais introduziram, nas discussões recentes, a necessidade de uma mediação ética na relação cultura-natureza, juntamente a revisões do conceito de desenvolvimento.

No Brasil, a legislação preservacionista começa nas primeiras décadas deste século, de forma extremamente vinculada ao valor histórico da área privada e à utilidade como espaço de lazer ou fruição estética. Depois de pregar a necessidade de uma revisão deste discurso legal, já defasado das práticas conservacionistas atuais, o texto examina as competências e atribuições do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) – órgão federal encarregado de formular a política florestal e executar medidas necessárias à preservação dos recursos naturais – e analisa problemas, dificuldades e perspectivas da ação conservacionista.

Patrimoine naturel: utilitarisme contre éthique écologique, par Ângela Tresinari Bernardes Quintão

Dans toute culture occidentale, la vision de la nature est historiquement liée à un sens utilitaire. Les menaces croissantes de disparition de biens naturels introduisirent dans les discussions récentes la nécessité de mesurer étiquement le rapport culture-nature conjointement avec la révision du concept de développement.

Au Brésil, la loi de protection commença les premières décennies de ce siècle, de manière trés attachée à la valeur historique de la zone protégée et à l'utilité comme espace de loisir ou de plaisir esthétique.

Après avoir préconisé la nécessité d'une révision de ce discours légal, déjà déphasé des pratiques de conservation actuelles, le texte examine les compétences et attributions de l'IBDF (Institut Brésilien de Développement Forestier) – organisme fédéral chargé d'établir la politique forestière et d'exécuter les mesures nécessaires à la protection des ressources naturelles – puis analyse les problèmes, difficultés et perspectives de protection.

Natural Heritage: utilitarianism versus *ecological ethics, by Ângela Tresinari Bernardes Quintão*

The view of nature throughout Western culture is historically bound to a sense of usefulness. The growing threats of extinction of natural resources have, in recent debates, pointed to the need for ethical mediation in the culture-nature relationship, together with a review of the concept of development.

In Brazil, preservationist legislation began in the first decades of this century, in a way that was closely connected with the historical value of the preserved area, and with its usefulness as a recreational area, or for aesthetic enjoyment. After proclaiming the need for a revision of this legislation, already out of date in relation to current conservationist practices, the text examines the scope of authority and assignments of the Brazilian Forestry Development Institute (IBDF) – the federal body in charge of outlining the forestry policy and of taking steps necessary for preserving natural resources – and analyzes problems, difficulties and prospects for conservationist action.

Documento

A Arquitetura e as Belas-Artes, um texto inédito de Le Corbusier

O autor retoma o conceito, expresso por ele em 1919 no debate sobre a arquitetura do espírito novo, de que "a arquitetura é o jogo sábio, correto e magnífico das formas sob a luz". O objetivo desse jogo é dar uma linguagem humana à arquitetura, libertando-a do jugo dos "estilos" e da influência das artes decorativas, de modo a integrá-la no contexto da civilização da máquina, da funcionalidade racional que caracteriza os tempos modernos. Descartando conceitos de arquitetura racional ou irracional, afirma que toda a questão se resume no fato de haver arquitetos que concebem projetos funcionais e arquitetos que produzem prédios irracionais e antifuncionais. A arquitetura é uma atividade que se estende a todas as construções sujeitas à lei da visão, e é criminosa a sociedade que promove construções que não servem para nada ou que servem mal às necessidades dos usuários.

Projetos

São Miguel das Missões: estudo de estabilização e conservação das ruínas da igreja, por Fernando Machado Leal (*)

O artigo é uma síntese das pesquisas, desenvolvidas durante um ano e meio, que nortearam o projeto, em execução, de estabilização e conservação das ruínas da igreja de São Miguel das Missões, em Santo Ângelo, Rio Grande do Sul. Na sua parte inicial, o estudo reexamina o monumento sob seus diversos aspectos: *histórico*, com base em pesquisas bibliográficas, iconográficas e documentais, enfatizando as modificações e intervenções de beneficiamento realizadas ao longo do tempo; *morfológico*, a partir de levantamentos gráfico, fotográfico e fotogramétrico; e *físico*, através de sondagens geotécnicas do terreno, identificação dos sistemas construtivos, e realização de ensaios laboratoriais e estudos sobre a resistência mecânica e durabilidade dos materiais face à ação do intemperismo. Foram também analisadas as condições de estabilidade de suas partes críticas. O conjunto desses dados permitiu que se fizesse o diagnóstico das causas do arruinamento do monumento, e que se sugerissem, finalmente, medidas para sustar a deterioração e proceder-se à estabilização da igreja com a indicação dos métodos a serem empregados.

Document

L'architecture et les Arts Majeurs, un texte inédite de le Corbusier

L'auteur reprend le concept qu'il exprima en 1919 dans le débat sur l'architecture de l'esprit nouveau: "l'architecture est le jeu savant, correct et magnifique des formes sous la lumière". L'objectif de ce jeu est de donner un langage humain à l'architecture, en la libérant du jeu des "styles" et de l'influence des arts décoratifs de mode à l'intégrer dans le contexte de la civilisation de la machine, du fonctionnel rationnel qui caractérise les temps modernes. En écartant les concepts d'architecture rationnelle et irrationnelle, il afirme que toute la question se résume dans le fait d'avoir des architectes qui conçoivent des projets fonctionnels et des architectes qui produisent des bâtiments irrationels et anti-fonctionnels. L'architecture est une activité qui s'étend à toute les constructions assujetties à la loi de la vision et la societé qui promouvoit des constructions qui ne servent à rien ou qui servent mal aux nécessités des usagers est criminelle.

Projets

São Miguel das Missões: étude de stabilisation et conservation des ruines de l'église, par Fernando Machado Leal (*)

L'article est une synthèse des recherches, développées pendant un an et demi, qui dirigèrent le projet en exécution de stabilisation et conservation des ruines de l'église de São Miguel das Missões à Santo Angelo, en Rio Grande do Sul. Dans sa première partie, l'étude ré-examine le monument sous ses différents aspects: *historique*, en se basant sur des recherches bibliographiques, iconographiques et documentaires, en appuyant sur les modifications et interventions d'améliorations réalisées au cours du temps; *morphologique*, à partir de levés graphique, photographique et photogrammétrique; et *physique* par des sondages géotechniques du terrain, identification des systèmes de construction et réalisation d'essais de laboratoires et études sur la résistance mécanique et durabilité des matériaux devant l'action des intempéries. Les conditions de stabilité des parties critiques furent également analysées. L'ensemble de ces données permit de faire le diagnostic des causes de la déterioration du momment et, finalement, des mesures furent suggérées pour arrêter le délabrement et réaliser la stabilisation de l'église en indiquant des méthodes à employer.

Document

Architecture and Fine Arts, an unpublished work by Le Corbusier

The author reconsiders the idea expressed by him in 1919, in the debate of new fashion architecture, that "architecture is a judicious, exact and magnificent play of shapes under light". The purpose of this play is to impart human expression to architecture, freing it from the yoke of "styles" and from the influence of the decorative arts, so as to integrate it in the context of the age of machine civilization, of the rational functionality which marks modern times. Disregarding concepts of rational or irrational architecture, he maintains that the entire question is summed up in the fact that there are architects who design functional projects and architects who produce irrational and nonfunctional buildings. Architecture is an activity that affects all constructions that are subject to the law of vision, and a society that fosters constructions that are of no use for anything, or that meet their users needs poorly, is criminal.

Projects

São Miguel das Missões: a study on the stabilization and conservation of the church ruins, by Fernando Machado Leal (*)

The article is a synthesis of research done over a period of eighteen months, which guided the project being carried out for stabilizing and conserving the church ruins of São Miguel das Missões, in Santo Ângelo, Rio Grande do Sul. In its introduction, the study reexamines the monument from different angles; *historical*, on the basis of bibliographical, iconographical and documentary research, emphasizing the modifications and improvements introduced throughout time; *morphological*, beginning with mapping, photographic and aerial surveys; and *physical*, through geotechnical borings of the land, the identification of building systems, and the performance of laboratory tests and studies on the mechanical resistance and durability of the materials, when subjected to the effect of bad weather conditions. The stability conditions of their critical parts were also analyzed. This collection of data has made it possible to make a diagnosis of the causes of the monument's dilapidation, and finally, suggestions are made for ways of halting the deterioration of the church and for stabilizing it, with an indication of the methods to be used.

Morro da Conceição, Rio: uma proposta de preservação sem tombamento, *por Jurema Kopke Eis Arnaut*

O texto apresenta as justificativas e a metodologia do Projeto Morro da Conceição – em execução, no Rio. O objetivo é preservar uma área que encerra, de maneira exemplar, a história da ocupação da cidade.

O projeto nasceu, em princípio, da necessidade de se protegerem dez bens culturais tombados, ampliando-se, em seguida, para uma proposta de preservação, sem tombamento, de seus entornos. A ação é justificada pela particular importância da região, quer do ponto de vista do patrimônio monumental, quer pela variada leitura tipológica, fruto da interpretação popular de vários momentos da arquitetura nos últimos três séculos.

A autora mostra quais foram os critérios usados para fixar os limites desses entornos, e destaca a participação dos moradores do lugar no desenvolvimento do projeto, bem como a importância que a comunidade local deverá ter para viabilizar a sua execução.

Finalmente, reproduz-se o corolário dessa experiência, na forma de uma Portaria de controle que estabelece uma série de ordenamentos para resguardar a área de quaisquer intervenções descaracterizantes.

Morro da Conceição, Rio: Une proposition de protection sans classement, *par Jurema Kopke Eis Arnaut*

Le texte présente les justifications et la méthodologie du Projet "Morro da Conceição", en exécution à Rio. L'objectif est de protéger une zone qui contient de manière exemplaire l'histoire de l'occupation de la ville.

Le projet surgit d'abord de la nécessité de protéger dix biens culturels classés, et s'amplifia à la suite d'une proposition sur la protection sans classement de leurs environnements. L'action se justifie par l'importance particulière de la région tant du point de vue du Patrimoine monumental que pour la compréhension de la typologie variée, fruit de l'interprétation populaire de différents moments de l'architecture, au cours de ces trois derniers siècles.

L'auteur montre quels furent les critères utilisés pour établir les limites de ces environnements et fait ressortir la participation des habitants de l'endroit dans le développement du projet ainsi que l'importance qu'aura la communauté locale pour réaliser son exécution.

Finalement, en conséquence de cette expérience, un arrêté ministériel de contrôle a établi une série de règlements pour préserver la zone de toute intervention risquant de lui retirer son caractère.

Morro da Conceição, Rio: a proposal for preservation without listing, *by Jurema Kopke Eis Arnaut*

The text sets out the reasons for and the methods used in the Morro da Conceição Project – being carried out in Rio. The purpose is to preserve an area which, in an examplary way, sums up the story of the city's occupation process.

The project arose, in principle, from the need to protect ten listed cultural properties and was then expanded into a proposal for preserving their surroundings without listing them. This is justified by the region's special importance, both from the point of view of view of the monumental heritage and in terms of the varied typological reading resulting from the popular interpretation of several moments of architecture in the last three centuries.

The author describes the criteria followed in establishing the limits of these surroundings and emphasizes the participation of the people living there in the project's development, as well as the importance that the local community should have in making its implementation feasible.

Finally, the end result of that experience is reproduced in the form of a controlling ordinance that establishes a series of regulations for safeguarding the area from any disfiguring intervention.

Idéias

O futuro do patrimônio arquitetônico, *por Michel Parent*

A discussão sobre o sentido e o destino da ação preservacionista concentra o interesse de Michel Parent neste relatório sobre "O futuro do patrimônio arquitetônico", apresentado em outubro de 1975 ao Congresso sobre o Patrimônio Arquitetônico Europeu, reunido em Amsterdã, com o objetivo mais amplo de buscar-se "um futuro para o nosso passado". O texto articula duas reflexões complementares e inversas: sobre o sentido do futuro no passado e sobre o destino do passado no futuro, apresentando a problemática do patrimônio arquitetônico em termos de uma alternativa entre conservação e criação. Segundo Parent, essa situação dilemática induz à reflexão fundamental sobre a relação passado-futuro e a indagar se de fato o passado tem um futuro.

Idées

L'avenir du patrimoine architectonique, *par Michel Parent*

La discussion sur le sens et le destin de l'action préservationiste concentre l'intérêt de Michel Parent dans ce rapport sur "L'avenir du patrimoine architectonique", présenté en octobre 1975 au Congrès sur le Patrimoine Architectonique Européen, réuni à Amsterdam, afin de chercher "un avenir pour notre passé" de manière plus large. Le texte polarise deux réflexions complémentaires et contraires: sur le sens de l'avenir dans le passé et sur le sort du passé dans l'avenir, présentant la problématique du patrimoine architectonique comme une alternative entre la conservation et la création. Selon Parent, ce dilemme induit à la réflexion fondamentale sur la relation passé-avenir et à essayer de savoir si le passé a un avenir.

Ideas

The future of architectural heritage, *by Michel Parent*

Michel Parent's interest is focussed on the debate on the sense and destiny of preservationist action in this report on "The Future of Architectural Heritage" submitted in October, 1975, at the Congress on European Architectural Heritage in Amsterdam, with the comprehensive purpose of seeking "a future for our past". The text brings together two complementary and contrary thoughts: on the sense of future in the past, and on the fate of the past in the future, presenting the problem of architectural heritage as an alternative between conservation and creation. According to Parent, this dilemma leads to a basic reflection on the past-future relationship and to questioning whether in fact the past has a future.

Ensaios

O Barroco no Brasil: análise da bibliografia crítica e colocação de pontos de consenso e de dúvidas, *por Augusto C. da Silva Telles (*)*

Apresentado ao Simpósio Internacional sobre o Barroco Latino-Americano, realizado no Instituto Latino-Americano, em Roma, em 1980 – o texto analisa, historicamente, a bibliografia sobre o Barroco no Brasil, promovendo um levantamento do que já foi escrito sobre a matéria até o início desta década. Exa-

Essais

Le Baroque au Brésil: analyse de la bibliographie critique et exposition de points de consensus et de doutes, *par Augusto C. da Silva Telles (*)*

Présenté en 1980, au Symposium international sur le Baroque, à l'institut latino-américain, à Rome, le texte analyse historiquement la bibliographie sur le Baroque au Brésil en promouvant un levé de tout ce qui fut écrit à ce sujet jusqu'au début de cette décennie. Il examine pour commencer la filiation por-

Essays

The Baroque Style in Brazil: an analysis of its critical bibliography and indication of points of consensus and doubts, *by Augusto C. da Silva Telles (*)*

This text, which was submitted to the International Symposium on Latin American Baroque – held at the Latin American Institute in Rome, in 1980 – analyses from a historical point of view, the bibliography on the Baroque Style in Brazil, making a survey of what had already been written on the

mina, inicialmente, a filiação portuguesa da arquitetura que se produziu no Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII para, depois, colocar em discussão alguns pontos polêmicos: os planos de algumas igrejas borromínicas do início do século XVIII; os de edifícios do acervo do Nordeste da segunda metade do dezoito, e, finalmente, a arquitetura mineira desta mesma época, com ênfase especial na obra de autoria de Antônio Francisco Lisboa – o Aleijadinho, como arquiteto-escultor.

Produção de artesanato popular e identidade cultural, por Lélia Gontijo Soares

A partir de indicações sobre a formação do Instituto Nacional do Folclore, (INF), sua evolução e atuais perspectivas, o texto expõe os princípios que inspiram a operacionalização da política cultural do Ministério de Educação e Cultura nessa área. Aprofunda, também, a discussão sobre os conceitos de arte popular e erudita, acentuando a dificuldade de se definir um limite entre as esferas popular e culta numa sociedade complexa como a brasileira. Arrola, finalmente, vários exemplos positivos obtidos pelo INF no incremento e difusão das artes populares brasileiras, e sublinha a importância de não supervalorizar-se, na matéria, uma visão estritamente cultural, em detrimento do aspecto econômico, já que a busca e ampliação de mercados são fundamentais para dar à produção popular um sentido de utilidade, garantindo-lhe assim a própria sobrevivência.

Rio: Uma capital nos trópicos e seu modelo europeu, por Giovanna Del Brenna (*)

O projeto para transformar o Rio de Janeiro numa capital representativa de tipo europeu, de acordo com os princípios do urbanismo 'clássico' francês, começa com a chegada de D. João VI ao Brasil.

Realizado só em pequena parte durante o Império, será retomado com energia pelo governo republicano, sendo, enfim, abandonado depois dos anos trinta.

A comunicação examinou três momentos-chave do processo:

1 – A proposta de capital monumental importada pelos teóricos da Missão Artística francesa e defendida pelos professores da Academia Imperial de Belas-Artes;

2 – O plano de melhoramentos da capital realizado entre 1903 e 1906 pelo governo federal e pelo prefeito Pereira Passos;

3 – O plano de reestruturação da capital, elaborado pelo arquiteto urbanista francês Alfred Agache por encomenda do prefeito Prado Júnior.

A intenção é iniciar uma reflexão sobre modalidades e limites da importação do modelo cultural europeu na América Latina e sobre a fragilidade das estruturas resultantes.

tugaise de l'architecture produite au Brésil pendant les XVIe, XVIIe et XVIIIe siècles pour placer ensuite quelques points polémiques dans la discussion: les plans de certaines églises du type de Borromini du début du XVIIIe siècle; ceux des bâtiments du patrimoine du Nord-Est de la seconde moitié du dix-huitième; et, finalement, l'architecture de l'Etat de Minas de cette même époque, en soulignant particulièrement l'oeuvre d'Antônio Francisco Lisboa – l'Aleijadinho (le petit infirme) comme architecte et sculpteur.

Production d'artisanat populaire et identité culturelle, par Lélia Gontijo Soares

A partir d'une introduction sur la formation de l'Institut Nationale du Folklore (INF), son évolution et les perspectives actuelles, le texte expose les principes qui inspirent le système opérationnel de la politique culturelle du ministère de l'Education et Culture en ce domaine. Il approfondit aussi la discussion sur les concepts d'art populaire et d'art classique, soulignant la difficulté de définir une limite entre les couches populaire et cultivée dans une société aussi complexe que la brésilienne. Finalement, il classifie les différents exemples positifs obtenus par l'INF dans l'augmentation et la diffusion des arts populaires brésiliens et insiste sur l'importance de ne pas trop valoriser une vision strictement culturelle de la matière aux dépends de l'aspect économique, étant donné que la recherche et l'accroissement des marchés sont fondamentaux pour donner à la production populaire un sens d'utilité garantissant sa survivance.

Rio: Une capitale sous les tropiques et son modèle européen, par Giovanna Del Brenna (*)

Le projet pour transformer Rio de Janeiro en une capitale représentative, de type européen, selon les principes de l'urbanisme "classique" français, commença avec l'arrivée de D. João VI au Brésil.

A peine réalisé pendant l'Empire, il fut repris énergiquement par le gouvernement républicain, puis finalement abandonné après la décennie trente.

Cette communication examine les trois moments-clés du processus:

1 – La proposition de capitale monumentale importée par les théoriciens de la Mission artistique française et défendue par les professeurs de l'Académie impériale des Beaux-Arts.

2 – Le plan d'améliorations de la capitale réalisé entre 1903 et 1906 par le gouvernement fédéral et par le maire Pereira Passos.

3 – Le plan de restructuration de la capitale, élaboré par l'architecte urbaniste français, Alfred Agache, commandé par le maire Prado Junior.

L'intention est de commencer à réfléchir sur les modalités et limites de l'importation du modèle culturel européen en Amérique latine et sur la fragilité des structures en résultant.

subject until the beginning of the eithties. Initially, it examines the Portuguese parentage of the architecture produced in Brazil in the 16th, 17th and 18th centuries and then goes on to ofter for discussion some controversial points: the plans of some churches built in the borrominic style, dating from the early 18th century; plans of buildings in the Northeast, dating from the second half of the 18th century and, finally, the architecture of Minas Gerais of the same period, with special emphasis on the works of Antônio Francisco Lisboa – "Aleijadinho", as a sculptor architect.
tor architect.

Production of popular arts and crafts and cultural identity, by Lélia Gontijo Soares

Starting with an account of the formation of the National Folklore Institute (INF), its evolution and current prospects, the text sets out the principles that inspire the implementation of the cultural policy of the Ministry of Education and Culture in this area. It also probes deeply into the concepts of popular and erudite art, emphasizing the difficulty of defining a limit between the popular and cultured spheres in a society as complex as the Brazilian society. Finally, it lists various positive results achieved by the INF in expanding and publicizing Brazil's popular arts, and underlines the importance of not overvalorizing a strictly cultural view in this field, in detriment to the economic aspect, since the search for and expansion of markets are fundamental for imparting a sense of usefulness to popular production, thus guaranteeing its survival.

Rio: A capital city in the tropics and its European model, by Giovanna Del Brenna (*)

The project for turning Rio de Janeiro into a representative capital city in the European fashion, according to the principles of French "classical" town planning, began with the arrival of D. João VI in Brazil.

Although the project was carried out only partially under the Empire, it was to be resumed vigorously by the Republican Government and then later abandoned after the thirties.

Three key moments of the process have been examined:

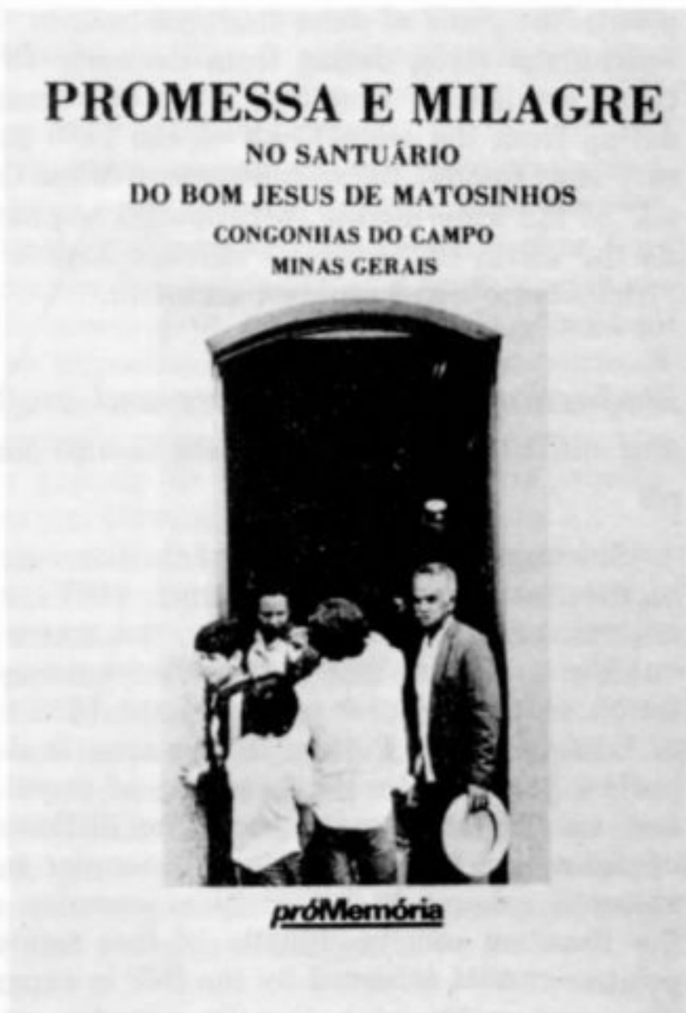
1 – The proposition of a monumental capital imported by the theorists of the French Artistic Mission and upheld by professors of the Imperial Academy of Fine Arts.

2 – The plan for improving the capital, carried out between 1903 and 1906 by the Federal Government and Mayor Pereira Passos.

3 – The plan for restructuring the capital, prepared by French architect and town planner Alfredo Agache, and commissioned by Mayor Prado Júnior.

The intention is to begin reflecting about aspects and limits to the importation of the European cultural model into Latin America, and about the fragility of the resulting structures.

Publicações da SPHAN/Pró-Memória



Promessa e Milagre no Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas do Campo, Minas Gerais.
Introdução de Lélia Coelho Frota.
Catálogo referenciando a coleção de 89 ex-votos pintados e depositados, do século XVIII ao XX, na Basílica Menor do Bom Jesus de Matosinhos, tombados em 1980 pela SPHAN. 156 pp. ilustradas com fotos em preto e branco e em cores.

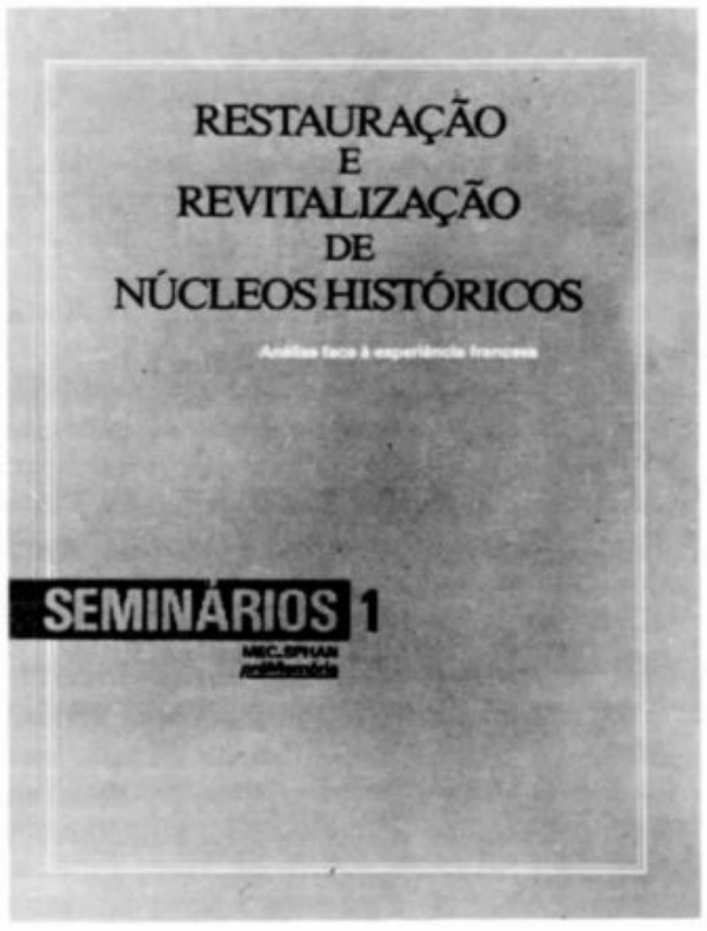
Colonização de Teresópolis,
de Gilberto Ferrez.
Estudo sobre a evolução da cidade de Teresópolis de 1700 a 1900, com reprodução, em preto e branco e em cores, de plantas originais, desenhos, pinturas e fotografias. 146 pp. + 53 estampas fora do texto.

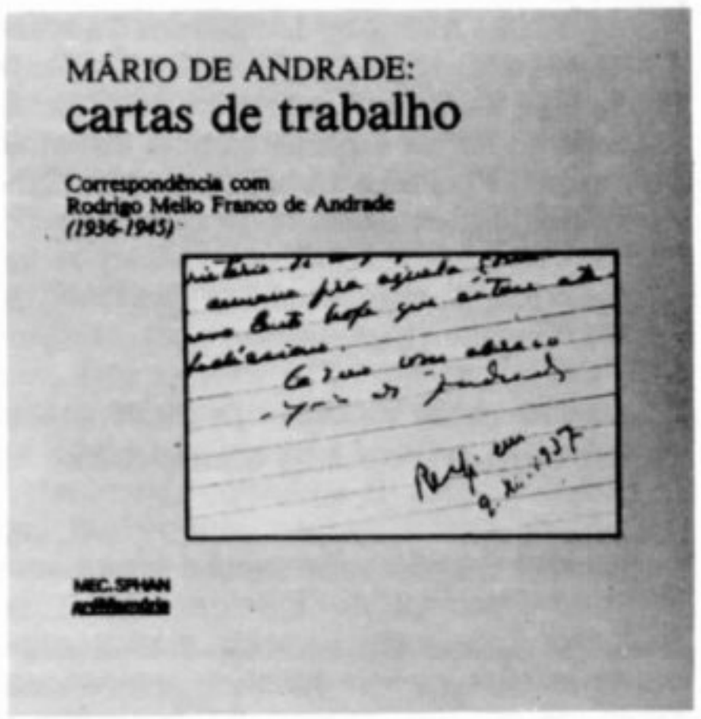
Restauração de Pinturas, Aplicações da Encáustica,
de Edson Motta e Maria Luiza Guimarães Salgado.
Descrição dos métodos testados pelos autores e seus auxiliares no Laboratório de Conservação e Restauração de Pinturas, Talhas, Códices e Impressos da SPHAN. Edição bilíngüe (Português e Inglês), 146 pp. + 26 ilustrações fora do texto.

Anais do Segundo Encontro de Governadores.
Volume reunindo as teses, comunicações, proposições, debates, depoimentos e conclusões a que chegaram os participantes do Encontro, realizado em Salvador em outubro de 1971, sobre a defesa do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil. 384 pp

Livro dos Guardiães do Convento de São Francisco da Bahia (1587 – 1862).
Prefácio e notas de *Frei Venâncio Willeke*, OFM. Parte substancial da história da comunidade dos franciscanos na Bahia reconstituída através da crônica das gestões individuais dos guardiães do convento. 124 pp. + 9 ilustrações fora do texto.

Restauração e Revitalização de Núcleos Históricos. Análise Face à Experiência Francesa.
Registro do Seminário realizado em agosto de 1978 no Rio de Janeiro, o volume enfeita a palestra do arquiteto e paisagista Jean-Bernard Perrin, consultor da Unesco, sobre a política francesa de proteção, remanejamento e valorização do patrimônio histórico urbano, os debates que se seguiram à palestra e, em apêndice, os principais textos da legislação francesa de proteção dos núcleos históricos, 76 pp. 20,5 x 27 cm.





Mário de Andrade: Cartas de Trabalho. Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936 – 1945).
Introdução e notas de *Lélia Coelho Frota.* Autor do anteprojeto que iria fundamentar a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mário de Andrade foi um dos principais colaboradores de Rodrigo Mello Franco de Andrade durante os primeiros oito anos da gestão deste último à frente do órgão. O texto do anteprojeto e as cartas, ofícios e relatórios remetidos por Mário de Andrade ao Diretor do Serviço estão reunidos neste volume, que conta ainda com grande número de fotos e desenhos, muitos deles reproduzidos da documentação original. 194 pp.

Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais,
organizado por *Judith Martins.*
Fundamentado em pesquisas realizadas ao longo de mais de vinte anos, a partir de cópias de documentos originais levantados em arquivos públicos civis e eclesiásticos de várias cidades mineiras, o dicionário põe à disposição dos estudiosos dados indispensáveis sobre as artes e a sociedade da velha Minas Gerais. 2 volumes: 408 e 366 pp.

Nova Contribuição ao Estudo da Pintura Mineira (Norte de Minas),
de Carlos del Negro.
Voltado principalmente para a

pintura dos testos de igrejas, o estudo abarca uma área pouco divulgada, a região norte de Minas Gerais, onde se situam as localidades da antiga Comarca do Serro Frio. 432 pp., com 160 fotos em preto e branco.

Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Trajetória.
Visão panorâmica – atual e retrospectiva – da questão da preservação dos bens culturais no Brasil. Em trinta anexos os textos básicos da legislação federal sobre a matéria. 126 pp. Cr$ 530,00.

Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
Relação dos bens tombados pela SPHAN, de 1928 a 1981, em todo o território nacional. Inclusos no volume os textos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio cultural no Brasil, e da Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, que dispõe sobre o tombamento de bens na SPHAN. 196 pp.

A Expedição Científica de G.I. Langsdorf ao Brasil: 1821 – 1829.
Catálogo descritivo completo de todo o material coletado pelos membros da expedição e conservado nos arquivos da União Soviética. 236 pp.

Mapa Etno-Histórico
de Curt Nimuendaju.
Reprodução em cores do mapa em que o famoso etnólogo retratou a realidade indígena do Brasil e das regiões adjacentes numa perspectiva histórica, lingüística e migratória. Acompanha o mapa um volume contendo as observações e os índices de tribos, bibliográfico e de autores, organizados por Curt Nimuendaju, e estudos assinados pelos professores Virgílio Correa Filho, L. de Castro Faria, Rodolpho Pinto Barbosa, Charlotte Emmerich e Yone Leite, e George de Cerqueira Leite Zarur.

À venda na LOJA FUNARTE – Rua Araújo Porto Alegre nº 80 (20.030) – Rio de Janeiro – RJ. Telefone: 262-0787 Ou pelo reembolso postal.

REVISTA DO PATRIMÔNIO
Histórico e Artístico Nacional

A *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* é uma publicação semestral da Fundação Nacional Pró-Memória, vinculada à Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Secretaria da Cultura, Ministério da Educação e Cultura.

Conselho Editorial: Augusto Carlos da Silva Telles, Irapoan Cavalcanti de Lyra, José Mindlin, Luís Otávio de Melo Cavalcanti, Marcos Vinicios Vilaça

Equipe: João de Souza Leite (coordenação geral); Bernardo de Mendonça (edição); Victor Burton (projeto gráfico e diagramação) e Oswaldo Ulhoa (montagem e produção gráfica).

Colaborações: José Laurênio de Melo (texto); Luiz Cláudio Marigo, Márcio Pinto, Pedro Lobo, João Legal (fotos); Ivan Junqueira, France Knox, Annette Jennifer Boughon (traduções); Joaquim da Costa (revisão); Elizabeth Soares Senra (ilustrações) e Altair Ribeiro (administração).

Composição: JP Composição e Artes Gráficas Ltda. e Letra Composições Tipográficas Ltda.; Fotolitos: Studio Gráfico Reprolito Ltda.; Impressão: Imprinta Gráfica e Editora Ltda.

Redação, administração e correspondência: Rua da Imprensa, nº 16/8º andar, Rio de Janeiro, Brasil. CEP 20.030 – Tels.: (021) 220-2990 ou 220-1540.

Os artigos incluídos na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* são autorais, não refletindo necessariamente a posição da SPHAN ou da Fundação Nacional Pró-Memória.

CARTAS

Exmos. Senhores:

Sou professor de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e estava interessado em assinar a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.*

Joaquim J. B. Ferreira Alves,
Vila Novo de Gaia, Portugal.

Prezado Senhor:

Venho solicitar a remessa para meu endereço, mesmo que seja pelo serviço de reembolso postal, de um exemplar da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.*

Edilberto Trevisan,
Curitiba, Paraná.

According to our records, we have not yet received *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 19, to date.

The Library of The Cleveland Museum of Art,
Cleveland, Ohio.

Este instituto – único no setor universitário alemão – tem como objetivo ensinar, investigar e reunir a documentação necessária no campo da arte luso-brasileira, pré-colombiana e latino-americana (...). Neste sentido, nos seria de grande utilidade se sua instituição pudesse colaborar com nossos esforços, enviando-nos suas publicações e catálogos de exposição.

D. Schubert e H. Haufe,
Kunsthhistorisches Institut
Der Universität Heildeberg.

Ao longo dos anos fui adquirindo nos chamados "sebos", exemplares da *Revista* bem como das *Publicações*, conseguindo completá-las. Da primeira tenho até o volume 18, referente ao ano de 1978, e, da segunda, até o volume 29. Uma vez que os assuntos tratados são de meu interesse, desejaria saber se seria possível receber aquelas publicações diretamente dessa Subsecretaria. Na hipótese, qual seria o valor delas através do reembolso postal.

José Geraldo Gomes Cavalcanti,
Recife, Pernambuco.

Agradeceríamos muito a remessa das publicações deste órgão. Se houver qualquer taxa, favor notificar antes da remessa.

Robert Howe,
University of Florida Libraries,
Gainesville, Flórida.

Eis o número 19 da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *que, a partir de agora, passa a circular semestralmente.*

Todos os números anteriores da revista estão esgotados. Quanto às demais publicações, relacionamos nas páginas anteriores os títulos disponíveis.

Para assinar a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional *ou recebê-la a título de permuta ou doação, deve-se escrever para o Núcleo de Editoração da Fundação Nacional Pró-Memória, à Rua da Imprensa nº 16/8º andar, Rio de Janeiro, Brasil.*

Prezado Senhor:

A Library of Congress tem grande interesse em obter a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, além de outras publicações editadas por essa instituição.

Lygia Maria Ballantyne,
Library of Congress Office, Brazil.

Distinguido Director:

A partir de 1973 iniciamos una Revista de Sumarios que tiene como objeto dar a conocer los articulos incluidos en um cierto número de revistas recibidas en la Biblioteca Hispanica del Instituto Iberoamericano de Cóoperacion, atiguo Instituto de Cultura Hispánica. En años anteriores, le solicitamos, para incluir en el Sumario, su publicación *Revista de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* (...) Necesitamos recibir los volúmenes publicados para reseñalos en nuestra revista.

J. Ibáñez Cerdá,
Director de la Biblioteca Hispánica,
Madrid.

Excelentíssimo Senhor:

Peço, queira Vossa Excelência informar-nos quais as condições de assinatura da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, bem como se é possível conseguir os números atrasados.

Félix Zavattaro,
Biblioteca Central,
Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso.

Prezado Senhor:

Estamos solicitando a V.Sª, para os anos de 1983 e 1984, a doação da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional à Biblioteca Central da UNICAMP, por tratar-se de publicação de grande interesse para estudo e pesquisa desta entidade.

Asmara Giorgetti dos Santos
Universidade Estadual de Campinas,
Campinas, São Paulo.

Gentlemen:

According to our records, we have been receiving *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* as a gift. We value this publication, however, the last issue received was vol. 18. If any issues have been published since then, we would like to receive them.

Estherlina Garcia,
Tulane University Library,
New Orleans.

Exmos. Senhores:

Gostaria de receber o catálogo mais recente e completo de todas as vossas edições sobre Arte em geral.

João Lanhas,
Porto, Portugal.

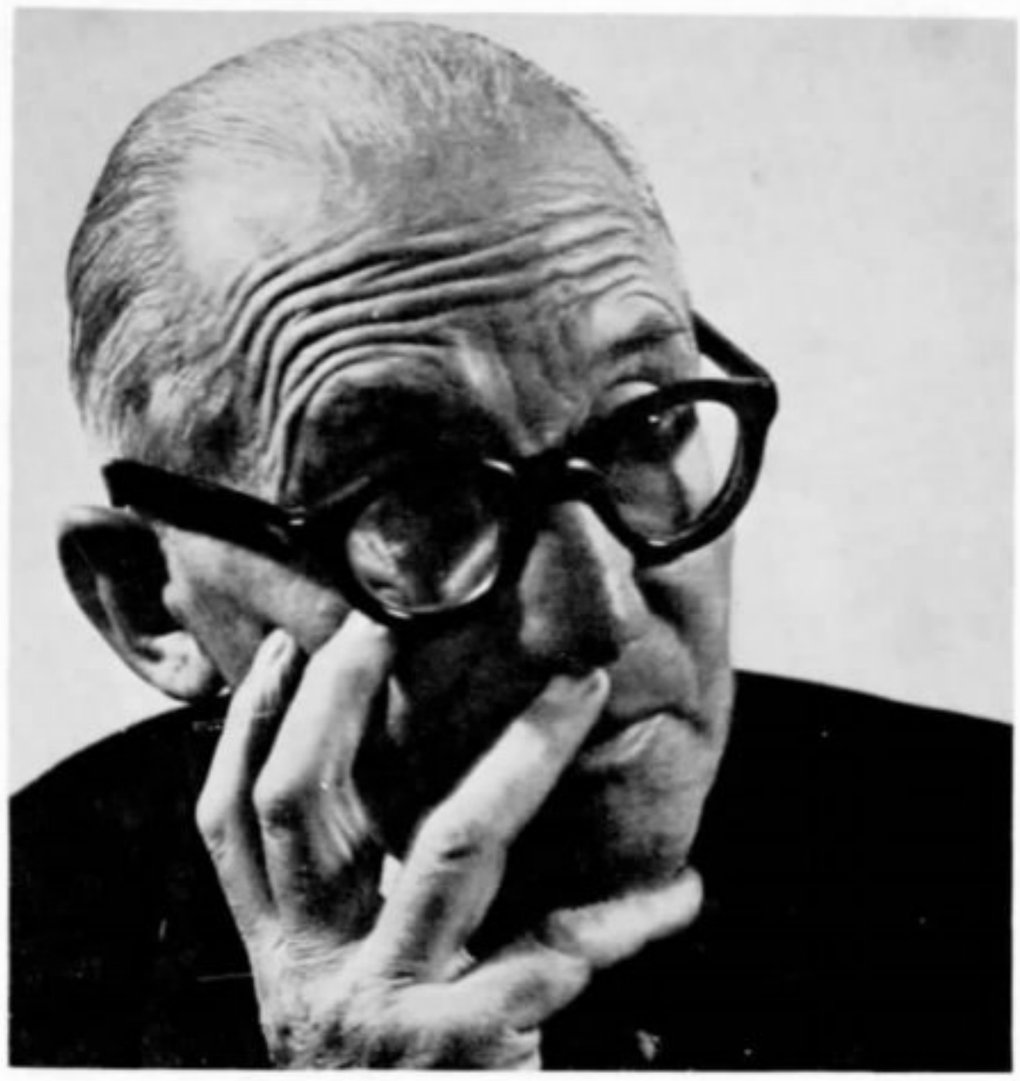
Presidente da República Federativa do Brasil
JOÃO FIGUEIREDO

Ministra da Educação e Cultura
ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ

Secretário da Cultura
MARCOS VINICIOS VILAÇA

Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRAPOAN CAVALCANTI DE LYRA

NESTE NÚMERO:



LE CORBUSIER
A ARQUITETURA E AS BELAS-ARTES

um texto inédito, de 1936, com introdução de Lúcio Costa.

E mais:

ensaios de Roberto DaMatta, Godofredo Filho, Augusto C. da Silva Telles, Maurício Nogueira Baptista, Antônio Luiz Dias de Andrade, Yêda Lúcia de Souza Carneiro da Paixão, Ângela Tresinari Bernardes Quintão, Fernando Machado Leal, Jurema Kopke Eis Arnaut, Michel Parent, Lélia Gontijo Soares e Giovanna Rosso Del Brenna.

Resumos na página 157. Resumés à la page 157. Abstracts on page 157.

***pró*Memória**